



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO
TRÓPICO ÚMIDO
DOUTORADO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO

ADALBERTO PORTILHO COSTA

**POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO NAS RESEX VERDE PARA
SEMPRE E ARIÓCA PRUANÃ - PARÁ**

**Belém
2014**

ADALBERTO PORTILHO COSTA

**POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO NAS RESEX VERDE PARA
SEMPRE E ARIÓCA PRUANÃ - PARÁ**

Tese apresentada para obtenção do título de Doutor em Ciências Ambientais do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará.

Orientada pela Prof^ª. Dr^ª. Ligia T. L. Simonian.

Belém
2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca do NAEA/UFPA)

Costa, Adalberto Portilho.

Políticas públicas e desenvolvimento nas RESEX Verde para Sempre e Arióca Pruanã - Pará / Adalberto Portilho Costa; Orientadora, Ligia T. Lopes Simonian. – 2014.

424 f.: il. ; 30 cm

Inclui bibliografias

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2014.

1. Educação - Política governamental – Porto de Moz (PA). 2. Educação rural - Porto de Moz (PA). 3. Desenvolvimento sustentável – Porto de Moz (PA). 4. Reserva Extrativista Verde para Sempre – Porto de Moz (PA). 5. Porto de Moz (PA) – Aspectos sociais. I. Simonian, Ligia T. Lopes, orientadora. II. Título.

CDD 22 ed. 379.8115

ADALBERTO PORTILHO COSTA

**POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO NAS RESEX VERDE PARA
SEMPRE E ARIÓCA PRUANÃ - PARÁ**

Tese apresentada para obtenção do título de Doutor em Ciências Ambientais do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará.

Defesa em: 14 /07 /2014

Banca Examinadora

Prof^a. Dr^a. Ligia T. Lopes Simonian
Orientadora-NAEA / UFPA

Prof^a. Dr^a. Edna Ramos de Castro
Examinadora Interna- NAEA/UFPA

Prof. Dr. Gilmar Pereira da Silva
Examinador Externo - ICED/UFPA

Prof. Dr. Josep Pont Vidal
Examinador Externo - NAEA/UFPA

Prof^a. Dr^a. Maria Lúcia Teixeira Borges
Examinadora Externa- UEAP

A meu filho Murilo Portugal que tem influenciado grandes mudanças em minhas formas de pensar e perceber o mundo.

AGRADECIMENTOS

É difícil expressar textualmente aquilo que sinto no momento de prestar agradecimentos a todos àqueles que me ajudaram nesta importante caminhada. Confesso que estou emocionado, e não imaginava que tal momento pudesse mexer como minha emoção. As lágrimas caem de meus olhos ao mesmo tempo em que as lembranças são resgatadas, percalços, frustrações, incertezas, solidão, incompreensão, amizade, solidariedade, companheirismo, entre outros sentimentos se misturam neste momento ímpar.

Realizar este trabalho provavelmente foi uma de minhas maiores façanhas, e talvez esteja emocionada por estar somente agora percebendo que se trata da realização de um sonho de garoto, o sonho de mais um entre muitos estudantes de origem pobre que conquista um lugar ao sol, num contexto de adversidades e obstáculos que simplesmente fazem com que eu olhe para traz e veja até aonde se pode chegar quando se tem perseverança, ousadia e fé na conquista dos objetivos.

No ano de 2002 estava no Seminário São Vicente de Paulo no município de Cametá, e foi a primeira vez que assisti a uma apresentação do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Naquela ocasião o NAEA havia sido convidado pelo poder público municipal para construir o Plano Municipal de Desenvolvimento Sustentável de Cametá. Fiquei extasiado com a riqueza das falas, a polidez dos palestrantes e principalmente, o modo como esta instituição fazia (e faz) ciência. Naquele dia determinei a mim mesmo “um dia farei meu doutorado no NAEA, serei aluno do NAEA, quero aprender e seguir os caminhos destes cientistas”.

Hoje estou tendo a oportunidade de realizar este que é um dos mais importantes projetos de minha vida e, sinceramente, minha satisfação é imensurável, pois não é fácil ser estudante do NAEA. Cobranças, exigências, prazos e a competência são alguns dos aspectos com os quais passei a conviver, e o hoje entendo por que esta instituição tornou-se uma das mais importantes da Amazônia. Ser um acadêmico do NAEA é, e sempre será para mim, um motivo de eterno orgulho, a esta instituição meu profundo e sincero agradecimento.

No processo de doutoramento não poderia deixar de agradecer a todos as pessoas que estiveram ao meu lado, tanto me prestando apoio material, como me oferecendo palavras amigas. Entre essas pessoas meus pais Abelardo e Catarina até hoje tem tido papel decisivo na conquista de meus sonhos, afinal todos os dias nos comunicamos, e todos os dias tenho a benção de meus pais, e o estímulo para continuar seguindo em frente e nunca desistir. A vocês meus pais todo meu amor e carinho.

Agradeço minha esposa Zana Portugal, companheira, amiga, mãe de meu filho, aquela que tem me ensinado muito mais do que meus livros poderiam dizer. Agradeço a você por ter me dado aquilo que tenho de mais precioso em minha vida: nosso filho Murilo. Várias foram as situações que você sozinha assumiu nossa responsabilidade, e tão bem conseguiu lidar com os problemas para que eu pudesse concluir esta etapa de minha vida, sem sua doação nada disso seria possível.

A Prof^a. Dr^a. Ligia Simoniam pela dedicação e interesse no processo de construção e conclusão deste trabalho.

Aos professores do NAEA, aos técnicos e pessoal de apoio, por ter me acolhido com amizade e garantir de maneira competente minha estadia com conforto e qualidade.

Ao pessoal da biblioteca do NAEA, profissionais competentes e atenciosas sempre dispostas a ajudar e solícitas frente as minhas necessidades.

Ao Campus da UFPA de Cametá, na pessoa dos professores Dr. Doriedson Rodrigues e Dr. Gilmar Pereira que não hesitaram em me liberar para os estudos, apoiando e incentivando a formação e qualificação docente.

Não poderia deixar de mencionar o agradecimento ao prof. Dr. Nonato Falabelo, amigo e conselheiro, e que assim como Dr. Gilmar foram e sempre serão meus mestres, obrigado por acreditarem em mim, e profetizarem ainda na graduação a chegada deste dia.

Aos colegas da turma de Doutorado 2010, em especial meus parceiros Augusto Lacerda, Pedro Baía, Nicola Savério, Lindomar, Ruben, Francisco, Jarsen, e as parceiras Milena, Naíla, Francimara, Sol.

Aos meus amigos Celso Francês, Enivaldo Monteiro, Aldo do Socorro, Rosivanderson Baía que sempre acompanharam de perto minhas angústias e jamais me abandonaram nos momentos difíceis.

Ao ICMBio pela autorização para que a realização deste trabalho se tornasse possível.

Aos Secretários Municipais de Educação de Porto de Moz, prof. Eliakim Souto, e de Oeiras do Pará prof^a Maria do Socorro pelo apoio e atenção dispensados a mim ao longo das pesquisas.

Aos presidentes dos Conselhos Gestores das RESEX Pedro Maciel - Arióca Pruanã, Antonio Duarte - Verde para Sempre, a vocês meus agradecimentos pela confiança depositada no acesso as informações.

Nos municípios de Porto de Moz e Oeiras do Pará minha gratidão pelas informações prestadas pelos STTR, Colônia de Pescadores, igrejas católica e evangélica, ICMBio, INCRA, SEMED.

Aos moradores das comunidades investigadas na RESEX Verde para Sempre e Arióca Pruanã, pela paciência, respeito pelo trabalho, solidariedade em me acolher em suas casas, sem a colaboração destes atores nada disso seria possível.

Aos diretores, professores, pessoal de apoio e estudantes das escolas envolvidas nesta pesquisa. Espero que suas falas possam servir de instrumento para outros estudos, e principalmente auxiliem a elaboração de políticas que possam resolver os problemas vivenciados todos os dias.

A professora Ludetana Araújo e o programa PARFOR pelo auxílio financeiro para a realização destas pesquisas.

Finalmente, agradeço a todos aqueles que direta ou indiretamente me ajudaram a realizar este trabalho, que todos se sintam abraçados e recebam minha eterna gratidão.

RESUMO

A presente tese de doutoramento constitui o resultado das atividades de investigação realizada nas Reserva Extrativista Verde para Sempre e Arióca Puanã – PA, com o objetivo de estabelecer entendimento sobre as consequências produzidas pela criação das duas Unidades de Conservação a partir de aspectos socioeducacionais e ambientais. A pesquisa é do tipo etnográfico, com base de interpretação qualitativa. Fez-se uso de estudo de caso comparativo, levantamentos bibliográficos, pesquisas de campo e entrevistas. Com base nesses procedimentos, descreveram-se os desdobramentos gerados pela criação da RESEX tendo com referência as políticas públicas educacionais já previstas, bem como a legislação ambiental vigente. A pesquisa considerou as transformações provocadas na dinâmica das relações sócio-políticas, econômicas e ambientais dos municípios de Porto de Moz e Oeiras do Pará, bem como a capacidade das políticas públicas vigentes com vistas a contemplar as necessidades e perspectivas das populações que vivem dentro e no entorno da unidade de conservação. Os resultados apontaram a fragilidade na implementação de políticas públicas nas duas UC, inexistência de elementos que estabeleçam relação entre o cotidiano vivido nas RESEX e o currículo escolar, ausência de projetos educativos formais e não formais relacionados às Unidades de Conservação no cenário amazônico.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Sustentabilidade. Reserva Extrativista. Educação do campo. Porto de Moz/PA. Oeiras do Pará/PA.

ABSTRACT

This thesis is the result of research activities carried out in the Extractive Reserves “Verde para Sempre” and “Arióca Pruanã” in the state of Pará, aiming to establish understanding of the consequences produced by the creation of two protected areas from socio-educational and environmental aspects. The research is an ethnographic one, based on qualitative interpretation. Comparative case study, literature surveys, field surveys and interviews were used in this research. Based on these procedures, it has been described the developments generated by the creation of extractive reserves with reference to the educational public policies already planned, as well as environmental laws. The research considered the changes wrought in the dynamics of socio-political, economic and environmental relations in the towns of Porto de Moz and Oeiras do Pará, and the ability of existing public policies in order to address the needs and perspectives of people living in and surrounding the protected area. The results showed the weakness in the implementation of public policies at both protected area, lack of evidence to establish the relationship between the life on the extractive reserves and the school curriculum, lack of formal and non-formal educational projects related to protected area in the Amazon scenario.

Key-words: Public Policies. Sustainability. Extractive Reserve. Field Education. Porto de Moz/PA. Oeiras do Pará/PA.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	A população de Porto de Moz entre os anos 1980-2010.....	130
Quadro 2 -	A situação das unidades domiciliares na área urbana e rural de Porto de Moz entre os anos de 1980 – 2010.....	130
Quadro 3 -	A população de Porto de Moz segundo sexo entre os anos de 1980 – 2010.....	131
Quadro 4 -	O número de habitantes por unidades domiciliares de Porto de Moz entre os anos 1996-2000.....	131
Quadro 5 -	O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em Porto de Moz entre os anos de 1991/2000/2010.....	132
Quadro 6 -	A população de Oeiras do Pará entre os anos 1980-2013.....	141
Quadro 7 -	Número de habitantes na área urbana e rural de Oeiras do Pará entre os anos de 1980 – 2010.....	142
Quadro 8 -	A população de Oeiras do Pará segundo sexo entre os anos de 1980 – 2010	142
Quadro 9 -	O número de habitantes por unidades domiciliares de Oeiras do Pará entre os anos 1996-2010.....	143
Quadro 10 -	O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em Oeiras do Pará entre os anos de 1970/1980/1991/2000/2010.....	143
Quadro 11 -	Indivíduos que contribuem com seu trabalho para os sustentos da família nas 10 comunidades da RESEX Arióca Pruanã.....	274
Quadro 12 -	Indivíduos que contribuem com seu trabalho para os sustentos da família nas 10 comunidades da RESEX Arióca Verde para Sempre.....	274

LISTA DE FIGURAS

Mapa1 -	RESEX Verde para Sempre no município de Porto de Moz.....	36
Figura 1-	As comunidades da RESEX Verde para Sempre.....	37
Mapa 2 -	RESEX Arióca Pruanã no município de Oeiras do Pará.....	38
Figura 2 -	As comunidades da RESEX Arióca Pruanã.....	39
Figura 3 -	Região de Integração do Xingu.....	113
Figura 4 -	Região de Integração do Tocantins.....	119
Figura 5 -	Localização das escolas polo no município de Porto de Moz	150

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 -	Madeira em tora apreendida na RESEX Verde para Sempre.....	133
Fotografia 2 -	Toras de madeira apreendidas na RESEX Verde para Sempre.....	133
Fotografia 3 -	Serraria em Porto de Moz.....	135
Fotografia 4 -	Placa de advertência na RESEX Arióca Pruanã.....	144
Fotografia 5 -	Búfalo na RESEX Arióca Pruanã.....	145
Fotografia 6 -	Gado bovino e madeira abandonada na área da Reserva Arióca Pruanã.....	146
Fotografia 7 -	Informe sobre o processo de eleição para presidente do comitê Gestor da RESEX Arióca Pruanã.....	149
Fotografia 8 -	Escola localizada na RESEX Verde para Sempre.....	151
Fotografia 9 -	Escola localizada na RESEX Verde para Sempre.....	151
Fotografia 10 -	Sala de aula em uma das escolas da RESEX Verde para Sempre.....	152
Fotografia 11 -	Sala de aula de uma das escolas da RESEX Verde para Sempre.....	152
Fotografia 12 -	Cozinha de uma das escolas da RESEX Verde para Sempre.....	153
Fotografia 13 -	Água recolhida do rio utilizada para preparo da merenda e lavagem da louça.....	154
Fotografia 14 -	Estudantes e professora da educação infantil em uma das escolas da RESEX Verde para Sempre.....	155
Fotografia 15 -	Estudantes da modalidade EJA em uma das escolas da RESEX Verde para Sempre.....	156
Fotografia 16 -	Embarcação utilizada no transporte escolar em Porto de Moz.....	158
Fotografia 17 -	Sala de aula de uma das escolas da RESEX Arióca Pruanã.....	201
Fotografia 18 -	Sala de aula de uma das escolas da RESEX Arióca Pruanã.....	202
Fotografia 19 -	Sala de aula de uma das escolas da RESEX Arióca Pruanã.....	202
Fotografia 20 -	Escola da RESEX Arióca Pruanã.....	203
Fotografia 21 -	Escola da RESEX Arióca Pruanã.....	204
Fotografia 22 -	Escola da RESEX Arióca Pruanã.....	204
Fotografia 23 -	Cozinha de uma das escolas da RESEX Arióca Pruanã.....	205
Fotografia 24 -	Cozinha de uma das escolas da RESEX Arióca Pruanã.....	206
Fotografia 25 -	Cozinha de uma das escolas da RESEX Arióca Pruanã.....	206
Fotografia 26 -	Instalações sanitárias de uma das escolas da RESEX Arióca Pruanã.	207
Fotografia 27 -	Instalações sanitárias de uma das escolas da RESEX Arióca Pruanã.	208

Fotografia 28 - Transporte Escolar na RESEX Arióca Puanã.....	212
Fotografia 29 - Transporte Escolar na RESEX Arióca Puanã.....	213
Fotografia 30 - Transporte Escolar na RESEX Arióca Puanã.....	213
Fotografia 31 - Estudantes chegando em uma das escolas da RESEX Arióca Puanã	216
Fotografia 32 - Família moradora da RESEX Arióca Puanã.....	224
Fotografia 33 - Assembleia realizada entre as comunidades da RESEX Verde Para Sempre.....	384
Fotografia 34 - Assembleia realizada entre as comunidades da RESEX Arióca Puanã.....	385

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -	Tempo que reside na RESEX Arióca Pruanã.....	253
Gráfico 2 -	Tempo que reside na RESEX Verde para Sempre.....	254
Gráfico 3 -	Formação escolar na RESEX Arióca Pruanã.....	256
Gráfico 4 -	Formação escolar na RESEX Verde para Sempre.....	256
Gráfico 5 -	Situação civil dos moradores na RESEX Arióca Pruanã.....	257
Gráfico 6 -	Situação civil dos moradores na RESEX Verde para Sempre.....	257
Gráfico 7 -	Situação da residência na RESEX Arióca Pruanã.....	258
Gráfico 8 -	Situação da residência na RESEX Verde para Sempre.....	258
Gráfico 9 -	O tipo de construção da residência na RESEX Arióca Pruanã.....	259
Gráfico 10 -	O tipo de construção da residência na RESEX Verde para Sempre...	259
Gráfico 11 -	Material do piso das casas da RESEX Arióca Pruanã.....	260
Gráfico 12 -	Material do piso das casas da RESEX Verde para Sempre.....	260
Gráfico 13 -	Número de cômodos das casas da RESEX Arióca Pruanã.....	261
Gráfico 14 -	Número de cômodos das casas da RESEX Verde para Sempre.....	261
Gráfico 15 -	Número de famílias residentes na mesma casa na RESEX Arióca Pruanã.....	262
Gráfico 16 -	Número de famílias residentes na mesma casa na RESEX Verde para Sempre.....	262
Gráfico 17 -	A origem da água consumida pelas famílias da RESEX Arióca Pruanã.....	264
Gráfico 18 -	A origem da água consumida pelas famílias da RESEX Verde para Sempre.....	264
Gráfico 19 -	O fornecimento de energia para as famílias da RESEX Arióca Pruanã.....	265
Gráfico 20 -	O fornecimento de energia para as famílias da RESEX Verde para Sempre.....	265
Gráfico 21 -	O sanitário das residências da RESEX Arióca Pruanã.....	267
Gráfico 22 -	O sanitário das residências da RESEX Verde para Sempre.....	267
Gráfico 23 -	As construções sanitárias utilizadas pelas famílias da RESEX Arióca Pruanã.....	268

Gráfico 24 -	As construções sanitárias utilizadas pelas famílias da RESEX Verde para Sempre.....	268
Gráfico 25 -	O destino do esgoto sanitário na RESEX Arióca Pruanã.....	269
Gráfico 26 -	O destino do esgoto sanitário na RESEX Verde para Sempre.....	269
Gráfico 27 -	O destino do lixo produzido na RESEX Arióca Pruanã.....	270
Gráfico 28 -	O destino do lixo produzido na RESEX Verde para Sempre.....	270
Gráfico 29 -	A condição do trabalhador da roça na RESEX Verde para Sempre...	271
Gráfico 30 -	A condição do trabalhador da roça na RESEX Arióca Pruanã.....	272
Gráfico 31 -	O principal responsável pela manutenção financeira da família na RESEX Arióca Pruanã.....	274
Gráfico 32 -	O principal responsável pela manutenção financeira da família na RESEX Verde para Sempre.....	274
Gráfico 33 -	A principal ocupação dos trabalhadores da RESEX Arióca Pruanã...	277
Gráfico 34 -	A principal ocupação dos trabalhadores da RESEX Verde para Sempre.....	277
Gráfico 35 -	O rendimento mensal das famílias residentes na RESEX Verde para Sempre.....	278
Gráfico 36 -	O rendimento mensal das famílias residentes na RESEX Arióca Pruanã.....	278
Gráfico 37 -	Os benefícios recebidos pelas famílias residentes na RESEX Arióca Pruanã.....	279
Gráfico 38 -	Os benefícios recebidos pelas famílias residentes na RESEX Verde para Sempre.....	279
Gráfico 39 -	A principal fonte de renda das famílias da RESEX Arióca Pruanã....	280
Gráfico 40 -	A principal fonte de renda das famílias da RESEX Verde para Sempre.....	280
Gráfico 41 -	O destino dos recursos das famílias da RESEX Arióca Pruanã.....	281
Gráfico 42 -	O destino dos recursos das famílias da RESEX Verde para Sempre.	281
Gráfico 43 -	A condição de moradia das famílias depois da criação da RESEX Arióca Pruanã.....	282
Gráfico 44 -	A condição de moradia das famílias depois da criação da RESEX Arióca Pruanã.....	283
Gráfico 45 -	A condição econômica das famílias após a criação da RESEX Arióca Pruanã.....	284
Gráfico 46 -	A condição econômica das famílias após a criação da RESEX Verde para Sempre.....	284

Gráfico 47 -	As atividades econômicas desenvolvidas pelas famílias da RESEX Verde para Sempre – Extrativismo.....	285
Gráfico 48 -	As atividades econômicas desenvolvidas pelas famílias da RESEX Arióca Pruanã – Extrativismo.....	286
Gráfico 49 -	As atividades econômicas desenvolvidas pelas famílias da RESEX Arióca Pruanã – Agricultura.....	287
Gráfico 50 -	As atividades econômicas desenvolvidas pelas famílias da RESEX Verde para Sempre – Agricultura.....	287
Gráfico 51 -	As atividades econômicas desenvolvidas pelas famílias da RESEX Arióca Pruanã – Pecuária.....	287
Gráfico 52 -	As atividades econômicas desenvolvidas pelas famílias da RESEX Verde para Sempre – Pecuária.....	289
Gráfico 53 -	As famílias da RESEX Arióca Pruanã receberam recursos do INCRA.....	289
Gráfico 54 -	As famílias da RESEX Verde para Sempre receberam recursos do INCRA.....	290
Gráfico 55 -	A origem do fomento recebido pelas famílias da RESEX Arióca Pruanã.....	291
Gráfico 56-	A origem do fomento recebido pelas famílias da RESEX Verde para Sempre.....	291
Gráfico 57-	A existência de postos de saúde nas comunidades investigadas na RESEX Arióca Pruanã.....	292
Gráfico 58 -	A existência de postos de saúde nas comunidades investigadas na RESEX Verde para Sempre.....	292
Gráfico 59 -	O atendimento a saúde na RESEX Arióca Pruanã.....	292
Gráfico 60 -	O atendimento a saúde na RESEX Verde para Sempre.....	293
Gráfico 61 -	Os problemas e doenças comuns entre as famílias da RESEX Arióca Pruanã.....	294
Gráfico 62 -	Os problemas e doenças comuns entre as famílias da RESEX Verde para Sempre.....	294
Gráfico 63 -	A ocorrência de campanhas de vacinação nas comunidades da RESEX Arióca Pruanã.....	295
Gráfico 64-	A ocorrência de campanhas de vacinação nas comunidades da RESEX Verde para Sempre.....	296
Gráfico 65 -	A deficiência dos postos de saúde da RESEX Arióca Pruanã.....	296
Gráfico 66 -	A deficiência dos postos de saúde da RESEX Verde para Sempre.....	297

Gráfico 67 -	A presença de médicos nos postos de saúde da Resex Arióca Pruanã.	297
Gráfico 68 -	A presença de médicos nos postos de saúde da RESEX Verde para Sempre.....	298
Gráfico 69 -	A atenção à saúde com criação da RESEX Arióca Pruanã.....	298
Gráfico 70 -	A atenção à saúde com criação da RESEX Verde para Sempre.....	299
Gráfico 71-	A quantidade de pessoas da família que frequentam as escolas da RESEX Arióca Pruanã.....	300
Gráfico 72 -	A quantidade de pessoas da família que frequentam as escolas da RESEX Verde para Sempre.....	300
Gráfico 73-	A distância das residências para as escolas da RESEX Arióca Pruanã	301
Gráfico 74 -	A distância das residências para as escolas da RESEX Verde para Sempre.....	301
Gráfico 75 -	O tempo gasto das residências até as escolas da RESEX Arióca Pruanã.....	302
Gráfico 76 -	O tempo gasto das residências até as escolas da RESEX Verde para Sempre.....	302
Gráfico 77 -	O meio de transporte utilizado para ir às escolas da RESEX Arióca Pruanã.....	302
Gráfico 78 -	O meio de transporte utilizado para ir às escolas da RESEX Verde para Sempre.....	303
Gráfico 79 -	Avaliação das escolas da RESEX Arióca Pruanã.....	303
Gráfico 80 -	Avaliação das escolas da RESEX Verde para Sempre.....	304
Gráfico 81 -	As dificuldades para frequentar a escola na RESEX Arióca Pruanã....	305
Gráfico 82 -	As dificuldades para frequentar a escola na RESEX Verde para Sempre.....	306
Gráfico 83 -	Participação em atividades educativas nas escolas da RESEX Verde para Sempre.....	306
Gráfico 84 -	Participação em atividades educativas nas escolas da RESEX Arióca Pruanã.....	307
Gráfico 85 -	As mudanças ocorridas nas escolas com a criação da RESEX Arióca Pruanã.....	308
Gráfico 86 -	As mudanças ocorridas nas escolas com a criação da RESEX Verde para Sempre.....	308
Gráfico 87 -	As escolas trabalham a sustentabilidade da RESEX Arióca Pruanã....	309
Gráfico 88 -	As escolas trabalham a sustentabilidade da RESEX Verde para Sempre.....	310
Gráfico 89 -	Os produtos consumidos na merenda escolar na RESEX Arióca	

	Pruanã.....	310
Gráfico 90 -	Os produtos consumidos na merenda escolar na RESEX Verde para Sempre.....	311
Gráfico 91-	Os filhos concluíram os estudos nas escolas da RESEX Arióca Pruanã.....	312
Gráfico 92-	Os filhos concluíram os estudos nas escolas da RESEX Verde para Sempre.....	312
Gráfico 93-	As escolas da RESEX Arióca Pruanã administram recursos financeiros.....	313
Gráfico 94-	As escolas da RESEX Verde para Sempre administram recursos financeiros.....	313
Gráfico 95 -	As direções das escolas da RESEX Arióca Pruanã prestam contas com as comunidades dos recursos financeiros recebidos.....	314
Gráfico 96 -	As direções das escolas da RESEX Verde para Sempre prestam contas com as comunidades dos recursos financeiros recebidos.....	314
Gráfico 97 -	Aspectos a melhorar nas escolas da RESEX Arióca Pruanã.....	315
Gráfico 98 -	Aspectos a melhorar nas escolas da RESEX Verde para Sempre.....	316
Gráfico 99 -	A presença de técnicos de educação da SEED/SEMED nas escolas da RESEX Arióca Pruanã.....	317
Gráfico 100 -	A presença de técnicos de educação da SEED/SEMED nas escolas da RESEX Verde para Sempre.....	318
Gráfico 101 -	A presença de técnicos de educação da SEED/SEMED nas escolas da RESEX Arióca Pruanã.....	319
Gráfico 102 -	A presença de técnicos de educação da SEED/SEMED nas escolas da RESEX Verde para Sempre.....	319
Gráfico 103 -	Instituições que desenvolvem ações na RESEX Arióca Pruanã.....	320
Gráfico 104 -	Instituições que desenvolvem ações na RESEX Verde para Sempre...	320
Gráfico 105 -	Vinculação a instituição organizativa na RESEX Arióca Pruanã.....	322
Gráfico 106 -	Vinculação a instituição organizativa na RESEX Verde para Sempre.	324
Gráfico 107 -	A participação das comunidades no conselho deliberativo da RESEX Arióca Pruanã	325
Gráfico 108 -	A participação das comunidades no conselho deliberativo da RESEX Verde para Sempre.....	325
Gráfico 109 -	Na RESEX Arióca Pruanã a instituição que você é vinculado promove.....	326
Gráfico 110 -	Na RESEX Verde para Sempre a instituição que você é vinculado promove.....	327

Gráfico 111 -	O melhor lugar para morar na RESEX Arióca Pruanã.....	328
Gráfico 112 -	O melhor lugar para morar na RESEX Verde para Sempre.....	329
Gráfico 113 -	O órgão de maior responsabilidade para a conservação da RESEX Arióca Pruanã.....	330
Gráfico 114 -	O órgão de maior responsabilidade para a conservação da RESEX Verde para Sempre.....	330
Gráfico 115 -	Eventos que o ICMBIO/CNPT promovem para a conscientização quanto a sustentabilidade da RESEX Arióca Pruanã.....	332
Gráfico 116 -	Eventos que o ICMBIO/CNPT promovem para a conscientização quanto a sustentabilidade da RESEX Verde para Sempre.....	332
Gráfico 117 -	Os cuidados ambientais com a exploração dos recursos da RESEX Arióca Pruanã têm como base.....	334
Gráfico 118 -	Os cuidados ambientais com a exploração dos recursos da RESEX Verde para Sempre têm como base.....	335
Gráfico 119-	A família pratica manejo florestal na RESEX Arióca Pruanã.....	336
Gráfico 120-	A família pratica manejo florestal na RESEX Verde para Sempre.....	336
Gráfico 121-	A família desenvolveu projeto de manejo florestal financiado na RESEX Arióca Pruanã.....	337
Gráfico 122-	A família desenvolveu projeto de manejo florestal financiado na RESEX Verde para Sempre.....	337
Gráfico 123 -	Na RESEX Arióca Pruanã há orientação quanto a exploração dos recursos naturais.....	338
Gráfico 124 -	Na RESEX Verde para Sempre há orientação quanto a exploração dos recursos naturais.....	338
Gráfico 125 -	As instituições que dão orientações técnicas na RESEX Arióca Pruanã.....	339
Gráfico 126 -	As instituições que dão orientações técnicas na RESEX Verde para Sempre.....	339
Gráfico 127 -	As mudanças ocorridas nas comunidades com a criação da RESEX Arióca Pruanã.....	341
Gráfico 128 -	As mudanças ocorridas nas comunidades com a criação da RESEX Verde para Sempre.....	342
Gráfico 129 -	Sobre a presença dos técnicos do ICMBIO na RESEX Verde para Sempre.....	343
Gráfico 130 -	Sobre a presença dos técnicos do ICMBIO na RESEX Arióca Pruanã.....	344

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ALBRAS Alumínio Brasileiro S/A

ALUNORTE Alumina do Norte do Brasil S/A

AMOREAP Associação dos Moradores da Reserva Extrativista Arióca Pruanã

AP Áreas de Preservação

AP Estado do Amapá

APACC Associação Paraense de Apoio às Comunidades Carentes

ATER Assistência Técnica e Extensão Rural

CCGO Comissão Contra a Grilagem de Terras de Oeiras do Pará

CEB Conselho de Educação Básica

CME Conselho Municipal de Educação

CMMAD Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento

CNE Conselho Nacional de Educação

CNPT Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações

CNS Conselho Nacional dos Seringueiros

COMES Conselho da Merenda Escolar

COMIG Comitê Gestor

CONAB Companhia Nacional de Abastecimento

CONAMA Conselho Nacional de Meio Ambiente

CONGE Conselho Gestor

CP Colônia de Pescadores

DDT Dicloro-Difenil-Tricloroetano

EJA Educação de Jovens e Adultos

ELETRONORTE Centrais Elétricas do Norte

EMATER Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRAPA Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EMEF Escola Municipal de Ensino Fundamental

FETAGRI Federação dos Trabalhadores na Agricultura

FLONAS Florestas Nacionais

FNDE Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

FUNAI Fundação Nacional de Assistência ao Índio

FUNASA Fundação Nacional de Saúde

FUNDEB Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação

IBAMA Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMBIO Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IDH Índice de Desenvolvimento Humano

INCRA Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INEP Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

ITERPA Instituto de Terras do Pará

LAET Laboratório Agroecológico da Transamazônica

LDBN Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC Ministério da Educação

MMA Ministério do Meio Ambiente

MPA Movimento dos Pescadores Artesanais

MPF Ministério Público Federal

MPST Movimento pela Sobrevivência da Transamazônica

MTE Ministério do Trabalho e Emprego

ONG Organização Não Governamentais

ONU Organização das Nações Unidas

PA Estado do Pará

PAA Programa de Aquisição de Alimentos

PARFOR Programa Nacional de Formação Docente em Educação Básica

PBF Programa Bolsa Família

PDDE Programa Dinheiro Direto na Escola

PDE Plano de Desenvolvimento da Escola

PDS Plano de Desenvolvimento Sustentável

PIB Produto Interno Bruto

PIR Plano de Inserção Regional

PM Prefeitura Municipal

PNE Plano Nacional de Educação

PNHR Programa Nacional de Habitação Rural

PNLD Programa Nacional do Livro Didático

POC População Ocupada

POEMA Programa Pobreza e Meio Ambiente na Amazônia

PPA Plano Plurianual

PPP Projeto Político Pedagógico

PROCAMPO Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo

PRONAF Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PSDB Partido da Social Democracia do Brasileira

PT Partido dos Trabalhadores

RAND CORPORATION Research and Development

RB Relatório de Beneficiários

RESEX Reserva Extrativista

SEAGRI-PM Secretaria de Agricultura de Porto de Moz

SECTAM Secretaria de Estado e Meio Ambiente

SEDUC Secretaria de Educação do Estado do Pará

SEED Secretaria Estadual de Educação

SEIR Secretaria de Estado e Integração do Pará

SEMA Secretaria Municipal de Meio

SEMED Secretaria Municipal de Educação

SEPAQ Secretaria de Pesca e Aquicultura do Estado Pará

SEPOF Secretaria de Estudos, Planejamento, Orçamento e Finanças

SINTEPP Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Educação do Estado do Pará

SNUC Sistema de Unidades de Conservação

STTR Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

UC Unidade de Conservação

UFPA Universidade Federal do Pará

UHE Usina Hidrelétrica

UNIASSELVI Universidade Leonardo da Vinci

UVA Universidade do Vale do Acaraú

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	26
1.1	Implicações teóricas e sociais para a pesquisa.....	46
1.2	Procedimentos metodológicos.....	58
2	POLÍTICAS PÚBLICAS, UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, POPULAÇÕES TRADICIONAIS, PARTICIPAÇÃO E SUSTENTABILIDADE.....	65
2.1	Políticas públicas: conceito e importância.....	65
2.2	A constituição do sistema de unidades de conservação.....	78
2.2.1	A importância da área de entorno da RESEX.....	83
2.3	Populações tradicionais.....	86
2.3.1	As populações indígenas.....	90
2.3.2	A inserção de populações quilombolas.....	95
2.3.3	As populações pesqueiras.....	98
2.3.4	Os seringueiros na Amazônia.....	101
2.4	O paradigma do desenvolvimento sustentável e a sustentabilidade	103
2.5	A participação social.....	107
3	A CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO DE INTEGRAÇÃO DO XINGU.....	113
3.1	Aspectos gerais.....	113
4	A CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO DE INTEGRAÇÃO DO TOCANTINS.....	119
4.1	Aspectos gerais.....	119
5	O MUNICÍPIO DE PORTO DE MOZ.....	126
5.1	Aspectos históricos e culturais.....	126
5.2	Aspectos físico-territoriais.....	128
5.3	Demografia.....	129
5.4	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).....	131
5.5	A reserva extrativista verde para sempre.....	132
6	O MUNICÍPIO DE OEIRAS DO PARÁ.....	138
6.1	Aspectos históricos e culturais.....	138
6.2	Aspectos físico-territoriais.....	140
6.3	Demografia.....	141
6.4	Índice de desenvolvimento humano.....	143
6.5	A reserva extrativista Arióca Pruanã.....	143
7	CARACTERIZAÇÃO DAS ESCOLAS, COMUNIDADES E RELAÇÕES INTERINSTITUCIONAIS INVESTIGADAS NA RESEX VERDE PARA SEMPRE.....	150
7.1	O perfil das escolas da RESEX Verde para Sempre.....	150

7.2	Observação participante nas escolas e nas comunidades da RESEX Verde para Sempre.....	162
7.3	A atuação dos gestores das escolas de RESEX Verde para Sempre.....	170
7.4	Os professores que atuam na RESEX Verde para Sempre.....	178
7.5	Os atores sociais da secretaria de educação.....	182
7.6	Os dirigentes de órgãos que possuem projetos e/ou responsabilidades com a RESEX Verde para Sempre.....	185
8	CARACTERIZAÇÃO DAS ESCOLAS, COMUNIDADES E RELAÇÕES INTERINSTITUCIONAIS INVESTIGADAS.....	201
8.1	O perfil das escolas da RESEX Arióca Puanã.....	201
8.2	Observação participante nas escolas e nas comunidades DA RESEX Arióca Puanã.....	215
8.3	A atuação dos gestores das escolas de RESEX Arióca Puanã.....	224
8.4	Os professores que atuam na RESEX Arióca Puanã.....	234
8.5	Os atores sociais da secretaria de educação.....	237
8.6	Os dirigentes de órgãos que possuem projetos e/ou responsabilidades com a RESEX.....	241
9	DIFERENÇAS E SIMILARIDADES ENTRE AS RESEX VERDE PARA SEMPRE E ARIÓCA PRUANÃ.....	252
9.1	Os contrastes ente o rural e o urbano nas UC Verde para Sempre e Arióca Puanã.....	343
9.2	A política educacional nos município de Porto de Moz e Oeiras do Pará.....	349
9.3	A política pública educacional nas comunidades das RESEX Verde para Sempre e Arióca Puanã.....	357
10	AS POLITICAS AMBIENTAIS E A EDUCAÇÃO NAS RESEX VERDE PARA SEMPRE E ARIÓCA PRUANÃ.....	366
10.1	As possibilidades educacionais na RESEX Verde para Sempre e Arióca Puanã.....	366
10.2	Educação e sustentabilidade.....	375
10.3	As populações extrativistas das RESEX Verde para Sempre e Arióca Puanã: perspectivas futuras frente aos processos participativos.....	182
11	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	395
	REFERÊNCIAS.....	401
	APÊNDICES.....	420

1 INTRODUÇÃO

A revolução industrial ocorrida no final do século XVIII e início do XIX, representa um marco importante no processo de dominação sobre a natureza, caracterizando-se até os dias atuais pelas as ações antrópicas empreendidas pela constante expansão dos domínios do capital cujo resultado são as contradições entre crescimento econômico e manutenção dos ecossistemas que os sustentam, o que inevitavelmente ocasiona processo de desequilíbrio. Alteram-se não só condições de vida, mas tornam-se mais precárias as condições de sobrevivência das populações mais pobres, tendo como fatores motivacionais os padrões altos de consumo material e energético das sociedades contemporâneas (BUARQUE, 2006; FOLADORI, 2001; SACHS, 2004; XIMENES, 1997). Os indicadores da deterioração dos ecossistemas em todo o mundo tornam-se alarmantes, à medida que a capacidade de suporte do planeta Terra vem sendo reduzida.

Alguns fenômenos têm contribuído para mudanças importantes no planeta tais como o desmatamento, a expansão da erosão em terras cultiváveis, a poluição de rios e dos mares. Somado a todas estas questões, existe o agravante da exaustão de fontes de energias não renováveis e o crescimento desordenado da população, principalmente nos países pobres (FERNANDES; GUERRA, 2006; SOUZA, 2000). Tais questões estão relacionadas ao paradigma de desenvolvimento sustentável produzido pelos países ricos, o que por sua vez, pressupõe trazer para o campo de análise a condição de pobreza e exploração dos seres humanos, na sua maioria, bem como o processo intenso de degradação do meio ambiente.

Na conjuntura atual, no que se refere às questões relacionadas à problemática ambiental, tem ganhado força o debate sobre Unidades de Conservação (UC)¹, especialmente por estas se apresentarem como estratégia para a proteção da biodiversidade procurando relacionar seu propósito, de forma equilibrada, às demandas das populações residentes nestas áreas. Entre as categorias que pertencem ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC (BRASIL, 2000), é provável que as Reservas Extrativistas (RESEX)² são as que

¹ A Unidade de Conservação está prevista no art. 18 da Lei nº. 9.985 (BRASIL, 2000), no art.2º, inciso I: espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.

² A RESEX está prevista no art. 18 da Lei nº. 9.985 (BRASIL, 2000). É uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais desta UC de Uso Sustentável (UCUS). É uma área de domínio público, com uso concedido às populações extrativistas tradicionais conforme o

melhor conseguem conceber o ideário de conquistas sociais, sem perder de vista a preocupação com a conservação ambiental. A considerar o pensamento de pesquisadores como Allegretti (2002), Loureiro (2007) e Simonian (2000), estas UC conseguem viabilizar a presença de seres humanos no interior de seus limites, e os integra como base de sua criação, representando assim, uma conquista dos grupos sociais na redistribuição de um território.

As RESEX constituem um instrumento importante de sobrevivência para as populações tradicionais, pois ao mesmo tempo em que lhes garante a posse legal da terra, permite a exploração ordenada com vistas à sustentabilidade (ALLEGRETTI, 2002; FERREIRA, 2001; SIMONIAN, 2007, 2000). Porém esta mesma discussão envolve interpretações que apontam não apenas a insustentabilidade econômica, como também afirma o fim da atividade extrativa na Amazônia (HOMMA, 1992; AMIN, 1997). Sabe-se que a criação destas unidades pode representar uma alternativa viável, não só amenizando o êxodo rural, mas também estimulando o trabalho e permanência das famílias na floresta. Este modelo de UC tem como preceito respeito aos limites da floresta e ameniza a implantação de culturas degradantes, como a pecuária ou mesmo a agricultura desordenada.

Os estudos e pesquisa sinalizam que dentre as condições necessárias para que as RESEX possam se consolidar, faz-se necessária à elaboração e implementação de um conjunto de políticas públicas³ envolvendo os âmbitos federal, estadual e municipal. O papel destes três entes é fundamental para a efetivação de ações capazes de dar resposta às demandas sociais. Porém, tal processo tem sido difícil em virtude da incapacidade de construção de uma agenda de interesses e objetivos capaz de contemplar os anseios dos atores deste processo.

O ato de criar a área de RESEX por decreto constitui apenas uma das etapas e necessita de ações articuladas e sistemáticas para constituir-se como proposta de sustentabilidade. Neste sentido, é imprescindível que se viabilize investimentos nas áreas de infraestrutura e serviços básicos – como saúde, educação, lazer, infraestrutura, energia elétrica – capazes de proporcionar condições de vida mais digna às comunidades residentes, não só nas RESEX, como também em seu entorno. Muitas são as ações que se fazem necessárias nestas áreas, onde as intervenções implementadas pelo o Estado quase sempre são precárias, deficientes, ou assumem caráter repressor (a ex. apreensões e autuações feitas pelos organismos de fiscalização do estado).

disposto no art. 23 desta mesma lei e em regulamento específico sendo que as áreas particulares incluídas em seu limite devem ser desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.

³As políticas públicas consideradas neste trabalho envolvem saúde, educação, transporte, segurança alimentar, habitação.

Neste trabalho é especialmente destacada a questão relacionada à educação, e meio ambiente, que na região amazônica tem sido tratado de maneira problemática, especialmente por conta, não só das especificidades regionais⁴, como também pela dificuldade de acesso às comunidades distantes, que somados a falta de interesse político agravam ainda mais os problemas. Esta região tem sido marcada pela debilidade de políticas públicas específicas capazes de garantir a formação política, social e educacional de sua população (ARAGÓN, 1997; CANALI, 2007; LIMA, 2001). Educadores, educandos, lideranças, pesquisadores têm denunciado a grave situação das populações que vivem nessa região, especialmente aquelas que se encontram na área rural.

Além disso, as consequências sociais e humanas, com relação aos modelos de desenvolvimento baseados na exclusão e na pobreza da maioria, têm sido bastante questionadas (LIMA, 2001; SIMONIAN, 2007; SOUSA, 2002). A Amazônia tem representado um laboratório de políticas desenvolvimentistas desastrosas onde os principais prejudicados são as populações tradicionais⁵, moradores das áreas rurais. Parte dos projetos e ações desenvolvimentistas, nesta região, concebe as pessoas como objeto e não como participantes e agentes de construção da realidade.

Em contraponto a esse fato, tem se observado importantes manifestações por parte das populações rurais que vem exigindo ações do Estado capazes de atender algumas de suas especificidades fundamentais. A história tem provado que estes grupos sociais vêm cobrando maior inserção e participação nas disputas por espaço das decisões políticas, disputas territoriais, reconhecimento de culturas e saberes locais. Os esforços têm sido importantes e significativos e os resultados começam a ser percebidos na construção de projetos e ações de cunho social, cultural e ambiental.

Uma das ações cobradas se refere ao acesso à educação formal, que na região amazônica deve ser também discutido à luz da concepção de educação rural, uma vez que parte dessa população encontra-se vivendo nos rios e florestas. Na perspectiva de tentar atender a tal demanda o parágrafo único do art. 2º das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (Resolução CNE/ CEB nº 1, de 03 de abril de 2002) dispõe que:

⁴ São consideradas como especificidades regionais as manifestações culturais e religiosas, modo de falar, os alimentos, relações estabelecidas como o meio ambiente.

⁵Nos últimos anos, se tem produzido todo um debate acadêmico sobre esta categoria analítica; para uma introdução a tais discussões, dentre outros autores, ver Simonian (2007, 2005).

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na sua temporalidade de saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por estas questões à qualidade social da vida coletiva no país.

Ainda, de acordo com o Plano Nacional de Educação - PNE e art.23,

A escola rural requer um tratamento diferenciado, pois a oferta de Ensino Fundamental precisa chegar a todos os recantos do país e a ampliação da oferta de 04 séries regulares em substituição às classes isoladas unidocentes é meta a ser perseguida, consideradas as peculiaridades regionais e a sazonalidade (BRASIL, 2008).

Tais metas, nas comunidades rurais que compõem o cenário amazônico, ainda representam um desejo distante da realidade concreta das salas de aula.

Ao longo dos tempos, várias tem sido as denúncias e críticas com relação à maneira deficiente com que o Estado vem realizando as obrigações definidas pela Legislação Nacional de Educação, bem como as metas almejadas pelo PNE. Para Shiroma (2002), durante muito tempo as políticas voltadas para a educação brasileira resumiram-se a ações assistencialistas de efeito paliativo que apresentaram resultados muito tímidos no que concernem avanços na qualidade do ensino. No que se refere às áreas rurais, tem aumentado gradativamente as cobranças das populações residentes nesses locais por mudanças e transformações, uma vez que estas pessoas, mesmo que de modo limitado, vem construindo entendimento e compreensão de seus problemas dentro da estrutura social.

Nas últimas décadas as populações rurais passaram a se apropriar de informações, conhecimento e compreensão sobre processo de exclusão, no qual são submetidas, o que remete Arroyo et al. (2004) e Gohn (1999) a fazer a reflexão de que a região rural, no Brasil, está em movimento e começa a cobrar ações mais significativas. Há tensões, lutas sociais, organizações e movimentos de trabalhadores, trabalhadoras da terra que estão mudando o jeito da sociedade olhar para o meio rural e seus sujeitos. A área rural deve ser vista como um lugar rico e cheio de vida, liberdade e bem-estar, para isto, é fundamental que essas populações tomem consciência de sua condição e exijam dos organismos governamentais ações que possam viabilizar projetos sustentáveis.

As populações residentes rurais começam a compreender que a melhor forma de conseguir a sustentabilidade é gerando uma unidade de grupo dentro da própria comunidade, qualificando-se para debater, discutir e formular políticas voltadas para saúde, educação com

vistas a responder às suas necessidades. Na visão de Kolling et al. (1999, p. 29), “[...] não basta ter escolas no campo, quer-se ajudar a construir escolas do campo, ou seja, escolas com um projeto político pedagógico vinculado as causas, aos desafios, aos sonhos, à história e à cultura do povo que trabalha no campo”. A construção desta sociedade sustentável envolve a promoção de uma educação que estimule a transformação ética e política dos indivíduos, os processos de produção e apropriação dos bens econômicos, bem como das instituições, promovendo mudanças que percorram o cotidiano individual e coletivo.

Nesse cenário, o desafio da educação é mediar um novo projeto de sociedade, no qual os aspectos políticos, sociais, econômicos, culturais e ambientais sejam revistos criticamente a fim de que possam contemplar as demandas historicamente ignoradas. Isto implica levar os cidadãos a uma compreensão de que sua realidade imediata sofre os reflexos da realidade social, ao mesmo tempo em que as ações individuais vão se somar às ações de outras pessoas e formar o tecido social⁶. Esta relação dialética entre o individual e o coletivo vai dar movimento à realidade, e poderá concretizar-se em um mundo mais justo e sustentável aos humanos e demais seres vivos, sem os quais não haveria o mundo tal qual se conhece.

Falar de educação e meio ambiente, inevitavelmente impõe considerar, mesmo que de modo superficial, a questão relacionada à saúde, uma vez que na região amazônica, as doenças infecciosas e parasitárias continuam representando um fenômeno preocupante e de relevância regional importante carecendo de políticas públicas emergenciais, especialmente quando relacionadas à falta de instrução, informação e conhecimento. A considerar as políticas públicas na Amazônia, Cei (2010, p. 445-446) faz a seguinte afirmação:

É cômodo ignorar estatísticas quando se fala sobre a floresta amazônica e o rio Amazonas, o maior rio em volume de água, e de suas importâncias vitais na prestação de serviços ambientais ao Brasil e ao mundo desenvolvido e interligado. Porém, a omissão de políticas públicas, como as que são necessárias quanto à inclusão social de populações tradicionais e para que a conservação ambiental seja possível e real, resulta na insustentabilidade ambiental. E, conseqüentemente, o que se tem são condições precárias de vida entre a maioria da população amazônica, sendo que muitos segmentos vivem envolvidos hoje em lixo e com saúde, salubridade e higiene sem qualidade.

⁶No Concise Oxford Dictionary of Sociology, tecido social, capital social ou malha social é o termo usado atualmente para se referir aos aspectos sociais de uma cidade, e não a sua estrutura física; relaciona-se aos indivíduos, a coletividade, que estão ligados por uma ou mais relações sociais profundas, apenas compreendidas pela análise do poder, formando uma malha social, no caso desta tese, este termo foi adotado pra se estabelecer entendimento sobre as populações ruais.

Estas questões estão relacionadas com processos focais arraigados nos ecossistemas, bem como dinâmicas geradas por transformação social e ambiental ou ainda como processos tipicamente urbanos.

Ao mesmo tempo, a alta concentração populacional em zonas urbanas de maior porte põe em relevância as doenças degenerativas e lesões por causas externas como componentes do quadro geral de mortalidade (CARVALHO; CASTRO; COUTO, 2007). A região amazônica concentra um número grande de casos de doenças graves como malária, dengue e tuberculose.

Como exemplo pode ser citado o caso da *malária* que é uma doença infecciosa potencialmente grave, causada por parasitas (protozoários do gênero *Plasmodium*) que, em condições naturais, é transmitida por fêmeas de mosquitos do gênero *Anopheles*. O transmissor principal, na região amazônica, é o *Anopheles darlingi*, que tem como criadouro áreas com acúmulo de água. A transmissão tem sido frequente no interior das habitações localizadas em áreas rurais e semi-rurais, mas pode ocorrer em áreas urbanas especialmente onde há pouco saneamento.

No Brasil, a existência de *malária* (febres terças e quartãs) é registrada de forma esporádica pelo menos desde 1587 (FUNASA, 2011). A partir da década de 1870, com o início da exploração da borracha na Região Amazônica, esta doença torna-se um grande problema de Saúde Pública. Segundo Weinstein (1993) a exploração da borracha atraiu dezenas de milhares de imigrantes provenientes do Nordeste, que foram sistematicamente dizimados pela malária.

Em 1970 foram registrados no Brasil 52.000 casos, o menor número desde o início da aplicação do Dicloro-Difenil-Tricloroetano (DDT), considerando que a quase totalidade dos casos ocorreu na Região Amazônica. A partir de então a situação da malária começa progressivamente a se agravar e, em 1999, foram registrados 635.646 casos na Região Amazônica (CIVES, 2011). A migração interna relacionada aos projetos agropecuários; à construção de rodovias e hidroelétricas, e às atividades de garimpo e mineração, desenvolvidos na Região Amazônica, foram os principais fatores responsáveis pelo agravamento.

Andrade (2010, p. 407), considerando a situação das populações amazônicas, especialmente a indígenas, afirma que “apesar dos esforços feitos para o controle da malária, a situação mais geral continua extremamente vulnerável e constitui-se um agravamento à saúde desta população diferenciada”. No contexto atual, a transmissão da malária no Brasil está especialmente restrita à Amazônia Legal (Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso,

Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins). Nas cidades desta Região pode haver transmissão significativa, mesmo em algumas das capitais destes Estados, como vem acontecendo com frequência na periferia de Manaus e Porto Velho.

Outro problema tem sido a dengue, que hoje constitui objeto de maior campanha de saúde pública do Brasil, concentrada no controle do *Aedes aegypti*, vetor único reconhecido como transmissor do vírus da dengue. Este mosquito está adaptado a se reproduzir nos ambientes doméstico e peridoméstico, proliferando rapidamente em ambientes que armazenam água potável e água de chuvas, encontrados com frequência nos lixos e terrenos baldios das cidades. A dengue encontra-se presente em todos os 27 estados da Federação, distribuída por 3.794 municípios, sendo responsável por cerca de 60% das notificações nas Américas (FUNASA, 2011).

O avanço da dengue está relacionado às condições ecológicas e socioambientais que facilitam a dispersão do vetor. A incidência sazonal da dengue nos meses quentes associa-se à conhecida sensibilidade do ciclo reprodutivo do *Aedes aegypti* a variações de temperaturas. Nos meses em que a temperatura cai, verifica-se que a incidência de casos diminui significativamente, como é bem conhecido.

Na região amazônica, onde o clima é quente e úmido praticamente o ano todo e os serviços de vigilância sanitária ainda são precários, o *Aedes Aegypti* encontra ambiente favorável para proliferar. As ações de combate ao mosquito ainda não tem sido eficazes e a população continua sofrendo os efeitos da doença. Quer seja na área rural ou urbana a dengue tem provocado muito sofrimento e exigido gastos significativos para seu controle.

A tuberculose também constitui prioridade de saúde pública no Brasil, caracterizando-se por apresentar elevada incidência e distribuição espacial heterogênea nas diferentes regiões do país, guardando relação estreita com as condições socioeconômicas da população. Na Amazônia, onde vive cerca de 60% da população indígena do país, a incidência média da tuberculose atingiu 75,1 casos por 100.000 habitantes no período 1980-2000, a mais elevada dentre as regiões geopolíticas brasileiras (BASTA; COIMBRA JUNIOR; ESCOBAR; SANTOS, 2004). O impacto dessa endemia sobre as populações indígenas tem sido grande, pois no estado de Rondônia e regiões vizinhas, a tuberculose não apenas contribuiu para o declínio populacional significativo, verificado em diversas etnias ao longo do século XX, como também permanece como proeminente causa de mortalidade.

Todas estas questões estão combinadas com: a) a dificuldade de acesso físico e geográfico de medicamentos à população; b) crise nos sistemas de saúde; c) redes de serviço com debilidade em infraestrutura, recursos humanos e materiais adequados para o

atendimento da população; d) ausência de saneamento básico nas cidades e comunidades rurais; e) baixo nível de instrução da população, o qual dificulta o resultado de campanhas, o que faz com que a região amazônica vivencie graves problemas com a saúde. A partir das questões acima apontadas, compreende-se que o processo educativo, conjugado à questão da saúde e o meio ambiente, deveria ser capaz de auxiliar a organização dos cidadãos das comunidades no sentido de contribuir para a eleição de prioridades, adoção de práticas saudáveis e higiênicas, proposição de alternativas e cobrança de ações.

Com relação à participação de Estado, Cei (2010, p. 446) é categórica ao afirmar que:

Sabe-se que o investimento em saneamento básico, negligenciado pelo Estado, sempre para obras que envolvem pontes, prédios, túneis e rodovias, esses de interesse políticos para atrair votos, por serem suntuosos e aparentes. Por sua materialidade e visibilidade, estas garantem votos em eleições para cargos públicos e em especial ante a posição de reeleições.

Na medida em que os membros da comunidade passam a compreender melhor a problemática vivenciada, torna-se possível estabelecer debates mais produtivos com vistas à construção de propostas voltadas ao bem estar comum, bem como aumenta a percepção a cerca da forma como as políticas públicas vêm sendo pensadas para a região.

Diante das questões apontadas, com esta investigação, espera-se contribuir para o debate a cerca das consequências produzidas pela vulnerabilidade do processo de implementação de políticas públicas na região amazônica, tendo como centralidade à viabilidade e resultados produzidos pelo SNUC a partir da criação das RESEX Verde para Sempre e Arióca Pruanã, bem como refletir sobre os desafios estabelecidos pela ausência de políticas eficazes nos campos educacional e socioambiental. Almeja-se, com resultado das pesquisas, incentivar debates, estudos e pesquisas que conduzam os atores sociais destas UC a elaborar propostas que tornem viável a participação popular no processo de planejamento e implementação de ações. É possível afirmar, neste momento, que a sobrevivência de populações em UC, com qualidade de vida digna, depende da elaboração e execução de políticas públicas capazes de estabelecer equilíbrio entre meio ambiente e seres humanos.

A RESEX “Verde para Sempre”, está localizada em Porto de Moz–PA, foi criada pelo Decreto Presidencial nº 215 de 08 de novembro de 2004, com uma área de 1.288.717 hectares, habitada por 110 comunidades (Mapa 1). Por sua vez, a RESEX Arióca Pruanã foi criada por meio do Decreto Presidencial s/n de 16 de novembro de 2005 no município de Oeiras do Pará com área de 83.445 hectares onde habitam cerca de 2000 pessoas distribuídas

em 26 comunidades (Mapa 2). A criação das duas reservas trouxe mudanças, tanto na área urbana como na rural dos municípios onde estão localizadas.

É possível afirmar que as medidas de criação das duas RESEX provocaram transformações na tradicional configuração das relações sociais, políticas, econômicas e ambientais, estabelecidas nestas áreas. Este conjunto de mudanças produziu interesse em se estabelecer uma investigação de caráter comparativo entre as duas UC, localizadas em regiões distintas, mas com constituição, histórico, econômico e social parecidos. A opção pela escolha das dez comunidades de cada uma das RESEX representou a possibilidade de se reunir dados e informações capazes de permitir questionamentos, reflexões e conclusões.

No município de Porto de Moz, a população é de 33.956 pessoas (BRASIL, 2010) sendo que 19.373 vivem na área rural, e destes, mais da metade vive no interior da RESEX. Merece destaque, no interior da reserva, as comunidades de Arimum, Depedreira, Bacabal, Cuieiras, Miritizal, São Pedro do Aquiqui, Juçara, Caridade, São Miguel, Santa Luzia, Carmelino, Santa Clara, Bom Jesus, Paraíso, Pedreira e Cariá. No que concernem às atividades de pesquisa realizadas na RESEX Verde para Sempre foram escolhidas as comunidades de São Benedito, Boa Esperança, Batata, São Pedro de Vila Custódio, no rio Jaurucu; Vila Bom Jesus, no rio Quati; Pedreira, no rio Acaraí; São Pedro, no rio Aquiqui; Miritizal, no rio Peituru; São Domingos, Rio Xingu; São João, rio Majarí.

No município de Oeiras do Pará, a população é de 28.595 sendo que 17.163 vivem na área rural (BRASIL, 2010), e destes cerca de 2000 pessoas vivem no interior da RESEX (LBA, 2011). Dentro da reserva a população está distribuída em 20 comunidades: Castanheiro, São Sebastião, Melancial, Bela Vista, Rio Preto, Terra Alta, Filadélfia, Jaquarequara, Deus Proverá, Vila Valério, Vila Nova, São Raimundo, Pedreira, Santo Antonio, Palmeira, Ribeira, Pruanã, Mocajatuba, São João e Santa Maria. As atividades de pesquisa na RESEX Arióca Pruanã foram realizadas nas comunidades de Castanheiro; São Sebastião; Melancial; Bela Vista; Terra Alta; Jaquarequara; Vila Valério; Pedreira; Santo Antonio; São Raimundo.

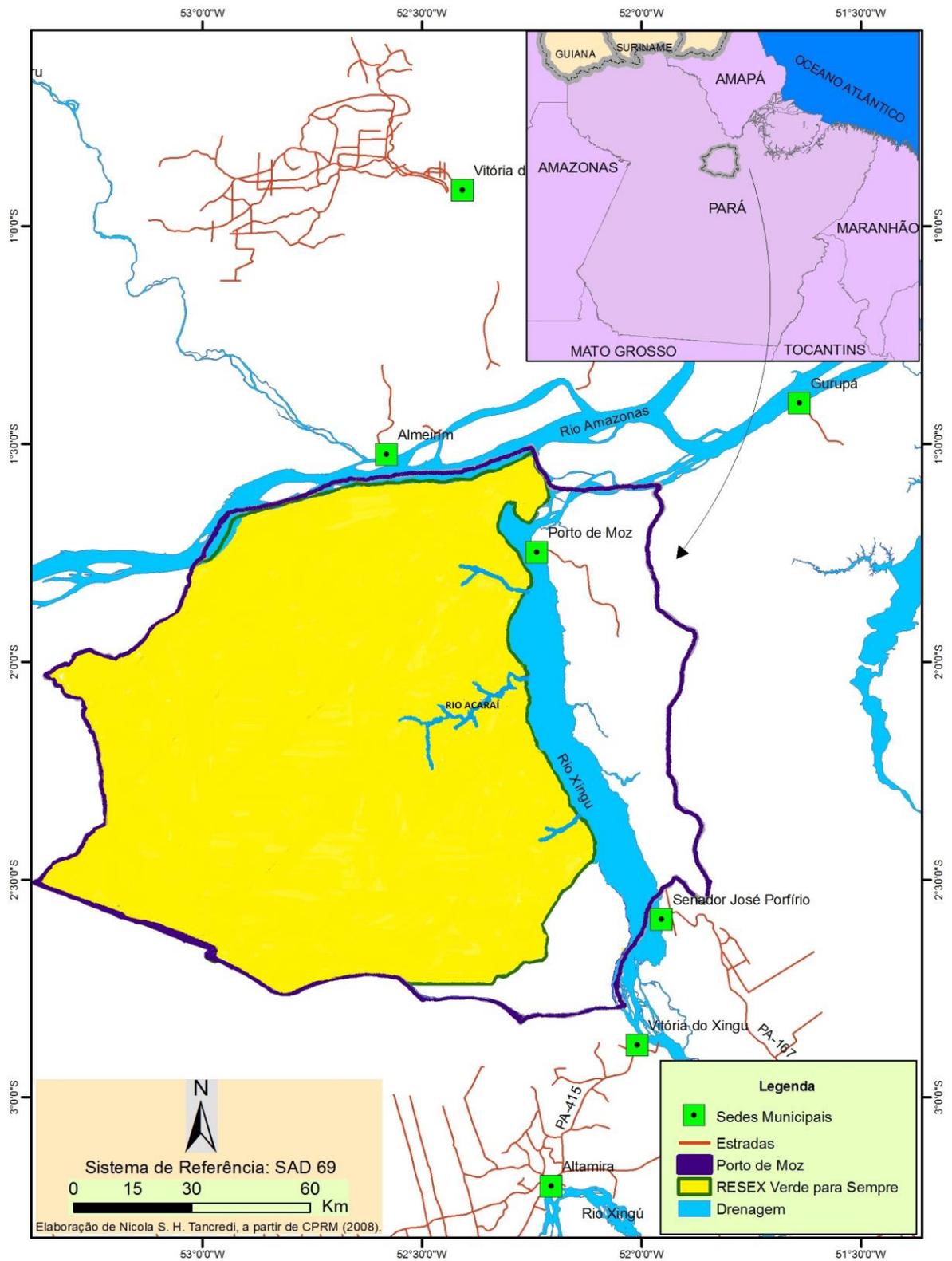
O critério de escolha das comunidades, para tal pesquisa, levou em consideração a importância e representatividade que elas exerceram nos municípios frente ao processo de criação das RESEX, a existência de unidades escolares. Outros aspectos considerados foram, a viabilidade para o deslocamento, em virtude de se tratar de localidades distantes umas das outras; e a quantidade de famílias que vivem nas comunidades variando de 15 a 35.

O tempo de deslocamento entre a cidade de Porto de Moz e as comunidades que compõem a RESEX Verde para Sempre varia de uma hora (para a mais próxima) e sete horas

(para a mais distante). No caso de RESEX Arióca Puanã a distância varia de uma hora (para a comunidade mais próxima) e mais de cinco horas (para comunidade mais distante⁷). Outro fator instigante foi procurar comunidades onde ocorrem conflitos, grilagens de terras, e exploração ilegal da madeira, bem como, entender de que modo tais comunidades vem reagindo frente dinâmica instaurada após a criação das RESEX.

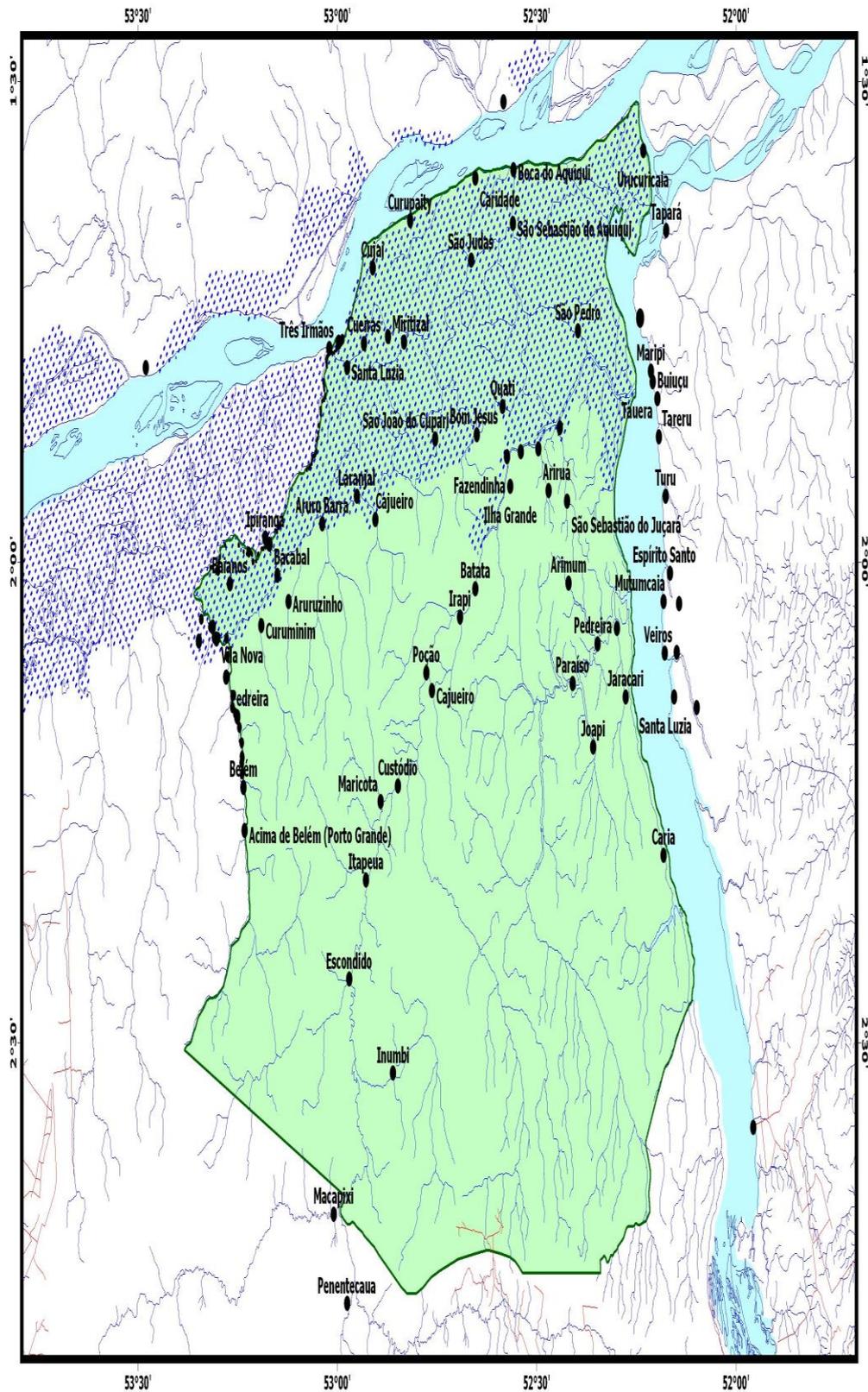
⁷O tempo de deslocamento é calculado considerando o meio de transporte via embarcação, uma vez que se trata de comunidades ribeirinhas.

Mapa 1- RESEX Verde para Sempre no município de Porto de Moz



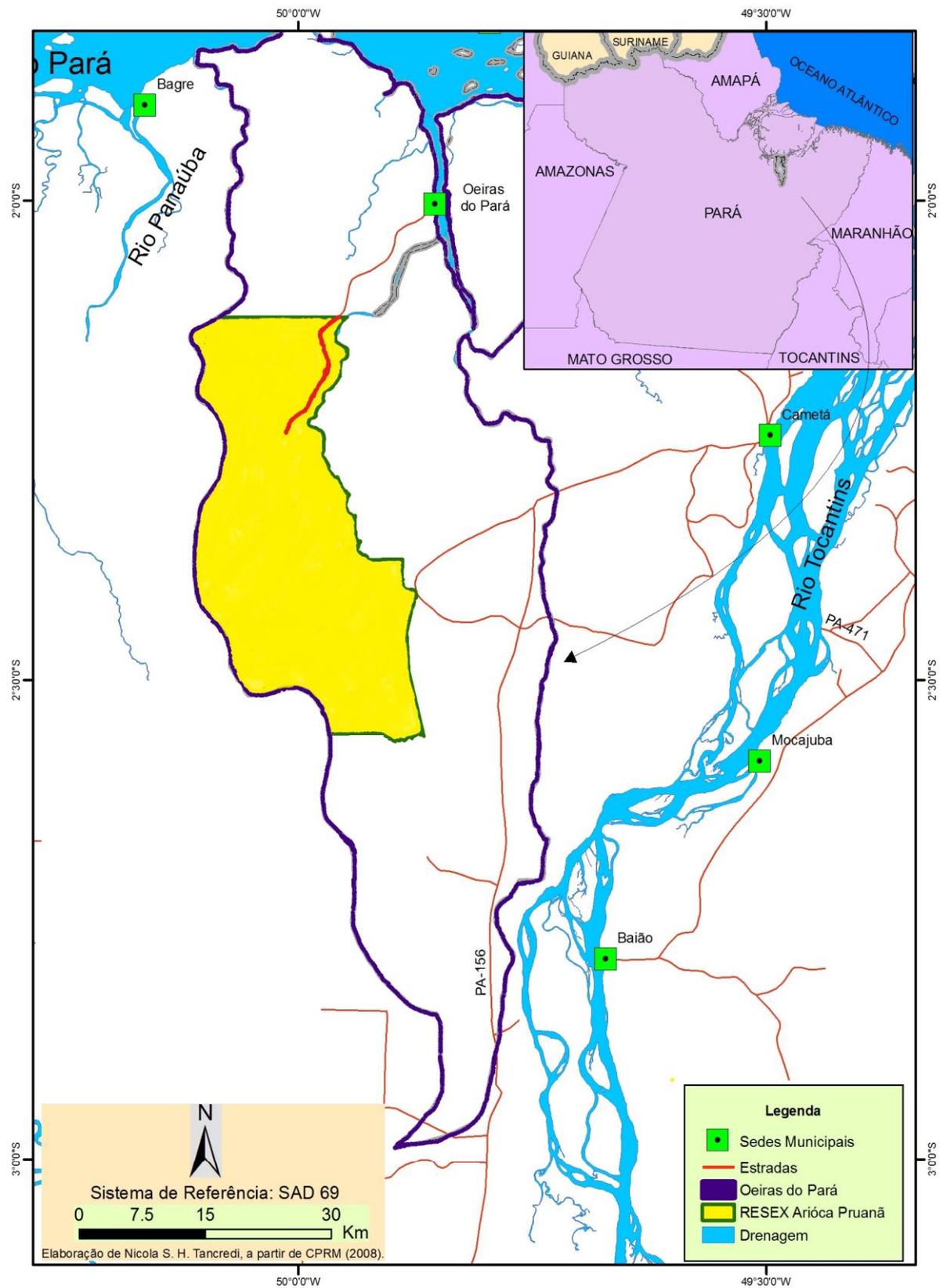
Fonte: Tancredi (2008)

Figura 1- As comunidades da RESEX Verde para Sempre



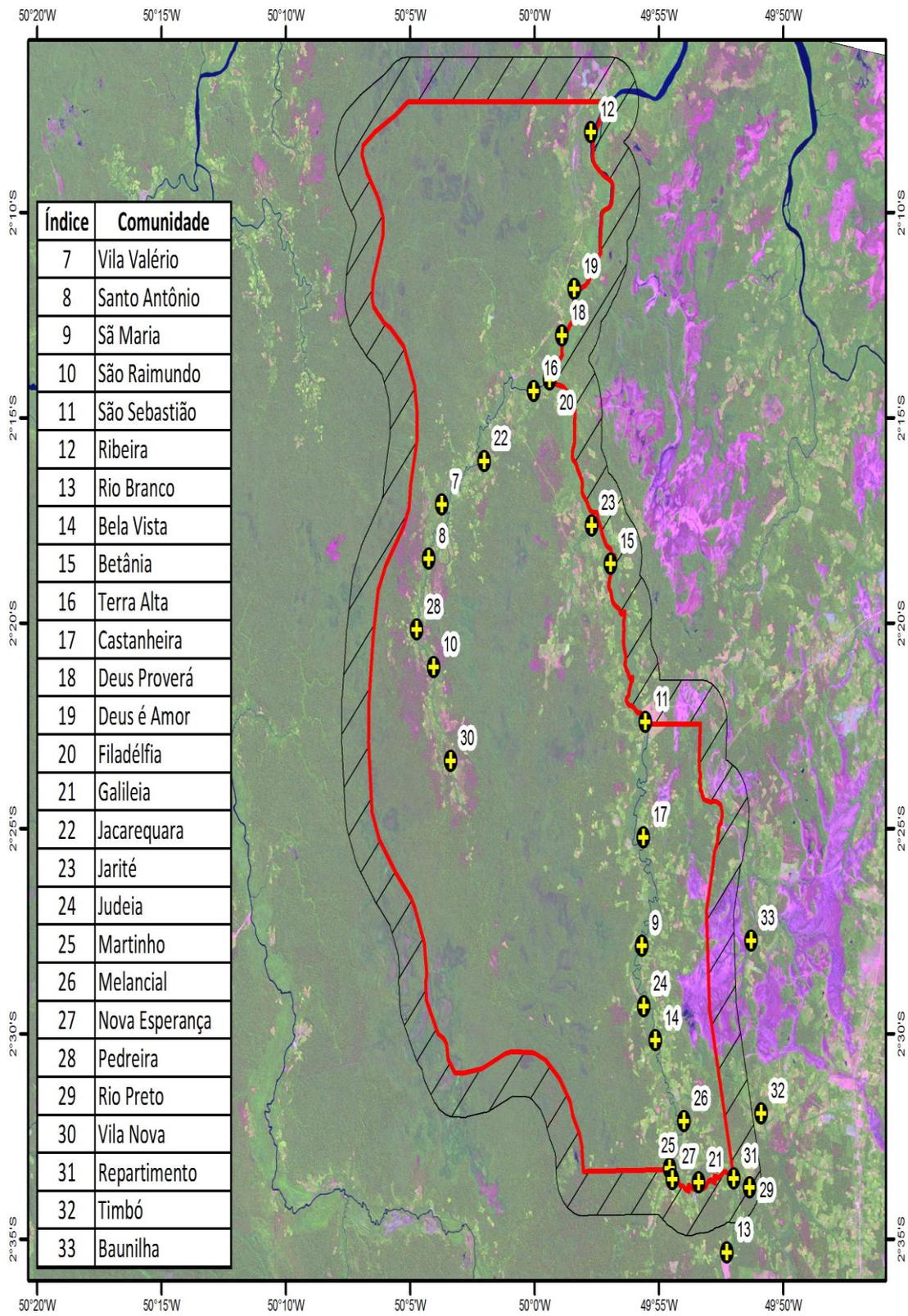
Fonte: Comitê de desenvolvimento sustentável da RESEX Verde para Sempre (2013).

Mapa 2 - RESEX Arióca Puanã no município de Oeiras do Pará



Fonte: Tancredi (2008).

Figura 2 - As comunidades da RESEX Arióca Pruanã



Fonte: ICMBIO (2013).

A pesquisa apresenta como seu objeto de investigação analisar se: a política de criação de RESEX tem sido capaz de contemplar as perspectivas e necessidades socioambientais (educação e conservação ambiental) das populações residentes, e ainda, se a criação das duas RESEX tem estimulado (conduzido) a elaboração de políticas públicas para as populações que vivem no seu interior.

Sabe-se que antes da criação das RESEX, os municípios de Porto de Moz e Oeiras do Pará tinham como fonte principal de renda atividades extrativista (animal e vegetal), agregando uma rede extensa de relações econômicas e comerciais. No início, empregos de natureza diversa eram gerados em torno do setor madeireiro⁸, o qual criava uma maior circulação monetária, alimentando o dinamismo do comércio e dos serviços nestas cidades, especialmente em Porto de Moz. Porém, com o surgimento de novas modalidades quanto à exploração da madeira⁹, a degradação da floresta tornava-se cada vez maior e cada vez menos empregos eram produzidos.

As grandes empresas que exploravam a madeira passaram a trabalhar com serrarias móveis¹⁰, alto nível de mecanização, bem como traziam, de outros lugares e regiões, suas equipes de trabalho e seus materiais de consumo. Tal fato diminuiu a absorção da mão de obra local e redução progressiva do movimento comercial passou a se tornar uma constante nestes municípios, mas ainda sim, a exploração da madeira continuava injetando capital nas duas cidades. Tanto em Porto de Moz como em Oeiras do Pará, a situação tornou-se insustentável a partir do momento em que balsas passaram a transportar centenas de toras de madeira durante períodos consecutivos, causando sentimento de impotência por parte da população local, especialmente as populações que encampavam a luta pela preservação da floresta.

Esse movimento ininterrupto de balsas pareceu mostrar, de modo concreto, o problema socioambiental grave pelo qual estavam passando as duas regiões. Os movimentos de luta pela preservação da floresta e defesa de uma exploração econômica e racional, ainda reduzidos ao seu local de produção, passaram a ganhar destaque na imprensa regional, nacional e internacional. À medida que o tempo passava, tornavam-se cada vez mais

8 Especialmente, no que se refere à retirada, transporte, e beneficiamento.

9 O Código Florestal (Lei nº 4.771 de 1965) prevê duas modalidades de exploração da madeira: o desmatamento autorizado, e o manejo florestal.

10 A serraria móvel é um sistema portátil que permite ao produtor fazer o desdobramento da tora na sua propriedade. O sistema portátil pode agregar valor à produção florestal nas pequenas propriedades e trazer benefícios econômicos mais vantajosos do ponto de vista ambiental, devido à diminuição da movimentação de toras e de um tráfego menor de caminhões para o mesmo volume de árvores derrubadas.

perceptíveis, às populações locais, as mazelas vividas diante do modo brutal de depredação da natureza.

Neste cenário discursivo, envolvendo conflitos agrários gerados pela expulsão de famílias de áreas onde existiam madeiras nobres, e a sobrevivência do povo nativo, assassinatos, mando e desmando, era o que justificava a necessidade de um modelo de sustentabilidade capaz de proporcionar a construção de um equilíbrio socioeconômico. Materializados em discursos, formando opiniões, aquela realidade longínqua, da maioria da nação desconhecida, e, igualmente, abandonada por um modelo de Estado “perverso¹¹”, ganhou visibilidade com a criação da RESEX Verde para Sempre e Arióca Pruanã que se tornou um fato consumado, alicerçado por novas esperanças. Os municípios de Porto de Moz e Oeiras do Pará ainda vivem um processo de transição da dinâmica que envolve as esferas social, econômica e ambiental produzidas pela implantação das RESEX que têm sido aceitas de maneira difusa entre a população, tanto urbana como rural.

Durante a realização de pesquisas preliminares¹², nas regiões, alguns moradores das áreas urbanas destes municípios consideraram que as ações voltadas para a criação das RESEX foram prejudiciais à economia local, especialmente porque a base era a exploração do recurso madeireiro. Para alguns comerciantes locais, a economia destes municípios passa por um processo que eles chamam de “engessamento”, uma vez que o fluxo de capital vem diminuindo progressivamente com a proibição da exploração de madeira em larga escala. Com a interrupção repentina do comércio madeireiro, graças à criação das RESEX, os postos de trabalhos que já eram escassos foram sendo extintos, gerando, por consequência: a pouca circulação do capital; o aumento do índice de inadimplência, perdas e mercadorias paradas nas prateleiras dos comércios.

Os representantes de organizações como Colônia de Pescadores (CP) Zona-64, em Porto de Moz, e Zona-50, em Oeiras do Pará; Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) de Oeiras do Pará e Porto de Moz compreendem que, a criação das RESEX em estudo, realmente, desagradou aos grupos de madeireiros e comerciantes que exploravam desordenadamente a floresta. Outro setor, supostamente prejudicado, seria aquele composto por algumas comunidades que estavam habituadas a vender suas áreas de floresta aos

¹¹ Segundo a Prof^a. Dr^a. Nírvia Ravena (NAEA/UFPA, 2012) desde o surgimento do Estado Moderno não existe um Estado ausente, mas sim um Estado perverso.

¹² A primeira etapa desta pesquisa aconteceu em agosto de 2011, consistindo em dois *survey* realizados, um no município de Porto de Moz, ao longo do rio Jaurucu que corta a RESEX Verde para Sempre, e o outro ao longo do rio Arióca que corta a RESEX Arióca Pruanã.

empresários da madeira. Era bastante viável aos empresários madeireiros adquirir faixas grandes de floresta pagando preços irrisórios aos moradores do local, estabelecendo assim, um processo de exploração que deixava a área totalmente devastada.

Apenas as espécies madeira¹³ de maior valor comercial eram aproveitadas, as outras inferiores¹⁴ eram deixadas de lado ou eram estragadas no decorrer do processo de exploração, de modo que, no final restavam áreas imensas de destruição. Destaca-se que desde o início, as CP locais foram alguns dos segmentos da sociedade local, que se posicionaram desde o início a favor da criação das RESEX. Existia, entre os mesmos, a compreensão de que se fazia necessária alguma atitude frente aos efeitos perversos da destruição das florestas que se tornavam intensos e ameaçavam vida.

Era necessária uma resposta às consequências socioeconômicas tais como: expulsão das populações rurais de suas terras; subemprego; domínio da terra por empresários em geral, madeireiros, grandes latifúndios; assassinatos; e a condição de um povo vivendo sob o medo e incertezas. Entre empresários e comerciantes locais, bem como entre algumas comunidades, um sentimento de frustração parece existir com relação à criação das RESEX. Além disso, grande, tem sido a demora na implementação de políticas públicas capazes de criar um novo dinamismo na economia, gerando emprego, renda e melhoria nas condições de vida.

Na ocasião da criação das RESEX Arióca Pruanã e Verde para Sempre, de acordo com depoimentos de lideranças locais dos dois municípios, produziu-se expectativa na sociedade local, pois representantes do Ministério do Meio Ambiente (MMA) anunciaram que se tratava de um avanço para a sustentabilidade e melhoria da qualidade de vida. A criação das RESEX parecia ser a solução para os conflitos causados pela exploração desordenada da madeira e degradação da floresta que alterava todo aquele ecossistema e ameaçava a biodiversidade daquela região. A disputa pelo espaço era tão acirrada entre colonos e empresários do setor madeireiro que era comum tentar expulsar as pessoas da floresta com o uso da violência¹⁵.

Entre os pescadores das RESEX, existia o medo e as ameaças enfrentadas por constante fluxo de balsas que transitavam pelos rios, carregadas de toras de madeira, e que causavam acidentes constantes, afundando pequenas embarcações dos ribeirinhos. A criação

¹³ Maçaranduba (*Manilkara huberi* Chevalier); sucupira (*Bowdichia nitida* Spruce); jatobá (*Hymenaea courbaril*); Cedro (*Cedrela fissilis*); cedro rosa (*Cedrela angustifolia* Mociño & Sessé ex DC.); Ipê-amarelo (*Tabebuia serratifolia* (Vahl.) Nichols); ipê-rosa (*Tabebuia heptaphylla*); Mogno-brasileiro (*Swieteniamacrophylla*).

¹⁴ Curupixá (*micropholis melinoniana*); copaíba (*Copaifera guianensis* Desf.); tauari (*Couratari guianensis* Aubl.); marupá (*Simarouba amara* Aubl.); virola (*Virola surinamensis* (Rol.) Warb.)

¹⁵ Durante o trabalho de investigação, soube-se de casos diversos de assassinatos associados à disputa de terras, especialmente com o intuito de se explorar o potencial madeireiro da região.

das RESEX já se constituía em uma luta antiga de grupos de camponeses e ribeirinhos por entenderem que o modelo econômico baseado na exploração desordenada da madeira era insustentável e acelerava a degradação dos recursos naturais. Mesmo diante desta conquista, ou seja, com a criação destas reservas, vários problemas¹⁶ vêm surgindo atrapalhando a construção de novas relações socioambientais e econômicas das sociedades em que esta realidade se faz presente.

O desafio a ser enfrentado na elaboração de políticas e ações que se fazem necessárias nestas UC, é enorme, mas necessário para que ocorra a inclusão efetiva de seus moradores a condições de vida melhores. Com a criação das RESEX Verde para Sempre e Arióca Pruanã, esperava-se que fosse fortalecido o ideário de esperanças trazidas por muitos segmentos, que assumiram uma postura rígida no sentido de lutar pela criação destas áreas, mas que diante da demora de atuação do governo, parecem vir enfraquecendo. Para Simonian (2007, p. 30), mesmo dispondo de instrumentos legais, o Estado “[...] se apresenta enfraquecido quanto garantia dos direitos ambientais definidos constitucionalmente e em leis, específicas, o que termina sustentando a impunidade na área”.

A carência de serviços básicos vem forçando grandes contingentes de famílias a abandonar suas comunidades de origem e lançar-se à própria sorte nas áreas periféricas das cidades. Outro problema grave observado na ocasião da realização dos dois *survey* desta pesquisa, nas duas cidades, é a dificuldade em se trabalhar a conscientização ambiental e a exploração racional dos recursos naturais, já que na ausência de alternativas as pessoas continuam cometendo os mesmos atos (derrubada ilegal de madeira e caça predatória), assombrados pela ameaça dos organismos repressores. Por mais que algumas ações venham sendo desenvolvidas pelo Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais (CNPT), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e Organizações Não-Governamentais (ONG), os problemas que carecem de políticas públicas ainda são muitos.

Emprego, habitação, saúde, educação e saneamento básico carecem de maior atenção por parte do poder público federal, estadual e municipal, além de outros organismos responsáveis por estas áreas. É diante deste contexto que foram realizadas pesquisas, cujo objetivo foi discutir políticas públicas em áreas rurais. Na verdade, é pujante a necessidade de

¹⁶ Os novos problemas estão relacionados à crescente migração de moradores de algumas comunidades para as cidades após a criação das RESEX; demora na criação do Conselho Gestor, no caso da Arióca Pruanã; pouca atuação do poder público municipal e estadual; debilidade do poder público federal para fiscalizar as UC; ausência de políticas de geração de renda.

estudos e pesquisas que orientem ações e investimentos nas áreas de infraestrutura e serviços básicos.

O cumprimento e manutenção dos preceitos gerados pela criação das RESEX Verde para Sempre e Arióca Pruanã depende da materialização das ações por parte do Estado. Somado a isto, o fortalecimento social surge como uma esperança de que tais medidas possam proporcionar condições de vida mais digna às comunidades residentes não só nestas RESEX, como também em seu entorno.

Com o intuito de compreender o problema exposto acima, este estudo apresenta como objetivo geral realizar análises sobre as implicações socioambientais (educação e meio ambiente) geradas para as populações residentes após a criação das RESEX Verde para Sempre e Arióca Pruanã, e verificar, junto às instituições e populações residentes nas comunidades escolhidas, se a criação das duas RESEX vem estimulando a elaboração de políticas públicas locais para as populações residentes.

Como objetivos específicos, a pesquisa aponta problemas na execução da lei de criação de RESEX (SNUC); verifica e analisa quais as políticas públicas (educação e conservação ambiental) em elaboração/execução na/para as duas RESEX com vistas a propostas sustentáveis; analisa como vem ocorrendo o processo organização/desarticulação das comunidades e do movimento social, especialmente dentro das RESEX; identifica quais as percepções/sentimento dos atores sociais¹⁷ com relação à criação destas RESEX.

Diante de tais considerações e com base nas discussões acima realizadas, foram elaboradas algumas hipóteses para explicar que consequências à criação da RESEX Verde para Sempre e Arióca Pruanã produziu no âmbito das políticas públicas, especialmente as ambientais e educacionais, para as comunidades nelas existentes. A primeira hipótese pressupõe-se que o Estado não vem sendo capaz de elaborar políticas públicas eficazes para as comunidades das RESEX e seu entorno, por não conseguir conciliar qualidade de vida, sustentabilidade e geração de renda; a segunda considera que existe deficiência no modelo educativo formal e poucas experiências de educação não formal, oferecido às populações rurais das RESEX, fato que diminui as perspectivas de envolvimento esclarecido da parte dos moradores e compreensão da dinâmica local; a terceira considera que vem ocorrendo um processo de pulverização das organizações comunitárias e desgaste do movimento social pela demora de ações governamentais; a quarta considera que ainda é grande a falta de

¹⁷O conceito de atores sociais neste trabalho envolve madeireiros, comerciantes, lideranças, políticos, camponeses, organizações, professores e alunos.

esclarecimentos a respeito das possibilidades de sustentabilidade a partir da criação de uma RESEX, uma vez que as instituições de controle ambiental vêm priorizando o trabalho de fiscalização e autuação, em detrimento de processos de ordem formativa, esclarecedora e educativa.

A execução de políticas públicas capazes de gerar renda, proporcionar escolarização, e auxiliar a exploração racional da RESEX, amenizaria os impactos gerados pela sua criação. Estas ações precisam acontecer em conjunto, pois somente com a efetivação do processo educativo (formal e não formal) os problemas não serão resolvidos, já que na ausência de alternativas capazes de gerar renda, as populações que dependiam exclusivamente da retirada da madeira e extrativismo acabam desrespeitando a lei, explorando a floresta de maneira ilegal. Na concepção de Simonian (2007), a ausência de perspectivas e a impossibilidade de sobrevivência fazem com que as populações fiquem vulneráveis a ação de empresários aliciadores que estimulam o mercado ilegal de venda de madeira e animais silvestres.

A ausência, ou mesmo debilidade de projetos educacionais, torna difícil a conscientização dos moradores das comunidades, além de perpetuar o ciclo de ignorância, miséria, abandono e desarticulação social. Neste sentido, compreende-se que o processo educativo realizado por instituições educacionais e ambientais deveria ser capaz de auxiliar a organização dos cidadãos das comunidades no sentido de contribuir para a eleição de prioridades, proposição de alternativas e cobrança de ações. Na medida em que os membros da comunidade passam a compreender melhor a problemática vivenciada, torna-se possível estabelecer debates mais produtivos com vistas à construção de propostas.

As populações locais vêm tomando parte nas questões relacionadas à sua sobrevivência, porém ainda se faz necessária a intensificação de informações, instrumentalização e formação de recursos humanos capazes de tomar para si projetos e ações (COSTA, 1998). A apropriação do conhecimento formal associado ao informal pode representar uma via de acesso à mudança de concepção das populações locais com relação ao meio ambiente e o papel do ser humano neste contexto. Sem a formação adequada torna-se difícil desenvolver atividades capazes de agregar valor, sem que para isso haja processo intenso de degradação.

Esta tese encontra-se estruturada em dez capítulos. O primeiro corresponde à introdução onde se expõe a forma como o trabalho está organizado bem como as discussões que lhe deram subsídio, implicações teóricas e os procedimentos metodológicos adotados.

No segundo capítulo, são apresentados os conceitos e categorias analíticas fundamentais para a compreensão dos fenômenos investigados nesta pesquisa. Entre estes se

destacam políticas públicas, unidades de conservação, populações tradicionais, desenvolvimento sustentável e sustentabilidade, e participação social. Tais elementos elucidaram melhor as questões analisadas a partir de viés científico.

O terceiro capítulo e quarto capítulos expuseram a caracterização das regiões onde se encontram as duas RESEX: Xingu e Tocantins. Optou nestes dois capítulos pela metodologia de organização territorial elaborada pela Secretaria de Estado e Integração Regional do Pará elaborado no ano de 2010. Tal opção justifica-se por observar de modo mais adequado, no entendimento do autor, os aspectos que caracterizam os municipais que compõem essas regiões a partir de sua história cultura e características ambientais e populacionais.

Os quinto e sexto capítulos apresentam os municípios de Porto de Moz e Oeiras do Pará a partir de aspectos relacionados a questões históricas, culturais, econômicas, e socioambientais. Tais aspectos demonstram características e disparidades destes municípios que vivenciam importantes mudanças após a criação das duas UC. As comparações contribuíram para o entendimento sobre como os impactos das políticas ambientais são assimilados pelas populações locais.

Os capítulos sete, oito e nove apresentam caracterização de escolas, comunidades e relações interinstitucionais que ocorrem nas RESEX Verde para Sempre e Arióca Pruanã. Especialmente no capítulo nove são apresentadas diferenças e similaridades entre as duas UC. Neste aspecto, levaram-se em consideração as diferenças entre o meio rural e urbano, políticas educacionais municipais, e políticas para as duas UC.

No capítulo dez foram expostas e analisadas as políticas em vigor nas duas UC com ênfase nos âmbitos educacional e ambiental. Estabeleceu-se um debate sobre a relação entre educação e sustentabilidade como elemento capaz de promover mudanças. Neste capítulo também foram apresentadas expectativas e possibilidades em relação a políticas públicas para as duas RESEX.

Por fim, no capítulo onze encontram algumas conclusões, apontamentos e reflexões sobre os desafios a serem vencidos para a conquista de qualidade de vida para as populações rurais que habitam as unidades de conservação.

1.1 Implicações teóricas e sociais para a pesquisa

A contar da década de 1990 aos dias de hoje, a análise da problemática socioambiental vem sinalizando que a reversão de suas consequências representa uma tarefa árdua que exige a reconstrução dos conhecimentos, valores e atitudes que até então tem definindo a

racionalidade social atual. Ao longo dos anos, vem se tornando perceptível a necessidade de se formar consciência social (MATHIS; COELHO; SIMONIAN; CASTRO, 2007; ARAGÓN, 1997) com um papel mais incisivo pelos docentes e pesquisadores que estudam os problemas ambientais. Tais medidas representam uma das condições para a construção de conhecimentos, métodos e práticas novos.

A crise ambiental, também é uma crise do conhecimento: na medida em que as ações e interações com o meio produzem e se reproduzem, a percepção do mundo torna-se algo complexo¹⁸. Tal fato gera uma reflexão de que não é só o paradigma holístico¹⁹ ou o sistêmico que vai resolver a crise ambiental (MACHADO; FENZL, 2009). Vive-se um momento de incertezas onde a crise ecológica denuncia o momento da humanidade caracterizado pela falta de conhecimento da natureza; pode se afirmar que esta é a crise do Ser e do pensar (LEFF, 1999).

Para Leff (1999) uma das possíveis explicações para tal fenômeno pode ser encontrada no âmbito cultural, pois segundo este estudioso, vem ocorrendo um mal estar da cultura que se justifica pela debilidade em se instaurar processos reflexivos sobre o próprio Ser e a maneira como este estabelece sua relação com o conhecimento. Com base em tal pensamento presume-se que a inexistência de reflexão capaz de envolver de maneira conjunta o Ser, a natureza, a educação e a cultura, agrava o fenômeno conhecido como “crise ambiental” (LEFF, 1999). O mesmo autor indica que a construção de espaço de reflexão representa oportunidade para exercitar conhecimentos próprios da diversidade cultural, valorizando o trabalho de reconstrução coletiva do saber.

Na concepção de Fourez (1995) a condição humana enfrenta o desafio de enxergar e compreender a complexidade dos problemas, bem como a necessidade de encontrar outros caminhos capazes de dar conta de formas novas de aquisição do saber. Sobre isso, o autor sugere que “Cada vez mais se admite que, para estudar uma determinada questão do cotidiano, é preciso uma multiplicidade de enfoques. E a isto alude o conceito de interdisciplinaridade” (FOUREZ, 1995, p. 134).

¹⁸ A Teoria da Complexidade engloba várias teorias recentes – Teoria do Caos, Fractais, Teoria das Catástrofes, Lógica/Conjuntos Fuzzy (difusos) e outras – procedentes das ciências exatas que se dirigem, explicita e implicitamente, para uma visão cada vez mais aproximada da realidade, sem simplificação, sem reducionismo (TÓRRES, 2005, p. 6).

¹⁹ O paradigma holístico emerge de uma crise da ciência, de uma crise do paradigma cartesiano-newtoniano, que postula a racionalidade, a objetividade e a quantificação como únicos meios de se chegar ao conhecimento. Esse paradigma busca uma nova visão, que deverá ser responsável em dissolver toda espécie de reducionismo. A holística força um novo debate no âmbito das diversas ciências e promove novas construções e atitudes (TEIXEIRA, 1996, p. 286).

Demo define a interdisciplinaridade “[...] como a arte do aprofundamento com sentido de abrangência, para dar conta, ao mesmo tempo, da particularidade e da complexidade do real” (1998, p. 88-89). O autor considera que realização da interdisciplinaridade pressupõe a prática de pesquisa em grupo como metodologia mais indicada, uma vez que possibilita a cooperação qualitativa entre especialistas. Esta prática é viabilizada através das equipes de profissionais ou pesquisadores especialistas, mediados pela linguagem, pelo diálogo e pelos métodos acessíveis os componentes.

Japiassu (1976) compreende que a interdisciplinaridade é uma ferramenta importante no processo de intercomunicação entre as disciplinas, permitindo às mesmas transformações geradas graças ao estabelecimento de um diálogo compreensível, entendendo que a troca simples de informações entre organizações disciplinares não constitui um método interdisciplinar.

Etges (1997) apresenta uma crítica à reflexão atual sobre a interdisciplinaridade, por considerar que esta tem uma orientação a-histórica. Para ele, é fundamental que a interdisciplinaridade seja capaz de conduzir a uma visão dialética ou histórica. Este autor vai além ao afirmar que: o fenômeno interdisciplinar não é metafísico; suas bases são legitimadas a partir das formulações da comunidade científica; a ciência é concebida enquanto meio de produção de mundos novos conhecimentos construídos segundo os sujeitos; a ciência constitui uma totalidade de caráter hermético cuja existência se torna possível mediante utilização da linguagem.

Portanto, a interdisciplinaridade tem como proposta “[...] mediar a comunicação entre eles e o mundo do senso comum” (ETGES, 1997, p. 71). Ela é concebida como instrumento capaz de proporcionar mediação entre as disciplinas, não podendo ser entendida como função reducionista das disciplinas a um denominador comum, levando-as à destruição. Com a inserção da visão histórica o caminho torna-se propício para a inserção dos princípios fundamentais a elaboração de novos saberes: a criatividade e a diferença.

No entendimento de Veiga Neto (1996), tanto a disciplinaridade como a interdisciplinaridade são elementos imprescindíveis na caminhada para a construção do conhecimento e por conta disso devem ser reunidas em um mesmo processo histórico caracterizado pela busca e produção de saber. O autor não concebe o fenômeno interdisciplinar como meio único capaz de produzir conhecimentos e desvendar a realidade objetiva de forma inequívoca. Para Veiga Neto (1996), a interdisciplinaridade deve constituir-se a partir de um trabalho conjunto reunido por disciplinas diversas interessadas em alcançar o

mesmo objeto de pesquisa com vistas a aproximá-lo da realidade objetiva, à medida que constrói sua perspectiva dialética.

O fato da interdisciplinaridade permitir a construção de um conhecimento útil e adequado ao planejamento de políticas públicas de caráter sócio ambiental considera que os problemas ambientais têm sua gênese a partir de determinações sociais (SIMONIAN, 2010; XIMENES, 1997; BIFANI, 1995). Neste caso, o trabalho interdisciplinar deve ter em vistas à reconstrução das determinações sociais que contribuem para o surgimento dos problemas ambientais.

Neste sentido, a proposta de raciocínio aqui defendida parte da ideia de que é imprescindível a realização de discussões sobre os desafios gerados pelas questões ambientais. E mais, não se quer apenas constituir uma tentativa de descrição linear dos problemas ambientais, mas sim reconstruí-los, a partir de uma postura conscientizadora comprometida com a reconstituição da sua própria história. Esta via metodológica implica também, em afastar-se da visão conservadora dominante, cujos critérios não contemplam a perspectiva do trabalho socialmente apropriado, na qual se entende que os atores desempenham um papel central (SILVA, 2011).

Assim, a necessidade de estabelecer uma abordagem crítica e historicizar a problemática sócio ambiental nas RESEX Verde para Sempre e Arióca Pruanã abre a possibilidade de fazê-lo de forma interdisciplinar. Porém, esta deve ser compreendida como uma prática concreta, que permite utilizar elementos gerados pelos mais variados estudos, pesquisas e bases coletivas de um tecido social consistente, diferentemente do conjunto atual de relações dominantes, marcadas pelo comportamento predominantemente positivista.

A utilização da abordagem interdisciplinar acontece respeitando-se a autonomia dos campos científicos utilizados para esta tese (antropologia, sociologia, pedagogia, ecologia), reconhecendo sua independência a fim de transformar o debate de ideias desiguais em prática assídua para transcenderem-se os determinismos positivistas. O desafio de conhecer o diferente permite a aquisição de ensinamentos que conduzem ao caminho da reconstrução dos limites instrumentais de uma disciplina única.

As questões ambientais têm suscitado oportunidades de debates interdisciplinares, que por sua vez, possibilitam que ideias consensuais comecem a tomar lugar (VIDAL, 2011). Tal possibilidade permite o desprendimento da normalidade dos padrões científicos rígidos que são próprios das chamadas pesquisas fundamentais, porém, longe ainda das turbulências das crises pré-paradigmáticas estudadas por Khun (1982).

As leituras (ETGES, 1997; JAPIASSU; 1976) apontam que a produção do conhecimento quando relacionada aos estudos aplicados que envolvem a questão ambiental, devem ter como condição indispensável à abordagem interdisciplinar. A falta da prática e do diálogo interdisciplinar por várias vezes se coloca como o obstáculo maior à investigação ambiental. A compreensão da problemática ambiental pressupõe o cruzamento de informações, dados e evidências que em alguns casos dificulta o entendimento dos problemas quando vistos de forma isolada.

Neste sentido pode-se afirmar que a interdisciplinaridade constitui uma postura metodológica nova com vistas a proporcionar a superação da hegemonia exercida pelas ciências exatas e biológicas. Na concepção de Silveira (1996) a abordagem interdisciplinar é capaz de conduzir a uma maneira nova de compreensão a partir de uma análise globalizante, que por sua vez constitui-se numa análise orientada para a interpretação dos fenômenos observados sob uma perspectiva de totalidade.

O uso da abordagem interdisciplinar exige a definição de procedimentos lógicos e operacionais que permitam ao pesquisador estabelecer uma análise global e sistêmica concernente às interferências da racionalidade humana no universo físico e natural. Nesta tese adota-se o entendimento de que a ação antrópica na natureza determina que todo e qualquer problema ambiental deva ser visto, necessariamente, como resultado de relações sociais dadas ou historicamente determinadas. Portanto adota-se a compreensão de que a realidade existe como totalidade e não se presta à fragmentação dos procedimentos metodológicos tradicionais ou convencionais (VIDAL, 2006).

Nesta tese a interdisciplinaridade assume a função conduzir à compreensão dos fenômenos socioambientais utilizando manobras metodológicas que acontecem dentro de um campo de análises, ligações de complementaridade, convergência, interconexões e passagens entre os conhecimentos. Tal opção se justifica a partir da afirmação de Japiassu (1976, p.74), segundo a qual “A interdisciplinaridade caracteriza-se pela intensidade das trocas entre os especialistas e pelo grau de interação real das disciplinas no interior de um mesmo projeto de pesquisa”. A troca de informações permite maior aprofundamento a cerca do objeto investigado, bem como amplia as possibilidades de compreensão e respostas.

Com base nas reflexões de Japiassu (1976) pode se dizer que o método investigativo utilizado nesta tese é construído seguindo uma lógica que é desenvolvida a partir de problemas teóricos que exijam a cooperação de disciplinas diversas, que surge da necessidade de cada disciplina que reconhece os limites de sua abordagem. Para Japiassu (1977) a interdisciplinaridade surge como produto da interação entre as disciplinas que ele define como

“operantes” e “cooperantes”. Diante de tal entendimento é possível superar a ideia da multidisciplinaridade que tem caracterizado os debates relacionados questão ambiental.

A considerar, ainda, a definição do método para a realização desta tese, optou pelo auxílio da definição produzida por Severino (2000, p. 18) que compreende a metodologia enquanto “[...] um instrumental extremamente útil e seguro para a gestação de uma postura amadurecida frente aos problemas científicos, políticos e filosóficos que nossa educação universitária enfrenta”. Trata-se de um conjunto de instrumentos de caráter técnicos e lógicos que conduzem o pesquisador a alcançar aprofundamento na ciência, nas artes ou na filosofia, o que, afinal, é o objetivo intrínseco do ensino e da aprendizagem.

Deste modo, o diálogo e o confronto dialético conjugado ao um campo extenso de significações torna possível detectar, enriquecer e modificar as bases conceituais que conduzem à práxis (modo de agir). Somado a isso, tal compreensão modifica a forma de se pensar a realidade impondo um exercício de reestruturação dos esquemas simbólicos. Os processos comunicativos produzidos pelas relações estabelecidas entre os seres humanos permite a reestruturação dos esquemas simbólicos e de ações. Sendo assim os motores das mudanças conceituais e formas fundamentais ao exercício de compreensão da realidade se constroem e se reconstroem.

A utilização da interdisciplinaridade nesta pesquisa ocupa um papel sofisticado com vistas a fugir do reducionismo como se fosse um simples método de abordagem construído com o intuito de dar conta da discussão de problemas, devendo contribuir para estimular o desenvolvimento da competência do pesquisador. Esta postura epistemológica tem como resultados a expansão das formas de interpretar a realidade, reestruturando o modo de fazer, saber e ser como um todo. Essa mudança criada pela interdisciplinaridade atinge de maneira decisiva o modo de saber, fazer e ser teórico, ético e prático que são de suma importância ao pesquisador.

Neste estudo o uso do pensamento interdisciplinar se completa com a adoção da pesquisa etnográfica que outrora fora de uso exclusivo pela ciência antropológica. Hoje as ciências ambientais vêm aplicando a técnica da etnografia com o objetivo de buscar estratégias capazes de levantar dados qualitativos dos problemas de caráter sócio ambiental como é o caso do objeto de investigação desta tese.

A considerar-se a concepção de Andion e Serva (2006) entende-se que os estudos etnográficos almejam alcançar uma interpretação epistemológica nova com vistas a afastar-se da concepção tradicional de ciência voltada basicamente para a objetividade dos dados coletados, quando na verdade o que se quer é proporcionar estudos cuja base seja a

subjetividade. Entende-se que essa corrente metodológica persegue a compreensão do mundo humano, da sociedade, da cultura como elemento que permitam entender a sociedade fugindo da simples ação explicativa. Para Andion e Serva (2006, p. 150) o estudo etnográfico “não supõe uma razão experimental, mas uma razão interpretativa, ou seja, dialética”.

Para esta tese parte-se da compreensão de que a etnografia constitui uma estratégia de pesquisa onde o pesquisador se insere na realidade social que se propõe estudar com vistas a estabelecer uma compreensão dos elementos intrínsecos e tácitos dessa sociedade. “Na etnografia, o pesquisador coloca-se na realidade do grupo pesquisado para assim poder estudar o fenômeno por dentro” (VIEIRA; PEREIRA, 2005, p. 226). Neste sentido, é condição para a reunião de informações o estabelecimento de períodos de vivência e observação dentro das UC investigadas a fim de se reunir as evidências necessárias para o entendimento da problemática.

O trabalho etnográfico desta tese se utiliza de análise documental (JACKSON, 1985). As formas de coletar os dados da realidade investigada tem como instrumento a observação, a escuta dos fatos e fenômenos da realidade estudada, especialmente se consideradas as primeiras etapas da pesquisa (SILVERMAN, 2009).

No entendimento de Vieira e Pereira (2005) a realização da pesquisa etnográfica torna-se viável quando seguem algumas condições, pois:

As principais técnicas de coleta de informações de que se utiliza o método etnográfico são as entrevistas em profundidade e a observação participante. Já para a análise do material coletado, a análise do discurso dos informantes e a análise de imagens são as principais técnicas utilizadas (VIEIRA; PEREIRA, 2005, p. 227).

Ao longo de toda sua busca por informações o pesquisador etnográfico coleta todo tipo de dado que julga ser importante para sua pesquisa, pois tais elementos servirão para dar propriedade maior sobre os problemas investigados.

Para qualificar as análises das informações Silverman (2009) recomenda que sejam realizadas reflexões incessantes por parte do pesquisador subsidiadas por recursos de gravação ou de uma forma documental, formal ou re-acessível de evidência. Tal exigência se justifica pelo fato de permitir que em outra ocasião outros pesquisadores possam confrontar suas informações com as anteriores. Deste modo, os registros podem ser submetidos às novas avaliações a fim de que validem a qualidade da pesquisa realizada.

Na visão de Geertz (1979) a pesquisa etnográfica deve ser conceituada não apenas à luz das técnicas de campo, mas levando-se em consideração o esforço intelectual imprescindível para se construir uma descrição com precisão maior sobre a realidade

sociocultural. Neste sentido, é relevante entender a etnografia como um conjunto de processos metodológicos e interpretativistas (SANDAY, 1979). Cada um destes processos representa uma etapa de amadurecimento das interpretações assim como significa a possibilidade de se reescrever os fenômenos observados.

Os resultados do estudo etnográfico a partir de uma postura interpretacionista são produzidos fazendo-se uso de percepções e conceitos reunidos pelo pesquisador ao longo de todo o processo de investigação (BURRELL; MORGAN, 1979). Com a utilização da leitura interpretativista da etnografia o pesquisador responsabiliza-se em fazer a sua própria construção social da realidade submetendo as evidências reunidas às suas percepções e valores (GEPHART, 1999).

Neste sentido, o caráter interpretativo de uma realidade social investigada nas duas UC é construído por meio da etnografia fazendo-se uso de meio qualitativos de coleta de dados. Assim sendo, um pesquisador bem treinado é capaz de reunir elementos e informações, a partir de sua permanência no *locus* de investigação nunca se esquecendo de que em alguns casos a mensuração difícil de ser realizada. Por conta da dificuldade de reunir informações, o método interpretativo almeja a compreensão das estruturas de funcionamento e mecanismos de interação de uma comunidade, geralmente local, em particular (JACKSON, 1985).

A análise dos dados coletados através de métodos etnográficos pressupõe a necessidade de se encontrar padrões e ideias que permitam a caracterização de padrões culturais e sociais dos grupos investigados nas RESEX Verde para Sempre e Arióca Pruanã (GOULDING, 2005). A necessidade de se reunir tais elementos nas duas UC faz parte de uma das exigências produzidas pela pesquisa com vistas a gerar uma compreensão social e cultural necessária para fins de análise comparativa. Por tanto, a estratégia de pesquisa desta tese analisa aspectos socioeducacionais e ambientais produzidos pelas comunidades selecionadas para a investigação.

Por conta da especificidade deste trabalho de investigação científica optou-se, também pela adoção do método comparativo que vem sendo bastante adotado no âmbito da pesquisa social empírica como instrumental de análise no trato das informações reunidas ao longo de um processo de levantamento de informações.

O caráter utilitário do método comparativo está presente nos debates científicos desde o século XIX e faz parte dos trabalhos e teorias produzidas por estudiosos como Comte, Durkheim e Weber. Cada um destes autores dá um significado especial para o método comparativo não só reforçando sua importância com instrumento de pesquisa e análise, mas

também como forma de incrementar a explicação e generalização dos fenômenos por eles investigados.

Um dos primeiros a destacar metodologicamente a importância do método comparativo foi Augusto Comte (1888) que desenvolveu seus estudos sendo influenciado pela biologia argumentando que os estudos sociológicos deveriam também utilizar este método por esta ciência consolidada. Na concepção de Comte as leis gerais e invariáveis podiam ser descobertas na Sociologia por intermédio da comparação, no tempo e no espaço, entre diferentes épocas históricas ou diferentes agrupamentos humanos. É importante destacar que em seus estudos Comte considera a comparação histórica como um instrumento imprescindível à Física Social pela adoção do princípio metodológico que consiste em proceder do universal para o particular (do geral para o específico), permitindo o uso racional das séries sociais.

Por sua vez, Émile Durkheim (1985) adota instrumentos analíticos diferenciados tais como os tipos ideais e as espécies sociais fundamentais para a realização da operacionalização de uma estratégia de comparação sistemática. Ainda sim, é preciso destacar que mesmo trabalhando com o método comparativo em suas pesquisas, nem sempre o significado epistemológico deste procedimento é enfatizado em suas obras. É possível afirmar que no entendimento de Durkheim a pesquisa comparada exercia um papel intermediário entre a complexidade dos objetos em seu estado bruto e a possibilidade do conhecimento científico apresentar diante destas explicações generalizáveis contribuindo, desse modo, para que a sociologia adquirisse *status* enquanto ciência.

É de Durkheim (1985, p.112) a afirmação de que:

[...] se desejarmos empregar o método comparativo de maneira científica, isto é, conformando-nos com o princípio da causalidade tal que se desprende da própria ciência, deveremos tomar por base das comparações que instituímos a seguinte proposição: a um mesmo efeito corresponde sempre uma mesma causa.

Para Durkheim (1985) a execução do método comparativo entre dois fatos sociais, ou seja, entre um fato crucial e um fato vulgar (do senso comum) possibilita ao sociólogo a capacidade determinar entre o que é fundamental, estabelecendo a causa principal a partir da qual deriva efeitos e consequências diversas, definido deste modo aquilo que interessa e necessita ser investigado. Durkheim (1985) estabelece que a utilização da comparação é que caracteriza o método sociológico uma vez que é por meio dela que se pode demonstrar o princípio de que dentro da análise social cada efeito percebido é oriundo de uma causa que o corresponde.

O método comparativo também é um recurso perceptível nos estudos empíricos produzidos por Weber (1992). Este cientista social considera que a comparação consiste em uma estratégia que almeja estabelecer muito mais do que o paralelismo simples existente entre variáveis ou séries de variáveis, mas busca alcançar a profundidade e o rigor científico por meio da comparação entre casos históricos, tomados em sua diversidade e singularidade. Para Weber (1992) o método comparativo não é elemento central dentro do processo de investigação científico não sendo fundamental para a realização da abstração, porém representa para o cientista instrumento racional de controle.

O uso método comparativo adotado de maneiras diversas na área das ciências sociais, tem contribuindo para a reflexão a cerca das posições diferentes utilizadas no embate entre as teorias gerais e as explicações locais, os quadros conceituais e as técnicas de pesquisa, a formulação de hipóteses e sua validação.

Para a realização desta tese, utiliza-se um modelo de método comparativo que propõe como forma de análise a identificação de “contraste de contextos”, que compreende a realização de comparação de dois ou mais casos, buscando por em evidência suas diferenças recíprocas. Utiliza-se tal modelo como forma de apresentar as diferenças existentes entre as duas Reservas Extrativistas postas em análise. Espera-se que com o auxílio deste modelo analítico seja possível apresentar de que forma o processo educativo vem se manifestando após criação das RESEX analisadas nesta tese, bem como a influência de tal processo conjugado a questão ambiental.

A dificuldade no estabelecimento de uma interligação entre modelos de análise comparativa foi percebida por Skocpol e Somers (1980) e serviu como motivação para que estes propusessem a definição conhecida como “ciclo de investigação” a fim de superar tal desafio. A debilidade presente em qualquer uma dessas perspectivas analíticas pode servir como estímulo para que o pesquisador venha a recorrer a qualquer um dos enfoques:

[...] um estudioso que recorre à “demonstração paralela”, pode introduzir uma nova teoria, tratando de demonstrar como se aplica a muitos casos; assim um estudioso voltado para o “controle das hipóteses”, pode observar que essa teoria não se adapta a determinados casos e, em nível comparativo, formular e verificar hipóteses sobre em que caso se adapta ou não. Por sua vez, um estudo orientado para o “controle das hipóteses”, que confronta contextos distintos de maneira demasiado apressada, pode produzir uma investigação por “contraste de contextos”, na qual outro investigador trate de dar conta, com maior previsão, do significado da diferença entre contextos (SKOCPOL; SOMERS, 1980, p. 184).

A partir da adoção do ciclo de investigação torna-se possível envolver de maneira bastante proveitosa o método comparativo contemplando um campo teórico-metodológico abrangente

e diversificado construído por várias estratégias de abordagem dos objetos empíricos. Contudo, os autores afirmam que mesmo fazendo uso de tal instrumental, o objetivo maior das pesquisas que adotam o método comparativo continua sendo a comprovação e formulação de determina das hipóteses.

Marc Bloch (1983, p. 87) afirma que, “[...] aplicar o método comparativo no quadro das ciências humanas consiste [...] em buscar, para explicá-las, as semelhanças e as diferenças que apresentam duas séries de natureza análoga, tomadas de meios sociais distintos”. Bloch (1983) adotou o conceito de meios sociais para as sociedades por ele consideradas distantes no tempo e no espaço, ou sociedades sincrônicas, vizinhas no espaço, e que possuem um ou mais pontos de origem comum. A definição de Bloch (1983) permite conciliar o trabalho de elaboração teórica junto ao interesse voltado para a análise de processos sociais específicos.

Ainda, segundo Bloch (1983) existe dois momentos indissociáveis ao método comparativo: um momento primeiro que ele chamou de analógico, cuja relação está voltada para a identificação das semelhanças entre determinados fenômenos. Um segundo momento ele chamou atenção para as diferenças existentes entre os casos estudados. Targa (1991) considera que para Bloch, a analogia teria precedência sobre a análise em termos contrastivos, não apenas enquanto passo metodológico, mas enquanto forma de compreensão do real. É identificando possíveis elementos históricos ou estruturais semelhantes, tomados enquanto “[...] lugar relevante das comparações pertinentes, das identidades e diferenças que permitirão traçar o quadro classificatório”, que pode dar consistência na explicação das diferenças (MACHADO, 1982, p. 128).

O método comparativo implica em uma série de passos que se articulam de forma diferenciada adotando ao longo da investigação orientações teóricas e metodológicas diferenciadas.

Para a execução deste tipo de comparação faz se necessário considerar algumas condições tais como: a) A seleção de duas ou mais séries de fenômenos que sejam efetivamente comparáveis, uma vez que a escolha destes fenômenos selecionados pressupõe não apenas a definição de recortes claramente delineados no tempo e no espaço. Estes recortes devem ser capazes de colocar os elementos empíricos da pesquisa em condição de serem percebidos e analisados, bem como possibilitar a construção de instâncias empíricas que permitam reproduzir os aspectos essenciais dos fatos ou fenômenos que se deseja investigar considerando as totalidades de modo coerente.

A etapa que se segue está relacionada: b) A definição dos elementos a serem comparados. A definição destes elementos de investigação determinam as alternativas que

serão adotadas para a execução da pesquisa. É comum no processo de construção do projeto de pesquisa a elaboração de modelos explicativos como forma de clarificar as variáveis a serem comparadas. Tal exercício justifica-se pela necessidade de se identificar a capacidade explicativa do modelo analítico dentro dos limites de uma dada realidade. Neste sentido a realização do método comparativo exige do pesquisador a escolha de uma série de opções que influenciarão de maneira decisiva o resultado final do trabalho de investigação.

Ao longo de todo este processo de elaboração de modelos aptos a serem comparados é preciso tomar cuidado, pois em algumas situações conceitos e construções teóricas não permitem estabelecimento de relações junto aos elementos observáveis. Em alguns estudos as variáveis que servem de objeto de comparação são construídas a partir da análise dos próprios casos selecionados, contando com o auxílio de outros procedimentos associados ao método comparativo, exemplo a pesquisa etnográfica e diagnóstico situacional como é o caso desta tese, além de levantamentos histórico.

A outra etapa do método comparativo é a: c) generalização: conforme Moore Junior (1983, p. 2- 3).

As generalizações seguras assemelham-se a um mapa em grande escala de um terreno extenso, do gênero que um piloto de avião utilizaria para atravessar um continente. Tais mapas são essenciais para certos fins, tal como os mapas mais detalhados são necessários para outros. Ninguém que procure uma orientação preliminar do terreno deseja saber a localização de cada casa e cada atalho.

A tomar-se por base tal explicação percebe-se que o método comparativo à principio constitui-se em instrumento direcionador alimentado pela descobertas ocorridas ao longo da investigação realizada pelo cientista social a fim de que este possa responder às interrogações que o motivaram no início de sua pesquisa. Para Goldman (1978) as pesquisas histórico-sociológicas são passíveis serem realizadas em níveis diferenciados capazes de atingir os extremos da generalidade sociológica bem como podem conduzir à singularidade histórica.

O problema metodológico consiste em determinar o que o autor chama de nível estratégico. Isto implica em determinar, “o nível, a estruturação do objeto que permita agrupar exclusivamente fatos de parentesco suficientes para iluminarem-se reciprocamente, e, ao mesmo tempo, com diversidade bastante para dar origem a uma lei estrutural que passe da mera descrição ao fato individual” (GOLDMAN, 1978, p. 118).

A identificação do nível estratégico trata da descoberta do apontamento dos elementos comuns aos diferentes casos, típicos para as diferentes classes de casos, ou singulares, que não podem se repetir. No caso das duas RESEX em questão procurou-se identificar os elementos

comuns às mesmas, bem como aqueles que as diferenciam, ou seja, identificação do nível estratégico consiste no estabelecimento de uma correta articulação entre os dados empíricos e a teoria, na construção da explicação.

1.2 Procedimentos metodológicos

Os trabalhos tiveram início com a realização de uma pesquisa exploratória conhecida como *survey*²⁰ nos municípios de Porto de Moz e Oeiras do Pará, ambos no estado Pará, com o objetivo de levantar dados preliminares à definição da problemática de pesquisa sobre a criação das RESEX. Por meio de tal atividade, procurou-se compreender como a criação destas reservas vem alterando a dinâmica socioeconômica, política e ambiental daqueles municípios, especialmente no interior destas UC. O *survey* representa uma oportunidade para aproximar-se dos problemas vivenciados pelas populações de Porto de Moz e Oeiras do Pará.

Com o auxílio da técnica da *bricolage* (LÉVI-STRAUSS, 1976), foi construída uma compreensão mais ampla sobre o contexto vivenciado no *locus* das pesquisas, uma vez que foi possível reunir algumas impressões de atores dos diversos segmentos sociais daquelas localidades em relação às reservas em questão. Em todos os momentos o *survey* foi norteado pela pesquisa bibliográfica que representa um auxílio importante para a realização do estudo, que se justifica pela necessidade de compreender aspectos voltados a categorias relacionadas ao objeto de investigação. As finalidades almejadas com a pesquisa bibliográfica envolveram a aquisição de informações sobre os assuntos apresentados para a delimitação do tema de pesquisa, definição dos objetivos e formulação de hipóteses.

A pesquisa bibliográfica é fundamental em pesquisas do tipo exploratória, no momento em que o tema está sendo delimitado²¹, no processo de desenvolvimento do assunto, nas construções de citações e apresentação de conclusões (ANDRADE, M., 1998). A discussão sobre RESEX vem ganhando destaque em vários aspectos (sociológico, antropológico, econômico, biológico, político, etc.), e sem uma delimitação precisa sobre o que seria investigado, tornar-se-ia difícil à execução da pesquisa. Neste sentido, o auxílio da literatura disponível permitiu o esclarecimento de conceitos e categorias, bem como possibilitou segurança na análise das informações.

²⁰ Pesquisa de natureza exploratória, com o objetivo de descrever uma realidade determinada.

²¹ A pesquisa estabelece como delimitação investigar a interface entre política educacional e políticas ambientais nas UC em questão.

Sabe-se que antes de partir para pesquisa de campo o investigador deve apresentar algumas habilidades necessárias para a condução de uma pesquisa boa, dentre estas, merece destaque à necessidade de o pesquisador ter uma noção clara das questões que estão sendo estudadas e, para isto, a pesquisa bibliográfica torna-se fundamental (YIN, 2001). Todos estes processos são necessários para possíveis reelaborações de procedimentos ao longo da pesquisa e contato com o *locus* de investigação. Após tais etapas são realizadas as pesquisas de campo nas comunidades, momento em que são coletados os dados.

Como a pesquisa foi desenvolvida em num total de 20 comunidades que apresentam uma quantidade de famílias que variam entre 15 a 35, estabeleceu-se uma maior participação com entrevistas coletivas e individuais, em especial junto a agricultores/pescadores, lideranças, professores, pais e alunos. No caso das instituições e demais atores urbanos, foram aplicados questionários²² semiestruturados. Estas atividades ocorreram em um período de 10 meses, divididos em cinco etapas levando-se em consideração o deslocamento do pesquisador até as comunidades.

A primeira etapa da viagem teve duração de 30 dias, divididos entre 15 dias no município de Porto de Moz e 15 dias no município de Oeiras do Pará, compreendendo investigação nas Secretarias Municipais de Meio Ambiente, Secretarias Municipais de Educação, Secretarias Municipais de Saúde, Secretarias Municipais de Agricultura, Conselho Gestor (ou Comitê Gestor), Colônia de Pescadores, Sindicato de Trabalhadores Rurais, Sindicato de Professores, Paróquias, Associações.

Os demais meses compreenderam visitas nas comunidades investigadas, Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais (CNPT), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Organizações Não-Governamentais - ONG, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBIO. A pesquisa de campo terá como objetivo permitir ao pesquisador a observação do ambiente imediato, dos fatos e eventos ocorridos no decorrer do processo. Este recurso proporciona a aquisição de informações e interação dessas informações com na realidade (ANDRADE, M., 1998).

Para a coleta de dados foram utilizadas as observações diretas e entrevistas subsidiadas por questionários e elaboração de relatórios. A observação direta representou a possibilidade de conhecer e aprofundar os conhecimentos da realidade investigada, além de constituir oportunidade para analisar o contexto a partir do estranhamento.

²² Os questionários aplicados foram adaptados a partir da elaboração original utilizada na tese de doutoramento de Maria Lúcia Teixeira Borges (ver BORGES, 2011).

Uma vez confrontadas as informações coletadas no ato da observação com outras informações adquiridas no decorrer da pesquisa, entendeu-se que era possível comparar aspectos convergentes e divergentes entre estas comunidades e entre as RESEX. Neste sentido, foi necessária a realização do exercício de fazer com que aquilo que era familiar passasse a ser encarado como estranho e, portanto, suscetível a críticas e indagações (VELHO 1987). Tal cautela justifica-se pela importância em compreender os locais pesquisados não apenas como área rural, mas como projeto de conservação ambiental e sustentabilidade voltada para o atendimento de populações específicas diferenciadas das demais populações rurais.

O processo de estranhar o familiar torna-se possível quando se é capaz de confrontar, intelectualmente ou mesmo emocionalmente, versões e interpretações diferentes existentes a respeito de fatos e situações. Nas RESEX, vários foram os momentos em que tais situações ficaram evidentes como era de se esperar em um ambiente social onde interesses divergentes existem. O estudo de conflitos, disputas, acusações, momentos de descontinuidade em geral, é particularmente útil, pois, ao se focalizar situações de drama social, podem-se registrar os contornos de grupos, ideologias, interesses diferentes etc., o que permitiu re-mapeamentos sociais.

O ato de observar e relatar fielmente o fenômeno constitui-se um exercício importante dentro do processo que envolve a pesquisa, sendo esta realizada na perspectiva de que tudo o que tem relação com o objeto da pesquisa deve ser descrito, como uma maneira de garantir veracidade das informações apresentadas (MALINOWSKI, 1967; OLIVEIRA, 1996). Neste processo de observação, fez-se um esforço para obter uma aproximação maior da perspectiva dos sujeitos investigados, dos modos como vivem e representam o mundo, dentre outros aspectos.

O papel exercido pela representação é tão importante quanto à linguagem representada através do discurso, pois é capaz de apresentar aspectos que não podem ser transmitidos com palavras e não se limitam à apreensão de uma realidade única (SAMAIN, 1995). A arte de saber ver, poder dizer e fazer pensar através das imagens proporcionadas pela observação faz com que a realidade seja vista de formas diferentes e estimula o exercício da compreensão. No caso das entrevistas, foi possível apreender as opiniões, anseios, frustrações, perspectivas dos sujeitos entrevistados (GIL, 1989).

As falas permitiram entendimento maior acerca da dinâmica socioeducacional, econômica e ambiental que envolve os moradores das comunidades pesquisadas. Por conta

disso, é imprescindível ouvir os atores envolvidos²³, afinal, suas falas auxiliam a construção de uma compreensão da realidade constituída nas RESEX. De acordo com Schelemmer (1992), tal instrumental é de grande valor, porém exige vencer o desafio de evitar a manipulação indevida das informações, sob pena de comprometer a veracidade do fenômeno investigado.

Na opinião de Yin (2001), um bom ouvinte há de ser capaz de conseguir agregar o máximo de informação, evitando análises tendenciosas, colhendo principalmente as palavras importantes, percebendo qual a leitura de mundo apresentada pelo entrevistado. Destaca-se que o entrevistador deve ser bastante habilidoso ao registrar as respostas e uma de suas preocupações deve ser registrar exatamente o que foi dito, pois seu papel é fazer com que as respostas sejam completas e suficientes (GIL, 1989). Tais recomendações serão seguidas, sob muito esforço, já que durante o período de investigação/vivência no *locus* de pesquisa, foi necessário autopolicimento para não interferir ou influenciar alguns depoimentos.

Uma estratégia adotada para evitar que o produto das entrevistas fosse negligenciado foi a utilização de gravadores, filmadoras e anotações de algumas falas dos entrevistados. Contudo, foi valorizada a postura ética de pesquisador, procurando perceber em que momento os equipamentos representaram desconforto aos entrevistados. A construção de um ambiente favorável para a realização da entrevista tornou-se possível por meio da evolução da confiança e respeito aos entrevistados e para isto, foram utilizadas duas estratégias que envolveram círculos de entrevista em grupo e visitas nas residências.

Todos os procedimentos ocorreram respeitando o princípio básico da pesquisa científica que é a responsabilidade ética (SCHELEMMER, 1992). No decorrer do trabalho de pesquisa, vários foram os momentos em que os sujeitos abordados exigiram sigilo absoluto com relação aos seus nomes. Ainda hoje, em Porto de Moz, e em Oeiras do Pará algumas pessoas não se sentem seguras para falar a respeito dos problemas vivenciados.

Os produtos da investigação foram tratados a partir de uma abordagem de pesquisa qualitativa, que, segundo Neves (1996), proporciona a obtenção de dados analítico-descritivos mediante contato direto e interativo entre o pesquisador e o objeto de sua pesquisa. Além de procurar compreender o fenômeno a partir da realidade dos partícipes. Para a elaboração da pesquisa optou-se pelo estudo de caso, uma vez que se trata de uma pesquisa relacionada a fatos específicos em duas UC com algumas características ímpares. No caso, que fatores

²³Os atores aqui considerados são lideranças locais (comunitários e sindicais), trabalhadores e trabalhadoras, pais, adolescentes, políticos, organizações.

fazem com que criação das RESEX não esteja estimulando a elaboração de políticas públicas, especialmente as socioeducacionais, e ambientais capazes de contemplar as necessidades e perspectivas das populações que vivem dentro destas áreas.

Um dos motivos pelo qual foi escolhido o estudo de caso é o fato de representar a possibilidade de compreender um fenômeno social complexo, de maneira mais aprofundada e detalhada, pois, segundo Yin (2001 p. 21):

O estudo de caso permite uma investigação para se preservar as características holísticas e significativas dos eventos da vida real – tais como ciclos de vida individuais, processos organizacionais e administrativos, mudanças ocorridas em regiões urbanas, relações internacionais e a maturação de alguns setores.

Para Neves (1996), o estudo de caso constitui a oportunidade de compreender um fenômeno específico em seu próprio local de origem. Por conta do interesse e necessidade de observar, vivenciar e compreender a realidade das comunidades foi imprescindível a permanência por meses intercalados no *locus* de pesquisa.

O estudo de caso é uma pesquisa empírica que utiliza múltiplas fontes de informações (o que se define como triangulação) e uma variedade de processos de investigação (pesquisa documental, entrevistas formais e informais etc.). Com estudo caso espera identificar a estrutura e a dinâmica de um sistema complexo cujas fronteiras e elementos integrantes não estão perfeitamente definidos. Ele implica uma visão holística e busca identificar as inter-relações entre fatores técnicos, organizacionais, humanos e culturais que explicam o funcionamento do sistema.

Desse modo, tenta captar informações que nem sempre podem ser coletadas através de metodologias quantitativas. Na definição de Yin (2001) o estudo de caso tem por pretensão estabelecer uma investigação sobre um fenômeno contemporâneo, no contexto da vida real, que se torna adequado quando as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não conseguem estabelecer uma perfeita delimitação. O estudo de caso permite uma análise abrangente e em profundidade, ao invés de limitar-se a aspectos muito restritos ou selecionados como ocorre com avaliações quantitativas.

Um conjunto de estudos de casos permite estabelecer padrões de similaridades e diferenças que propiciam um entendimento mais completo dos fenômenos observados. Os estudos de casos podem ser descritivos, exploratórios ou explanatórios (ou explicativos, ou, ainda, avaliativos). Em termos gerais podemos dizer que os estudos descritivos são aqueles que não têm por objetivo formular ou testar uma teoria, mas basicamente descrever a

natureza, ocorrência ou sequência dos fenômenos que caracterizam uma realidade social, na plenitude de suas múltiplas e complexas manifestações.

Já os estudos exploratórios vão mais adiante, já que buscam levantar hipóteses e proposições relevantes que possam orientar futuros esforços de pesquisa. Os estudos explanatórios ou explicativos (ou avaliativos) procuram identificar aquelas hipóteses – dentre diferentes teorias alternativas – que melhor explicam a realidade ou conjunto de eventos pesquisados. Em síntese, consecutivamente, um descreve, outro teoriza e o terceiro testa a teoria.

Se considerado o estudo de caso explicativo percebe-se certa semelhança à pesquisa experimental, mas dela se diferencia porque mais indicado para a análise de situações em que a complexidade dos fenômenos e de suas relações causais, dificilmente pode ser captada por uma pesquisa experimental (YIN, 2001).

O método de análise indutivo também foi utilizado nesta pesquisa, uma vez que nele todas as proposições que servem de base para a conclusão são verdadeiras, a conclusão é provável, mas não necessariamente verdadeira. A conclusão, por sua vez, engloba informações não contidas nas premissas, já que representam uma construção com base na análise fundada em três etapas:

- a) Observação de fatos ou fenômenos para que, por meio de análises, seja possível descobrir as causas de sua manifestação;
- b) Descoberta da relação entre eles por meio de comparações;
- c) Generalização da relação: a relação encontrada na etapa precedente é generalizada para situações supostamente similares, não observadas.

O paradigma interpretativo, também, foi utilizado para esta pesquisa, pois valorizou a consciência subjetiva como importante elemento de compreensão da realidade, já que a concebe a partir de uma visão holística, onde sujeito e objeto estão em constante processo de interação, havendo uma retroalimentação entre teoria e prática. Mas isto, sem perder de vista a abordagem processual.

Também foi de grande contribuição o construtivismo social que é um paradigma que rejeita a enunciação de um critério de cientificidade, de demarcação entre ciência e não ciência; rejeita o assim chamado “objetivismo”. Tal postura justifica-se pela rejeição na crença objetivista de que os resultados da ciência são determinados pela natureza, e concebe a compreensão de que estes resultados constituem produto de “interação social”. Neste sentido, a pesquisa faz uma análise não do conhecimento, mas de suas representações sociais, das

concepções de conhecimento construídas pelo homem comum, independentemente de sua realidade.

Nessa pesquisa, enfatiza-se a intencionalidade dos atos humanos e o “mundo vivido” pelos sujeitos, privilegiando as percepções dos atores (MAZZOTI; GEWANDSNAIDER, 1998). As impressões analisados serviram de base para a construção de uma compreensão da realidade, procurando aproximar-se ao máximo do sentimento dos atores. Deste modo, desenvolveu-se a pesquisa em 20 comunidades procurando compreender a dinâmica do lugar e as implicações trazidas a partir da criação das RESEX.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS, UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, POPULAÇÕES TRADICIONAIS, PARTICIPAÇÃO E SUSTENTABILIDADE

A pesquisa aborda o estudo de políticas públicas, com ênfase no processo de implementação em contexto de RESEX na região amazônica. O trabalho procura discutir as consequências geradas pela criação das duas reservas com a proposta de estabelecer uma discussão sobre RESEX atrelada ao processo educacional e ambiental, como importante estratégia para impulsionar um modelo de sustentabilidade capaz de alavancar desenvolvimento humano e ambiental.

Como subsídio a tais questões fez-se necessário trazer para o campo de discussão concepções sobre política pública, populações tradicionais, educação, desenvolvimento sustentável, unidades de conservação e áreas de entorno. Neste sentido, o presente capítulo trata sobre tais aspectos considerando o contexto amazônico vivenciado pelas populações tradicionais. As questões levantadas são importantes para nortear a compreensão a respeito da problemática vivenciada nas áreas pesquisadas.

2.1 Políticas públicas: conceito e importância

Nos círculos acadêmicos tem se registrado o ressurgimento de grandes debates no campo das políticas públicas, especialmente as que se referem às discussões sobre instituições, regras e modelos que regem sua decisão, elaboração, implementação e avaliação (SOUZA, 2006; FARIA, 2003, 2005; FREY, 2000; COELHO, 2000). As questões que provocam os debates a respeito da compreensão de políticas públicas tem sido várias, o que, aliás, mesmo sendo debatidas em situações diferentes, ainda trazem uma definição vaga para parte da sociedade. Tornou-se algo comum o discurso sobre necessidade de implementação de políticas públicas a partir das cobranças de movimentos sociais, bem como a associação deste mesmo tema junto à adoção de medidas restritivas no que se refere a gastos feitos por países em desenvolvimento.

No Brasil, ao longo da década de 1990 foi divulgada amplamente a necessidade de adoção de políticas com desenho e execução, capazes de dar conta de questões de caráter econômico, assim como sociais, já que estes dois campos ganharam destaque. Sobre tal afirmação Frey (2000, p. 214) argumenta que:

[...] no Brasil, estudos sobre políticas públicas foram realizados só recentemente. Nesses estudos, ainda esporádicos, deu-se ênfase ou à análise das estruturas

institucionais ou à caracterização dos processos de negociação das políticas setoriais específicas.

Faria (2003, p. 22), confirmando as afirmações de Frey (2000) ressalta que os estudos sobre políticas públicas, no Brasil, ainda são incipientes e vai mais além quando considera que:

A notória carência de estudos dedicados aos processos e às metodologias de avaliação de políticas públicas, contudo, deve ser tributada a escassa utilização da avaliação, como instrumental de gestão, pelo setor público do país nos três níveis de governo.

Num contexto global houve uma mudança de concepção com a relação à visão dos governos, pois antes o que se tinha eram políticas de caráter keynesianas que correspondiam ao contexto produzido após a Segunda Guerra mundial, mas que por conta da crise fiscal instaurada nos Estados, passam a ser descartadas por outras políticas de restrição do Estado e despesas sociais, controle de gastos, ajuste fiscal, adoção de orçamentos equilibrados.

Outra questão que tem sido problemática nos países da América Latina, em especial, é a pouca maturação do modelo democrático que ainda se faz muito frágil nestes Estados-nações. Para estes países, tem sido difícil construir coalizões políticas capazes de elaborar com competência e eficácia o desenho de políticas públicas necessárias para o desenvolvimento econômico. Somado a isto, existe a expectativa de que estes países sejam capazes de produzir um ambiente favorável à inclusão social da população historicamente marginalizada.

Os estudos iniciais sobre política pública que assumiram um caráter acadêmico/disciplinar foram registrados nos EUA, e marcam uma mudança de concepção no trato desta questão. Nos países da Europa, o debate sobre políticas públicas estava voltado, especialmente, para a análise sobre o Estado e suas instituições, deixando em segundo plano a produção dos governos. A discussão sobre política pública na escola europeia aparece como um subproduto de estudos e pesquisas cujo objeto tinha por base as teorias explicativas sobre o papel do Estado e de uma de suas mais importantes instituições - o governo - a quem primordialmente cabe à função de gerar políticas públicas.

Nos EUA, a discussão sobre políticas públicas assume o caráter acadêmico sem maiores pretensões de definir teorias sobre o papel a ser desempenhado pelo Estado, já que seu objeto de estudo passa a ser definido a partir das ações realizadas pelos governos, bem como suas consequências. Na concepção de Souza (2006, p. 22):

O pressuposto analítico que regeu a constituição e a consolidação dos estudos sobre políticas públicas é o de que, em democracias estáveis, aquilo que o governo faz ou deixa de fazer é passível de ser (a) formulado cientificamente e (b) analisado por pesquisadores independentes. A trajetória da disciplina, que nasce como subárea da ciência política, abre o terceiro grande caminho trilhado pela ciência política norte-americana no que se refere ao estudo do mundo público. O primeiro, seguindo a tradição de Madison, cético da natureza humana, focalizava o estudo das instituições, consideradas fundamentais para limitar a tirania e as paixões inerentes à natureza humana. O segundo caminho seguiu a tradição de Paine e Tocqueville, que viam, nas organizações locais, a virtude cívica para promover o “bom” governo. O terceiro caminho foi o das políticas públicas como um ramo da ciência política para entender como e por que os governos optam por determinadas ações.

Quando se considera a atuação do governo, o uso dos elementos produzidos pelo estudo de política pública é fundamental no auxílio das decisões do governo, bem como permite construções capazes de se antecipar a determinados tipos de problemas (crises).

Nos EUA, o responsável pela inserção do estudo de políticas públicas no âmbito governamental foi Robert McNamara que teve participação decisiva no processo de criação da Research and Development (RAND) Corporation no ano de 1948 (Souza, 2006). Esta era uma organização, não governamental, mantida com os recursos públicos que trouxe como novidade, a criação de grupos de trabalho multidisciplinar capazes produzir pesquisas, análises, e conselhos orientando a política de temas domésticos e internacionais. A organização consistia em uma tentativa de executar decisões bem informadas sobre a política pública em questão (modelo *think tanks*).

Este grupo reunia os vários tipos de profissionais (matemáticos, cientistas políticos, analistas de sistema, engenheiros, sociólogos etc.). Os profissionais seguiam a teoria dos jogos criada por Neuman utilizando como forma de apontar, de maneira lógica e racional, como uma guerra poderia ser conduzida como um jogo. O grupo elaborou propostas cuja aplicação reunia métodos científicos que poderiam subsidiar as formulações e decisões do governo sobre problemas públicos que atingem áreas do âmbito governamental.

É possível afirmar que os estudos acadêmicos sobre políticas públicas tiveram suas bases construídas a partir dos trabalhos de quatro importantes estudiosos: Harold Dwight Lasswell, Herbert Alexander Simon, Charles Edward Lindblom e David Easton (SOUZA, 2006). Cada um destes teve uma contribuição da formatação não só da teoria como também dos conceitos agregados aos estudos sobre políticas públicas. Algumas ideias divergem ao extremo, outras se complementam, mas de modo geral tais contribuições representam ensinamentos importantes sobre o caráter da ação do Estado junto à sociedade civil organizada.

A discussão sobre análise de política pública, bem como a expressão “*policy analysis*”, foi introduzida em 1936 por Harold Dwight Lasswell. Este autor propunha uma forma de conciliar conhecimento científico/acadêmico como forma de auxiliar as ações governamentais. Lasswell vislumbrava em seus trabalhos a possibilidade de estabelecer um circuito de diálogo entre cientistas sociais, grupos de interesse e Estado.

Por sua vez, Herbert Alexander Simon, no ano de 1957, foi o responsável pela inserção do conceito de racionalidade limitada dos decisores públicos, o que gerou a expressão conhecida como “*policy makers*”. Este estudioso considerava que a existência de uma limitação da racionalidade pelos agentes de políticas públicas poderia ser superada desde que se fizesse uso das ferramentas produzidas pelo conhecimento racional. A partir de suas interpretações sobre as ações do Estado, Simon considerava que a racionalidade dos decisores públicos é prejudicada por conta da limitação imposta por problemas.

Para Simon a falta de informação ou incoerências destas somado ao curto tempo para a tomada de decisões delicadas, e a existência do autointeresse e promoção pessoal dos agentes de decisão comprometia a tomada de decisão. Simon considerava que a racionalidade, pode ser uma ferramenta importante, desde que seja maximizada até um ponto satisfatório pela criação de estruturas (conjunto de regras e incentivos). Esperava ele, que deste modo fosse possível equilibrar o comportamento dos atores, modelando estes para que sejam alcançados os resultados desejados, impedindo, inclusive, a busca de maximização de interesses próprios.

Charles Edward Lindblom (1959-79) por sua vez, trouxe contribuição importante contestando o modelo proposto por Laswell e Simon. Ele propôs a incorporação de variáveis outras no processo de formulação e análise de políticas públicas. Lindblom julgava importante considerar as relações de poder e a integração entre as fases diferentes do processo decisório, o que não teria necessariamente um fim ou um princípio.

Para Lindblom não basta apenas considerar questões de caráter racional, mas sim, é preciso incorporar, a estas, outros elementos (papel das eleições, das burocracias, dos partidos e dos grupos de interesse) também necessários a sua formulação e à sua análise.

A contribuição de Easton (1965) está na definição de política pública a partir de uma visão de sistema, estabelecendo um modelo que congrega relação entre formulação, resultados e o ambiente. O trabalho de Easton ficou popularizado por conta de sua visualização de políticas públicas enquanto elemento que recebe *inputs*. Este autor julga que a participação dos partidos, da mídia e dos grupos de interesse tem papel decisivo nas políticas públicas influenciando seus resultados e efeitos.

Conforme apresentado, várias são as definições sobre política pública, não havendo uma que seja considerada melhor que a outra. A partir de uma breve revisão é possível apontar alguns autores que definem o conceito. Para Mead (1995 apud SOUZA, 2006) política pública deve ser vista como um campo dentro do estudo da política que tem por tarefa primordial analisar as ações governamentais à luz de grandes questões públicas.

Na definição de Lynn (1980), políticas públicas compreendem um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Já na concepção de Peters (1986 apud SOUZA, 2006) é política pública a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Para Dye (1984 apud SOUZA, 2006) a definição de política pública como aquilo que o governo escolhe fazer ou não fazer, ou seja, uma eleição de prioridades e ações.

Porém, diante das afirmações, a definição proposta por Laswell continua sendo a mais aceita, já que, de acordo com esta, as decisões e análises sobre política pública produzem a necessidade de se responder às seguintes questões: quem ganha o quê? Por que e que diferença faz? É claro que além destas, existem definições outras que priorizam a solução e resolução de problemas como sendo o objeto central da política pública. Tal definição também gera críticas importantes de algumas correntes teóricas que julgam ser fundamental enfatizar primordialmente o embate em torno de ideias e interesses, deixando para segundo plano, aspectos racionais e procedimentais inerentes às políticas públicas.

Pelo fato de tais definições estarem pressas ao papel dos governos, elas acabam por abandonar os conflitos e os limites que são construídos a partir de tipos determinados de decisões que são acatadas pelos governos. Outra crítica situa-se no fato de tal modelo de compreensão ignorar entre os governos, instituições e grupos sociais a possibilidade de se construir ações conjuntas trabalhando de modo cooperado. Quer queira, quer não, as várias concepções de políticas públicas, acabam conduzindo as atenções para onde os embates em torno de interesses, preferências e ideias se desenvolvem, ou seja, os governos. Na concepção de Souza (2006, p. 25):

Apesar de optar por abordagens diferentes, as definições de políticas públicas assumem, em geral, uma visão holística do tema, uma perspectiva de que o todo é mais importante do que a soma das partes e que indivíduos, instituições, interações, ideologia e interesses contam, mesmo que existam diferenças sobre a importância relativa destes fatores.

Neste sentido, a considerar o debate a partir de uma lógica teórico-conceitual, tanto “a política pública em geral e a política social em particular, são campos multidisciplinares, e seu foco

está nas explicações sobre a natureza da política pública e seus processos” (SOUZA, 2006, p. 25).

Construir uma teoria geral da política pública significa trilhar caminho longo com vistas a reunir teorias já construídas a partir das contribuições de ciências tais como sociologia, a ciência política e a economia, uma vez que as consequências produzidas, por estas, assumem proporções capazes de interferir nos setores da sociedade. As ações que compreendem as políticas públicas têm a capacidade de se estender na economia e nas sociedades. Por conta de tal repercussão, a teoria da política pública acaba por assumir a responsabilidade de se apropriar de medidas capazes de explicar as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade.

Todo este conjunto de discussões tem estimulado pesquisadores de áreas variadas do conhecimento (economia, ciência política, sociologia, antropologia, geografia, planejamento, gestão e ciências sociais aplicadas) – a tomar envolvimento, tendo como consequência avanços teóricos e empíricos para a qualificação da discussão sobre políticas públicas. Para Souza (2006, p. 26), é possível afirmar que política pública enquanto um campo do conhecimento tem a pretensão de “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A construção de definição sobre políticas públicas representa uma etapa em que os governos democráticos apresentam seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações nas quais se esperam resultados ou mudanças dando conta das necessidades fundamentais emergentes no seio da sociedade.

Pode-se dizer que o debate sobre a política pública transpassa a visão reducionista, outrora imposta, e hoje, assume uma condição holística, pois seu conteúdo tem sido formado a partir de unidades diversas em totalidades organizadas. O produto destas discussões tem constituído uma área nova na qual vem sendo integrado disciplinas, teorias e modelos analíticos como forma de dar corpo ao tema. É preciso considerar que mesmo possuindo suas características particulares (modelagens, teorias e métodos), a política pública pode ser muito mais que um simples seguimento científico, uma vez que pode constituir em objeto analítico adotado por outras áreas do conhecimento.

Por conta do caráter holístico sobre a compreensão das políticas públicas, constrói-se a possibilidade de desprendimento, ou fidelidade a uma determinada coerência teórica e metodológica, uma vez que, a partir das possibilidades por ela constituídas é possível agregar formas novas de compreensão, leituras e interpretações. Somado a isto, a compreensão de políticas públicas deve passar por um processo de maturação que se constrói depois de

seguidos desenhos e formulações, passando a adquirir a condição de planos, programas, projetos, bases de dados ou sistema de informação e pesquisas. Após esta etapa de construção as políticas são colocadas em prática, sendo implementadas, e passando, deste modo, a ser submetidas a sistemas de acompanhamento e avaliação.

A discussão, na qual se voltam às políticas públicas, tem como implicação responder à questão sobre o papel (responsabilidade) que cabe aos governos na sua definição e implementação. Esta afirmativa produz algumas implicações: não é correto afirmar que o Estado representa apenas as pressões dos grupos de interesse, constituindo-se isto em uma análise simplificada de um modelo pluralista. Igualmente, não se pode afirmar que o Estado sempre faz sua opção voltada a políticas definidas exclusivamente por aqueles que estão no poder (simplificadas do elitismo), também não atendem exclusivamente aos interesses de determinadas classes sociais, como diriam as concepções estruturalistas e funcionalistas do Estado.

No que concerne à definição de políticas públicas, sociedades e Estados complexos estão mais próximos da perspectiva teórica daqueles que defendem que existe uma “autonomia relativa do Estado”. Tal compreensão faz com que o mesmo tenha um espaço próprio de atuação, embora permeável a influências externas e internas. Por conta de tal afirmação, esta autonomia “relativa” gera determinadas capacidades, as quais, por sua vez, criam as condições para a implementação de objetivos de políticas públicas.

Apesar da percepção de que certos segmentos (instituições, organizações, grupos de interesses e movimentos sociais) também são capazes e interferem na formulação de políticas públicas, bem como observando o papel das coalizões que integram no governo e na diminuição da atuação destes pela interferência fenômenos, tais como globalização. Seria prematuro afirmar que o enfraquecimento da capacidade dos governos de intervir, formular políticas públicas e de governar constitua-se em um fenômeno que possa ser empiricamente comprovado (SOUZA, 2006). Tal afirmação ignora a capacidade gerencial dos governos na proposição de ações voltadas para o equilíbrio e bem estar da sociedade.

Outras concepções e entendimentos sobre o papel da atuação do Estado constroem o argumento de que, apesar da existência de limitações e constrangimentos, estes não limitam a capacidade das instituições governamentais de gerir a sociedade. A partir de tais questões não se pode cair no erro de achar que a atividade de governar e de formular políticas se torna menos complexa por conta de tais implicações. Sabe-se que a atividade governamental necessita de uma estrutura vasta e complexa que acontece em um ambiente cercado de conflitos e divergências.

Após debates e entendimentos sobre a política pública, é possível produzir alguns modelos capazes de estabelecer um melhor entendimento no sentido de esclarecer por que o governo faz ou deixa de fazer alguma ação que repercutirá na vida dos cidadãos. Um deles é o proposto por Theodor Lowi (1992 apud SOUZA, 2006) a definição de política pública pode ser compreendida a partir do seguinte entendimento: a política pública faz a política. Tal definição considera que para cada tipo de política pública é possível estabelecer diferentes formas de apoio e de rejeição e que disputas em torno de sua decisão constituem arenas com características diferenciadas.

Lowi construiu sua definição de política pública e a configurou em quatro possibilidades de formato (SOUZA, 2006, p. 28):

1. A primeira definição está relacionada às políticas distributivas, que são caracterizadas pelas decisões tomadas pelo governo, desconsiderando o fator recursos limitadas. Sua consequência é a geração de impactos que assumem proporções mais individuais do que universais, e acabam por atender apenas as demandas de alguns grupos sociais ou regiões, em detrimento do todo.
2. A segunda definição compreende as políticas de caráter regulatórias que proporcionam maior visibilidade ao público, reunindo em sua constituição burocracia, políticos e grupos de interesse.
3. A terceira definição está relacionada às políticas de caráter redistributivo, tendo como característica marcante a capacidade de atingir o maior número de pessoas e impõe perdas concretas em prazo curto, para certos grupos sociais, e ganhos incertos e futuro para outros. As políticas sociais universais, o sistema tributário, o sistema previdenciário apresentam maior dificuldade de encaminhamento.
4. A quarta definição é caracterizada pelas políticas constitutivas, que estão diretamente relacionadas aos procedimentos.

É importante ressaltar que, do ponto de vista da aplicabilidade, cada uma dessas políticas públicas produzirá pontos ou grupos de vetos e de apoios diferentes, processando-se, portanto, dentro do sistema político de forma também diferente.

Outra visão da política pública segundo Souza (2006) foi desenvolvida por Lindblom (1979); Caiden e Wildavisky (1980); Wildavisky (1992) sendo caracterizada por sua compreensão do processo a partir de uma visão incremental. Estes estudiosos argumentam que os recursos governamentais para um programa, órgão ou uma dada política pública não partem do zero, pois são oriundos de decisões marginais e incrementais que desconsideram mudanças políticas ou mudanças substantivas nos programas públicos. Partindo deste fundamento, pode se afirmar que as decisões dos governos seriam apenas incrementais e pouco substantivas, instaurando pouca ou quase nenhuma mudança nos resultados.

Por conta de reformas de ajustes fiscais introduzidas em alguns países, a visão incrementalista da política pública acabou sendo quase que abandonada. Porém, não significa dizer que esta deixou de fazer parte do instrumental explicativo daqueles que trabalham nos

governos e os que pesquisam os orçamentos públicos. Sabe-se que o incrementalismo mantém intactas estruturas governamentais e recursos para políticas públicas que deixaram de estar na agenda dos governos.

Não se pode ignorar que é uma das heranças do incrementalismo o entendimento de que a visão de decisões tomadas no passado comprometem de modo crucial as decisões futuras. Dependendo da maneira como são concebidas as decisões impõem aos governos restrições sérias no momento de se adotar novas políticas públicas ou de reverter à rota das políticas atuais. Essas consequências podem trazer constrangimentos e dificultar ações necessárias num dado contexto.

Outra tipologia de política pública é concebida enquanto ciclo deliberativo sendo, portanto, constituída por vários estágios compreendidos enquanto processo dinâmico e de aprendizado. Pode-se definir a composição do ciclo da política pública a partir dos seguintes estágios:

- a) A definição de agenda;
- b) A identificação de alternativas;
- c) A avaliação das opções;
- d) A seleção das opções;
- e) A implementação;
- f) E a avaliação.

A abordagem constituída a partir do ciclo da política pública propõe a definição de agenda (*agenda setting*) e faz o seguinte questionamento: por que algumas questões entram na agenda política, enquanto outras são ignoradas? Existem algumas vertentes que discutem o ciclo da política pública e enfatizam mais os participantes do processo decisório, assim como existem outras, que valoriza mais o processo de formulação da política pública. O papel de cada participante e de cada processo pode constituir-se como um instrumento de incentivo ou como um ponto de veto (SOUZA, 2006, p. 30).

Basicamente, três são as perguntas de como os governos definem suas agendas:

- 1 A primeira está direcionada aos problemas adotando o entendimento de que estes entram na agenda quando se assume que se deve fazer algo sobre eles. Pode se afirmar que o reconhecimento e a definição dos problemas produzem consequências importantes nos resultados da agenda;
- 2 A segunda esta voltada para a política propriamente dita procurando entender como se constrói a consciência coletiva sobre a necessidade de se enfrentar um problema determinando. A resposta seria a de que essa construção se seguiria por meio de processo eleitoral, por meio de mudanças nos partidos que governam, ou via mudanças, nas ideologias (ou na forma de ver o mundo), aliados à força ou à fraqueza dos grupos de interesse. Segundo esta visão, a construção de uma consciência coletiva sobre um problema determinado é fator poderoso e

determinante na definição da agenda. No que concerne ao ponto de partida da política pública, este é dado pela política, o consenso pode ser alcançado melhor por meio de barganha do que por persuasão, ao passo que, quando o ponto de partida da política pública encontra-se no problema a ser enfrentado, dá-se o processo contrário, ou seja, a persuasão é a forma para a construção do consenso.

3 A terceira focaliza os participantes, que são classificados como visíveis, ou seja, políticos, mídia, partidos, grupos de pressão, etc., e invisíveis, tais como acadêmicos e burocracia. Segundo esta perspectiva, os participantes visíveis definem a agenda e os invisíveis, as alternativas.

Cohen; March e Olsen (1972) desenvolveram um modelo conhecido como “*garbage can*” ou “lata de lixo” cujo argumento sustenta que as escolhas de políticas públicas são realizadas como se as alternativas estivessem em uma “lata de lixo” (SOUZA, 2006, p. 30-31). Significa dizer que dentro do campo de políticas públicas, os problemas são vários e as soluções são poucas. Este modelo entende que as decisões não são analisadas profundamente e dependem da variedade de soluções que os decisores (*policy makers*) têm no momento, uma vez que neles, as organizações constituem formas anárquicas que compõem um conjunto de ideias com pouca consistência.

É papel das organizações construir um ambiente favorável para que se construam as preferências capazes de conduzir a solução dos problemas de modo a se chegar à ação propriamente dita. Vale ressaltar que neste modelo não são as preferências que constroem a ação, tanto o entendimento do problema como as soluções constituem algo limitado, o que faz com que as organizações tenham que estabelecer suas ações num sistema de tentativa e erro. Este modelo considera que no campo das políticas públicas existem soluções que estão à procura de problemas, o que leva ao entendimento de que todas as escolhas constituem um *garbage can* no qual vários tipos de problemas e soluções são colocados pelos participantes à medida que eles aparecem.

Sabatier e Jenkins-Smith (1993), estudiosos de políticas públicas, apresentaram resistência em relação à visão da política pública concebida pelo ciclo da política e pelo *garbage can*. Para estes autores os dois modelos apresentam capacidade escassa para explicar por que mudanças ocorrem nas políticas públicas. Com o modelo da coalizão de defesa (*advocacy coalition*), considera que a política pública deve partir de um entendimento a luz de um conjunto de subsistemas relativamente estáveis, que devem estar articulados com os acontecimentos externos, os quais dão os parâmetros para os constrangimentos e os recursos de cada política pública (SOUZA, 2006, p. 31).

Sabatier e Jenkins-Smith defendem que crenças, valores e ideias são importantes dimensões do processo de formulação de políticas públicas. Neste sentido o modelo proposto pelos autores propõe entendimento de que cada subsistema que integra uma política pública é

composto por um número de coalizões de defesa que se distinguem pelos seus valores, crenças e ideias e pelos recursos disponíveis. Neste campo diversificado as coalizões se constituem a partir de interesses em comum.

Outra visão é a de arenas sociais que concebe a formulação de política pública como iniciativa dos chamados empreendedores políticos em um campo de disputa onde o desafio é o convencimento. Para que uma circunstância ou evento se transforme em um problema, existe a necessidade de que as pessoas se convençam de que algo precisa ser feito. É neste momento que os *policy makers* (tomadores de decisão) do governo começam a realizar o exercício de observar com atenção algumas questões ao mesmo tempo em que ignoram outras que consideram de menor relevância.

Para Souza (2006, p. 32) é possível apontar a existência de três principais mecanismos para chamar a atenção dos decisores e formuladores de políticas públicas:

(a) divulgação de indicadores que desnudam a dimensão do problema; (b) eventos tais como desastres ou repetição continuada do mesmo problema; e (c) feedback, ou informações que mostram as falhas da política atual ou seus resultados medíocres.

Em conjunto, estes empreendedores dão forma àquilo que ficou conhecido como a *policy community* (comunidade de especialistas), que nada mais são do que indivíduos que estão dispostos a investir recursos variados esperando um retorno futuro, dado por uma política pública que favoreça suas demandas. Estes atores são fundamentais para a sobrevivência e o sucesso de uma ideia, bem como para inserção do problema na agenda pública.

Por meio de contatos constantes e certo nível de relações esses empreendedores podem constituir redes sociais. A definição de Redes tem como característica básica a reunião de contatos, vínculos e conexões que relacionam os agentes entre si e não se reduzem às propriedades dos agentes individuais. Souza (2006, p.32) considera que neste modelo:

As instituições, a estrutura social e as características de indivíduos e grupos são cristalizações dos movimentos, trocas e “encontros” entre as entidades nas múltiplas e intercambiantes redes que se ligam ou que se superpõem. O foco está no conjunto de relações, vínculos e trocas entre entidades e indivíduos e não, nas suas características.

São as questões concretas que servem de base para a elaboração deste método e referencial teórico cujo objetivo estará voltado para a investigação e a integração entre as estruturas presentes e as ações, estratégias, constrangimentos, identidades e valores. Pressupõe-se que as redes geram constrangimento nas ações e nas estratégias. Porém, elas também podem

promover suas construções e reconstruções. Este modelo tem sua fundamentação constituída a partir da possibilidade de investigação dos padrões das relações entre indivíduos e grupos.

Por sua vez, Baumgartner e Jones (1993), partindo de referências construídas e tendo por base as noções de biologia e computação, elaboraram modelo do “equilíbrio interrompido” (*punctuated equilibrium*) (SOUZA, 2006, p. 33). Com a utilização dos conceitos da biologia veio a noção de “equilíbrio interrompido”, que significa dizer que a política pública se caracteriza por períodos longos de estabilidade, que em alguns momentos são interrompidos por períodos de instabilidade produzidos por importantes mudanças e que, conseqüentemente, atingem as políticas públicas. Dos conhecimentos construídos a luz da computação e das contribuições dos trabalhos de Simon, chegou-se ao entendimento de que os seres humanos tem dificuldade em processar informação por conta de sua capacidade limitada.

Segundo Simon a dificuldade em processar informação os coloca em posição desvantajosa, uma vez que, os problemas surgem de modo simultâneo (paralelo) e não, de forma serial, ou seja, uma de cada vez. Partindo de uma visão interpretativa, significa dizer que, são os subsistemas de uma política pública que dão condições ao sistema político-decisório de processar os problemas de forma paralela, ou seja, realizando mudanças produzidas com base nas experiências de implementação e de avaliação. Todas estas intervenções acontecem somente em períodos de instabilidade tendo como resultado uma mudança serial mais profunda.

Na concepção de Baumgartner e Jones (1993) tal modelo é capaz de proporcionar a compreensão de que um sistema político que pode funcionar, tanto de forma incremental (sem alterar o *status quo*), como também pode passar por fases onde podem ocorrer mudanças no modo como as políticas públicas são elaboradas. Para a concepção deste modelo é relevante que se faça a construção de uma imagem sobre determinada decisão ou política pública (*policy image*). Neste sentido, é forte a compreensão de que, a mídia teria papel fundamental nesse processo de construção, pois forma opiniões e entendimentos.

Diante daquilo que ficou conhecido como “novo gerencialismo público²⁴” e diante da nova política de restrição fiscal com o objetivo de diminuir gastos, novas concepções foram trazidas para as políticas públicas, sempre com vistas ao aumento da eficiência. Deste modo, é possível dizer que o termo eficiência passou a ser visto como meta a ser perseguida no

²⁴ O novo gerencialismo constitui-se em um conjunto de práticas e de tecnologias relacionadas com o mercado, que transforma a própria natureza do Estado e sua relação com o setor privado, na exploração de alternativas de financiamento em um meio competitivo. Desse modo, o novo gerencialismo pode desenvolver por parte das instituições públicas, como as escolas e universidades, uma cultura de desempenho competitivo.

processo de elaboração e excussão de política pública. O termo eficiência é produzido pela necessidade que as políticas públicas e suas instituições sentiram, por conta das influências geradas por modelos redistributivos ou distributivos.

Mancur Lloyd Olson (1965) construiu a tese de que os interesses comuns, pelo menos em certo nível, guiam o processo de tomada de decisão podendo, como consequência, afetar os indivíduos, sem que isso seja produto de uma ação coletiva e sim em *free riding* (SOUZA, 2006, p. 34). Segundo Olson, os interesses de poucos indivíduos em uma dada sociedade têm mais chances de se organizar do que os interesses difusos de muitos. Na concepção de Olson, isto nada mais é do que um interesse público que não reflete a soma dos interesses dos grupos.

Neste sentido pode se afirmar que a política pública “boa” não se constrói a luz da disputa entre grupos, pois é produzida a partir de uma análise racional. As discussões produzidas por Olson enfatizam a questão da eficiência/racionalidade das políticas públicas. Para Olson os resultados podem ser conquistados por políticas novas, adotando-se medidas de desregulamentação, privatização e reformas no sistema social.

Outro fator digno de observação é a atribuição de funções para órgãos “independentes” nacionais e internacionais dentro do desenho das políticas públicas. O fato de tais órgãos se apresentarem “independentes”, o *know how* de seus membros, e a independência dos ciclos eleitorais, mantendo sua continuidade e coerência, os fez adquirir credibilidade dentro da discussão sobre políticas públicas. Porém, conforme afirmado anteriormente existem várias interpretações no campo das discussões sobre políticas públicas.

É crescente o debate sobre políticas participativas com vistas à inserção de grupos sociais e/ou de interesses na formulação e acompanhamento de políticas públicas, especialmente aquelas de caráter social, a exemplo: Conselhos Comunitários, Orçamento Participativo, Fóruns Decisórios.

Mesmo existindo a aceitação de teses variadas sobre o “novo gerencialismo público” o processo de experimentação de delegação de poder para grupos sociais comunitários e/ou que representam grupos de interesse não impedem que os governos continuem tomando decisões sobre situações-problema e desenhando políticas para enfrentá-las. Isso significa a delegação de parte de sua responsabilidade dos governos, principalmente a de implementação, para outras instâncias, inclusive não governamentais (SOUZA, 2006). Tal fato cria espaço para o surgimento de ONG cujo papel reside em dar conta de ações que o governo não executa, ou mesmo, não tem interesse de fazê-las.

Como sínteses são apontadas as seguintes definições de políticas públicas (SOUZA, 2006, p. 36):

- a) A política pública permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato faz.
- b) A política pública envolve atores e níveis de decisão variados, embora seja materializada através dos governos, e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes.
- c) A política pública é abrangente e não se limita a leis e regras.
- d) A política pública é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados.
- e) A política pública, embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo.
- f) A política pública envolve processos subsequentes após sua decisão e proposição, ou seja, implica também implementação, execução e avaliação.

Como se pode ver, as definições são muitas no campo da produção de conceitos e teorias novas sobre política pública. O debate sobre políticas públicas também tem sido influenciado pelas premissas advindas de outros campos teóricos, porém cada um seguindo matrizes teóricas distintas.

2.2 A constituição do sistema de unidades de conservação

Ao longo da história, as discussões e a prática da gestão de áreas protegidas são marcadas pela dicotomia sociedade-natureza promovendo, normalmente, uma separação entre o que é do âmbito da sociedade (aspectos econômicos, políticos, culturais) do que é “natural”. Esta dicotomia cria um paradigma que se reflete nas políticas públicas e na gestão das áreas protegidas, e que acabam por reproduzir as relações de exclusão social e afetam a própria possibilidade de conservação (LOUREIRO, 2004). Neste aspecto, sociedade e natureza, enquanto categorias indissociáveis acabam por assumir posturas opostas como se fosse necessária a separação das partes para a existência de ambos.

O paradigma desta relação fica evidenciado com a Lei nº 9.985 de 2000, que institui o SNUC e estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das UC (BRASIL, 2000). O SNUC trouxe conceitos, definições e estabeleceu as regras de proteção à natureza, criando para isso as categorias de Proteção Integral, e as Áreas de Uso Sustentável. Deste modo, materializou-se a relação seres humanos x natureza, pois reflete as modalidades de se encarar esta relação que tem sido confusa e conflituosa graças à organização social fragilizada, intervenções de efeito paliativo da parte do Estado e problemas de gestão.

No Brasil, onde a manutenção dos últimos redutos de florestas tropicais passou a ser uma das prioridades governamentais, a criação de áreas sob proteção legal vem crescendo significativamente nos últimos anos. Hoje, são mais de 670 UC em todo o país, em todas as categorias de manejo, totalizando 60 milhões de hectares de terras protegidas legalmente

(BRASIL, 2008). Conforme Brasil, Instituto (2008), somente as UC de uso indireto correspondem a 3% do território brasileiro, totalizando 24 milhões de hectares.

Estas unidades não estão distribuídas territorialmente por representatividade nas diferentes regiões biogeográficas, o que faz com que estas áreas se tornem verdadeiras lacunas no sistema de UC (FONSECA et al., 1997). As UC são áreas reservadas para o uso específico, sendo que no Brasil, o SNUC recebe a competência de estabelecer normas que regulamentem estas áreas. Algumas UC, como parques ou estações ecológicas fazem restrições, não permitem a existência de populações humanas e proíbem qualquer tipo intervenção como forma de garantir a integridade da área.

Por sua vez, as chamadas UC de uso direto, permitem, de maneira restrita e dirigida, a utilização dos recursos naturais, sendo que em alguns casos, também não preveem a presença de populações humanas. As áreas que compreendem as UC contêm atributos excepcionais da natureza e que estão sob a jurisdição dos Governos Federal, Estadual e Municipal e até mesmo de particulares, procurando garantir, assim, a sobrevivência dos recursos naturais que as integram. O objetivo dessa conservação é a manutenção do patrimônio natural e cultural da Nação para fins científicos, educacionais, estéticos e recreativos.

O estabelecimento de UC, tanto públicas quanto privadas, em áreas remanescentes e representativas de ambientes naturais, tem se tornado estratégia utilizada para a manutenção da biodiversidade (BRITZ et al., 2003). Para que um sistema de RESEX possa ser representativo de toda a biota regional, é necessário adicionar reservas pequenas ao conjunto de áreas do sistema como modo de assegurar a biodiversidade (MORSELLO, 2001). O número de espécies que tais UC compartilham está por trás da estratégia de necessidade de adição de reservas pequenas, mas considerar-se isso, a melhor estratégia não é selecionar apenas as de porte grande ou pequeno, mas sim um misto de tipos de reservas.

Uma categoria importante dentro do SNUC são as Florestas Nacionais - FLONAS, especialmente na Amazônia, sendo destinadas ao manejo racional dos recursos florestais, especialmente para extração de madeira. No passado, as FLONAS na Amazônia foram criadas sem a participação da população local, o que resultou na ocorrência de muitos conflitos já que parecia ser inconcebível desconsiderar a opinião da população que vive na área. Atualmente, existe a compreensão de que as UC só podem funcionar de maneira eficiente se houver a participação da população, ressaltando-se que na Amazônia são raros os casos de UC sem a presença humana.

A luta dos seringueiros²⁵ gerou uma importante inovação no SNUC, com a criação de RESEX, e pela definição de legislação que constituem tais áreas como de domínio público. Sua utilização é destinada a populações extrativistas tradicionais, comunidades que vivem do extrativismo, da agricultura de subsistência e da criação de animais de porte pequeno. A criação dessas reservas tem por objetivo central proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, assegurando o uso sustentável dos recursos naturais, sem comprometer os ecossistemas existentes na área.

A discussão sobre as RESEX surge em um contexto de conflitos e redefinição de modalidades de relação de trabalho envolvendo seringueiros que se encontravam em situação de abandono, ameaças e condições de trabalho péssimas. Os estados do Acre, Rondônia e Amazonas deram início às articulações voltadas para a realização de debates e elaboração de documentos voltados para a realização do Encontro Nacional dos Seringueiros (ALEGRETTE, 2002). Dentre as questões centrais envolvidas nas reuniões estava a ausência de titulação e regularização de posses de seringueiros, a ameaça do avanço do desmatamento incentivado por fazendeiros e projetos oficiais de colonização.

Os seringueiros reivindicavam a definição das terras específicas para as áreas de seringais nativos sob a justificativa de que todo seringueiro deveria receber uma área de terra que tivesse de uma a três estradas de seringa. A luta era motivada pela posse dos títulos definitivos da terra, sendo proibida a venda, arrendamento, aforamento ou qualquer tipo de negociação com a área que deveria destinar espaço para a criação de uma reserva florestal. Nestas reservas, deveria se executar projetos de plantação e cultivo de seringais, castanheiras-da-amazônia (*Bertholletia excelsa*, H. B. K. – *LECYTHIDACEAE*),²⁶ fruticultura e agricultura.

Tais medidas constituíam uma maneira de garantir não só o trabalho e a sobrevivência das populações locais que dependiam dos produtos da floresta, mas também assegurar a exploração racional dos recursos. Conforme afirma Allegretti (2002, p. 413):

As demandas dos seringueiros em relação à questão fundiária estava em duas propostas: impedir o desmatamento dos seringais e regularizar a posses de forma a assegurar a continuidade da atividade extrativista da borracha. Enquanto o Acre já estava bastante organizado nessa direção, no Amazonas, era ainda incipiente a movimentação dos seringueiros no sentido de garantir suas posses e, no caso de Rondônia, a situação era crítica, uma vez que o processo estava se dando de forma acelerada, como parte de um programa oficial do Governo Federal de colonização da região.

²⁵ Trabalhadores extratores de látex de árvores de seringueiras (*Hevea brasiliensis* – *EUPHORBIACEAE*).

²⁶ Sua amêndoa é a anterior castanha do Pará ou castanha do Brasil.

Está lógica foi reforçada no encontro realizado por seringueiros ocorrido no município de Ariquemes, Rondônia, nos dias 31 de agosto e 1º de setembro de 1985, pois naquele contexto foi apresentada pela primeira vez a ideia de uma RESEX, que somente no Encontro Nacional receberia tal denominação (ALEGRETTI, 2002).

A denominação de RESEX surgiu como uma maneira de contraposição ao modelo tradicional de colonização adotado na Amazônia, pelo INCRA. Dentre as ações do INCRA destacava-se o incentivo à produção agrícola, sendo estimulada a divisão da terra em lotes individuais para ser explorado por unidades familiares. Este modelo se contrapunha as ideias dos seringueiros, pois enfraquecia suas lutas e se constituía em divisão desigual beneficiando alguns e prejudicando outros.

Dentre as questões inovadoras trazidas pelas RESEX destaca-se:

- a) A compatibilidade entre as metas de desenvolvimento comunitário e a conservação ambiental, considerando que o uso sustentável dos recursos naturais constitui uma base para o bem estar das populações tradicionais;
- b) Conceito de gestão social dos recursos naturais;
- c) A proposta de concessão de uso do espaço territorial, permitindo que cada morador mantenha o direito de ocupação de seu lugar de moradia e produção, porém, sendo inviabilizada a existência de propriedade privada;
- d) Entendimento de que a organização de populações locais tem um papel fundamental para alcançar melhorias nas condições de vida e o uso sustentável dos recursos naturais;
- e) A proposta de administração através da cogestão entre poder público e as comunidades locais.

A gestão destas unidades tem sido conduzida com a intervenção de três atores principais que apresentam características distintas: governo, ONG e associações comunitárias locais. Tais relações vêm acontecendo de maneira conflituosa e confusa já que cada um destes atores concebe um modelo de gestão.

O governo, com uma atuação burocratizada e legalista; as ONG, com uma cultura de militância e tutela; e as associações comunitárias locais, com pouca ou quase nenhuma estratégia de atuação (ARRUDA, 1999). Com relação a esta última, considera-se ainda o grau elevado de despreparo de seus agentes que geralmente eram semianalfabetos e com pouca experiência em gestão. A parceria entre estes três atores desiguais em suas possibilidades e distintos em suas naturezas tem sido difícil. Os impasses tem sido grandes no sentido de atingir visões conjuntas, bem como definição de responsabilidades.

A primeira dificuldade tem sido a definição sobre as atribuições delegadas a cada ator dentro da UC, uma vez que não existem regulamentações específicas que lhes atribuam um papel definido. Somado a isto, pouca ação concreta tem sido realizada no sentido de legitimar o desempenho desses papéis para que sejam desenvolvidas ações capazes de assegurar a existência da UC. Finalmente e conforme Teixeira (2005), a dificuldade em reconhecer a legitimidade interna dos representantes comunitários tem sido outro problema grave, especialmente pelo fato de as populações locais possuírem dinâmicas internas específicas que muitas vezes não deixam visíveis suas lideranças legítimas.

Essa circunstância propicia equívocos na escolha dos interlocutores dessas comunidades levando-os a perceber a relação mais como interferência de outros sujeitos do que como uma modalidade de estabelecer parcerias. Outra questão está relacionada ao impacto de decisões de governo na estabilidade da gestão, uma vez que as associações comunitárias das UC são vulneráveis a fatores como a retirada de incentivos, a mudança de gestores públicos. A alteração de prioridades na atuação do governo, a suspensão de investimentos neste ou naquele setor trazem transtornos sérios às iniciativas de cogestão (MORSELLO, 2001), uma vez que produzem descontinuidade dos projetos em andamento.

Essa mudança na conjuntura político-administrativa é um fator que tem dificultado a elaboração de planejamentos de prazo longo e instituí a incerteza em relação à continuidade das ações já instauradas. Não se deve esquecer que a fiscalização deficiente tem fragilizado a gestão de UC pelo fato de que no momento em que os membros da comunidade constatarem a existência de atos ilícitos não dispõem de auxílio suficiente por parte de órgãos encarregados de fiscalização (LOUREIRO, 2005; SIMONIAN, 2007). Um exemplo é a debilidade do IBAMA e ICMBIO em evitar ações danosas ao meio ambiente que, por conta disso, tem contribuído para a deterioração das providências cabíveis pelas autoridades locais.

Essas dificuldades apresentadas para a implementação de uma cogestão competente nas UC tem contribuído para o desgaste entre os três atores e tem dificultado a execução de um projeto consistente de sustentabilidade para as populações dessas áreas. As RESEX somente terão êxito se suas populações residentes puderem usufruir, de maneira, sustentável, dos recursos naturais. É necessário que o acesso aos recursos naturais do seu domínio seja feito mediante circunstâncias que levem em conta tanto a conservação da biodiversidade quanto os interesses das populações locais.

Irving (2002) discute as vantagens da participação na concepção de um projeto de desenvolvimento a começar pelo saber compartilhado da problemática local e pela identificação de necessidades essenciais a serem incorporadas desde a visualização até a

implementação do mesmo. A legislação brasileira não deixa a desejar no sentido de garantir os direitos aos cidadãos, uma vez que procura atender suas demandas e respeita suas especificidades procurando contemplar os seus anseios. No entanto, não basta somente que a legislação garanta estes direitos. Existe uma série de fatores que interferem em sua implementação, pois se espera transformar as políticas públicas brasileiras em efetivos instrumentos de inclusão social.

O fato de atribuir significado a remanescentes de áreas naturais, como é o caso de UC, pela oposição da natureza à cultura, fez com que permanecessem por muito tempo ausente na gestão destas unidades territoriais temas como cidadania e participação. É preciso superar esta dicotomia e buscar a sustentabilidade e a democracia nos processos de conservação da natureza para que as populações locais tenham condição de viver sem degradar e sem a angústia, produzida por empresários que lucram com a destruição da floresta. Tal condição é necessária para compreender as dinâmicas socioambientais que compõem a realidade dessas populações, bem como permitem a elaboração de propostas coerentes e compromissadas com a melhoria da qualidade de vida.

2.2.1 A importância da área de entorno da RESEX

A criação das RESEX não constitui sozinha uma maneira de resolver os problemas das populações que vivem na área e em seu entorno, uma vez que depende de outras ações conjuntas. A participação de representantes comunitários e lideranças, além da criação e fortalecimento de parcerias institucionais, são fundamentais para que a RESEX Verde para Sempre e a Arióca Pruanã consiga se firmar como projeto sustentável. A demora na exceção de medidas governamentais tanto nas áreas de RESEX como no entorno acaba por torná-las, de acordo com Fonseca et al. (1997), verdadeiras “ilhas” num oceano de *habitat*.

Somado a estas questões, outro fato a ser destacado é o de que a criação de UC, tanto no Brasil, como em outros países, não conseguir conter o feroz processo de devastação da floresta (SIMONIAN, 2007). Sem projetos de cunhos social, econômico e ambiental a tentativa de resolução dos problemas dentro das RESEX acaba por produzir outros. Diante deste cenário, as florestas, gradativamente, vêm perdendo sua diversidade biológica, na medida em que as pessoas vão se apropriando de seus recursos.

Assim sendo, manter, sob controle, os impactos gerados sobre as RESEX e seu entorno é um desafio com o qual se deparam as instituições diversas envolvidas na gestão tais como: IBAMA, Instituto Estadual de Florestas, Secretarias Estaduais e/ou Municipais de

Meio Ambiente. Além destas também fazem parte algumas organizações e os vários ambientalistas que, de certo modo, se empenham em conservar os ecossistemas ainda presentes considerando apenas as áreas do interior das RESEX. Em termos de estudos sobre UC brasileiras, o que efetivamente vem acontecendo, é que tanto o diagnóstico, como o seu manejo efetivo tem se desenvolvido, em sua parte maior, considerando como área de atuação o interior das áreas protegidas.

No Brasil tais discussões remontem a fins dos anos de 1980, conforme posto por Simonian (2008), quando já se propunha a definição de uma área de entorno ou amortecimento, com vista a uma sustentabilidade maior das UC e AP, a sua regularização deu-se um pouco mais tarde²⁷. Aliás, no âmbito da investigação científica ainda é incipiente pesquisas realizadas nas áreas de entorno ou zona de amortecimento conforme afirmação de Gomes (2007) e Oliva, Magro (2004). De todo modo, desde os inícios dos anos de 1990, já se começou a ter mais consciência quanto à importância de tais áreas.

No âmbito da legislação ambiental, a importância da interface entre as UC e o seu entorno, aparece registrado na Resolução Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) nº. 13/90, e sua regulamentação também são encontradas no SNUC Lei Federal nº. 9.985 (BRASIL, 2000). Ambos determinam que todas as UC, com exceção das Áreas de Preservação Ambiental e Reserva Particular de Patrimônio Natural, tenham a sua “zona de amortecimento” ou área de entorno definida. Entretanto, poucos planos de manejo efetivamente definem o entorno e o consideram no processo de planejamento e gestão de seus recursos naturais.

De acordo com o Decreto nº. 9.9274, de 06 de junho de 1990 e a resolução CONAMA nº. 13, de 06 de dezembro de 1990, esta área se denomina “área de entorno” compreendendo um espaço territorial que tem seu início a partir dos limites de uma AP ou UC. Por sua vez, o referido decreto estabelece que “[...] nas áreas circundantes das unidades de conservação, num raio de 10 Km, qualquer atividade que possa afetar a biota deverá ser obrigatoriamente licenciada pelo órgão ambiental competente” (BRASIL, 1990, art. 2º.). Conforme cita Cerqueira et al. (2003), entorno é a área circunvizinha a uma UC, onde o uso do solo pode influenciar, tanto positiva como negativamente, o ambiente natural desta.

Morsello (2001) define zona de amortecimento como uma porção adjacente à área protegida, no qual o uso da terra é parcialmente restringido para incorporar uma camada a

²⁷ Simonian (id.) propôs, na segunda metade dos anos de 1980, a criação de áreas de entorno ou de amortização, quando do processo de definição de TI e de RESEX no estado do Acre.

mais de proteção para a UC. A zona de amortecimento pode ter a função de ampliar a presença na área protegida de certo tipo de *habitat* e pode servir a propósitos sociais. Brites et al. (2003) afirma que o estabelecimento de UC por si só não assegura a efetiva manutenção de comunidades, haja vista que as UC podem ser verdadeiras ilhas que, isoladas em meio à paisagem, sofrem deterioração progressiva de seus ambientes e agressões na área de borda.

A zona de amortecimento é de importância extrema, pois se o grau de exposição ao ambiente circundante for muito alto, o seu tamanho efetivo será progressivamente reduzido pela deterioração do *habitat* a partir de suas margens externas devido ao efeito de borda. Outro problema é que, a maior parte das dificuldades aparece no Plano de Manejo em UC, onde está relacionada à zona de amortecimento (BRITIZ et al., 2003). A “Zona de Amortecimento” ou “Zona Tampão” não pertence ao interior da UC e, segundo Miller (1997), localiza-se no seu entorno e é estabelecida para filtrar os impactos negativos de atividades externas a ela: ruídos, poluição, espécies invasoras e avanço da ocupação humana.

As avaliações básicas que devem nortear a definição de uma “Zona de Amortecimento” são:

- a) A contiguidade com os limites da área a ser protegida – Esta é uma exigência legal, imposta pela Resolução nº. 13/90 do CONAMA, que deve ser respeitada, na medida em que o objetivo da “Zona de Amortecimento” é proteger o interior da unidade de conservação. Esta proteção deverá dar conta dos impactos externos a ela, conforme foi destacado anteriormente;
- b) A natureza do uso/ocupação do solo na área proposta – Devem ser avaliados os usos que estão ocorrendo na área. O objetivo é procurar manter na zona de proteção, áreas florestadas, terras agrícolas e demais atividades que pouco impacto poderá acarretar direta ou indiretamente o interior da área protegida;
- c) A densidade da ocupação populacional – Este deve ser um dos parâmetros principais a ser analisado, visto que áreas densamente povoadas devem ser mantidas fora da “Zona de Amortecimento”. Caso não seja feita tal intervenção as ações impactantes podem ser levadas para o interior da área legalmente protegida.

O importante em todo processo é que seja feito um diagnóstico detalhado da área a ser proposta como “Zona de Amortecimento”, de forma com que os seus limites definitivos tenham coerência com que preceitua a legislação. É necessário controle e monitoramento das ações potencialmente impactantes aos recursos naturais do interior da área legalmente

protegida. Torna-se utópico, em termos de manejo, propor uma área que se encontra densamente ocupada e com atividades múltiplas que inviabilizem qualquer prática coercitiva.

Mantida essa situação, a “zona” proposta passa a ser considerada de “papel” fundamental, assim como tem sido considerados muitos planos de manejo de unidades de proteção integral. Com a criação da área é preciso à proposição de políticas e ações capazes de conter a devastação sem que para isso seja necessário expulsar as populações tradicionais do local. A aquisição de formas novas de sustentabilidade tem como necessidade primária a vivência criteriosa entre os homens e a natureza, pressupõe a inserção de maneiras diferenciadas de exploração, sem que para isso, seja necessário um processo intenso de degradação.

2.3 Populações tradicionais

As intervenções geradas pelos seres humanos na natureza são tão antigas quanto sua própria existência. Porém, o processo iniciado com a revolução industrial no século XVIII, foi capaz de gerar transformações socioambientais importantes. Este processo se consolidou graças ao uso desordenado dos recursos naturais, o que, por sua vez, tem promovido transformações significativas no cenário ecológico e social, fato que vem contribuindo para uma série de ameaças não só à manutenção desses recursos como também a própria existência humana.

A exploração acelerada dos recursos naturais motivou ainda nos 1960 o discurso ambientalista que cobrava mudanças de caráter institucional e social com vista a frear os efeitos deletérios produzidos pela racionalidade econômica. Este discurso ganhou força e estimulou a criação de teorias conservacionistas e preservacionistas. Estes grupos motivados pelas evidências almejavam criar uma consciência ambiental voltada para a conservação dos recursos naturais a partir da criação de áreas protegidas da intervenção humana (DIEGUES; ARRUDA, 2001).

Como resultado de tal mobilização foi apresentada a ideia de criação/implantação de áreas protegidas. Porém, tais modelos geraram (e ainda hoje geram) debates, contestações e questionamentos relacionados aos direitos de uso e permanência das áreas pelas populações tradicionais ali residentes. Esta questão em especial tem gerado um cenário de insatisfação e conflitos envolvendo o Estado e grupos locais.

Os resultados dos conflitos ambientais são assassinatos, conflitos fundiários, usurpação dos direitos das populações tradicionais que sobrevivem nestes locais desde há

séculos. A política de criação de unidades de conservação nasce em meio a dificuldades no sentido de equacionar a relação entre seres humanos e ecossistema. Garantir a preservação ambiental sem desrespeitar as comunidades que ali vivem e viviam antes da apropriação da área pelo Estado, tem sido um desafio marcado por conflitos e divergências.

No que concerne aos grupos humanos que tem despertado interesse no âmbito pesquisa em ciências humanas, vem merecendo destaque os grupos situados em UC definidos como populações tradicionais. Tal debate tem assumido grande envergadura graças à contribuição de pesquisadores como Diegues (1996); Little (2002). Estes autores definem “populações tradicionais” como sendo aquelas comunidades que estabelecem um tipo de organização econômica e social que gera reduzida acumulação de capital.

As populações tradicionais também apresentam como característica marcante a não vinculação da produção com a força de trabalho assalariado. Estas comunidades agregam produtores de porte pequeno que desenvolvem suas atividades de maneira independentes e que geram pouco lucro. Atividades como agricultura familiar e pesca artesanal, coleta e artesanato são as práticas mais comuns desenvolvidas por esses grupos.

Na concepção de Almeida (2005), não se pode definir o conceito de população tradicional sem antes considerar o papel da territorialidade que se estabelece enquanto categoria de identificação, defesa e força. Ainda, de acordo com Little (2002, p. 3) a territorialidade pode ser definida como “[...] o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-se assim em seu, território”. A definição deste autor ilustra bem a relação de envolvimento quanto à apropriação destas populações para com o ambiente imediato.

Para Arruda (1997) a definição de populações tradicionais perpassa pela identificação de grupos conhecidos como: ribeirinhos, seringueiros, quilombolas, dentre outros, que vivem na região ao longo de décadas, não dispendo de registro legal de propriedade privada individual da terra. Estas populações definem apenas o local de moradia como parcela individual, sendo o restante do território encarado como área de uso comunitário, com seu uso regulamentado por preceitos, costume e normas compartilhadas ente os comunitários. Por exemplo, podem ser citados os acordos de pesca (McGRATH, 1993), o zoneamento de áreas destinadas (ou não a caça), enfim regras produzidas a partir das percepções dos próprios membros preocupadas com o manejo e preservação dos recursos.

A terra representa um elemento de ligação fundamental a estas comunidades tradicionais, que fazem uso de práticas sustentáveis utilizando fundamentos construídos a partir de bases da agroecologia (COSTA, 2006). Na concepção de Arruda (1997), estas

populações tradicionais agregam grupos que, ao longo dos tempos, reproduzem seu *modus vivendi*, de forma mais ou menos isolada, com base em sistemas de cooperação social e formas específicas de relações com a natureza, caracterizadas tradicionalmente pelo manejo sustentado do meio ambiente. O autor apresenta como exemplos empíricos de populações tradicionais as comunidades caiçaras, os sitiantes e roceiros tradicionais, comunidades quilombolas, comunidades ribeirinhas, os pescadores artesanais, os grupos extrativistas e indígenas.

Diegues (1996) atribui às populações tradicionais características que as diferenciam das populações oriundas dos centros urbanos. Estas populações dominam um conhecimento profundo da natureza e de seus ciclos, conhecem os elementos exigidos para a elaboração de estratégias de uso e manejo dos recursos naturais, necessários à manutenção de seu *modus vivendi*. Apresentam grau de dependência alto, com relação à natureza, para desenvolver suas atividades econômicas sem que isso tenha caráter predatório, já que suas ações geram baixo impacto sobre o ambiente (LIMA; PEREIRA, 2007).

Observa-se que as atividades econômicas, sociais e culturais são concebidas pelas populações tradicionais dentro da lógica da unidade familiar, doméstica ou comunal, e relações de parentesco ou de compadrio (MOURA; MAIA, 1989). Outra característica dessas populações é a não efetivação de grandes relações econômicas junto ao mercado externo por visualizarem a produção com vistas a atender à subsistência, o que impossibilita a acumulação de capital. As atividades cotidianas compreendem a criação de animais para consumo (aves, suínos, gado bovino e bubalino), cultivo de mandioca, feijão e arroz, coleta de frutos e ervas, caça e a pesca artesanal.

É possível afirmar que, estas populações, por conta de suas estratégias de sobrevivência, têm um padrão de consumo baixo e densidade populacional pequena, se comparado às sociedades urbano-industriais. Tal especificidade pode ser responsável pelo seu nível de consciência ambiental, tendo em vista que seu raio de exploração de recursos naturais é limitado. Torna-se crucial o uso sustentável dos recursos naturais.

Lima e Pereira (2007) afirmam que é a manutenção do *modus vivendi* que favorece a preservação dos recursos e da biodiversidade contidos em seus territórios. Para estes autores a noção de território e de espaço construída pelas populações tradicionais configura-se pela forma de reprodução social do grupo e no apego ao local que habitam com o qual se identificam e pelo qual se distinguem de outros grupos.

Na concepção de Little (2002) o conceito de populações tradicionais tem relação com a vivência estabelecida a partir do regime de propriedade comum. O autor concebe que tal

relação é construída a partir do sentimento de pertencimento a um determinado lugar. Estabelece autonomia cultural própria tendo como base elementos que compõem o cotidiano, e junto a estes, concebe práticas adaptativas sustentáveis capazes de equilibrar interesses comuns de diversos povos.

Segundo Gonçalves (2001) e Little (2002) o fator político-científico produz influência na construção do conceito de populações tradicionais, sem desconsiderar, é claro, o contexto histórico. De acordo com estes autores o contexto da discussão sobre conflitos na segunda metade do século XX na Amazônia, envolvia populações que tinham como característica fundamental a sobrevivência instaurada a partir de uma relação quase que orgânica com a floresta tropical. Estes povos assumiam uma imagem produzida a partir da resistência motivada pela reivindicação do direito de manter suas formas particulares de existência e produção.

Estas populações tidas como tradicionais tem conseguido, ao longo de gerações, sobreviverem com o uso daquilo que o meio ambiente oferece por construírem um processo educativo baseado no conhecimento integrado de crenças e práticas que se perpetuam não só pela necessidade de sobrevivência, mas também pela compreensão a cerca dos limites da floresta. Porém, sabe-se que os grupos produzem formas diferenciadas de aprendizado, compreensão do meio ambiente e percepção da realidade constituída junto à floresta. Esses grupos são populações indígenas que habitam a floresta milenarmente; quilombolas que fizeram da floresta local de resistência, contestação e sobrevivência; ribeirinhos, caboclos e extrativistas que fazem rio e da floresta lugar de morada, fonte de renda e sobrevivência.

A lógica perversa do acúmulo de capital gera conflitos de interesses junto a estes povos e ignora tais especificidades relegando-os a obstáculos frente os interesses mercadológicos. Partindo de uma perspectiva histórica é possível afirmar que a insignificância dada a estes povos se justificativa pela a necessidade de modernização da indústria brasileira, o desenvolvimento econômico a qualquer custo, enfim, o uso da região como fonte “inesgotável” de matéria-prima. No Brasil, em meados da década de XX, este período foi marcado pela “era dos grandes projetos” (D’INCAO, 1994), e um momento de desrespeito para com os povos da região amazônica, que do ponto de vista desenvolvimentista representavam o atraso e ausência de perspectivas frente à nova dinâmica industrial imposta pelos países desenvolvidos.

As estratégias de sobrevivência, a maneira de se relacionar, a utilização de tecnologia rústica, a capacidade de consumo pequena e poder aquisitivo baixo fazia com que as populações tradicionais passassem a ser vistas como empecilho ao modelo de pensamento

desenvolvimentista pensado para o país naquele momento. Suas práticas conduziam ao lucro pequeno e ocupavam extensões grandes de terra sem gerar impostos ou produzir gêneros de capacidade alta na agregação de valor. Na visão dos agentes governamentais a região carecia de medidas capazes de tornar estas áreas atrativas ao capital internacional, estimulando investimentos na área da agricultura, pecuária e exploração mineral (COELHO, 2000).

Por desconsiderar as formas de sobrevivência destas populações o governo federal brasileiro estimula a ocupação da região amazônica instaurando uma disputa desenfreada pela posse da terra, bem como instaura uma mudança radical na divisão do espaço territorial que havia sido construído por estas populações (ARAGÓN; MOUGEOT, 1986). Esta separação justificada por uma legislação, e um discurso excludente, promovem disputas sangrentas pela terra, especialmente na região amazônica. Tais medidas colocavam populações inteiras numa situação de vulnerabilidade social.

Lima e Pereira (2007) dividiram a populações tradicionais em quatro grandes grupos que envolvem: populações tradicionais, populações indígenas, populações negras, populações pesqueiras, seringueiros.

2.3.1 As populações indígenas

Antes da chegada dos europeus, estima-se que no Brasil existisse algo em torno de 1.000 povos, somando entre um a dez milhões de indivíduos. Atualmente o território brasileiro é ocupado por 238 povos, que falam mais de 180 línguas diferentes (FUNAI, 2012).

São caracterizadas como populações indígenas aquelas que secularmente ocupam uma determinada região vivendo segundo os costumes e tradições anteriores a chegada dos europeus. A considerar o ponto de vista jurídico, estas populações foram as primeiras a obter o reconhecimento de suas diferenças étnicas e territoriais, e tiveram suas terras demarcadas e reconhecidas pelo Estado brasileiro. Logo, assumiram o direito legítimo sobre a terra e tudo o que nela existe.

Segundo o Censo de 2010, as populações indígenas representaram 896.917 indivíduos. Sabe-se que destes, 324.834 indivíduos viviam em áreas urbanas e 572.083 em áreas rurais, o que correspondia à aproximadamente 0,47% da população existente no Brasil (IBGE, 2010). Atualmente a população indígena brasileira encontra-se distribuída em aldeias situadas no interior de 682 terras indígenas distribuídas por todo território nacional.

O processo colonial, implementado pela empresa portuguesa no Brasil, teve seu início no século XVI gerou importantes mudanças não só nas características ambientais do espaço, como também no processo de formação populacional e ocupação espacial.

Ao longo desse processo, as populações indígenas sofreram todos os tipos de barbárie, como ocupações de seus territórios, a exploração dos recursos ali existentes e de sua própria força de trabalho, bem como políticas de terror (SIMONIAM; SARAIVA, 2010, p. 85).

Esse modelo de ocupação sociocultural teve como fundamentos a utilização de trabalho escravo, bem como exploração intensa de recursos naturais. Todo processo causou prejuízos enormes às populações indígenas, sobretudo no que se refere às matanças, bem como o desrespeito a cultura, valores e influências destes povos.

Sabe-se que os primeiros contatos entre europeus e indígenas foram amistosos e sem violência. A princípio os índios foram vistos como mão-de-obra farta e barata o que permitiu avanço sobre a floresta e garantiu o extrativismo do pau-brasil (*Caesalpinia echinata Lam.*), outra definição era a de que esses nativos constituíam almas que careciam da conversão aplicada pelos missionários jesuítas.

Mesmo considerando o mito do bom selvagem²⁸ sabe-se que entre os povos indígenas brasileiros as guerras eram comuns sendo motivadas pela defesa de territórios da tribo, bem como houve um momento em que a participação dos nativos se deu na condição de aliados nas primeiras batalhadas que os portugueses moveram contra invasores estrangeiros. A exemplo, as lutas travadas contra a França Antártica, quando os portugueses foram apoiados pelos nativos para derrotar os franceses.

Na metade do século XVI, a ambição do colonizador português passou a ameaçar a liberdade e existência das populações indígenas que não tardaram a perceber que este era o verdadeiro inimigo. Mascarados pelo projeto de catequização, a atuação imprimida pelas missões religiosas nos grandes aldeamentos tinha como objetivo a distribalização dos grupos. Por sua vez o colonizador europeu fazendo uso da escravidão contribuía de modo decisivo para expropriação territorial dos povos indígenas. A atuação do europeu em relação às populações indígenas tinha as seguintes direções: no entendimento do missionário jesuíta, era um meio de propagação da fé e de fortalecimento da Igreja Católica; para os colonos os interesses residiam na apropriação da terra e uso de mão de obra farta. Desse modo, pode se

²⁸ O mito do bom selvagem faz parte do pensamento de Jean Jacques Rousseau expresso no livro intitulado “Contrato Social”.

dizer que as populações indígenas viram-se forçadas a lutar por sua sobrevivência fazendo uso da resistência armada e desigual, contra um inimigo que já dominava as armas de fogo.

Outra questão relevante a se destacar foi o apoio dado aos colonos pelo dispositivo legal das chamadas guerras justas que consistia em uma exceção prevista na legislação caracterizada por sempre responsabilizar os nativos pela agressão. Somam-se a esses elementos as rivalidades existentes entre as diversas tribos dificultando qualquer possibilidade de aliança contra o inimigo comum que era o explorador europeu.

Foi somente no século XVIII, pela intervenção do Marquês de Pombal que teve início o processo de proibição do uso da mão de obra nativa em regime de escravidão. Segundo o disposto no decreto de 1755 os nativos passavam a gozar de liberdade e assumiam as mesmas condições políticas dadas aos colonos afastando, desse modo, o poder dos jesuítas sobre as missões e conseqüentemente sobre os índios. Porém tudo isso não foi suficiente para impedir a ação devastadora das populações constituídas pelo homem branco sobre as tribos indígenas

É possível afirmar que mesmo havendo um combate ampliado à disseminação da cultura indígena no Brasil, foi impossível evitar a incorporação destes costumes na formação da população pós-colonialismo. Os reflexos dos costumes adquiridos são percebidos na base alimentar constituída pelo plantio do milho (*zea mays*), mandioca (*manihot esculenta*), abóbora (*cucurbita spp*), dentre outros. Hábitos como coleta de frutos nativos como maracujá (*Passiflora edulis*), pitanga (*eugenia uniflora l.*), goiaba (*psidium guajava*), bananas (*bananas-caturras*), caju (*anacardium occidentale*), mamão (*carica papaya*), etc.

A prática da caça e pesca com forma de assegurar o alimento, foram atividades que uma vez adotadas, tiveram importância enorme para garantir a permanência de outros povos na região amazônica (SIMONIAN; SARAIVA, 2010). Estas práticas representam riqueza cultural e foram acumuladas graças à percepção dos nativos aos hábitos dos animais, observação sobre o ritmo das marés, sinais das florestas. A percepção sobre o significado dos saberes tradicionais foi chamado por Lévy-Strauss (1976) de ciência do concreto e realçou sua importância para a educação e sobrevivência do grupo populacional.

As populações indígenas também exerceram grande influência nas formas de organização socioespacial rural, que se manifestam na maneira como as famílias são organizadas nas unidades de produção e consumo que são instauradas por relações de solidariedade.

A FUNAI afirma que a população indígena vem aumentando de forma contínua, a uma taxa de crescimento de 3,5% ao ano. Esse percentual tende a aumentar devido às políticas adotadas para a proteção dos índios brasileiros, resultados alcançados no combate

aos índices de mortalidade que já foram elevados entre os nativos, melhoria nos sistemas de atendimento e prestação de serviços à saúde, e de taxas de natalidade superiores à média nacional. Atualmente existem 53 grupos que ainda não foram contabilizados (FUNAI, 2011), somado a isso consta aqueles grupos que aguardam reconhecimento de sua condição indígena junto ao órgão federal indigenista (FUNAI).

Dados da FUNAI apontam que 60% das populações indígenas brasileiras vivem na Amazônia Legal. Com a exceção dos estados do Rio Grande do Norte, Piauí e Distrito Federal, registra-se a presença de grupos indígenas em praticamente todas as unidades que compõem a Federação.

A FUNAI (2012) afirma que os índios brasileiros estão divididos em três classes que compreendem: os isolados que são aqueles que vivem em grupos que ainda são desconhecidos cujos registros são vagos e imprecisos; aqueles que se encontram em via de integração tendo como característica a conservação parcial de suas formas de sobrevivência, e que ainda sim, apresentam certa resistência em relação a algumas práticas e modos de existência comuns aos demais setores da sociedade brasileira; e por fim, aqueles que se considera integrado que corresponde aos nativos incorporados à comunhão social em que se reconhecem no pleno exercício dos direitos civis sem deixar de preservar usos, costumes e tradições características da sua cultura.

Sob o entendimento a partir da legislação brasileira, é possível afirmar que as populações nativas adquirem a plena capacidade civil no momento em que se encontram integrada à sociedade²⁹. Esta plena cidadania do índio corresponde à sua integração à sociedade nacional, bem como considera necessário à apropriação do conhecimento, valores morais e costumes por ela adotados. A Constituição de 1988 realizou um esforço grandioso para elaborar um sistema de normas capazes de contemplar os direitos e interesses das populações indígenas existentes no território brasileiro. Dentre as questões merece destaque os dispositivos que dispõem sobre a propriedade das terras ocupadas pelos nativos, a competência da União para legislar sobre populações indígenas e a preservação de suas línguas, usos, costumes e tradições.

O Governo Federal apresentou ao Congresso Nacional uma proposta com o objetivo de alterar a legislação brasileira almejando consolidar novos paradigmas em relação à política indigenista no Brasil. O Projeto consiste em um Estatuto das Sociedades Indígenas cujo objetivo é garantir a proteção aos índios brasileiros tendo como base fundamental o

²⁹ Para que a integração indígena aconteça, é necessário que tenha boa compreensão dos usos e costumes da comunhão nacional, conheça a língua portuguesa e tenha a idade mínima de vinte e um anos.

reconhecimento do seu diferencial cultural e não mais na falsa premissa da sua inferioridade. Espera-se com isso estabelecer a efetiva garantia dos seus direitos, procurando-se assegurar aos povos indígenas o espaço necessário ao desenvolvimento de suas práticas sociais.

A FUNAI entende que é recente o processo de conscientização a sociedade brasileira em relação os povos indígenas considerando-os como parte integrante da vida nacional. Desse modo, as populações indígenas brasileiros participam da política do país elegendo candidatos, ajudando na elaboração de leis e compartilhando problemas relacionados ao meio ambiente, política, economia, saúde e educação. Outra importante conquista que vem se consolidando é a afirmação do direito à diversidade cultural que traz em seu bojo a reivindicação das populações indígenas de um espaço político próprio no seio do Estado e da nacionalidade. Pressupõe-se que a conquista desse espaço carece do reconhecimento de níveis crescentes de participação das comunidades indígenas nas decisões que tenham impacto sobre suas formas de sobrevivência.

O Brasil é reconhecido por possuir uma diversidade étnica e linguística muito rica, que se situa entre as maiores do mundo, e é a maior da América do Sul. Essa diversidade representa um fator importante de enriquecimento cultural da nacionalidade brasileira. A considerar-se que a influência cultural gerada pela interação secular de processos civilizatórios fez com que a presença indígena tornasse-se percebida em aspectos tais como físico e nos costumes de amplos segmentos da população, sobretudo entre os brasileiros do Nordeste, da Amazônia e do Centro-Oeste.

Sabe-se que os grupos indígenas brasileiros foram reduzidos e hoje consistem numa fração pequena em relação ao que representaram no passado, também é verdade que este segmento da população encontra-se em processo de recuperação demográfica.

No Brasil as populações de índios vêm mantendo nas últimas décadas uma taxa de crescimento superior ao que representa à média nacional. Antes existia o temor de que os índios brasileiros desaparecessem de maneira progressiva, essas populações não se aculturaram a partir da influência do homem branco, e tão pouco foram exterminados. O que se observa nas últimas décadas é um progressivo processo de recuperação demográfica que se configura como consequência da demarcação ainda inconclusa das áreas indígenas e a prestação de serviços assistenciais promovidos pelo Estado.

Ao longo dos anos as populações indígenas brasileiras transmutam-se, reelaborando os elementos de sua cultura num processo contínuo de transfiguração étnica. Esses grupos vêm identificando-se e sendo identificados como indígenas mostrando a capacidade de resistência que a identidade étnica dos grupos indígenas brasileiros representa.

Para esses grupos, a afirmação do direito ao etnodesenvolvimento, e à preservação de sua identidade cultural carecem de legitimação constitucionais perpassando pela posse da terra, pela defesa de condições dignas de vida, e pela conquista de seu espaço político. Tais medidas representam a preocupação em se garantir os direitos das populações indígenas e aperfeiçoar os dispositivos legais relativos a esses direitos. Ações promovidas por movimentos sociais e ambientais têm como objetivo intensificar as medidas de interdição da exploração predatória e ilegal de recursos naturais, de remoção de invasores, bem como impedir a ação de garimpeiros em terras indígenas, e a promoção da auto-sustentação e o desenvolvimento comunitário às populações indígenas.

O Brasil conta com cerca de 112.870.218 hectares (1.128.702 km²) de terras destinadas às populações indígenas (PIB, 2012). Pode-se afirmar que atualmente as populações indígenas ocupam 13,3% da extensão do território brasileiro (o que corresponde a duas vezes o território espanhol, com uma área de 504.800 km²) (PIB, 2012).

2.3.2 A inserção de populações quilombolas

As populações quilombolas, no Brasil, tem sua origem a partir do processo de escravidão colonial português cuja base era a utilização da mão de obra dos negros trazidos do continente africano por conta do tráfico. As terras em que se formaram os quilombos, outrora foram fazendas decadentes abandonadas por seus antigos proprietários, doações feitas como forma de retribuição a serviços prestados ao Estado durante a guerra do Paraguai (LIMA; PEREIRA, 2007).

No Brasil, graças aos trabalhos antropológicos, mobilização de movimentos populares e maior visibilidade de uma intelectualidade negra, a Constituição de 1988 passa a mencionar a importância e valorização da cultura negra, bem como reconhecimento das áreas quilombolas. No entanto, foi em meio ao processo de formação de associações regionais, e à realização de eventos em escala nacional, em prol das comunidades remanescentes de quilombos, que a Constituição de 1988 reconheceu o direito destas comunidades sobre as terras nas quais vivem. Nestas áreas, estas comunidades desenvolvem atividades vinculadas à pequena agricultura, ao artesanato, ao extrativismo e à pesca.

Relatos históricos informam que as populações negras foram prejudicadas pela ambição voraz relacionada à concentração de terras no Brasil. Este processo atingiu diretamente essas comunidades quilombolas que estabelecem com a terra uma relação muito além da questão produtiva. Da mesma forma como a terra é concebida pelas populações

indígenas, também a terra para as populações quilombolas representa muito mais que um bem econômico.

Para as populações quilombolas a terra e identidade são dois elementos que estabelecem relação indissociável, pois é a partir da terra que se constituem as relações sociais, econômicas, culturais, bem como transmitidos bens materiais e imateriais.

Castro e Acevedo (1998, p. 67) afirmam que o quilombo:

[...] foi positivamente o limite do regime de propriedade e de produção escravista, como também, do domínio social e político articulado a essa formação social. Nesse sentido, atinge profundamente a ordem escravista, tendo como resposta a repressão e a estigmatização por parte dos senhores e das autoridades.

No momento em que essas populações se encontram destituídas de sua territorialidade ocorrem conflitos que se espraiam em suas vidas e produção, não lhes restando outra saída senão o caminho das periferias das cidades grandes. Sem poder dispor de escolarização adequada e sem qualificação profissional lhes restam a miséria e o subemprego. Tal evidência aumenta as estatísticas relacionando a população negra a problemas de ordem socioeconômica.

O fenômeno da migração das populações quilombolas para os centros urbanos contribui de maneira contínua para a dissolução de suas comunidades, bem como favorece a perda da sua identidade negra reunida ao longo de várias gerações.

A luta encampada pelo direito aos territórios das comunidades para as populações quilombolas, dos povos indígenas e das demais comunidades tradicionais vem sendo travada há algum tempo alimentadas pela esperança de aquisição de respeito e implementação de políticas públicas capazes de atender suas necessidades. Porém, ainda são grandes os desafios colocados a estas pessoas, pois a garantia dos direitos dos quilombolas, assim como as políticas de promoção da igualdade racial, de forma ampla estão colocadas no centro de uma disputa que tem um caráter ideológico e político. As contestações relacionadas à demarcação de terras quilombolas feitas sobre obrigação judicial, os movimentos reacionários encabeçados pelos setores mais conservadores que se utilizam de aparelhos do Estado tais como violência no campo são a prova cabal de tal contestação.

Sob o aspecto da legislação, a Constituição de brasileira, de 1988, traz como objetivos descritos a construção de uma sociedade alicerçada por ideais de justiça, liberdade e solidariedade. Além disso, também é descrita a promoção do bem de todos repudiando-se qualquer forma de preconceito relacionado à origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Com base nessas questões é possível afirmar que a Constituição

reconhece a existência de comunidades quilombolas no país, e determina que o Estado deva emitir o título de suas terras.

A Carta Magna só terá o efeito que se espera se o objetivo constitucional, sustentado pela tríade justiça, liberdade e solidariedade for perseguida de maneira incansável, assumindo uma postura de enfrentamento. No Brasil o racismo e a discriminação racial representam a base estrutural de problemas relacionados com as desigualdades socioeconômicas. Sem que esta etapa seja vencida jamais se terá um país de oportunidade, respeito à dignidade humana e apreço à qualidade de vida da população mais humilde.

As populações residentes em quilombos admitem a terra como elemento capaz de representar de forma precisa e particular o modo de viver e produzir das comunidades quilombolas. É nesta terra que aflora a ancestralidade, resistência, memória que tem nas marcas de sua tradição o respeito aos bens naturais sem os quais seria impossível assegurar a reprodução física, social e econômica. As áreas escolhidas eram aquelas de difícil acesso onde negros foragidos das fazendas e engenhos, procuravam abrigo e liberdade (PINTO, 2007, p. 44).

Os negros tentavam reconstruir nos quilombos as várias versões de uma vida comum: realizavam festas, plantavam, coletavam, pescavam, caçavam e praticavam transações econômicas possíveis. Tentavam estabelecer nos quilombos espaços políticos, econômicos, sociais e culturais.

É possível afirmar que a terra e o quilombo são elementos indissociáveis cujas ramificações encontram-se muito presentes no cenário de contradição e complexa formação histórica e social que constituem o Brasil.

Uma das formas pelas quais essa contradição se faz presente reside na concentração fundiária que produz obstáculos capazes de atrapalhar a promoção da cidadania para as comunidades quilombolas. Essas barreiras assumem formas ideológicas, políticas, jurídicas e administrativa que reúnem em seu bojo conflitos de interesses preocupados em adiar as ações voltadas para a regularização fundiária dos quilombos.

O tema regularização fundiária para quilombos tem esbarrado em argumentos que apontam desconhecimento, insegurança jurídica, falta de acordo sob os conceitos remanescentes de quilombos, terras ocupadas, tendo como respaldo variações meramente interpretativas que apenas contribuem para perpetuação de uma realidade miserável que se arrasta desde o meado do século XIX, quando foi sancionada a Lei de Terras. As políticas públicas voltadas para as comunidades são fundamentais, pois permitirão reverter (a médio e

longo prazo) a situação de vulnerabilidade na qual se encontram essas comunidades, historicamente ignoradas e excluídas do acesso a seus direitos.

2.3.3 As populações pesqueiras

A pesca artesanal é uma das atividades extrativas de tradição importante na Amazônia, pois tem garantido o desenvolvimento produtivo e cultural das populações que se apropriam da diversidade de seus ambientes aquáticos – mar, rios, lagos, igarapés, igapós, estuários de rios – e de seus recursos, imprimindo-lhes um significado que, dentro de uma lógica própria da sociedade cabocla, alicerça sua vida material e imaterial (LOPES, 2008; McGRATH, 1993). Conforme Furtado; Leitão e Mello (1993) e Silva (2001) o envolvimento da população pesqueira junto ao rio vai além da exploração para aquisição do alimento. O rio representa para o ribeirinho um espaço produtivo de trabalho socialmente construído.

O que caracteriza a categoria profissional de pescadores artesanais é a forma como estabelecem contato direto com o ambiente natural, no qual se relacionam a partir de conhecimentos vastos relacionados à classificação, comportamento, biologia e utilização dos recursos naturais existentes no meio onde vivem. Sabe-se que mesmo sendo significativos os conhecimentos gerados pela pesca artesanal não são devidamente aproveitados, especialmente por conta do preconceito vivenciado por tal categoria. Os saberes e habilidades geradas no bojo da pesca artesanal poderiam contribuir para a promoção, manutenção e uso sustentável dos recursos naturais do qual essas comunidades necessitam para viver.

No Brasil, mais de 600 mil pescadores sustentam suas famílias, trabalhando na captura dos peixes e frutos do mar, no beneficiamento e na comercialização do pescado. Grande parte do pescado que chega à mesa do brasileiro é fruto do trabalho dos pescadores artesanais. Esta categoria profissional é responsável por 60% da pesca nacional (MPA, 2012).

Na concepção de Maldonado (1986), existem diferenças importantes entre a pesca artesanal e a pesca industrial, especialmente quando se estabelece uma análise a partir do processo de trabalho. É possível afirmar que a pesca artesanal contrasta com a pesca industrial por apresentar características bastante diversificadas, tanto em relação ao habitat e estoques pesqueiros que exploram, quanto às técnicas de pesca que utilizam. Cada uma dessas formas de exploração apresenta consequências determinantes para a reprodução e manutenção dos estoques pesqueiros.

A atividade de pesca artesanal é realizada por pessoas que têm como objetivo principal garantir a necessidade alimentar das famílias de pescadores a partir do consumo do pescado

capturado. Tal característica é comum em todas as regiões do país, sendo que os consumidores maiores são representados pelas comunidades ribeirinhas cuja existência de problemas de ordem social tais como desemprego e a baixa escolaridade são evidentes. Sobre essa questão, Resende (2006) afirma que a atividade da pescaria representa a principal (e às vezes a única) forma de conseguir o alimento, bem como remuneração que poderá ser destinada a provisão do sustento familiar.

Essa relação que é estabelecida entre o homem e rio, de modo especial na Amazônia, é analisada por Santos, G e Santos, A. (2005), considerando que as populações tradicionais não indígenas têm como uma de suas peculiaridades a forte dependência das águas dos rios e igarapés para uso doméstico, navegação e obtenção de alimentos, tendo como regulador de suas vidas o regime de cheias. É o rio que garante a essas populações a possibilidade de sobrevivência e é por meio deste que se estabelecem relações sociais. Para as comunidades de pescadores o rio constitui fonte de vida, via de comunicação e garantia de alimento durante boa parte do ano.

A sabedoria e conhecimentos produzidos pela relação construída entre os ribeirinhos, e destes como a várzea, do rio e da floresta que os circundam representa outro fator que merece atenção. A sabedoria tradicional acumulada pelas comunidades de pescadores reúne aspectos diversificados da vida nos rios e suas relações com a floresta, dos tipos e hábitos dos peixes, como migração, alimentação, época e lugares de desova dos cardumes, desenvolvendo técnicas de captura como armadilhas fixas de baixo impacto sobre a ictiofauna (RESENDE, 2006). São saberes e técnicas acumuladas e transmitidas de geração a geração que até hoje tem garantido a reprodução social dessas comunidades.

A atividade pesqueira também assume papel decisivo no comércio local de muitas cidades, especialmente aquelas que são banhadas por rios. Quando os resultados da pesca são fartos, parte da produção geralmente é vendida a intermediários ou é direcionada para as feiras das vilas localizadas nas proximidades da área de pesca. Por tratar-se de uma atividade que reúne milhares de pessoas, a sua produção é difícil de ser quantificada. É, também, muito expressiva do ponto de vista cultural, por ser uma atividade que na maioria dos casos é praticada por gente de ambos os sexos e de todas as idades e categorias sociais (SANTOS; G. SANTOS, A. (2005). Montenegro et al. (2001), caracteriza os pescadores como sujeitos que constituem uma rede ecossistêmica e suas interações não devem ser observadas apenas do ponto de vista do uso e apropriação dos recursos, mas no contexto das relações sociais. No que concerne à tomada de decisões, eles estão diariamente agindo não só como “forrageadores” que procuram fazer escolhas ótimas, mas também, se comportando como

fiscalizadores do ambiente. Na concepção de Balée (1994), as alterações ecológicas na região Amazônica representam a capacidade que as sociedades modernas, caracterizadas pelas densidades populacionais altas, índices de consumo energético elevado e desenvolvimento tecnológico avançado têm assumido no sentido de modificar, drasticamente, o *habitat* em qualquer parte do planeta promovendo mudanças bióticas.

As relações entre populações humanas e os recursos hídricos vem promovendo mudanças no ecossistema, o que imprime a necessidade de adoção de planos de manejo dos recursos naturais. Simonian et al. (2010, p. 144) faz a seguinte consideração com relação a importância dos rios:

Sabe-se que os rios na Amazônia configuram-se como condição indispensável para a sobrevivência das populações locais, mormente daquelas que vivem nas regiões mais afastadas dos centros urbanos de porte grande. Os rios servem como importante via de comunicação, são fonte de proteína animal, servem para higiene pessoal e limpeza de utensílios domésticos, além de lugar de lazer ou brincadeira de crianças e adolescentes ribeirinhas, é exatamente por esta condição que as famílias amazônicas procuram as margens dos rios e igarapés para fixarem moradia e; ou fazerem suas roças.

Conforme apontado, o rio é uma via de acesso e comunicação; local de vivência e morada que culmina na relação do homem com seu ambiente, contribuindo para a sua conservação.

Outra questão que vem chamando a atenção é a construção de barragens, indústrias e hidrelétricas que mesmo fazendo uso das tecnologias “de ponta” ainda produzem impactos negativos aos ecossistemas, tais como desmatamentos, contaminação dos recursos hídricos e modificações nas comunidades ecológicas e comunidades humanas, que dependem desses recursos para assegurar a sobrevivência. Nesse sentido, é necessária a inserção de um modelo de conservação da natureza capaz de envolver os conhecimentos e o manejo da biodiversidade historicamente acumulados pelas populações tradicionais a partir de suas práticas conservacionistas (DIEGUES, 2000). Segundo Montenegro et al. (2001), o modo como o pescador se relaciona com o rio já não ocorre como outrora; o processo de exclusão e pauperização impostos pelo modelo cultural produzido pela sociedade capitalista que coloca os pescadores em condição marginal na busca por soluções de seus próprios problemas, tem que ser revisto com urgência. O conhecimento científico não vem sendo capaz de dar respostas prontas e eficazes para os problemas ambientais, e entre esses problemas a questão da pesca não poderia ficar de fora.

Somente assumindo uma ciência com consciência, tanto dos caracteres físicos e biológicos dos fenômenos humanos, quanto da sua inscrição em uma dada cultura, sociedade

e história (MORIN, 1999), é possível, de fato, por meio da integração dos conhecimentos populares e científicos, construir uma sociedade mais humana.

Os trabalhadores da pesca artesanal, assim como outros produtores pequenos necessitam de soluções rápidas, pois sua sobrevivência está relacionada à garantia da reprodução do pescado em condições capazes de atender suas necessidades. É importante que as discussões sejam capazes de superar preconceitos e assumam o contexto social, bem como sejam capazes de incluir a cultura pesqueira das comunidades envolvidas como forma de incrementar propostas de manejo local ou uso comum dos recursos (CASTRO; BEGOSSI, 1995; BEGOSSI, 1996).

Entre as medidas tomadas para a garantia do pescado e a sobrevivência das populações que dele dependem destaca-se o seguro defeso que é uma forma de seguro desemprego, concedido pelo Ministério do Trabalho e Emprego (TEM) no período de paralisação temporária da pesca ou coleta de recursos pesqueiros determinadas pelos governos, visando a preservação das espécies. A medida serve para proteger as espécies nas fases vulneráveis de seu ciclo de vida ou paralisações causadas por fenômenos naturais ou acidentes ambientais. A atividade da pesca artesanal envolve os trabalhos de confecção e de reparos de artes e instrumentos pesqueiros (exemplo: a vara, a rede de espera, o puçá³⁰ e a tarrafa³¹), também chamados de apetrechos, os reparos realizados em embarcações de pequeno porte e o processamento do produto da pesca artesanal. Isso significa que as famílias que tiram o seu sustento com atividades acessórias relacionadas à pesca artesanal também podem ser identificadas como famílias de pescadores artesanais.

2.3.4 Os seringueiros na Amazônia

No Brasil, ao longo dos anos de 1970, o movimento dos seringueiros passou a adquirir força e começou a se manifestar politicamente na região do Acre, tornando-se conhecido no país por conta de mobilizações conhecidas como “empates³²”, que consistiam em ações que almejavam frear o adentramento de pecuaristas, agricultores de grande porte e fazendeiros que por meio de suas empresas devastavam as florestas, e como consequência destruíam os seringais. Neste contexto surge a figura do líder seringueiro Chico Mendes, que cobrava a

³⁰ Define-se como “puçá”, também conhecido como gererê, coador ou sarrico, um apetrecho de pesca confeccionado com rede e ensacador, instalado em uma armação em forma de aro

³¹ Uma tarrafa, é uma rede de pesca circular com pequenos pesos distribuídos em torno de toda a circunferência da malha.

³² O empate é uma tática de ação intermediária criada por Chico Mendes que consiste em perfilar no meio da floresta, homens, mulheres, crianças e anciãos com o objetivo de impedir a sua destruição.

formulação de políticas voltadas para a garantia do uso do seringal respeitando os limites da floresta e o modo de vida dos seringueiros. Com o amplo envolvimento de movimentos sociais ligados aos seringueiros, bem como pesquisadores e estudiosos da questão socioambiental, chegou-se a proposta da criação das reservas extrativistas, que trazia em seu seio a possibilidade de conciliar a presença humana (seringueiros), sua vivência e sobrevivência com o uso sustentado da floresta.

Estas populações têm sofrido por conta do desprezo de suas opiniões e necessidades pouco consideradas dentro do processo de discussão e elaboração de políticas públicas. É preciso que um envolvimento maior destes povos seja garantido nas agendas de discussão nos âmbitos mais variados de esferas governamentais. Sem participação política estas populações estão fadadas ao esquecimento e condenadas a sobreviver de maneira desvalida.

Neste cenário, as populações tradicionais são pressionadas pelo seguinte dilema: conviver em um contexto, cientes de que seus direitos de sobrevivência são confrontados com o paradigma de preservação construídos por outros grupos preservacionistas. Tem sido difícil para esses grupos permanecer como “tradicionais”, pois cada vez menos condições objetivas lhes são dadas como forma de assegurar a sobrevivência. A pressão que o modo de produção capitalista exerce sobre estas pessoas exclui o modo tradicional e impõe os novos padrões de reprodução sociocultural que devem ser assimiladas pela sociedade moderna.

Pressionados e proibidos de viver de acordo com seus costumes estes grupos vivenciam um processo de pulverização de suas comunidades abrindo espaço para a disseminação do modelo hegemônico de exploração e uso dos recursos naturais. O modelo oficial de preservação ambiental tem sido criticado por influenciar a criação de unidades de conservação de uso restrito. Estes modelos acabam por fortalecer as pressões para que as populações tradicionais abandonem seus hábitos e adotem as práticas culturais da sociedade industrial.

Porém, conforme apontado por Silva (2006) existe outras possibilidades, que raramente fazem parte das políticas públicas brasileiras, que compreendem a construção junto com as populações locais de uma relação, ao mesmo tempo, mais harmoniosa e economicamente eficaz, valorizando os saberes locais e estimulando práticas com base no paradigma da agroecologia.

2.4 O paradigma do desenvolvimento sustentável e a sustentabilidade

A partir da segunda metade do século XIX, a degradação ambiental e suas consequências catastróficas, em âmbito planetário, originaram estudos que renderam as primeiras fórmulas e métodos voltados à diminuição dos danos ao ambiente (LEFF, 1999; RATTNER, 1993; REIGOTA, 1991). Em 1968, autoridades reconheceram formalmente os problemas ambientais, na reunião do Clube de Roma, que constatou a possível falência dos recursos naturais e solicitou o estudo intitulado “Limites do Crescimento”, liderado por Dennis Meadows. Este diagnóstico mostrou que a degradação ambiental decorre, principalmente, do crescimento populacional desordenado e da exploração exacerbada dos recursos naturais.

Tal cenário mostrava que caso não fosse tomada nenhuma medida capaz de alcançar estabilidade populacional, econômica e ecológica, tudo um dia poderia se acabar. Estes estudos subsidiaram a construção de uma ideia de desenvolvimento aliada à preservação. Com a intenção de discutir e encontrar soluções para este problema a Organização das Nações Unidas (ONU) promoveu a Conferência de Estocolmo em 1972, que teve como resultado a criação da Declaração sobre o Ambiente Humano.

Pela primeira vez introduzia-se, na agenda política internacional, a dimensão ambiental como condicionadora e limitadora do modelo tradicional de crescimento econômico e do uso dos recursos naturais. Ela determinou ao mundo que tanto as gerações presentes como as futuras tenham reconhecido como direito fundamental à vida num ambiente sadio e não degradado. Neste contexto, tornava-se evidente, que o modelo de desenvolvimento baseado no crescimento econômico começava a conduzir o planeta à exaustão de seus recursos naturais e conseqüente ameaça à vida.

Era necessário elaborar uma proposta alternativa para o desenvolvimento que fosse capaz de abordar tópicos tais como a satisfação das necessidades básicas de todos os indivíduos, conciliando a preservação dos recursos naturais com o meio ambiente. Surgia a compreensão de que era imprescindível a participação da população e dos Estados na elaboração e implementação de sistemas sociais garantidores de emprego, segurança e respeito à cultura (PERROT, 1994). Neste contexto, em 1987, a ex-primeira ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, que presidiu a Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) apresenta em seu relatório o que seria um novo conceito de desenvolvimento.

Segundo Brundtland (1987), o desenvolvimento deveria ser sustentável, pois somente assim seria possível satisfazer as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades. Ou seja, é o desenvolvimento econômico, social, científico e cultural das sociedades garantindo mais saúde, conforto e conhecimento, sem exaurir os recursos naturais do planeta. Para isto, todas as modalidades de relação dos seres humanos com a natureza teriam que ocorrer com o dano menor possível ao ambiente.

As políticas, os sistemas de produção, a transformação, o comércio, os serviços – agricultura, indústria, turismo, mineração – e o consumo têm de existir preservando a biodiversidade (DOXSEY, 1994). Tais evidências apresentadas pela ONU por meio da CMMAD tiveram os seguintes objetivos:

- a) Reexaminar as questões críticas relativas ao meio ambiente e reformular propostas realísticas para abordá-las;
- b) Propor novas modalidades de cooperação internacional de modo a orientar as políticas e ações de mudanças necessárias, e dar a indivíduos, organizações voluntárias, empresas, institutos e governos a compreensão desses problemas, incentivando-os a uma atuação mais firme.

O Relatório Brundtland foi publicado com o título “Nosso Futuro Comum”. O documento propôs integrar o desenvolvimento econômico à questão ambiental, surgindo não apenas um termo novo, mas um modo novo de progredir. De acordo o relatório, os governos deveriam adotar as seguintes medidas:

- a) Limitar o crescimento populacional;
- b) Garantir a alimentação em longo prazo;
- c) Preservar a biodiversidade e os ecossistemas;
- d) Diminuir o consumo de energia e desenvolvimento de tecnologias que admitem o uso de fontes energéticas renováveis;
- e) Aumentar a produção industrial nos países não industrializados à base de tecnologias ecologicamente adaptadas;
- f) Controlar a urbanização selvagem e integração entre campo e cidades menores.

Em âmbito internacional, as metas propostas pelo Relatório sugerem que as organizações do desenvolvimento devem adotar a estratégia de Desenvolvimento Sustentável,

competindo à comunidade internacional proteger os ecossistemas supranacionais como a Antártica, os oceanos, o espaço. As guerras devem ser banidas e a ONU deveria implantar um programa de desenvolvimento sustentável (SOUZA, 2000). As contribuições trazidas pelo Relatório Brundtland serviram de suporte para a realização em 1992, no Rio de Janeiro, da CMMAD.

Nessa conferência, aprovaram-se os princípios para o desenvolvimento sustentável na Terra com o objetivo de estabelecer uma aliança mundial nova e equitativa mediante a criação de níveis novos de cooperação entre os Estados. Dentre as questões que encabeçaram os debates na Conferência do Rio de Janeiro, aspectos relacionados à ciência, tecnologia, educação, miséria, natalidade e mortalidade, poluição e fome deixam claro a emergência de uma concepção nova de desenvolvimento. Nos países em desenvolvimento, a maioria dos problemas está relacionada ao alto índice de pobreza e miséria, o que tem dificultado o alcance de índices de qualidade de vida aceitável.

Em todo o mundo, milhões de pessoas vivem abaixo dos níveis mínimos necessários à existência humana decente, desprovidos de alimentação adequada e vestuário, abrigo e educação, saúde e saneamento, dentre outros serviços necessários à qualidade de vida. É necessário que os países em desenvolvimento, conscientes de suas responsabilidades, assumam o dever de salvaguardar e melhorar a qualidade de vida de seus cidadãos, principalmente as pessoas carentes. Além disto, seria importante que os países desenvolvidos esforçassem-se para reduzir suas distâncias econômicas, científicas e tecnológicas com os países em desenvolvimento.

Esta concepção nova deve levar em consideração tanto a dimensão política e educativa como a cultural, respeitando as especificidades dos grupos sociais variados, considerando não só suas limitações, mas também assegurando suas demandas. A concepção nova de desenvolvimento remete tal discussão ao problema da participação considerando-se as dimensões a nível global, regional e local. É preciso compreender o desenvolvimento como uma maneira de resolver as necessidades de uma comunidade, e para isto, é fundamental que esta mesma comunidade tenha a possibilidade de compor suas propostas e expor seus anseios.

Neste sentido, torna-se imprescindível definir, no seio do grupo, o que se entende por necessidade e quais são elas.

O desenvolvimento sustentável consiste, assim, numa transição para um novo estilo de organização da economia e da sociedade e das suas relações com a natureza, renunciando uma sociedade com *equidade social e conservação ambiental*. Essa transição de um estilo insustentável para um sustentável deve, contudo, enfrentar e redesenhar a rigidez e as restrições estruturais, que demandam tempo e iniciativas

transformadores da base da organização da sociedade e da economia (BUARQUE, 2006, p. 70).

É necessário priorizar o desenvolvimento de habilidades técnicas, capacitando os homens, por meio de instrumentos educacionais que permitam transformar a realidade e conscientizar a massa populacional. Sob esse aspecto, a educação é essencial para o desenvolvimento, pois contribui para “o despertar” cultural, a conscientização, a compreensão dos direitos humanos, aumentando a adaptabilidade e o sentido de autonomia, da autoconfiança e a autoestima. Inclusive,

Sugere-se que o projeto nacional de desenvolvimento deve emergir gradualmente de um diálogo conduzido, tanto em nível local como nacional, entre todos os atores significativos do processo de desenvolvimento (governo, camponeses e trabalhadores, empresários, intelectuais e a sociedade civil organizada), com vistas a alcançar objetivos negociados e a definir as obrigações contratuais de todas as partes envolvidas (SACHS, 2004, p. 87).

Assim, o desenvolvimento sustentável necessita, além de “tecnologias sadias”, padrões diferentes de relacionamento social, organizações comunitárias coesas, solidárias e baseadas em motivações e valores e interesses comuns. Mediante tal possibilidade, cada comunidade tem que ser orientada a participar de maneira ativa na construção de seus próprios caminhos. Nos termos de Buarque (2006, p. 27),

[...], qualquer estratégia para a promoção do desenvolvimento local deve se estruturar em, pelo menos, três grandes pilares: organização da sociedade, contribuindo para a *formação de capital social* local (entendido como capacidade de organização e cooperação da sociedade local) combinada com a formação de espaços institucionais de negociação e gestão, *agregação de valor na cadeia produtiva*, com a articulação e o aumento da competitividade das atividades econômicas com vantagens locais, e *reestruturação e modernização do setor público* local, como forma de descentralização das decisões e elevação de eficiência e eficácia da gestão pública local. Tudo isso associado com alguma forma de *distribuição de ativos sociais*, principalmente o ativo conhecimento, expresso pela escolaridade e capacitação tecnológica. As mudanças que decorrem desses três processos e a sinergia gerada no conjunto do tecido social viabilizam o desenvolvimento local de forma consistente e sólida.

Deste modo, é urgente a necessidade de aumentar a participação ativa das pessoas nas discussões relacionada ao modelo de sociedade que se quer alcançar e desde já definir os parâmetros e diretrizes a serem seguidas para que se alcance tal objetivo.

Essa tarefa não é fácil, pois, as diferenças são muitas e os problemas tornam-se mais complexos, uma vez que tais questões exigem mais esforços voltados ao diálogo e a exploração da riqueza identitária e diversificada inerente a cada sociedade. Esta tarefa implica

na participação ativa de toda comunidade a fim de descobrir por si só suas necessidades. Tal processo compreende uma ação de caráter educativo, relacionado diretamente a educação popular, haja vista que a finalidade é melhorar a vida cotidiana da maioria.

2.5 A participação social

O termo participação tem sua origem palavra “parte”, ou seja, significa fazer ou tomar parte de algum grupo ou associação, ou ainda, pode-se atribuir o termo ao processo de tomar parte em algum tipo de atividade ou negócio. É possível afirmar, ainda, que participar significa ter parte em algo, fazer diferença, contribuir para construção de algo tendo em vistas um futuro melhor. A participação tem sido uma alternativa natural para que os seres humanos possam perpetuar sua existência, vencer os desafios impostos pela natureza, bem como interferir no meio realizando suas ações, construindo instrumentos fundamentais para vencer esses desafios, e consolidar sua dominação sobre a natureza e o mundo (MEDINA, 1994).

Outra compreensão envolve as análises sociológicas que reafirmam os seres humanos enquanto indivíduos eminentemente sociais (ARON, 1993), uma vez que a socialização promove outras necessidades que também são importantes, tais como a interação com os demais seres humanos, autoexpressão, o desenvolvimento do pensamento reflexivo.

A participação é um processo que está, pois, relacionado à natureza social dos seres humanos, sendo percebido ao longo dos tempos por meio da evolução de grupos primitivos passando pelas associações, empresas e partidos políticos. Do mesmo modo, a participação também acontece em agremiações, governos e entidades nacionais e internacionais, onde este processo social dá substância às ações. Porém, mesmo constituindo uma etapa importante para a disseminação da cidadania, existe frustração gerada pela não participação, ou mesmo, uma participação passiva, o que contribui para a degradação dos ideais humanísticos.

O conceito de participação não pode ser dissociado da ideia de representação, para tanto é preciso considerar que este termo não se refere apenas aos seus beneficiários, mas também ao conjunto de atores que estão envolvidos no processo de execução dessas políticas. São considerados atores os membros de diferentes grupos sociais, profissionais, setores privados e especialistas. O envolvimento destes atores faz com que os mecanismos de participação e as instituições tornem-se importante campo das políticas sociais, ou como afirma Frey (2000) uma arena onde estes atores possam interagir em diversas forças e interesses.

O processo participativo necessita da cidadania, e esta por sua vez, só alcançará a plenitude na sociedade caso a participação seja assegurada a todos, sem que haja discriminação e quaisquer formas de impedimento. É a partir do processo participativo que se espera alcançar um ideal de homem capaz de trabalhar na construção de uma sociedade mais justa. Por isso, este tem sido um dos temas de relevância maior devido ao descontentamento percebido junto à população, que se vê tolhida de tal direito.

Sabe-se que deflagrar a participação entre os indivíduos não a principal tarefa dos grupos dominantes. Mesmo havendo resistência por parte destes grupos opressores, tem sido crescente o grau de envolvimento de grupos progressistas que desejam a democracia autêntica (fortalecimento da consciência crítica da população e de sua capacidade de reivindicação). Da mesma forma também vem crescendo setores conservadores, tradicionalmente não favoráveis aos avanços das forças populares, por entenderem que uma participação representa maior poder de decisão ao povo e, portanto, ameaça ao *status quo*.

Para os administradores públicos, a participação representa empoderamento popular e controle maior das ações realizadas pelas autoridades, o que ameaça os interesses de grupos corruptos que fazem mau uso das instituições e recursos públicos. Entende-se que na medida em que a população passa a se envolver participando e fiscalizando os serviços públicos, se percebe melhorias nos serviços, programas e ações prestadas. É desse modo que se alcançam resultados capazes de contemplar transparência, qualidade e oportunidade.

Conforme afirma Bordenave (1994) e Gohn (1999) a participação é uma necessidade humana e, por conseguinte, constitui um direito das pessoas, uma vez que deveria ser consequência do ato de refletir sobre as questões presentes no cotidiano. Tal necessidade justifica-se por si mesma, não por seus resultados, pois na medida em que se constitui uma necessidade e um direito, deve ser levada a efeito de maneira independente, livre de pressões oriundas de interesses escusos, com vistas a alcançar seus objetivos. O processo participativo também constitui uma etapa do desenvolvimento da consciência crítica e de aquisição de poder, pois provoca nas pessoas a necessidade de assumir, na condição de atores sociais, envolvimento ativo e crítico, que são cruciais na luta pela descentralização e distribuição do poder.

Por meio da construção de uma consciência crítica o processo participativo é capaz de alavancar a apropriação do desenvolvimento pela população com vistas a melhorar a eficácia das ações e estimular o acompanhamento na elaboração e execução de propostas voltadas a melhoria da qualidade de vida.

Uma vez envolvido neste processo de formulação e construção das decisões, o povo abandona o papel de mero coadjuvante para assumir a condição de coparticipe, corresponsável tanto pelo sucesso, como pelo fracasso das ações, projeto ou programas. Como todo processo educativo que exige aprendizado, a participação também é um conhecimento consciente que é adquirido através de aprendizagem e aperfeiçoamento constante, pois nem sempre os resultados esperados são alcançados, da mesma forma. Algumas respostas exigem tempo. Assim, na condição de instrumento de aprendizagem, a participação exige prática e autocrítica, elementos fundamentais para a lapidação de atores sociais agentes de tempo.

É possível conquistar a participação despertando o interesse dos indivíduos por meio de intervenções sem que isto signifique necessariamente manipulação (SILVA; JACCOUD, BEGHIN, 2005). E ainda, é possível que o processo participativo até seja pensado com o intuito de manipular um grupo dependendo da situação e dos interesses colocados. Quando tal situação é configurada, é dever do poder público acionar diretamente todos os meios necessários para que a população participe de modo consciente e responsável, dando um caráter de maior legitimidade a seus atos, sem sentir-se coagidos ou pressionados.

Desta forma, a participação popular responsável é assegurada contando com elementos como a organização e a criação de canais que incentivem a comunicação, e que sejam capazes de veicular a todos os interessados as informações necessárias para um envolvimento comprometido. Consiste em ações que estimulam a participação, distribuir tarefas de acordo com os talentos e fazer saber a todos o quê, quem, onde e o porquê dos acontecimentos. Tal exercício, além de propiciar segurança maior na tomada de decisões, permite que os envolvidos participem de modo eficiente e eficaz.

Em um contexto político, onde interesses e opiniões são capazes de alimentar divergências, é de extrema relevância o respeito às diferenças individuais na forma de participar. Sabe-se que em um grupo grande de indivíduos, vários são aqueles que se sentem pouco a vontade para dar sua opinião, outros são prolixos, e alguns bastante reservados. Enfim, indivíduos de particularidades diferentes reunidos por interesses comuns. Historicamente, tem sido um grande equívoco pensar que, do ponto de vista sócio cultural e comportamental, os indivíduos pensam e agem de maneira homogênea.

Os processos participativos, dependendo da maneira como são realizados, podem contribuir como estratégia para a resolução de conflitos, assim como, quando são realizados de maneira irresponsável, atropelando os princípios democráticos, podem gerar conflitos sérios. Por conta disso, não se pode achar que os processos participativos, sozinhos possam ser capazes de resolver os problemas produzidos pelos embates políticos historicamente

constituídos, ou mesmo aqueles que são produtos de determinada conjuntura ou contexto. A participação pode sim, contribuir para a resolução de problemas de maneira coordenada e organizada, estabelecendo condições de equilíbrio entre os atores envolvidos.

É preciso estabelecer o entendimento de que o processo participativo também está sujeito a contratempos externos e internos, que podem interferir na realização de processos decisórios de caráter democrático. Uma das formas perceptíveis destes contratempos tem sido visíveis em situações em que os grupos hegemônicos apresentam recusa quando se trata da possibilidade de desenvolver debates participativos. Ações que reúnam opiniões e atribuam poder de decisão a camadas populares menos favorecidas ainda não são vistas com bons olhos.

No Brasil, um marco histórico nos processos participativos foi a aprovação da Carta Constitucional de 1988, que fortaleceu o processo de democratização, bem como constituiu uma reafirmação dos direitos sociais. Desde sua aprovação até hoje, a Constituição tem contribuído para instaurar um sentimento de envolvimento junto ao projeto de consolidação da democracia. Para que tal projeto se torne possível, as bases deste documento reforçam o apeço por fundamentos relacionados à participação e reconhecimento do papel social na elaboração de um projeto novo de sociedade a partir de construção de políticas públicas.

Com a Constituição de 1988 a participação social ganha novo rumos com perspectivas grandes. O conceito participativo passa a ser trabalhado como objeto de incentivo não apenas à prática do controle social, como também construir e consolidar o envolvimento popular nos processos de decisão das políticas sociais e na sua implementação. Pode se dizer que a Constituição de 1988 representa a reafirmação dos direitos do cidadão e lhes abre novas perspectivas.

Observa-se que após a carta constitucional de 1988, a participação social tem sido reafirmada no Brasil assumindo papel de destaque. Entende-se a partir da carta constitucional que a participação popular é um processo fundamental para a conquista e garantia institucional da proteção social contra riscos e vulnerabilidades presentes na arena de decisões (SILVA; JACCOUD, BEGHIN, 2005).

O trabalho de afirmação de uma institucionalidade nova tem sido outro detalhe importante para a consolidação e garantia de direitos sociais em áreas tais como educação, saúde, assistência social, previdência social e trabalho. Por meio da participação social garantida, a presença dos atores sociais tem sido de grande valia já que estes são os interessados nas questões que reúnem a formulação, a gestão, e a implementação ou no

controle das políticas sociais. O papel dos atores é decisivo para que as políticas possam lograr bons resultados, pois geralmente, estes atores são os maiores interessados.

Na concepção de Silva, Jaccoud e Beghin (2005, p. 375), três questões são fundamentais para se compreender o sentido que assume o conceito de participação, especialmente quando relacionados aos direitos sociais, à proteção social e à democratização das Instituições:

a) a participação social deve ser um instrumento capaz de promover a transparência na deliberação e visibilidade das ações que estejam voltadas para a democratização do sistema decisório;

b) a participação social deve, não só, construir senso de envolvimento e responsabilidade, mas também, permitir expressão e visibilidade das demandas oriundas da sociedade (especialmente as camadas menos favorecidas), contribuindo para a promoção da igualdade e da equidade nas políticas públicas;

c) Esse exercício, quando realizado de maneira ininterrupta, produz dentro da sociedade movimentos em forma de associativismo que instauram o compromisso e responsabilidade de cobrar ações estatais na defesa e alargamento de direitos, exigindo maiores oportunidades para executar ações voltadas para o interesse público.

Com base nestas questões pode-se afirmar que a participação social teria a tarefa de comunicar/expressar as demandas sociais historicamente ignoradas. Aquelas que, quando mal resolvidas, atrapalham trajetória rumo à democratização da gestão e da execução das políticas sociais.

No Brasil, ao longo das últimas décadas, as ações de caráter participativo têm sido personificadas (realizada) por meio da formação de conselhos, fóruns, assembleias, além de vários outros mecanismos de parceria que trabalham como exercício de práticas relacionadas às políticas sociais.

O processo de formação destes mecanismos de promoção da participação social conselhos, bem como as parcerias no âmbito destas políticas, tem trazido para junto, atores diversos interessados na melhoria da qualidade dos aparelhos sociais. A criação destes mecanismos de promoção da participação social está relacionada às demandas instauradas pelo processo de democratização da sociedade, e são consequências da necessidade de envolvimento de processos decisório, inerentes às políticas sociais. É neste sentido que se fortalecem as ações relacionadas a parcerias, cujo surgimento, está relacionado às demandas

de reorganização da intervenção do Estado no campo social, o que gera empoderamento de grupos historicamente menos favorecidos que lutam por maior igualdade e eficiência.

Nesta perspectiva, as pressões produzidas pelas demandas sedentas em vivenciar a democracia implicam na reafirmação, ou mesmo, consolidação da ideia da democracia participativa, de representação social junto às instâncias do Poder Executivo, produzindo como consequência a ampliação de espaços decisórios. Por conta disso, a mobilização de grupos sociais marginalizadas tem gerado pressões por uma representatividade maior considerando a pluralidade de atores junto a uma determinada política pública. Esse movimento tem contribuído para uma inserção maior destes grupos em diversos níveis de decisão, portanto a participação de seus beneficiários passou a ser amplamente reconhecida.

No Brasil, após os anos de 1990 os mecanismos de participação social passaram a se fortalecer por contar com um número maior de representantes não só do Estado. Esses grupos exercem funções, que compreendem a apresentação e processamento de demandas, estendendo-se a expressão e articulação de interesses, tomando parte nas negociações voltada para um melhor acompanhamento e controle da política e, em processos decisórios. Este ambiente favorável é o resultado de um processo de luta pela democratização no Brasil, que proporcionou o envolvimento de grupos de atores sociais cujo objetivo tem sido estimular uma maior participação da sociedade, como protagonista de sua própria transformação.

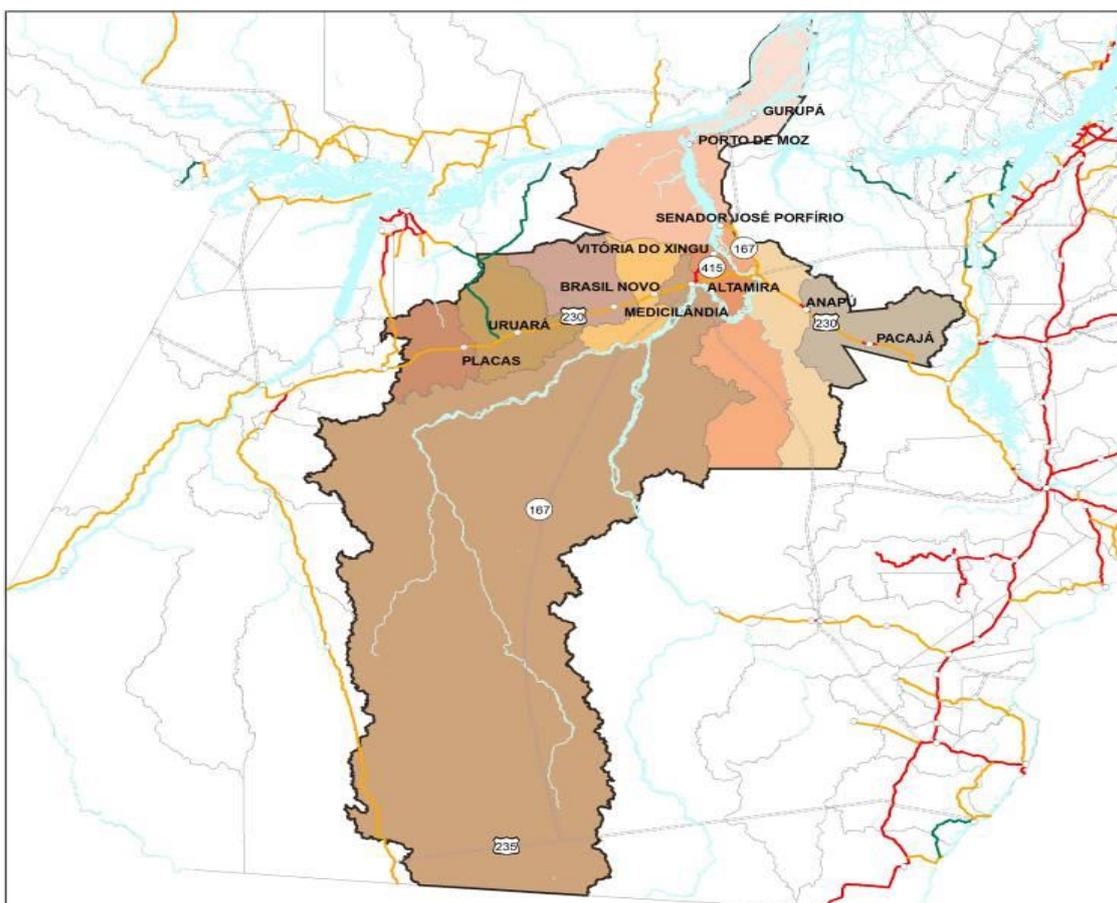
Estes grupos reúnem os movimentos sociais e organizações não governamentais - ONG que tem incentivado e colaborado para a implementação de projetos sociais de conteúdos diversos. Um dos principais objetivos perseguidos por estes grupos tem sido o de gerar empoderamento das comunidades e grupos sociais de modo que venham a se tornar agentes do protagonismo social em um Estado que historicamente tem assumido postura autoritária.

3 A CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO DE INTEGRAÇÃO DO XINGU

3.1 Aspectos gerais

A região de integração do Xingu abrange os seguintes municípios: Altamira, Anapu, Brasil Novo, Gurupá, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto do Moz, Senador José Porfírio, Uruará, Vitória do Xingu, o que corresponde a uma área de 259.331,958 km². No ano de 2013 sua população foi de 381.606 habitantes com uma densidade populacional de 1,47149 hab/km² (BRASIL, 2013).

Figura 3 - Região de Integração do Xingu



Fonte: Secretaria de Estado e Integração Regional do Pará - SEIR (2010).

Esta densidade demográfica baixa é consequência da extensão de floresta principalmente no município de Altamira que dispõe da maior área no estado do Pará. Segundo Sevá Filho (2005); Ribeiro (1979); Sablayrolles; Rocha (2003), parte destas áreas é de difícil acesso, sendo caracterizadas por florestas imensas e algumas banhadas por rios e igarapés.

A região do Xingu com suas características e especificidades despertou, e ainda desperta, a curiosidade de muitos. Em 02 de dezembro de 1842, o Príncipe Adalberto da Prússia, durante a sua viagem pelo rio Xingu, visita as freguesias de Sousel, Veiros e Pombal. Nessas localidades, que fazem parte da região das ilhas, observando os seus habitantes e a vida que eles levavam, escreveu que:

[...] descendem em grande parte dos índios selvagens que os jesuítas encontraram quando chegaram, batizaram e aldearam. A outra parte dos habitantes dessas povoações é constituída por mestiços desses habitantes primitivos e brancos [...]. Ditas localidades só são habitadas durante poucos meses do ano; durante os restantes, como era o caso agora, vão para seus sítios pelas margens do rio, no inverso, isto é, de junho a dezembro, para preparar seringa (goma elástica), que se prepara no local, e no verão para apanharem salsaparrilha, bálsamo de copaíba, cássia e cacau. Enquanto os homens se ocupam nisso nas florestas, e também na caça e na pesca, as mulheres ficam nos sítios, para preparar a farinha, com que negociam. Duas vezes por ano, porém, pelo São João e Natal, todos se reúnem nas povoações, que por conseguinte são consideradas mais do que um simples 'pied-à-terre', para trocarem seus produtos naturais por tecidos e outros simples produtos industriais, ou para embarcá-los para o Pará (1977, p. 167-168).

Menezes (1994, p.52) informa que:

nos anos de 1687-1714 Surgem as "cartas régias", delimitando os locais para as diferentes ordens religiosas; para os Franciscanos, o Cabo Norte, Marajó e afluentes do norte do Amazonas; para os jesuítas, o Tocantins, Xingu, Tapajós e Madeira; para os Carmelitas, os rios Negro, Branco, Solimões; para os Capuchinhos, o Baixo Amazonas, a partir de Gurupá; e para os Mercedários, a artéria do Amazonas até o rio Urubu, no médio Amazonas.

A região do Xingu passou por fases que tiveram dinâmicas econômicas e sociais diferentes: expansão, consolidação e retração. Assim como a região de Belém, somente em meados do século XVIII, a região conheceu os primeiros sinais de "prosperidade", tendo na lavoura cacaeira a sua principal atividade econômica, ao lado do extrativismo.

O desenvolvimento das plantações de cacau acompanhava o crescimento da população escrava. No período de 1773 a 1782, esse produto registrava-se como importante entre os gêneros exportados pelo Grão-Pará. As exportações de cacau mostravam-se bastante oscilantes, mas indicavam a ampliação das terras agricultáveis, inclusive, com os cultivos de arroz e de algodão que se espalharam ao longo dos rios e nas proximidades das pequenas cidades onde a atividade comercial era mais expressiva (CASTRO; ACEVEDO-MARIN, 1998, p. 45).

Durante todo o primeiro século após a descoberta, praticamente não há movimento dos portugueses em relação ao norte das terras brasileiras. Ao contrário, o fracasso das primeiras expedições desencorajou outras iniciativas. Ingleses e holandeses realizavam explorações na foz do Amazonas e no rio Xingu; enquanto os franceses tinham interesse no rio Tocantins, buscando

estabelecer uma ligação entre o Pará e a sua colônia no Maranhão. No ano de 1594, os franceses fundam uma colônia no Maranhão, os portugueses tomaram medidas em relação à região.

Segundo Batista (2004, p. 57) esta região foi de grande importância econômica para a então província do Grão Pará e Maranhão.

[...] os rendimentos do Grão-Pará, à medida que a segunda metade do Oitocentos ia transcorrendo, tiveram um crescimento vertiginoso. De fato, até anos avançados da década de 1880, a Província paraense possuía as principais áreas fornecedoras de borracha para os países estrangeiros. Nessa região, por sua vez, os locais onde a grande maioria da goma elástica era extraída, estavam situados na chamada *região das ilhas*, a qual engloba todas as ilhas situadas entre o Marajó e a foz do Xingu, além das margens do Jari e as dos rios da Baía de Melgaço.

Essa região, polarizada pela cidade de Altamira, teve sua colonização dirigida pelo INCRA no início da década de 1970 com a construção da BR-230, a rodovia Transamazônica.

Os Projetos Integrados de Colonização, notadamente ao longo da BR-230 da rodovia Transamazônica (PICs Altamira, Marabá, Itaituba) representam efetivamente investimentos públicos pesados, entre a construção de estradas vicinais e infra-estruturas sociais e agrícolas, programas de crédito agrícola e assistência técnica (SABLAYROLLES; ROCHA, 2003, p. 38).

Como estas intervenções não foram plenamente concluídas, parte da população local ficou abandonada e sem infraestrutura social adequada. A rodovia encontra-se em estado de conservação lastimável, o que dificulta a circulação de pessoas e mercadorias.

A população cresceu muito e nas três últimas décadas ocorreu notável urbanização, municípios foram criados, a produção agrícola e pecuária cresceu e se diversificou.

As zonas ocupadas pelos agricultores (na grande maioria estabelecimentos familiares de 100 a 200 hectares) não cessam de se expandir durante os anos 90, a partir de aberturas de estradas feitas para a exploração da madeira. Esta se desenvolveu muito rapidamente a partir dos anos 1990, com o fluxo de serrarias provenientes de outras regiões (sul do Pará principalmente) devido ao esgotamento dos recursos facilmente exploráveis naquelas regiões. Esse desenvolvimento rápido da exploração madeireira preocupa os responsáveis das organizações de pequenos agricultores da região, bem como as organizações da sociedade civil em geral, pois implica, para o futuro a região, em riscos ambientais, e, inclusive sociais importantes (violência, desestruturação, corrupção) (SABLAYROLLES; ROCHA, 2003, p. 45).

A pressão antrópica sobre o ambiente natural cresceu de forma desordenada, arrasando florestas com a exploração de seus recursos e desgastando solos com pecuária e agriculturas extensivas com técnicas arcaicas.

O ritmo de crescimento se manteve até a década iniciada em 1990, mas depois entrou em crise, com a perda de dinamismo econômico pelo abandono da estrada, e dos programas federais de apoio à população migrante, atraída na década de 1970. O quadro social se agravou, com

carência de infraestrutura econômica e social, os conflitos de terra se exacerbaram, a insegurança e a pobreza dominaram a região. A extensão da energia de Tucuruí há poucos anos, deu certo alívio à população, amenizando o problema do quadro de carência de energia elétrica que duravam décadas.

O futuro da região está agora vinculado a um empreendimento grandioso que há décadas é previsto para a região: a Usina Hidrelétrica (UHE) de Belo Monte. Este projeto que já passou por várias fases, retomou em 2001 com uma formatação nova de engenharia e com uma visão nova do empreendimento: engenharia vinculada a implantação de um Plano de Desenvolvimento Sustentável - PDS para a região de influência, atrelado um Plano de Inserção Regional - PIR. De pose do discurso, voltado para a promoção do desenvolvimento sustentável para a região, a Centrais Elétricas do Norte (ELETRONORTE) procura trazer para junto de si, tanto empresários como a população local afirmando que:

[...] o objetivo de um Plano de Inserção Regional (PIR) é potencializar os impactos positivos de empreendimento, ou seja, fazer que estes impactos tenham seus efeitos apreendidos pela região, beneficiando a população local e quebrando a natureza de enclave que é intrínseca aos empreendimentos hidrelétricos (CENTRAIS, 2001, p. 4).

Sevá Filho (2005) argumenta que este projeto tem passado por embaraços jurídicos, burocráticos e principalmente pela luta de interesses conflitantes: aqueles que veem o empreendimento como benéfico, social e economicamente, para o Brasil e para a região, e aqueles que dão mais ênfase à questão da preservação ambiental, cultural e à questão indígena.

Embora a ELETRONORTE apresente possibilidades de compreensão, a população da região xinguana, que tem forte relação com o rio (ADALBERTO, 1977; COUDREAU, 1977), terá seu *modus vivendi* comprometido completamente após o início das obras. O projeto prevê o surgimento de praias artificiais, inundação de florestas, desaparecimento de espécies, mudança sociocultural e espacial.

Haveria também profundas consequências fundiárias e sócio-econômicas, por causa da perda de superfície de terra, de ilhas, das riquezas das matas e de áreas cultivadas e com fruteiras, e também por causa da modificação territorial que obriga a retraçar estradas, caminhos, pontos de embarque e desembarque fluvial. Haveria a perda de benfeitorias e serviços existentes nas poses de grupos nativos ou de grupos migrantes de décadas atrás, nos assentamentos antigos e novos do Incra, em fazendas de colonizadores privados, e em latifúndios, que podem conter ainda extensões ou fragmentos da mata (SEVÁ FILHO, 2005, p. 14).

A região do Xingu faz parte do PDS da BR-163 (PARÁ, 2008), dispondo, portanto da definição, pelo Governo Federal, de ações voltadas ao seu desenvolvimento que deverão ser compatibilizadas com o Plano Plurianual (PPA) Estadual.

Dentro dessa região definiram-se três graus de influência dessa obra, isto é, três sub-regiões de influência: a primeira receberá os impactos mais diretos da barragem e é formada pelos municípios de Altamira, Vitória do Xingu, e distrito de Belo Monte. A segunda recebe alguns impactos diretos e outros indiretos e abrangem os municípios de Brasil Novo, Medicilância, a oeste, Senador José Porfírio, ao norte e Anapu, a leste. E, finalmente, a terceira sub-região é formada pelos municípios de Uruará, Pacajás e Porto de Moz, sendo que as sedes desses três municípios recebem energia de Tucuruí e se articulam com Altamira, porém, por se encontrarem no extremo da região, sofrem influência também de outras cidades-polo.

Porto de Moz, aparentemente fora da região, tem uma importância ímpar, por se encontrar à jusante do reservatório, em área sujeita aos efeitos da projetada barragem, sobretudo durante a fase de enchimento do reservatório e de operação da usina. Este empreendimento terá influência econômica e social enorme para a região, bem como terá importantes consequências ambientais. O Pará, como detentor de potencial hidrelétrico valiosíssimo, não tem se beneficiado, nos casos precedentes, dos investimentos no setor hidrelétrico em seu território.

Com a construção da hidrelétrica de Tucuruí em seu território, o Pará, que era quase zero em matéria de energia, se tornou o quinto maior produtor e o terceiro maior exportador de energia do país, responsável por 8% da capacidade instalada de geração de todo país. [...] Nos últimos anos, porém, apesar da expansão dos empreendimentos produtivos de grande porte, o Pará caiu de 5º para 9º maior exportador e de 2º para o 6º lugar em saldo de divisas. [...] Essa reta decrescente revela que o Pará não está tirando proveito de sua riqueza (PINTO, 2005, p. 106-107).

Por outro lado, é sabido que um empreendimento desse porte atrai pessoas de pontos variados do país, além dos grupos empresariais diversos.

A região do Xingu já sofre com a imigração de população empobrecida, em busca de emprego há muitos anos.

[...] o processo de ocupação humana tem provocado efeitos altamente prejudiciais para a população autóctone, que se vê despojada de suas terras, de seu modo de vida e até de toda forma de domínio de seu futuro. Se assiste muitas vezes a um processo de evasão das áreas rurais tradicionais para os centros urbanos, com a conseqüente substituição destas populações: violência física na luta pela terra, violência moral na imposição de um processo de desenvolvimento exógeno às populações autóctones, às suas práticas e modos de vida (MOUGEOT, 1986, p.18).

Os municípios de Altamira, Anapu e Vitória do Xingu têm sofrido intensamente este processo provocando o agravamento da situação social, já anteriormente em declínio. A região de integração do Xingu necessita de incentivo à criação de produtos turísticos, haja vista que tem potencialidades grandiosas para o ecoturismo, corredeiras, as ilhas etc., sem falar na impressionante beleza paisagística do rio Xingu.

Na concepção de Rêgo (2002, p. 18) umas das alternativas poderia ser o ecoturismo uma vez que:

Esta modalidade de turismo apresenta um crescimento significativamente maior do que as formas tradicionais e os destinos convencionais das viagens de lazer. Na contemporaneidade, as populações autóctones da região Amazônica se defrontam com formas ameaçadoras de destruição da natureza que avançam ao ritmo do "progresso" e da metamorfose de suas faces. Desta forma, busca-se encontrar espaço para se discutir novos olhares contemporâneos que ampliem focos, estabeleça novas conexões, onde se possam atingir áreas pouco ou nada exploradas do fenômeno turístico.

Para tanto, é fundamental que sejam melhoradas as redes de transportes – rodoviário, hidroviário e aeroviário, pois nesta região tem sido observado afastamento em relação aos principais centros econômicos do Pará. Tais investimentos poderão tornar a região representante de um polo de distribuição de produtos para abastecimento alimentício e serviços.

Caso tais investimentos sejam realizados espera-se que a região de integração do Xingu possa contribuir para o reequilíbrio geoeconômico e geopolítico do Estado, melhorando a oferta de empregos e a geração de renda. Em termos de indicadores econômicos e sociais a região do Xingu, em relação as 12 Regiões de Integração, apresentou um Produto Interno Bruto - PIB com um percentual de 2,3%, e um PIB *per capita* de R\$ 5.293 (IDESP, 2010). Ainda, de acordo com este mesmo estudo, o (IDH M) dessa região corresponde a 0,565 (IDESP, 2010).

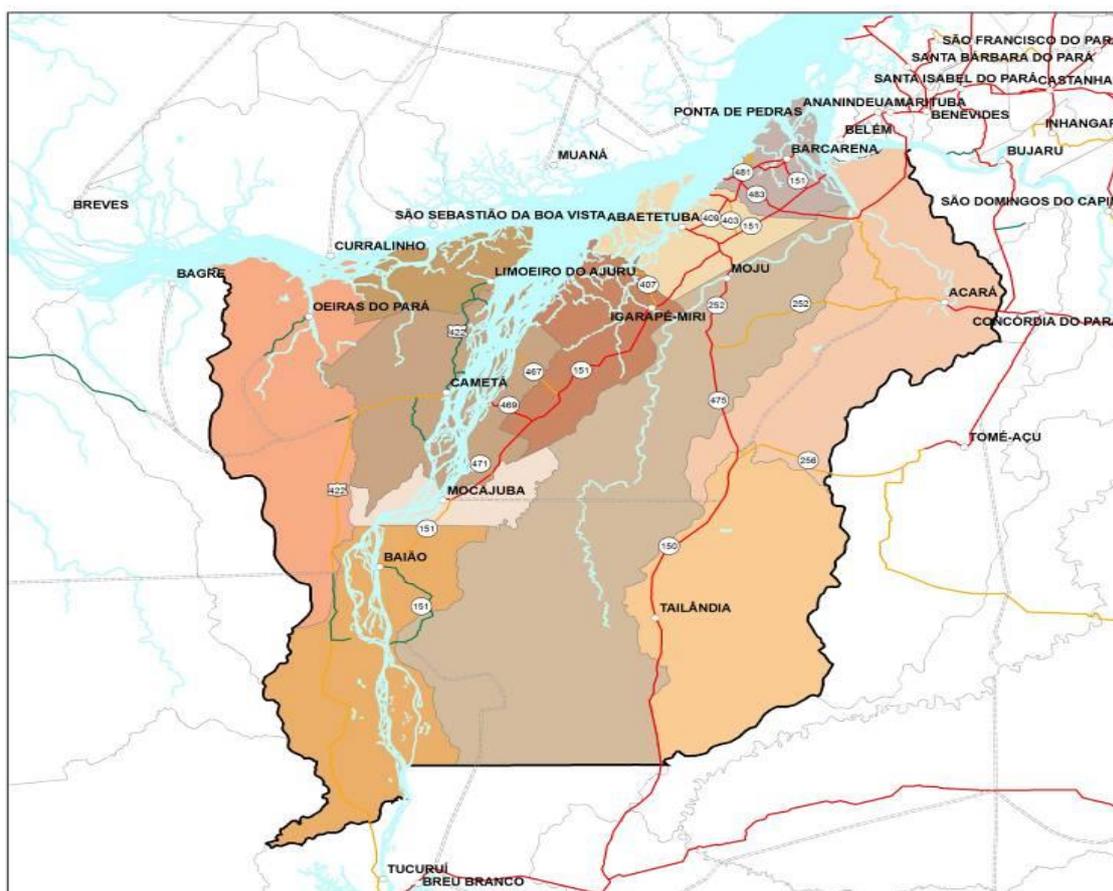
A região apresenta um índice de analfabetismo da ordem de 23%, sendo a taxa de evasão escolar no Ensino Fundamental de 14% e no Ensino Médio de 10% (PARÁ, 2010). O abastecimento de água da região do Xingu situa-se nos 32% na zona urbana e pouquíssimos 5% na zona rural e o índice de atendimento em energia elétrica é de apenas 53% (PARÁ, 2010). Tais informações representam o real cenário de carência e chamam a atenção para a emergência de ações capazes de, não só valorizar a região, como também viabilizar a melhoria da qualidade de vida daqueles que até hoje têm tido seus direitos fundamentais desrespeitados pelos desastrosos projetos desenvolvimentistas implementados pelo governo.

4 A CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO DE INTEGRAÇÃO DO TOCANTINS

4.1 Aspectos gerais

A região de integração do Tocantins é formada pelos seguintes municípios: Abaetetuba; Acará; Baião; Barcarena; Cametá; Igarapé Miri; Limoeiro do Ajuru; Mocajuba; Moju; Oeiras do Pará; Tailândia, e sua população em 2013 foi de 789.953 habitantes em uma área de 35.838,564km² o que representa uma densidade populacional de 0,0453679 hab/km² (BRASIL, 2013).

Figura 4 - Região de Integração do Tocantins.



Fonte: Secretaria de Estado e Integração Regional do Pará (SEIR) (2010).

É possível afirmar que o processo de formação social da população que compõe a região de integração do Tocantins é parecido com o mesmo processo que culminou na formação populacional do restante da Amazônia (miscigenação de povos indígenas, brancos e negros).

Com a desorganização do mercado de açúcar no século XVII, e a perda do mercado das especiarias no Oriente, iniciaram-se as primeiras incursões periódicas ao longo dos rios. Com isto, na segunda metade do século XVII acelerou-se a infiltração no vale do Amazonas. A primeira expedição portuguesa ao rio Tocantins data de 1625, feita pelo Frei Cristóvão de Lisboa, indo até a cachoeira de Itaboca (MENEZES, 1994, p. 40).

Uma considerável parcela da população da região tocantina ainda vive na área rural e recebe a denominação de ribeirinho. Conforme afirma Hiraoka (1993), essa denominação é utilizada para designar as populações camponesas que vivem às margens dos rios e dependem da exploração e manejo de recursos naturais para assegurar a sua sobrevivência. Trata-se de uma relação muito estreita entre seres humano e meio ambiente que vem sendo bruscamente alterado por conta da pressão exercida sobre os recursos naturais.

No passado existiram famílias muito ricas na região que eram proprietárias de serrarias, e áreas ricas em cacau, seringa, além de armazéns, depósitos de matéria prima cuja exploração tinha como referência a floresta. Na mesma região existiam (e ainda existem) famílias camponesas constituídas de trabalhadores e trabalhadoras cujas atividades são diretamente voltadas para pesca de subsistência, coletas de frutos e sementes oleaginosas, “tiração de açaí”. Conforme afirma Costa (2006, p. 152),

Eram famílias camponesas que detinham pequenas poções de terra, os chamados “lavradores pescadores”, com prole numerosa. Seus filhos raramente estudavam e os que o faziam chegavam alcançar apenas as primeiras séries, não tendo condição de prosseguir nos estudos, uma vez que havia necessidade do uso da força de trabalho dos filhos mais velhos para ajudar na reprodução da unidade camponesa.

Neste cenário é possível afirmar que estão presentes atores cuja identidade é fortemente marcada por um conjunto de inter-relações que se estabelecem a partir de saberes locais produzidos entre si e com a natureza. São práticas e hábitos cotidianos tais como a confecção e utilização de apetrechos de pesca, a forma de preparar os alimentos, apego a entidades sobrenaturais, uso de ervas para a cura de doenças, etc., enfim, um conjunto de elementos transmitidos ao longo dos tempos. Porém ao longo dos anos algumas dessas referências vêm se perdendo, ou mesmo dando lugar a novas práticas e formas de relação uns com os outros e destes com a natureza.

A região tocantina pode ser caracterizada também, a partir de sua cultura tradicional ribeirinha onde o meio de transportes mais representativo é a embarcação fluvial. Cortada pelo rio Tocantins, esta região tem como característica marcante a utilização deste rio como forma de transporte, pois seu curso é bastante longo e navegável. O transporte via fluvial é de fundamental importância nesta região em decorrência de peculiaridades próprias uma vez que

representa fator de sobrevivência e integração socioeconômica por permitir o escoamento de produtos extrativos e agrícolas.

Este mesmo rio também é instrumento de comunicação entre as populações residentes ao longo de suas imediações, da mesma forma que proporciona contato e acesso entre os municípios da região (COSTA, 2006). Neste sentido, pode-se afirmar que o rio Tocantins exerce uma influência importante para o complexo ecológico que compõe a região, além de despertar interesse nas possibilidades de cunho comercial.

sob a égide do pensamento ilustrado, ocorrem vários estudos de caráter oficial ou não, que buscam integrar o rio Tocantins ao projeto econômico e político nacional que então se constitui. Por outro lado, a documentação e relatos produzidos pela imprensa local ou por viajantes que revelam a existência de uma navegação regular com os portos do Pará praticada por comerciantes locais o que acabou influenciando no cotidiano de toda região (FLORES, 2006, p. 25).

No que concerne a formação econômica da região tocantina é possível afirmar que no passado existia riqueza abundante em relação aos recursos naturais merecendo destaque a exploração de cacau nativo (*Theobroma cacao* L.), seringueira (*Hevea brasiliensis*), semente de ucuúba (*Virola surinamensis*), andiroba (*Garapa guianensis Aublet.*). A região também era muito farta em pescado, madeira e açaí (*Euterpe oleracea Mart.*) que ainda hoje representa uma das principais fontes de renda para inúmeras famílias que vivem na região. Segundo Sousa (2002) o intenso processo de exploração levou alguns dos recursos naturais a quase exaustão ameaçando a sobrevivência de várias famílias ribeirinhas que dependem destes recursos para sobreviver.

As populações que habitam as várzeas do estuário do rio Tocantins têm apresentado importantes experiências no que se refere ao manejo e uso sustentável de recursos naturais na Amazônia (COSTA, 2006). O autor Solyno Sobrinho (2005, p. 1) considera que

Por séculos, estas comunidades desenvolvem em seus sistemas de produção práticas de conservação dos solos, água, fauna e flora, mantendo a integridade das florestas de várzea como principal fonte de recursos para o desenvolvimento sócio-econômico das populações locais. Assim, com o conhecimento autóctone desenvolvido intergerações, essas populações têm garantido sua segurança alimentar, fornecendo ao mesmo tempo, um importante excedente para o abastecimento de Belém e outras cidades do estado do Pará.

Os resultados de todo este processo de conhecimento e integração com o meio ambiente se reflete nos estabelecimentos familiares da região tocantina cuja característica marcante é a riqueza de espécies frutíferas com especial destaque para o açaí (*Euterpe oleraceae*), o buruti (*Mauritis flexuosa*), o cacau (*Theobroma cacao*), além de espécies

silvestres típicas das florestas de várzea da região amazônica. Por conta das intervenções de manejo a região tocantina conserva a parte maior de sua área total ocupada com florestas e culturas permanentes, tal evidência demonstra que esta região apresenta uma boa situação em relação ao manejo e conservação de recursos naturais, uma vez que, outras regiões de ocupação recente na Amazônia encontram-se com seus recursos naturais bastante comprometidos.

Ao longo do período colonial esta região sofreu alterações graves produzidas pelo modelo de ocupação econômica na Amazônia, o que gerou mudanças em sua constituição original. Durante o século XVII a região foi palco da invasão de franceses cujo objetivo era conquistar os domínios territoriais ao longo do rio Tocantins numa perspectiva de estendê-lo até o território do Maranhão (SIMONIAN; SARAIVA, 2010). Durante todo o século XVIII a região recebeu várias incursões de caráter exploratório e conquistador onde os principais responsáveis eram França e Portugal. Todas essas expedições resultavam no aprisionamento e extermínio de várias populações indígenas, exploração de drogas e exploração mineral (VELHO, 1981).

Durante o século XVIII a região tocantina destacou-se pela produção do cacau que representou importante fonte de renda na Amazônia. No século seguinte, a cultura da cana-de-açúcar (*Saccharum spp*) é introduzida na região, este fato gerou reflexos marcantes na região uma vez que se criou uma economia baseada nos engenhos de açúcar e cachaça que se estendeu até meados do século XX. Mais recentemente, com o esgotamento das fontes de *Euterpe Edulis* na mata atlântica e a transferência das indústrias de palmito para regiões de várzea no Pará, nas décadas de 1970 e 80 a região tocantina sofre uma grande pressão pela extração do palmito do açaí (*Euterpe oleraceae*) (SOLYNO SOBRINHO, 2005).

Durante muitos anos a região tem sido a produtora principal de açaí, porém a exploração desordenada e indiscriminada dos açazeiros para a extração e comercialização do palmito tem gerado um processo predatório que vem afetando estoque de frutos que são a base da dieta alimentar da população regional.

Contudo, nenhuma tentativa de exploração desordenada dos ecossistemas de várzea alterou a tradição de manejo agroextrativista nos sistemas de produção familiares da região tocantina que:

está cercado por formações florestais e pela vegetação de cerrado. Esse ecossistema particular auxiliou na ocupação diversificada dos primeiros habitantes da região, que encontraram na natureza meios de sobrevivência. Certamente, a diversidade dos frutos e a caça oferecida pela mata próxima constituíam-se nos meios necessários ao

regime alimentar dos nômades que habitavam o entorno do rio Tocantins, verdadeiramente adaptados às vicissitudes desse ecossistema de variadas possibilidades (FLORES, 2006, p. 40).

As populações residentes na região tocantina vêm colocando em prática as experiências acumuladas por séculos com intervenções no campo dos sistemas de manejo com vistas a atender as necessidades de sobrevivência, estimulando também a realização do comércio a partir do excedente de produção o que significa uma forma de complementar a renda familiar (COSTA, 2006).

Segundo Solyno Sobrinho (2005) foi a resistência cultural que garantiu a integridade social e econômica das populações locais, e contribuiu de maneira decisiva para que as florestas de várzea da região tocantina mantivessem sua integridade ecológica conservada.

A procura pelo palmito representou uma oportunidade nova de renda para as populações ribeirinhas, fazendo com que os produtores ampliassem a exploração do açaí para áreas em estado silvestre, porém, a demanda acelerada pelo produto levou à exploração predatória dos açaizais nativos, comprometendo também o abastecimento local. Quando se percebeu que esta modalidade de exploração colocaria em risco a segurança alimentar as famílias de produtores reagiram com o intuito de frear este processo. O surgimento de uma demanda nova pelo consumo de açaí tais como Rio de Janeiro e São Paulo, fez com que aumentasse a procura pelo produto.

Por tanto, a necessidade de garantir os estoques de açaí enquanto alimento bem como a possibilidade de comercialização a nível nacional para os frutos de açaí, tem estimulado um movimento, ao longo da década de 1990, junto às famílias de produtores da região tocantina, no sentido de recuperar as áreas de açaizal nativo, fazendo para isso o uso de práticas tradicionais de manejo agroflorestal, o que levou a triplicar a produção de frutos na região (COSTA, 2006). Somado a isto, atualmente estes produtores de açaí vivenciam a inserção de assimilação de conhecimentos voltados para o processo de organização da produção a níveis regionais, envolvendo associações de produtores, centros de pesquisa, entidades governamentais e não governamentais.

A região tocantina também sofre a influência de grandes projetos cujas consequências danosas tem sido maiores que as benesses outrora prometidas. Durante o período da ditadura militar a região recebeu a instalação da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHT), polo da indústria minerometalúrgica da Vila do Conde, a ALBRAS e a ALNORTE na cidade de Barcarena. A cidade polo, Barcarena, sofre um intenso migratório, atraído pelo porto que

alimenta a esperança de conquista de emprego, ou mesmo a possibilidade de auferir renda a partir de atividades relacionadas ao projeto (MATHIS; COELHO; SIMONIAN, 2007).

Na região tocantina o potencial turístico é representado pelas belezas naturais dos rios e florestas que compõem a região conforme descrito há alguns séculos por Johann Emanuel Pohl viajante estrangeiro que percorreu o rio Tocantins em 1819, em meio às dificuldades da viagem, não se cansava de ver o rio como soberbo, majestoso. São praias de água doce, rios e igarapés que em certas áreas poderiam servir ao turismo ecológico ou mesmo atividades de lazer para aqueles que buscam proximidade com a natureza. Somado a isto, existe vasta manifestação cultural com festividades de santos padroeiros tais como São João Batista em Cametá, Nossa Senhora da Conceição em Mocajuba, festa de Santana em Igarapé Miri, sem contar com o carnaval e período de veraneio.

Contudo, não se pode desconsiderar que já existem problemas de desmatamento acentuado na região, a exemplo os municípios de Oeiras do Pará e ao longo da BR-422 com sérios problemas de violência no município de Tailândia, onde assassinatos e ameaças de morte geram sensação de insegurança e medo junto à população. Por mais que o Estado venha tomando medidas para conter tais problemas ainda há muito a ser feito e se fazem necessárias ações enérgicas a fim de solucionar tais questões.

O PIB da região, em função da atividade mineradora da ALBRAS e ALUNORTE é o segundo do estado, atrás apenas da região Metropolitana o que se reflete também no consumo de energia elétrica, o terceiro do estado (SANTOS, 2007). Em termos de indicadores econômicos e sociais a região do Tocantins, em relação as 12 Regiões de Integração, apresentou o Produto Interno Bruto - PIB com um percentual de 7,7%, e PIB *per capita* de R\$ 8.139 (IDESP, 2010). Ainda, de acordo com este mesmo estudo, o IDH – M dessa região corresponde a 0,568 (IDESP, 2010).

O abastecimento d'água é precário atingindo 51% dos domicílios urbanos e apenas 9% dos rurais. A exemplo, em Mocajuba a qualidade da água é precária sendo responsável por muitos casos de diarreia entre a população infantil. Estima-se que para atender toda a população, no ano de 2006 a região necessitaria de cerca de 139 milhões de reais em investimentos.

A energia elétrica também é uma questão problemática na região, pois atinge apenas 52% dos domicílios (PARÁ, 2011). Nas comunidades rurais este problema é ainda mais grave já que impede possibilidades de armazenamento de produtos perecíveis tais como frutas, verduras e pescado, impedindo novas formas de aquisição de renda. Mesmo fazendo mobilizações por meio do movimento social, as populações da região tocantina ainda estão

longe de ser contemplados com a expansão das linhas de transmissão de energia que em alguns casos passa por cima de suas casas.

A questão educacional tem enfrentado problemas sérios, pois nesta região o analfabetismo atingiu 20% da população acima dos 10 anos de idade e evasão no ensino fundamental foi de 14% e no ensino médio 12% (PARÁ, 2011). Tais questões estão relacionadas à debilidade de políticas específicas para as populações amazônicas que ainda presenciam em seu cotidiano classes multisseriadas como é o caso de Cametá, Baião, e Limoeiro do Ajurú. Somado a isto, existe o problema da má gestão em relação aos recursos destinados a educação sendo grande a incidência de desvio, desperdício de merenda escolar, sucateamento das escolas e falta de investimento em formação continuada e salário de professores.

5 O MUNICÍPIO DE PORTO DE MOZ

5.1 Aspectos históricos e culturais

A origem histórica da sede do município de Porto de Moz é encontrada no aldeamento Monturu (em *tupy* significa pote de barro) sob invocação de São Braz, estabelecidos pelos religiosos capuchos da ordem de São José, que de acordo com a tradição ocorreu em 1639.

[...] sob a invocação de S. Braz, lançaram os capuchos de S. José, segundo o relatório do bacharel João Antonio Diniz da Cruz Pinheiro, os fundamentos da actual sede do Município de Porto de Móz, situada à margem direita do rio Xingú, a 1°53'33" de latitude sul e a 9°2'31" de longitude acidental do meridiano do Rio de Janeiro, em que data que a tradição indica como 1639 (ANNAES DA BIBLIOTHECA; ARCHIVO PÚBLICO DO PARÁ, 1912, p. 627).

Sob o controle dos capuchos, o aldeamento se desenvolveu possibilitando explorações na parte baixa do rio Xingu (COUDREAU, 1977). O governador e capitão-general, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, elevou o aldeamento à categoria de vila, com a denominação de origem portuguesa de Porto de Moz, tendo sido como tal instalada em 16 de julho de 1758, dando origem ao município.

[...] em virtude da lei de 6 de junho de 1755, Francisco Xavier de Mendonça Furtado deu-lhe a categoria de Villa, fazendo-a instalar em 16 de junho 1758. Marcou os limites da nova Villa o ouvidor Paschoal Abranches Madeira Fernandes. Em 1764 era director da Villa José Gonçalves, accumulando tambem o mesmo cargo de Villarinho do Monte (ANNAES DA BIBLIOTHECA; ARCHIVO PUBLICO DO PARÁ, 1916, p. 627).

Conforme informações mencionadas acima, os limites da vila foram estabelecidos pelo ouvidor Madeira Fernandes, assim permanecendo até 1801 quando foi incluído no território o lugar Boa Vista. Nas sessões, o Conselho do Governo do Estado do Pará, de 10 a 17 de maio de 1833, Porto de Moz figurou como Vila, ficando com as terras de Vieiras, Pombal e Souzel que haviam perdido aquela categoria. Pelo Decreto nº 218, de 09 de novembro de 1890, o governo do estado concedeu o título de cidade de Porto de Moz. Segundo informações da Secretaria de Estudos de Planejamento, Orçamento e Finanças (SEPOF) (PARÁ, 2011), em cumprimento ao Decreto de nº 6, de 04 de novembro de 1930, o município homônimo foi suprimido e incorporado ao território do município de Gurupá, recuperando sua autonomia pelo Decreto nº 2.805, de 10 de dezembro de 1937.

Segundo o quadro da divisão territorial de 31 de dezembro de 1937, o município era composto por oito distritos: o distrito-sede e os distritos: Alto Xingu, Aquiqui, Souzel,

Tapará, Pombal, Vieiras, Vilarinho do Monte. Em face do Decreto-lei nº 3.131, de 31 de outubro de 1938, que estabeleceu a divisão para o período de 1939-1943, o município figurou com os mesmos distritos, apesar de distrito-sede haver perdido para Vilarinho do Monte o território da Zona de Tapará. Atualmente, o município possui somente três distritos: Porto de Moz (sede), Vilarinho do Monte, Vieiras.

Com relação aos aspectos culturais, a festa de São Braz destaca-se como uma das manifestações religiosas mais importantes do município. Esta festividade é marcada pela realização dos Círios terrestre e fluvial, além de bingos e leilões, tendo como fato marcante de encerramento a subida do balão e o espetáculo dos fogos de artifício. São elementos marcantes da cultura popular as quadrilhas juninas, os bois-bumbás e os cordões de pássaros, onde destacam o Iratauí e Sabiá, Dança do Gambá, Boi Estrela Dalva e Bota Gaúcha.

A gastronomia local é igualmente importante, variada e artesanal, como se verificou em campo. Os pratos típicos da região são: Tucunaré (*Cichla spp.*) na brasa com açai (*Euterpe oleracea* Mart.), acari (*Hypostomus plecostomus*) na brasa, cascudo (*Podocnemis expansa*) no leite da castanha-da-amazônia etc. E, ainda quanto ao artesanato, destaca-se a produção de bolsas e chapéus, a partir do aproveitamento do couro.

As rotas turísticas de Porto de Moz compreendem:

- a) Igreja matriz: Construída no século XVIII pelos Capuchos de São José, com o passar dos anos se tornou um monumento de beleza rara, que guarda desde a fundação da cidade as manifestações religiosas;
- b) Praça da matriz: Localizada em frente à igreja, local privilegiado de onde se pode assistir ao pôr do sol à beira do rio Xingu, em cujo interior está a imagem do bom Jesus dos Navegantes;
- c) Casa da Cultura: Situada à Rua da República, onde são realizados todos os eventos socioculturais do município. Com infraestrutura de auditório para 100 lugares, sala de exposição dos acervos e arquivos públicos e provisoriamente biblioteca pública;
- d) Praia Chácara: localizada a 2 km da cidade, praia de areia fina e água límpidas, com certa infraestrutura (bares, lanchonetes, banheiros) onde são realizados os festivais de verão;
- e) Praia do Tauerá: localizada a 3,5 km do município, é uma área arqueológica contendo sítios com material de referência científica, conforme pesquisa feita pelo Museu Emílio Goeldi;
- f) Praia do Maruá: localizada a 15 km da sede do município. É uma magnífica praia, com vasta arborização e espécie de peixes;

- g) Complexo do Cuparí: localizado a 40 km, é um local privilegiado com vasta fauna e flora, onde o meio ambiente é um excelente atrativo. Possui um complexo de pequenos lagos, onde é possível a pesca do tucunaré (*Cichla spp.*), pirangas (*Pygocentrus spp.*), aruanãs (*Osteoglossum spp.*), traíras (*Hoplias spp.*).

Tais aspectos fazem com que Porto de Moz seja uma referência boa de lazer e diversão, especialmente no mês julho quando turistas diferenciados procuram a cidade em busca de suas praias.

5.2 Aspectos físico-territoriais

O município de Porto de Moz pertence à Mesorregião do Baixo Amazonas e Microrregião de Almeirim, com a sede municipal apresentando as seguintes coordenadas geográficas: 01°45'0"S e 52°14'15"W Gr. Porto de Moz limita-se ao norte com os municípios de Almeirim e Gurupá; a leste com os municípios de Melgaço, Gurupá, Portel e Senador José Porfírio; ao sul com os municípios de Vitória do Brasil e Brasil Novo; e a oeste com o município de Prainha (SALGADO; KAIMOWITZ, 2003). Conforme dados da SEPOF (PARÁ, 2011), os solos do município se constituem predominantemente pelo latossolo amarelo³³.

Porto de Moz está recoberto de três tipos de vegetação: na região das formações Pioneiras do Baixo Amazonas, predominando a vegetação aluvial campestre, e em menor escala, a arbustiva. Os outros dois subtipos localizam-se em terra firme, sendo a Floresta Densa dos altos platôs Xingu/Tapajós de Grande Porte e volume de madeiras superior a 200 metros/hectare, e a Floresta Densa dos baixos platôs do Pará/Amapá/Maranhão. Os acidentes geográficos, ecologicamente mais importantes são os rios Xingu e Amazonas, seguidos do Acaraí, Jaraucu e Pacaná do Aquiqui, as cachoeiras de Itapaiúna, Juruacá e Itamaracá, e a Serra do Tapará.

A topografia do município varia desde os 30 metros de altitude, encontrados em sua sede, até aproximadamente 150 metros, ao sul, correspondente às variações dos apresentados pelo relevo (tabuleiros da Serra do Tapará). Na estrutura geológica do município, dominam áreas do Terciário, Formação Barreiras e expressiva Área do Quaternário Sub-atual e Recente.

³³ Esse, por sua vez, tem como características específicas ser distrófico, de textura média e textura argilosa concrecionários lateríticos indiscriminados, distróficos de textura indiscriminada; aluvial eutróficos e distróficos, textura indiscriminada e hidromórficos indiscriminados eutrófico e distrófico textura indiscriminada, em associações.

Ao acompanhar-se a estrutura geológica, o relevo apresenta amplas áreas de interflúvios tabulares com eventuais áreas dissecadas em rivanase vales, e baixos platôs aplainados, além de intensas áreas de terraço e uma larga faixa de planícies aluviais às margens do Amazonas e da foz do Xingu, inseridas na unidade morfo-estrutural Planalto Rebaixado da Amazônia (Baixo Amazonas) e parte do Planalto Tapajós-Xingu.

No município, destaca-se o rio Xingu, no seu baixo curso, que atravessa o território no sentido sul-norte e serve, em parte, de limite natural de Senador José Porfírio e, na sua margem direita, encontra-se a sede municipal. Os afluentes mais importantes são os da margem esquerda como os rios: Jaurucu, Acari, Peri e Tucurui. Este último, limitando parcialmente ao sul com o município de Altamira. Pela margem direita, destacam-se, apenas, os rios Marati e Veiros.

Ao norte de Porto de Moz, servindo de limite com os municípios de Almeirim e Gurupá, aparece o rio Amazonas com suas ilhas furos e afluentes, entre estes o rio Guajará a oeste, limite natural com Prainha e Igarapé do Campo, a leste limite com Gurupá. O município apresenta clima do tipo Am, de acordo com a classificação Köppen, que se traduz como um clima cuja média mensal das temperaturas mínimas é superior a 18°C, com amplitude térmica geral inferior a 5°C, tem uma estação seca de pouca duração, umidade elevada e disponibilidade de água no solo. As precipitações pluviométricas apresentam 969 mm/ano, com distribuição irregular durante o ano uma vez que estação chuvosa ocorre no período de dezembro a junho, sendo março o mês de maior pluviosidade.

O período de excesso de água no solo vai de fevereiro e julho. A estação menos chuvosa, de julho a dezembro, apresenta totais pluviométricos mensais inferiores a 60 mm. Apesar de julho indicar o período de maior pluviosidade, este mês apresenta excedente hídrico de 217 mm, valor este que vai decrescendo até alcançar o déficit de 84 mm, no mês de setembro.

5.3 Demografia

Entre os anos de 1980 a 2007, a população do município de Porto de Moz quase que triplicou, passando de 11.807 para 30.847 habitantes distribuídos em uma área de 17.423,10 km², o que corresponde a uma densidade demográfica de 1,77 hab/km² (Quadro 1). Atualmente existem 36.841 habitantes neste município.

Quadro 1 - A população de Porto de Moz entre os anos 1980-2010

ANOS	POPULAÇÃO (HAB)	ÁREA (KM ²)	DENSIDADE (HAB/KM ²)
1980	11.807	19.104,00	0,62
1991	15.407	17.700,85	0,87
1996	24.122	17.500,80	1,38
1997 ⁽¹⁾	26.591	17.500,80	1,52
1998 ⁽¹⁾	28.670	17.500,80	1,64
1999 ⁽¹⁾	30.753	17.500,80	1,76
2000	23.545	17.423,10	1,35
2001 ⁽¹⁾	23.381	17.423,10	1,34
2002 ⁽¹⁾	25.351	17.423,10	1,46
2003 ⁽¹⁾	26.189	17.423,10	1,50
2004 ⁽¹⁾	28.091	17.423,10	1,61
2005 ⁽¹⁾	28.923	17.423,10	1,66
2006 ⁽¹⁾	29.890	17.423,10	1,72
2007 ⁽¹⁾	30.847	17.423,10	1,77
2010	33.956	17.423,225	1,95
2013 ⁽¹⁾	36.841	17.423,017	1,95

Fonte: IBGE (2013).

(1) População Estimada

No ano de 1980, existiam 11.807 habitantes no município de Porto de Moz distribuídas em 2.610 residências domiciliares na área urbana e 9.197 residentes na área rural, o que demonstrava que 77,89% destas unidades encontravam-se na área rural (Quadro 2). No ano de 1991, as unidades domiciliares localizadas na área rural correspondiam a 67,11% contra 32,88% na área urbana. No ano 2007, a diferença entre as unidades domiciliares estava distribuída em 41,55% na área urbana e 58,44% na área rural.

Quadro 2 - A situação das unidades domiciliares na área urbana e rural de Porto de Moz entre os anos de 1980 – 2010

ANOS	URBANA	RURAL
1980	2.610	9.197
1991	5.066	10.341
1996	8.211	15.911
1997 ⁽¹⁾	9.051	17.540
1998 ⁽¹⁾	9.759	18.911
1999 ⁽¹⁾	10.468	20.285
2000 ⁽²⁾	10.230	13.315
2001 ⁽¹⁾	10.159	13.222
2002 ⁽¹⁾	11.015	14.336
2003 ⁽¹⁾	11.379	14.810
2004 ⁽¹⁾	12.205	15.886
2005 ⁽¹⁾	12.567	16.356
2006 ⁽¹⁾	12.987	16.903
2007 ⁽¹⁾	12.403	17.444
2010	14.583	19.373

Fonte: IBGE (2010).

(1) População Estimada

(2) No Censo de 2000 o IBGE seguiu critérios próprios para definir área urbana e rural.

No que concerne distribuição da população de Porto de Moz por sexo, no ano de 1980, dos 11.807 habitantes, 47,61% da população era do sexo feminino e 52,38% masculino

(Quadro 3). Em 2000, a população era de 23.545 habitantes, sendo que 52,13% eram do sexo masculino e 47,86% feminino. No ano de 2007, a população estimada era de 30.838 habitantes distribuídos entre 52,14% do sexo masculino e 47,85% feminino.

Quadro 3 - A população de Porto de Moz segundo sexo entre os anos de 1980 – 2010

ANOS	MASCULINO	FEMININO
1980	6.185	5.622
1991	7.995	7.412
1996	12.751	11.371
1997 ⁽¹⁾	14.056	12.535
1998 ⁽¹⁾	15.155	13.515
1999 ⁽¹⁾	16.256	14.497
2000	12.275	11.270
2001 ⁽¹⁾	12.189	11.192
2002 ⁽¹⁾	13.217	12.134
2003 ⁽¹⁾	13.653	12.536
2004 ⁽¹⁾	14.645	13.446
2005 ⁽¹⁾	15.079	13.844
2006 ⁽¹⁾	15.583	14.307
2007 ⁽¹⁾	16.082	14.756
2010	17.612	16.344

Fonte: IBGE (2010).

(1) População Estimada

A quantidade de pessoas por unidade domiciliar em Porto de Moz varia muito da área urbana em relação área rural onde geralmente vivem até três famílias em uma mesma casa (Quadro 4).

Quadro 4 – O número de habitantes por unidades domiciliares de Porto de Moz entre os anos 1996-2010

ANO	POPULAÇÃO (HAB.)	UNID. DOMICILARES	HAB./UNID. DOMICILIARES
1996	24.122	3.736	6,43
2000	23.545	3.963	5,94
2010	33.956	7.030	5,52

Fonte: IBGE (2010).

A média de pessoas em uma casa varia de cinco a sete pessoas, sendo que na área rural ainda existem unidades domiciliares que reúnem até 12 pessoas envolvendo crianças, adultos e idosos. Nas áreas rurais amazônicas, ainda é muito comum mais de duas famílias dividirem o mesmo espaço em uma residência.

5.4 Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

O IDH foi criado para medir o nível de desenvolvimento humano a partir de indicadores de educação (alfabetização e taxa de matrícula), longevidade (expectativa de vida ao nascer) e renda (PIB *per capita*) (Quadro 5). Seus valores variam de (0) (o que representa

nenhum desenvolvimento humano) a (1) (que consiste em desenvolvimento humano total). Países com IDH até 0,499 são considerados de desenvolvimento humano baixo; com índices entre 0,500 e 0,799 são qualificados como de desenvolvimento humano médio; e com índices maiores que 0,800 são tidos como de desenvolvimento humano alto.

Quadro 5 - O Índice de Desenvolvimento Humano – IDH em Porto de Moz entre os anos de 1991/2000/2010.

IDH	ANOS		
	1991	2000	2010
IDH-M	0,218	0,360	0,503
IDH – M LONGEVIDADE	0,651	0,699	0,770
IDH – M EDUCAÇÃO	0,034	0,136	0,322
IDH – M RENDA	0,469	0,490	0,512

Fonte: PNUD (2013).

O valor mediano do IDH de Porto de Moz entre os anos 1970 e 1991 foi baixo. Porém, em 2000, ele atingiu um patamar considerado médio. Ainda sim, o valor do IDH do município foi inferior ao valor mediano do Brasil (0,766) e do estado do Pará (0,723), entre estes mesmos anos. No ano de 2010 este município apresentou relativa melhoria em seu índice, porém ainda considerado abaixo em relação ao estado e ao país.

5.5 A reserva extrativista Verde para Sempre

No ano de 1996, as comunidades que residiam à margem esquerda o rio Xingu no município de Porto de Moz, iniciam uma série de discussões voltadas para a preocupação com relação ao acelerado processo de exploração dos recursos naturais do município, especialmente a madeira (SABLAYROLLES; ROCHA, 2003). Os líderes comunitários, que iniciaram tal discussão, dispunham de pouco conhecimento sobre a criação de UC, mas contavam com o apoio de entidades diversas para subsidiar o debate³⁴. Mesmo dispondo de pouco esclarecimento, existia a certeza de que era necessário criar alguma medida capaz de conter o avanço das madeireiras, que começavam a ameaçar a própria sobrevivência dos camponeses.

Dentre as instituições que auxiliaram as discussões, destaca-se o Movimento pela Sobrevivência da Transamazônica (MPST), Laboratório Agro-Ecológico da Transamazônica

³⁴ A exemplo da Federação dos Trabalhadores na Agricultura - FETAGRI, do Instituto de Terras do Pará - ITERPA e da Secretaria de Estado e Meio Ambiente - SECTAM do Pará.

(LAET) e o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) que já vinha realizando suas lutas em defesas dos seringueiros do estado do Acre. De acordo com lideranças de movimentos sociais de Porto de Moz, o grupo de trabalho constituído não avançava muito porque, o Governo Federal não estava preocupado em legitimar a proteção às áreas que vinham sendo desmatadas. Tornava-se cada vez mais necessário discutir a respeito da criação de novas áreas comunitárias para se evitar a invasão dos grileiros e dos madeireiros que constituíam a principal ameaça à floresta.

Fotografia 1 – Madeira em tora apreendida na RESEX Verde para Sempre



Fonte Autoria própria (2012).

Fotografia 2 – Toras de madeira apreendidas na RESEX Verde para Sempre



Fonte Autoria própria (2012).

No ano de 1996, nem o governo do estado, nem o Governo Federal reconheciam a área que hoje é a RESEX Verde para Sempre, mesmo porque não existia uma legislação que amparasse esta categoria de UC da maneira como vinha sendo proposta pelos moradores locais (SALGADO; KAIMOWITZ, 2003). Sem ter claro discernimento sobre que categoria do SNUC a RESEX iria ser implantada naquele lugar, os moradores queriam uma área de preservação dos recursos naturais. Naquele momento, discutiu-se que a área teria um milhão de hectares a partir da margem esquerda do rio Xingu em frete a cidade de Porto de Moz. Neste mesmo ano, em fevereiro e março, o STTR desta cidade fez parcerias para discutir com mais propriedade a respeito da criação da área de preservação.

Para agregar mais força política, criou-se um grupo de trabalho incumbido de articular um fórum que envolvesse a participação tanto da comunidade e da igreja, como do LAET, MPST, Universidade Federal do Pará (UFPA), Comissão Pastoral da Terra (CPT), CNS, Fundação Viver Produzir, Preservar, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, FETAGRI regional. Por meio deste fórum de articulação, criou-se o Comitê dos Recursos Naturais com a função de mobilizar e discutir políticas voltadas para criação da área de preservação. Uma das mais importantes tarefas do comitê foi realizar um levantamento do município diagnosticando os problemas de ordem socioambiental presentes.

Durante os trabalhos, constatou-se que caso as comunidades não tomassem algum tipo de providência em relação às formas de exploração da área, no ano de 2007 todo aquele ecossistema estaria destruído. Segundo depoimentos do presidente do STTR e CP Z-64, este foi um dos motivos que incentivou a criação das RESEX. No ano de 2001, o Sr. Atanagildo Ribeiro da Silva (STTR), membro do comitê, foi até ao CNPT e recebeu a informação que existia uma modalidade na Legislação Ambiental que se adequava às exigências do comitê, era a modalidade destas mesmas Reservas.

A partir daí, o comitê realizou um processo de mobilização envolvendo os vários segmentos sociais municipais, poder público, igreja que culminou na realização de um seminário que fez uma consulta pública para a criação da RESEX Verde para Sempre. O processo de decisão ocorreu em um ambiente de divergências e conflitos entre grupos de interesses contrários a criação desta reserva, que se empenharam bastante para vetar este projeto. Salgado e Kaimowitz (2003) consideram que dentre estes grupos destacam-se madeireiros, moradores que viviam da exploração da madeira, comerciantes locais, alguns políticos locais.

Os prefeitos dos municípios: Vitória do Xingu, Brasil Novo, Medicilândia, Porto de Moz, Prainha, que faziam parte da RESEX, inicialmente colocaram-se contra sua criação,

especialmente os dois últimos que tiveram 80% e 17% de seus territórios comprometidos, respectivamente. O então prefeito do município de Porto de Moz, Gerson Campos, que era importante empresário da indústria madeireira e grande proprietário de terras não tinha conhecimento sobre o que consistia uma RESEX e assinou sua criação, sem saber do que se tratava. Depois de certo tempo, de posse de informações a respeito do assunto, e sendo presidente da Associação das Prefeituras da Região da Transamazônica, apressou os outros prefeitos a se mobilizar contra a criação da RESEX.

Foi em uma audiência pública, no município de Prainha que ocorreu um dos momentos mais tensos de todo este processo, havendo inclusive ameaças de morte contra os articuladores da criação da RESEX, mas a reação mais forte foi após o decreto de criação. Até então, quando o governo de Almir Gabriel e depois Simão Jatene publicaram que não davam o aval, porque a RESEX “engessaria” a economia dos municípios envolvidos, fato que agravada o prefeito tinha áreas para o avanço da pecuária que também, era uma de suas atividades. O governador Almir Gabriel reuniu algumas vezes com o Comitê no prédio da SECTAM tentando convencer os membros do comitê de que a RESEX traria sérios problemas para as economias municipais do entorno da área.

Neste contexto, o IBAMA vinha sendo convocado sistematicamente a fim de assumir a problemática ambiental (tal compromisso era uma exigência do Comitê) que tinha suas raízes na grilagem de terras, caça predatória, pistolagem e desmatamento (SABLAYROLLES; ROCHA, 2003).

Fotografia 3 – Serraria em Porto de Moz



Fonte: Autoria própria (2013).

Chegou um momento em que a ação das empresas madeireiras tornou-se tão voraz que a retirada diária do produto por via do rio Xingu atingiu cerca de 30 balsas por dia. Segundo os líderes do STTR e CP Z-64, este foi um momento bastante tenso, pois o rio Xingu, que permitia a saída das balsas, foi fechado por movimentos de contestação.

Durante este episódio, o movimento em defesa da floresta, que vinha acontecendo em Porto de Moz teve a adesão dos vários segmentos da sociedade local, movimentos sociais, e imprensa nacional e internacional. Este constante movimento das balsas representava uma ameaça ao ecossistema, pois cada balsa carregava em média 800 metros cúbicos de madeira. Somado a isso, estava o risco que as balsas representavam aos moradores ocasionando constantes acidentes com embarcações de pequeno e médio porte, especialmente à noite.

Com o início do governo Lula e com a forte pressão dos movimentos sociais de Porto de Moz, que acamparam várias vezes em Brasília, bem como os constantes relatos de assassinatos e desaparecimento de pessoas no interior da área, o Governo Federal se viu forçado a dar uma resposta à sociedade. No dia 08 de novembro 2004, o Governo Federal decretou a criação de RESEX Verde para Sempre ocupando cerca de 80% do município de Porto de Moz e envolvendo em seu entorno os municípios de Vitória do Xingu, Brasil Novo, Medicilândia, Prainha. O contexto dos conflitos, bem como a importância de mostrar a presença do Estado, trouxe até Porto de Moz, mais precisamente na comunidade de Santo Antonio de Carmelino, que se encontra localizada dentro desta reserva, a então ministra do meio ambiente Marina Silva.

Na ocasião da visita, a ministra apresentou investimentos na ordem de 18 milhões de reais que teriam o objetivo de proteger a floresta, qualificar os camponeses, gerar renda e prover melhorias em relação a serviços básicos³⁵. De acordo com o presidente do STTR local, após dois anos de criação desta reserva sabe-se que foram investidos 330 créditos para cada uma das famílias no valor de R\$ 2.400. Durante todo este processo, contratou-se um consultor para fazer um levantamento socioeconômico e ambiental da RESEX, sendo que até outubro de 2007 este trabalho não estava acessível ao público.

Segundo avaliação do STTR, mesmo após a criação dessa reserva, muita coisa ainda está por ser executada, pois em muitas áreas as invasões estão piores, as ameaças, as brigas internas ainda são constantes. O decreto não vem sendo cumprido de maneira efetiva, pois, apesar de as madeireiras terem saído desta UC, não dispo de acampamentos, a madeira continua saindo de maneira clandestina, não mais pelo rio Xingu, mas por estradas

³⁵ Precisamente, saúde, educação, moradia, saneamento, transporte e comunicação.

situadas no extremo sul da RESEX. O sistema de exploração da madeira também mudou, pois, atualmente a madeira não mais é retirada em tora³⁶, mas sim em pranchas talhadas com o auxílio de motosserra, que são encaminhadas para as serrarias para beneficiamento.

No período de criação da RESEX foram apreendidas madeiras em tora avaliadas em sessenta mil reais, das quais atualmente não se tem notícia. Segundo estimativas do STTR naquele período foram derrubadas mais de 14 mil árvores que após o ensejo dos órgãos competentes foram retiradas clandestinamente pelos madeireiros. De acordo com relato, o responsável pela gestão da RESEX, um funcionário do IBAMA, por motivos particulares tem sido ausente dos problemas vivenciados na área e presta poucos esclarecimentos às comunidades locais a respeito da real situação vivenciada.

Segundo levantamento realizado pelo STTR, até o final de 2007, existia mais 150 casas construídas por fazendeiros e grileiros, depois do decreto, e ainda, o diretor da reserva é sabedor do fato. Na concepção do STTR quando não existia um gestor, apontado pelo Governo Federal, o comitê tinha autonomia para deliberar ações dentro da reserva. Um dos membros do STTR local faz a seguinte reflexão.

Hoje ficou no poder do IBAMA e agora do ICMBIO que *num* faz nada pela reserva, nem a nossa participação ele *num* quer mais, *num* quer mais nossas opiniões, nós criamos nós acampamos, principalmente eu que sofri ameaças de morte, fique muitos meses fora hoje estou impedido de ir na comunidade, quem fala sim ou não é o ICMBIO. Porque tem um consultor, eu *num* valho nada [...], porque me impediram, porque eu sou morador de dentro da reserva. (L.I.G., membro do STTR de Porto de Moz, 2013).

Para esta liderança, existe um fortalecimento institucional que não vem atendendo as necessidades das populações que vivem dentro da reserva uma vez que estes sujeitos são trabalhadores rurais sindicalizados.

Na área que constitui a RESEX, existem várias comunidades, sendo que algumas segundo informações das organizações sindicais do local apresentam alto nível de organização que não dependia da exploração da madeira para assegurar a sobrevivência. Dentre estas, se destaca as comunidades de Jussara, Santo Antonio de Carmelino, Vila Bom Jesus, Nova Bom Jesus, Jerusalém, São João do Pari, Arimun, Cristo Libertador. Antes da criação da RESEX, estas comunidades viviam de outras atividades, tais como a pesca e a agricultura familiar, retiravam madeira, mas não dependiam exclusivamente dos madeireiros, estes não os controlavam.

³⁶ É preciso ressaltar que ainda existe retirada ilegal de madeira em toras.

6 O MUNICÍPIO DE OEIRAS DO PARÁ

6.1 Aspectos históricos e culturais

Os historiadores Palma Muniz e Theodoro Braga relatam que a área que, mais tarde, viria a dar surgimento ao município de Oeiras do Pará teve início como povoamento, por volta do ano de 1653, consequência da missão jesuíta no rio Araticu, onde os religiosos conseguiram fixar importante aldeamento de índios. Na afirmação de Cunha (2000, p. 18), “Oeiras, antes do período colonial, era uma aldeia indígena chamada Araticu, cuja tradução livre pode ser “língua de papagaio”. Sua importância se deve ao número elevado de índios aldeados e pelo volume da produção extrativa, facilitados pela fertilidade do solo e pela comunicação com Belém.

Araticu foi uma aldeia indígena amazônica onde o trabalho de catequese realizado pela Companhia de Jesus obteve bastante sucesso, era conhecida desde 1653 – ano da chegada do padre Antonio Vieira ao Pará. Graças ao trabalho dos padres jesuítas junto aos indígenas, a aldeia foi transformada em freguesia de Nossa Senhora da Assunção de Oeiras (CUNHA, 2000, p. 19).

Em 1758, após a expulsão dos jesuítas, o governador Francisco Xavier de Mendonça seguindo orientações políticas recomendadas pelo Marquês de Pombal, que expulsava todos os jesuítas de Portugal e de suas colônias, e em cumprimento a uma determinação real, deixou Belém em direção ao rio Negro, para acertar os limites das terras dos reinos de Portugal e Espanha. E também cumprindo outra determinação, de 06 de junho de 1755, para que fossem erguidas Vilas em todas as povoações que julgasse merecer essa elevação, assim deu à aldeia de Araticu, o procedimento de Vila, com a denominação de Oeiras. Deu-lhe o nome português de Oeiras, dentro da política de substituir as denominações indígenas por topônimos de Portugal (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 1982).

As fontes consultadas permitem constatar que não existem registros documentais que assinalem o nome do primeiro Presidente da Câmara Municipal, encontrando-se, unicamente, o nome do Tenente Diogo Luiz Rebelo que, em 1764, foi o Diretor da vila.

Em 06 de março de 1865 é aprovada a lei nº479, que transfere a sede do município de Oeiras para a freguesia de São João Batista de Currallinho, como resultado da elevação desta última à categoria de Vila (COLEÇÃO DAS LEIS DA PROVÍNCIA DO GRAM-PARÁ, 1865). Com base no ofício de 11 de novembro de 1865, que apresentava a transferência, determinando a imediata instalação da nova vila e a mudança da sede do município e das

autoridades – juiz, vereadores e funcionários, foi determinada a extinção do município de Oeiras e sua anexação a Curralinho, na categoria de simples freguesia.

Três anos mais tarde, segundo Palma Muniz, em 23 de outubro de 1868, pela Lei nº 584, Oeiras voltou a ser reconduzida à categoria de Município, ficando desmembrada de Curralinho e procedendo-se à sua reinstalação, em 04 de julho de 1870 (COLEÇÃO DAS LEIS DA PROVÍNCIA DO GRAM-PARÁ, 1868).

No ano de 1890, mediante o Decreto nº 111, de 18 de março, o Governo Provisório do Estado dissolveu a Câmara Municipal e, na mesma data, através do Decreto nº 112, criou o Conselho de Intendência Municipal, nomeando para o cargo de Intendente Olympio Gonçalves Sampaio e Costa. No século XX, segundo consta na Enciclopédia dos Municípios Paraenses, em virtude da promulgação da Lei Estadual nº 2.116, de 03 de novembro de 1922, o município de Oeiras foi extinto mais uma vez e seu território ficou anexado a Curralinho. Em 30 de dezembro de 1943, o Decreto-Lei nº 4.505 determinou a red denominação do município de Oeiras e o distrito de Bagre, passando a ser chamado de município de Araticu, denominação que vigorou por um período de tempo bastante curto, já que, posteriormente, retomou o nome de Oeiras, acrescido da locução adjetiva “do Pará” (CUNHA, 2000, p. 28).

No ano de 1955, em cumprimento do disposto pela Lei nº 1.127, de 11 de março, Araticu teve o seu território desmembrado para possibilitar a constituição do município de Bagre. Entretanto, esta Lei, por acórdão do Supremo Tribunal Federal, foi declarada inconstitucional, em 04 de outubro de 1955. Somente em 1961, o desmembramento foi efetivo, como resultado de ajustes político-administrativos no Estado, resultando disso uma nova configuração territorial de Oeiras do Pará.

No que concerne o aspecto cultural a manifestação religiosa mais importante no município de Oeiras do Pará é o Círio em homenagem à padroeira da cidade, Nossa Senhora da Assunção, que é a maior manifestação do lugar, cujos festejos são acompanhados de novenário e arraial. Por sua vez, as manifestações da cultura popular ficam por conta dos grupos típicos organizados, como o de samba-do-cacete e bois-bumbás. Destacam-se, também, outras festas populares, tais como a Festa do Camarão, realizada nos primeiros dias do mês de julho e o Torneio de Férias, que acontece no período de 01 a 31 de julho, época de maior movimentação do Município (CUNHA, 2000).

O artesanato em Oeiras do Pará é pouco significativo, sendo que as peças utilitárias como paneiros, bacias e outras, feitas por encomendas aos artesãos, são as que mais caracterizam a produção local, utilizando barro e tala como matéria-prima. Durante a

realização das investigações percebeu-se que os principais equipamentos culturais da cidade, a Biblioteca e a Casa da Cultura, funcionam precariamente³⁷.

6.2 Aspectos físico-territoriais

O município de Oeiras do Pará pertence à Mesorregião Nordeste Paraense e a Microrregião de Cametá. A sede Municipal apresenta as seguintes coordenadas geográficas: 02° 00' 15" S e 49° 51' 35" W. Gr. O município limita-se ao Norte - Município de Curalinho; a Leste - Municípios de Limoeiro do Ajuru, Cametá, Mocajuba e Baião; ao Sul - Municípios de Baião e Bagre; e a Oeste - Município de Bagre (PARÁ, 2011).

No Município ocorrem o Latossolo Amarelo distrófico, textura média, Plintossolo distrófico, textura indiscriminada e Gley Pouco Húmido distrófico, textura indiscriminada; Plintossolo distrófico, textura indiscriminada Podzólico Vermelho Amarelo plíntico, textura argilosa e Gley Pouco Húmido eutrófico e distrófico, textura indiscriminada.

A cobertura vegetal original do Município é representada pela Floresta Densa dos baixos platôs. Ao longo da margem do rio Pará e do baixo curso dos seus afluentes, encontra-se a floresta densa da planície aluvial da sub-região dos furos de Marajó, com intensa presença de palmeiras, principalmente do açazeiro e a floresta ciliar, ocupando os terraços. Onde a cobertura vegetal primária foi removida pela ação dos agricultores, surge a capoeira ou Floresta Secundária, em diversos estágios de regeneração.

Formações campestres pequenas são detectadas nas áreas mais deprimidas, sujeitas a elevados teores de umidade, principalmente devido à acumulação de água das chuvas.

A alteração da cobertura vegetal revelada no trabalho realizado com imagens LANDSAT-TM, do ano de 1986, é de 21,51%. Os acidentes geográficos mais importantes são os rios Pará, Oeiras, Araticu e Branco. Este Município, ainda, apresenta áreas com cobertura florestal, em bom estado de conservação e que devem ser preservadas.

A topografia do Município apresenta cotas altimétricas poucos significantes. Estas cotas variam entre 10 a 12 metros na porção Sul, sendo a mais elevada 45m no centro do Município, enquanto que a sede Municipal gira em torno dos seis metros (PARÁ, 2011).

A geologia do Município é representada, predominantemente, por sedimentos inconsolidados do Quaternário Recente e manchas dos sedimentos Terciários da Formação

³⁷ Visita ocorrida na Biblioteca Municipal e Casa da Cultura em janeiro de 2012.

Barreiras. O relevo é bastante simplificado, com a presença de várzeas, terraços e tabuleiros, que se incluem morfoestruturalmente, no Planalto Rebaixado da Amazônia (do Baixo Amazonas).

A hidrografia do Município é representada pelos rios Pará e seu afluente, o rio Araticu, que banha a sede municipal. O rio Araticu tem como afluentes, pela margem direita, os rios Curucará e Anauerá, ambos os limites naturais a Leste com o Município de Cametá; e pela margem esquerda, os rios Caracuru e de Oeiras. O rio Oeiras forma a bacia interna do Município e tem como principais formadores os rios Branco e Preto que recebe pela margem esquerda, o rio Arióca. O rio Mocajuba a Noroeste, em todo seu curso, é limite natural com Bagre e o rio Murujucá-Açu serve de limite a Nordeste com Limoeiro do Ajuru (PARÁ, 2011). O clima do município de Oeiras do Pará é do tipo Am, segundo a classificação de Köppen, que corresponde à categoria de mesotérmico, super-úmido. A temperatura média é elevada, com pequena amplitude térmica e precipitações abundantes. A umidade relativa é bastante alta.

6.3 Demografia

Entre os anos de 1980 e 2010, a população do município de Oeiras do Pará duplicou, passando de 12.471 para 28.595 habitantes distribuídos em uma área de 3.914 km², o que corresponde a uma densidade demográfica de 7,31hab/km² (Quadro 6).

Quadro 6 - A população de Oeiras do Pará entre os anos 1980-2013

ANOS	POPULAÇÃO (HAB)	ÁREA (KM ²)	DENSIDADE (HAB/KM ²)
1980	12.471	4.802,00	2,60
1991	18.792	3.862,96	4,86
1996	21.579	3.914,80	5,49
1997 ⁽¹⁾	22.330	3.914,80	5,68
1998 ⁽¹⁾	22.963	3.914,80	5,84
1999 ⁽¹⁾	23.597	3.914,80	6,00
2000	23.255	3.914,30	5,91
2001 ⁽¹⁾	23.800	3.914,30	6,08
2002 ⁽¹⁾	24.194	3.914,30	6,18
2003 ⁽¹⁾	24.630	3.914,30	6,29
2004 ⁽¹⁾	25.619	3.914,30	6,54
2005 ⁽¹⁾	26.051	3.914,30	6,66
2006 ⁽¹⁾	26.555	3.914,30	6,78
2007	25.420	3.914,30	6,49
2008 ⁽¹⁾	26.478	3.914,30	6,77
2009 ⁽¹⁾	26.796	3.914,30	6,85
2010	28.595	3.914,30	7,31
2013 ⁽¹⁾	30.088	3.914,30	7,42

Fonte: IBGE (2013).

(1) População Estimada

No ano de 1980, existiam 12.471 habitantes no município de Oeiras do Pará distribuídas em 2.705 residentes na área urbana e 9.766 residentes na área rural, o que demonstrava que 78,30% destes encontravam-se na área rural (Quadro 7). No ano de 1991, o número de habitantes localizadas na área rural correspondia a 73,61% contra 26,39% na área urbana. No ano 2007, a diferença entre habitantes estava distribuída em 40,28% na área urbana e 59,72% na área rural.

Quadro 7 – número de habitantes na área urbana e rural de Oeiras do Pará entre os anos de 1980 – 2010

ANOS	URBANA	RURAL
1980	2.705	9.766
1991	4.958	13.834
1996	6.363	15.216
2000	7.980	15.275
2007	10.238	15.182
2010	11.432	17.163

Fonte: IBGE (2010).

No que concerne distribuição da população de Oeiras do Pará por sexo, no ano de 1980, dos 12.471 habitantes, 47,9% da população era do sexo feminino e 52,1% masculino (Quadro 8). Em 2000, a população era de 23.255 habitantes, sendo que 52,34% eram do sexo masculino e 47,65% feminino. No ano de 2007, a população estimada era de 25.420 habitantes distribuídos entre 52,45% do sexo masculino e 47,54% feminino.

Quadro 8 - A população de Oeiras do Pará segundo sexo entre os anos de 1980 – 2010

ANOS	MASCULINO	FEMININO
1980	6.498	5.973
1991	9.751	9.041
1996	11.269	10.310
2000	12.173	11.082
2007	13.335	12.081
2010	15.017	13.578

Fonte: IBGE (2010).

A quantidade de pessoas por unidade domiciliar em Oeiras do Pará varia muito da área urbana em relação área rural onde geralmente vivem mais de duas famílias em uma mesma casa (Quadro 9).

Quadro 9 - O número de habitantes por unidades domiciliares de Oeiras do Pará entre os anos 1996-2010.

ANO	POPULAÇÃO (HAB.)	UNID. DOMICILIARES	HAB./UNID. DOMICILIARES
1996	21.579	3.596	6,00
2000	23.255	3.870	6,01
2007	25.420	5.538	4,59
2010	28.595	6.436	5,23

Fonte: IBGE (2010)

A média de pessoas em uma casa varia de cinco a sete pessoas, sendo que na área rural ainda existem unidades domiciliares que reúnem mais de 10 pessoas envolvendo crianças, adultos e idosos.

6.4 Índice de desenvolvimento humano

O valor mediano do IDH de Oeiras do Pará entre os anos 1970 e 1991 foi baixo. Porém, em 2000, ele atingiu um patamar considerado médio. Ainda sim, o valor do IDH do município foi inferior ao valor mediano do Brasil (0,766) e do estado do Pará (0,723), entre estes mesmos anos.

Quadro 10 - O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em Oeiras do Pará entre os anos de 1970/1980/1991/2000/2010

IDH	ANOS				
	1970	1980	1991	2000	2010
IDH-M	0,328	0,474	0,454	0,652	0,507
IDH – M LONGEVIDADE	0,435	0,572	0,610	0,705	0,754
IDH – M EDUCAÇÃO	0,356	0,422	0,440	0,765	0,344
IDH – M RENDA	0,192	0,427	0,312	0,486	0,502

Fonte: PNUD/IPEA/FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (2013).

Tais índices se devem a ausência e descaso do poder público em relação a implementação de programas e políticas públicas capazes de melhorar a qualidade de vida da população uma vez que esta, ainda hoje, encontra-se desistida.

6.5 A reserva extrativista Arióca Pruanã

A RESEX Arióca Pruanã foi criada para garantir a utilização e a conservação dos recursos naturais renováveis tradicionalmente utilizados pela população extrativista residente

na área de sua abrangência. Sua criação tem como justificativa a promoção da preservação dos recursos naturais, bem como, assegurar as condições e os meios necessários para garantir o modo de vida das populações tradicionais que vivem lá. A criação da RESEX Arióca Pruanã ocorreu por demanda das comunidades locais, através de um longo processo de discussões e mobilizações sociais, construída a partir da aglutinação de forças de instituições, como: Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STTR) de Oeiras, Colônia de Pescadores Zona – 50, Partido dos Trabalhadores (PT), Conselho Nacional dos Seringueiros CNS), Ministério Público Federal (MPF) e UFPA, igrejas católicas e evangélicas.

Todo este processo se inicia por conta da revolta que crescia entre os moradores que viviam nas margens dos rios Arióca e Pruanã que mobilizando um contingente de comunidades entre os anos de 1998 e 1999, começaram a se preocupar com o futuro incerto gerado pela degradação ambiental. Encampada pelos moradores das comunidades banhadas por estes rios, importantes assembleias foram realizadas com o intuito de produzir reflexão e envolvimento dos moradores frente ao processo acelerado de exploração dos recursos naturais do município, especialmente a madeira, por seu alto valor no mercado. Assim como o ocorrido em outras RESEX, as incursões iniciais realizadas em Oeiras do Pará envolvia uma série de dúvidas e incertezas.

Fotografia 4 – Placa de advertência na RESEX Arióca Pruanã



Fonte: Autoria própria (2013).

Fotografia 5 – Búfalo na RESEX Arióca Pruanã



Fonte: Autoria própria (2013).

A gente tinha pouco, na verdade nenhum conhecimento sobre o que era uma reserva extrativista. Mas a gente sabia que *tava* na hora de parar com a ação dos madeireiros que *tavam* acabando com as nossas florestas e matando nossos rios. O pessoal *tava* tirando cerca de três balsas cheias de pau de tudo quanto é tamanho, até furado. Nada escapava da ganância daquele pessoal (G. O. S., Agricultor Familiar, 2013)

Neste processo de mobilização, cinco pessoas tiveram papel decisivo: Antonio Magno, Antonio Araújo, Gabriel, Benedito “Anta” e Cariri. Esses líderes comunitários foram os responsáveis por ações de mobilização que culminaria em um ato público realizado no espaço cultural de Oeiras do Pará no ano de 2001. Esse movimento teve início como uma mobilização junto aos moradores do rio Pruanã envolvendo as comunidades de Palmeira; no rio Arióca reuniu as comunidades de Vila Valério e Terra Alta; no rio Mocajutuba envolveu a comunidade de Boa Esperança, tal ação teve como objetivo produzir adesão da população moradora das comunidades que atualmente compõem a RESEX compartilhando com estes informações e a necessidade de intervenção frente à crise ambiental percebida.

Ainda com pouco conhecimento sobre o assunto as lideranças conduziram debates e discussões, contando com o apoio de entidades como a Colônia de Pescadores Z-50, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Oeiras do Pará, Conselho Nacional dos Seringueiros, IBAMA, Comissão Nacional da Pastoral da Terra e igreja, UFPA. Naquele momento a única certeza que se tinha era que algo deveria ser feito para conter aquele que se apresentava como o maior

de todos os problemas - a exploração desordenada de madeira e conseqüentemente degradação da floresta.

Uma das primeiras medidas tomadas após a mobilização foi a criação Comissão Contra a Grilagem em Oeiras do Pará.

Existiam 05 madeireiras instaladas na área que atualmente compõe a reserva. Estas empresas impediam o direito de ir e vir das pessoas, impedindo o livre acesso pela floresta. Para conter o trânsito dos moradores nas áreas exploradas pelos madeireiros foram contratados pistoleiros que ameaçavam a vida das pessoas e impunham medo e insegurança (A. A., Agente de Gestão Ambiental Municipal, 2013).

As lideranças contavam, também, com o apoio dos prefeitos municipais da época, João Frances Medeiros – município de Cametá, e Dulcídio Pinheiro – prefeito do município de Oeiras do Pará. A posição assumida pelo prefeito de Oeiras do Pará sinalizava interesse em criar uma área de RESEX no município, porém, as maiores dificuldades representavam a ausência de referências conhecidas para servir de orientação.

Fotografia 6 – Gado bovino e madeira abandonada na área da reserva Arióca Pruanã



Fonte: Autoria própria (2013).

Segundo o ex-secretário de agricultura de Oeiras do Pará o prefeito Dulcídio foi um importante incentivador para a criação da RESEX Arióca Pruanã.

Como nós não tínhamos nenhuma experiência aqui por perto, o prefeito Dulcídio nos mandou ir procurar uma experiência, aprender tudo, pegar todas as informações. Foi aí que ele mandou uma equipe ir até Santarém verificar como que a experiência sobre Unidade de Conservação vinha acontecendo. Dizer se isso realmente dava

certo e se a gente poderia fazer a mesma coisa aqui em Oeiras do Pará (Manoel Pantoja Júnior, Secretário Municipal de Agricultura, 2013).

Era visível aos moradores das comunidades que compõem a RESEX os perigos representados pelas ações dos madeireiros, e ao mesmo tempo, fazia-se necessário encontrar mecanismos capazes de conter os efeitos nocivos gerados pela exploração desordenada.

Muitas famílias abandonaram suas casas com medo de das ameaças dos madeireiros. E somado a isso tem o agravante de não mais poder viver a partir da exploração dos produtos da floresta, caçar e pescar. As medidas restritivas produzidas pela criação da reserva dificultaram a manutenção da maneira viver (J. M., Associação de Produtores Rurais de Caracuru, 2013).

A Comissão Contra a Grilagem em Oeiras do Pará vivenciou o desafio de agregar forças para articular um fórum que envolvesse a participação tanto da comunidade, como de outras instituições.

Mandamos ofício para várias instituições a fim de poder contar com o maior número possível de entidades. A própria universidade (UFPA, destaque nosso) foi convidada para nos prestar uma orientação sobre a questão do saneamento e do problema da água. Porém não recebemos resposta de boa parte dessas instituições e entre elas, da própria universidade (A. A., Agente de Gestão Ambiental Municipal, 2013).

As lideranças envolvidas haviam constatado que caso as comunidades não tomassem algum tipo de providência em relação às formas de exploração da área, no ano de 2007 todo aquele ecossistema estaria destruído. Segundo depoimentos do presidente do STTR e CP Z-50, este foi um dos motivos que incentivou a criação das RESEX. No ano de 2010, o Sr. Gabriel Oliveira da Silva, membro do comitê, foi até ao CNPT e recebeu a informação que existia uma modalidade na Legislação Ambiental que se adequava às exigências do comitê - a modalidade de Reserva Extrativista.

A partir daí, a Comissão contra Grilagem de terras de Oeiras do Pará – CCGO realizou um processo de mobilização envolvendo os vários segmentos sociais municipais, poder público, igreja que culminou na realização de várias assembleias e consultas públicas para a criação da RESEX Arióca Pruanã. Como não poderia ser diferente, em um processo onde interesses diversos são postos em voga, o processo de decisão sobre a criação da RESEX ocorreu em um ambiente de divergências e conflitos entre grupos de interesses contrários a criação desta.

Perdi a conta das vezes que fui ameaçado de morte. *Butaram* um pistoleiro que ficou quase um ano andando por aqui até que a Polícia Federal veio e pegou ele. Era um tal de “bigodinho”, mas além dele tinha uns *outro capanga* que *ficavo* na espreita da

gente. Teve um momento que o papai falou: meu filho larga esse negócio. Só vai *sobra pra* ti. A mamãe dizia: meu filho tu *num* precisa disso. Vai *pra* cidade e procura uma outra forma de tu viver (G. O. S. , Agricultor Familiar, 2013).

No ano de 2006 foi criada a Associação dos Moradores da Reserva Extrativista Arióca Pruanã - AMOREAP que posteriormente tornou-se a Associação-mãe da RESEX Arióca Pruanã. Em 2010, ocorreu a eleição da Diretoria da AMOREAP para um mandato de três anos. Neste processo destaca-se a participação das seguintes associações: AECBOP, AMPUR, ASPROP, ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DO RIO ARIÓCA, APROCAR, APAERA, APAETA, ACAOP, APREOPA, APRACOM, APROMEL. Naquele momento foi eleito Presidente da AMOREAP o Sr. Jorge Almeida, que enfrentou dificuldades para consolidar ações capazes de culminar na criação do Conselho Deliberativo, em virtude da pouca informação dos moradores da RESEX, bem como dificuldades financeiras, e resultados esperados pelos membros, que exigiam projetos e ações financiadas dentro da RESEX.

Até o mês de janeiro de 2012 o Conselho Deliberativo da RESEX Arióca Pruanã ainda estava em processo de criação, por conta disso a responsabilidade de gestão da reserva estava com o ICMBIO. O atual presidente do conselho deliberativo da RESEX é o Sr. Pedro Matias, da comunidade de São Sebastião, eleito no dia 13 de abril de 2013. Profundo conhecedor dos desafios a ser enfrentados em seu pronunciamento após o ato de posse, o Sr. Pedro comentou que:

Se nos unirmos, vamos alcançar os objetivos que pensamos para as comunidades. Estamos trabalhando parcerias com o governo federal, estadual e municipal para trazer projetos e recursos para as 23 comunidades que vivem nos mais de 83 mil hectares da reserva. Precisamos de alternativas, pois podemos plantar e colher, mas só podemos caçar dois animais por semana.

Dente as ações previstas pela nova diretoria do conselho deliberativo consta a realização de um levantamento para regulariza a situação das associações existentes na reserva.

Fotografia 7 – Informe sobre o processo de eleição para presidente do comitê gestor da RESEX Arióca Pruanã



Fonte: Arquivo do Comitê Gestor da RESEX Arióca Pruanã (2013).

Outra demanda é a aquisição de informações sobre os recursos disponíveis para a realização de ações junto às comunidades.

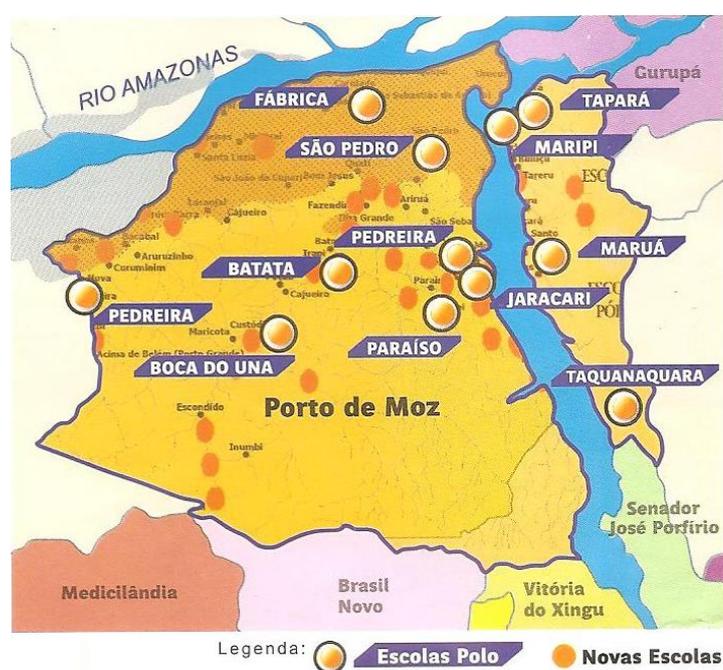
Atualmente o comitê gestor da RESEX Arióca Pruanã dispõe de poucos registros e informações e começa a assumir status de organização iniciando peregrinação na busca de auxílio e resgate da credibilidade junto aos moradores da RESEX.

7 CARACTERIZAÇÃO DAS ESCOLAS, COMUNIDADES E RELAÇÕES INTERINSTITUCIONAIS INVESTIGADAS NA RESEX VERDE PARA SEMPRE

7.1 O perfil das escolas da RESEX Verde para Sempre

Na RESEX Verde para Sempre foram investigadas 10 comunidades onde foram visitadas 10 escolas, que atendem estudantes de Nível Fundamental. Em alguns casos estudantes de outras comunidades são atendidos nessas escolas que seguem uma política de nucleamento, também chamadas de escolas polo. Dentro da RESEX existem mais de 80 escolas³⁸, sendo que algumas ainda funcionam em residências alugadas pela SEMED.

Figura 5 - Localização das escolas polo no município de Porto de Moz



Fonte: SEMED Porto de Moz (2012)

As 10 escolas investigadas dispõem de 37 salas de aula, cada escola tem em média três salas de aula de 6m x 6m. Quando questionados sobre os espaços escolares, a parte maior dos estudantes e profissionais da educação dessas unidades afirmou que as salas de aula são adequadas para as atividades educativas. Contudo, vale ressaltar que foram informados casos de escolas que necessitam de reformas em paredes, pisos e telhados, pois os reparos anteriores não foram capazes de solucionar os problemas.

³⁸ Os técnicos da SEMED não conseguiram informar com precisão o número de escolas existentes nos limites da reserva

As salas contam apenas com a iluminação do dia, já que nem todas possuem gerador de energia, fato que inviabiliza a realização de aulas noturnas para o público adulto. Algumas escolas de dentro da RESEX já estão construídas em estruturas de alvenaria, o que faz com que nos períodos de pouca chuva a temperatura se eleve causando desconforto das pessoas que as frequentam. Também foram detectadas escolas que ainda necessitam de obras de reforma, ou mesmo construção de prédios novos já que se apresentam em situação pouco atrativa.

Nas 10 escolas investigadas foram encontradas duas salas de leitura (uma em cada escola) e uma biblioteca que não funciona, esses espaços dispõem de poucos livros e não desenvolvem nenhum projeto educativo voltado para esta prática.

Fotografia 8 – Escola localizada na RESEX Verde para Sempre



Fonte: SEMED Porto de Moz (2013).

Fotografia 9 – Escola localizada na RESEX Verde para Sempre



Fonte: SEMED Porto de Moz (2013).

Fotografia 10 – Sala de aula em uma das escolas da RESEX Verde para Sempre



Fonte: Autoria própria (2012).

Fotografia 11 – Sala de aula de uma das escolas da RESEX Verde para Sempre



Fonte: Autoria própria (2012).

Os professores expressam preocupação em relação à falta de bibliotecas, e reconhecem que esse é um dos maiores problemas a ser superado para que se possa vislumbrar uma educação melhor para os estudantes da UC. Os professores informaram que em alguns casos recolhem livros na forma de doações a trazem para os estudantes como forma de diversificar a opção, já que na maioria dos casos o único livro utilizado é o que é doado pela SEMED.

Apenas duas escolas dispõem de sala para professores, nas outras não se viu espaços voltados para a socialização e construção de um ambiente integrado desses profissionais, fato que inviabiliza oportunidades de comunicação. Uma escola possui laboratórios de informática, e este funciona também como secretaria escolar, fato que certamente compromete a utilização e desenvolvimento de atividades pedagógicas. A inexistência desses espaços limita a construção e ressignificação do conhecimento a partir de outras possibilidades.

Uma única escola dispõe de área destinada à prática de lazer, as outras não dispõem de espaço para recreação, ou mesmo realização de atividades lúdicas, restando apenas o terreno localizado fora da escola. Em outra escola, as atividades acontecem em um pátio descoberto, que não é tão grande para comportar os vários estudantes que frequentam a unidade escolar.

Como os espaços para as atividades de lazer não existem, o restante do terreno da escola, ou seu entorno onde não há edificações, acaba sendo utilizado para as brincadeiras e demais atividades ao ar livre. Todas as 10 escolas dispõem de cozinha em suas dependências, estas são espaços pequenos onde se faz necessário apanhar água no rio, ou em poço artesiano, já que não existe serviço de fornecimento de água encanada, contudo, em alguns casos a água é captada por motor “bomba”, mandado para algumas caixas d’água e distribuído na comunidade, mas pouco são os casos.

Fotografia 12 – Cozinha de uma das escolas da RESEX Verde para Sempre



Fonte: Autoria própria (2012).

Com relação à água consumida, três escolas utilizam apenas poço artesiano, sete retiram água do rio, porém, tanto os estudantes quanto professores informaram que em alguns casos acaba sendo preciso fazer uso tanto água do rio como do poço artesiano, especialmente quando ocorre problema no gerador que alimenta a “bomba d’água”. Ainda, questionados sobre o tratamento da água os entrevistados informaram nem sempre se preocupam em aplicar hipoclorito de sódio na água, mas existem dois problemas em relação a isso: nem sempre o produto está disponível; alguns alegam que o gosto da água fica muito ruim com a aplicação do produto. A energia que alimenta as “bombas d’água” é fornecida por geradores, sendo que uma escola possui o seu; sete comunidades dispõem desse equipamento para uso coletivo, inclusive da escola (os comunitários contribuem para compra de óleo diesel), e em duas comunidades as escolas não possuem gerador.

Fotografia 13 – Água recolhida do rio utilizada para preparo da merenda e lavagem da louça



Fonte: Autoria própria (2012).

No que se referem às instalações sanitárias, cinco escolas apresentam tal estrutura em condições razoáveis de utilização, por sua vez, outras cinco possuem estruturas precárias que ameaçam a saúde. O fato imprime cuidados, pois não só produz desconforto e constrangimentos para as pessoas que necessitam do ressurto, como também gera preocupação sobre o destino dado aos dejetos humanos. Em todas as cinco escolas que possuem banheiros, estes não recebem maiores cuidados e não dispõem de água para lavar as mãos.

Com relação aos níveis e modalidades das 10 escolas investigadas na RESEX Verde para Sempre apenas nove ofertam a educação infantil atendendo a modalidade pré-escolar, e nenhuma delas atende turmas de creche. Tal indício demonstra a falta de assistência às crianças moradoras das áreas rurais onde os pais trabalham o dia todo na lavoura, pesca e extrativismo e acabam tendo que levar esses pequenos consigo, ou como é comum na região, deixam as crianças em casa com os irmãos mais velhos, que também são crianças.

Fotografia 14 – Estudantes e professora da educação infantil em uma das escolas da RESEX Verde para Sempre



Fonte: Autoria própria (2012).

No que se refere ao oferecimento do ensino fundamental, as 10 escolas ofertam turmas do 1º ao 5º ano seguindo modelo regular de aulas que prevê atividades durante os 200 dias letivos do calendário escolar; destas, quatro ofertam do 6º ao 9º ano. As informações demonstram que existe uma importante demanda reprimida de estudantes para os níveis de 6º ao 9º ano, pois nas 10 comunidades investigadas observou-se a existência de muitos jovens fora da escola sob o argumento de que as séries que eles deveriam cursar somente são ofertadas em outras comunidades, ou na cidade. Por sua vez a SEMED alega a impossibilidade de criar vagas nas comunidades por conta do número reduzido de estudantes, e afirma que vem fazendo estudos voltados para a nucleação de escolas a fim de ofertar novas vagas.

Seguindo o exemplo de vários municípios brasileiros, nas escolas da RESEX Verde para Sempre, o calendário é elaborado pela SEMED e não se adequa as especificidades locais

(período de enchente, fabricação de queijos, além de atividades extrativistas). A SEMED local reconhece o desafio e explica que os técnicos vêm analisando as possibilidades postas pela Lei nº 9.394/96 (art. 23, §2º), mas reconhecem que a tarefa não é fácil por se tratarem de áreas longínquas. Além disso, a SEMED justifica que se trata de uma nova gestão, e que muitos problemas foram herdados do gestor anterior, especialmente de ordem infraestrutural.

A modalidade de EJA foi encontrada em cinco escolas das 10 investigadas e constituem uma turma de alfabetização e uma de primeira etapa; uma turma de alfabetização, uma de primeira etapa e uma de segunda etapa; uma turma de 3ª etapa, e uma turma de 4ª etapa. As turmas são pequenas, com uma média de 12 estudantes, justificado pelas constantes desistências do curso geradas pela dificuldade em se manter estudando tendo que trabalhar em tarefas muito desgastantes.

Fotografia 15 - Estudantes da modalidade EJA em uma das escolas da RESEX Verde para Sempre



Fonte: Autoria própria (2012).

Além disso, outro fator que faz com que os estudantes da EJA desistam, segundo eles, é a pouca visibilidade dos estudos em relação à melhoria financeira dos indivíduos que vivem na RESEX, fato demonstrado em uma das falas.

Estudar é bom, mas exige muito tempo, e a gente já tem uma certa idade, *né*. Du pouco que eu aprendi eu acho que já dá *pra* mim viver aqui. Na colônia a gente *num* carece de muito estudo por que o que vale e levantar cedo *pra* procurar o que, fazer, procurar de *pescá*, *pegá* uma caça - quando os *homi dêxa*, *fazê* as coisa que se faz aqui, *né* (M. S. A, moradora da RESEX Verde para Sempre, 2013).

A fala reflete sobre um grave problema enfrentado pelas turmas de EJA - a falta de vínculo da escolarização com a profissionalização a partir das potencialidades locais e regionais.

Nas 10 escolas das comunidades investigadas não existem turmas específicas para educação especial, mesmo tendo sido observados casos de pessoas com necessidades especiais residentes em várias casas no interior da RESEX. As ofertas para o ensino médio limitam-se à cidade de Porto de Moz, ou outros municípios próximos, também não existe oferta de turmas para o Ensino Médio nas comunidades que compõem a RESEX, fato que não combina com a considerável demanda de jovens existente nas famílias de moradores. Ao longo das investigações foram detectadas em nove escolas a ocorrência de turmas de classes multisseriadas, fato que demonstra a necessidade que ainda se tem de realização de novos concurso e aberturas de novas vagas para docentes.

Nas 10 escolas investigadas apenas quatro possuem diretor, e destes, dois possuem o curso de licenciatura completo em pedagogia; dois estão cursando o ensino superior em pedagogia pelo programa PARFOR. Nas seis escolas restantes existem professores responsáveis que assumem a tarefa de conduzir a administração das escolas sem dispor de formação adequada para tanto. A ausência de diretores nas escolas também é justificada pelo baixo número de alunos, já que para que o diretor seja empossado é preciso que a escola tenha número superior a 200 estudantes.

Com relação à função de secretário escolar, apenas em duas escolas foram encontrados esses profissionais, nas outras a função acaba sendo acumulada pelo professor responsável. Sem dispor de secretários, algumas atividades da escola acabam ficando comprometidas, pois os docentes se vêm impossibilitados de executar várias funções sem deixar de fazer outras, ou mesmo atrasar algumas atividades. Geralmente esses docentes tem que se ausentar pelo menos uma vez no mês, para se direcionar até a SEMED a fim de dar andamento em algumas questões relacionadas à documentação de alunos.

Nas escolas investigadas, apenas duas dispõem de técnico pedagógico, o que demonstra a forma como a comunidade escolar é desassistida, pois é papel deste profissional conhecer o cotidiano e por meio disso propor ações. A indisponibilidade de técnicos pedagógicos nas escolas dentro da RESEX limita a realização de ações de mobilização entre comunidades escolar e comunidade do entorno, pois sozinho o docente não consegue fazer todo o trabalho. Contudo, a existência de técnicos ainda é vista como algo relacionado à burocracia das secretarias de educação como se as unidades escolares não precisassem da presença destes profissionais.

Com relação à oferta de professores as 10 escolas investigadas na RESEX dispõem de 52 docentes, sendo 18 com nível médio completo cursando o programa PARFOR; 11 com licenciatura em nível superior completa, e 23 apenas com o nível médio. Os 23 professores que ainda não dispõem de graduação no ensino superior, e que não estão incluídos no PARFOR constituem um contingente elevado, em sua maioria formada pelo Projeto Gavião³⁹. A média de professores por escola varia, pois existem unidades que contam com apenas quatro docentes que atuam no sistema multissérie, assim como existem escolas que dispõem de até oito professores.

Ainda, as escolas investigadas dispõem de 12 serventes com média de uma por escola, e destes, apenas um tem o ensino fundamental completo; cinco vigias, sendo que apenas um tem o ensino médio completo; sete barqueiros, todos com ensino fundamental incompleto.

Fotografia 16 - Embarcação utilizada no transporte escolar em Porto de Moz



Fonte: SEMED de Porto de Moz (2013).

Assim como no restante do estado do Pará, na RESEX Verde para Sempre, parte das pessoas que trabalha com educação, ou a serviço dela, possui pouca ou nenhuma formação escolar. As políticas educacionais voltadas para o público adulto carecem de novos atrativos, afinal, trata-se de pais e mães de família, que quando procuram a escola estão em busca de

³⁹ O Projeto a aprovado pela Resolução nº 090/1984-CEE/PA referente ao Curso de Magistério – 1ª a 4ª série fundamental.

algo além de apenas aprender a escrever o próprio nome, carecem de qualificação profissional, noções de higiene e meio ambiente.

Com relação à gestão escolar, uma escola alegou possuir projeto político pedagógico - PPP, mas não apresentou, nas outras os responsáveis informaram que a construção do PPP já vem sendo trabalhada, mas também não apresentaram nada. Observa-se que este documento tão importante para nortear as ações da unidade escolar vem sendo negligenciado por aqueles que conduzem a função de escolarizar. A forma como as informações foram prestadas demonstra que esses atores não estão preparados para realizar as discussões sobre o PPP, e tão pouco transmitem confiança sobre a possibilidade de vir construir tal projeto, afinal na maioria dos casos trata-se de profissionais sufocados por carga de trabalho, ou mesmo desprovidos de formação e assistência técnica.

No que se refere a existência de planos ou projetos, das 10 escolas da RESEX, duas estão com o Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE) Escola em vigência, o que é pouco diante da importância e representatividade que este projeto estabelece enquanto ferramenta de auxílio no alcance dos objetivos da educação escolar. Com relação ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), que consiste em assistência financeira às escolas públicas da educação básica das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal e às escolas privadas de educação especial mantida por entidades sem fins lucrativos, oito escolas informaram que aderiram ao programa. Tal número se justifica pela necessidade dessas em realizar investimentos que proporcionem melhoria da infraestrutura física e pedagógica da unidade escolar, o reforço da autogestão escolar e a elevação dos índices de desempenho da educação básica.

Em seis unidades escolares os recursos repassados pelo MEC são geridos pela própria instituição, e quatro unidades informaram que não administram seus recursos, pois as mesmas se encontram na condição de agregadas às escolas da cidade. Sobre a origem do recurso, as 10 escolas informaram não ter certeza de onde vem o dinheiro (SEMED, SEDUC, ou MEC) o que demonstra falta de conhecimento da comunidade escolar. A dificuldade em se obter informações demonstra a necessidade em estimular a criação e consolidação de mecanismo de acesso à comunidade escolar das unidades educacionais da RESEX.

Sobre a administração de recursos financeiros, apenas uma escola indicou que administra seus recursos; uma informou que a gestão do recurso cabe ao caixa escolar; seis apontaram o conselho escolar como responsável; duas não souberam informar. É importante ressaltar a atuação do conselho escolar na gestão dos recursos demonstrando envolvimento e

interesse da comunidade na condução das ações da escola de modo autônomo com vistas a alcançar o bem comum.

Com relação ao destino dado aos recursos financeiros, uma escola respondeu erroneamente que os recursos são gastos com aquisição de merenda escolar demonstrando total desconhecimento sobre a política da merenda escolar. Ainda, seis escolas informaram que gastam seus recursos com aquisição de materiais de uso permanente. Por sua vez, uma escola respondeu que os recursos são gastos com a compra de manutenção material permanente. E duas escolas não souberam informar como são aplicados os recursos o que significa dizer que se faz necessário maior transparência na aplicação de recursos, bem como interesse da comunidade escolar em saber como o dinheiro vem sendo gasto.

A falta de acompanhamento sobre os gastos dos recursos públicos é um sério problema nas escolas brasileiras, porém nas escolas rurais este fato é ainda mais grave. A falta de conhecimento de gestores escolares, a ausência de conselhos escolares e o não acompanhamento por parte dos membros da comunidade onde estão localizadas escolas, faz com que os “parcos” recursos destinados à educação deixem de ser aplicados onde deveriam.

Na questão relacionada à prestação de contas dos recursos aplicados na escola, seis delas responderam que realizam tal processo junto à comunidade escolar, e destas, três o fazem também junto à SEMED; três escolas informaram que não realizam tal função anualmente. A prestação de contas além de fortalecer as relações de confiança dentro do espaço intra e extraescolar, também estimula o envolvimento dos atores do processo educativo na realização de práticas de participação. Ainda sim, é válido ressaltar que para que o processo de prestação de contas ocorra segundo os princípios éticos e morais, é preciso que os envolvidos tenham ciência do que representa a consolidação dessa instituição.

No cotidiano dessas unidades escolares, quando acontecem graves problemas, das oito escolas analisadas, três levam ao conhecimento da SEMED, três reúnem a direção junto com os professores, e duas escolas informaram que apenas o diretor resolve a questão. É válido destacar que na pergunta havia a opção de comunicar ao líder da comunidade sobre o fato ocorrido, porém esta alternativa não foi apresentada pelos entrevistados, o que reforça a compreensão de que a comunidade do entorno da escola pouco participa da vida educacional.

Com relação aos meios de transporte utilizados tanto por estudantes como por professores, todos responderam que a utilização de embarcações é fundamental para permitir acesso às unidades escolares. A região que compõe a reserva tem uma área grande de várzea que durante maior parte do ano encontra-se inundada. A existência do transporte escolar não resolve o problema de acesso à escola, pois em alguns lugares é preciso que os estudantes

providenciem suas formas de transporte, sendo que alguns casos os barcos colocam em risco a integridade dos passageiros por conta de exposição a combustível inflamável, ausência de coletes salva vidas, e exposição de eixo do motor que pode ocasionar escalpelamento⁴⁰.

Com relação aos aspectos pedagógicos as 10 escolas informaram que utilizam livros do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), do governo federal. Não houve registro de realização do Programa Escola Ativa nas 10 escolas investigadas, mesmo havendo ocorrência de classes multisseriadas nas séries iniciais do ensino fundamental. Também não foram encontrados nas escolas livros que trabalhem questões regionais, ou mesmo locais, fato que permite a compreensão de que o trabalho pedagógico continua seguindo a recomendações determinadas pelas editoras do centro sul do país.

Com relação ao planejamento das ações pedagógicas a serem realizados nas escolas, seis unidades informaram que tal prática não acontece na escola, ocorrendo apenas uma vez por ano na cidade sendo coordenado pela SEMED, mas nem todos os profissionais participam por conta da distância. Ainda, as seis escolas informaram que dependendo da distância em que a escola está localizada, a informação de planejamento só chega muitos dias depois. Em uma escola fora informado que o planejamento é realizado bimestralmente na própria escola sendo conduzido pelos próprios profissionais, o que demonstra entendimento e compromisso diante do processo formativo, pois, sabe-se que o planejamento de ações pedagógicas não devem partir apenas das secretarias municipais de educação, mas deve ser inspirado e conduzido a partir da própria comunidade escolar. Em outras duas escolas fora informado que não existe planejamento escolar na unidade, assim como também não chegaram convites para participação desta atividade na cidade. A SEMED argumenta que realiza planejamento todo início de ano letivo e reconhece que mesmo prestando apoio (com alimento no dia da atividade) muitos professores deixam de participar por não entender a importância da ação, ainda esta secretaria argumenta que tem incentivado a realização nas próprias escolas, mas existe o vício de esperar que a SEMED conduza o processo.

Sobre a participação em cursos de formação continuada promovidos pela SEMED, em todas as 10 escolas foram informadas que sempre que ocorre tal evento os professores são liberados e participam. A SEMED informou que procura priorizar cursos relacionados aos problemas comuns enfrentados nas escolas do município, e justifica que a dificuldade em ofertar mais cursos ao longo do ano está relacionada a pouca disponibilidade de profissionais

⁴⁰ Acidente comum região amazônica, onde os cabelos longos e soltos quando presos pelo eixo do motor da embarcação em movimento são arrancados junto com o couro cabeludo produzindo grave lesão de caráter irreversível.

qualificados com mestrado e doutorado, assim como o baixo nível de participação das instituições de ensino superior, salvo nos períodos de atividade do PARFOR. A SEMED informa ainda que existe interesse em realizar cursos com temáticas relacionadas à sustentabilidade, meio ambiente, qualidade de vida, mas para isso é necessário maior apoio das instituições de pesquisa, além de interesse dessas instituições em fazer parte da dinâmica local.

A falta dos professores em atividades prevista para o ano letivo não se justifica pela questão de moradia e deslocamento, pois todos os professores residem nas 10 comunidades investigadas. Algumas faltas, quando ocorrem, são justificadas pelos seguintes motivos; doenças, e principalmente afastamento para recebimento de salários na cidade. Em oito escolas fora informado que os 200 dias letivos previstos no calendário escolar são cumpridos, porém, em duas escolas foi relatado que o calendário não é cumprido à risca, por conta dos problemas expostos anteriormente, somados a questão da dificuldade de transporte.

Todo material didático utilizado pelos estudantes é fornecido pela SEMED sendo incluídos nesse *kit* cadernos, lápis, canetas, borracha, lápis de cor, cola. Questionados sobre a importância e qualidade do material, pais e estudantes informaram que o produto é muito bom e se dizem satisfeitos, reconhecem ainda que é de grande ajuda o fornecimento de matérias, já que em famílias onde existem muitas crianças em idade escolar acaba ficando oneroso para os pais que tem pouca renda. Sobre as atividades de apoio pedagógico realizadas nas escolas pesquisas, sete escolas trabalham com atividade de dever de casa, destas, três incluem aula de reforço; três escolas informaram que não realizam atividades de apoio, pois não é possível garantir o retorno dos alunos em outro turno, bem como os estudantes nunca trazem pronto de casa as atividades propostas.

7.2 Observação participante nas escolas e nas comunidades da RESEX Verde para Sempre

Durante a realização da pesquisa foi possível perceber que em muitas escolas localizadas na RESEX se faz necessária maior intervenção do poder público, haja vista que algumas dessas unidades estão em situação de emergência. Nem todas as unidades escolares das comunidades da RESEX Verde para Sempre dispõem de prédio em alvenaria, e mesmo em algumas comunidades tal estrutura acaba não sendo bem aceita pelo público, em virtude das altas temperaturas e períodos de enchente. Como na maioria das localidades amazônicas onde existem escolas, nesta RESEX a existência de prédios escolares está relacionada, em

alguns casos, a privilégios políticos de lideranças locais, porém nos outros casos seguiu-se um critério de localização geográfica de forma a nuclear a unidade junto às comunidades do entorno.

As pesquisas permitiram observar como se dá a aproximação dos comunitários junto à escola, ficando marcada a representatividade que a unidade exerce na vida das pessoas. Os comunitários consideram a escola como um valioso patrimônio de todos, mesmo que em alguns casos seja um espaço muito simples. Nesses espaços é comum acontecer reuniões da comunidade para tratar assuntos relacionados aos problemas vivenciados, projeto e ações a serem executados, quase sempre contando com a participação da comunidade escolar, já que praticamente todos vivem muito próximos. Na maioria dos casos são os comunitários que cuidam da manutenção do espaço escolar, pintam as escolas, aparam o capim, trocam tábuas danificadas, enfim, resolvem os pequenos problemas.

A política do transporte escolar vem sendo executada de maneira problemática, já que algumas embarcações lotadas transportam estudantes sem qualquer conforto. Somado a isso, a utilização de coletes salva vidas é culturalmente pouco respeitada na região amazônica pelas embarcações de porte pequeno. Sobre isso a fala de um barqueiro ilustra tal reflexão.

Se você fô vê, aqui no *jauru*, e *in* qualquer rio desses, qualquer *menininho piquitinho* desses sabe *anadar*, *nem que seja batê água*. Aqui as *criança* aprende *anadá* bem cedo, e *num* carece *tê* colete. (B. A. barqueiro do transporte escolar na RESEX Verde para Sempre, 2013).

Não há fiscalização contínua no transporte escolar, mas sim exigências sobre adequação para que seja possível transportar estudantes. Uma das poucas exigências cumpridas está relacionada à proteção do eixo do motor.

Quando consultados sobre a frequência da participação dos pais na escola, os professores das 10 comunidades responderam praticamente a mesma coisa, pois as observações permitiram acompanhar a frequência com que os pais, visitam a escola, mesmo quando passam apenas para dar bom dia ao professor, ou param para saber com está a situação escolar de seus filhos. Os pais que moram nas comunidades onde está localizada a unidade escolar acabam sendo privilegiados por uma questão geográfica de posicionamento, e fazem valer tal oportunidade visitando a escola com frequência.

Como a escola praticamente fica no quintal deles (pais), todos os dias eles estão aqui conversando *cum* a gente. Principalmente os pais das crianças pequenas, e *num* pensa tu que é só mãe que vem aqui, por que tem dia que o pai também vem ver como *tá* o filho dele (A. F. R, docente de escola da RESEX Verde para Sempre, 2013).

Os pais dos nossos alunos são muito presentes aqui na nossa escola. A gente vê que são pessoas muito humildes, mas que entendem a importância do nosso trabalho *cum* os filhos deles (C. M., docente de escola da RESEX Verde para Sempre, 2013).

Eu acho que a gente como pai, deve saber o que acontece *cum u* filho da gente, né. *Pro* causa que se eu *cumo* pai *num mi interessá*, quem é que vai se *interessá intão*, né. A gente mora aqui *du* lado do grupo (escola) e *num* custa nada vê *cumo* tão as coisas (F. S., pai de estudante de escola da RESEX Verde para Sempre, 2013).

Percebeu-se um bom diálogo entre professores e pais, sendo marcante a maneira como estes se dirigem aos professores assumindo sempre uma postura bastante respeitosa.

Eles (professores) *sabe* mais que a gente que *num* estudo, e tão aqui *pra* ensinar nossos filhos, é por isso que a gente tem muita consideração *cum* eles. A gente que eles continue aqui *cum* a gente, por que a gente precisa muito do trabalho deles A. G. T, mãe estudante de escola da RESEX Verde para Sempre, 2013).

Então, os professores *ensina* muitas coisas boas *pra* nossa gente, que é preciso saber *pra* que o camarada *num* seja um peão *chucu*. Aqui a gente tem muita sorte de ter escola perto de nós, mas tem lugar *pur'ái* que ainda *num* tem, e os filhos desse pessoal passa muita dificuldade *pra* estudar (I. P. agricultor familiar da RESEX Verde para Sempre, 2013).

Nas 10 comunidades os moradores reconhecem a importância da instituição escolar e se demonstram dispostos a colaborar com as causas relacionadas à unidade escolar.

A relação de cordialidade e respeito entre moradores e professores é muito boa, assim como com os moradores de outras comunidades da RESEX:

Sempre que os professores *chamu* a gente *pra* alguma coisa a gente vai. As vezes o filho da gente *tá* muito danado *ái* a gente vai *pra* ajudar. Tem vez que tem reunião de pais *ái* a gente também vai *pra* saber como são as coisas da escola (M. M., pai de estudante de escola da RESEX Verde para Sempre, 2013).

Pois é, a gente *num* sabe muito *pra* ajudar. Eu *pur'exemplo* estudei só a segunda série, lá *in* Monte Alegre, aprendi a fazer conta e lê um *bucadinho*. Mas eu sempre procuro participar, por que eu sei que a gente tem que *tá* sempre acompanhando os filhos da gente, né (S. V., mãe de estudante de escola da RESEX Verde para Sempre, 2013)

Nesse *lugá* onde a gente tem pouca oportunidade, a gente tem que *valorizá* esses professores que *vem ensina* nossos *filho*. Nos *tem* uma garotinha que *tá* estudando e eu quero ela se forme, por que *pro* pobre, se ele *num estudá* ele vai ter que *pená* na roça, e isso eu *num* quero *nem pra* minha menina, *nem pra* ninguém (J. D., pai de estudante de escola da RESEX Verde para Sempre, 2013).

Essas escolas também realizam promoções tais como rifas, bingos e festividades (ex. festa junina), de modo geral representando um espaço agradável.

Pode se afirmar que as comunidades vivem de maneira ativa a dinâmica das atividades cotidianas da escola, especialmente quando considerados os aspectos sócio-político.

Teve uma vez que *tava* muito ruim *arranjar* professor *pra* cá, aí quando veio, teve mudança de governo e eles *querio jogá* uma professora daqui. *Aí* a gente foi pra cima do Berg (ex-prefeito) e disse que a gente *num* ia aceitar *otra* pessoa aqui (V. S., morador da RESEX Verde para Sempre, 2013).

Nós sempre procura *defendê* os professores daqui do nosso *lugá* por que eles é que aceitaram viver *cum* a gente aqui. Esses pessoal que vem de fora *pra dá* aula aqui *num* fica por que *num* se *acustuma* (O. C., pai de estudante de escola da RESEX Verde para Sempre, 2013)

Então, a gente trata bem nossos professores *pra* eles *num ire* embora e *num* deixa nossas criança sem nada, e muito difícil *estudá* aqui no rio, mas a gente faz tudo *pra* eles *num ire* embora (I. M., pai de estudante de escola da RESEX Verde para Sempre, 2013).

Para essas famílias pobres a escola representa a única via de acesso aos conhecimentos e saberes historicamente acumulados capazes de permitir a aquisição do senso de cidadania, assim como o exercício desse direito.

Em todos os contextos a sociedade civil tem sido enfatizada como peça importante no processo de construção e ressignificação do papel da escola no mundo atual. Espera-se que esse chamado possa render como resultado a preparação de indivíduos capazes de transformar a realidade de modo compromissado com os ideais humanísticos, reconhecendo o valor da democracia e respeitando os interesses coletivos. É bem verdade que nas comunidades e escolas observadas na RESEX Verde para Sempre muita coisa ainda precisa ser feita para que tais metas sejam reais, porém percebe-se que existe predisposição da maioria dos atores em compartilhar as ações educativas relacionando-as a sua vivência e seus conflitos. Essas escolas vêm procurando realizar seu papel social junto às comunidades, contudo, isso ainda ocorre de maneira simples e pouco sofisticada, pois os agentes deste processo (profissionais da educação) além do interesse e boa vontade necessitam de melhor acesso a informações e novos saberes.

Condicionado a essas questões existem situações pontuais a serem levantadas nas 10 escolas investigadas, pois em todas as observações percebeu-se pouca atuação do conselho escolar, enquanto instrumento que permite inserção da comunidade na escola. Por sua vez as associações de pais e mestres estão ausentes do cotidiano das escolas, sua implantação e consolidação poderia representar um instrumento a mais no incentivo às práticas participativas. Mesmo havendo boa vontade e predisposição da parte de pais e profissionais

da educação é preciso dar formalização e consistência institucional ao envolvimento e atuação desses atores.

Nestes termos o princípio da solidariedade, é bastante observado nas escolas da RESEX Verde para Sempre e constitui um importante aliado na construção de interesse coletivo e responsabilidade social com o bem comum, servindo de instrumento para conciliar conflitos, interesses, e capaz de permitir participação ampliada de atores e organizações nas decisões de interesse da população. No contexto de UC tal prática pode ser muito útil como estímulo para que a participação também aconteça nas assembleias, conselhos e planos de ações sustentáveis.

No que concerne à forma como as práticas educativas vem ocorrendo nas escolas da RESEX percebeu-se grande dificuldade dos professores em propor novas formas de ensinar fugindo da exclusividade do livro didático. As aulas ainda são ministradas como há 10 anos, provavelmente: ditados sugeridos pelo livro didático, conteúdos escritos no quadro negro, compilados com giz, arguição da tabuada, enfim, práticas que ainda se retem nas escolas rurais num momento em que se fala de informática, nanotecnologia, reestruturação produtiva, mundialização do capital. As salas de aula demonstram-se lugares com pouca vida, sem entusiasmo tanto da parte do professor quanto da parte do aluno, o que de modo algum significa dizer que não se faz um trabalho sério, porém este se apresenta limitado e pouco atrativo.

O concurso público municipal (001/2012) não foi capaz de suprir as vagas destinadas às escolas da região rural, da qual faz parte a RESEX, o que impôs ao poder público realizar a contratação de professores temporários como forma de suprir uma necessidade emergencial. Contudo, boa parte desses professores contratados dispõe apenas de Ensino Médio, sendo poucos os que possuem a modalidade médio normal, que minimamente habilitava professores leigos a ministrar aulas para séries iniciais. Tal situação implica em sérias consequências para o processo formativo dos estudantes locais, pois compromete a qualidade do trabalho, assim como inviabiliza a realização de ações educativas com competência e qualidade.

As práticas pedagógicas dos professores da RESEX apresentam características interessantes uma vez que se percebeu forte presença de elementos relacionados à constituição familiar desses indivíduos oriundos de regiões do nordeste do país atraídos pela abertura da rodovia transamazônica e pela política nacional de integração, e que deveria encontrar na sala de aula um ambiente propício quando confrontados com questões do cotidiano bem como da realidade individual de cada ator. Durante as pesquisas percebeu-se que nas 10 escolas que atendem as 10 comunidades investigadas, as atividades docentes

funcionam seguindo duas dinâmicas: classes seriadas e multisseriadas, sendo que nas comunidades mais distantes a oferta é basicamente em classes multisseriadas. Tanto as classes seriadas como as classes multisseriadas enfrentam dificuldades em relação à disponibilidade de recursos materiais uma vez que a quantidade oferecida pela SEMED não é suficiente para atender as necessidades das atividades previstas. Essas dificuldades se acumulam e se somam a falta de formação docente, o que constitui um quadro de precarização do saber, acobertado pelas cobranças de aprovação de alunos como condição para não comprometer o repasse de recursos.

Não se trata apenas da falta de recursos didáticos, pois isso facilmente pode ser adquirido, mas se percebeu pouco entusiasmo frente à dura realidade enfrentada por esses sujeitos. O processo educativo carece de uma filosofia capaz de proporcionar aos envolvidos vislumbrar novos saberes e conhecimentos que agregados aos seus permita perceber de que forma a educação interfere na construção da sociedade. Todos os dias as aulas começam e terminam sem que seja possível perceber uma objetividade capaz de desvelar a realidade na qual estes indivíduos estão inseridos, o que parece ser o momento de se propor intervenções pedagógicas que exercitem o ato de produzir e refletir sobre o conhecimento relacionando-o ao contexto real e imediato.

As ações direcionadas para aproximar a família da escola vêm surtindo bons resultados na RESEX Verde para Sempre. Ao contrário de outras escolas situadas em UC, nesta RESEX os moradores participam bastante da vida na escola, pois sempre mantém diálogo com professores e diretores a fim de acompanhar o desempenho dos filhos, bem como assegurar as condições de uso da escola no local. Tanto pais, como estudantes e lideranças comunitárias, costumam cobrar de maneira efetiva e enérgica ações do poder público municipal, fato que pode ser observado várias vezes.

As reuniões e assembleias realizadas nas escolas das RESEX sempre contam com boa participação dos moradores do entorno das escolas. Percebeu-se que estes moradores sentem-se prestigiados em poder participar das questões relacionadas às escolas (festividades, reunião de pais, prestação de contas em algumas unidades).

Eu gosto de *participá* das *coisa* aqui, por que a gente fica sabendo o que é que tá acontecendo. A gente é o *maió* interessado que as *coisa* funcione por aqui (A. G., pai de estudante de escola da RESEX Verde para Sempre, 2013).

Nosso papel de cidadão é *acompanhá* e *cobrá* as ações aqui no nosso lugar. Essa escola só *tá* aqui, hoje, por que a gente foi *pra* cima do prefeito e exigiu que ele cumprisse *cum* seu acordo de campanha. A gente *botô* quente nele, se num fosse isso, nossos *filho tavo* remando pra outro rio *pra podê estudá* (E. F., pai de estudante de escola da RESEX Verde para Sempre, 2013).

A nossa união aqui é que faz a força da nossa comunidade. Se a gente é, *num* se uni, as coisa *num num* anda, num vem pra cá, hoje o pessoal tem se envolvido mais por que *entendero* que sozinho ninguém *num* consegue nada (V. E. , moradora da RESEX Verde para Sempre, 2013).

As falas reafirmam a percepção de participação que envolve o cotidiano desses cidadãos e cidadãs que mesmo castigados pelas duras jornadas de trabalho (diário e ininterrupto) encontram tempo para compor as organizações de interesse comum.

No tocante as aulas observadas nas 10 escolas investigadas percebeu-se pouca discrepância em relação às aulas realizadas em outras escolas rurais (a exemplo: escolas rurais do município de Oeiras do Pará) já que segue a ditadura do livro didático, pouco explorando a inovação, ou experiências pedagógicas diferenciadas. O livro representa de certa forma, a segurança do professor em trabalhar uma aula com poucos recursos pedagógicos, pois é muito prático solicitar ao estudante que abra o livro em determinada página, faça uma cópia para exercitar a caligrafia, realize uma leitura e resolva os problemas propostos. O que se ausente, pelo menos nas 10 escolas observadas, foi o estabelecimento de relações entre conteúdo e realidade vivenciada, mesmo em aulas com questões provocativas voltadas à realidade socioambiental da RESEX não se viu atividades instigantes.

Os professores não se sentem seguros para tratar sobre as questões ambientais relacionadas à reserva, mesmo quando demonstram ter certo conhecimento sobre o assunto, argumentam que faltam matérias e equipamentos para se realizar uma aula de melhor qualidade. Algumas informaram que a seu modo, trabalham questões ambientais de forma interdisciplinar envolvendo-as aos conteúdos propostos e reconhecem que é preciso intensificar tais assuntos para as salas de aula, para as assembleias e reuniões de moradores. A ausência de curso de formação gera como resultado a dificuldade em fazer com que as tarefas em sala de aula deixem de ser instigantes, inviabilizando qualquer forma de articulação com os conflitos do cotidiano.

A considerar o ponto de vista pedagógico e o sociopolítico, parece que existem 02 mundos na RESEX Verde para Sempre: o 1º formado pelas lideranças, moradores, organizações, professores, estudantes que sempre reúnem assembleias para debater quais questões que compõem a agenda de prioridades da RESEX, são ações muito ricas com boa participação; o 2º mundo é aquele que existe nas salas de aula, onde as atividades estão voltadas para a leitura/escrita e os cálculos, e que poucas vezes expõem, ou mesmo relacionam os aspectos produzidos nos debates das assembleias que, inclusive, alguns professores e estudantes compõem.

É perceptível a ausência que um projeto político pedagógico da SEMED integrado com as organizações que compõem o Conselho Deliberativo da RESEX, bem como o Comitê Gestor de Desenvolvimento capaz de integrar a questão ambiental junto ao processo formativo de jovens que futuramente poderão compor essas entidades. Sobre tal dificuldade os docentes afirmam que:

Quando a gente tenta puxar esse assunto *pra* dentro da sala de aula parece que os alunos *num* dão muita importância. Acho que é por que eles ainda são muito jovens *pra* entender sobre os interesses da nossa gente. Quando vem gente de fora não, parece que todas as atenções mudam *pra* eles que chegam, como se eles trouxessem a verdade (F. P., docente de escola da RESEX Verde para Sempre, 2013).

Nossos alunos ainda *num* tão preparados *pra* debater as questões faladas nas assembleias. Na verdade que demonstra interesse sobre isso somos nós os adultos, que somos pais e mães de família e que temos responsabilidades pelos mais jovens M. S., docente de escola da RESEX Verde para Sempre, 2013).

É muito difícil estabelecer um debate rico e interessante sobre a RESEX quando a única coisa que você tem *pra* auxiliar sua aula é um quadro negro e algumas pedras de giz. Como posso falar da questão ambiental, da sustentabilidade, dos biomas se *num* tenho como mostrar imagens, documentários e vídeos (R. R., docente de escola da RESEX Verde para Sempre, 2013).

Não se trata de culpar os docentes, mas é preciso que sejam produzidas alternativas frente ao isolamento imposto a essas escolas da área rural enquanto as políticas públicas não chegam de modo eficaz. Neste sentido percebe-se a falta de equipes interdisciplinares capazes de produzir metodologias a serem aplicadas nas escolas.

Nessas escolas investigadas a evasão escolar é uma constante, e segue a motivação da ausência de oportunidades de trabalho, culturalmente associados a empregos de carteira assinada. Com o anúncio da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte muitos jovens se lançaram para Altamira a fim de conseguir emprego, muitos destes abandonaram as escolas. As fala de alguns desses jovens evadidos dá a noção do distanciamento da escola em relação à vida desses indivíduos.

Aqui *num* tem nada *pra* gente *fazê*, a não ser tentar sobreviver daquilo que a gente consegue retirar do mato. Meu irmão já foi lá *pra* Altamira, logo no início da obra, mas ele me disse que agora a coisa tá mais complicada por que já tem muito *peão* por lá (I. C., estudante de escola da RESEX Verde para Sempre, 2013).

Eu parei de ir *pra* escola por que *num* interessa eu *aprendê* *pra* ficar aqui no *jauru*, fazendo o que? É preferível a gente correr atrás das coisa, do que ficar aqui só esperando, *num* tem um emprego, *num* tem uma renda *pra* gente. Daqui a pouco eu *tô* cheia de filho, e quando eu for ver o meu tempo já passou (A. V., moradora da RESEX Verde para Sempre, 2013).

É claro que eu quero estudar mais, mas só que a gente que é filho de pobre *num* tem essa opção. A gente já nasci tendo que dar *morro*, tendo que batalha pelas coisas. Eu ainda penso em me *formá*, fazer uma faculdade, né. Mas hoje eu *num* tenho como fazer isso, por isso vim pra cidade pra procurar um serviço numa loja ou casa de família (E. N., moradora da RESEX Verde para Sempre, 2013).

As falas desses jovens demonstram pouca garantia de que a educação formal, institucionalmente constituída pela escola possa mudar suas vidas. São pessoas carentes não apenas de bens materiais, mas também de orientação especializada capaz de lhes mostrar as possibilidades que a formação educativa permite. Além disso, é preciso a ingestão de recursos em formação técnica, assim como a promoção de sistemas de valorização dos produtos agrícolas por eles produzidos (a exemplo: queijo de búfala), auxílio institucional para busca de mercados e financiamentos, incentivo ao empreendedorismo a partir de curso que devem funcionar nas próprias comunidades.

Também nas escolas da RESEX Verde para Sempre não se percebeu grandes diferenças em relação ao cotidiano de outras escolas, como por exemplo, as escolas da área urbana da cidade de Porto de Moz. Nas 10 escolas observadas são realizadas atividades comuns tais como: leituras e compilação de textos, algumas vezes ditados, outras vezes escritos de livros ou quadro negro; resolução de problemas matemáticos; enfim, aspectos muito simples quando considerada a emergência de formar cidadãos que assumam os debates políticos num contexto que sempre carece de novas lideranças e representatividade social qualificada.

7.3 A atuação dos gestores das escolas de RESEX Verde para Sempre

A RESEX Verde para Sempre representa um caso interessante de participação e envolvimento em questões relacionadas às políticas públicas para a UC, pois nas 10 comunidades investigadas ficou perceptível que o desafio maior não é mobilizar os atores, mas sim, qualificá-los para que atuem de modo mais decisivo. As populações residentes nas comunidades investigadas demonstraram ter certo entendimento da importância exercida pela mobilização social como forma de cobrar ações do poder público. Esta compreensão é fruto do trabalho árduo desenvolvido pela igreja nessa região, assim como atuação de organização em defesa dos trabalhadores rurais.

Percebeu-se nessas comunidades grande interesse sobre as questões relacionadas à debilidade das políticas públicas, afastando qualquer forma de comodismo e conformismo

dessas populações. Mesmo ainda carecendo de formação e qualificação, percebe-se um ambiente onde o debate é possível, sem desconsiderar conflitos, divergências e contradições, o que é aceitável num contexto de atores dotados de politização.

A gente tem pouca instrução, mas nem por isso deixa de *tomá* parte nas *coisa* que acontece *por'aqui* e que são de nosso interesse. É claro que muita coisa a gente tem dificuldade *pra* entender, *né*, por que as *veze* a maneira *comu* eles *falo* pra gente é meio complicada. Mas mesmo assim, a gente, e as pessoas que represento a gente, vão atrás da informação *pra* que a gente saiba o que acontece (J. S., morador da RESEX Verde para Sempre, 2013).

Se *nós* fosse se *amedrontá*, até hoje as empresa *tavo* tirando madeira do jauru, e passando de balsa por cima da gente. *Num* foi fácil *fazê* as pessoa *intende* que nós precisava fazer alguma coisa *pra* parar a destruição. Mas graças a Deus a gente vem conseguindo *fazê* esse trabalho. Ainda tem gente que num *gostô* da reserva, mas a gente procura *mostrá* que era preciso para cum a destruição das *coisa*, senão a gente ia ter que *sai* daqui (C. F., morador da RESEX Verde para Sempre, 2013).

Se tu *mi* pergunta hoje, se eu *tô* satisfeito cum a criação dessa reserva eu *vô* te dize que num *tô*. Mas também *vô* te *dizê* que pior seria se nada fosse feito. Ainda falta o INCRA *fazê* as casas, o fomento que chega num vem pra todo mundo, a nós ainda *num* tem posto de saúde, e ainda tem gente serrando madeira por aí por esses *canto*, mas já num é como antes (R. S., morador da RESEX Verde para Sempre, 2013).

Ainda que num ritmo lento, essas pessoas vem se esforçando para acompanhar, porém é perceptível que o uso de linguagens técnicas dificulta a compreensão desses atores e gera como resultado a limitação na capacidade de intervenção, inviabilizando deste modo, a explicitação da diretriz política que está contida na decisão. Sabe-se que as motivações que justificam a sustentação de decisões, seus impactos e as alternativas possíveis carecem de transparência exigindo o máximo de explicitações e comunicação acessíveis como forma de permitir a construção de decisões, bem como de uma agenda comum.

Neste sentido as pesquisas realizadas na RESEX Verde para Sempre demonstram que é preciso aproximar as instituições formais e informais com vistas a construir projetos educativos que não só estimulem a participação qualificada, como construam e consolidem organizações voltadas para o controle social a fim de superar as crises reunidas pelas questões de ordem socioambiental vivenciadas.

Creio que aqui no CDS a gente tem muito a contribuir para a melhoria não só das escolas que compõem a reserva, mas também da própria qualidade de vida da população do município de Porto de Moz, afinal as consequências da criação da reserva são percebidas por todos. Eu não tenho duvida de que um dos caminhos para se traçar novas ações para a reserva perpassam pela adoção de políticas educacionais mais eficazes. Para isso é preciso que nós tenhamos a capacidade de construir projetos educativos de forma conjunta, sem afastar as outras instituições, principalmente a secretaria municipal de educação e o ICMBIO, que aliás já vem fazendo algum trabalho nesse sentido. É preciso melhorar a qualidade das nossas aulas, mas pra isso é preciso melhor qualificar nossos colegas professores. Se

fizemos isso teremos importantes parceiros para desenvolver ações de conscientização, bem como construir propostas sustentáveis para a geração de renda de nossas comunidades (Antonio Duarte, Coord do CDS da RESEX Verde para Sempre, 2013).

É perceptível na fala do coordenador do conselho gestor de RESEX Verde para Sempre, que por sinal é formado em pedagogia, que existe insatisfação com relação ao distanciamento estabelecido entre o que é ensinado nas escolas da reserva, e o que é vivenciado. Desse modo, entende-se que é imprescindível trabalhar com os profissionais da educação preparando-os com os instrumentais necessários para que sejam capazes de compreender e refletir sobre as suas práticas a fim de que possam transformar as estratégias de ensino, tanto no âmbito das unidades escolares quanto na elaboração de políticas públicas voltadas para seus locais de vivência. Neste sentido, é preciso que a universidade, na condição de agência formadora, assuma com os sistemas de ensino o compromisso de participar de um consórcio de iniciativas colaborativas capazes de ofertar aos profissionais da educação auxílio necessário.

Com relação aos diretores das escolas investigadas, quando questionados sobre o que a unidade de conservação representa, todos demonstraram ter certo conhecimento sobre o assunto.

Então, A reserva representa a garantia do dia de amanhã pra nós e *pros* nossos filhos, *né*. Foi uma importante medida tomada pelo presidente Lula para conter o avanço da exploração descontrolada de madeira. Daqui saía muita madeira todo dia. Além disso, representa uma forma de proteger a floresta e tudo o que vive nela, inclusive a gente (P.S. diretor de escola da RESEX Verde para Sempre, 2013).

Mesmo com todos os conflitos e disputas que existe aqui, eu acho que foi uma decisão acertada fazer disso aqui uma reserva. Eu *foi* nas assembleias, quando nós tava ainda discutindo se era isso mesmo que a gente queria, sempre existe muita confusão *d'umas* pessoas que viviam da venda de madeira. Mas, a maioria das pessoas entendia que do jeito que a coisa ia, logo, logo, *num* ia mais ter nada por aqui (M C. diretor de escola da RESEX Verde para Sempre, 2013).

O que *tá* faltando e a gente entender que existem outras formas de sobreviver da floresta sem ter de derrubar tudo. O pessoal do IBAMA já disse o que pode e o que *num* pode fazer, já *mostrar* que é possível *explorá* a floresta sem acabar com tudo. Mas o negócio é que o nosso povo é muito carente, e as vezes acaba *num* tendo outra saída senão vender uma caça na cidade, ou serrar uma madeira (F.V. diretor de escola da RESEX Verde para Sempre, 2013).

Com base nessas afirmações compreende-se que é preciso buscar propostas metodológicas de ensino que permitam criar condições favoráveis para reflexividade crítica individuais e coletivas que apontem na direção de mudanças mais amplas tanto dentro das escolas como nas próprias comunidades.

Em relação ao entendimento da Reserva Extrativista os gestores escolares das unidades educativas em questão informaram da seguinte maneira:

A reserva extrativista é uma área protegida pelo governo federal onde *num* é permitido a criação de animais de tamanho grande como gado, não pode serrar madeira, só se tiver plano de manejo, *num* pode jogar malhadeira muito fina no rio, e *num* pode colocar fogo no mato *pra* fazer roça (M.C. diretor de escola da RESEX Verde para Sempre, 2013).

Eu vejo assim, a reserva foi uma decisão de emergência aqui *pra* nós. O pessoal que *vinho* de fora *pra* levar a madeira já *tavo* abusando demais. Com o decreto de criação, passou a ser crime destruir a floresta. Eu penso que deu mais uma melhorada, mas ainda tem muita coisa errada aqui dentro que a gente *precisamos* resolver. Ainda tem gente que cria muito búfalo e gado branco, por aqui, e isso *num* pode (F.V. diretor de escola da RESEX Verde para Sempre, 2013).

Mesmo sendo sabedores dessas questões, os gestores investigados informaram que tais assuntos nunca foram tema de debates e discussões nos planejamentos da escola para as atividades do ano letivo. Observou-se que o desafio reside em instigá-los a levar tal questão para salas de aula, ou mesmo provocar os professores a começar a relacionar tais assuntos às suas disciplinas.

No que se refere ao desenvolvimento da função de gestor escolar os diretores informaram que não fizeram curso específico para assumir o cargo, foram sendo formados ao longo do exercício da atividade aprendendo de acordo com o ritmo em que as situações aconteciam. No município de Porto de Moz, assim como em vários municípios brasileiros o cargo de diretor segue indicação política, podendo o diretor ser da própria unidade escolar, ou vir de outra. Não se viu uma política específica voltada para a formação de educadores para trabalhar na reserva Verde para Sempre, tão pouco se viu na SEMED algum projeto destinado às adequações do currículo e práticas educativas formais das comunidades ribeirinhas e demais localidades da área. A informação que se teve foi de que os técnicos estão trabalhando para propor em 2014 estratégias de formação para professores do município, e que certamente a questão da reserva não será desconsiderada.

No município de Porto de Moz, a criação da RESEX Verde para Sempre em território ocupado por populações residentes há décadas, que remontam períodos seculares. Os moradores da reserva tem residência fixa no local, afastando-se apenas para receber atendimento médico e tratar de questões financeiras na cidade. Em suas comunidades as pessoas sobrevivem de atividades tais como produção de queijo, criação de pequenos animais, além de búfalo (o que tem gerado muitas contestações), extração de frutos, pouca produção de farinha, arroz e feijão, e pesca artesanal.

Ainda sim, o ICMBIO tem realizado constantes ações de apreensão de madeira ilegal serrada de áreas de dentro da reserva, afastadas das comunidades, captura de carnes de animais silvestres tais como tatu (*Tolypeutes matacus*), veado (*Mazama americana*), paca (*Cuniculus paca*), capivara (*Hydrochoerus hydrochaeris*), e tartaruga (*Podocnemis expansa*), sendo este último bastante apreciado pela população local. Percebeu-se também que na RESEX Verde para Sempre as ações do ICMBIO tem um caráter muito mais repressor do que educativo, sendo poucos os casos em que ocorrem cursos de formação e qualificação de moradores.

Os primeiros chefes da RESEX sofreram a resistência da população que não *entendiam* a importância das ações. Ainda tinha a situação da forma como os representantes do ICMBIO abordavam os moradores das comunidades da RESEX. Tinha um agente que só aparecia de seis em seis meses, tinha uma fiscal que só andava de arma em punho. As ações de apreensão que ela fazia aterrorizavam toda população, de modo que o pessoal tinha muito medo de ser preso (P. S. diretor de escola da RESEX Verde para Sempre, 2013).

Esse pessoal do ICMBIO e do IBAMA só aparecia que *pra metê* medo por que a gente é mais humilde e acaba ficando *cum* muito medo. Nós *ficava* indignado por que a gente sabe que os pessoal que tem dinheiro continua serrado pau aí no mato, *vivi* caçando e comendo carne de caça, enquanto que a gente num pode *jogá* uma malhadeira *pra* conseguir comida *pra* família (N. A. moradora da RESEX Verde para Sempre, 2013).

Eles *faze* reunião *pra* falar da reserva, mas *num* passa disso. A gente acaba se afastando por que ao invés deles *chegare* com a gente *pra* conversa eles já vem armado *cumo* se a gente fosse bandido. Mas tem umas *comunidade* onde eles dão outro tratamento *pro* pessoal, isso eu *num* acho certo por que se a gente tá no *mermo* lugar, então todo mundo tem que ser tratado igual (S. L. moradora da RESEX Verde para Sempre, 2013).

A gestão da RESEX tem sido problemática, pois, somado a dificuldade em se estabelecer um bom diálogo entre os atores, existe abuso de poder da parte de alguns agentes, que por conta do histórico de violência do lugar, em circunstâncias anteriores, acabam se valendo da institucionalidade para se proteger.

Na RESEX em questão inda não existe termo de uso, mas sim, um plano emergencial de uso construído e legitimado pelos membros das comunidades, sem validade jurídica. Este plano tem algumas características parecidas ao termo de uso dentre as quais se destaca a questão do uso ordenado e racional dos recursos naturais. O plano estabelece condições para realização de pesca artesanal, utilização da madeira para fins de moradia, controle de caça predatória.

No entanto, as entrevistas e conversas com os comunitários das localidades investigadas mostrou que muitos ainda desconhecem as questões relacionadas ao plano

emergencial. Mesmo professores e estudantes não demonstram ter certeza sobre o que se trata o plano, ou mesmo, como garantir seu sucesso, pois segundo os mesmos, as informações sobre o assunto ainda são confusas. Ao que parece, todos informam que o assunto é familiar, mas que por falta de tempo, ou inserção melhor nas assembleias e reuniões, não se encontram aptos a prestar informações.

O plano de uso das UC pressupõe a utilização de instrumentos de planejamento denominados de Planos de Manejo cujo objetivo é subsidiar os usos possíveis do solo e de seus recursos naturais sempre em consonância com os objetivos propostos no ato de sua criação. Este plano deve fornecer as diretrizes básicas para a construção e implementação de políticas e técnicas administrativas para a exploração ordenada e racional dos recursos naturais da região, e proporcionar condições básicas para a interação das comunidades do entorno. A existência de desconhecimento de parte dessa população demonstra que as ações necessitam ocupar outros âmbitos tais como as escolas e suas comunidades,

A considerar a questão da execução das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo observou-se que nas 10 comunidades investigadas na área que compreende a RESEX as ações voltadas ao acesso educacional de qualidade as populações rurais residentes está distanciada dos preceitos propostos pela política de educação do campo. Os professores dirigem-se à cidade apenas para resolver problemas de saúde, comprar alimentos ou receber seus salários, sendo poucas as oportunidades que reúnem para participar de cursos e oficinas pedagógicas. As questões relacionadas à vida campesina somente são trabalhadas quando o livro didático sugere tal debate, mas ainda sim, acabam seguindo uma compreensão de campesinato distante da realidade amazônica, onde rios representam a principal via de acesso, comunicação e sobrevivência.

As Diretrizes Curriculares da Educação do Campo representam um assunto pouco conhecido nas escolas investigadas na RESEX o que demonstra o quanto será difícil estabelecer uma educação emancipatória contextualizada capaz desafiar o docente que atua na área rural a reorganizar suas atividades educativas. Espera que estes comecem a perceber as questões vivenciadas a partir das mudanças produzidas pela criação da RESEX, envolvendo os comunitários a refletir sobre o que a ruralidade representa atualmente. É emergencial a construção de projetos pedagógicos afinados com a temática ambiental, pois os saberes e práticas existentes nos moradores das comunidades são ricos de informações, refletindo a história de pessoas oriundas de outras regiões, caboclos amazônicos, enfim, um campesinato construído pelo sonho de terra para plantar, mandos e desmandos, ausência de políticas públicas e resistência frente à opressão social.

O reconhecimento a cerca da importância da política pública de criação de UC é visível entre as pessoas, mesmo que em alguns casos não se saiba os detalhes, existe espírito de luta e participação nas ações da reserva, porém tudo se encontra num contexto de relatos e informações pulverizadas para ausência de projetos sistematizadores, tal como deveria ser o projeto pedagógico construído nessa UC. As pessoas falam com muito orgulho do feito marcante que representou o fechamento dos rios por onde passavam as balsas carregadas de madeira, reconhecem a relação intrínseca existente entre eles e a floresta, porém o Estado, por meio de seus aparelhos precisa aprimorar essas potencialidades para que tais capacidades possam incrementar o projeto sustentável almejado na política de criação de UC.

As unidades escolares da RESEX Verde para Sempre podem ser consideradas com o mais precioso patrimônio daquelas comunidades, pois para esses indivíduos elas representam a possibilidade de fuga da ignorância e da marginalização. É válido perceber que as pessoas compreendem o quanto é preciso fortalecer as escolas, porém pela pouca formação esses atores encaram este espaço com um lugar onde o fundamental é aprender a ler, escrever e calcular, sendo poucos aqueles que percebem o papel político a ser desempenhado num processo necessário para se formar lideranças qualificadas. Na impossibilidade dessas escolas desenvolverem tais potencialidades, o processo formativo não passa da ação formal, instrucional, e convencionalmente limitada à aquisição de conhecimentos importantes, porém insuficientes frente aos desafios socioambientais existentes.

Nessas escolas não foram percebidas ações capazes de promover a proposta pedagógica da escola (que não existe formalmente em nenhuma das 10 investigadas); diretrizes para educação do campo; atividades curriculares e pedagógicas relacionadas ao meio ambiente e sustentabilidade; inexistência de experiências educativas formais ou informais (salvo alguns cursos livres oferecidos pelo ICMBIO); participação pouco significativa das escolas no estímulo ao controle social, que acaba ficando exclusivamente à cargo do ICMBIO.

A gestão escolar ocorre na centralidade da figura do diretor (naquelas que possuem), e do professor responsável que agrega funções docentes junto às atividades administrativas. Esses profissionais assumem a responsabilidade de garantir a limpeza da escola, fazendo pessoalmente a faxina em alguns casos; zelam pelos poucos recursos e equipamentos existentes; e assumem o papel, em alguns casos, de formadores de opinião, lideranças políticas e religiosas. Nessas comunidades os professores gozam de importante *status* social, não significando isso com qualquer diferenciação economicosocial, mas sim pelo saber trazido consigo.

Os poucos diretores encontrados trabalham com a precariedade de matérias inovadoras, empenhando-se, dentro das possibilidades, para criar ambiente acolhedor, onde professores e estudantes sintam-se em condições de realizar o trabalho educativo. Frente a tantas dificuldades ainda é possível encontrar professores gestores que acreditam que as mudanças já estão ocorrendo e que os resultados, apesar de tímidos, vêm ocorrendo progressivamente.

Eu procuro fazer meu trabalho com compromisso e seriedade. Quando aceitei ser diretora sabia das dificuldades que eu ia enfrentar. A gente sabe que é muito difícil trabalhar nas escolas da zona rural, principalmente por que a coisas sempre aqui com certo atraso. Mas com tudo isso, eu acho que meu trabalho vem sendo bem aceito por aqui. Eu sempre converso com as famílias dos alunos, converso com os pais, e gente até que tem tido um bom apoio da secretaria de educação (M. S., docente de escola da RESEX Verde para Sempre, 2013).

Essas respostas poderiam ser mais consistentes se houvesse um trabalho integrado entre os organismos que desenvolvem atividades na RESEX.

Na gestão do então prefeito Berg Campos (2008-2012) muitas obras de construção e reforma de prédios escolares foram executadas. Algumas unidades escolares que se encontravam em precária situação tiveram seus espaços reformados, e em alguns casos, prédios novos ocuparam o lugar onde antes existiam casebres que serviam de sala de aula. A SEMED mantém o funcionamento das escolas oferecendo o apoio para as atividades básicas contando com eventual execução de reformas e reparos, solicitações de melhorias em dependências tais como banheiros. Ainda sim, segundo a atual gestão, é preciso dar assistência a muitas escolas, sem contar que se faz necessário direcionar propostas pedagógicas capazes de contemplar os anseios da classe docente e discente.

As pesquisas também demonstraram que existe interesse da comunidade docente em participar de cursos e oficinas, e que todos entendem a importância da formação continuada no processo de construção e ressignificação do saber. Em todas as escolas investigadas os docentes demonstraram-se muito interessados em participar da pesquisa e contribuíram com informações detalhadas por entender que os resultados da investigação podem subsidiar a construção de propostas educativas para a RESEX.

A gente só *num* faz mais por que a gente precisa de apoio *pra* construir novas propostas de aula e de ensino pros nossos alunos. Acho que a SEMED poderia fazer muito mais *pra* nos ajudar, aqui a gente precisa de cursos, de livros, e eu percebo que é preciso que essas coisas cheguem até aqui por que é muito difícil *pra* gente ficar na cidade gastando e deixando nossa família (J. C., docente de escola da RESEX Verde para Sempre, 2013).

Eu sempre gosto de participar de cursos e oficinas, só *num vô* quando *num* tem ou quando *num* tenho como ficar na cidade. Eu vejo que a gente sempre precisa *tá* se reciclando por que o mundo num para, as coisas num paro, né (D. S., docente de escola da RESEX Verde para Sempre, 2013).

Então, eu penso que uma pesquisa como essa que o senhor faz deveria servir pra mostrar *pros* nossos políticos como é difícil ensinar pessoas que vivem no interior, dentro das ilhas onde a coisas só chego depois de muito tempo. Eles *preciso* vir mais aqui, e não só quando é no tempo de pedi nosso voto (Z. F., docente de escola da RESEX Verde para Sempre, 2013).

Os docentes tem ciência do papel a ser assumido pela SEMED, demonstram suas insatisfações se colocando interessados em compartilhar os problemas e construir soluções.

A pouca ousadia dos gestores escolares também representa um problema, pois como estes constituem indicação política, acabam por aceitar as circunstâncias apresentadas pela SEMED e tentam sempre contornar os problemas procurando amenizar com palavras aquilo que está exposto. Por mais interessados que pareçam, esses gestores demonstram pouco conhecimento sobre como elaborar e implementar projetos educativos, a exemplo, percebeu-se que nessas escolas não existe atividades de contraturno capazes de complementar o ensinado em sala de aula. Pode se afirmar que nas 10 escolas investigadas existe trabalho conjunto, colaboração e cumplicidade, porém, é preciso liderança na condução dos trabalhos, o que requer formação técnica e capacidade de mobilização.

A ausência de preparação no trato das questões pedagógicas acaba por constituir um desperdício da oportunidade de envolver mais as família e as escolas nas questões da reserva, já que o problema não é a mobilização, mas a falta de propostas concretas. É preciso utilizar o interesse que as famílias têm em relação à educação de seus filhos, assim como o livre trânsito desses atores no ambiente escolar como instrumento a serviço da conscientização local, valorização do pertencimento e exploração de potencialidades cultural, econômica e social. Esta última é fundamental para mudar a forma como a maioria das famílias sobrevive (explorando a floresta de modo irracional), e lhes permite construir, de modo conjunto, relações de vivência gerando alternativas menos danosas.

7.4 Os professores que atuam na RESEX Verde para Sempre

Nas 10 escolas pesquisadas na RESEX Verde para Sempre uma parte do quadro de professores tem formação em nível superior, porém essa quantidade é baixa em relação aos outros que ainda não possuem, mesmo com a realização de concurso público já que os salários eram pouco atrativos aos profissionais licenciados plenos. É grande o número de

docentes cursando o programa PARFOR, além de universidades particulares fora do município em períodos de recesso do calendário letivo. No processo de investigação, quando perguntados sobre o apoio da SEMED para a formação e qualificação, as respostas foram diferenciadas, pois para alguns:

A secretaria dá muito apoio pra gente que vai estudar lá em Almerin. Eles *alugo* casa, nos dão uma cesta básica. Nos ajudam muito por que se *num* fosse isso a gente *num* teria como se manter durante todo o mês que a gente fica estudando (E. L., docente de escola da RESEX Verde para Sempre, 2013).

Eu vejo assim, *pra* uns tem muito apoio, por que esse pessoal vestiu a camisa do prefeito. Pra *otros* como a *nós* que num *carregamo* a bandeira dele, o negócio e tudo mais difícil. Eu perdi carga horária e *pra* mim poder estudar eu *tô* tendo que me virar, por que eles *num* dão moleza (F. G., docente de escola da RESEX Verde para Sempre, 2013).

Olha, *disque* o prefeito dá uma ajuda em dinheiro *prum* pessoal aí ir estudar. Pra mim nunca chegou nada, se eu quero eu é que corro atrás das coisas. Aqui o pessoal mistura muito esse negócio de política nas coisas. Tem um povo na prefeitura que é muito vingativo e que persegue quem *num* pensa igual eles (M. S., docente de escola da RESEX Verde para Sempre, 2013).

A realidade é que em muitas prefeituras do interior da Amazônia as relações ainda se dão na forma de trocas de favores políticos, perseguições, coesão, tornando-se alguns casos verdadeiros balcões de negócios.

Mesmo diante das dificuldades financeiras e de deslocamento os educadores da RESEX tem assumido interesse pela busca de formação e de novos conhecimentos sobre as questões relacionadas ao processo educativo realizado nessas comunidades. A área que compõem a RESEX em Porto de Moz tem mais de 1 milhão de hectares, e dependendo do tipo de embarcação não é possível ir e vir até cidade no mesmo dia. Esse é um dos principais fatores que limita os trabalhadores docentes, assim como estudantes no acesso a bens e serviços tais como participação de eventos.

Contudo, quando os professores são entrevistados sobre questões relacionadas a reserva, estes docentes respondem com certa propriedade sobre o assunto.

A reserva é fruto da luta do movimento social, do padre Gemaque, dos moradores das comunidades. Hoje tudo isso só é possível por que todos se deram as mãos e recusaram ficar de braços cruzadas diante da situação precária que estavam as comunidades. A reserva é uma nova esperança *pra* gente, *pros* nossos filhos, e a gente espera que ela possa voltar a ser um lugar bom *pra* se viver. No começo era tudo muito vago, mas hoje acho que foi o melhor caminho, pelo menos *pra* mim né (M. S., docente de escola da RESEX Verde para Sempre, 2013).

É claro que ainda tem muitos problemas ambientais aqui e seria ilusão achar que tudo ia ser resolvido do dia *pra* noite. O governo federal ainda tá em dívida aqui com a gente, muitas promessas foram feitas, mas pouca coisa aconteceu até agora. É verdade que parou mais destruição da floresta pelos madeireiros, mas agora temos outros problemas. Tem muita família saindo daqui por que num tem mais o que fazer, muitos jovens por *aí* jogados por que *num* existe nenhum projeto para preparar eles (J. C., docente de escola da RESEX Verde para Sempre, 2013).

Uma reserva extrativista é uma área de proteção ambiental protegida pelo governo federal, e por isso não pode ser explorado de maneira desordenada. Aqui é preciso ter plano de manejo, tem que ter organização, planejamento. Uma reserva representa uma forma sustentável de sobrevivência para as populações que dependem dela *pra* viver (I. T., docente de escola da RESEX Verde para Sempre, 2013).

As falas dão posicionamento dos atores frente à criação da reserva, assim como fazem críticas importantes sobre a falta de projetos sustentáveis, já que as organizações têm desenvolvidos ações que pouco explora a formação e independência financeira dos moradores.

Ainda sim, mesmo os professores que são licenciados plenos reconhecem que o trabalho desenvolvido na RESEX é produto de uma construção e aquisição de saberes que só ocorre quando esses profissionais já se encontram atuando nas comunidades.

Quando eu me formei eu *num* imaginei que ia pegar uma turma de multisseriado, eu achava que ia ficar na cidade, até por que do interior eu já tinha vindo quando era criança. Nos primeiros dias eu queria largar a turma por que *num* é fácil, eu ficava perdida. Mas *aí*, como a gente precisa viver e comprar as coisas eu acabei ficando. A gente acaba entrando no ritmo, mas *num* é fácil (H. C., docente de escola da RESEX Verde para Sempre, 2013).

A faculdade *num* dá essa preparação *pra* gente. Quando a gente vem *pra* cá dar aula, num tem nada haver com o que a gente estuda nos livros. Eu até acho que o pessoal que escreve os livros nem imagina o que a gente faz *pra* ensinar essas crianças aqui. Aquilo que a gente enfrenta na nossa sala de aula nem de longe é o que a gente estuda. No livro é tudo uma beleza, mas na realidade as coisas são muito complicadas (G. P., docente de escola da RESEX Verde para Sempre, 2013).

Os depoimentos demonstram que mesmo os professores formados sentem inúmeras dificuldades em trabalhar dentro de uma perspectiva inovadora na RESEX Verde para Sempre, pois os currículos dos cursos de licenciatura pouco aprofundam o debate e a formação com ênfase na educação voltada para o meio rural. Mesmo a pedagogia em educação no campo necessita ser mais deflagrada nas secretarias municipais e estaduais de educação como forma de permitir aos profissionais ter acesso maior a essa política pública, e sensibilizar dirigentes públicos sobre a necessidade de considerar nas atividades escolares as referências trazidas pelos estudantes que vivem nos rios e florestas da Amazônia, cujas especificidades se diferenciam dos demais espaços rurais do país.

No que se refere ao Plano de Uso da RESEX, a parte maior dos docentes informou de maneira satisfatória que conhece sobre o assunto.

É um documento onde *tão* reunidas as regras de como utilizar os recursos da floresta sem destruir tudo. Nele *tá* escrito como é que a gente deve fazer uso dos recursos naturais *pra* que não falte amanhã. Tem dado muita confusão isso por que o pessoal de vez em quando num respeita o que *tá* no acordo (E. N., docente de escola da RESEX Verde para Sempre, 2013).

Na reunião que a gente *tava*, foi dito que o termo de uso era um conjunto de regras que *deviam* ser seguidas por todos nós *pra* que a gente *num* acabe com a floresta, por que em tudo tem que ter uma organização senão todo mundo pega o quer e no final todo mundo fica sem nada (A. V., docente de escola da RESEX Verde para Sempre, 2013).

Aqui já teve vezes que as pessoas *pegavo* jacaré e muita tartaruga e isso era errado por que depois começou a ficar difícil. Ainda tem muito bicho *poraí* mas *num* é como era antes, quando tinha muito pirarucu por aqui. Com o acordo de uso cada um de nós é fiscal do outro, e isso às vezes dá confusão por que tem vizinho que *num* quer respeitar, mas aí a gente vai até que *convenci* (R. S., docente de escola da RESEX Verde para Sempre, 2013).

Alguns professores informaram que não são sabedores do termo de uso, e outros argumentaram que não se sentiam preparados para falar sobre o assunto. O interessante é que todos afirmaram que ficaram sabendo do acordo através de moradores e lideranças comunitárias, ainda por meio de participação em assembleias que geralmente acontecem nas próprias comunidades.

Os professores também confirmaram a inexistência de atividades pedagógicas relacionadas à RESEX, o que comprova que mesmo sendo sabedores dos assuntos e temas em questão, não tentam fazer aulas diferenciadas, ou mesmo não se sentem motivados para tanto.

Pra nós fazer uma aula diferente *pra* essas crianças a gente precisa de algumas coisas que *num* tem por aqui, se eu quiser ligar uma televisão *pra* mostrar um filme num tem nem energia e nem a televisão. Aqui a gente sofre com a falta de assistência do pode público. Eu até poderia falar sobre essas coisas que o senhor me diz, mas do que adianta eu *fala* sobre isso eu num tenho como mostrar. A energia daqui só tem quando tem óleo *pro* gerador e só fica até uma certa hora da noite. Quando desliga o gerador se a gente quiser fazer alguma coisa tem que ir *pra* lamparina, aí o senhor já viu como é (T. O., docente de escola da RESEX Verde para Sempre, 2013).

É claro que eu gostaria de fazer minhas aulas diferente, mas como é que posso fazer isso se *num* tenho como chegar em casa e preparar tudo. Quando já chego, já começa a escurecer, aí a gente tem que ver como *tá* os *filho* da gente. Vê como *tá* a casa da gente. *Num* sobra muito tempo, e se eu for fazer uma coisa *pra* cada turma, e cada dia, eu num *dô* conta. A gente acaba fazendo o que *tá* no livro por que é mais fácil (L. T., docente de escola da RESEX Verde para Sempre, 2013).

Além disso, não existe discussão sobre calendário escolar adequado com as questões rurais na RESEX Verde para Sempre, apesar de ser clara a necessidade de adaptações que considerem o período de plantio e colheita.

7.5 Os atores sociais da secretaria de educação

No que se refere aos profissionais que trabalham no prédio da SEMED de Porto de Moz, a maioria é formado em nível superior e atuam nas questões técnicas, pedagógicas e administrativas desta secretaria. Os cinco técnicos entrevistados durante as pesquisas informaram ter experiência relacionada ao trabalho com as escolas da RESEX Verde para Sempre, pois ao longo de suas carreiras profissionais tiveram oportunidades de realizar trabalhos que se estendem até essas escolas, sendo que o um desses informou que já havia lecionado em comunidades da área rural. Todos informaram que realizam trabalhos voltados ao planejamento e formação dos professores das comunidades que compõem a reserva.

Com relação à RESEX e sobre UC, todos responderam que são sabedores dos assuntos relacionados a este tema.

A criação da reserva se deu *num* muito período muito conflituoso que de certa forma acabou dividindo a opinião das pessoas que eram a favor e conta a criação da reserva. Eu creio que essa medida era necessária, mas que acabou acontecendo de uma maneira que a gente *num tava* preparado. De uma hora *pra* outra a cidade entrou numa situação de engessamento da economia. Acho que faltou mais um tempo de preparação (A. L., técnico em educação da SEMED Porto de Moz, 2013).

Eu acho que a criação dessa reserva *num* passou de um capricho do governo federal, por que veja só, aqui a situação da vida das pessoas tem ficado cada vez pior. É bacana a gente preservar o verde, a floresta, os animais, os rios, eu concordo, mas *num* é justo as pessoas que já são pobres passarem por novas dificuldades. *Pra* criar a reserva antes era preciso desenvolver novas formas de sobrevivência, tirando as pessoas da dependência da madeira que um dia acaba, e incentivando novas formas como *tão* fazendo em Paragominas (S. S., técnico em educação da SEMED Porto de Moz, 2013).

O IBAMA e ICMBIO tem sido implacável aqui, isso amedronta as pessoas. Até onde sei o acordo era que a floresta seria protegida e que as pessoas *poderia* retirar o necessário *pra* sobreviver, mas *num* é isso que o pessoal que vive lá dentro anda falando. Outro dia um senhor me disse que ele já *num* sabe mais o que fazer *pra* cuidar da família por que a única coisa que ele sabia era caçar, pescar e fazer roça, mas que nem isso ele pode fazer mais, por que *num* pode colocar fogo *pra* preparar a terra. Acho que essa reserva ainda *num* é um exemplo de desenvolvimento sustentável (I. F., técnico em educação da SEMED Porto de Moz, 2013).

As falas são muito ricas, sobretudo por refletirem a angústia vivida pelas pessoas que vivem na cidade de Porto de Moz, já que a madeira era um dos principais elementos da economia local. Mesmo sem dar detalhes profundos sobre o que é uma UC os técnicos conseguem fazer

boas reflexões expondo duas linhas de discussão: uma a favor e outra conta a criação da reserva. É perceptível por meio das falas que existe debilidade nos trabalhos de assistência técnica rural aos produtores familiares que necessitam de aprendizado sobre formas menos agressivas de plantio, por outro lado, é significativa a insatisfação com o hiato deixado entre o processo de decreto de criação da UC e as ações direcionadas à mudança de paradigma econômico-social do lugar.

Todos os técnicos da educação, ao longo das pesquisas, reconheceram a emergência em se elaborar projetos e ações voltadas para melhorar o desempenho dos estudantes, professores e potencializar participação das comunidades não só na vida escolar, como também fazer da escola um instrumento de conhecimento a serviço da RESEX.

Como você pode ver nossa secretaria ainda é limitada em relação a muitas coisas, encontramos tudo sucateado, sem ao menos ter sido feita transição. Estamos, de certa forma, começando tudo do zero. Estamos correndo atrás das informações e tentando reunir tudo de novo. As escolas que ficam na reserva são de difícil acesso, e a gente já pegou tudo com o calendário pra começar as aulas. Tivemos muito trabalho *pra* reorganizar tudo, e sabemos que muito ainda precisa ser feito. Esperamos que nos próximos anos a gente possa sair mais da parte burocrática do trabalho e atender mais a parte pedagógica com oficinas, cursos de formação e novas turmas do PARFOR (S. S., técnico em educação da SEMED Porto de Moz, 2013).

A nossa secretaria tem procurado atender as demandas dentro das nossas possibilidades, você viu que *pra* chegar nas escolas da reserva é preciso deslocar uma certa logística, por que tudo é muito longe. A gente sabe que tem muito professor lá dentro que precisa ter acesso à formação e precisa se reciclar, isso exige certo tempo e planejamento de nossa parte. Por enquanto a gente ainda tá organizando as informações que foram extraviadas. Quando a gente assumiu aqui, a gente sabia que *num* ia ser fácil, mas também a gente quer mostrar nosso trabalho. A gente tem compromisso com todos os nossos colegas alunos e professores, vamos sim chegar em todas as escolas da Verde (E. L., técnico em educação da SEMED Porto de Moz, 2013).

A zona rural de Porto de Moz tem duas realidades, uma que é a área de várzea que fica alagada quase o ano todo, e outra a áreas de terra firme. *Pra* chegar nesses lugares a gente precisa de toda uma preparação por que os lugares são extremamente distantes. Tem lugar lá dentro que se você for hoje você só chega no *finzinho* da tarde. Temos muitos professores que estão trabalhando com a formação mínima, quando teve o concurso o pessoal até fez e passou, passou gente formado, mas ninguém queria ir lá *pra* dentro. Todo mundo que fazia a prova só queria ficar aqui na cidade. A gente acaba tendo que contratar *pra* num faltar aula pros alunos. Aí pergunto *pra* você: como a gente pode executar um trabalho se o pessoal tem pouca formação e é temporário? (I. F., técnico em educação da SEMED Porto de Moz, 2013).

A justificativa relacionada à dificuldade em montar quadros qualificados e permanentes nas áreas rurais da região amazônica é um problema que acompanha a maioria das secretarias municipais de educação, pois a debilidade das unidades escolares associada aos baixos

salários e dificuldade na viabilidade de acesso às comunidades faz com que a área rural não desperte o interesse de docentes graduados.

Os programas e projetos realizados nas escolas investigadas estão limitadas àqueles encaminhados pelo MEC tais como PARFOR, PDDE Escola, PAR, bolsa família (umas das condições é manter o estudante na escola), transporte escolar, merenda escolar. Com a exceção de uma escola que informou que vem trabalhando a construção e implementação de projeto político pedagógico, mas que não apresentou nada de concreto, nenhuma das 10 escolas da RESEX realiza projetos de pesquisa, levantamento histórico e cultural do local, valorização de saberes tradicionais, experiências exitosas na educação. Por outro lado, há de se destacar experiências em outros setores tais como melhoria na produção de leite de búfala e derivados, criação de frangos, reaproveitamento de resíduos de madeira, plantio consorciado, controle de zoonoses, programa luz para todos, bolsa verde, casa construídas pelo INCRA. O problema está no raio de ação, pois tais projetos não acontecem em todas as comunidades, não se estabelecem parcerias com as escolas (apenas utilizam o prédio, quando existe ou se faz necessário), nem todos recebem as bolsas, a energia elétrica ainda é um benefício a ser concretizado. Atualmente a EMBRAPA vem estudando junto ao ICMBIO a realização de estudos com objetivo de fazer um levantamento sobre as capacidades produtivas das comunidades que compõem a RESEX.

Com relação à constituição dos componentes pedagógicos tais como: desenho curricular, conteúdos, sistemática de avaliação, calendário escolar etc., trabalhados nas escolas da RESEX entre as demais escolas do Município/Estado, os técnicos informaram que em toda rede municipal são trabalhadas as mesmas coisas. Segundo os técnicos o período execução do planejamento escolar, bem como a elaboração de estratégias voltadas para as escolas rurais acontecem junto às escolas da área urbana. Nessas atividades pouca se fala da aplicabilidade de tecnologias educacionais, temas geradores e metodologias interdisciplinares, e/ou execução de projetos piloto incentivados pela SEMED, ficando tal discussão apenas no plano das ideias de alguns docentes inconformados com a falta de mudança.

Para que as mudanças aconteçam é preciso que tenhamos uma equipe de professores efetivos, compromissados e dispostos a abraçar a mudança. Infelizmente não é isso que temos hoje. Tem muito professor que se aproveita desses problemas pra justificar a sua falta de interesse e compromisso com a educação. É muito fácil eu dizer que num faço nada diferente por que num tenho Datashow, *num* tem computador *pra* mim, enfim, se encontra um motivo *pra* justificar a omissão (S. S., técnico em educação da SEMED Porto de Moz, 2013).

A gente sempre traz questões interessantes para o planejamento, fazemos as discussões procuramos orientar. Porém quando chega na escola quem tem que fazer acontecer é o professor. É ele que tem que chamar pra si a execução as propostas.

Ele conhece o seu público melhor que a gente, e por isso a nos só cabe procurar dar o auxílio pedagógico e material (E. L., técnico em educação da SEMED Porto de Moz, 2013).

Em Porto de Moz, a SEMED disponibiliza combustível e lanchas para os técnicos direcionarem-se às escolas, porém como já fora dito, a quantidade destes profissionais é limitada, o que inviabiliza a cobertura de todas as escolas do município em tempo hábil, haja vista a existência de outras demandas nesta secretaria.

7.6 Os dirigentes de órgãos que possuem projetos e/ou responsabilidades com a RESEX Verde para Sempre

Para a realização desta pesquisa foram ouvidos representantes locais de associações, sindicatos, colônia e EMATER, pois acaba sendo imprescindível refletir sobre suas colocações em relação à RESEX Verde para Sempre. A fala destes atores permite entender como as instituições responsáveis pelo desenvolvimento local sustentável vêm atuando para dar respostas aos novos problemas gerados pela criação desta UC. Entende-se que sem o papel decisivo desses organismos no processo de mobilização popular, construção dos projetos, implementação de ações e avaliação dos resultados não é possível almejar a conquista de qualidade de vida e conservação de rios e áreas de floresta.

Com relação às políticas e projetos pensados para RESEX, todas as falas sinalizam que já existem atividades em curso e que algumas dessas vem apresentando bons resultados. Porém, coloca em contradição a maneira como as ações vêm sendo conduzidas, fato que imprime reflexões, sobretudo, na maneira com tais colocações são feitas. Outras falas apontam resultados positivo e perspectivas sobre resultados em relação às serem alcançados.

A primeira entrevista foi realizada com o Sr, Laércio Almeida Farias, Presidente da Colônia de Pescadores Z-64, que informou que por conta da implantação de acordos de pesca no município de Porto de Moz, especialmente na área que compreende a RESEX, vem sendo possível estabelecer novas formas de gestão dos recursos pesqueiros que começam a se tornar escassos, em algumas áreas, por conta da captura exacerbada imposta pelas geleiras oriundas de outras regiões. Segundo esta liderança, as normas do acordo são produtos de inúmeras assembleias entre os comunitários dos vários rios que compõem o município e a UC, tendo como questão central a proteção dos estoques de recursos pesqueiros e ambientais, e o controle sobre a pesca predatória. Porém, de acordo com esse entrevistado, além da conscientização e convencimento dos comunitários existe um grande desafio:

Quando a gente consegue convencer os comunitários sobre a importância do acordo para a nossa sobrevivência e garantia do nosso “ganha pão”, o governo amarra nossas pernas *num* dando reconhecimento e legitimidade que a gente precisa *pra* fazer valer a decisão de nossas comunidades. Quando o governo por meio do IBAMA ou ICMBIO não nos dá o devido reconhecimento os próprios moradores deixam de apoiar por que eles dizem que *num* dá em nada. A gente sabe que é assim, se um apoia e dois *num* apoia a gente começa a entrar em conflito e acaba se desentendendo. *Pra* que as coisas *funcione* é preciso que a gente tenha reconhecimento das instituições competentes (Laércio Farias, colônia de pescadores Z-64 de Porto de Moz, 2012).

Um exemplo de experiência exitosa vem acontecendo na comunidade do Rio Acaraí que teve seu acordo reconhecido pela Secretaria de Pesca e Aquicultura do Estado do Pará (SEPAQ), este ato de legitimação produziu a justificativa necessária ao convencimento da comunidade em relação à proteção de seus recursos.

Por outro lado, existem os exemplos dos acordos dos rios Coati e Cupari que não conseguiram a legitimidade pelo Instituto Chico Mendes (ICMBIO) com a justificativa de que esse instrumento estabelece normas de gestão cuja competência de elaboração é exclusiva dessa instituição. Tal medida não só desqualifica os saberes e conhecimentos das populações tradicionais como enfraquece sua luta frente ao combate à pesca predatória e uso de técnicas que ameaçam a piscosidade dos rios. Segundo o presidente, as consequências da não aprovação do acordo são imediatas:

Quando o ICMBIO barra o nosso acordo nós *fica* desmoralizado diante da nossa gente. Quando isso acontece o pessoal que é contra cai de pau na gente dizendo que isso tudo é invenção nossa, que tem muito peixe no rio e que a gente faz isso *pra* querer levar vantagem nas coisas. Isso faz com que as pessoas que a gente já tinha convencido deixem de participar com a gente, aí vai tudo por água abaixo, a gente volta *pro* zero (Laércio Farias, colônia de pescadores Z-64 de Porto de Moz, 2012).

O não reconhecimento dos acordos enfraquece e desmobiliza o movimento social, faz com que as lideranças sofram desgaste político junto aos seus pares e ameaça a construção de uma gestão ambiental participativa e consolidada.

Se você for *vê* justo nessas duas comunidades do Cuati e do Cupari é aonde tá acontecendo as maiores ameaças ao pescado por que tudo tem sido muito grande o número de geleiras que vão *pra* lá, como *num* tem controle cada um pega aquilo que quer, usa a malhadeira do tamanho que quer. Aí *num* passa nada, só que os donos de geleiras só *quere* os peixes graúdos e de valor comercial, os menores e inferiores eles vão largando pelo caminho (Laércio Farias, colônia de pescadores Z-64 de Porto de Moz, 2012).

Com a relação à avaliação da RESEX atualmente, o presidente da colônia responde da seguinte forma:

Quando a reserva foi criada a colônia fazia parte do movimento de apoio a sua criação. A gente lutou junto com a igreja e com os outros movimentos sociais *pra* que a destruição da floresta parasse. Sofremos ameaças, mas não nos intimidamos. Foi um período muito difícil *pra* nós por que teve uma parte das pessoas que *ficaro* contra nós, principalmente o pessoal que viva da madeira. Eu vejo que nosso trabalho vem tendo importante resultado, mas ainda *tamo* longe de ser aquilo que a gente esperava. Ainda falta o governo federal olhar *pra* cá pra nós, por que sem apoio e incentivo a outras formas de sobrevivência a gente acaba lutando uns contra os outros (Laércio Farias, colônia de pescadores Z-64 de Porto de Moz, 2012).

Sobre a existência de projeto em execução nas comunidades da RESEX, o presidente da colônia respondeu da seguinte forma:

Da nossa parte o que a gente continua fazendo é tentar convencer mais comunidades a criarem seu próprio acordo de pesca, *pra* que a gente possa garantir que sempre vai ter peixes nos rios. Até por que *num* adianta uma comunidade implantar o acordo, mas a outra do lado *num* colocar em prática. Como o peixe *num* fica só *num* lugar ele acaba sendo pego mais adiante. A gente também tem trabalhado na limpeza dos furos e igarapés, tem cobrado do pessoal que tem barco que coloque proteção no eixo do motor *pra* evitar acidentes. *Fazemo* o cadastro dos pescadores para que recebam o seguro do período do defeso (Laércio Farias, colônia de pescadores Z-64 de Porto de Moz, 2012).

Sobre a preservação ambiental, quando questionado sobre as mudanças introduzidas após a criação da RESEX, o presidente da colônia relata sua percepção da seguinte forma.

É claro que ainda hoje se você for andar lá pelo Jaurucu, Quati ou Acaraí, com certeza tem gente que *num* sabe ainda falar direito sobre o que é a reserva. Mas com certeza as *pessoa* sabe falar o que tem mudado, por lá, por que a vida da gente mudou muito. Antes a gente via as *coisa* errada, ameaça de morte lá pra dentro, expulsão de famílias da terra, pesca predatória e caça de animas e tartaruga, mas hoje a gente vê que isso tudo deu uma diminuída, é verdade. Só *pro* senhor ter uma ideia tinha gente que enteva no rio, lá por volta do mês de setembro, e saia com o casco cheio de tartaruga e a gente *num* *pudia* fazer nada. Mas hoje não, hoje a gente fica fiscalizando tudo. Tem uns *pessoal* que tá ainda revoltado por que eles *num* pode mais fazer o que eles *fazio* antes, mas a gente tem que entender que todo acaba nesse mundo se a gente *num* tem controle, e com a reserva *tava* acontecendo isso (Laércio Farias, colônia de pescadores Z-64 de Porto de Moz, 2012).

O segundo entrevistado foi o Sr. Idalino Nunes de Assis, ex-presidente do STTR de Porto de Moz, e liderança de importante desempenho no processo de criação da RESEX. No início a liderança faz uma contextualização breve sobre o movimento de criação da Reserva Extrativista Verde para Sempre considerando que,

essa reserva extrativista, ela no começo, nós *num* tinha conhecimento de reserva, isso foi em 1996, a gente discutia uma área de recursos naturais, no município de Porto de Moz à margem esquerda do rio Xingu. Mas o governo do estado e nem o governo federal *num* reconheceu essa proposta porque *num* tinha nenhuma lei que amparava. Em 1996 nem o governo do estado, nem o governo federal é não

reconhecia [...] e não tinha lei que reconhecia e amparava essa modalidade que nós estava propondo. E nós *começou* a discutir, mas a gente *num* desistia, sempre formava grupo de trabalho FETAGRI, IPERBA, SECTAN. É, era uma coisa que a gente não conhecia, mas queria uma área de preservação dos recursos naturais, então nos *discutia* uma área de um milhão de hectare a margem esquerda, e em fevereiro e março de 1996, o sindicato fez uma parceria para poder discutir essa [...] modalidade (Idalino Nunes, STTR de Porto de Moz, 2012).

A liderança foi questionada sobre como se deram os conflitos no processo de criação da UC e informou que,

No início até o prefeito assinou na carta de concessão, [...] o secretário de agricultura assinou, *né*, essa carta. O prefeito era o Gerson Campos do PSDB, também era um madeireiro, que não tinha conhecimento da verdade. Depois que ele teve conhecimento e que ele era o presidente da associação das prefeituras da região da transamazônica, aí isso apressou os outros prefeitos e aí ele começou a gerir. Essa nossa proposta pegava cinco municípios, quando nós *discutia* a reserva extrativista no seminário, foi destinado cinco municípios. Uma parte de Vitória, Brasil Novo, aí vem Medicilândia, Porto de Moz com 80% do seu território e 17% de Prainha. Quando foi a consulta pública em Prainha, aí eles reagiram, aí teve muita ameaça de morte, eles reagiram [...] e a reação forte mesmo foi depois do decreto. Até então quando o governo do PSDB o seu Dr. Almir Gabriel, depois o Jatene publicavam que não davam o aval, porque engessava a economia e ele tinha essa área para o avanço da pecuária e *pra* soja. O Gabriel veio várias *vez* e falou lá na SECTAN com a gente, *né*, que aqui tinha avanço da agropecuária e escoamento da carne e do boi vivo que vinham de São Félix do Xingu para ir para Santarém para CARGIL. E aí o governo dizia que isso ia *engessa* a economia e a gente trazia o IBAMA *pra* cá, mostra a problemática, que a grilagem começou a agressão sumir com o comunitário que *ia* caçar, pistoleiro começou a matar aí pela floresta aí nos fundos da reserva. Mais conflituoso foi esse momento. Aí a gente resolveu, os movimentos sociais, as comunidades sociais resolveu a fechar o rio Jaurucu que dava acesso a todos os madeireiros. E como a gente estava sozinho na discussão, aí veio vários segmentos, movimentos sociais e até a imprensa internacional, quando foi fechado esse rio em que a gente atravessou o rio onde passava 20, 30 balsa de madeira por dia saia, *né*, dia e noite, e o comunitário não podia mais viajar. É, você imagina vinte balsa de madeira que cada balsa traz em media 800 metro cúbico de madeira (Idalino Nunes, STTR de Porto de Moz, 2012).

Com relação ao apoio institucional dado ao movimento de criação da RESEX, o Sr. Idalino faz a seguinte colocação.

Para poder ter mais força política ainda, criou um grupo, nós *tivemo* um fórum de articulação com a participação tanto da comunidade, da igreja, do laboratório agroecológico da transamazônia, tem também a universidade Federal do Pará, e também a CPT, fundação viver produzir, preservar. Sim, aí a gente veio discutindo todo [...] como um fórum de articulação que a gente colocou o nome de comitê dos recursos naturais, era um fórum, nós de *pessoa* jurídicas, mas se a gente pudesse ajudar a comunidade e os movimentos e os segmentos sociais reconhecido pessoas jurídicas, mas as igrejas *pra* poder discutir a problemática. Bom, já que o grupo de trabalho era CNS (gatão), era o Jerônimo que também era da universidade que naquele tempo assessorava a FETAGRI regional e a fundação viver produzir, nesse fórum e a EMBRAPA, *fizemo* um levantamento do município, um diagnóstico do município (Idalino Nunes, STTR de Porto de Moz, 2012).

A liderança relembrou as promessas feitas pelo Governo Federal no processo de criação da reserva, e crítica a demora e pouca expressão das ações implementadas.

Quando foi *pra* criar a ministra Marina falou que tinha *uns* 18 milhões *pra sere* investido aqui dentro da reserva, e *ai* já vai completar três *ano* e até hoje que a gente sabe que foi investido foi 330 créditos de apoio de R\$ 2.400 *pra* cada família, só isso até hoje (Idalino Nunes, STTR de Porto de Moz, 2012).

O Sr. Idalino fala com revolta em relação à exploração da madeira, pois segundo ele o processo,

continua, só mudou o sistema de *tirage*, hoje não tem mais a madeira em tora, mais sai tudo em pranchas, tirado de motor serra, as *madeira* tira em pranchas e vem para serraria *pra* beneficiar e continua tirando madeira, e até madeira em tora. Os sessentas mil reais aprendidos em madeira na criação da reserva, não tem mais nem um metro lá, foi tudo derrubado. Considerava-se que foi derrubada mais de 14 mil árvores que foi derruba que foi apreendido e já foi tudo embora, tudo já foi retirado não tem mais nada lá. Os representantes do IBAMA e ICMBIO só tem nos dado dor de cabeça. Fazem as apreensões por cara, quem tem grana consegue sair bem (Idalino Nunes, STTR de Porto de Moz, 2012).

Ainda sobre a situação da reserva, o Sr. Idalino confirma o seguinte:

Nós *fizemo* um levantamento que tem mais 150 casas construídas por fazendeiros e grileiros depois do decreto e o representante da reserva sabe conhece, sabe onde está o problema, mas é omissivo, então *pra* nós está pior porque agora, quando nós *tinha* o poder dentro da reserva ela não era área decretada pela união o sindicato entrava com reintegração de posse e manutenção de posse e algumas coisa resolvia. Hoje ficou no poder do IBAMA que não faz nada pela reserva, nem a nossa participação ele não *quere* mais, não quer mais nossas opiniões, nós *criamo* nós *acampamo*, principalmente eu que sofri ameaças de morte, fique muitos meses fora hoje estou impedido de ir na comunidade, ir fala sim ou não, pelo IBAMA. Porque tem um consultor, eu não valho nada [...] porque me impediram, porque eu sou *moradô* de dentro da reserva. Eu perdi meu direito de cidadão, de representante dos trabalhadores porque ele (Agente do ICMBIO) representa a reserva mais não os trabalhadores. Hoje se nós *quer* uma declaração para encaminhar um auxílio doença, um amparo a maternidade, um acidente de trabalho e um assegurado especial a uma aposentadoria nós não conta com essa pessoa aqui, porque hoje mesmo mais de dez que mora na reserva que precisam de um declaração *pra* nós botar no NIT *pra* encaminhar *pra* previdência (Idalino Nunes, STTR de Porto de Moz, 2012).

Perguntado sobre a participação e envolvimento das comunidades no processo de criação da reserva, bem como aquelas que se apresentaram condutoras do movimento, a liderança cita as seguintes:

A mais organizada que *num* dependia exclusivamente dos madeireiros: Jusara, Carmelino, Vila bom Jesus, Nova bom Jesus, Jerusalém, São João do cupari, Ultimo deus, Céu aberto, Arimun, Cristo libertador [...] porque eles não viviam da madeira, eles viviam de outra atividade, eles viviam da pesca e da agricultura familiar, tirava

madeira, mas *num* dependia exclusivamente dos madeireiros, e o madeireiro *num* controlava eles [...] o grande problema é que as grandes madeireiras controlou da Maricota pra cima [...] os pistoleiros controlou que nem a polícia não ia lá, então esse povo era controlado pelos madeireiros, pela Madenorte, pela Corrobrás, pela tigre timbre, pela companhia americana, Feigalhi do Brasil, pela Ceuvapadre todas essas madeireiras controlou e tem outras a Cobem, controlou essa região sul (Idalino Nunes, STTR de Porto de Moz, 2012).

Uma importante questão levantada pelo Sr. Idalino foi o surgimento de várias associações no período de criação da reserva e segundo ele, isso tem uma justificativa.

[...] tem, tem várias associações criadas pelo movimento social, tem associações criadas pelo prefeito e pelos madeireiros, pois quando eles *descobriu* que era as associações que ia fazer parte do conselho deliberativo, claro os madeireiros *criaro* as associações e o prefeito também. É para poder ter o apoio da comunidade, e eles *querio* dominar, claro eles *querio* ter no conselho deliberativo pessoas deles, tanto é que no dia em que a Ministra veio aqui numa reunião as associações tinha representantes dos moradores, tinha grupo de Altamira, de Vitória do Xingu, de Santarém, Macapá, de Belém, Senador Zé Porfilho e aqui da cidade também os madeireiros que queria escutar. No momento em que foi cogitado a criação de um comitê deliberativo, então todo mundo, os madeireiros *ficaro* preocupados em criar associação para representar, pra ser representado ou pra defender as terras, porque é o conselho gestor é quem determinar e aprova todos os planos (Idalino Nunes, STTR de Porto de Moz, 2012).

Temerários à ação do conselho gestor os madeireiros tentaram uma manobra de pressão política instigada pelas comunidades que vivem da comercialização da madeira, porém, o assassinato da missionária Dorothy contribuiu para desarticular tal estratégia. Sobre tal fato o Sr. Idalino informou que,

Veio muita balsa de gente no dia em que a Maria Silva estava aqui no município, lá na reserva, lá na comunidade de Carmelinho. Tinha pelo menos uma base de cinco mil pessoas, mil deveriam ser comunitários e o resto de Santarém, Almerim, Prainha, da cidade de Porto de Moz, de Vitória, e de Anapu e dos municípios da transamazônica esse pessoal tudo vieram *pra* cá. Vieram contestar contra a reserva e contra a reserva. E aí, quando veio a notícia que tinham matado Dorothy, no dia em que a ministra estava aqui, ai *desaparecero* tudo, dentro de 15 minutos *num* tinha mais nenhuma balsa *num* tinha mais nenhum barco, nenhum desse povo que veio para esse município. É, *num* sei, na minha avaliação a morte de Dorothy foi programada *pra* Ministra não vir aqui e aí quem ia sofrer era nós do movimento, porque se a notícia chega antes da Ministra chegar aqui nós ia ter que resistir contra aquele grupo. Mas, como Dorothy foi assassinada pela parte da manhã e a notícia só chegou aqui entre duas e meia para as três horas, na hora da fala e ai a ministra já estava aqui. Quando ela passou em Altamira a notícia de Anapu ainda *num* tinha chegado lá (Idalino Nunes, STTR de Porto de Moz, 2012).

No que se referem a investimentos nos setores de pesca ou de agricultura familiar, o entrevistado informa que,

Ainda é muito pouco o investimento para a agricultura familiar. O povo vive das suas *conta* próprias, tradicionalmente da farinha, da mandioca, da pesca de algumas práticas de extrativismo. Política mesmo de agricultura *num* tem no município.

Agora que teve alguns *investimento* pelo PRONAF, mas, *num* avançou muito porque os projetos foram mal feitos e ai fica tudo parado. Tá, tão difícil aqui nessa região, tem sido pouco o investimento agora para *melhorá* a situação de vida do povo da reserva e nem no entorno da reserva. Pessoas que veio da reserva para a cidade de Porto de Moz, veio muita gente, mas foi gente que foi influenciado vender suas posses para as empresas madeireira e aqueles que não podem exercer sua atividade quando chegou as madeireiras ele ficou sem atividade. Veio embora *pra* cá, mas quem teve sua resistência lá, lá está vivendo do mesmo jeito, claro que está faltando os investimentos esperado que era os investimentos para desenvolver (Idalino Nunes, STTR de Porto de Moz, 2012).

Questionado sobre que avaliação se faz da RESEX, o entrevistado que já foi presidente do STTR, e que se assume como representante da causa trabalhadora considera:

Olha, a criação da reserva foi só a criação do decreto para garantir suas terras para os povos tradicionais para os moradores, esse é o ponto positivo. O ponto negativo é que eu *num* sei quando o governo vai desapropriar os que se dizem dono ou invasores que entraram depois do decreto. *Num* sei qual é a ação do ministério público, *num* sei qual é ação do IBAMA, pois, compete a eles essas coisas tirar as pessoas, para as pessoas *fazere* o plano de utilização dessa reserva, porque o que eu estou sendo ai é que o consulto está fazendo um plano, que fala, um plano emergencial mas, discutiu com todo o povo que está aí que não são os verdadeiros donos, são os donos os usuários discutindo que eu sou contra, que eu nunca vi isso em outras *reserva*. Depois a ausência do representante dessa reserva para tirar o intruso ou para *proibi* os desmatamentos que estão fazendo nas matas ciliares e a construção que estão fazendo. Eu *num* sei, *pra* dizer a verdade eu não sei se foi melhor ou se foi pior, eu não sei te dizer até agora, eu sei que a reserva *num* foi criada *pra* mim, ela foi criada para um futuro mais próximo depois de mim, mas do jeito que está, está do jeito que é (Idalino Nunes, STTR de Porto de Moz, 2012).

Para o Sr. Idalino, a reserva hoje alimenta frustração das lideranças envolvidas no processo de sua criação, pois a debilidade com que as ações acontecem enfraquece a luta do movimento social, que querendo ou não, carece de resultados positivos para continuar fortalecido.

Estamo, nós do movimento que *fomo* iludido até assim, pela promessa, por que não realmente que nós *fomo* iludidos por não conhecer, mas que a reserva pra mim é um otimismo muito grande pra nós é a desilusão, e até mesmo o povo que acampou hoje já está desiludido *num* fala mais com a gente com o mesmo otimismo, pra nós do sindicato isso foi uma desgraça. Eu *tô* totalmente derrotado[...]. Se a gente for ver o prestígio que o sindicato tinha e até mesmo da comunidade, eu realmente *tô* me sentindo desmoralizado, porque a coordenação Paulo Oliveira, eu cito nome porque eu não tenho medo, Paulo oliveira na coordenação do CNPT não deu uma resposta positiva, na DIZAN essa diretoria não também não tem. Depois que *criaro* o instituto Chico Mendes que também muito pior que a gente *num* sabe o que fazer e quem é responsável porque, as pessoas contratadas *pra* reserva, um *num* morava aqui vivia em Belém; a outra era uma mulher grossa e mal educada; e este que tá agora parece que só acha graça *pra* quem tem dinheiro (Idalino Nunes, STTR de Porto de Moz, 2013).

Existe sentimento de desprezo em relação ao posicionamento assumido pelo IBAMA e ICMBIO por limitarem a participação das lideranças na construção de propostas para a reserva. Este fato é enfatizado pelo Sr. Idalino quando afirma que:

olha, só até agora do IBAMA, só do IBAMA e da consultoria da reserva *num* queria nossas opiniões e nem acompanhar mais, você imagina que moral que nós vamos ter diante da comunidade, quer dizer eles pode, eles que *num* conhece nada esses pó de arroz que *num* conhece nada pode sugerir, nós somos moradores somos dos movimento que acampamos pela criação da reserva *num* somos mais solicitados porque eles já conhecem tudo, nós só foi solicitado por eles quando eles chegaram aqui quando eles queriam saber quantos litros de gasolina chegava até naquela comunidade, quantos litros de óleo diesel, qual era o tempo que *fundura* era aquele igarapé, depois que eles tomaram conhecimento eles não convidaram nós *pra* nada, *recebemo* uma palavra muito otimista do seu [...] é [...] do consultor [...] “você são uns bagunceiros” falou isso pra nós e eu sair da reunião, eu sair da reunião desmoralizado, porque depois de acampar, mais de dez anos para que essa reserva fosse criada, fazer todo o movimento, vir o fantástico aqui nós hoje temos roças agroecológicas dentro da reserva mostrando que pode proteger sem queimar, sem desmatar a floresta, né, hoje tem companheiro nosso ai no globo ecologia mostrando a realidade ele chamando nós de bagunceiro (Idalino Nunes, STTR de Porto de Moz, 2012).

Ainda com relação à postura dos agentes do ICMBIO o Sr. Idalino considera que,

com a política que está sendo desenvolvida aqui dentro, eles *num* querem se envolver. Porque eu quero dizer assim: pra trabalhar aqui dentro da Verde para Sempre e eles tem que sofrer, porque se for fêmea tem que ser fêmea, se for macho tem que ser macho, pó de arroz não vem *pra* cá, porque ou ele tem que aliás com os madeireiros ou ele vai ter que fazer vista grossa. [...] porque a Verde Para Sempre, quem vim para cá tem que ter poder de decisão. Pó de arroz fique lá onde está, esses caras que não bebe água do igarapé, não come com o ribeirão, não sabe andar em cima dos Miriti de pontes, não sabem andar de canoa, fique lá. Todo mundo tem vergonha de conversar com eles porque o Doutor fulano de tal da Universidade que *num* tem coragem de melar a mão e de sujar o pé. Falta a ação mesmo, quer dizer contrata qualquer um que vem de lá, ou passa no concurso público, está certo, quem passa no concurso público não sei se conhece a realidade da Amazônia, se você não conhece a realidade da Amazônia. Além dele passar no concurso ele deveria fazer um curso, de reconhecimento e depois ter compromisso, ser um representante de uma reserva de um milhão de trezentos mil hectares de grandes conflitos, da disputa que tem? (Idalino Nunes, STTR de Porto de Moz, 2013)

As falas são reflexos das disputas de poder entre lideranças oriundas de movimentos sociais e empresários, refletem a demora e fragilidade das políticas implementadas pelo governo federal, bem como demonstram pouco preparo e intransigência dos agentes do poder público frente às pessoas sem instrução que necessitam de ações educativas e formativas que possa lhes assegurar condição para participar de maneira qualificada do projeto de construção de políticas para a Resex Verde para Sempre.

O terceiro entrevistado foi o secretário municipal de educação, o Sr. Eliakim Souto, que assumiu a SEMED no ano de 2013, com o início da gestão do Prefeito Edilson Cardoso. A primeira questão colocada foi com relação à situação da população que vive na RESEX, e como o poder público observa tal realidade.

Em termos sociais a gente observa uma carência extremamente grande no oferecimento da educação, da saúde nessas comunidades que foram, vamos dizer atingidas com a reserva, é a gente observa na parte econômica um engessamento dessa economia, porque o município a sua potencia econômica é o extrativismo vegetal, não é, que é a madeira, então com a criação da reserva a população que habita no entorno da reserva está meio que desassistida economicamente e socialmente por essa reserva, no caso somente a prefeitura está ainda tentando de uma forma atender essas pessoas, o prefeito Edílson vem trabalhando principalmente nessas regiões que foram atingidas, onde muitos dos ribeirinhos vivem na porta da prefeitura pedindo, então há um sofrimento muito grande com relação a essa questão econômica, o engessamento da economia parou. O município só tem a prefeitura como órgão empregador, então a gente observa que muitas pessoas, principalmente da zona rural desse entorno que foi atingido, foi decretado, pedindo na prefeitura, pessoas que estão pedindo na prefeitura, pessoas que estão passando necessidade muito grande, então a prefeitura através da secretaria de educação ela procura atender os filhos dessas pessoas com atendimento educacional: construção de escola, contratação e realização de concursos para professores da zona rural (Eliakim Souto, Sec. Municipal de Educação de Porto de Moz, 2013).

O secretário informa que já ocorreu concurso público no município como forma de suprir a demanda de docentes.

Já houve, inclusive foi feito com anuência do SINTEPP, com a aprovação do plano de cargo e carreira do magistério com a participação do SINTEPP, onde foi ouvido foi assistido, cada proposta cada depoimento dos membros do SINTEPP (Eliakim Souto, Sec. Municipal de Educação de Porto de Moz, 2013).

Questionado sobre a existência de prédios escolares, o entrevistado informa que,

A última gestão diz que construiu muitos prédios mas na verdade, na maioria dos casos fizeram apenas reformas. A gente vem fazendo um levantamento pra ter exatidão de quantos prédios realmente foram construídos, a gente sabe que veio dinheiro pra isso. Mas, nós temos 142 escolas registradas no nosso censo educacional funcionando e *pra* tornar paralelo esse atendimento, nós estamos contando com o apoio do ministério de educação que através dos programas educacionais vem liberando recurso para o nosso município pra que a gente possa também, juntamente com o recurso da prefeitura construir escolas qualificar, equipar as escolas e a formação dos professores que vem acontecendo com o programa PARFOR (Eliakim Souto, Sec. Municipal de Educação de Porto de Moz, 2013).

Com relação à assistência do MEC ao município, o secretário informou que o fato de existir uma reserva, uma unidade que é amparada pelo decreto do governo Federal, não remete a uma atenção especial. Ainda, o secretário relata que entende que a RESEX deveria ser melhor assistida pelos órgãos que compõem o governo federal, a exemplo o MEC.

Inclusive a própria reserva deveria compor parceria para que a gente possa atender melhor os alunos que moram dentro dessa reserva, investimentos em projetos sócio-educacionais eles não observam ainda, eu não sei se haverá ainda a preocupação desses organizadores que criaram esta reserva serem parceiros da prefeitura, no sentido que também oferecer vários projetos sociais e educacionais que venham

beneficiar aquela população aquelas crianças, a gente não observa ainda isso (Eliakim Souto, Sec. Municipal de Educação de Porto de Moz, 2013).

Segundo o secretário antes existia uma barreira que impedia o diálogo do poder público municipal com parte das pessoas que fazem parte da organização da RESEX.

Acho que sim há uma preocupação muito grande com essa questão político partidária em detrimento de uma proposta de um projeto político pedagógico, então se está preocupando com a questão política e menos se está [...] visualizada a questão pedagógica, então está impedindo que haja uma espécie de diálogo de entendimento, não por parte da prefeitura, mas por parte daqueles que organizaram a reserva (Eliakim Souto, Sec. Municipal de Educação de Porto de Moz, 2013).

Com relação à forma como a educação vem sendo ofertada em Porto de Moz o entrevistado disse que,

Nós atendemos a zona rural ainda, que é uma realidade, acredito eu que é uma realidade dos municípios paraense que é a classe multisseriada. Então a gente atende ainda é [...] com o sistema multisseriados de educação infantil a quarta série em alguns pólos nós atendemos de quinta a oitava série (Eliakim Souto, Sec. Municipal de Educação de Porto de Moz, 2013).

A questão das classes multisseriadas é uma categoria educacional difícil de ser superada no que se refere à Amazônia, justamente pela questão geográfica, recurso financeiro e formação de capital humano. Com relação a tal assunto o secretário se posiciona da seguinte forma:

Nós desenvolvemos sempre antes do período letivo a semana pedagógica, nós ainda não desenvolvemos eventos dessa natureza, como seminários, palestras com respeito a questão de como trabalhar nas classes multisseriados, mas nós temos já propostas pra que nós possamos oferecer a esses professorados um curso específico para trabalhar com turmas de classes multisseriado, mas nós desenvolvemos um trabalho sempre antes do período letivo que é a nossa semana pedagógica que nós trabalhamos vários temas, inclusive ano passado nós trabalhamos com o tema educação especial, nunca nós tínhamos trabalhado com esse foco, né? trabalhar com turmas de classes especiais, e foi um sucesso os professores adoraram os ministrantes que vieram foram professores qualificados para trabalhar com turmas de classe especiais, com alunos que tem deficiência auditiva, deficiência visual então foi muito importante, inclusive eles pediram uma continuidade dessa semana pedagógica com esse foco e nós estamos tentando e o prefeito com certeza dará apoio par que se possa trabalhar em classe de educação especial e também que a gente possa trazer profissionais que possa trazer profissionais que possa trabalhar com classes multisseriado para orientar, oferecer oficinas, né? existe a preocupação com a educação do campo e principalmente essa questão geográfica, aqui nossas estradas são horríveis, nós temos localidades extremamente longínqua que há uma necessidade de se também ampliar a os recursos, pois quando se fala na parte geográfica da educação do campo se puxa logo a questão transporte escolar (Eliakim Souto, Sec. Municipal de Educação de Porto de Moz, 2013).

Sobre o transporte escolar, o entrevistado informa que tem sido muito difícil honrar com tal política uma vez que os recursos repassados são incompatíveis com as distancias envolvidas.

O recurso é muito pouco o ministério manda um recurso limitado pra gente atender essa extensão na nossa região, então há uma contra partida da prefeitura também. Com esses recursos que o MEC manda nós temos que comprar embarcações, veículos pra a área de estradas, então isso é o mínimo não dá pra fazer isso, foi solicitado através de um documento aos técnicos do ministério ao ministro sobre a questão de analisar mais é cuidadosamente o repassasse dos recursos para o transporte escolar (Eliakim Souto, Sec. Municipal de Educação de Porto de Moz, 2013).

Com relação ao professorado e as classes multisseriadas o secretário informa que,

O sistema multisseriado já vem acontecendo a anos então, alguma comunidades e localidade que não existe a escola já está formado esta classe multisseriado, então o professor se desloca pra essas comunidade e organiza a matricula por série e forma essas turmas, agora há uma resistência e uma reclamação muito grande por parte dos professores, da dificuldades para se trabalhar com essas turmas. Justamente a clientela de serie distintas numa mesma turma e eles sentem uma dificuldade imensa porque o professor da zona rural não é só um professor na escola, ele é o servente, o merendeiro, então há essa reclamação constante do corpo docente do interior no sentido de que ele são na verdade (Eliakim Souto, Sec. Municipal de Educação de Porto de Moz, 2013).

No tocante a educação de jovens e adultos.

A gente atende a educação de jovens e adultos também e temos uma quantidade de trinta a trinta e cinco escolas no interior que a gente atende essa modalidade. A gente põe como prioridade a comunidade que já possui o motor de energia e a gente também pode atender (Eliakim Souto, Sec. Municipal de Educação de Porto de Moz, 2013).

Sobre a merenda o entrevistado considera que vem sendo feito um bom trabalho, pois,

Oferecemos merenda para todas essas escolas do fundamental agora a educação básica, com o FUNDEB, então a gente entrega merenda também desde a creche até o EJA que é dentro das competências do município e do fundamental. A gente procura atender, antes de iniciar o ano letivo quando termina o prazo a gente realiza o processo de licitação, vêm as empresas e apresentam suas propostas e a gente acaba aceitando aquela que é mais viável para o município, então tem o conselho da merenda escolar que acompanha todo esse processo de repasse de entrega (Eliakim Souto, Sec. Municipal de Educação de Porto de Moz, 2013).

Sobre a composição do conselho o secretário informa que a base é formada por professores, membros das comunidades que fazem parte de alguma organização.

No que concerne à reserva, o secretário avalia que sua criação trouxe mais responsabilidades e demandas para o poder público municipal, especialmente quando se considera que,

Faltou articulação com certeza com a comunidade, esclarecimento mais detalhado a respeito dessa reserva para com a comunidade, parece que foi tudo em cima da hora e a comunidade não se esclareceu não se elucidou a respeito do que realmente o que se iria causar com a criação dessa reserva que impactos sociais, então a comunidade ela não foi esclarecida, não chamaram a população para discutir foi uma questão até arbitrária do governo Federal, e o reflexo é esse que a gente vê, pessoas muito carentes precisavam desse trabalho, hoje elas estão na frente da prefeitura para pedir coisas pequenas. Creio que seja preciso chamar a comunidade do interior, esclarecer sobre tudo que se passa no município é sobre os problemas sobre os municípios, sobre os problemas, sobre os benefícios que chegam, a comunidade precisa ser comunicada precisa ser assistida, ou melhor, resumindo a comunidade precisa de esclarecimento para que ela possa entender o que está acontecendo em nossa região. Nós temos comunidade aqui extremamente longe, então mesmo assim a prefeitura nos dá apoio para que o técnico possa se deslocar até a comunidade rural e fazer os serviços de acompanhamento com os professores, e trazendo para gente a necessidade dessas comunidades (Eliakim Souto, Sec. Municipal de Educação de Porto de Moz, 2013).

Pode-se perceber que há interesse e preocupação da SEMED em relação aos desafios que surgem na reserva, o secretário expõe de forma coerente e segura as questões vivenciadas, assim como, a predisposição em resolvê-las. É válido destacar que entre outras ações a SEMED tem assumido um papel decisivo no processo de formação de seus docentes dando importante apoio logístico e estrutural (pagamento de hotel, liberação de docentes sem ônus para os mesmos, pagamento de alimentação para os professores/formadores, auxílio financeiro aos professores/estudantes que se deslocam para outros municípios, disponibilização de escola com pessoal de apoio, oferecimento de lanche para os professores/estudantes durante a etapa no funcionamento das turmas do programa PARFOR), enfim coisas que podem parecer muito simples, mas que se tratando de Amazônia assumem significados importantes.

O quarto entrevista foi realizado com o Sr. Antonio Duarte Souto presidente eleito (2013) do Comitê de Desenvolvimento Sustentável da RESEX Verde para Sempre. Na ocasião o entrevistado faz a seguinte fala:

As nossas experiências construídas aqui em Porto de Moz tem sido focadas na produção de propostas técnicas que possam se constituir em alternativas sustentáveis para a utilização da floresta de modo condizente com práticas tradicionais das famílias e comunidades que vivem na área. *Pra* nos o grande problema, pra colocar em prática nosso trabalho, tem sido fazer um plano de manejo florestal capaz de atender nossas demandas sem transgredir aquilo que é proposto pelo sistema oficial de manejo conforme exige o governo federal por meio do ICMBIO. A maneira com eles querem que a gente faça vai de encontro com aquilo que a gente precisa, num condiz com a nossa realidade e fica longe dos interesses e capacidades das nossas comunidades. Temos trabalhado *pra* tentar criar um “meio termo” que esteja de acordo com as possibilidades de nossas comunidades e que seja capaz de atender as exigências impostas. A gente procurou considerar o interesse e necessidade das comunidades, procurou relacionar isso com as condições do ICMBIO, num é fácil, por que existem muitos condicionantes, mas conseguimos dar entrada nos planos de manejo junto ao ICMBIO. Neste ano, no mês de fevereiro a gente deu entrada num

plano de manejo que foi feito para a Comunidade Belém. Além disso, a gente já tem pronto o plano de manejo e o plano de operação do primeiro ano. A gente também fez um grande esforço e apresentou os planos de manejo das comunidades Por Ti Meu Deus, Paraíso Inumbi e Itapeua. Todas essas comunidades estão esperando a resposta do ICMBIO onde nos protocolamos os planos de manejo (Antonio Duarte, coord. CDS da RESEX Verde para Sempre, 2013).

Tem sido desafiador para as comunidades da RESEX Verde para Sempre conseguir conciliar as condições apresentadas pelo ICMBIO frente às suas necessidades, em alguns casos as tentativas acabam por frustrar a população, em outros, os resultados demonstram que é possível desenvolver propostas condizentes sem ameaçar a floresta estabelecendo-se proximidade com os condicionantes jurídicos.

Segundo o entrevistado a política ambiental na RESEX vem sendo desenvolvida conforme as determinações do ICMBIO por meio de fiscalização e respostas às indagações dos comunitários. Tal ação é composta de oficinas com o objetivo de realizar diagnósticos da situação produtiva da reserva, além de reunir elementos capazes de subsidiar a construção do Acordo de Gestão, que ainda não está em vigor.

O que nos temos hoje, na verdade é um plano emergencial de uso da área onde está situada a RESEX. Isso é produto de nossas mobilizações e do entendimento estabelecido entre as comunidades. Ele não tem valor jurídico mais e o que tem nos dado o respaldo para conduzir os trabalhos (Antonio Duarte, coord. CDS da RESEX Verde para Sempre, 2013)

O presidente do CDS comenta que o ICMBIO articula treinamentos das comunidades via CONAB com vistas a inseri-los no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). O trabalho envolve a realização de inscrição e cadastro dos comunitários, mobilização e esclarecimentos sobre como aderir ao programa e quais as vantagens. Porém, a quantidade de famílias relacionada à dificuldade de acesso a algumas residências tem produzido demora na conclusão dos trabalhos. O Sr. Antonio considera que no passado o ICMBIO fazia apenas o trabalho de sistematizar as características e potencialidades das culturas produzidas, extrativismo e população.

Atualmente existem investimentos em vários seguimentos, um deles é o projeto de expansão do sistema de transmissão denominado Interligação de Tucuruí - Manaus - Macapá. O plano tem o objetivo de fornecer energia para os grandes centros urbanos de Macapá - AP, Manaus - AM e Santarém - PA, com a linha de transmissão de energia de 500 KV, com capacidade de escoamento de 2.400 MW. As linhas serão feitas para interligar a usina de Tucuruí, já existente, a subestação Xingu e a hidrelétrica de Belo Monte, ainda não construídas, e também a subestação Jurupari, localizada no município de Almerim. O traçado

dos linhões acompanha a margem esquerda do rio Xingu, passando no interior da reserva Verde para Sempre.

As torres vêm sendo construídas pela empresa ISOLUX CORSÁN, e as obras estão num ritmo avançado. Segundo o Sr. Antonio,

Esperamos que as nossas comunidades tenham acesso à energia elétrica por que isso também é algo muito importante para o desenvolvimento local. Tendo energia o cidadão pode produzir poupa de frutas, e vender como forma de gerar renda, pode colocar uma carne na geladeira, pode criar pequenas fábricas para trabalhar com resíduos de madeira e outros produtos da floresta, enfim, pode começar a pensar na melhoria de sua vida (Antonio Duarte, coord. CDS da RESEX Verde para Sempre, 2013).

É importante que as populações rurais tenham acesso a energia elétrica como forma de compensar os passivos ambientais que já são produzidos pelas linhas de eletrificação que exigem desmatamento de várias áreas, mudança de local de morada para algumas famílias por onde passa a linha de transmissão, entre outros problemas. Porém, de acordo com relatos do ex-presidente do CDS, o Sr. Jomabá Pinto Torres, o que menos interessa ao consórcio é o bem estar das populações da RESEX.

Dissemos que só iríamos permitir esses estudos se o governo apresentasse a viabilidade de a obra trazer energia para a população da reserva. Três meses depois, veio à resposta do governo - as pessoas que vivem na reserva não terão energia. Com isso, os moradores falaram para parar os estudos, mas a empresa continuou na área, e o IBAMA chegou a fiscalizar o local, mandando depois a empresa se retirar. Representantes da prefeitura e da câmara dos vereadores afirmaram, durante a última audiência pública sobre o Estudo/Relatório de Impactos Ambientais da obra, que para ter acesso a energia elétrica, os moradores da RESEX teriam que aguardar a chegada do programa do governo federal “Luz para Todos”. Isso ainda não tem dada para acontecer. Mesmo que eles digam que o impacto é mínimo, nos arredores não pode ter população, criação, nem qualquer outra atividade produtiva (Jomabá Torres, ex-coord. CDS da RESEX Verde para Sempre, 2013).

A preocupação do Sr. Jomabá justifica-se pela forma agressiva com que o projeto avança floresta à dentro, mesmo com a promessa de energia para algumas comunidades (e não todas), existe preocupação com problemas gerados por uma obra deste porte, especialmente no que concerne à retirada de famílias para dar lugar às torres.

No que concerne o oferecimento de assistência técnica (ATER) extrativista, o INCRA abriu um edital para a realização de seleção a fim de montar uma equipe para fornecer auxílio às comunidades produtoras, bem como atualizar o número de famílias que vivem na reserva, e as principais atividades econômicas desenvolvidas. Além disso, está em via de execução o

programa do governo federal “minha casa minha vida” que constrói casas para populações de baixa renda.

Ainda segundo Sr. Antonio não se tem resultados mais consistentes pelo seguinte fato:

Ainda é muito grande o conflito que existe entre os órgãos que compõem a RESEX. Criamos um grupo integrado para a RESEX para todos. Aí você tem a bolsa verde, programa luz para todos, ATER, minha casa minha vida, acordo de gestão, enfim, todas as questões que acontecem hoje na reserva. Mas *num* é fácil trabalhar por que cada um tem seu plano de trabalho suas propostas e seus objetivos, e às vezes esses interesses se esbarram e um acaba atrapalhando o outro (Antonio Duarte, coord. CDS da RESEX Verde para Sempre, 2013).

Esta fala exemplifica com muita clareza os desafios de se trabalhar com grupos multidisciplinares questões relacionados à sustentabilidade e qualidade de vida num contexto onde a institucionalidade carece de grupos de trabalho com capacidade de flexibilizar suas propostas, além de permitir o dialogo construtivo e participativo com vistas a agregar novas possibilidades.

Uma questão que chama atenção na RESEX Verde para Sempre é a existência de criação de gado bubalino que é considerado prática tradicional em muitas comunidades da Amazônia, pois constitui uma das principais fontes de renda e poupança para muitas famílias. Tem se observado que nas reservas extrativistas a criação de bubalinos e bovinos tem se consolidado, e experiências de manejo tem sido o grande diferencial para fazer com que isso não gere conflito entre comunidade e organismos gestores. No município de Porto de Moz, mais de 28 comunidades retiram a maior parte de seu sustento dessa atividade. As famílias consolidaram suas práticas tradicionais de manejo, estão negociando o reconhecimento e apoio junto ao Estado a fim de legitimar a prática e agregar valor aos subprodutos da criação de gado bovino e bubalino. A realização do trabalho de assessoramento vem sendo realizado pela EMBRAPA que vem construindo junto aos criadores de Porto de Moz propostas técnicas voltadas ao aprimoramento das práticas de manejo de búfalos. Segundo informação do técnico dessa empresa, a criação é tradicional no município e garante sustento de um terço da população rural que vive em área de várzea e transição (entre várzea a terra firme).

No ano de 2004 o governo federal criou a RESEX Verde para Sempre incluindo áreas onde existia a criação de animais de porte grande (bovinos e bubalinos). Passados dois anos o governo suspendeu o acesso aos recursos do PRONAF para todos os moradores, dificultando a realização de investimentos em melhoria de todas as atividades produtivas. Os criadores por sua vez, não pararam, estão buscando a retomada do crédito e discutem melhorias para a atividade. Por volta de novembro de 2012 os criadores de búfalo de Porto de Moz realizaram protestos com o objetivo de garantir reconhecimento da criação de búfalos. 100 pessoas entre criadores, pescadores e agricultores representando mais de 20 comunidades interditaram os canteiros de obras do linha de energia que passa sobre a reserva causando grandes

impactos ambientais e sociais. As reivindicações eram a redução dos impactos do linhão e a abertura de negociação com o governo sobre a criação de búfalos na reserva. A obra ficou parada por um mês até que o governo se mobilizasse para negociar com os criadores (R. G, técnico da EMBRAPA, em Porto de Moz, 2013).

Segundo o técnico entrevistado, no início de 2013, representantes de todas as comunidades da RESEX Verde para Sempre estiveram envolvidos em uma reunião com representantes dos governos federal, estadual e municipal para discutir melhores condições vida para as populações residentes nessas áreas. O evento foi realizado na cidade de Porto de Moz e, dentre outras autoridades, contou com a participação do presidente do ICMBIO que se comprometeu em tratar juridicamente da criação de búfalos e encontrar respostas para os criadores, inclusive a retomada do acesso a financiamento.

No mês de junho de 2013 os representantes dos criadores, extrativistas e agricultores de Porto de Moz participaram de uma audiência em Brasília com a Ministra Isabela Teixeira, onde fora acordado o empenho e busca de solução para o impasse. A ministra exigiu dos técnicos do ICMBIO a apresentação de uma solução rápida e condizente com a realidade. Na prática o governo tem a opção de reconhecer e apoiar os criadores ou excluir suas áreas das unidades de conservação. Os criadores exigem que o governo faça o esforço de reconhecer que a criação de búfalos é uma prática tradicional e fundamental para as famílias, assim como as demais atividades que atualmente movimentam a economia local e regional.

No dia 13 de agosto de 2013 foi realizada uma reunião mediada pelo Ministério Público Federal em Altamira entre os criadores de Porto de Moz e o procurador do ICMBIO. O instituto, depois de nove anos da criação da reserva, finalmente se posicionou abertamente contra a criação de búfalos na reserva. No ato de se isolar, o Instituto perde a oportunidade de contribuir para o desenvolvimento sustentável e promove a insegurança entre as famílias no campo. Os criadores saíram da reunião com o encaminhamento de informar as bases e decidir a posição a ser tomada. As famílias optaram por recorrer da decisão considerando que não há embasamento jurídico para o posicionamento do ICMBIO.

8 CARACTERIZAÇÃO DAS ESCOLAS, COMUNIDADES E RELAÇÕES INTERINSTITUCIONAIS INVESTIGADAS NA RESEX ARIÓCA PRUANÃ

8.1 O perfil das escolas da RESEX Arióca Pruanã

Na RESEX Arióca Pruanã foram investigadas 10 comunidades onde foram visitadas oito escolas, pois as comunidades de Melancial e Bela Vista são atendidas pela EMEF Limeira Bittencourt, e as comunidades de Jaquarequara e Vila Valério são atendidas pela EMEF Santa I. Dentro da RESEX existem mais de 15⁴¹ escolas, sendo que algumas ainda funcionam em residências alugadas pela SEMED.

As oito escolas investigadas dispõem de 21 salas de aula, cada escola tem em média três salas de aula de 6mx6m.

Fotografia 17 - Sala de aula de uma das escolas da RESEX Arióca Pruanã



Fonte: Autoria própria (2013).

⁴¹ Os técnicos da SEMED não souberam apontar o número preciso de escolas dentro dos limites da RESEX.

Fotografia 18 – Sala de aula de uma das escolas da RESEX Arióca Pruanã



Fonte: Autoria própria (2013).

Fotografia 19 - Sala de aula de uma das escolas da RESEX Arióca Pruanã



Fonte: Autoria própria (2013).

A maioria dos estudantes e profissionais da educação dessas escolas considerou esses espaços adequados para as atividades educativas, salvo algumas salas que carecem de reformas em paredes, pisos e telhados, pois se encontram em deterioração com o passar dos

tempos. As salas contam apenas com a iluminação do dia, já que nem todas possuem gerador de energia, fato que inviabiliza a realização de aulas noturnas para o público adulto. Como a maioria dessas escolas tem paredes de madeira, ao longo do dia a temperatura é agradável, salvo os períodos de dias quentes quando o calor se torna excessivo e tanto professores quanto estudantes acabam tendo seu rendimento comprometido.

Ressalta-se que nas oito escolas não existem bibliotecas, apenas em uma delas existe uma sala que é destinada à leitura, mas que não dispõem de nenhum projeto educativo voltado para esta prática. A falta de bibliotecas, segundo a fala de professores das escolas investigadas, é um dos grandes problemas especialmente no momento de realização de pesquisas e demais atividades que exijam investigação em livros. Sabe-se que um dos grandes problemas da educação brasileira é a ausência de apreço e hábito pela leitura, o que se reflete na dificuldade de escrita e compreensão das palavras gerando problemas no sucesso dos estudantes.

Uma única escola dispõe de sala para professores, nas demais não existe este espaço que poderia proporcionar momentos de socialização e construção de um ambiente integrado, afinal, estes profissionais precisam estabelecer canais de comunicação entre si a fim de melhor conhecer as questões relacionadas ao cotidiano escolar.

Fotografia 20 - Escola da RESEX Arióca Pruanã



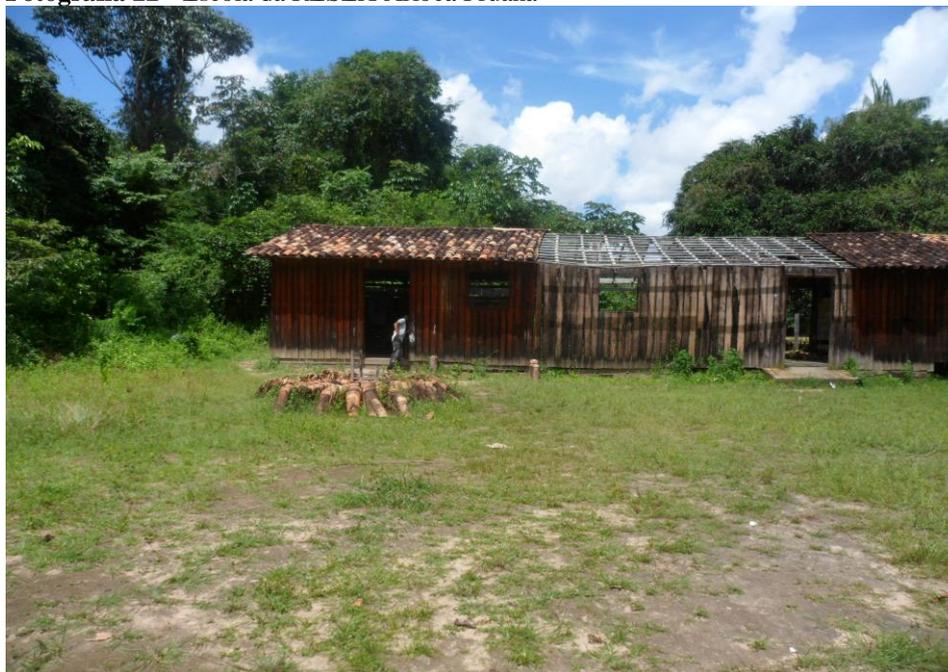
Fonte: Autoria Própria (2013).

Fotografia 21 - Escola da RESEX Arióca Puanã



Fonte: Autoria Própria (2013).

Fotografia 22 - Escola da RESEX Arióca Puanã



Fonte: Autoria Própria (2013).

Não existem laboratórios de ciências e de informática em nenhuma das oito escolas, o que impõe a professores e estudantes a “ditadura da sala de aula” impedindo-os de experienciar propostas científicas, ou tenham acesso ao mundo da informática.

Apenas duas escolas dispõem de área de lazer, as outras não dispõem de espaço para recreação, ou mesmo realização de atividades lúdicas fora as salas de aula. Na ausência de áreas de lazer, utilizam-se os pátios descobertos, porém estes existem em apenas três escolas, que acabam por servir de espaço cultural e de recreação. Todas as oito escolas dispõem de cozinha, que no geral são dependências simples, onde, em alguns casos, se faz necessário apanhar água no rio ou em poço artesiano para o preparo dos alimentos a serem consumidos pela comunidade escolar.

Com relação à água consumida, duas escolas utilizam apenas poço artesiano, quatro retiram água do rio, e duas fazem uso tanto da água do rio como do poço artesiano. Sabe-se que a água sem tratamento vinda do rio pode causar doenças gastrointestinais, assim como a proliferação de parasitas no organismo humano, levando as pessoas a apresentar quadros elevados de diarreia, hepatite, verminoses, entre outras doenças. Mesmo nas escolas aonde a água vem de poço artesiano não se viu maiores cuidados em relação ao tratamento para o consumo e preparação de alimentos.

Fotografia 23 – Cozinha de uma das escolas da RESEX Arióca Puanã



Fonte: Autoria Própria (2013).

Fotografia 24 - Cozinha de uma das escolas da RESEX Arióca Pruanã



Fonte: Autoria Própria (2013).

Fotografia 25 – Cozinha de uma das escolas da RESEX Arióca Pruanã



Fonte: Autoria Própria (2013).

No que se referem às instalações sanitárias, apenas duas escolas não apresentam tal estrutura. Tal fato gera preocupação, sobre tudo, na maneira com os dejetos humanos vem sendo tratados (lançados nos rios, e igarapés) numa região de ilha onde a maioria das pessoas

consome água do rio. Mesmo nas escolas onde existem banheiros, estes são muito precários e acabam por expor os usuários à contaminação. Em uma escola o banheiro encontrava-se interditado por conta de problemas ocasionados pela falta de manutenção.

Sobre os níveis e modalidades das oito escolas investigadas na RESEX Arióca Puanã apenas cinco ofertam a educação infantil na modalidade pré-escolar não havendo turmas de creche funcionando. Com relação ao ensino fundamental todas as oito escolas ofertam turmas do 1º ao 5º ano seguindo modelo regular de aulas que prevê atividades durante os 200 dias letivos do calendário escolar. Por sua vez este calendário é elaborado pela SEMED e pouco se adequa as especificidades locais (período de plantio e colheita, “tiração” de acaí, dentre outras).

Fotografia 26 – Instalações sanitárias de uma das escolas da RESEX Arióca Puanã



Fonte: Autoria própria (2013).

Fotografia 27 – Instalações sanitárias de uma das escolas da RESEX Arióca Pruanã



Fonte: Autoria própria (2013).

Mesmo existindo artigo da Lei nº 9.394/96 (art. 23, §2º) que permite a adequação do calendário escolar das escolas rurais, tal alteração não ocorre nas escolas dessa RESEX. Nas oito comunidades observadas não existe oferta de turmas do 6º ao 9º ano do ensino fundamental, o que representa um desafio para os estudantes e familiares quando se completa o 5º ano de estudo e se quer levar em frente à formação escolar.

As modalidades ofertadas no ensino fundamental compreendem três turmas de EJA, sendo uma de alfabetização, uma de primeira etapa e uma de segunda etapa; não existem turmas específicas para educação especial; também não existe oferta de turmas para o Ensino Médio nas comunidades que compõem a RESEX, fato que não combina com a considerável demanda de jovens existente nas famílias de moradores. É válido destacar que nas oito escolas visitadas, quatro apresentam turmas de classes multisseriadas, fato que demonstra a precariedade na oferta educacional na área rural.

Das oito escolas apenas seis possuem diretor, e destes, um possui o curso de licenciatura completo em pedagogia, um está cursando o ensino superior em pedagogia pelo programa PARFOR, e os outros possuem apenas o ensino médio. Essa questão reflete de modo exemplar a debilidade da formação docente nos municípios paraenses, pois a legislação educacional é clara quando considera quem está apto a assumir a direção de uma escola conforme art.64, da Lei nº 9.394/96. A não formação deste profissional que está no cargo de gestor escolar indiscutivelmente gera como consequências problemas não só na administração

da unidade escolar, como limita (pela falta de conhecimentos) possibilidades de elaboração e execução de projetos educativos, assim como inserção das comunidades do entorno da escola em atividades educativas.

Uma única escola dispõe de um secretário escolar, o que faz com que as atividades de organização de documentação escolar fiquem a cargo dos professores produzindo sobrecarga de trabalhos. Sabe-se que o secretário escolar é um profissional de vital importância para o estabelecimento de ensino, uma vez que em suas atribuições estão incluídas atividades essenciais: indicar aos diretores atitudes a serem tomadas; receber a comunidade; analisar os documentos do estudante e verificar a ocorrência de irregularidades; estabelecer ação conjunta com a orientação pedagógica, entre outras tarefas. A justificativa para ausência deste profissional nas escolas rurais é o número reduzido de estudantes, porém foram observados casos em que se faz necessária à contratação de secretário.

Apenas três escolas contam com presença de técnico pedagógico. A função deste profissional pressupõe conhecimento do conjunto da escola e neste sentido é fundamental saber quem são os alunos? Quais turmas apresentam maior dificuldade (e em quais disciplinas)? Como professores estão trabalhando? Quais necessitam de atividades formativas em serviço? O que os estudantes estão aprendendo - e o que está sendo feito para ajudar aqueles que ainda não chegaram ao nível desejado? Enfim, são atribuições que concorrem para que a unidade escolar desenvolva bem a função que se propõe. A ausência do técnico pedagógico dificulta a realização de atividades conjuntas na unidade escolar e dificulta a mobilização em prol da elaboração de projetos pedagógicos.

Com relação à oferta de professores as oito escolas da RESEX dispõem de 37 docentes, sendo 14 com nível médio completo, 14 com licenciatura em nível superior completa, e nove cursando o ensino superior. Os 14 professores que ainda não dispõem de graduação no ensino superior representam um número considerável, e demonstram que ainda é preciso investir muito na formação e qualificação docente. Uma das medidas tomadas pelo governo federal para conter tal déficit tem sido o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica- PARFOR, cujo objetivo é formar professores que estão trabalhando na educação básica que ainda não tiveram acesso ao ensino superior, ou que trabalham em outra disciplina que não a de sua formação.

Ainda, as escolas investigadas dispõem de 21 serventes, e destes, apenas um tem o ensino fundamental completo; 11 vigias, tendo um o ensino fundamental completo; cinco barqueiros, todos com ensino fundamental incompleto. Os números demonstram que mesmo as pessoas que trabalham diretamente com a educação tem dificuldade em concluir os

estudos, seja pela incompatibilidade de horários, seja pela forma como os modelos educativos são instaurados nos municípios, e em especial na região rural. É importante que a instituição escolar seja capaz não apenas de dar conta do público jovem e infantil que frequenta a escola, mas também se faz necessário realizar projetos educativos que possam viabilizar o conhecimento aos pais dos estudantes, pois desse modo estes indivíduos poderão contribuir melhor para a formação dos filhos.

Com relação à gestão escolar nenhuma das escolas possui Projeto Político Pedagógico (PPP), fato que demonstra a fragilidade do processo educativo nesta unidade de conservação. A existência de um PPP construído a partir das necessidades educacionais dos estudantes moradores da RESEX Arióca Pruanã lhes instrumentalizaria para exercer uma melhor participação na reivindicação e elaboração de demandas por políticas públicas. Essa ferramenta da gestão também permite visualizar que tipo de cidadã e cidadão que a escola quer formar, pois o PPP constitui a expressão e mediação para a mudança na escola: serve para que a comunidade escolar estabeleça o “seu rumo”, delineando seus princípios, suas diretrizes e propostas de ação como forma de melhor organizar e significar as atividades desenvolvidas na escola como um todo visando melhor inserção dos atores do processo educativo nas questões relacionadas ao dia-a-dia.

Ainda com relação à existência de planos ou projetos executados nas oito escolas da RESEX, duas escolas realizam o Plano de Desenvolvimento da Escola – PDE Escola, que representa uma ferramenta gerencial voltada para o auxílio da escola na realização de seu trabalho tendo como objetivos previstos: focalizar sua energia nas ações educacionais, assegurar que sua equipe trabalhe para atingir os mesmos objetivos, avaliar e adequar sua direção em resposta a um ambiente em constante mudança. Porém, no que se refere à adequação do ambiente em mudança parece que as duas escolas pouco vem atentando para o fato de estarem localizadas dentro de uma reserva extrativista, tão pouco relacionam as questões ambientais ao cotidiano escolar.

Uma única escola informou que é cadastrada no Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE, que consiste em assistência financeira às escolas públicas da educação básica das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal e às escolas privadas de educação especial mantidas por entidades sem fins lucrativos. Esse recurso deve ser aplicado na melhoria da infraestrutura física e pedagógica da unidade escolar, no reforço da autogestão escolar e na elevação dos índices de desempenho da educação básica. A transferência desses recursos é realizada segundo o número de alunos, seguindo informações do censo escolar do ano anterior ao do repasse.

Em algumas escolas os diretores não souberam informar sobre os recursos a serem investidos, e em outras a resposta é que essas escolas são dependentes de unidades localizadas na área urbana. O fato é que nas escolas da RESEX faltam informações aos gestores escolares e professores sobre a importância de utilizar os recursos apresentados pelo governo federal para melhoria das escolas e da educação. A ausência de informações atrapalha o bom andamento das atividades educativas, inviabiliza a realização de ações mais complexas, bem como impede que melhorias físicas e pedagógicas aconteçam almejando a aquisição de melhores resultados por parte dos estudantes.

Sobre a administração de recursos financeiros, apenas uma escola informou que administra seus recursos, sendo que as outras consideraram que a gestão está sob responsabilidade da SEMED. Este fato demonstra a fragilidade na autonomia das escolas da RESEX, pois os recursos financeiros poderiam amenizar alguns problemas enfrentados, especialmente na formação continuada de professores. Ainda, a gestão dos recursos financeiros pelo conselho escolar e comunidade escolar representaria uma forma de exercício da autonomia, além de uma rica experiência sobre como aplicar recursos em prol dos interesses coletivos.

Apenas em uma escola os recursos financeiros são administrados pelo conselho escolar, no restante das escolas este organismo de controle simplesmente não existe. A inexistência do conselho escolar demonstra a necessidade de melhor trabalhar a prática do controle social entre as comunidades da RESEX. Tal procedimento estimularia a autogestão e o hábito pela participação nos debates e decisões de interesse comum, já que incentiva o acompanhamento da aplicação de recursos e a eleição de prioridades dentro do espaço escolar permitindo tal prática também fora da escola em outro âmbitos.

Sobre o destino dos recursos financeiros uma escola, de maneira equivocada, respondeu que os recursos são gastos com merenda escolar. Este fato é preocupante, pois demonstra a total falta de esclarecimento do gestor sobre a origem da merenda escolar cuja distribuição é regida por uma política do governo federal havendo legislação própria (Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013). Por sua vez, três escolas responderam que os recursos são gastos com compra de material permanente, uma escola informou que são voltados para compra de matérias de manutenção. E três escolas não souberam informar como são aplicados os recursos, o que demonstra a falha de informações entre SEMED e comunidade escolar.

A falta de acompanhamento sobre os gastos dos recursos públicos é um serio problemas nas escolas brasileiras, porém nas escolas rurais este fato é ainda mais grave. A

falta de conhecimento de gestores escolares, a ausência de conselhos escolares e o não acompanhamento por parte dos membros da comunidade onde localizam as escolas, faz com que os “parcos” recursos destinados à educação deixem de ser aplicados onde deveriam.

Quando questionadas sobre prestação de contas de recursos aplicados na escola, quer seja por repasse do governo, quer seja pela aquisição por meio de promoções e festividades, apenas duas escolas informaram que realizam tal função anualmente. Tal processo segundo os informantes segue a seguinte ordem: prestação de contas à SEMED, ao conselho escolar, à comunidades. Porém apenas uma das oito escolas investigadas realizou o processo junto às três instâncias mencionadas, a outra escola informou que apenas prestou contas à SEMED.

Sobre questões relacionadas ao cotidiano, quando acontecem graves problemas na unidade escolar das oito escolas analisadas, três levam ao conhecimento da SEMED, três reúnem a direção junto com os professores, e duas escolas informaram que apenas o diretor resolve a questão. É válido destacar que na pergunta havia a opção de comunicar ao líder da comunidade sobre o fato ocorrido, porém esta alternativa não foi apresentada pelos entrevistados, o que reforça a compreensão de que a comunidade do entorno da escola pouco participa da vida educacional.

Fotografia 28 - Transporte Escolar na RESEX Arióca Pruanã



Fonte: Autoria própria (2013).

Fotografia 29 – Transporte Escolar na RESEX Arióca Pruanã



Fonte: Autoria própria (2013).

Fotografia 30 – Transporte Escolar na RESEX Arióca Pruanã



Fonte: Autoria própria (2013).

Em relação ao meio de transporte utilizado para se ter acesso à escola, as informações foram unânimes no sentido de apontar as embarcações como principal forma de locomoção. Por se tratar de área de várzea cortada por muitos rios e igarapés, dificilmente outra forma de transporte poderia assegurar a ida e vinda de estudantes, professores e demais servidores.

Mesmo existindo incentivo ao transporte escolar por meio de política própria (Lei nº 10.880, de 09 de junho de 2004), a locomoção desses sujeitos ainda é precária, pois os barcos são pequenos e insuficientes funcionando sempre no limite da lotação permitida. Segundo a SEMED o recurso repassado pelo governo federal é insuficiente para o custeio carecendo de complementação por parte do poder público municipal. Ainda, de acordo com os proprietários de embarcação, o pagamento feito pela prefeitura atrasa muito e dificulta o bom oferecimento do serviço uma vez que os barcos carecem de combustível e os proprietários não dispõem de reserva financeira para aguardar o pagamento feito pela SEMED.

Com relação aos aspectos pedagógicos as oito escolas informaram que utilizam livros do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), do governo federal, sendo que uma dessas escolas também desenvolve o Programa Escola Ativa, que tem como objetivo melhorar a qualidade do desempenho escolar em classes multisseriadas nas séries iniciais do ensino fundamental de escolas do campo. Esse programa implanta nas escolas contempladas recursos pedagógicos e de gestão, como *kits* de caderno de aprendizagem das disciplinas Português, Matemática, Ciências, História e Geografia para os estudantes do ensino fundamental.

No que se refere ao planejamento das ações pedagógicas promovidas pela escola, seis escolas informaram que o planejamento ocorre uma vez por ano, acontecendo na cidade. Outras duas informaram que não participaram desse processo. Significa dizer que as questões relacionadas à população rural atendida são pensadas, debatidas e decididas na cidade. Seria interessante que o planejamento ocorresse pelo menos de quatro em quatro meses segundo as questões apontadas pelas escolas. Verificou-se que é preciso estímulo por parte da SEMED para que as escolas possam conduzir suas atividades de planejamento, de acordo com suas especificidades, pois segundo relatos o planejamento urbano acontece apenas em um dia, o que não contempla as necessidades das escolas rurais.

Ainda somado a tal questão, existem escolas que ficaram de fora do planejamento, bem como questões centrais relacionadas à UC Arióca Pruanã que não são levadas ao campo das reflexões de debates no momento em que está se pensando nas ações pedagógicas do ano letivo.

Sobre a realização e participação de curso de formação continuada, em seis escolas fora informado que os professores são convidados a participar, sendo liberados nestes dias, com vistas a poder discutir propostas, enriquecer o campo de conhecimento e melhorar sua prática. Apenas em duas escolas a informação foi de que os professores não participam dessas formações, quando questionados sobre a resposta os entrevistados explicaram que os convites para esses eventos nunca chegam até eles, e que somente tornam-se sabedores quando tudo já

passou. Os temas dos cursos e oficinas são escolhidos pela própria SEMED, e dentre esses, nunca houve um circuito de cursos e oficinas direcionados para as questões socioambientais existentes na RESEX Arióca Pruanã.

Como a maioria dos professores que trabalham nas oito escolas da RESEX vivem nas próprias comunidades é muito baixo o índice de faltosos ao longo do ano letivo, ainda sim, quando estas ocorrem geralmente estão relacionadas a doenças, afastamento para recebimento de salários na cidade, e alguns professores que não moram na própria comunidade que sofrem por problemas de transporte. Segundo os mesmo, os 200 dias letivos previstos no calendário escolar são cumpridos, porém muitos alunos faltam ao longo desse percurso por conta de doenças, atividade laboral, problema de transporte.

O material didático utilizado pelos estudantes é fornecido pela SEMED e faz parte deste *kit* cadernos, lápis, canetas, borracha, lápis de cor, cola. Todos os estudantes recebem o material e consideram que os produtos são de qualidade boa e são muito importantes para auxiliar estes jovens e crianças que são oriundos de famílias de renda baixa. Quando consultados sobre o atendimento aos estudantes com dificuldade a resposta das oito escolas foi de que a forma adotada para auxiliá-los é a aplicação de dever de casa, não havendo desse modo, atividades de contra turno e nem aulas de reforço.

8.2 Observação participante nas escolas e nas comunidades da RESEX Arióca Pruanã

Como não existem prédios escolares em todas as comunidades da RESEX Arióca Pruanã, o funcionamento de uma unidade escolar acaba por representar um privilégio para as comunidades que os possuem. Dispor de prédio escolar significa força e prestígio político das lideranças locais, pois muitas áreas rurais encontram-se desprovidas desse serviço de atendimento aos cidadãos. Mesmo havendo interesse do poder público em implantar política de nucleação de prédios escolares na área rural, o processo de discussão é quase sempre desgastante e cansativo, pois acaba envolvendo interesses político partidários, bem como demonstração de capacidade de barganhar de moradores e lideranças comunitárias.

Ao longo das pesquisas o processo de observação mostrou que em algumas situações a relação entre comunidade e escola ainda acontece de maneira tímida. Durante as observações poucos foram o dias que os pais, no ato de levar os filhos até a escola, entraram no prédio para conversar com professores. Há de se ressaltar que, como o transporte dos estudantes acontece por meio de embarcações locadas pela SEMED, pouco são os pais que ainda precisam levar

os filhos até a escola, e o que é comum são crianças conduzindo canoas pequenas quando o transporte não passa por suas residências.

Fotografia 31 - Estudantes chegando em uma das escolas da RESEX Arióca Puanã



Fonte: Autoria própria (2013).

Quando consultados sobre a frequência da participação dos pais na escola, os professores das 10 comunidades responderam praticamente a mesma coisa:

Aqui é muito raro aparecer pais de alunos *pra* conversar com a gente *pra* saber como *vão* indo o filho deles. Os pais só aparecem aqui quando é *pra* matricular ou quando começa a aparecer falta e o bolsa família ameaça eles, porque se a gente mandar muita falta os alunos que tem o bolsa família perdem o benefício (E.M., docente de escola da RESEX Arióca Puanã, 2013).

A gente até que convidada o pai e a mãe deles *pra* vir até aqui conversar com a gente, mais isso é muito difícil. Até porque os pais dessas crianças passam o dia todo na lida pescando, fazendo farinha, tirando açaí. A gente faz a nossa parte de convidar (C.T., docente de escola da RESEX Arióca Puanã, 2013).

Eles só vem aqui com a gente quando tem alguma festa, ou quando o pessoal da SEMED ameaça cortar o benefício do bolsa família deles. A gente chama, mas eles nunca vem, até porque *num* existe essa cultura dos pais acompanharem como vai os estudos dos filhos. Eles mandam as crianças *pra* cá é pronto, a responsabilidade passa a ser toda nossa. Isso eu acho errado (M.T., docente de escola da RESEX Arióca Puanã, 2013).

No que se refere à forma como acontece à relação escola comunidade os moradores das 10 comunidades investigados não apresentaram discrepâncias significativas em relação a suas respostas. Todos reconhecem a importância da instituição escolar em suas comunidades e

demonstram muito apreço e estima em relação aos profissionais que realizam os trabalhos. Os comunitários consideram que o funcionamento de escolas na área rural é uma conquista importante e representa a possibilidade de poder escolarizar os filhos, pelo menos até certo nível de conhecimento.

Existe relação de cordialidade e respeito entre moradores e professores, fato que se confirma em algumas das falas destes últimos em diferentes comunidades da RESEX:

A gente participa da escola quando é convidado. Até porque a gente *num* é mais aluno, mas tem interesse em ajudar no que precisa. Quando dá certo de a gente ir, até porque a gente tem lida do dia, a gente faz um esforço de ir, né. É bom saber como tá o filho da gente, se ele num tá muito danado (J.B., pai de estudante da escola da RESEX Arióca Pruanã, 2013).

A gente tem muito respeito pelos professores porque eles *tão* ensinando os filhos da gente. A gente estudou pouco por causa naquele tempo o negócio era trabalhar pra arranjar a *bóia*. O papai num entendia muito a importância do estudo, mas eu faço questão de mandar meus *filho* estudar. O trabalho desses professores é muito importante *pra* gente (C.T., pai de estudante da escola da RESEX Arióca Pruanã, 2013).

Teve um tempo que a professora *num* parava aqui, ele era moça da cidade. Mas agora os professores já são daqui de perto e eles *num* estranham muito a vida aqui no interior. A gente sempre procura agradar eles *pra* eles *num* irem embora. *Num* é bom quando a gente vê o filho da gente sem estudo, isso já aconteceu comigo e *num* quero ver meus filho dando *morro* (A.S., mãe de estudante da escola da RESEX Arióca Pruanã, 2013).

A escola é uma instituição que nas áreas rurais desenvolve não só o processo educativo formal, mas representa a presença do Estado e tem papel aglutinador junto aos moradores da comunidade. Vários são os relatos e observações onde à escola sedia reuniões cujo objetivo é debater questões da comunidade. A escola também é local da realização de festividades, algumas dessas representam a única forma de lazer e descontração dos moradores.

A participação da comunidade nas atividades cotidianas da escola é inseparável do contexto sócio-político no qual se insere. É nesse contexto que se constroem e se estabelecem as possibilidades e os limites, bem como são determinados os significados do processo formativo. Por conta disso a participação acaba por ser um instrumento indispensável para a construção de ações capazes de transpassar as “paredes” da escola, e esta por sua vez deve constituir-se enquanto local agradável e atrativo não só para os alunos, mas para toda a comunidade do entorno.

Sabe-se que a participação comunitária na escola não se reduz pura e simplesmente a uma questão de ordem pedagógica, é também um problema político. A prática da autonomia, que implica uma revalorização do papel da escola e a co-responsabilização de toda a

comunidade educativa, sustenta-se, desta forma, numa articulação legal, que transfere para a escola as competências e espaços de decisão. A decisão de abrir as portas da escola à comunidade deve ser compreendida como um processo, inserido numa estratégia de mudança na forma como a instituição escolar lida com seu público. Tal medida constitui maior intervenção no campo educativo, especialmente por introduzir atores sociais envolvidos em relações de poder e saber tanto no interior como fora da escola.

No processo de inserção da comunidade na escola se faz necessário demonstrar uma predisposição em compartilhar elementos novos que atraiam os comunitários, de modo que se sintam envolvidos a ponto de adotar participação ativa, em colaboração com a escola, na elaboração de estratégias voltadas à criação de formas de aprendizagem capazes de contemplar os contextos culturais presentes na escola e na comunidade. A abertura da escola à comunidade deve ocorrer num contexto solidário e convidativo, dinâmico e otimista, de modo que possa envolver as noções de parceria, de partilha de responsabilidades e de participação. Tais elementos concorrem para que haja compreensão de que o sucesso educativo é alcançado com a colaboração de todas as estruturas e contextos que constituem o mundo do aluno, dos comunitários num processo capaz envolver o projeto pedagógico, às necessidades reais da comunidade, munindo-lhes da apropriação dos processos de mudança e reforçando a sua autonomia, a sua credibilidade social e identidade. A escola e a comunidade devem procurar unir sinergias na identificação de ações conjuntas a desenvolver.

Diante de tais reflexões e a partir das atividades de ensino observadas nas escolas da RESEX percebeu-se pouca mudança em relação ao modo tradicional de se trabalhar as aulas. A sala de aula, quando interpretada a partir de uma compreensão de espaço social, constitui um campo diversificado que está em pleno processo de construção e ressignificação de saberes que são gerados mediante interações e representações que se estabelecem entre professores e alunos. Essas interações assumem significados que se constituem produto de representações que, por sua vez, são frequentemente reelaboradas graças às incessantes trocas de experiências e informações, que também produzem significados novos. Tal fenômeno é mediatizado pelo discurso de outros atores que se encontram situados em espaço social, que pode ser entendido tanto como sala de aula, quanto como escola, ou comunidade, como no caso da RESEX Arióca Pruanã.

Como já era de se esperar, mesmo com a ocorrência de concurso público municipal (001/2008) para o provimento de vagas de professor, ainda é significativo o número de professores leigos no exercício de sala de aula. As atividades educacionais, cotidianas, da sala de aula desses professores leigos, apresentam singularidades comuns em relação àquilo que se

passa em outros espaços educacionais, a exemplo os espaços urbanos. Essas singularidades constituem um conjunto de relações do cotidiano que são percebidas nas várias escolas públicas brasileiras (assim como nas escolas da rede privada).

O processo de relações e significados constituem as condições iniciais de elaboração e reelaboração de saberes dos indivíduos sobre si mesmos, sobre suas práticas, e sobre a realidade onde vivem. Sabe-se que os sujeitos adotam regras e posições sociais e institucionais, de tempo e espaço, imposta pela sociedade já constituída, porém isso não os impede de contrapor-se a elas pela inserção de saberes, habilidades e valores, que fazem parte de suas representações dentro de um processo de construção de novas relações cujo objetivo é contemplar expectativas pessoais, institucionais e sociais. São essas representações que os legitimam enquanto grupo, comunidade, ou mesmo instituição.

As práticas pedagógicas dos professores da RESEX apresentam características interessantes uma vez que se percebeu que elas se estruturam a partir elementos acumulados com base na trajetória familiar, estudantil, profissional, e que encontra na sala de aula um ambiente propício quando confrontados com questões do cotidiano bem como da realidade individual de cada ator. Nestes termos, pôde se verificar nas oito escolas que atendem as 10 comunidades investigadas, que o trabalho dos professores ocorre num contexto escolar envolvido em condições de trabalho coletivo junto aos alunos em situação serial, mas também num a dinâmica de multisserie, o que dificulta o controle das atividades educativas, mas que não impede que elas aconteçam em outro ritmo. Nessas escolas rurais, cuja disponibilidade de recursos materiais é precária, os professores se veem obrigados a adotar estratégias que minimamente lhes permita desenvolver suas aulas. Diante da dificuldade em se trabalhar com poucos recursos se percebeu o estabelecimento de intercâmbio a realidade vivenciada e os materiais pedagógicos já que esses quase nunca estão disponíveis.

No tocante à realização de tarefas voltadas para estreitar as relações entre família e escola, poucas foram às atividades onde se observou tal objetivo a ser colocado como meta, uma vez que as aulas sempre seguiam aquilo que estava sendo recomendado pelo livro didático, e o professor pouco ousava sugerir algo criativo. Quando questionados sobre a dependência em relação ao livro didáticos boa parte dos professores respondeu que este recurso era, em alguns casos, a única ferramenta para se trabalhar em sala de aula, e que a SEMED cobrava rigorosamente a utilização do mesmo. Outra justificativa foi a carga de trabalho do professor que em alguns casos não lhe permite preparar aulas mais instigantes, o que acaba por concentrar as atividades educativas na sala de aula, onde estes docentes estabelecem suas formas de organização de tempo e espaço.

Desprovido de recursos didáticos, pouco assistidos de curso de formação, os professores da RESEX Arióca Pruanã dificilmente conseguem transpor, e tão pouco aglutinar saberes construídos para suas atividades pedagógicas. As tarefas em sala de aula não foram capazes de mostrar a superação da antiga prática intuitiva (que não é ruim quando utilizada com parcimônia), assim como não desenvolveram atividades articulando a prática sistematizada com a reflexiva. Desse modo, entende-se que a valorização da experiência associada à percepção da realidade, junto aos saberes historicamente reunidos, constitui-se num elemento de superação dos processos de construção de saberes atrelados ao improvisado.

Era de se esperar que os professores fossem capazes de trazer para a sala de aula não apenas os elementos acumulados no âmbito de suas vidas e aqueles construídos a partir da cultura escolar, mas também as representações, concepções, modos de fazer e de ser que se situam diluídos na coletividade existente fora da escola. Por conta de viverem dentro de uma reserva extrativista esperava-se que as questões de ordem socioambiental nutrissem as atividades educativas, ou pelo menos compusessem os planejamentos orientados para o ano escolar. Nada disso ocorre, pois as intervenções que sinalizam para esta linha ocorrem de modo esporádico, e sem atentar para objetivos duradouros. A exemplo, a fala de alguns professores reflete tal afirmação:

A gente faz atividades destinadas à questão ambiental no dia do meio ambiente, no dia da árvore, no dia da água. A gente sabe que tem que proteger a floresta, os animais *pra* que o mundo seja melhor. Quando essas datas chegam a gente reuni os alunos *pra* fazer limpeza em volta da escola, plantamos árvores, fazemos cartazes sobre a importância da natureza (I. L., docente de escola da RESEX Arióca Pruanã, 2013).

O meio ambiente é muito importante, e a gente procura trabalhar os temas transversais com nossos alunos por que eles precisam proteger a natureza. Sempre que dá a gente tenta fazer uma atividade voltada para a discussão da natureza, das águas, do solo. Mas a gente sabe que acaba ficando difícil fazer isso com frequência porque a SEMED exige que os conteúdos sejam vencidos de acordo com o calendário letivo (J. A. , docente de escola da RESEX Arióca Pruanã, 2013).

Eu até tenho vontade de fazer outras atividades sobre meio ambiente com meus alunos, mas preciso de mais conhecimento e formação sobre o assunto. A gente faz aquilo que é possível, mas a gente precisa de mais cursos e palestras *pra* conseguir se *interar* dos assuntos. É muito importante trabalhar sobre a natureza, a Amazônia, o meio ambiente (D.O., docente de escola da RESEX Arióca Pruanã, 2013).

As falas demonstram que os docentes ainda não conseguem utilizar os novos problemas oriundos à criação da reserva como condicionantes capazes de subsidiar as aulas e demais atividades pedagógicas a serem realizadas nas escolas. A falta de um projeto político pedagógico da SEMED capaz de integrar a questão ambiental faz com que pouco interesse

seja despertado para tal questão. Mesmo aqueles que se demonstram interessados pelas questões da RESEX não se sentem à vontade para ir à diante uma vez que não dispõem de recursos teóricos.

Consultados sobre a participação nas discussões sobre as políticas e decisões realizadas em assembleias dentro da RESEX, os docentes responderam da seguinte forma:

Já fazia algum tempo que *num* tinha reunião aqui pra falar sobre essa reserva. A gente ficava meio que por fora, porque era só o pessoal do sindicato e do ICMBIO que tomava frente das coisas. Eu nunca fui convidada *pra* nada, apenas ficava sabendo que tinha lei *pra* impedir que caçasse aqui dentro, que num era mais *pra* colocar fogo no mato *pra* fazer roçado, essas coisas (M.D., docente de escola da RESEX Arióca Pruanã, 2013).

Quando os encontros acontecem eles só chamam uma meia dúzia de gente e fica por isso mesmo. Nós não *temo* acesso as informações. Se a gente tivesse as informações a gente poderia até ajudar a espalhar as coisas com a população que vive aqui. Mas é assim, a gente ainda *num* sabe ao certo o que essa reserva pode nos trazer de bom. Até agora só vejo umas pessoas se queixando que *num* pode mais vender a madeira (K. S., docente de escola da RESEX Arióca Pruanã, 2013).

Sabe-se que a responsabilização e participação também parte dos indivíduos que vivem no contexto dos fatos. Neste caso seria interessante que os professores também assumissem envolvimento maior nas questões relacionadas aos problemas socioambientais da área, pois, suas contribuições certamente seriam bem vindas e, além disso, na condição de formadores de opinião esses docentes poderiam melhor disseminar informações sobre aspectos de interesse público.

Outra questão observada nas escolas da RESEX de Oeiras do Pará está centrada na forma como os conteúdos disciplinares são trabalhados. Sabe-se que um dos fatores que contribuem para a evasão escolar é a ausência de relação existente entre os conteúdos trabalhados e as situações cotidianas, o que faz com que o estudante se sinta desmotivado, sem dispensar interesse em estudar algo que não possui aplicação real. Seria muito importante que os educadores criassem mecanismos capazes de utilizar os conhecimentos dos estudantes despertando meios para solucionar problemas, compreender fatos, organizar e planejar.

No decorrer do período de observação dos trabalhos educativos, o que se viu nas oito escolas investigadas foram atividades estritamente conteudistas cujas explicações ficavam apenas no campo das ideias, sem ao menos atentar para questões atuais do local ou região. As atividades se resumem a exercícios copiados da lousa, ou ditados pelo professor, trabalhos propostos pelos livros didáticos. Na hora de realizar as explicações os professores até tentam

relacionar os conteúdos às questões vivenciadas pelos estudantes, porém os exemplos são muito simples e de pouca relevância para os mesmos.

Sabe-se que parte da vida escolar dos estudantes está diretamente relacionada à sala de aula, e essa, por sua vez precisa dispor de requisitos fundamentais para que seja possível aproveitar a perspectiva dos estudantes. Entende-se a sala de aula como lugar propício onde o estudante deverá encontrar condições ambientais e educacionais para pensar os problemas e as diferentes formas de resolução, através do estímulo à criatividade. Esse tipo de interação do saber não foi visto com frequência nas escolas observadas já que as aulas continuam doutrinárias e pouco convidativas no sentido de provocar o raciocínio, criticidade e estabelecimento de relações com as questões do mundo.

Não se viu discrepância de uma escola para outra no que se refere às atividades pedagógicas que os docentes realizam no processo ensino-aprendizagem tais como: elaboração do planejamento de ensino, do material pedagógico e avaliação, escolha de estratégias como o canto, chamada, fila, desenho, exercícios em classe, dever de casa, ditado, cópia, recursos subjetivos de motivação dos alunos, saudação de chegada e saída da classe. O grande problema é que mesmos nas séries mais elevadas poucas vezes essas atividades foram relacionadas com os problemas ambientais da RESEX, sendo válido ressaltar que não se quer, aqui, priorizar ou exclusivizar a questão das UC, mas parece ser oportuno falar a esses estudantes sobre sustentabilidade, cooperação, capacidade de resiliência, aquecimento global, biodiversidade, manejo, etc. Todas as questões mencionadas são vivenciadas de modo confuso e problemático dentro desta RESEX, pois os indivíduos convivem com tais desafios, mas não conseguem processá-los, e tão pouco relacioná-los às questões vistas na escola.

Existe uma preocupação exacerbada dos currículos escolares em contemplar o ensino da língua, das matemáticas, das ciências, das questões sócio-política-econômica da humanidade, e das artes, pois o que tem sido o centro de interesses é o desenvolvimento da dimensão cognitiva dos indivíduos que frequentam a escola. Assim como nas escolas urbanas, nas escolas da RESEX percebeu-se que os conteúdos trabalhados estão descontextualizados e dissociados da realidade e dos interesses da maioria desses estudantes, sendo negligenciadas outras dimensões constitutivas do ser humano e suas necessidades básicas. Quando perguntados sobre a importância das questões trabalhadas pelos docentes, os estudantes responderam:

Algumas coisas da aula até são importantes de a gente saber por que serve *pra* nossa vida. Mas tem coisa que a gente *num* sabe *pra* que vai servir um dia. Isso deixa a aula cansativa e à vezes a gente *num* consegue aprender (J. G., estudante de escola da RESEX Arióca Pruanã, 2013).

Tem assunto que eu gosto de estudar por que eu entendo e aprendo, mas tem coisa que é muito enjoado de estudar. *Num* gosto quando a professora começa a falar assuntos complicados, mas eu sei que ela tem que passar *pra* gente porque a gente tem que aprender (N.T., estudante de escola da RESEX Arióca Pruanã, 2013).

Eu vivo me perguntado *pra* que é esses assuntos vão servir *pra* mim na minha vida. Tem coisa que eu sei que nunca vai ser preciso eu usar, eu aprendo porque eu tenho que tirar uma nota boa, mas *num* sei como vai servir *pra* mim na minha vida (P. R. , docente de escola da RESEX Arióca Pruanã, 2013).

A sensação é de que, essas escolas rurais dificilmente conseguirão dar conta da tarefa de construção de cidadãos críticos e participativos capazes de interferir na consolidação da democracia social, ao menos que seja feita uma grande empreitada dos organismos públicos de ciência, tecnologia e informação.

Existem inúmeros relatos e experiências pedagógicas que privilegiam a contextualização da realidade dos estudantes aos conteúdos escolares, e dentre esses casos destaca-se meio ambiente, saúde, cultura, a sexualidade, etc., gozando de resultados animadores. Os próprios referenciais curriculares do sistema de ensino brasileiro sugerem e recomendam tais práticas. Infelizmente, os resultados ainda podem ser considerados tímidos, pois, tanto na área rural como na área urbana o que se ouve são professores e estudantes reclamando sobre o que deve ser ensinado/estudado e como fazer desses conhecimentos algo produtivo para a vida.

É perceptível que sem intervenção da SEMED, instituições ensino superior e pesquisa, torna-se difícil implementar propostas de reorganização curricular a fim de superar a exclusiva utilização de conteúdos tradicionais condicionados ao livro didático. A formação continuada e qualificação docente orientada pelas instituições de ensino e pesquisa auxiliam a apropriação de saberes necessários para a inserção de temas transversais tais como: saúde, ética, meio ambiente, o respeito às diferenças, os direitos do consumidor, as relações capital-trabalho, as drogas. O processo somente se instaura se houver interesse das várias partes (comunidade escolar, SEMED, instituições de ensino, comunidades da UC e governo municipal, ICMBIO, entre outros).

É necessário que o currículo seja revisto, não apenas com vistas a produzir novas disciplinas, mas com a perceptiva de re-contextualização dos conteúdos trabalhados sob uma óptica interdisciplinar e transversal. Com isso, não se quer abandonar o uso de conteúdos, mas sim, fazer com estes passem a auxiliar na condição de instrumentos e ferramentas capazes de proporcionar a construção da cidadania e de personalidades morais autônomas e críticas dos indivíduos que vivenciam a educação.

8.3 A atuação dos gestores das escolas de RESEX Arióca Pruanã

As populações rurais da região amazônica são basicamente formadas por trabalhadores e trabalhadoras que vivem nas proximidades dos rios e, por conta disso estabelecem uma relação muito forte com esse meio. Essas famílias geralmente são numerosas, vivem de atividades de subsistência merecendo destaque a pesca artesanal, criação de pequenos animais e a agricultura familiar. Sua relação com o ambiente é muito forte, pois esses indivíduos, dentro de suas limitações, compreendem a importância da conservação, e por conta disso acabam entrando em contradição, quando do outro lado está a sua necessidade de manutenção do *modus vivendi*.

Fotografia 32 - Família moradora da RESEX Arióca Pruanã



Fonte: Autoria própria (2013)

Essas populações ainda encontram-se desassistidas de política públicas nas áreas de saúde, educação e qualificação profissional. No caso específico da RESEX Arióca Pruanã os ribeirinhos, particularmente os que vivem nas 10 comunidades investigadas, demonstraram ter pouca visibilidade em relação ao poder público, e por essa, entre outras razões acabam ficando às margens das políticas públicas. Durante as pesquisas de campo não se encontrou no município documento algum capaz de demonstrar alternativas na perspectiva do desenvolvimento sustentado, que considerem as necessidades dessas populações tradicionais.

É válido destacar que o debate sobre o desenvolvimento, vem assumindo cada vez mais importância na medida em que incluiu a sustentabilidade na dinâmica macroeconômica, e por conta disso exige maior compreensão da complexidade que envolve a referida temática. Neste sentido, a compreensão do desenvolvimento sustentável se faz necessária não só no âmbito da produção intelectual, mas na agenda política do mundo contemporâneo, assim como no cotidiano das populações urbanas, e neste caso, as rurais.

É possível afirmar que a ideia da sustentabilidade gerada a partir da concepção e prática dos ribeirinhos pode ser interpretada quando se considera o tempo em que estes vêm se relacionando com a natureza, bem como o modo como desenvolvem esta relação. Este processo de penetração no modo de enxergar dessas populações tradicionais exige capacidade de reunir elementos que permitam entender o mundo a partir das suas criações, seus mitos e significados. Caso contrário, além de não se estabelecer o entendimento necessário, é provável que se construam interpretações que não condizem com a realidade e que produza revolta ou indignação.

Todo esse exercício visa compreender a concepção de natureza e meio ambiente dos homens e das mulheres ribeirinhas na RESEX Arióca Pruanã de maneira coletiva e dialogal. Com base no estímulo a esses trabalhadores rurais através da vivência educativa formal e não formal poderá tornar-se possível criar estratégias para superar as crises geradas pelas questões de ordem socioambiental que tanto lhes incomodam. Tal afirmação fundamenta-se na fala de três gestores de escola entrevistados na RESEX sobre o que é desenvolvimento sustentável:

A gente ouve todos os dias falar na televisão que o desenvolvimento sustentável é importante *pra* salvar o planeta, *pra* garantir a nossa sobrevivência. A gente tem que cuidar das florestas, proteger os rios os animais. O desenvolvimento sustentável vai garantir um mundo melhor *pros* nossos filhos. A gente tem que fazer a nossa parte e cuidar do planeta (M. V. , diretor de escola da RESEX Arióca Pruanã, 2013).

Eu num sei bem definir o que é o desenvolvimento sustentável, mas vejo que é preciso o governo investir mais na gente que tá aqui na ilha, dando aula e trabalhando *pra* educar essas pessoas. Olha, eu entendo que *pra* desenvolver é preciso ensinar, educar as pessoas. Aqui a nossa gente é muito humilde, ignorante, posso dizer assim. *Pra* desenvolver nosso lugar tem que investir na instrução das pessoas, e tem que dar oportunidade *pra* essas pessoas trabalharem *pra* desenvolver o lugar (J. D, diretor de escola da RESEX Arióca Pruanã, 2013).

O desenvolvimento sustentável é um sonho que a gente pensa em alcançar um dia. Um mundo justo onde a pessoas tenham o suficiente *pra* viver bem, sem ter que destruir a natureza. O desenvolvimento sustentável é o que vai assegurar o nosso futuro porque do jeito que *tá* as coisas, está cada vez mais difíceis (S.C. , diretor de escola da RESEX Arióca Pruanã, 2013).

Fica visível a pouca profundidade de entendimento sobre o termo desenvolvimento sustentável, pois ainda que vivenciem fatos como degradação e esgotamento das potencialidades naturais, os modelos ambientais que colocam em voga as formas históricas de relação de trabalho e de produção dos povos que vivem nesta região, esses homens e mulheres estão muito aquém da compreensão sobre as questões relacionadas à sustentabilidade.

Questionados sobre o que a unidade de conservação representa, nenhum destes indivíduos conseguiu responder, e pouco atentaram para o fato de viverem dentro da RESEX.

A unidade de conservação é *pra* proteger a natureza *né*. Acho que é uma forma que o governo encontra *pra* garantir que as pessoas não vão destruir a floresta (S. C. , docente de escola da RESEX Arióca Pruanã, 2013).

Eu já ouvi falar, mas não sei perfeitamente o real significado. Sei que aqui onde a gente vive, isso aqui é área protegida, eles *num* podem caçar, serrar a madeira, *num* pode mais fazer roça. Acho que é isso. E *num* deixar destruir a floresta (M.V., docente de escola da RESEX Arióca Pruanã, 2013).

Aqui é uma unidade de conservação. É uma forma do governo garantir a proteção a floresta e dos rios que existem aqui. Se *num* fosse feito isso, o pessoal que serra madeira já tinha acabado com tudo aqui (J. D. , docente de escola da RESEX Arióca Pruanã, 2013).

Ainda que percebam a importância da UC, pouca se avança no sentido de compreender os reais objetivos de sua criação, assim como suas potencialidades e possibilidades. Sem a aquisição dos conhecimentos, saberes e as práticas que constituem a herança cultural historicamente reunida pela sociedade moderna, torna-se impossível refletir de forma autônoma e segura sobre as transformações promovidas pela humanidade no diferentes contextos sociais.

Sobre o entendimento em relação ao significado da Reserva Extrativista os diretores de escola entrevistados demonstraram pouco conhecimento relacionado ao assunto argumentado em alguns casos da seguinte maneira:

Quem sabe falar bem sobre a reserva é o pessoal do sindicato que anda por aqui junto com o pessoal do ICMBIO. Oque eu sei é que tem uma lei que proíbe qualquer tipo de atividade que agrida o ambiente aqui dentro. Antes a pessoas vinham e caçavam e pegavam o que queriam aqui. Mas agora tem fiscalização direto (M.V., diretor de escola da RESEX Arióca Pruanã, 2013).

A reserva foi criada *pra* proteger as florestas, por que senão o povo ia acabar com tudo oque tinha aqui dentro e até com a gente (J. D. , diretor de escola da RESEX Arióca Pruanã, 2013).

A reserva extrativista mudou a vida das pessoas por aqui tem gente indo embora, tem gente que está satisfeito. *Pra* mim *num* mudou muita coisa, eu continuo tendo que comprar o que eu preciso lá na cidade. Com a reserva parou mais aquela coisa

de serrar madeira, mas ainda tem gente que faz isso escondido (S. C., docente de escola da RESEX Arióca Pruanã, 2013).

A situação colocada em relação aos gestores escolares demonstra que é preciso instaurar um processo de integralização de práticas produtivas relacionadas às questões que envolvem a apropriação da natureza e do conhecimento a ela relacionado. É preocupante o desconhecimento desses formadores de opinião em relação ao que significa uma reserva e qual o sua importância. Seria interessante, no mínimo que esses profissionais soubessem o que uma reserva extrativista representa no contexto como o vivenciado na região tocantina.

Uma das possíveis interpretações que se faz sobre tal desconhecimento está relacionado à ausência de qualquer tipo de formação ou preparação dos gestores para assumir a escola. Na verdade os diretores aprendem a realizar suas funções na prática já que não existe uma política de treinamento de formação de gestores a nível local. Além disso, não existe atenção diferenciada para com o diretor que assume a escola da RESEX, que aos olhos da SEMED não necessita, já que é uma escola com outra qualquer. Destaca-se que todos os diretores escolares das escolas da RESEX Arióca Pruanã ocupam o cargo de gestor por conta de indicação política do prefeito municipal, uma vez que em Oeiras do Pará não existe concurso para diretor, e tão pouco a escolha é feita pela comunidade escolar.

A falta de uma política de formação de educadores para trabalhar na reserva Arióca Pruanã torna mais difícil repensar o currículo e as práticas educativas formais das comunidades ribeirinhas e demais localidades da área. Sem essa estratégia de ação torna-se impossível debater e vivenciar, com entendimento, as questões ambientais considerando que as mudanças que ocorrem assumem proporções capazes de impactar tanto a cultura quanto as relações das pessoas estabelecidas entre aqueles que vivem nas comunidades do interior da UC.

A criação das Unidades de Conservação no Brasil não mais ocorre como se essas fossem consideradas como áreas desabitadas dentro de uma determinada região. Porém o que ainda vem acontecendo é que esse processo ainda se dá com pouca participação dos habitantes, instituições e organizações locais. Este fato traz como consequência a incapacidade de inserir a política de UC no contexto de desenvolvimento socioeconômico, cultural, e regional.

Não deixa de ser comum que em alguns casos que os espaços territoriais destinados à criação de UC, mesmo estando desabitados por pessoas constituam áreas de coleta de recursos naturais através do extrativismo, comercial ou mesmo com vistas à subsistência, ou ainda, constituam espaços onde são realizadas atividades econômicas em propriedades cujas

habitações se encontram fora da área da Unidade. Por conta disso, subentende-se que o uso desses espaços é das populações que vivem dentro e no entorno das UC. Neste sentido pode-se afirmar que as UC podem ser criadas, próximo de ocupações humanas cuja ação é intensiva ou não, como no caso da RESEX Arióca Pruanã, onde ocorria intensiva exploração de madeira e *tiração* de açaí, além de outras formas de extrativismo.

No caso de Oeiras do Pará a criação da RESEX Arióca Pruanã aconteceu em áreas de território de uso das populações que ali residiam, bem como daqueles que apenas deslocavam-se da cidade até a floresta para explorar seus recursos e espaço. A exemplo, pode-se considerar as áreas de roça, áreas destinadas ao extrativismo, à coleta de recursos para produção de utensílios domésticos (talas e fibras vegetais, argila), ou mesmo instrumentos de trabalho. Significa dizer que essas populações podem, ou não, encontrarem-se vivendo no interior da unidade e ainda sim, atuarem nas áreas de uso cultural, historicamente definidos.

No caso do município de Oeiras do Pará parte das pessoas que explora a RESEX vive na cidade merecendo destaque, palmiteiros que adentram a área, caçadores, pescadores artesanais, serradores de madeira, apanhadores de açaí, produtores de farinha. Neste caso, a utilização dessas áreas, por meio da retirada dos recursos ou no uso dos espaços (a exemplo: as roças) produz impactos importantes sobre as UC, ocasionando conflitos entre as populações e a administração das áreas a serem conservadas conforme do representante do ICMBIO que chefia a RESEX Arióca Pruanã.

Por mais que tentemos esclarecer sobre a inviabilidade de certas formas de exploração dos recursos da floresta, sempre estamos nos deparando com situações conflituosas. Aliás, a gestão do conflito é uma constante em nosso trabalho, pois o mesmo cidadão que participa das reuniões do Conselho Gestor, acaba em algum momento transgredindo a regras. Na hora de agir acabamos sofrendo o constrangimento de autuar aquele cidadão que ontem debatia com a gente as questões da reserva (Patrick Rabelo, chefe da RESEX Arióca Pruanã, 2013).

Ainda a esse respeito, quando questionados os gestores das unidades escolares sobre a existência de um termo de uso dentro da RESEX, todos demonstraram total desconhecimento sobre o assunto.

O termo de uso pode ser descrito como um conjunto de regras com vistas a assegurar o manejo a ser realizado nas várias comunidades que compõem a RESEX. A ideia é que seja possível continuar realizando de modo racional o roçado, que sejam conservadas as estradas de seringa, ou castanha, que a caça possa ser explorada considerando a oferta, que a pesca respeite o período de defeso, e a extração de sementes e madeiras ocorra de modo planejado.

O termo de uso almeja proporcionar a utilização dos recursos naturais de modo equilibrado e racional sem ameaçar as reservas.

Mesmo sabendo que é importante respeitar as regras de vivencia e utilização dos recursos, os gestores escolares informaram que não sabem, de modo detalhado, como funciona o termo. Ainda que essas pessoas queiram colaborar com os acordos previstos dentro da RESEX, torna-se muito difícil deflagrar tais informações se os mesmos que deveriam ser importantes parceiros, também desconhecem do assunto. Os gestores escolares alegaram que essa informação não lhes foi viabilizada, mas reconhecem que pouco se interessaram em saber do que se trata, apenas ouviram falar, o que significa um grave problema já que alguns desses moram na RESEX.

Enfim, diretores desconhecem o termo de uso e diretrizes do plano de manejo, o que faz com que as escolas da reserva deixem de ser uma referencia de apoio ao trabalho de conservação e uso sustentável dos recursos. Seria importante que as atividades educativas considerassem essas informações, para que, de modo transversal tais questões fossem trabalhadas com os estudantes mostrando-lhes a importância em se cumprir às regras para assegurar bons resultados. O plano de uso assim como o manejo de uma UC estão condicionados à elaboração e compreensão de várias ações necessárias para a implementação de uma gestão e uso sustentável dos recursos naturais em qualquer atividade no interior e em áreas do entorno da RESEX assumindo o desafio de tentar conciliar os espaços apropriados, os diferentes tipos de usos com a conservação da biodiversidade.

A consequência de tal desconhecimento faz com que as leis e regras permaneçam inertes frente ao contexto vivenciado na UC, pois os moradores acabam por não compreender de que maneira podem continuar vivendo sem transgredir, bem como se questionam sobre que alternativas restam diante das proibições. A compreensão e cumprimento dos acordos estabelecidos permite o fortalecimento e impõe senso de envolvimento e comprometimento dos atores do processo. Quando assumido o *status* de partícipes do processo de construção do plano de manejo e do plano de uso estes indivíduos contribuem para que o estabelecimento de regras e leis seja materializado num processo construído de modo compartilhado.

A considerar a questão da execução das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo enquanto política pública na qual vem se trabalhando recentemente, percebe-se que na área que compreende a RESEX e existência de poucas ações com vistas à concretude dos objetivos de dar acesso educacional de qualidade as populações rurais. Esta política pública pensada, e construída contando a mobilização de governo, movimentos sociais e sociedade civil organizada pode ser entendida como uma tentativa de

reconhecimento de dívida histórica do Estado para com as populações residentes na área rural que tiveram negado o direito a uma educação de qualidade. Sabe-se que é forte a crítica em relação ao modelo de educação urbano fracassadamente trabalhado na área rural onde os modelos pedagógicos marginalizavam os camponeses, ou tentavam incuti-los a referência do mundo urbano, ignorando a diversidade sociocultural, especialmente aquela expressa na prática social da diversidade populacional rural.

A elaboração e apresentação das Diretrizes Curriculares da Educação do Campo constitui um trabalho importante para a consolidação da educação como um direito universal, procura auxiliar o docente que trabalha na área rural a reorganizar a sua prática educativa, aproximando-o da realidade dos cidadãos e cidadãs que vivem nas comunidades situadas na área rural. Porém, as observações feitas na RESEX Arióca Pruanã demonstram que muito ainda precisa ser feito até que se alcancem resultados satisfatórios, pois o que se viu está muito distante daquilo que é instituído na Resolução CNE/CEB 1, de 3 de abril de 2002.

Pelo que se propõe, na resolução acima mencionada, as escolas rurais deveriam priorizar a construção de um sentimento de pertencimento entre as crianças, adolescentes e adultos estudantes que deveriam encontrar nessas unidades um projeto educativo diferenciado com vistas a dar sentido em suas vidas. A ideia inicial era fazer com que as diretrizes fossem capazes de motivar os professores na observação e apropriação da riqueza que a área rural oferece em relação à ampliação dos conhecimentos escolares. Não foi isso que se percebeu durante as investigações, pois os professores e gestores demonstraram pouco conhecimento em relação à utilização pedagógica da realidade rural vivenciada.

Fica perceptível que o poder público, especialmente o municipal, pouco tem feito para se fazer cumprir a garantia de universalização do acesso da população rural à Educação Básica e à Educação Profissional de Nível Técnico, aliás, em relação ao nível técnico não se ouviu nenhum comentário sobre perspectivas e possibilidades. Nas escolas os gestores justificam a pouca formação para se ajustar a escola rural às diretrizes da educação do campo. Em nenhum momento se viu apreço à diversidade do rural quando considerados os aspectos: sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia, pois as aulas observadas seguiam basicamente as recomendações do livro didático produzido à luz da realidade urbana.

Mesmo estando localizadas na RESEX, as escolas investigadas participam das questões relacionadas a esta UC, cedendo o espaço para reuniões, cultos ecumênicos. O pouco conhecimento dos gestores escolares em relação às questões legais da UC demonstram que do ponto de vista da institucionalidade, estes atores ainda estão distantes da discussão sobre o desafios da reserva. Em todas as escolas não se viu articulação entre proposta pedagógica da

escola e diretrizes para educação do campo; direcionamento de atividades curriculares e pedagógicas com vistas à debates sobre sustentabilidade; não se percebe nenhuma forma de intervenção educacional associada ao projeto de reserva extrativista; não se vê atividades pedagógicas capazes de estimular a participação e o controle social (não existem grêmios estudantis, nem Associação de Pais e Mestres, apenas conselho escolar que funciona como organismo de Controle Financeiro).

A gestão escolar desenvolvidas na RESEX acontece tendo o diretor, ou professor responsável assumindo a responsabilidade pela condução das atividades de ordem administrativa. Algumas das escolas observadas encontravam-se limpas, conservadas, porém desassistidas de equipamentos e multimeios, não dispunham de espaços adequados para brincadeiras e outras atividades, percebeu-se comprometimento dos profissionais envolvidos, porém na maioria dos casos as comunidades são pouco atuantes em relação ao cotidiano escolar, salvo casos em que há reivindicação por professores ou diretores. As questões mencionadas, quando contempladas, definem aquilo que se entende por uma boa escola.

Para que a gestão escolar seja bem-sucedida o gestor deve ser o responsável pela criação de um ambiente acolhedor, capaz de permitir o trabalho educacional, cumprindo com as projeções previstas no projeto pedagógico da escola, sem perder de vistas a importância do envolvimento da comunidade escolar em torno dos objetivos almejados. Pode se dizer que o papel do gestor é coordenar diferentes equipes, espaços, parcerias, recursos – a fim de proporcionar a criação de um ambiente favorável a aprendizagem dos seus estudantes. Infelizmente o que se viu foram escolas sem projeto, e tão pouco, envolvidas na construção de um, na verdade o que se tem são gerentes de espaços escolares em situações pouco convidativas, já que as dificuldades vão desde a falta de espaços adequados até ausência de material de uso contínuo, em alguns casos.

A considerar-se esse contexto, pressupõe-se em condições adequadas, o papel do gestor está direcionado para três eixos: a organização dos espaços da escola (o que não se refere apenas às salas de aula); a mobilização de uma equipe coesa (capacidade de mobilização para alcançar uma proposta pedagógica definida); e a criação de estratégias capazes de proporcionar um canal de comunicação entre escola, pais, estudantes e comunidades do entorno. Sabe-se que tal tarefa é difícil, porém necessária para que ao longo do cotidiano seja possível consolidar a formação de cidadãos engajados na compreensão e busca pela resolução de questões inerentes à RESEX e a sua própria realidade de vida.

Pelo que foi verificado ao longo das visitas e conversas com gestores escolares, os espaços são organizados dentro das possibilidades oferecidas pela Secretaria Municipal de

Educação de Oeiras do Pará, contando com eventual execução de reformas e reparos, solicitações de melhorias em dependências tais como banheiros. Mesmo sendo sabedora dos problemas a SEMED alega que vem tomando as providências cabíveis, porém informa que herdou uma série de problemas e que com o tempo tais questões serão resolvidas. Segundo a SEMED muitas ações foram negligenciadas pelas gestões anteriores, o que provocou um acúmulo de problemas com variados graus de dificuldade e que carecem de respostas imediatas.

No que concerne à mobilização da equipe docente, percebeu-se a existência de pré-disposição destes profissionais no sentido de trabalhar ações conjuntas dentro da escola, porém observou-se debilidade dos gestores no sentido de propor projetos e ações que possam ir muito além de festas e comemorações do calendário escolar. Os gestores não se encontram preparados para conduzir questões tais como a elaboração do projeto político pedagógico da escola segundo preceitos de parceria, trabalho conjunto e envolvimento solidário. Além disso, pouco se viu em relação à possibilidade de produção de projetos que envolvam questões socioambientais vivenciadas na RESEX. Em nenhuma das escolas investigadas detectou-se a ocorrência de projetos de formação continuada dentro das unidades escolares o que poderia permitir a aquisição de conhecimentos e informações dentro do próprio ambiente de trabalho.

Sobre a participação da família nas questões relacionadas à formação dos estudantes, as informações demonstram que ainda é preciso realizar muitos esforços para fazer com que a célula familiar se sinta partícipe do ambiente escolar. A demonstração de interesse da família pela vida escolar dos estudantes compreende um dos aspectos fundamentais no processo de aprendizagem. Não há dúvida que o envolvimento da família na condição de parceira da escola sempre será fundamental para o sucesso da educação de todo indivíduo.

Sobre esse aspecto não se percebeu grande envolvimento dos pais de estudantes das comunidades investigadas dentro da RESEX. Os gestores apontam em suas argumentações questões que fazem com que esses indivíduos pouco se aproximem:

Já fiz várias reuniões convidando os pais dos nossos alunos *pra* vir participar e conhecer nosso trabalho, mas todo tempo é assim, muito pouca participação. Os pais só aparecem quando é tempo de fazer a matrícula do aluno, ou quando é obrigado a vir por causa do benefício. A gente já inventou de fazer festinha, bingo e rifa, mas é muito difícil trazer os pais *pra* nossas reuniões (J. D. , diretor de escola da RESEX Arióca Pruanã, 2013).

Os pais dos nossos alunos alegam que tem muita “lida” durante o dia e isso não permite que eles possam vir mais vezes aqui na escola. A gente até entende que eles fazem um trabalho que é muito cansativo, mas também eles têm que entender que a gente precisa do apoio deles aqui na escola. Os pais dos nossos alunos são pessoas de pouca formação. Eles até sabem a importância da escola e da educação na vida

dos filhos, mas sempre dizem que *num* tem tempo *pra* vir até a escola. O “engraçado” é que quando um desses alunos vinha com muitas falta e a SEMED manda cortar a bolsa que o aluno recebe *pra* estudar, logo no outro dia o pai o a mãe tá aqui fazendo confusão (S. C., diretor de escola da RESEX Arióca Pruanã, 2013).

Estudos e pesquisas apontam que o ideal seria que família e escola desenvolvessem suas metas de forma simultânea, propiciando ao estudante condições favoráveis de aprendizagem com vistas a criar cidadãos críticos capazes de enfrentar a complexidade de situações que surgem na sociedade. É justamente esta meta que não vem sendo alcançada, pois se a família não frequenta o espaço escolar, salvo festividades, pouco poderá contribuir para a construção de um projeto educativo para seus filhos. Por outro lado, as escolas investigadas não apresentaram nenhuma estratégia consistente para envolver a família no ambiente educacional formal, tão pouco se demonstraram preocupadas com tal situação, já que parece muito cômodo não conviver com as cobranças.

A participação familiar na vida escolar dos estudantes produz estímulo, motivação, valorização, ensinamento. Compreendendo que a instituição escolar faz parte do cotidiano dos estudantes os pais deveriam estar mais envolvidos em todo o processo de aprendizagem. Trazer esses membros da família para dentro da escola talvez seja a tarefa mais difícil a ser enfrentada pelos educadores das escolas da RESEX, e caso isso continue se constituindo uma barreira, continuará havendo pouco entendimento sobre como vencer os desafios da reserva.

A colaboração e interação da família com os professores ajuda a resolver muitos dos problemas que ocorrem no âmbito escolar, não significa dizer que existem grandes problemas de ordem disciplinar, mas ocorre que em alguns casos, especialmente quando se quer motivar os estudantes, o papel familiar é imprescindível. Espera-se que os pais participem mais da vida na escola, não se limitando apenas em receber informações sobre como estão as notas de seus filhos, mas também se estes indivíduos estão recebendo formação adequada para enfrentar os desafios de sua vivência.

A postura que se espera da família consiste em tomar parte das discussões da escola, exponham suas sugestões, participem das decisões de modo conjunto com os professores, envolvam-se de maneira interessada e participativa nas atividades da escola. Quando perguntados sobre a causa da não participação nas questões da escola, alguns pais afirmaram que os problemas perpassam por uma questão de horários de trabalho inflexíveis, o que os impede de acompanhar a rotina escolar dos estudantes. No decorrer das visitas realizadas nas oito escolas localizadas dentro da RESEX Arióca Pruanã algumas situações relatadas pelos educadores apontam a dificuldade em contar com a presença da família: os pais dificilmente

comparecem à escola, à pedido, e quase nunca por iniciativa própria; não participam de modo ativo e nem cooperado de atividades extracurriculares, que aliás, pouco acontecem nessas escolas; como não existem bibliotecas nas escolas rurais da RESEX Arióca Pruanã não se percebeu incentivo ao uso de biblioteca da escola; ainda que com muita dificuldade vem se trabalhando com os estudantes a compreensão da necessidade de respeito pelo trabalho, cumprimento de horários, respeito aos professores e realização das exigências disciplinares propostas pela escola; como muitos desses estudantes moram em lugares distantes da unidade escolar a pontualidade de horário das aulas acaba ficando comprometido quando se perde o transporte escolar.

Sem dúvida a participação dos pais traria importantes benefícios aos estudantes e a toda comunidade escolar já que aumentaria as informações e comunicação entre todos auxiliando a melhoria do trabalho desenvolvido pelos educadores.

8.4 Os professores que atuam na RESEX Arióca Pruanã

Nas oito escolas pesquisadas na RESEX Arióca Pruanã, parte do quadro funcional de professores já tem formação em nível superior, fato que se configurou a partir da realização do último concurso público que exigia tal qualificação. Além disso, os professores que ainda não possuem curso em nível superior estão cursando o programa PARFOR, o que gera boas perspectivas para futuro educacional dessa área. Ainda sim, existem muitos docentes que ainda não estão formados, e não estão cursando o ensino superior, fato que pode ser amenizado com a abertura de turmas do Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO), cujo objetivo é a implementação de cursos regulares de licenciatura em educação do campo nas instituições públicas de ensino superior de todo o país, voltados especificamente para a formação de educadores para a docência nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio nas escolas rurais.

Mesmo tendo formação, a maioria destes educadores quando questionados sobre o que é desenvolvimento sustentável não conseguiu definir o assunto, e até foram honestos em afirmar que a questão é complexa e exige maior aprofundamento. Poucos são os que afirmam trabalhar o assunto em suas aulas procurando relacioná-lo ao cotidiano.

Trabalhar o desenvolvimento deve nos permitir, a partir da escola pensar numa sociedade mais justa e menos agressiva ao meio ambiente. Por exemplo, aqui onde a gente vive e trabalha é preciso melhor trabalhar essas noções com as pessoas que aqui residem. Um dos possíveis caminhos é envolver nossos alunos nessa discussão, porém é preciso que a secretaria de educação possa nos assistir com os cursos de

treinamento e materiais necessários (C.T., docente de escola da RESEX Arióca Pruanã, 2013).

A discussão sobre sustentabilidade faz parte da vida da escola, só que não ocorre com tanta intensidade pela falta de formação necessária para que possamos envolver nossos alunos a ponto de conseguirem enxergar para além da escola. Por mais que a gente tente isso, o desenvolvimento sustentável é um tema muito amplo e necessita de maiores esclarecimentos (M. G. , docente de escola da RESEX Arióca Pruanã, 2013).

A pouca informação sobre os debates relacionados ao desenvolvimento sustentável, assim como o significado de UC está relacionado entre outras questões à falta de acesso a livros, revistas e internet. Também é válido mencionar que os educadores da RESEX precisam assumir uma postura mais interessada em relação à aquisição de novos conhecimentos sobre as questões relacionadas ao processo formativo de seus educandos. Sabe-se das dificuldades enfrentadas para se trabalhar na área rural, pois a distâncias são enormes, falta energia elétrica e a forma de informação limita-se em alguns lugares ao rádio de pilha, mas mesmo que eventualmente, é preciso que esse educador quando se desloca até a cidade, deva aproveitar a oportunidade para reunir o máximo de informações possíveis a fim de levar coisas novas para os estudantes, e talvez até para comunidade.

Ainda sim, alguns professores conseguiram demonstrar conhecimento sobre o que representa a reserva Arióca Pruanã.

A criação deste reserva representou o reconhecimento de um grande esforço conjunto no sentido de assegurar *pra* todos a preservação dessa floresta, e a manutenção da integridade desses nossos rios que são tão bonitos. Essa reserva permite que os moradores daqui possam ter alimento todo tempo, e que os animais sejam protegidos *pra* que um dia os nossos filhos também tenham o prazer que apreciar todas essas belezas (L. S., docente de escola da RESEX Arióca Pruanã, 2013).

A criação da reserva trouxe muitas duvidas no início, mas hoje a gente já começa a reconhecer que tudo aquilo foi necessário *pra* que a gente *num* ficasse sem nada aqui. *Pras* pessoas que apenas caçavam e retiravam a madeira daqui, a reserva *num* foi boa. Só que a gente sabe que do jeito que a coisa *tava* indo, logo, logo *num* ia restar mais nada (P. V., docente de escola da RESEX Arióca Pruanã, 2013).

Do pouco que eu sei sobre a reserva eu tento falar da importância *pros* meus alunos. A gente faz a nossa parte, mas é claro que a gente precisa de maiores esclarecimentos, até mesmo *pra num* falar besteira. A reserva extrativista e o desenvolvimento sustentável são assuntos que a gente trabalha nas aulas de ciências, por exemplo, explicando que é preciso preservar a natureza e os animais (A. M. S, docente de escola da RESEX Arióca Pruanã, 2013).

Os depoimentos são unânimes em afirmar que se faz necessária uma política de formação e qualificação docente capaz de chegar até esses atores lhes provendo de conhecimentos e

instrumental necessários a realização de práticas pedagógicas relacionado ao seu ambiente imediato.

Mesmo os cursos de licenciaturas ofertados nas universidades públicas e particulares, não oferecem a preparação necessária para se deparar com os problemas das áreas rurais. O fato é ainda mais grave quando se trata de UC onde existe uma legislação específica com uma dinâmica social modificada pela instituição do Estado, com membros das comunidades divididos em suas opiniões sobre a viabilidade de tal medida. É válido ressaltar que já existem cursos que atentam para os desafios a serem encontrados pelos educadores que irão trabalhar ou que já trabalham nas escolas rurais, a exemplo pode se citar os cursos de licenciatura em educação do campo.

Sobre o Plano de Uso da RESEX todos os docentes não souberam responder do que se trata, porém alguns perguntaram se era algo relacionado à maneira como os recursos poderiam ser explorados na floresta. Alguns disseram que já ouviram algo relacionado a isso, porém pouco se importam em reunir informações sobre o que se tratava. Outros justificaram a falta de conhecimento sobre o assunto por conta da indisponibilidade de tempo para participar das atividades que ocorrem eventualmente na RESEX.

Não existem quaisquer atividades nas escolas investigadas na RESEX que relacionem ações pedagógicas com plano de manejo, o que se justifica pelo não conhecimento dos docentes sobre tal assunto. Além disso, quando questionados sobre as diretrizes operacionais para educação do campo, esses docentes informaram da seguinte maneira.

A gente sempre procura trabalhar as questões rurais, que os alunos vivem aqui na ilha, ou mesmo na colônia. Isso *num* é muito fácil por que os livros que a gente usa aqui na escola, *num* tratam especificamente desse tipo de realidade que a gente conhece aqui. Mas a gente acaba dando um jeito de adaptar (A. M. S., docente de escola da RESEX Arióca Pruanã, 2013).

Ainda não foi apresentada *pra* gente essa proposta de se trabalhar com as questões rurais. Será muito bom, por que a gente tem vontade de trabalhar com nossos alunos assuntos relacionados à realidade deles, mas *pra* isso a gente precisa de treinamento (P. N., docente de escola da RESEX Arióca Pruanã, 2013).

A gente sabe que deve se explorar mais as questões do dia-a-dia dos nossos alunos, mas como é que a gente pode fazer isso se, quando, a gente pede algum material é muito difícil ter na escola. A única coisa com a qual a gente pode contar é com o livro que é dado a eles no início do ano, mas mesmo assim, as coisas que são apresentadas lá não são as coisas que a gente vive aqui (I. C., docente de escola da RESEX Arióca Pruanã, 2013).

Somado a tais questões existe o fato de não se construir um calendário escolar adequado com as questões rurais, a exemplo, a colheita de açaí, pois nos períodos de safra os estudantes têm

seu rendimento diminuído, quer seja por falta às aulas para ajudar na colheita, quer seja pela fadiga produzida pelo dia anterior de trabalho.

A exploração do açaí acaba por influenciar a participação e sucesso dos estudantes. Sobre essa questão alguns docentes fazem as seguintes reflexões;

A gente observa que os pais *num* mandam seus filhos apanharem açaí apenas por ambição, mas por que é preciso criança pequena *pra* subir nas árvores. Geralmente essa apanhação acontece de tarde, mas como o esforço é muito grande as crianças acabam não tendo tempo suficiente *pra* recuperar as energias, e no outro dia tem que apanhar de novo por que senão vem outro e apanha (C.T., docente de escola da RESEX Arióca Pruanã, 2013).

Eu ainda *num* vi nenhuma reunião mencionando sobre a adequação do calendário com a “tiração” de açaí. Acho que seria uma boa por que, *num* é que todos os alunos vão faltar na aula por causa disso, mas sempre tem alguns que somem nesse período, e quando voltam já perderam muita coisa, aí fica difícil *pra* recuperar. (J. B., docente de escola da RESEX Arióca Pruanã, 2013).

Num é só a tiração do açaí, aqui tem um pessoal que mora na colônia que planta pimenta e tem roçado. Então no tempo de fazer a “cuivara”, ou mesmo do tempo de retirar a mandioca, os filhos acabam entrando no serviço. Eles trabalham por que é disso que eles vivem, se os filhos *num* entrarem no trabalho *num* tem como sustentar uma família de dez pessoas como a gente sabe que tem muito por aqui (L. S., docente de escola da RESEX Arióca Pruanã, 2013).

Cabe à SEMED conduzir nos períodos de planejamento as adequações no calendário escolar de modo a atender as especificidades locais, porém é preciso que haja, inicialmente, um levantamento sobre as principais culturas trabalhadas pelas comunidades, assim como o período em que essas atividades exigem a demanda de trabalho dos estudantes. Sabe-se que tal adequação não é fácil, pois tão logo se encerra o período de plantio e colheita de uma cultura, logo se inicia o mesmo processo em outra, e assim acontece durante o ano todo. Contudo, é possível se pensar em um calendário escolar flexível, mas que também necessita de mudanças na forma como ensino é organizado (mudança de séries para ciclos, por exemplo), bem como alteração no currículo escolar.

8.5 Os atores sociais da secretaria de educação

Com relação aos profissionais que trabalham no prédio da SEMED de Oeiras do Pará, a maioria é formada em nível superior e atuam nas questões técnicas, pedagógicas e administrativas. Dos cinco técnicos entrevistados ao longo das pesquisas, apenas dois não tinham experiência relacionada ao trabalho com as escolas da RESEX Arióca Pruanã, pois ao longo de sua carreira profissional apenas trabalharam nas escolas da área urbana; dos três

restantes, dois já haviam lecionado em comunidades da área rural e um já vinha trabalhando com planejamento e formação para os professores dessas localidades.

Perguntados sobre o entendimento em relação à RESEX e sobre UC, todos responderam que conhecem os preceitos relacionados a esta área de conservação.

RESEX foi criada para assegurar a sobrevivência das populações ribeirinhas que vivem dentro dela, e foi pensada para impedir que as empresas madeireiras destruíssem a floresta de modo desenfreado (M.S., técnico de educação da SEMED de Oeiras do Pará, 2013).

A reserva representou uma grande vitória *pra* a sociedade do nosso município, pois assegura a preservação dos animais e flora existente. Sem essa medida provavelmente em pouco tempo tudo seria destruído e as pessoas seriam abandonadas na mais absoluta miséria (E. A., técnico de educação da SEMED de Oeiras do Pará, 2013).

Não sou um profundo conhecedor da reserva, mas pelo que sei as pessoas que vivem lá conquistaram a garantia de que o equilíbrio ambiental será assegurado graças à legislação que proíbe a exploração desordenada de madeira e a caça indiscriminada de animais silvestres (R.C., técnico de educação da SEMED de Oeiras do Pará, 2013).

Mesmo não conseguindo falar conceitualmente sobre o que é uma UC os técnicos demonstraram ter ciência sobre a importância de uma área de conservação dentro do município e reconhecem a necessidade de fazer com que tal discussão torne-se mais acessível a todos.

Sobre as especificidades pedagógicas existentes na RESEX, os técnicos demonstraram preocupação e interesse em desenvolver projetos e ações voltadas para melhorar o desempenho dos estudantes e envolver mais as comunidades na vida escolar.

Nossas escolas ainda apresentam muitos problemas, assim como nossos colegas docentes carecem de mais oportunidades *pra* se qualificar, pois só assim poderemos vencer os problemas de nossa educação tão precarizada. Somos sabedores que ainda existem muitos colegas docentes que enfrentam serias dificuldades *pra* desenvolver seu trabalho na escola. São pessoas que ainda não conseguiram fazer uma graduação, ou mesmo, existem ainda colegas que mesmo com uma universidade “nas costas” ainda cometem falhas graves. Temos discutindo bastante na Secretaria de que maneira podemos ajudar esses professores, mas esbarramos na falta de recursos e apoio para acompanhar mais de perto essas questões. Quando o pessoal vem aqui na cidade a gente procura saber como está o trabalho na escola, se os alunos *tão* tirando boas notas, se os pais desses alunos estão acompanhando os estudos deles (M. S., técnico de educação da SEMED de Oeiras do Pará, 2013).

Sempre que é possível gente está indo fazer visita nas escolas da zona rural, a gente leva livros e outros materiais didáticos, mas seria necessário muito mais técnicos *pra* dar conta da demanda existente, além disso é preciso recurso para custear as viagens e aquisição de outros equipamentos. A gente chega na escola verifica com está a situação e conversa com professores e diretores. Sempre nos colocamos a disposição

dos professores *pra* discutir os problemas educacionais que são muitos em nosso município. Nossa atenção tem sido voltada para a questão da leitura e da escrita por que a gente observa que os alunos apesar de passarem de ano, não sabem ler direito e muito menos escrever. Não culpamos apenas o professores mas procuramos compartilhar a responsabilidade de resolver estes problemas (G. S., técnico de educação da SEMED de Oeiras do Pará, 2013).

Tem muitos problemas nas nossas escolas da zona rural. Temos professores que ainda não estão formados e que precisam entrar na universidade. Tem uns que já estão no PARFOR mais ainda falta muita gente aqui. Se o professor não se reciclar, é claro que com o tempo ele vai ficando *pra* trás, pois as coisas não param. A gente recebe também muita queixa de que os alunos não estão se interessando muito pelos estudos. Essa juventude só quer saber de curtidão e num tá muito preocupada com dia de amanhã. Sempre que a gente pode a gente conversa com professores cobrando que eles melhorem suas práticas e façam uma aula mais interessante *pro* aluno por que senão ele vai ver que a aula é sem graça e ele acaba desistindo (A. L., técnico de educação da SEMED de Oeiras do Pará, 2013).

Durante muito tempo os problemas das escolas da zona rural foram deixados de lado, sempre ficando *pra* depois. Como essas escolas ficam em lugares muito distantes a desculpa era de que não dava *pra* chegar em todos os lugares ao mesmo tempo. Sempre teve problema de professor com pouca formação. Mas mesmo assim a coisa ia sendo “levada com a barriga”, só que agora o governo federal vem fechando o cerco e vem monitorando os resultados. Hoje as secretarias tem sido muito cobradas *pra* que resolvam os problemas de evasão escolar, repetência, distorção idade série, só que a gente não consegue resolver tudo de uma só vez. Mesmo com toda a nossa boa vontade e dedicação, e preciso um certo tempo. Temos procurado atender aos professores com palestras, minicursos, mas ainda é preciso fazer muito mais por que anda tem muita gente fora das escolas, principalmente jovens. Nosso desafio tem sido melhorar a qualidade da educação *pra* que um dia a gente possa ter orgulho do que fez (R. C., técnico de educação da SEMED de Oeiras do Pará, 2013).

Questionados sobre a realização de projetos educativos nas escolas da RESEX, todos os profissionais foram enfáticos ao afirmar que desconhecem qualquer tipo de ação educativa na área.

Aqui o que se tem são os projetos do Governo Federal que a gente pode citar como o transporte escolar, bolsa escola, PDDE em algumas escolas, FUNDEB *pra* pagar os professores, o PDE. Mas projeto mesmo, voltado *pra* reserva num se tem nenhum até por que durante muito tempo *tava* rolando uma confusão nessa reserva (G. S., técnico de educação da SEMED de Oeiras do Pará, 2013).

O que eu sei que vem sendo trabalhado são as ações PAR que o MEC instituiu *pra* tentar resolver alguns problemas das nossas escolas montar um quadro da educação através dos indicadores que eles utilizam (E. A. , técnico de educação da SEMED de Oeiras do Pará, 2013).

Num teve nenhum projeto pensado pela secretaria de educação *pra* reserva, pelo menos até agora. O que parece que vai acontecer, é uma turma do PROCAMPO que vai funcionar na reserva, e que a secretaria de educação entra como parceiro (R. C. , técnico de educação da SEMED de Oeiras do Pará, 2013).

Observa-se que não foram realizadas ações de caráter educativo e formativo pela SEMED capazes de enfatizar a existência de uma UC no município, ou mesmo discutir os problemas

socioambientais a ela relacionados. Segundo os entrevistados a SEMED vem trabalhando na elaboração de um projeto de educação ambiental para ser trabalhado nas escolas da RESEX e, além disso, vem construindo um conjunto de propostas para implantar cursos de formação contínuos para os professores da rede municipal.

Consultados sobre a existência de diferenças entre os componentes pedagógicos tais como: desenho curricular, conteúdos, sistemática de avaliação, calendário escolar etc., trabalhados nas escolas da RESEX entre as demais escolas do município/estado, os técnicos responderam que não existe diferenciação. Significa dizer que aquilo que os estudantes da área urbana trabalham, também é (ou pelo menos se tenta) adotado nas escolas rurais. Sabe-se que tal prática não é exclusiva da SEMED de Oeiras do Pará, pois em muitos municípios as especificidades rurais vêm sendo negligenciadas o que prejudica qualquer possibilidade de trabalhar a valorização da cultura e saberes locais, autoestima e reconhecimento das boas práticas ambientais.

Os técnicos informaram que no período de realização de planejamento as estratégias voltadas para as escolas rurais acontecem separado, pois de acordo com os mesmos, é preciso considerar as questões relacionadas às especificidades locais, bem como é necessário reconhecer a natureza do público rural.

Os conteúdos são discutidos com o objetivo de esclarecer possíveis dúvidas, mas principalmente atentando *pra* a redefinição de novas formas de se ensinar, procurando apresentar novas metodologias que permitam ao aluno assistir a aula com mais satisfação. A gente conversa com todo mundo e a participação é obrigatória, pois é oportunidade de a gente saber quais são as dificuldades que o nosso professor enfrenta na zona rural (A. L., técnico de educação da SEMED de Oeiras do Pará, 2013).

É lógico que o período de planejamento não é suficiente *pra* dar conta de todos os problemas trazidos pelos nossos professores, mas pelo menos é um momento que a gente senta juntos *pra* compartilhar as angústias. A gente procura auxiliar com informações sobre como elaborar o plano de aula, como preencher a caderneta, mas o grande trabalho é relacionado a novas metodologias *pra* a sala de aula, pois o nossos professores ainda carecem usar mais a criatividade (G. S., técnico de educação da SEMED de Oeiras do Pará, 2013).

A gente também fala muito sobre como melhorar a forma de avaliação dos nossos alunos, mas tem professor que ainda “teima” e reprovar muitos alunos. Isso tem consumido boa parte do tempo de nossos planejamentos, já que a gente nunca vai *pra* lá pra ensinar ninguém a dar aula, mas sim procuramos mostrar que é preciso dar toda atenção necessária *pros* nossos alunos senão eles acabam não concluindo os estudos. Sempre recomendamos aos nossos professores que mudem suas formas de ensinar, e principalmente de avaliar, é preciso respeitar o ritmo de aprendizado dos alunos (R. C., técnico de educação da SEMED de Oeiras do Pará, 2013).

As afirmações apontam que as discussões de ordem socioambiental estão longe de assumir o *status* de tema gerador, ou eixo central das discussões de planejamento realizadas pela

SEMED. Não se ouviu nos depoimentos a inserção de experiências exitosas, ou mesmo a realização de um período de planejamento que atentasse para discussões por área de conhecimento, utilização de temas geradores, valorização de metodologias interdisciplinares, e/ou execução de projetos piloto incentivados pela SEMED.

Por sua vez, a SEMED enfrenta dificuldades para realizar acompanhamento apurado sobre as unidades escolares uma vez que existe apenas um barco para as atividades administrativas desta secretaria. As escolas estão localizadas em áreas distantes da sede do município, e em alguns casos estão em lugares onde só é possível a passagem de embarcação de pequeno porte ou motocicleta, dependendo do itinerário escolhido. Ainda sim, os técnicos informaram que a secretaria faz visita durante o ano todo nas escolas, mas as ações acabam limitando-se a verificar com está a estrutura física da escola, entrega de matérias e merenda escolar, verificação de problemas pontuais.

8.6 Os dirigentes de órgãos que possuem projetos e/ou responsabilidades com a RESEX

As pesquisas também contaram com a participação de representantes locais de associações, sindicatos, colônia e EMATER com o intuito de colher informações sobre a existência de projetos educativos específicos para RESEX Arióca Pruanã. Todos responderam que existem políticas e projetos pensados para a reserva, mas informaram que nenhum destes assume um caráter exclusivamente educacional. Segundo os entrevistados as ações estão voltadas para questões de ordem ambiental.

O primeiro entrevistado foi o Sr. José Antonio Rodrigues Ribeiro, Presidente da Colônia de Pescadores Z-50, com a pergunta sobre qual a participação da colônia na criação da RESEX.

A RESEX é uma um parceiro também da gente, aí eles queriam fundar a RESEX e nos procuraram a entidade a gente pegou tudo que a gente *pude* ajudar. A gente fomos ajudando eles com custeio de transporte negocio de óleo *pra* negocio de barco, negocio de carro, ajudei também muito. Aí eles faziam o orçamento quanto que custava lá e aí pediam *pra* gente ajudar e a gente ajudava. *Tuda* vez que eles pediam *pra* ir pra Belém a gente sempre *tava* presente do lado deles e *num fui* só dizendo que *fui* só eu, mas *fui* esse grupo como sindicato, colônia, as associações também. Todas *tava* presente para que acontecesse *né*, e aconteceu que hoje eles estão trabalhando *né*, eu *num* posso informar como eles estão lá *né*, porque a gente só faz alguma vez que eles pede a gente tá presente (José Antonio Ribeiro, Colônia Z-50 de Oeiras do Pará).

Com a relação à avaliação da RESEX atualmente, o presidente da colônia responde da seguinte forma:

Eu num sei como tá, mas a RESEX, *pel'um* lado ela fui boa, *pel'outro* lado eu achei que reserva faltou assim [...], um estudo porque tem muitas pessoas que hoje *tão* vindo do interior, uma parte que mora na reserva, *pur* causa que lá *num* pode tirar madeira, *num* pode matar uma caça, num pode armar uma malhadeira até na área da pesca[...]. O pescador *pra* puder fazer uma área lá tem que ter um documento do meio ambiente da SEMA, e hoje em dia esses cara *venhu* aí, o que acontece é que as pessoas vão lá *pra* tirar uma madeira ou matar uma caça e aí o pessoal denunciam aí quando o pessoal do IBAMA vem, se eles multassem essas impressas grande, mas não, é multado o pessoal pequeno, aí o pessoal praticamente tá vindo pra cidade, a cidade *incheu*, se tu vai no interior tá vago no interior principalmente na área da reserva (José Antonio Ribeiro, Colônia Z-50 de Oeiras do Pará).

Intão eu acredito que a reserva faltou assim, um dia eu até falei *pro* Gatão(CNS) que faltou, assim, um estudo porque é no mês passado nós *tivemos* em Brasília, conversando aí a gente citou a situação da reserva *né*, lá. Eu peguei, perguntei por que é que *num* o projeto que é *pra* cá, aqui no rio Oeiras tem um *bucado* de casa lá, *né*, que num tem luz, num tem água tudo quanto mais, num tem uma estrutura de que o *cara* possa trabalhar. Como é que tu tem uma casa *bunita*, mas num tem de que tu ganhar *pra* ti manter teus filhos, aí tu vem *imbora*, o cara vem *imbora pra* cidade quando chega na cidade o que acontece os filhos vai, se jogam na prostituição *né*. O filho se mete com parceria aí vai, então eu acredito assim, que *pra* mim faltou mais que eles falaram. Eu acredito que a reserva foi copiado dos outros países de fora porque tem muito lugar *praí* que tem reserva, *mais* só que primeiramente teve um estudo *pra* puder manter essa pessoa lá, por acaso, nos que *somo* pescador até hoje nós da colônia num tem a secretaria da pesca. Aqui nos *temo* a secretaria da agricultura, a secretaria do meio ambiente. Se nós tivesse uma secretaria da pesca com certeza o trabalho na colônia era muito mais desenvolvido dentro do município, tá faltando o apoio. Tem vários lugares da reserva que eu tenho ido, mas como eu *tô* falando a colônia *num* tem condição de manter tudo, porque tu vai lá, chega lá, tem *dispesa* com motor, paga dois, três *pra* ir contigo chega lá, o cara não tem nem *siquer* um café pra dar pra gente *né*, *i* aí o cara fica desanimado. Eu *teve* numa reunião, um dia desse aqui, no Pruanã, aí eu cheguei lá os cara *tavam* cobrando e colocaram o Jorge (ex-presidente do Conselho Gestor) na parede por que eles só tenho olho *pra* essas cerrarias pequenas, tem gente que chama o pessoal do IBAMA e essas madeireiras que passa cheia de madeira aqui eles pagam cada *barcada* dessa, *paresque*, é seis reais cada uma *barcada* de madeira, seis reais que sai *pros* cara agora *vê*, e nós o pessoal praticamente *tão* passando fome. Graças a Deus que parou, nessa reserva o *açaí* também, graças a Deus que minou, aí quando num é isso, vem o pescador tem a segurança do pescador, o seguro[...], então uma parte do pessoal que mora na reserva, eles são também segurados pela colônia, hoje a colônia segura uma boa área do pessoal que geralmente mora na reserva nos temos acho que uma base dos 15%, nos temos gente que tá dentro da reserva que são sócios da colônia, mas por outro lado, era *pra* eles terem uns critérios *pra* assegurar essas pessoas que *tão* lá dentro. Sim, voltando em cima da reserva, *pel'um* lado foi bom *né*, parou o negocio da *tiração* da madeira, mas hoje mesmo tava passando no jornal que o Pará é o estado que mais desmata (José Antonio Ribeiro, Colônia Z-50 de Oeiras do Pará).

Sobre a existência de projeto em execução nas comunidades da RESEX, o presidente da colônia respondeu da seguinte forma:

Num tem, porque é assim, a reserva, a RESEX ela é federal aí, nós faz assim eu falei ontem mesmo, o Santana chegou de Cametá, só daqui da reserva parece que tinha

mais ou menos umas vinte pessoas que tã dentro da reserva, mas que tem projeto de limpeza de açazal, tá *quite* com a pesca, é o que nos pertence, mas outras coisas a gente num temos como ajudar esse pessoal. Aqueles que são cadastrados na colônia o direito que cabe *pra* um, cabe *pra* todos. Hoje, num tem projeto *pra* Oeiras porque é um município que tá na inadimplência. Outra dificuldade que a reserva tem, e que a colônia tem a mensalidade dela, o sindicato tem, e a reserva que num tem nada? Na reserva ganha quem tá na frente, ganha desses projetos que vem e quando vem, ainda tem outras despesa ai, olha o Jorge, *pra* ir em Belém numa reunião ele tira dinheiro do bolso dele, e ai como que vai dar conta de manter uma reserva dessa que é uma área que abrange uma área praticamente tão grande que num tem como. Eu acho, assim, muito dificultoso *pra* manter essa reserva aqui no município (José Antonio Ribeiro, Colônia Z-50 de Oeiras do Pará).

No que concerne à percepção em relação à preservação ambiental, o presidente da colônia foi questionado sobre as mudanças introduzidas após a criação da RESEX. Ainda, de modo sugestivo/proposital questionou-se o que as pessoas que vivem na área comentam sobre o assunto na colônia de pescadores.

Não, eu acredito que até hoje num reconhece, e mudou muito, como eu coloquei no começo, mudou porque o pessoal que mora lá tá largando tudo. Pode ir aqui no melancia que num tem gente mais de fora que tá entrando. Aqui dentro da reserva, não por acaso, eles pegam e tã vendendo a terra deles, e tem outros que já tã explorando, é outro problema. É por isso que sempre o pessoal do IBAMA tá aqui, mudou sim, muitas coisas, mas *pra* mim mudou *pra* pior, num mudou *pra* melhor a reserva. Desculpa eu falar, já falei *pro* seu Jorge, eu falei um dia *pra* ele, eu quero pedir desculpa *pra* ele, mas eu falei: “Jorge eu acredito que a reserva num mudou *pra* melhor, mudou *pra* pior”. Eu acredito que a partir que saia da mão do Jorge, tu pode ter na certeza que vai afundar, vai, vai, então, até entregarem na mão *dum* cara que tenha dinheiro *pra* manter, que senão ele não vai *da* conta. Olha eu digo assim, Jorge logo no *cumeço*, dava por que teve o apoio do Ducides (ex-prefeito) que dava embarcação *pra* ele dava uma ajuda, mas nem tudo tem o mesmo pensamento, aí quando passou *pra* mão do outro, ele num ajuda, nem *tudas* as coisas dá *pra* gente falar, olha *pra* mim falar com ele é maior dificuldade, com prefeito. Tem muitas pessoas que quer a reserva só *pra* *pulítica*, mas a partir do momento que eles *veja* que num tem condição de *cumprar* um quilo de camarão, de carne, ele vai, vai afundar. Cara, a maioria do pessoal que *moro* aí, dentro da reserva, a maioria do pessoal trabalhavam com madeira, a maioria, agora que teve esse negócio, teve de parar com esse negocio de serraria, hoje eles tã incentivando a roça, eu tenho ido em vários lugares onde eles tã. *Fui* bom por uma parte, que eu cheguei ir várias vezes na casa de gente que tinha serraria, que num tinha uma roça *tava cumprando* farinha e mora num sitio desse. Hoje em dia, por uma parte até que largaram *cum* madeira, num deixa lucro *pra* ninguém, deixa lucro *pra* esse cara já tã em Belém. Tu chegava na casa *dum* desses cara que tinha serraria, nem açáí eles tinha. Chegavam lá *pra* comprar o palmito deles, eles vendiam tudo as vezes iam até mexendo, até do outro. Hoje eles viram que o açáí deu vantagem *pra* onde tu vai tá fechado de açazal, foi nessa parte que mudou (José Antonio Ribeiro, Colônia Z-50 de Oeiras do Pará).

A segunda liderança entrevistada foi a Sra. Benedita Castro que foi vereadora no município no período de criação da RESEX, e que atualmente representa a Associação de Mulheres de Oeiras do Pará. A primeira pergunta feita a esta liderança foi como se deu a criação da Reserva Extrativista Arióca Pruanã.

Tá, é assim, como professora eu sempre procurei trabalhar a educação libertadora nas escolas, e juntado a todo esse contexto, né, que eu sempre almejei assim, é, lutar por intermédio da igreja, da educação, de tudo por uma educação, por uma sociedade melhor pra todos, uma sociedade onde tenha verdadeiramente a inclusão social, né, que não tenha alguém que seja privilegiado porque tem, e alguém, porque não tem, fica à margem da sociedade, né. Eu acho que essa questão ela é muito ampla *i ai*, a gente, pra gente conseguir, por exemplo, é, construir uma sociedade melhor, a gente tem que buscar não só na igreja. A educação ela é uma grande parceira *pra* isso eu acho que a educação, ela tem uma responsabilidade muito grande nesse contexto de transformar né, mas também, ligado a isso, os movimentos sociais, a política partidária, por que a política não é só o ato de votar, mas toda ação todo movimento de vida do dia a dia né. Então por isso eu tenho assim identificado a minha vida, procurado buscar todas as formas de poder me colocar como uma agente de transformação né, *pra* ajudar não como aquela que tá na frente, nunca quero tá na frente, nunca quero ser melhor do que ninguém, mas quero fazer como a beija flor faz, que com um pinguinho d'água, ela num pode, né apagar um fogaréu, ela sozinha não faz, mas se tiver muitos beija flores, é a vontade de todos, aí vai conseguir apagar né. Eu me considero assim, eu me considero assim, como um tijolo de uma construção que num tem um maior, um menor, mas que todos do mesmo tamanho conseguem fazer a construção aumentar. *Pur'isso* eu, à muito tempo, desde do ano de 1980, eu centrei assim a minha vida no movimento social, ajudei o sindicato, ajudei construir e reconstruir o sindicato que a partir disso já tinha um sindicato dos trabalhadores rurais, por acreditar que os trabalhadores rurais eles, eles tem assim que ter uma vida priorizada na sociedade, porque eles lidam com a terra. A terra, ela tem uma função especial, né, de fazer crescer a produção e essa produção cresce a economia do mercado e essa economia vem beneficiar toda a sociedade, né. *I* também é ai que foi acontecendo, na igreja, na comunidade no sindicato, na educação que eu fui muitos anos coordenadora do SINTEPP, que é o Sindicato dos Trabalhadores da Educação, depois do SINTEPP eu vim ajudar na assessoria do sindicato dos trabalhadores rurais, depois disso trabalhei também muito, né, com a pastoral da juventude *i ai*, assim a gente sempre procura assim trabalhar alguma coisa, depois a gente cria liderança, e a *i* a gente já acha que a liderança tem condição de levar o trabalho, né. Fundei a associação de mulheres, na associação, também procurei ajudar as mulheres a se encontrarem na sociedade com valor que a mulher tem, né. Diante, ao lado do homem, mas a mulher tem um valor muito grande que as vezes a gente mesmo si menospreza né, e de cinco à oito anos a gente começou a conversar a discutir essa importância da reserva extrativista por que? Por achar que nos vivemos num município que é um pedaço da Amazônia, um município de uma área verde muito boa, que estava sendo comprometida pela ação dos madeireiros, né, nosso município muito agredido pelos madeireiros, por grandes impensas vindo de Santa Catarina, vindo do Sul do Pará, que na verdade vem pra cá só pra explorar a nossa reserva, né, o nosso meio ambiente explorar, e levar a riqueza num deixando nada pra ninguém né. Não deixa nada *pro* trabalhador, não deixa nada *pra* educação, não deixa nada *pra* agricultura, não deixa nada, ao contrário, leva, explora, extrai né. *I ai*, nós, a partir do ano de dois mil e um, começamos dar os primeiros passos, nós levantamos uma luta muito grande no Arióca, especialmente Arióca que tinha uma empresa chamada Catarinense dum cidadão chamado Rui Lima que estavam explorando muito. Era um dos maiores e piores exploradores desse período ai, dessa parte ai, né, do município (Benedita Castro, Associação de mulheres de Oeiras do Pará, 2013).

A liderança foi questionada sobre que tipos de problemas eram observados na área que hoje compreende a RESEX.

Tava acontecendo, já muito, além da grilagem de terra, a exploração do resíduo sólido, e também a perseguição, né a perseguição, ameaça de morte, é na grilagem

de terra vocês entendem que a grilagem já entra a desocupação, a perseguição pela desocupação da terra, ou seja, eles compravam uma área de terra de um cidadão que vendia pela falta de consciência, e aí ele já *ia* ele já *ia* perseguir né, os vizinhos tanto da direita, quanto esquerda. Já *ia* entrando nas áreas de terra, e aí perseguindo, ameaçando de morte, aconteceu inclusive muitas prisões, eu fui vítima, inclusive disso, né, junto com uma família lá porque a família eles trouxeram a família presa porque a família não deixou eles entrarem, eles *tavam* entrando na área, eles também foram *pra* lá usaram espingarda de todos os lados, né, e aí a polícia foi lá, em vez de saber quem era o autor da situação trouxe os trabalhadores preso e eu fui também *pra* delegacia. Nós ficamos quarenta e oito horas lá porque eu disse que enquanto não soltassem eu também não saía de lá, *consultemos* advogado e, assim começou, foi o primeiro passo na perseguição na minha própria vida né, eu fui também muito ameaçada de morte por esse cidadão, por essa *impresa*, *i* inclusive aconteceu morte né, a morte do Junior Bio. Ela (morte) não foi uma morte que aconteceu pelo fato do Junior Bio tá envolvido na grilagem da terra né, mais por outro fator, mas que naquele momento estava muito, muito presente lá a perseguição. No confronto o Junior Bio, ele foi vítima dessa situação. Então nós conseguimos é que o Presidente Lula assinasse o decreto da nossa reserva. Nós fomos quatro vezes em Brasília e o presidente Lula assinou o decreto, e a partir do decreto nós fizemos uma grande audiência pública aqui em Oeiras. Nessa audiência esteve presente conosco o Felício Pontes, né, procurador geral da republica, ele veio na verdade *pra* responder pelo ministério publico. Aliás, *pra* dar o suporte, o ministério publico nos dando o suporte *pra* criação da reserva, e a partir dai nós criamos a reserva, *i* a partir da sua criação foi constituído uma associação, né, que é a associação dos moradores da reserva extrativista. A partir da criação da associação já tem ai uma direção da associação que tá tocando o trabalho. Eu *tô* mais assim, na questão da assessoria, né, quando eles precisam de mim *pra* assessorar um planejamento, uma reunião, aí eu vou, estou sempre do lado deles *pra* fazer isso (Benedita Castro, Associação de mulheres de Oeiras do Pará, 2013).

A segunda questão foi em relação ao apoio institucional dado ao movimento de criação da RESEX.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais, a Igreja Católica, a Assembleia de Deus, na pessoa do pastor Pompeu. Por que o pastor Pompeu? Porque eles também tinham uma área que foi invadida pela *impresa* do Rui Lima, e ai eles entraram no apoio também, né. Mas naquele momento naquele momento o padre Crispim era o padre que estava aqui, é coordenando a paróquia. O padre Crispim também foi ameaçado né, e ele foi uma pessoa que muito colaborou também *pra* que fosse criada, né. O Janair, meu marido que era o sub-presidente do sindicato naquele momento também hoje uma das pessoas, a direção toda do sindicato, o Juvaldo, o Janair, o Tio Flor, o Piauí, né, ajudaram muito também nessa questão. Todos os sindicatos dos trabalhadores rurais, as associações, né, principalmente as associações do Mocajatuba, do Pruanã, do Aracairu, daqui do rio de Oeiras, do rio Arióca, todas as associações existentes nessas localidades, tanto as associações de mulheres, como a associação de produtores como a associação de trabalhadores todos de envolveram, né, a igreja, as comunidades todas se envolveram no apoio a esse sentido (Benedita Castro, Associação de mulheres de Oeiras do Pará, 2013).

A Sra. Benedita Castro também foi questionada sobre quais foram as comunidades que mais participaram/envolveram na criação da RESEX, especificamente as mais empenhadas em criar a RESEX.

Aonde teve mais conflitos foi na comunidade de terra alta, no Arióca, é Jacarequara no Arióca, Vila Valério, todas no Arióca. Vila Valerio, Pedreira, São Domingos, São

Raimundo, e Vila Nova comunidade do Jaritê também tá. As comunidades que mais se envolveram foram as comunidades de Castanheira, além dessa comunidade de Castanheira, comunidade de Melancial, a comunidade de Rio Preto, do Rio Branco, essas foram as comunidades que mais se envolveram (Benedita Castro, Associação de mulheres de Oeiras do Pará, 2013).

Com relação às comunidades que também se envolveram na criação da reserva e ficaram de fora da reserva a liderança faz a seguinte colocação.

Foi, é real. Por uma questão geográfica, porque o município de Oeiras é um município que geograficamente ele é muito extenso, ele é mais extenso do que o município de Cametá, por exemplo. Oeiras tem quase três vezes o tamanho de extensão geográfica maior do que o município de Cametá, então por conta disso quando foi criado o conselho, e o Ministério do Desenvolvimento Agrário, por intermédio do AQUABIO, na das organizações da universidade, né que vieram fazer o levantamento aqui, eles tiveram que ir e, algumas comunidades tiveram que ficar fora, mas elas não ficaram fora dos benefícios, elas ficaram fora na questão da divisão geográfica, mas elas ficaram reconhecidas como comunidades do entorno e todas as comunidades do entorno elas são comunidades beneficiadas com todos os benefícios que vem pra reserva (financiamento), é em termos de financiamento elas estão todas incluídas, são as comunidades do entorno como é o caso das comunidades de Mocajutuba, as comunidades daqui do rio Anauerá, né (Benedita Castro, Associação de mulheres de Oeiras do Pará, 2013).

Com relação ao financiamento, e a forma como são tratado os recursos, quais os projetos que são desenvolvidos nessas comunidades.

A partir da criação do conselho a reserva extrativista de Oeiras, ela deu um problema de gestão, né, o primeiro mandato da reserva ela não teve condição de funcionar de direito, ela funcionou de fato, mas de direito não. Porque foi uma burocracia muito grande *pra* legalidade dela, e o custo também era muito alto. Eles tiveram muita falta de apoio do poder público, até hoje eles não tem o conselho deliberativo da RESEX, não está ainda regulamentado. Eles, até hoje (2012) a reserva ainda não pegou nenhum beneficiamento. Tem um recurso do Ministério do Desenvolvimento Agrário de um milhão de reais a disposição da Reserva de Oeiras, mas não foi liberado pela falta de legalidade, tem um recurso de quatrocentos e setenta mil, também do Ministério da agricultura *pra* reserva extrativista, do Ministério do Meio Ambiente que também não foi liberado por essa situação. Eu não sei te dizer agora, hoje como é que está o andamento, porque a associação que tá tomando conta disso né, a partir da criação eu fiquei assim, só como um apoio, quando eles necessitam mandam me chamar *pra* assessorar um encontro *pra* fazer um documento, mas eu num sei, assim, hoje como é que está essa situação. Eles *tavam* com advogado, né, *tavam* trabalhando nessa legalização, eles ainda não tiveram nenhum recurso liberado por conta disso, tem recurso disponível *pra* reserva de Oeiras? Tem a única coisa que a reserva já recebeu? Os fomentos que eles recebem *pra* trabalhar na agricultura que é uma *dispesa* que eles recebem duas vezes no ano. Cada agricultor que está cadastrado na reserva recebe um montante desse fomento eles tão recebendo também, já, os eletrodomésticos, né, fogão, é geladeira (não tem energia), é máquina máquina *pra* plantar, é equipamentos agrícolas eles já estão começando a receber, também eles vão receber os projetos do INCRA que é a construção das casas, já tá começando. Aqui no rio de Oeiras já tem várias casas construídas, e tem já a eminência de esse ano agora, no segundo semestre já começar isso, eu tô sabendo, né, que já tá começando, mas projeto em si, recurso em espécie a reserva ainda não recebeu por conta dessa situação (Benedita Castro, Associação de mulheres de Oeiras do Pará, 2013).

Na ocasião da entrevista (2013) a liderança foi questionada sobre os problemas de regularização de moradores da reserva, e fez a seguinte colocação.

Mais, é por conta de falta de apoio principalmente do poder público, porque tudo funciona como uma rede de distribuição de desenvolvimento, das ações, por exemplo, o governo federal regularizou, ou seja assinou o decreto criou, né, os ministérios ligados a reserva, do meio ambiente, do desenvolvimento agrário, esses ministérios estão a disposição de alocar o recuso, mas no município eles tem que ter o apoio do poder local *pra* eles poderem estar funcionando de fato e direito, e *tá* regularizado juridicamente, pra poder ir em busca desse recurso que já foge das outras instâncias, ai tudo é uma rede, vem o governo federal implementar (Benedita Castro, Associação de mulheres de Oeiras do Pará, 2013).

Questionada sobre as mudanças ocorridas na RESEX, a liderança faz as seguintes reflexões.

Olha, é tudo uma questão de um trabalho muito grande, primeiro é que nós vivemos num país ainda que impregna muito a questão da exploração de pessoas, exploração dos recursos naturais, então é todo um trabalho de conscientização que a gente tem que fazer. Hoje nós já temos pontos positivos sim, o povo que mora na reserva já consegue reconhecer a importância, antes tinha gente que queria se mudar porque achava que não podia caçar, matar o veado, uma paca, tirar a fruta, enfim. Mas agora, com o trabalho de conscientização eles estão descobrindo que a reserva veio *pra* ajudar, por que se nós não lutarmos em defesa do meio ambiente daqui a alguns anos nós não vamos viver mais porque nenhum ser vivo pode viver sem preservar o meio em que vive, né, onde habita, nosso habitat. Nós precisamos do ar, nós precisamos da água, nos precisamos de todos os resíduos sólidos, nós precisamos da chuva, nós precisamos entender que a chuva é necessária, que o sol é necessário, que o vento é necessário, tudo é necessário para a sobrevivência dos seres vivos, né. Então nós estamos fazendo muito esse trabalho de conscientização, nós estamos tendo passos muito importante na questão do reconhecimento da importância da criação da reserva (Benedita Castro, Associação de mulheres de Oeiras do Pará, 2013).

Sobre as reclamações de moradores após a criação da reserva a liderança considera que:

A principal reclamação é que eles, principalmente, diziam assim, que hoje eles já estão vendo por quê? “Tudo esses anos e a gente ainda não conseguiu nada”, porque na verdade a criação mesmo, ela não aconteceu em dois mil e um, Mas a partir de dois mil e um aconteceram os debates, né, e tudo, né. Mas veio a primeira eleição *pra* constituir o concelho foi parece em dois mil e cinco, dois mil e seis, por ai, né, mais ainda existe muita gente que diz por que, poxa, tanto tempo de reserva extrativista, e até hoje, pouca coisa a gente tem apalpado, né. A gente tem visto, né, tem chegado em nossas mãos, essa é a principal reclamação deles (Benedita Castro, Associação de mulheres de Oeiras do Pará, 2013).

Com relação à morosidade dos investimentos prometidos pelo governo federal a liderança, Sra. Benedita Castro, informa que:

Esse é um fator primordial a questão da falta de recurso de estrutura por que, olha, essa questão da falta de recurso é a principal situação, a principal dificuldade, por quê? Porque se ele não tem recurso, se ele não tem recurso pra trabalhar, ele vai ter dificuldade de ir numa comunidade, ele vai ter dificuldade de desenvolver até o trabalho de conscientização, agora que eu consegui, eu estou indo *pra* Belém no domingo, que eu estou indo é receber um motor que eu consegui *pra* eles por intermédio do POEMA. Eles já *têm* o casco e nunca tiveram o motor e eu consegui um projeto *pra* eles por intermédio do POEMA, e eles vão receber esse motor que já vai ajudar no deslocamento deles, né (Benedita Castro, Associação de mulheres de Oeiras do Pará, 2013).

O terceiro entrevistado foi o Sr. Jorge Almeida, ex-presidente de Conselho Gestor da RESEX. A primeira pergunta foi relacionada à criação da reserva as disputas a ela relacionadas.

A reserva Arióca Pruanã, ela foi criada por necessidade, porque *tava* sendo invadido pelos grandes madeireiros, né, muita *impresa*, muitos madeireiro, tinha muita balsa carregando madeira, *tavam* destruindo tudo que tinha aqui no município. Aí, nós achamos de se mobilizar, *i* a forma mais correta que a gente achou foi criar uma Unidade de Conservação, né. E aí, a gente *colhemos* assinaturas, corremos atrás de apoio, fomos, e aí o prefeito na época nos deu apoio que era o Euclides, né, nos deu apoio. O CNS/Belém nos apoiou muito, também o ministério publico federal nos apoiou. *I* aí conseguimos encaminhar a documentação *pra* Brasília, e foi decretada, *né*, dia 16 de novembro de 2005, foi decretada a criação da reserva aqui do município (Jorge Almeida, ex-presidente do CONGE da RESEX Arióca Pruanã, 2013).

Questionado sobre a opção pela modalidade reserva extrativista dentro do sistema de unidades de conservação, o Sr. Jorge respondeu da seguinte maneira.

A reserva extrativista porque ela não proíbe a gente trabalhar né [...] a gente pode extrair né já tá dizendo reserva extrativista [...] podemos continuar nossas atividades de extrativismo e junto fazer a agricultura familiar pra subsistência né (Jorge Almeida, ex-presidente do CONGE da RESEX Arióca Pruanã, 2013).

Sobre quais as principais comunidades existentes na reserva, e quantas compõem a área, obteve-se a seguinte resposta.

Nós temos várias comunidades, né, dezoito comunidades ativas dentro da reserva, né. As principais é Melancial, é o Rio Preto né, Castanheira, e aí dentro do Arióca temos a Terra Alta, temos lá a Vila Valério, Pedreira no Arióca, as comunidades maior que tem, né (Jorge Almeida, ex-presidente do CONGE da RESEX Arióca Pruanã, 2013).

No que se refere às comunidades mais envolvidas no processo de criação da reserva Sr. Jorge informou que:

As que participaram mais foi a Palmeira daqui do Pruanã, né. Palmeira *i* a Ribeira que fica aí, Ilha Comprida que chamam, né. *I* as comunidades do Arióca direto, depois que foi incluído o Castanheira e Melancial (Jorge Almeida, ex-presidente do CONGE da RESEX Arióca Pruanã, 2013).

Com relação ao processo de articulação para eleição do conselho gestor, o ex-presidente informou que:

Nós fizemos através da [...], fundamos a associação, né, e escolhemos através de assembleia quem seria a primeira diretoria *i* aí, a segunda que eu tô fazendo parte foi através de assembleia também, escolhida pelos delegados representantes das comunidades, *i* foi eleito, né. Mas agora nos queremos fazer eleição direta (Jorge Almeida, ex-presidente do CONGE da RESEX Arióca Pruanã, 2013).

Sobre a realização de assembleias o Sr. Jorge explicou da seguinte maneira:

É, a gente faz assim, duas vezes no ano é feito, e vamos continuar. Nós fizemos uma agora, reunimos quase representantes de todas as comunidades da reserva fizemos, dia dezesseis de junho, fizemos uma assembleia com quase trezentas pessoas, discutimos vários problemas lá, né, inclusive discutimos a limpeza do rio Arióca, rio de Oeiras que chega o verão num da *pra* gente andar, *I* aí, a gente tá até querendo fazer outra assembleia, agora em outubro, tanto que passe a eleição municipal, *vamo* fazer outra *pra* preparar *pro* próximo prefeito que vem (Jorge Almeida, ex-presidente do CONGE da RESEX Arióca Pruanã, 2013).

Com relação a participação dos moradores da reserva nas reuniões foi informado que,

São poucos os que participam. É uma faixa de 20 a 30% dos moradores, são mais as lideranças. Nem todo mundo se interessa em *participa* das *coisa* da reserva, mas sempre tem um pessoal que é muito interessado e que sempre vai *pros* encontros e reuniões (Jorge Almeida, ex-presidente do CONGE da RESEX Arióca Pruanã, 2013).

O quarto entrevistado foi o Sr. Jovaldo Pereira Lima presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Oeiras do Pará. A primeira pergunta feita a essa liderança foi sobre a participação do STTR na criação da RESEX.

Tá, nós acompanhamos a criação da RESEX desde o começo quando ainda era uma comissão que *tava* funcionando que dava-se o nome de CCGOP, né, que significava Comissão Contra a Grilagem de Terra de Oeiras do Pará. A criação da RESEX resultou através de muitos conflitos no campo, né, na área rural onde vários madeireiros tentaram entrar no município. Aí através do Gatão, né, que é daqui do município, que é bastante conhecido a nível nacional, né, que trabalha hoje no Ministério do Meio Ambiente, naquele tempo ele trabalhava no CNS que é o Conselho Nacional dos Seringueiros. Aí, numa viagem, num desses passeios dele aqui no município a gente sentou com ele, era uma comissão da qual eu fazia parte, né, também. Aí foi ele que colocou que a única forma que tinha de combater de imediato, mais, a grilagem de terra, e a invasão dos madeireiros era a criação de uma RESEX, né. Aí, a partir daí começou a surgir várias reuniões, do ministério federal, pegamos a parceria do procurador geral da república, o Felício Pontes, que deu bastante apoio. Aí houve várias assembleias, de imediato logo foi muito bom porque veio apoio da sociedade civil de modo geral, apoio do poder público municipal, aí

houve várias audiências, aí se chegou à conclusão que foi aprovado, né, a RESEX. Aí o presidente Lula assinou o decreto, né, na época a ministra do meio ambiente era a Marina da Silva, o presidente deu empenho grande ajudou bastante, aí foi formada, aliás, foi criada a RESEX né (Jovaldo Pereira, STTR de Oeiras do Pará, 2012).

Durante o processo de criação houve muitos conflitos, resistência por parte daqueles que eram contra.

Tinha um pequeno grupo aí que, até hoje tem. Sempre quando tem, assim, um grupo organizado, sempre tem um grupo de resistência que não é favorável, né. O que eles alegavam, eram contra porque não iam poder extrair a madeira, não iam poder caçar, não iam poder fazer as coisas da forma que vinha acontecendo. / a gente como sociedade civil e entidade de representação do sindicato, igrejas, a igreja evangélica, católica, ministério público, prefeitura, a gente achava, tinha uma outra visão, né. Como muita gente que tá no movimento social, né, que tem outra visão, a gente acha que é possível desenvolver sem devastar o meio ambiente, sem, sem extrair os recursos naturais, né (Jovaldo Pereira, STTR de Oeiras do Pará, 2012).

As pessoas que estavam a frente desse movimento, sofreram ameaças, até mesmo de morte por conta dos madeireiros.

É, diretamente não, né. Ninguém chegou assim a falar “olha fulano mandou dizer que vai mandar te matar” ou “falou que vai mandar te pegar *pra* dar uma surra” não. Ouvia *buatos* assim, mas nada de concreto, né (Jovaldo Pereira, STTR de Oeiras do Pará, 2012).

Como o STTR vê a reserva extrativista, quais os pontos positivos, pontos negativos.

Olha, teve vários pontos positivos, né, desde sua criação um dos pontos positivos que eu acho na minha concepção como pessoa, né, e também como representante *d'uma* entidade é a permanência do homem no campo. Porque a partir que aquele começa se elevar o homem tem como permanecer no campo, aí, através da permanência do homem a organização, aí vem vários tipos de recurso, né, de fomento, essas coisas que mais o pessoal vejo mais esperam das melhorias para a reserva (Jovaldo Pereira, STTR de Oeiras do Pará, 2012).

Com relação à preservação ambiental quais os pontos positivos. As pessoas tem mais consciência ou ainda não reconhecem a importância da RESEX?

Uma parte já tem consciência, né, que tem que preservar mais tem uma parte que ainda pensa que tem que fazer do jeito que vinha fazendo. Tem muitas pessoas que dizem assim, “ah, meus avós falavam que isso foi dado, foi Deus quem criou, meus bisavós, meus avós viveram aqui e não acabou por que é que vai acabar agora”, né. Eu acho que tá acontecendo, as pessoas estão tomando consciência aos poucos, porque vocês sabem, é, a gente nunca nasce como diz o pessoal sabido, né, a gente vai aprendendo aos poucos é assim eles tão, é principalmente agora que nós formamos o conselho deliberativo, né, da RESEX, a ata já foi encaminhado *pra* Brasília *pra* ser publicado no diário oficial da união, né, no qual o sindicato tem assento no conselho (Jovaldo Pereira, STTR de Oeiras do Pará, 2012).

Sobre a existência de projetos desenvolvidos nas comunidades da RESEX. A relação dos trabalhadores rurais é maior com o sindicato ou a colônia?

Hoje, é, tá havendo um atrito, né, entre colônia e sindicato porque eu vejo assim, que a colônia de pescadores embora seja uma entidade de representação assim tem uma luta histórica, também, mas ela *num tá* respeitando o espaço, né, ela *num tá* ocupando o espaço como deveria ser porque o que acontece hoje, eu acredito, ainda não olhei o senso, ainda vou baixar, vou ver o senso do IBGE, como é que tá o número de pescadores cadastrado segundo o senso, e o que tem na colônia. Porque como a gente sabe, né, a colônia dos pescadores é uma entidade que quem realmente são pescadores, que sobrevivem da pesca, que tem sua sobrevivência da pesca, né, o que não vem acontecendo. Eles estão descendo *pra* estrada associando o pessoal que não são pescador, *i* eu acho que isso é uma falta de respeito até mesmo com recurso público, porque tem pessoas recebendo seguro defeso que não deveriam receber, enquanto outras pessoas que precisam que são pescadores que não estão conseguindo receber. *I tá* acontecendo muito isso *i* não é só por parte da colônia, tem outras associações de pescadores também aqui que fazem dessa (Jovaldo Pereira, STTR de Oeiras do Pará, 2012).

Com relação ao papel do STTR na realização de algum tipo de trabalho com as comunidades da RESEX, cursos de formação, projeto direcionado para essas comunidades a liderança explica da seguinte forma:

Tá, olha só, é, nos últimos anos em parceria com a APACC, né, logo no período de criação da RESEX, nós desenvolvemos um trabalho de formação junto as comunidades rurais. Houve um avanço muito bom, e ai, acabou o projeto da APACC, e ai ficou parado, até porque a gente não tem recurso próprio *pra* fazer isso, a gente tem que fazer projetos, e *pra* conseguir projetos, hoje, também, principalmente *pra* quem quer trabalhar com seriedade é mais difícil, entendeu? Aí, é o que nós *tamos* trabalhando como entidade, é na questão da mobilização, da conscientização do pessoal, a permanência do homem no campo. É desenvolver um trabalho de forma sustentável, não acabar com a natureza, até mesmo porque nosso trabalho do sindicato é mais essa questão de conscientização, de manter o homem no campo, nos *tamos* trabalhando também os PRONAF, né. Nós temos vários agricultores familiares que estão recebendo o PRONAF, pra questão da produção tanto do açaí, quanto da mandioca (Jovaldo Pereira, STTR de Oeiras do Pará, 2012).

Sobre o perfil desses trabalhadores, o que produzem, quais suas principais atividades o entrevistado considera que,

A atividade que mais desenvolvem é a agricultura, né. Agricultura, a criação muito pouco, só conseguem ter criação, aqui no município, hoje, aquelas pessoas que detêm mais poder aquisitivo, né. Eles plantam mais a mandioca, fazem farinha, arroz eles produzem bem. É o trabalho do extrativismo também de frutos, o açaí produz bastante também. Na época da safra, agora, eles vendem açaí pra fora (Jovaldo Pereira, STTR de Oeiras do Pará, 2012).

Quando perguntado sobre o que o sindicato almeja com essa parceria junto à RESEX, a liderança responde da seguinte maneira.

A parceria que a gente sempre conversa e que a gente quer, é que aconteça o desenvolvimento, principalmente na parte rural, porque há várias lutas de anos, e anos, num é do meu tempo, e nem do seu, mas de outras pessoas que antecederam a gente, que sempre lutaram por uma melhoria assim [...]. Melhores condições de vida no campo, inclusive muitas pessoas já doaram suas vidas, né, por causa disso, né, *i* a gente, como movimento sindical, junto com a RESEX que foi a origem da perda de uma pessoa que foi o Chico Mendes, a intenção da gente é manter e continuar essa luta por melhorias (Jovaldo Pereira, STTR de Oeiras do Pará, 2012).

Diante dos constantes desafios restam sonhos e perspectiva de uma vida melhor para essas populações.

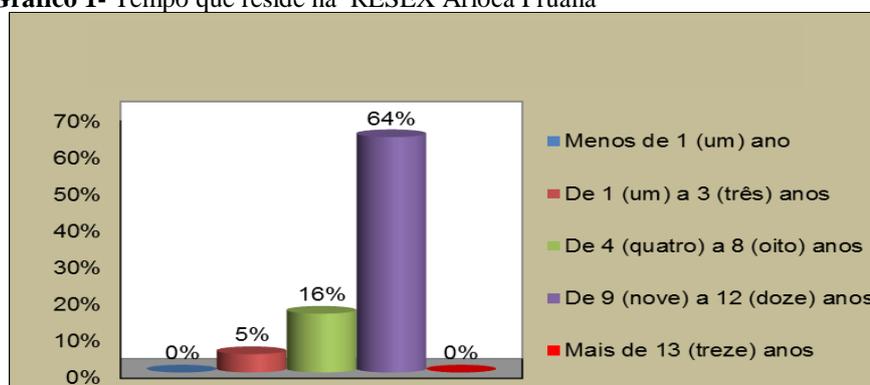
9 DIFERENÇAS E SIMILARIDADES ENTRE AS RESEX VERDE PARA SEMPRE E ARIÓCA PRUANÃ

As pesquisas foram realizadas em 20 comunidades, sendo investigadas 10 famílias de cada uma das 10 comunidades de cada RESEX, todas localizadas na parte interna. Durante 10 meses foram reunidas informações a fim de se construir compreensão sobre os desafios enfrentados nestas UC. Trata-se de um trabalho com alto grau de dificuldade em virtude do acesso difícil, distancias longas, custo de deslocamento.

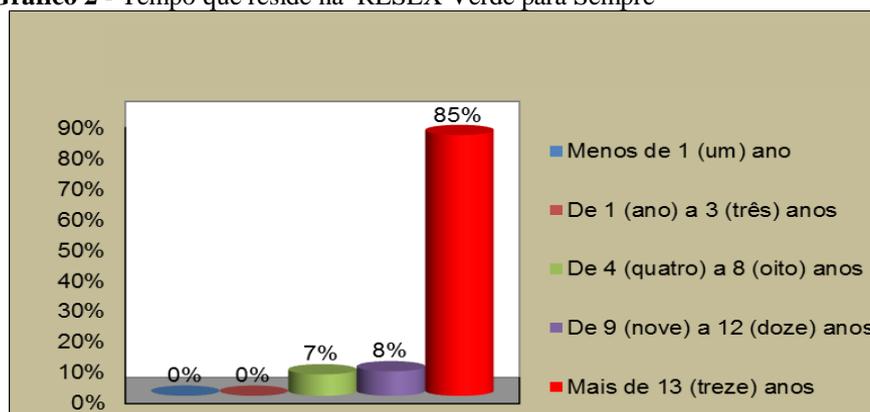
Na oportunidade participaram da pesquisa 100 famílias de cada UC, distribuídas em 10 famílias investigadas por comunidade. Na RESEX Aríoca Pruanã fizeram parte as comunidades de Castanheiro, São Sebastião, Melancial, Bela Vista, Terra Alta, Jacarequara, Vila Valério, São Raimundo, Pedreira, Santo Antonio. Na RESEX Verde para Sempre fizeram parte as comunidades São Benedito, Boa Esperança, Batata, Vila Bom Jesus, Pedreira, São Pedro, Miritizal, São Pedro de Vila Custódio, São Domingos, São João. Além dessas, as pesquisas envolveram lideranças sindicais, funcionários do ICMBIO, EMATER, INCRA, Secretarias Municipais, professores, estudantes e moradores das RESEX.

A visita a cada comunidade teve como primeiro critério de busca o tempo de moradia das famílias no interior da RESEX cuja maioria encontra-se vivendo na área a mais de 13 anos. Conforme gráficos abaixo se observa que na RESEX Verde para Sempre o número de moradores com maior tempo de vivencia é expressivamente maior que na reserva Aríoca Pruanã.

Gráfico 1- Tempo que reside na RESEX Arióca Pruanã



Fonte: Pesquisa de Campo (2013).

Gráfico 2 - Tempo que reside na RESEX Verde para Sempre

Fonte: Pesquisa de Campo (2013).

Uma das explicações para tal diferença está relacionada ao processo histórico de ocupação da região do baixo Amazonas que concentrou quantidades de famílias nas áreas rurais. Sabe-se que ao longo do século 19, importantes áreas de várzea desta região foram desflorestadas para dar lugar às plantações de cacau, além disso, pesquisas apontam que desde o início do século 20 as áreas de várzeas têm sido intensamente utilizadas para exploração madeireira, agricultura e pecuária (McGRATH et al. 2006; ROOSEVELT 2000; SHEIKH et al. 2006). Por sua vez, durante o período colonial, no baixo Tocantins o processo de ocupação é consolidado a partir de 1750, quando missões foram transformadas em vilas.

A vila de Cabi-Colares foi emancipada em 1757 e logo em seguida, na ilha de Marajó, fundaram a vila de Santa Ana. Daí em diante se instalaram no rio Moju 40 portugueses e no rio Acará foram implantados seis sítios. Foram fundadas as vilas de Cametá, Oeiras e Melgaço (ANGELO-MENEZES, 1994, p. 38).

Em Porto de Moz estas famílias especializaram-se em atividades tais como extrativismo e criação de animais, além de produção de leite e derivados. Por conta do distanciamento entre a área rural e a sede do município do Porto de Moz estas famílias dirigem-se à cidade apenas para comprar mantimentos ou em busca de serviços tais como assistência médica, educação e serviços bancários. Na RESEX Arióca Pruanã, no município de Oeiras do Pará a população estabelece uma relação de contato contínuo entre o rural e o urbano, especialmente pelo relativo distanciamento da área da reserva em relação à sede do município.

No município de Oeiras do Pará do Pará várias pessoas entrevistadas na RESEX Arióca Pruanã mantém residência fixa também na cidade, pois o que mantém essas famílias por certo período no interior da reserva é a época de cada cultura agrícola ou extrativista por eles trabalhada. Por exemplo, quando chega a época da colheita do açaí as famílias

direcionam-se para a reserva durante o período de safra, que no baixo Tocantins ocorre nos meses de agosto à novembro. Nesse período as famílias se mudam para suas propriedades permanecendo durante todos os dias da semana, para explorar ao máximo os açaiçais e evitar furto da produção (SOLYNO SOBRINHO, 2005).

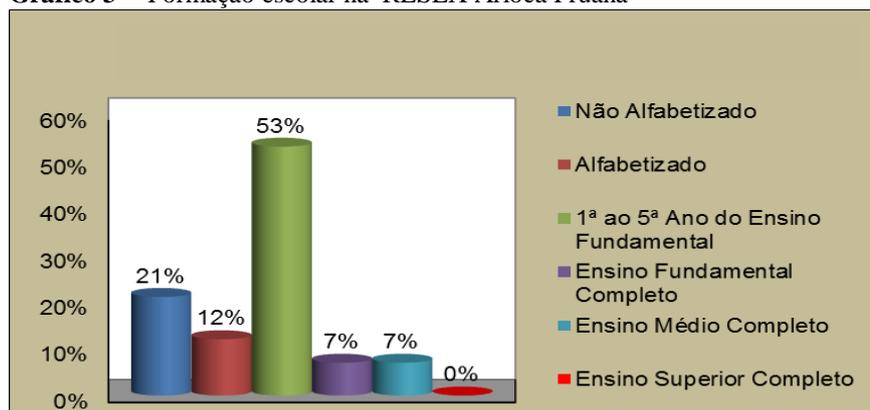
Após a safra do açaí as famílias da Arióca Puanã dedicam-se ao plantio da mandioca que ocorre no início do período chuvoso e que não exige maiores cuidados. Por conta disso neste período algumas famílias realizam revezamento entre a área rural e a urbana, de modo semanal, ou quinzenal, dependendo da distância da comunidade até a cidade. As famílias que geralmente permanecem na RESEX são aquelas que realizam criação de animais de pequeno e médio porte, bem como as que não dispõem de casa na cidade, já que em Oeiras do Pará, é comum manter casa na cidade principalmente por conta da educação dos filhos.

Ao longo das pesquisas pode se perceber que principalmente os homens da casa eram os responsáveis pelas respostas nas duas UC, mesmo quando o casal encontrava-se na residência, fato observado principalmente na Verde para Sempre. Nas duas RESEX a maioria das respostas foram prestadas por homens que se identificavam na condição de pais de famílias. Os outros entrevistados identificaram-se como mães de família ou filhos, chamando atenção na reserva Arióca Puanã o fato de muitas mulheres assumirem sozinhas o provimento da família.

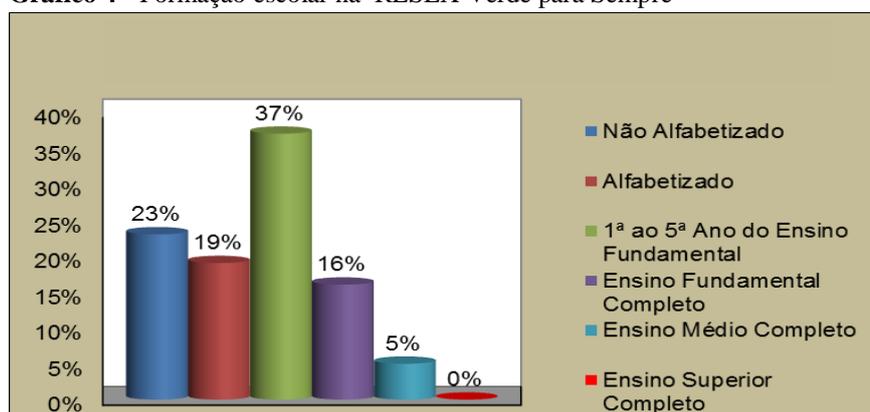
[...] as mulheres figuram como responsáveis pelas propriedades somente quando são viúvas ou solteiras, não havendo homens na família, o que evidencia o peso da tradição patriarcal na composição familiar. A viuvez possibilita o recebimento de pensão que, conseqüentemente, garante renda mensal e eleva a faixa de renda. (CASTILHO; SILVA; SCHNEIDER, 2010, p. 205).

Este fato não deixa de ser comum na região do baixo Tocantins onde muitas mulheres arcam com as despesas da casa, em alguns casos mesmo vivendo com marido, são agricultoras, pescadoras artesanais, coletoras de frutos e raízes.

No que concerne a formação escolar, na RESEX Arióca Puanã mais de 50% das famílias entrevistadas possuem indivíduos com escolarização equivalente à antiga 4ª série do ensino fundamental, o que lhes permite ler e escrever de modo precário. Segundo os entrevistados hoje a oferta educacional nas escolas da reserva ainda não são excelentes, porém tem melhorado muito em relação aos anos anteriores, pois os mais antigos informaram que era muito difícil encontrar escolas próximas das comunidades e as que existiam eram distantes e tinham oferta de séries limitadas.

Gráfico 3 - Formação escolar na RESEX Arióca Pruanã

Fonte: Pesquisa de campo (2013).

Gráfico 4 - Formação escolar na RESEX Verde para Sempre

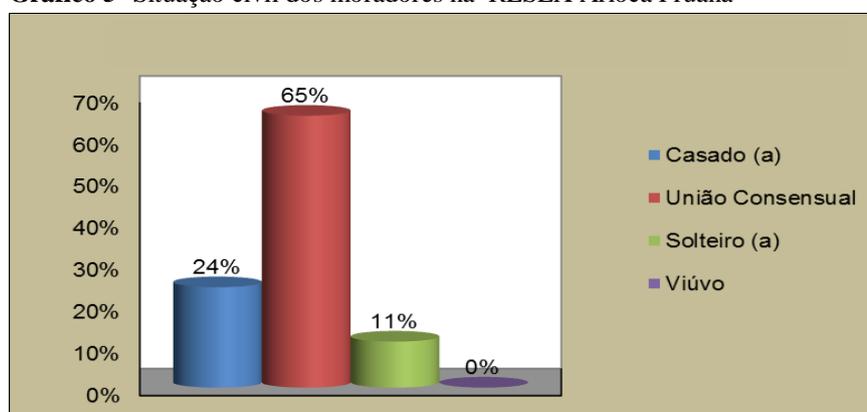
Fonte: Pesquisa de campo (2013).

Por sua vez, na reserva Verde para Sempre, quando reunidas as opções “não alfabetizados” e “alfabetizados” se tem 42% das respostas relacionadas a um baixo grau de formação escolar, o que permite minimamente “desenhar” o próprio nome. Essas pessoas têm em média 35 anos de idade, tiveram pouco acesso às escolas, pois as ofertas eram reduzidas não só pela quantidade pequena de prédios escolares, como a pouca disponibilidade de docentes (HAGE; ANTUNES-ROCHA, 2010; HAGE, 2005). Nesta reserva, vários foram os casos em que tanto pai quanto mãe são analfabetos, além de situações em que numa casa onde moram duas famílias nenhum dos adultos tem a antiga 4ª série do ensino fundamental.

Contudo, foi na reserva Verde para Sempre que apareceu o maior número de pessoas com o ensino fundamental completo - 16%. A diferença em relação à RESEX Arióca Pruanã que apresentou um percentual de 7% de pessoas com o ensino fundamental reside no fato de que no município onde a UC está localizada as pessoas com um pouco mais de formação, que não são docentes, fazem a opção de morar ou permanecer mais tempo na cidade.

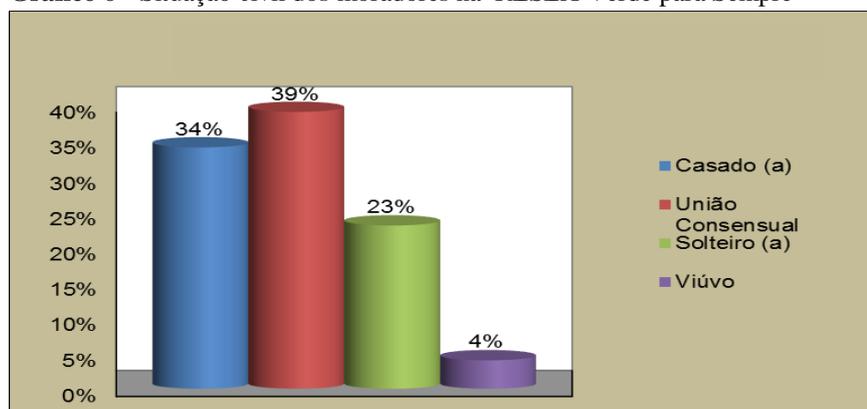
Com relação à situação civil das famílias investigadas nas duas RESEX, na reserva Arióca Pruanã 65% das famílias vivem em união consensual não havendo maiores preocupações em formalização de união. Por sua vez, na reserva Verde para Sempre 34% das famílias encontram-se e situação de matrimônio, contra 24% na Arióca Pruanã, fato que pode ser explicado pelo maior engajamento religioso de comunitários da UC Verde para Sempre.

Gráfico 5 - Situação civil dos moradores na RESEX Arióca Pruanã



Fonte: Pesquisa de campo (2013).

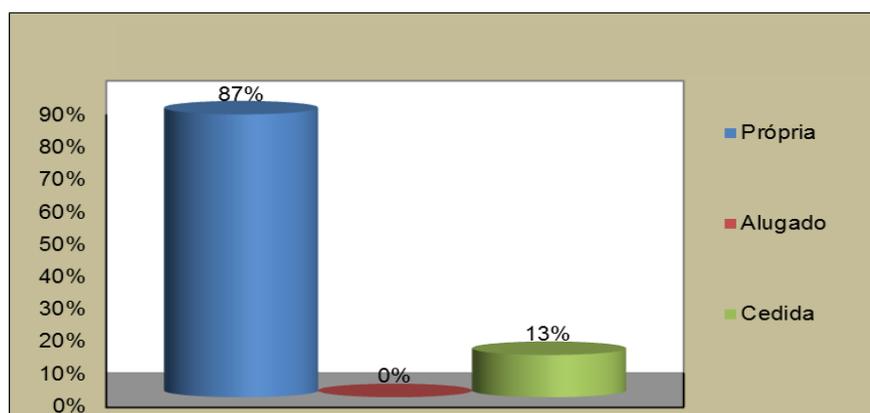
Gráfico 6 - Situação civil dos moradores na RESEX Verde para Sempre



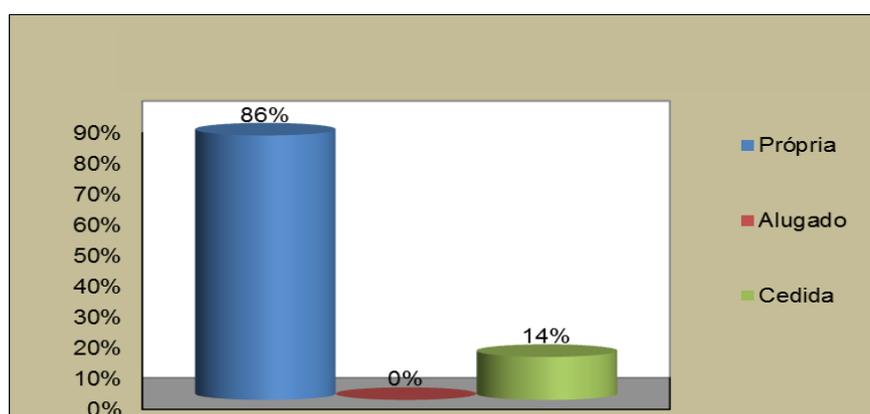
Fonte: Pesquisa de campo (2013).

Por conta dos compromissos religiosos, especialmente os evangélicos, acaba sendo uma exigência a constituição matrimonial como forma de aceitação junto às igrejas protestantes que não admitem entre seus fiéis a vivencia em casal fora do matrimônio.

No que se refere à situação de moradia nas duas RESEX investigados constatou-se que mais de 80% das famílias vivem em casa própria, o que não significa que os problemas relacionados à habitação estejam resolvidos.

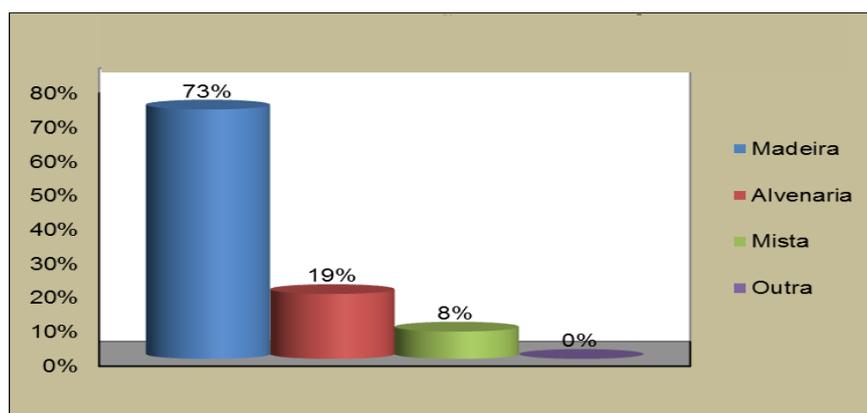
Gráfico 7- Situação da residência na Resex Arióca Pruanã

Fonte: Pesquisa de campo (2013).

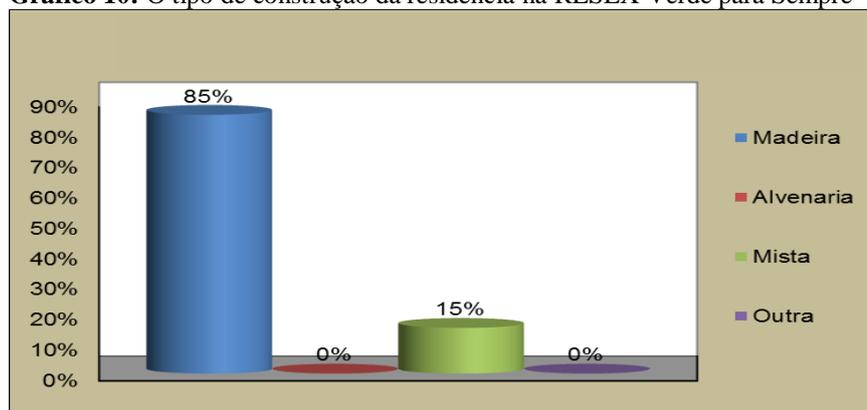
Gráfico 8 - Situação da residência na Resex Verde para Sempre

Fonte: Pesquisa de campo (2013).

Parte das casas observadas encontra-se em situação de precariedade com paredes deterioradas, dimensão pouco confortável para o número de famílias residentes, uma vez que é comum, nas 20 comunidades das duas UC, encontrar mais de uma família vivendo na mesma casa. Mesmo onde as casas são grande e espaçosas, quando questionadas, essas famílias demonstram a necessidade de ter sua própria casa como forma de dispor de maior conforto e privacidade. Na visão de Souza (1995, p.16) “[...] as políticas públicas para a habitação assumem um caráter paliativo e favorecem mais as empresas imobiliárias que as camadas da população detentoras de baixa renda familiar”. No entendimento deste autor, o não reconhecimento dessa demanda reprimida, bem como a falta de uma política efetiva à população de baixa renda só reforçam a compreensão de que no Brasil o problema da moradia é visto como algo individualizado. As casas são basicamente construídas em madeira tanto na Arióca Pruanã como na Verde para Sempre fato que é explicado pela disponibilidade de tal recurso, além do hábito de viver em casas que segundo os próprios moradores estão melhor adaptadas ao clima da região norte que é quente e úmido.

Gráfico 9 - O tipo de construção da residência na RESEX Arióca Pruanã

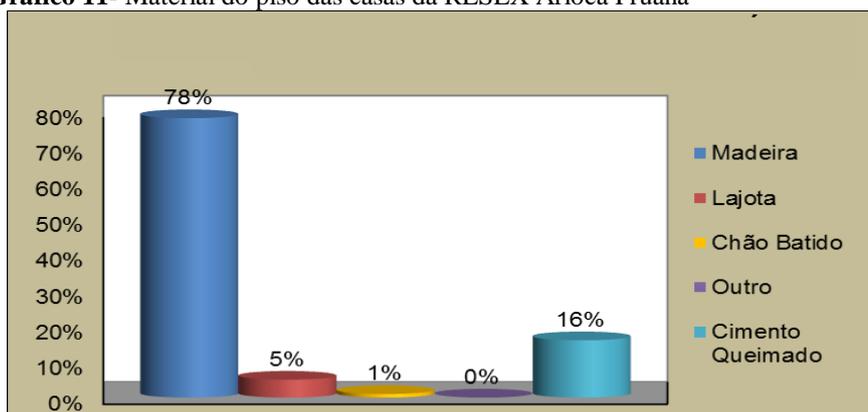
Fonte: Pesquisa de campo (2013).

Gráfico 10: O tipo de construção da residência na RESEX Verde para Sempre

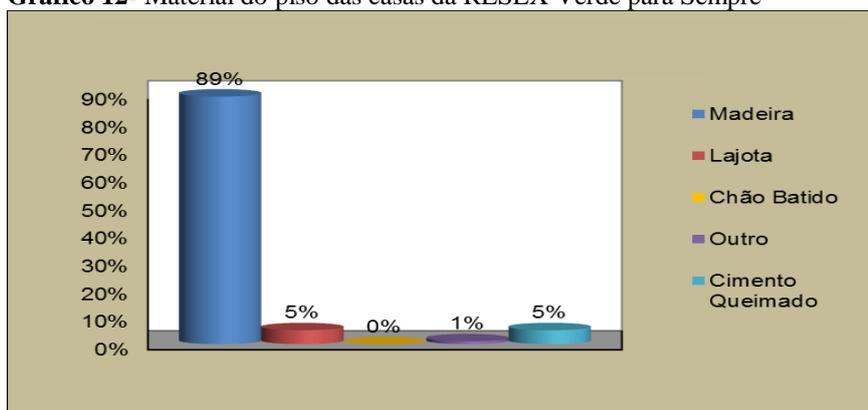
Fonte: Pesquisa de campo (2013).

Essas casas são constituídas por pisos de madeira, havendo poucos casos em que o piso é feito em lajota, haja vista a dificuldade de aquisição deste material de construção em áreas rurais, especialmente as ribeirinhas. Pode se afirmar que no meio rural, a precariedade das moradias e a falta de infraestrutura básica, apesar de não ser tão aparente como no espaço urbano, é preocupante uma vez que pouco se investe nessas áreas. Porém, existem iniciativas como o Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR⁴² destinado à construção de moradias para as famílias rurais.

⁴² Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), foi criado pelo presidente Lula no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida, através da Lei 11.974, de 06/07/2009, e regulamentado através da Lei 11.977, de 07/07/2009, do Decreto 6.962, de 17 de setembro de 2009, e pela Portaria Interministerial N° 462, de 14 de dezembro de 2009.

Gráfico 11- Material do piso das casas da RESEX Arióca Pruanã

Fonte: Pesquisa de campo (2013).

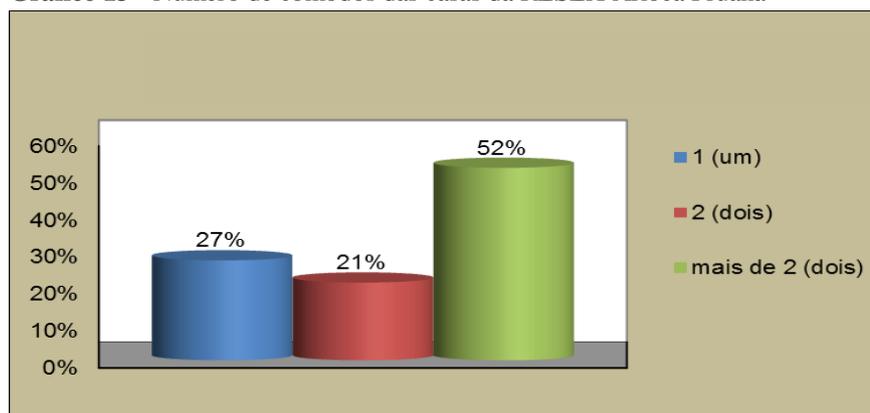
Gráfico 12- Material do piso das casas da RESEX Verde para Sempre

Fonte: Pesquisa de campo (2013).

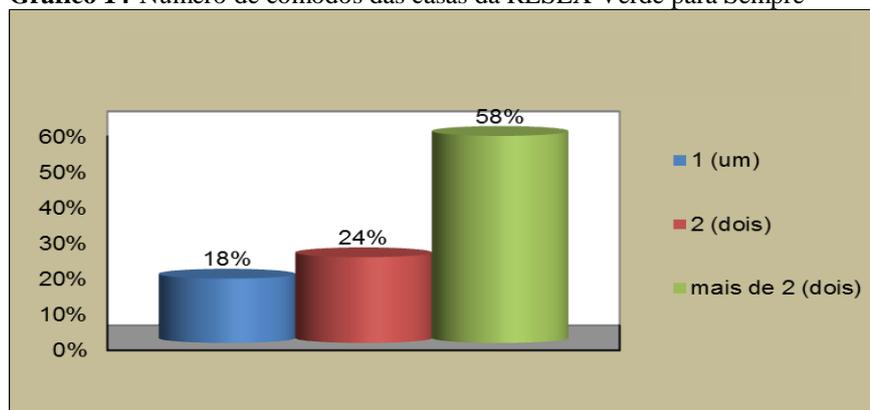
Nas duas RESEX mais de 50% das famílias vive em casas com mais de dois cômodos distribuídos entre sala, quartos e cozinha, porém cerca de 20% das famílias restantes vivem em casas com apenas dois cômodos refletindo na dificuldade em conseguir recurso financeiro para ampliar os espaços de moradia. A resolução do problema da moradia, no Brasil, exige ações continuadas e permanentes, articulando diferentes níveis da administração pública e da sociedade. Significa dizer que,

Orientar a atuação e percepção da moradia, no seu princípio e diretriz como direito social, é conceber a moradia como digna e um padrão mínimo que garanta qualidade e conforto vinculado à infra-estrutura básica (água, energia elétrica, esgoto adequado) e com equipamentos comunitários (educação, saúde, transporte, lazer, etc),” (SILVA COSTA, 1995, p.54).

Tal fato impõe como necessidade uma política habitacional articulada às demais políticas setoriais, bem como com a inserção de diversas instituições e entidades afins, garantindo sua função social.

Gráfico 13 - Número de cômodos das casas da RESEX Arióca Pruanã

Fonte: Pesquisa de campo (2013).

Gráfico 14-Número de cômodos das casas da RESEX Verde para Sempre

Fonte: Pesquisa de campo (2013).

Segundo as famílias das 20 comunidades das duas RESEX, existe um programa do INCRA voltado para a construção de casas nas áreas de UC, porém, percebeu-se nas que as casas apresentam alguns problemas tais como a procedência do material utilizado (madeira de péssima qualidade), tamanho das casas. Além disso, tanto os moradores da Arióca Pruanã com da Verde para Sempre reclamam da pouca quantidade de casas entregues bem como desconhecimento a cerca dos critérios para recebimento das casas.

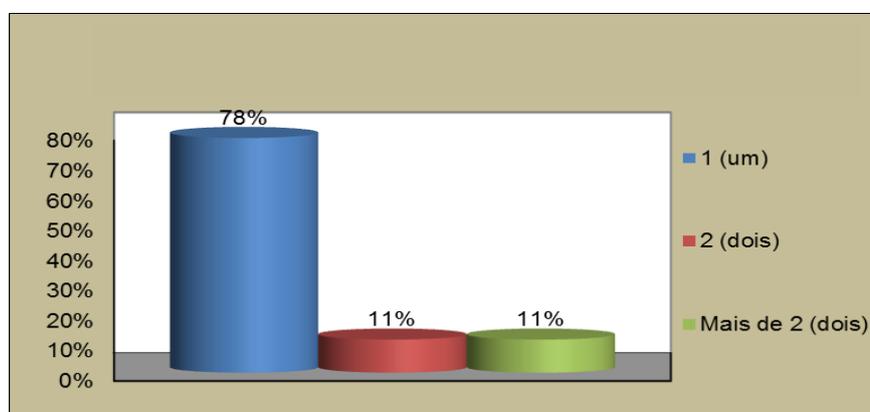
Tanto na RESEX Verde para Sempre como na Arióca Pruanã vários moradores informaram que existem relações de clientelismo político partidário que definem a contemplação com as casas do INCRA. Segundo Figueiredo Filho, e Soares (2010), os créditos da reforma agrária são concedidos às famílias a partir de um levantamento feito nas comunidades de quem realmente é população tradicional. É elaborado um levantamento de beneficiários do INCRA, conhecida como a lista do Relatório de Beneficiários - RB, que se baseia em um cadastro feito pelas associações criadas para reunir os usuários das reservas extrativistas - pescadores, catadores de caranguejo e pequenos agricultores. Sabe-se que o

processo das famílias indicadas pelas associações para receber benefícios do governo federal obedece a critérios criados pelas próprias associações, pouco claros e, por vezes, escusos.

Os funcionários do INCRA informam que existem critérios a serem seguidos e que em alguns casos os moradores não se enquadram no perfil de possíveis contemplados. Além disso, os funcionários informaram que vem acontecendo um processo de recadastramento de famílias que já ocorre na Verde para Sempre e que acontecerá no ano 2014 na Arióca Puanã com vistas a resolver tal problema. Sobre a qualidade do material das residências os funcionários informaram que também cabe a cada família contemplada acompanhar o processo de construção da residência e a qualidade do material utilizado.

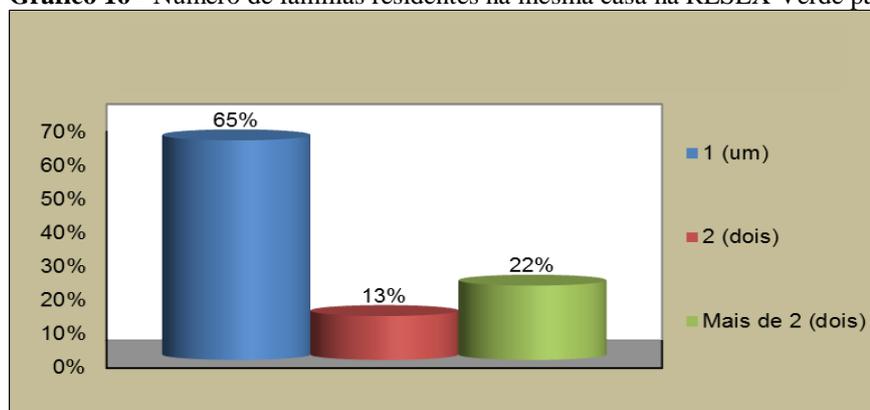
Sobre o número de famílias residentes nas casas, 78% das residências investigadas na Arióca Puanã são compostas por uma família, contra 65% das residências da Verde para Sempre.

Gráfico 15 - Número de famílias residentes na mesma casa na RESEX Arióca Puanã



Fonte: Pesquisa de campo (2013).

Gráfico 16 - Número de famílias residentes na mesma casa na RESEX Verde para Sempre



Fonte: Pesquisa de campo (2013).

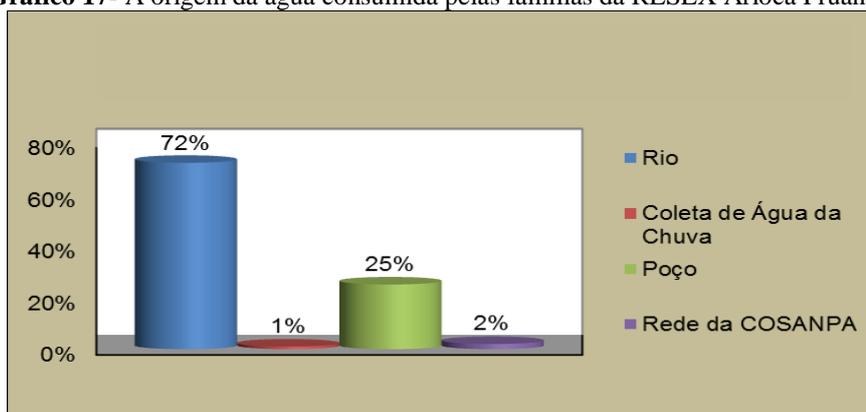
Nas duas comunidades a média de pessoas residentes na mesma casa é de cinco e seis pessoas, existindo casos, conforme fora informado acima, de famílias onde vivem de 10 a 12

pessoas. Nas áreas rurais brasileiras a quantidade de pessoas vivendo numa mesma casa está relacionada, em alguns casos, a problemas habitacionais, falta de recurso financeiro, apego familiar, e principalmente pelo fato de representar mão de obra para as atividades laborais, como garantia de amparo dos pais na velhice.

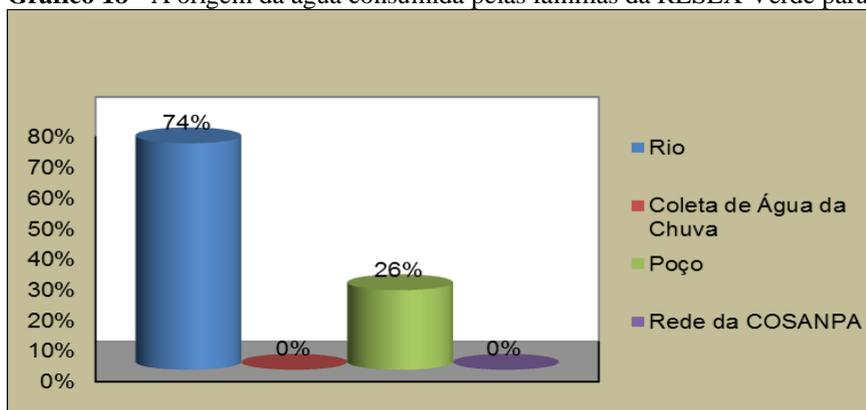
No que concerne o consumo de água potável, percebe-se que no Brasil tal assunto constitui um tema que vem ganhado cada vez mais destaque uma vez que milhares de famílias encontram-se desprovidas deste bem tão precioso. O crescimento exacerbado das cidades, somado à ocupação de áreas que comportam mananciais, bem como crescimento populacional elevado, tem acelerado o processo de esgotamento das reservas naturais de água e tem forçado populações a buscar fontes de captação cada vez mais distantes. Esta problemática está associada ao consumo cada vez maior, mau uso dos recursos naturais, desmatamento, poluição, desperdício, falta de políticas públicas que estimulem o uso sustentável, participação da sociedade e a educação ambiental.

No caso da região amazônica a questão está associada especialmente a ausência de políticas públicas voltadas para o tratamento da água destinada ao consumo humano como forma de prevenir a aquisição de doenças a ela relacionadas. Segundo Gonçalves (2005), a qualidade da água destinada ao consumo humano da população rural carece de ações de tratamento emergenciais, especialmente as águas que abastecem vilas e comunidades rurais, já que nesses lugares existe alta concentração de pessoas. As políticas de tratamento e uso racional contribuem para a prevenção do aparecimento de várias doenças no homem, auxilia o diagnóstico das principais formas de contaminação e indica um conjunto de práticas de manejo dos recursos naturais que possibilitem o controle da poluição e um aumento da qualidade de vida dos usuários dessa água.

Nas duas UC as investigações apontaram que mais de 70% das famílias investigadas consomem água do rio sem qualquer tipo de tratamento fato que aumenta a probabilidade de doenças parasitárias ou infectocontagiosas.

Gráfico 17- A origem da água consumida pelas famílias da RESEX Arióca Pruanã

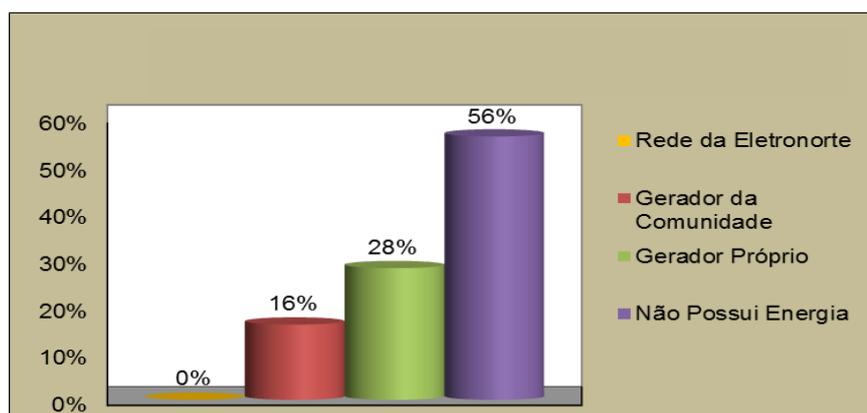
Fonte: Pesquisa de campo (2013).

Gráfico 18 - A origem da água consumida pelas famílias da RESEX Verde para Sempre

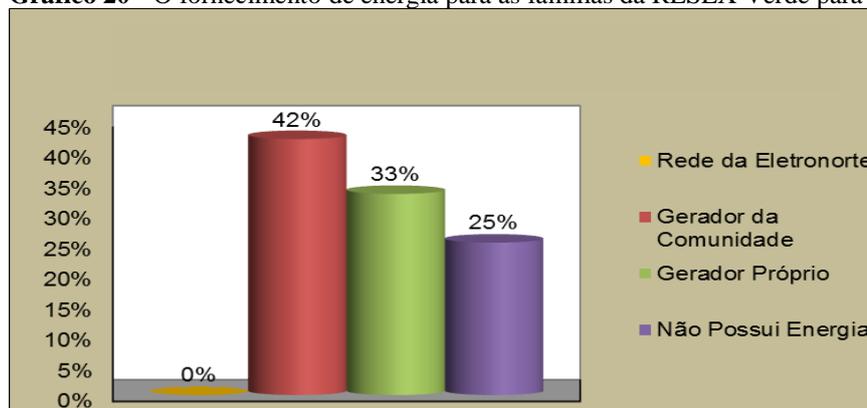
Fonte: Pesquisa de campo (2013).

As famílias que não consomem água do rio utilizam a de poço que também não recebe tratamento, salvo alguns poucos casos em que existe tampa na parte de cima e que são lançadas doses de hipoclorito de sódio, mas ainda sim são poucos casos.

Com relação ao oferecimento de energia as duas UC apresentam formas diferenciadas de acesso e utilização deste serviço, pois na Arióca Pruanã 56% das famílias entrevistadas não possui energia elétrica em suas casas. Os 38% que dispõem deste serviço contam com gerador próprio que exige despesa elevada por conta do contínuo consumo de combustível, sem contar com manutenção de peças. Apenas 16% das famílias contam com a energia proveniente de gerador comunitário o que demonstra a pouca capacidade de articulação e cooperação, bem como baixo poder aquisitivo para contribuir com a aquisição e manutenção do equipamento.

Gráfico 19 - O fornecimento de energia para as famílias da RESEX Arióca Pruanã

Fonte: Pesquisa de campo (2013).

Gráfico 20 - O fornecimento de energia para as famílias da RESEX Verde para Sempre

Fonte: Pesquisa de campo (2013).

Por sua vez, na Verde para Sempre a situação é completamente diferente, já que 42% das famílias investigadas dispõem de energia graças ao fornecimento proveniente de gerador da comunidade. As famílias colaboram com uma cota semanal para compra de combustível e manutenção de gerador, mas é importante destacar que um dos fatores que contribui para isso é o fato de as casas encontrarem-se relativamente próximas umas das outras, diferente das comunidades da Arióca Pruanã onde a maior parte das casas é afastada uma da outra. Outras 33% de famílias dispõem de gerador próprio fornecido pelo INCRA ou mesmo adquiridos com recursos próprios, e 25% das famílias não dispõem de energia em suas casas.

É importante ressaltar que as duas UC vivem realidades distintas em relação ao acesso a energia elétrica, já que a RESEX Verde para Sempre é cortada pela linha de eletrificação que fornece energia elétrica da usina hidrelétrica de Tucuruí para os municípios do baixo Tocantins, e ainda sim os moradores da RESEX não dispõem de energia. No caso da RESEX Verde para Sempre a linha de transmissão elétrica que liga a usina hidrelétrica de Tucuruí às subestações de Xingu e Jurupará que faz parte da expansão do sistema de transmissão

denominado Interligação de Tucuruí - Manaus – Macapá cujo objetivo é fornecer energia para os grandes centros urbanos de Macapá - AP, Manaus - AM e Santarém – PA passa por cima das casas dos moradores da UC sem que estes possam usufruir deste serviço. A falta de energia impede que as famílias possam desenvolver atividades produtivas fazendo uso dos recursos naturais disponíveis, ou mesmo possam implantar novas formas de produção como no caso da Verde para Sempre onde os moradores produzem queijo a partir do leite de búfala.

Apesar dos discursos do programa luz para todos, no campo, a verdade é que nas duas RESEX não chegaram às benesses dos projetos de eletrificação que as cortam. Na concepção de Pazzini (1998), as concessionárias sempre trataram a eletrificação rural como uma problemática marginal em relação à política energética nacional e regional, ou seja, os técnicos pensam neste tema como sendo um problema da distribuição da energia elétrica que só entra em pauta quando aparece algum investimento de alguma agência externa. O pouco poder aquisitivo das populações rurais representa um investimento com pouco ou nenhum retorno para as empresas do setor energético.

Segundo o CDS da Verde para Sempre, o consórcio responsável pela obra tem demonstrado pouco interesse em relação às reivindicações das populações residentes na área. As últimas reuniões foram tensas e fora firmada a promessa de que algumas residências terão acesso à energia elétrica. Contudo o CDS argumenta que os passivos ambientais são muitos e que várias famílias que sofrem com os impactos ficarão sem energia, pois não fazem parte do plano de assistência do consórcio.

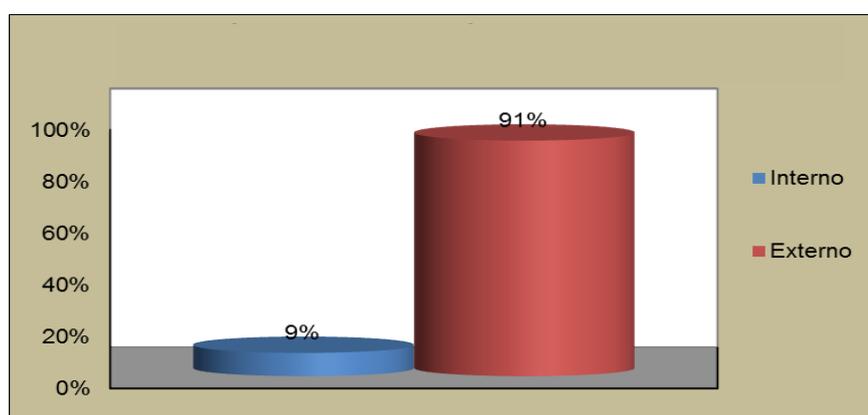
Por sua vez, o Conselho Deliberativo da Arióca Pruanã tem se demonstrado preocupado com a questão da energia elétrica na reserva, pois existe o sentimento de frustração pelo fato de os moradores localizarem-se próximos da linha de transmissão e ainda continuarem dormindo à luz de lamparina como eles mesmos dizem. Para Foley (1992) o que existe é uma resistência por parte dos funcionários em relação ao mercado pobre formado pelas populações rurais, já que as dificuldades de manutenção em função das condições das estradas e das distâncias atrapalham os lucros imediatos que fazem da eletrificação rural um negócio arriscado e sem prioridade. Fatores como a ausência de atrativo no mercado rural, condicionada à despreocupação em reduzir custos para garantir um alto índice de atendimento, levam a existência do grande número de pessoas sem energia elétrica.

A presidência do conselho da Arióca Pruanã vem se inteirando da questão para procurar a empresa Eletronorte a fim de negociar propostas para viabilizar o acesso de energia às famílias. Segundo o presidente do conselho é inviável pensar em desenvolver atividades produtivas capazes de agregar valor aos produtores rurais sem o acesso à energia elétrica, pois

não se pode conservar, beneficiar e ou mesmo aumentar o ritmo de produção sem o uso de energia.

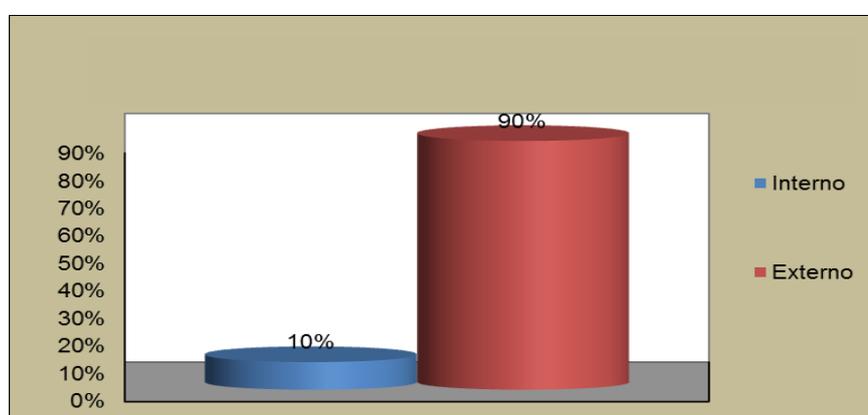
Com relação aos serviços de saneamento básico pode se observar alto grau de deficiência nas duas UC, pois não foram percebidos maiores cuidados com relação aos dejetos humanos, assim como cuidado com o lixo, especialmente aquele oriundo de produtos industrializados. O serviço de saneamento básico em áreas rurais historicamente tem sido algo relegado ao abandono das autoridades públicas, já as populações rurais sempre estiveram desprovidas de assistência e ações efetivas (TEIXEIRA, 2010). Nas 200 casas investigadas nas duas comunidades 90% adotam sanitários externos que em alguns casos ficam a menos de sete metros das residências.

Gráfico 21 - O sanitário das residências da RESEX Arióca Pruanã



Fonte: Pesquisa de campo (2013).

Gráfico 22 - O sanitário das residências da RESEX Verde para Sempre



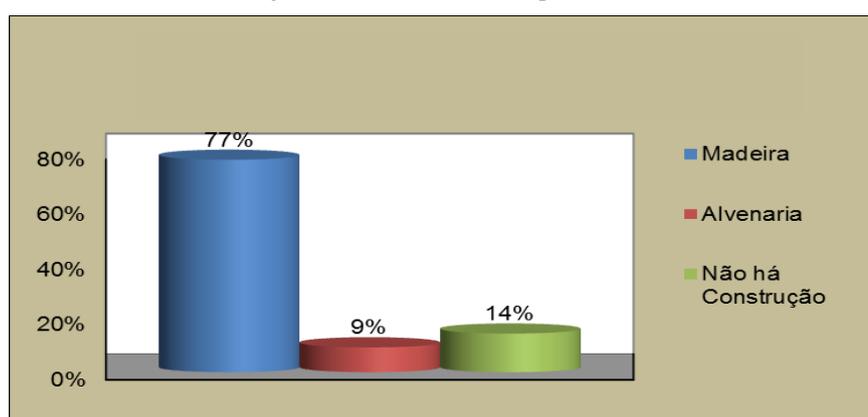
Fonte: Pesquisa de campo (2013).

Para Barros (1995), o esgotamento sanitário constitui a forma adequada, do ponto de vista sanitário e ambiental, de tratamento do esgoto doméstico que reuni a coleta, transporte, tratamento e disposição final. O sistema de esgotos é fundamental para afastar a possibilidade de contato de dejetos humanos com a população, com as águas de abastecimento, com vetores

de doenças e alimentos. Nas propriedades rurais a melhor maneira de se tratar o esgoto é com a utilização de fossa séptica, que são unidades simples de tratamento capazes de evitar doenças, verminoses, uma vez que impedem o lançamento dos dejetos humanos diretamente em rios, lagos, solo e águas subterrâneas.

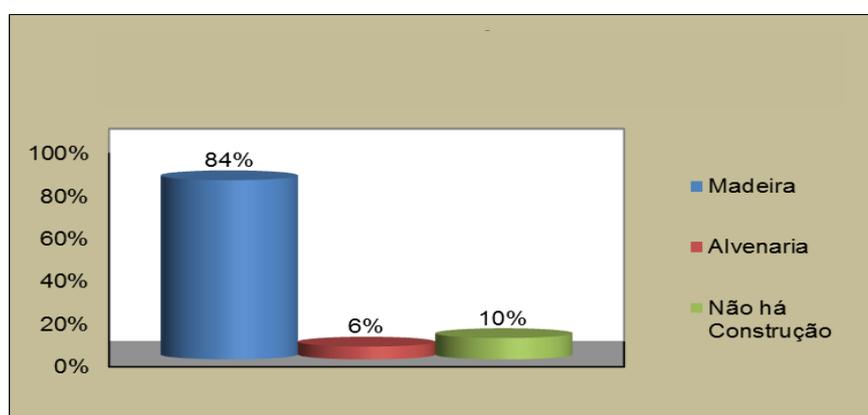
Porém, tanto na Arióca Pruanã com na Verde para Sempre, mais de 77% dos sanitários das famílias investigadas é construído de madeira, com buracos onde são despejados os dejetos, sendo que em alguns casos, no período de maré alta a água invade esses sanitários lançando as fezes nos rios.

Gráfico 23 - As construções sanitárias utilizadas pelas famílias da RESEX Arióca Pruanã



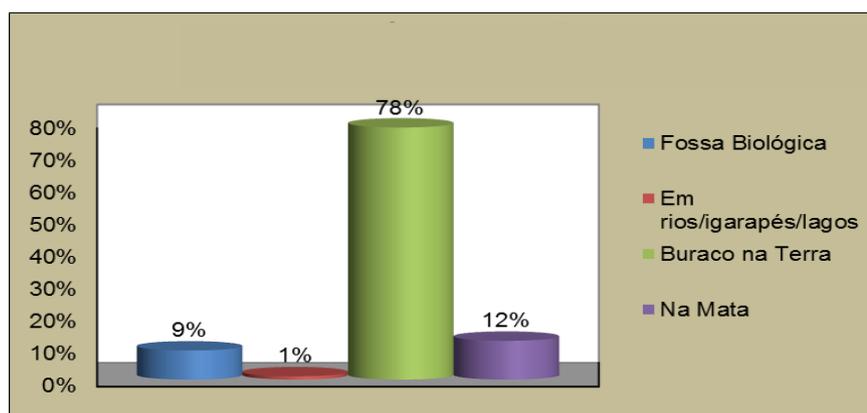
Fonte: Pesquisa de campo (2013).

Gráfico 24 - As construções sanitárias utilizadas pelas famílias da RESEX Verde para Sempre

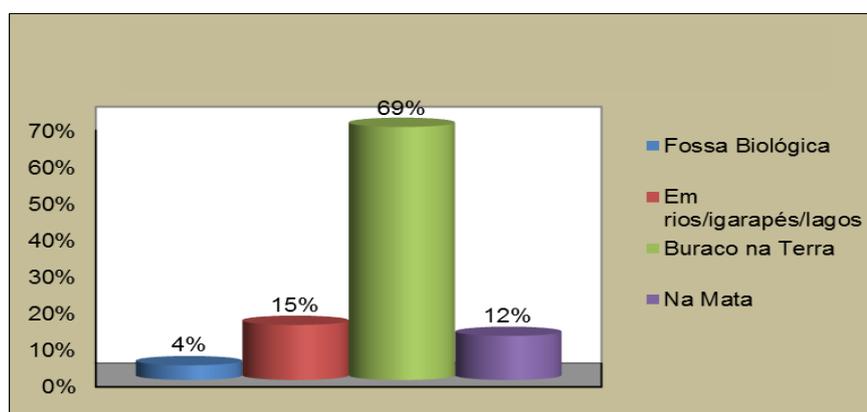


Fonte: Pesquisa de campo (2013).

Chama atenção, no caso da Verde para Sempre, que a soma da opção “esgoto sanitário despejado em rios/igarapé/lagos junto à mata” representa a ação de 27% das famílias investigadas, o que gera preocupação com relação aos cuidados com a higiene e prevenção de doenças.

Gráfico 25 - O destino do esgoto sanitário na RESEX Arióca Pruanã

Fonte: Pesquisa de campo (2013).

Gráfico 26 - O destino do esgoto sanitário na RESEX Verde para Sempre

Fonte: Pesquisa de campo (2013).

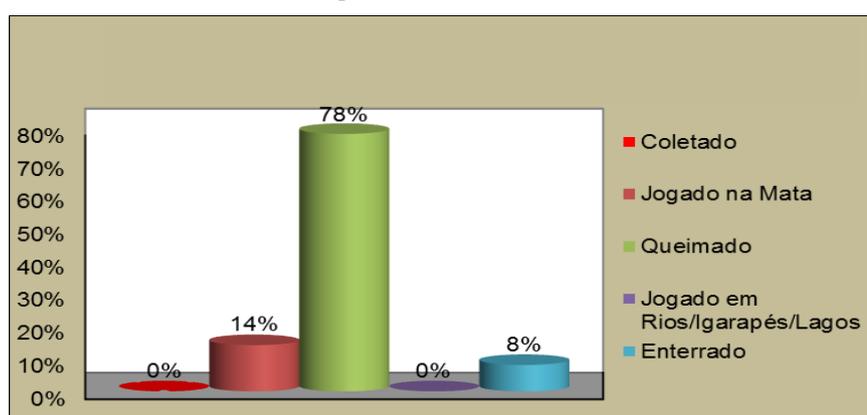
O pouco esclarecimento com relação aos riscos de contaminação é bastante claro entre as famílias ao longo das investigações, pois não existe a preocupação em lavar as mãos após as necessidades fisiológicas, e mesmo em alguns casos as pessoas saem do sanitário e retomam as atividades tais como produção de farinha, ordenha do gado leiteiro, produção do queijo, debulha do açaí.

A questão da chegada do lixo oriundo de produtos industrializados nas regiões de floresta tem sido algo preocupante haja vista que alguns desses resíduos acabam contaminando rios, ou mesmo se acumulando em seus leitos ameaçando as vidas aquáticas. Segundo Darolt (2002) o lixo rural é constituído por materiais associados à produção agrícola: restos vegetais da cultura, materiais orgânicos, adubos químicos, defensivos e suas embalagens, dejetos animais, produtos veterinários. Assim como reuni sobras semelhantes às produzidas nas cidades: restos de alimentos, vidros, latas, papéis, papelões, plásticos, pilhas e baterias, etc. Além disso, o acúmulo de resíduos estimula a proliferação de ratos e insetos que

pode trazer perigo a saúde humana, e gerar desequilíbrio nos delicados ecossistemas que compõem o meio ambiente.

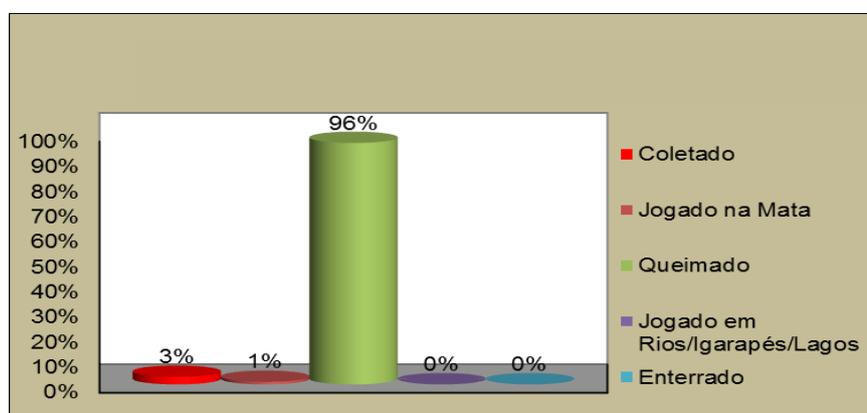
O consumo crescente de produtos industrializados sem a atenção para o recolhimento dos resíduos torna-se um problema para comunidades rurais que não dispõem de serviço de coleta seletiva de lixo, tão pouco possuem aterros sanitários, fazendo com que a principal alternativa seja colocar fogo nos resíduos. Nas duas UC mais de 78% das famílias entrevistadas faz a opção de colocar fogo no lixo produzido. Este fato, em algumas ocasiões, contribui para que o fogo se alastre pela floresta gerando degradação e morte várias de espécies.

Gráfico 27- O destino do lixo produzido na RESEX Arióca Pruanã



Fonte: Pesquisa de campo (2013).

Gráfico 28 - O destino do lixo produzido na RESEX Verde para Sempre



Fonte: Pesquisa de campo (2013).

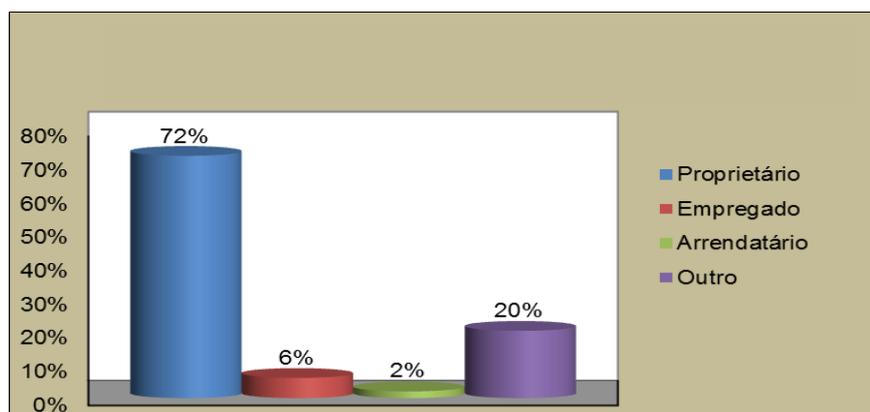
No caso da RESEX Verde para Sempre 96% das famílias utilizam a prática de colocar fogo nos resíduos sólidos, o que em alguns casos emite gases tóxicos danosos à saúde humana e animal. Por sua vez, na Arióca Pruanã causa preocupação o fato de 14% das famílias entrevistadas admitirem que simplesmente jogam o lixo na floresta sem a menor preocupação em acondicionar o material em local adequado, ou mesmo as consequências ambientais

geradas por esse problema. As investigações apontaram que os comunitários das duas UC sabem que o resíduo traz problemas para a saúde e o equilíbrio ambiental, mas alegam que não existe esforço do poder público em estabelecer um sistema contínuo de coleta, já que em Porto de Moz esporadicamente o poder público realiza este trabalho.

As práticas desses moradores demonstra que a inexistência de serviços e infraestrutura em saneamento estimula a ocorrência de ações cotidianas que provocam impactos nos recursos naturais. Neste sentido, a adequação dos serviços e estrutura em saneamento no meio rural, é de suma importância para que atitudes governamentais e comportamentos da população local sejam mudados assim como ocorram gerenciamento e preservação dos recursos naturais locais.

No que tange o aspecto econômico as duas UC apresentam bases diferenciadas por conta não apenas de suas condições histórico-culturais, como também pelas aptidões produzidas pelos mercados externos. Na RESEX Verde para Sempre a base da economia local funciona em torno da agricultura familiar onde se trabalha a cultura da mandioca, arroz, feijão, café e cacau. As investigações apontaram que 72% das famílias entrevistadas nesta UC trabalham na roça na condição de proprietário realizando as atividades com a ajuda da família, e em alguns casos com o apoio dos vizinhos na prática da instituição conhecida como mutirão, especialmente no momento de preparação da terra e plantio da mandioca. Para Schmitz (2001) a agricultura familiar representa o segmento de maior importância econômica e social do meio rural, já que possui potencial de fortalecimento e crescimento, não só como setor estratégico para a manutenção e recuperação do emprego, mas para a redistribuição da renda, para a garantia da soberania alimentar do país e para a construção do desenvolvimento sustentável.

Gráfico 29 - A condição do trabalhador da roça na RESEX Verde para Sempre

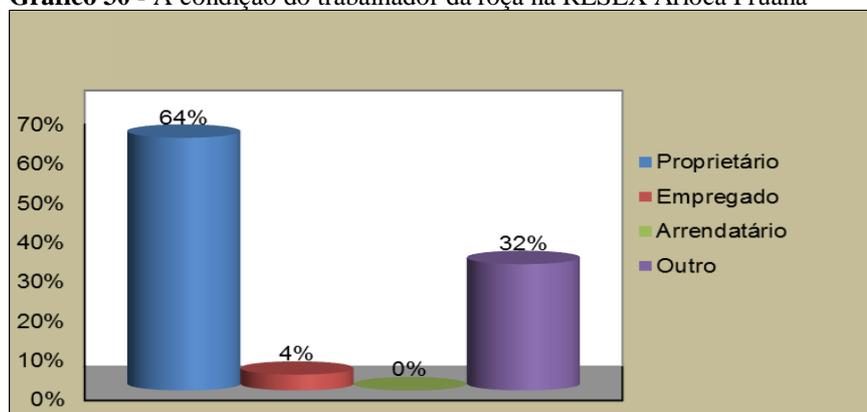


Fonte: Pesquisa de campo (2013).

Neste contexto, 20% das famílias informou que não trabalha com a roça, mas em outras atividades e dentre essas se destaca a pesca artesanal, especialmente nas regiões próximas de rios, bem como a criação de gado bubalino responsável pela produção de leite e derivados tais como o queijo. Mesmo existindo conflitos e questionamentos com relação à viabilidade da criação de gado bubalino, esta modalidade pecuária representa fonte de recurso financeiro para considerável número de famílias, pois o queijo de búfala é muito apreciado em toda aquela região e garante complementação da renda de várias famílias envolvidas nesta prática. O búfalo foi considerado pela FAO, Organização das Nações Unidas para Alimentação, como o animal doméstico mais dócil do planeta, além de ser um animal de extrema versatilidade, podendo produzir leite, carne e trabalho, em todas as latitudes e longitudes, nas mais variadas condições climáticas, e nas diferentes altitudes, desde as planícies às áreas montanhosas (PROGRAMA, 2003).

Por sua vez, na RESEX Arióca Pruanã as principais atividades econômicas são o plantio da mandioca e colheita do açaí. O açaí envolve uma extensa rede de famílias investigadas nas 10 comunidades, pois os altos consumos assim como os preços atrativos oferecidos pelas indústrias que processam o alimento acabam incentivando muitas famílias a direcionar-se a RESEX no período de safra. As práticas de manejo desenvolvidas pelos produtores ribeirinhos para a formação de açazais, com a finalidade de produção de frutos, apesar de provocarem mudanças consideráveis na composição florística da floresta de várzea (OLIVEIRA, 2002), tem possibilitado aos açazais manterem as características funcionais e estruturais da floresta, além de propiciar ao produtor ribeirinho a concentração de espécies de valor econômico conforme Perotes e Lemos (2008).

Gráfico 30 - A condição do trabalhador da roça na RESEX Arióca Pruanã

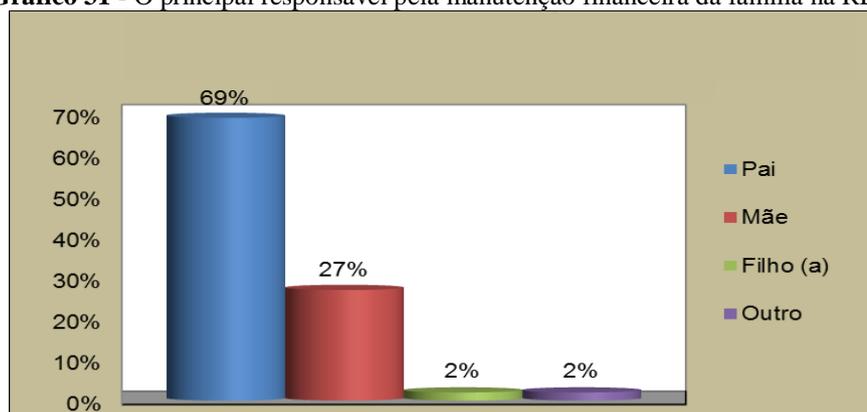


Fonte: Pesquisa de campo (2013).

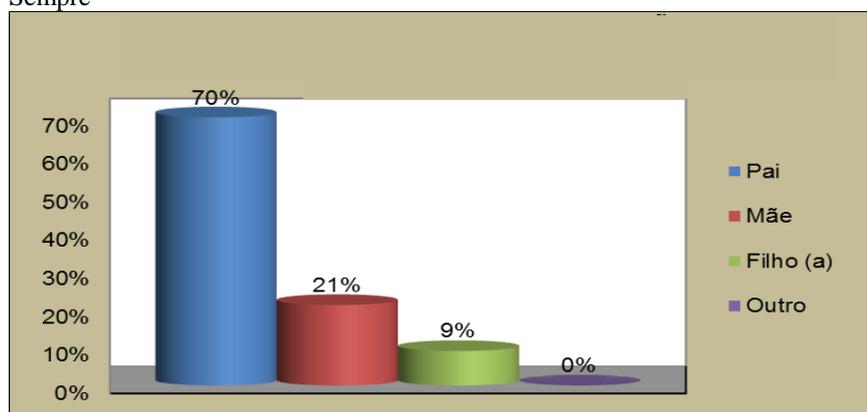
No período de safra o açaí é responsável pela geração de muitos empregos temporários tais como apanhadores (peconheiros), debulhadores, carregadores, produtores de paneiros, barqueiros transportadores, além dos atravessadores, batedores de açaí que vendem o suco do açaí. Neste sentido, 21% das famílias entrevistadas identificaram-se nas condições anteriormente expostas neste parágrafo, uma vez que nem todos possuem áreas com extensão, características adequadas para o plantio, e açazais produtivos.

Há de se considerar que além da produção de açaí existem outras culturas trabalhadas na Arióca Pruanã tais como plantio de arroz, feijão e frutas regionais como cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*) que no campo das investigações envolvem 11% das famílias investigadas nesta UC. Essas atividades são em geral voltadas para a subsistência das famílias que acabam por comercializar o excedente no mercado local, com a exceção de frutas como o cupuaçu. O aumento da produtividade agrícola, especialmente de produtos perecíveis, nem sempre é desejado, pois nas comunidades investigadas a falta de infraestrutura de transporte e estocagem, e as condições de mercado em geral, são motivos decisivos nesse comportamento. Por esses motivos, o agricultor familiar prefere produzir mandioca, milho e feijão, que são secos e podem ser estocados, servindo tanto para o consumo, quanto para a venda posterior (WINKLERPRINS, 2001).

Nas 20 comunidades investigadas nas RESEX em questão a responsabilidade de sustento da família é parecida e mantém as mesmas características. Nas RESEX Verde para Sempre e Arióca Pruanã, 70% e 69% das famílias investigadas, respectivamente, o papel de provedor financeiro é assumido pelo pai, que toma para si a condução ou realização das atividades laborais como forma de garantir o sustento dos membros. Há de se considerar que estes indivíduos não atuam sozinhos nas tarefas sendo perceptível, ao longo das observações, o quão importante é o papel das esposas e filhos nas tarefas laborais. Sabe-se que a concentração da chefia feminina encontra-se nas camadas pobres (CASTRO, 1990, 1982; GOLDANI, 1994), visto que a própria condição de pobreza, e muitas vezes miséria, acaba por lançar as mulheres ao mercado de trabalho em situações que vão desde compartilhar a manutenção da casa com o companheiro, até responsabilizar-se sozinha pelas despesas do domicílio.

Gráfico 31 - O principal responsável pela manutenção financeira da família na RESEX Arióca Pruanã

Fonte: Pesquisa de campo (2013).

Gráfico 32 - O principal responsável pela manutenção financeira da família na RESEX Verde para Sempre

Fonte: Pesquisa de campo (2013).

Mesmo representando cerca de 20% da responsabilização pelo provento do lar, é preciso destacar que este índice representa basicamente mães solteiras que acabam por garantir sozinhas o sustento da prole, e ainda muitos foram os casos de esposas que assumiram a responsabilidade do lar por conta da doença de seus esposos (CARVALHO, 1998). É válido destacar que na Verde para Sempre em 9% das famílias analisadas são os filhos os principais responsáveis pelo sustento das famílias, principalmente em situações em que os pais estão muito idosos, ocorrência de falecimento ou abandono do pai.

Com relação à contribuição para o orçamento familiar as RESEX apresentam números diferenciados que demonstram a forma como as famílias adotam a mão de obra doméstica para garantir o sustento. Nas regiões rurais o trabalho das crianças tem sido de grande relevância para a realização de determinados tipos de tarefa. Entre as duas RESEX investigadas foi na Arióca Pruanã que apareceu o maior número de crianças que contribuem com seu trabalho para os sustentos da família. São 73 crianças que realizam atividades que envolvem plantio e colheita; pesca artesanal; plantio, colheita e manejo do açaí; criação de

animais, além de confecção de redes de pesca, paneiros e outros utensílios usados no cotidiano rural.

Quadro 11 - Indivíduos que contribuem com seu trabalho para os sustentos da família nas 10 comunidades da RESEX Arióca Pruanã

Crianças	Adolescentes	Adultos
73	52	116

Fonte: Pesquisa de campo realizada com 100 famílias de 10 comunidades (2013).

Por sua vez na Verde para Sempre o número de crianças envolvidas em trabalhos voltados para o orçamento familiar foi de 53, porém nesta UC a participação de adolescentes e jovens atingiu um número de 82 indivíduos, que realizam principalmente atividades voltadas para a lavoura e manejo de gado bubalino.

Quadro 12 - Indivíduos que contribuem com seu trabalho para os sustentos da família nas 10 comunidades da RESEX Arióca Verde para Sempre

Crianças	Adolescentes	Adultos
53	82	211

Fonte: Pesquisa de campo realizada com 100 famílias de 10 comunidades (2013).

Segundo Bourdillon (2006), existem duas linhas de pensamento bastante distintas com relação ao trabalho na infância. A primeira tem suas bases construídas a partir da visão liberal ocidental, que compreende a infância como um momento único e livre para a aprendizagem e o lazer, onde a criança não deve se preocupar com as responsabilidades do mundo adulto. Neste pensamento, o trabalho infantil é visto como instrumento de aprendizagem e benefício próprio; não para o ganho econômico, desconsiderando, assim, qualquer forma de trabalho assalariado.

O segundo pensamento considera a infância como uma etapa de um processo contínuo de transformação com o mundo adulto, onde as crianças se movem gradualmente para desempenhar as atividades, até então, executadas pelos adultos. Nesta visão, o trabalho é considerado natural ao desenvolvimento da criança e fundamental para promover o seu amadurecimento pessoal. Na maioria das comunidades investigadas nas duas RESEX é este pensamento que prevalece.

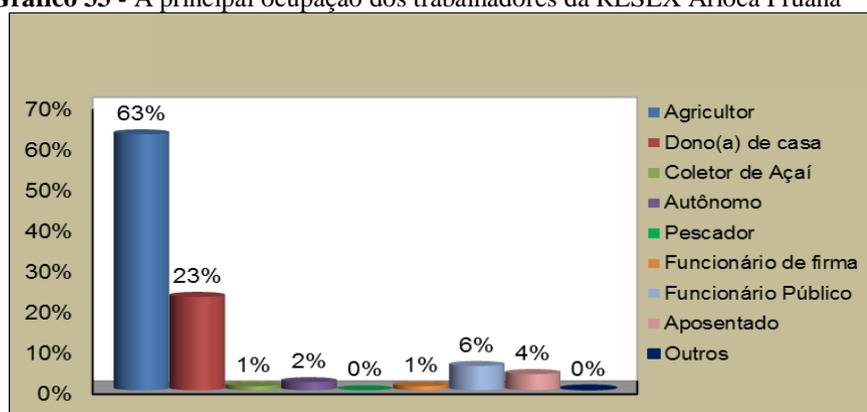
Há de se considerar nas duas RESEX, que por conta da exigência de esforço físico das atividades, além do horário em que essas ocorrem (geralmente durante o dia), muitos desses jovens deixam de frequentar a escola. Tanto na Verde para Sempre como na Arióca Pruanã o

papel de crianças e adolescentes nas atividades laborais é um fato perceptível ao longo de todos os dias, chamando atenção para algumas situações em que se percebe a tristeza e falta de perspectivas de alguns desses indivíduos em relação a novas oportunidades uma vez que a necessidade de sobrevivência se sobrepõe os sonhos e desejos.

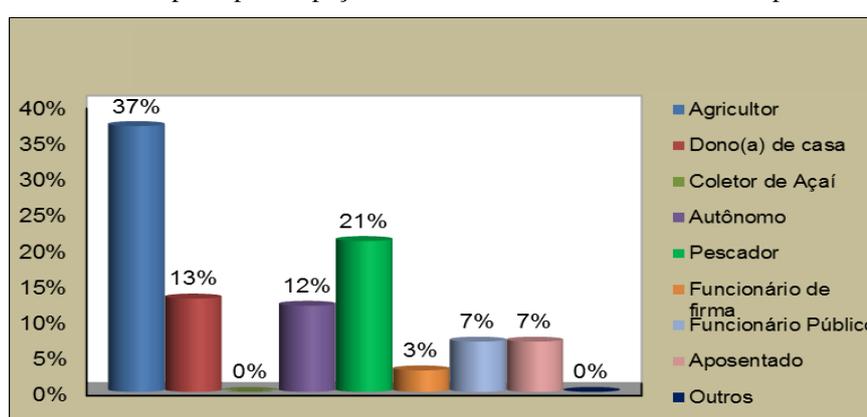
Bissel (2005) enfatiza a necessidade de relacionar os instrumentos de combate ao trabalho de criança com políticas de diminuição da pobreza. Talib (2003) afirma que as escolas podem ser flexíveis permitindo que as crianças continuem com trabalho necessário para suas famílias, desde que recebam uma instrução de qualidade. Contudo, Basu (1999), ao retratar a dificuldade de exterminar o trabalho infantil, ressalta que somente através de políticas colaborativas (boas escolas, refeições, auxílio na composição da renda familiar) pode-se minimizar sua incidência.

Com relação ao perfil de ocupação dos entrevistados das RESEX Arióca Puanã e da Verde para Sempre, 63% dos indivíduos que compõem as famílias da primeira UC praticam como principal atividade a agricultura, sendo que na segunda UC esse percentual cai para 37%. Uma das possíveis explicações residem no fato de a agricultura familiar, com ênfase no plantio da mandioca para produção farinha, ocupar parte do tempo de muitas famílias, e além dela o plantio e colheita de feijão, arroz e milho. Como a produção do açaí ocorre em determinado período, as famílias acabam revezando as tarefas, mas sempre apontando a agricultura como atividade principal.

Na reserva Verde para Sempre a agricultura corresponde a 37% das atividades principais realizadas pelas famílias investigadas dividindo espaço com a atividade de pesca artesanal que corresponde a 21%. A agricultura familiar poderia contribuir para o dinamismo de demais setores econômicos, pois como destaca COSTA (2001) é o desenvolvimento com distribuição de renda no setor rural que viabiliza e sustenta o desenvolvimento do setor urbano. Isso, partindo do fato de que principalmente a agricultura familiar pode propiciar no meio rural uma maior sociabilidade, podendo formar uma grande rede das mais diversas formas associativas consolidando a democratização e a participação da população rural, construindo cidadania no campo (MOTA, 1998).

Gráfico 33 - A principal ocupação dos trabalhadores da RESEX Arióca Puanã

Fonte: Pesquisa de campo (2013).

Gráfico 34: A principal ocupação dos trabalhadores da RESEX Verde para Sempre

Fonte: Pesquisa de campo (2013).

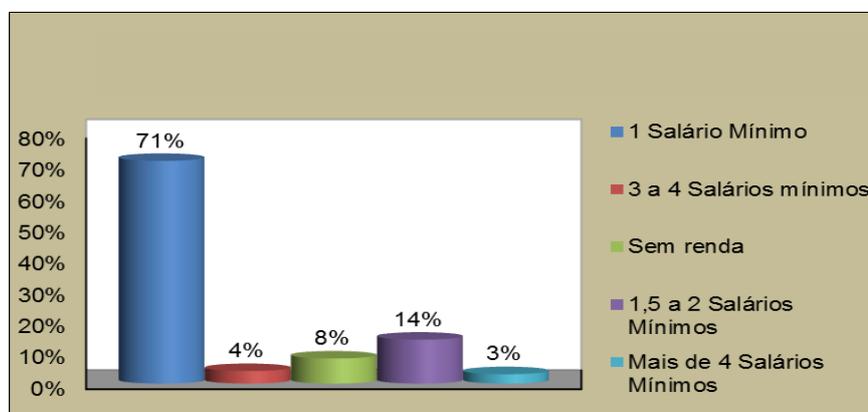
Por sua vez, as tarefas de dona e dono de casa ocupou a segunda posição na RESEX Arióca Puanã o que representa não apenas a percepção, mas a compreensão da importância das atividades desenvolvidas dentro de casa e na qual se encontram envolvidos tanto homens como mulheres, a exemplo os esposos de professoras entrevistadas nesta pesquisa.

Ainda, com relação ao orçamento familiar dos comunitários investigados, no que concerne a aferição tendo como unidade de referência o salário mínimo, obtiveram-se características bastante diferenciadas, já que na Verde para Sempre 71% das famílias informou que vive com uma renda mensal equivalente a um salário mínimo contra 33% da Arióca Puanã. Ainda na Arióca Puanã, 28% das famílias informaram que sobrevivem com algo em torno de um e meio a dois salários mínimos contra 14% da Verde para Sempre.

Na definição elaborada por Martins (1996) a família do agricultor familiar, quase sempre, é formada por lavradores e lavradoras pobres, que vendem no mercado os excedentes agrícolas do trabalho familiar, depois de ter reservado uma parte da sua produção para o provimento da família. O produto da comercialização do excedente é convertido para a

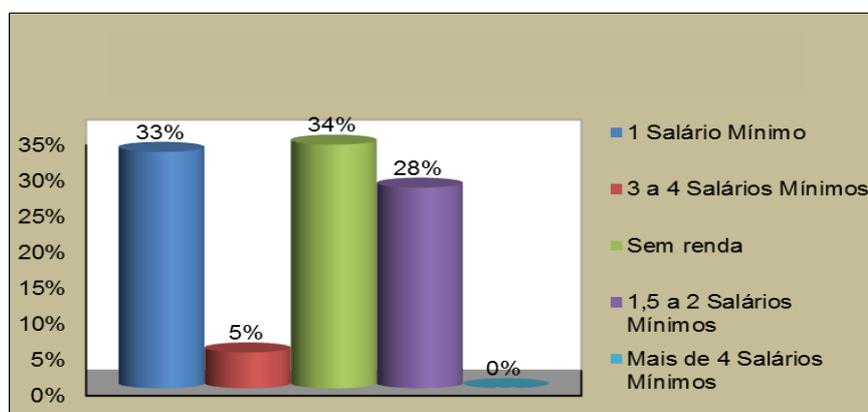
aquisição de remédios, sal, querosene, às vezes roupa, bem como outras necessidades requeridas na casa ou no trabalho. Estas famílias de agricultores rurais, geralmente não possuem o título de proprietário da terra em que trabalham, raramente tem acesso ao crédito bancário, à assistência agrônômica ou qualquer outro tipo de apoio que lhe permita aumentar a produtividade do seu trabalho.

Gráfico 35 - O rendimento mensal das famílias residentes na RESEX Verde para Sempre



Fonte: Pesquisa de campo (2013).

Gráfico 36 - O rendimento mensal das famílias residentes na RESEX Arióca Pruanã



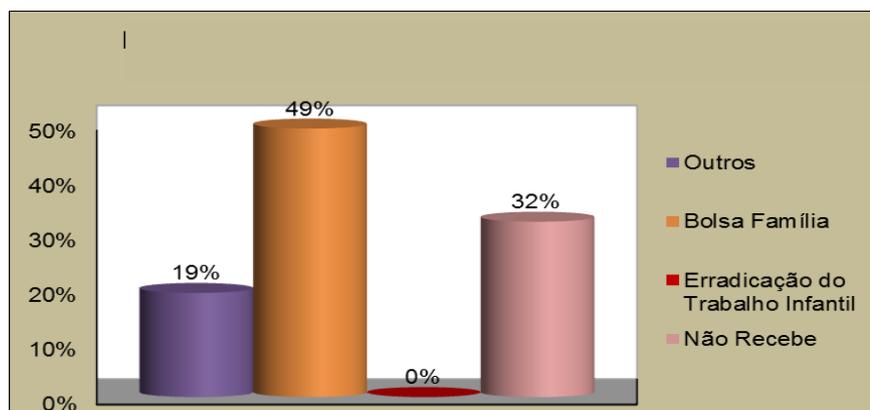
Fonte: Pesquisa de campo (2013).

Porém chamou atenção nesta UC o número de famílias que se declararam sem renda com um percentual de 34%, fato que segundo esses indivíduos se deve à ausência de política pública voltada para geração de renda, qualificação profissional e investimentos no setor produtivo local. É importante frisar que nas duas UC é difícil para os comunitários converter em unidades monetárias o produto de suas atividades laborais o que permitiria uma compreensão com maior precisão sobre a renda de cada família.

Para as famílias que vivem nas áreas rurais as políticas de assistência que tem como base a transferência de renda representam, em alguns casos, a principal fonte de renda e forma de aquisição de bens e produtos destinados à sobrevivência. Para Mauriel (2006) as políticas

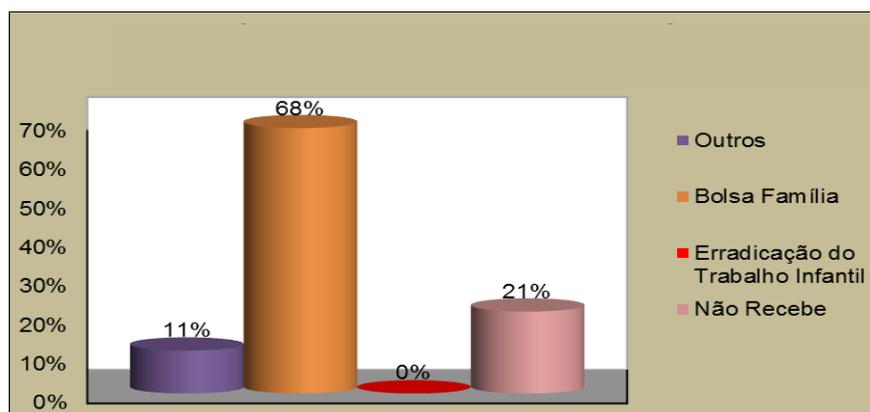
sociais têm assumido uma dupla função: proteger a sociedade dos riscos sociais, e promover um mínimo de justiça social, adotando uma característica redistributiva dos bens socialmente produzidos. Porém, o que tem sido observado atualmente é a ocorrência de prioridade especialmente no combate a fome, permanecendo poucas as ações preventivas ou de eliminação dos riscos sociais que intensificam a expansão da pobreza como o desemprego, a desigualdade de renda.

Gráfico 37- Os benefícios recebidos pelas famílias residentes na RESEX Arióca Puanã



Fonte: Pesquisa de campo (2013).

Gráfico 38 - Os benefícios recebidos pelas famílias residentes na RESEX Verde para Sempre

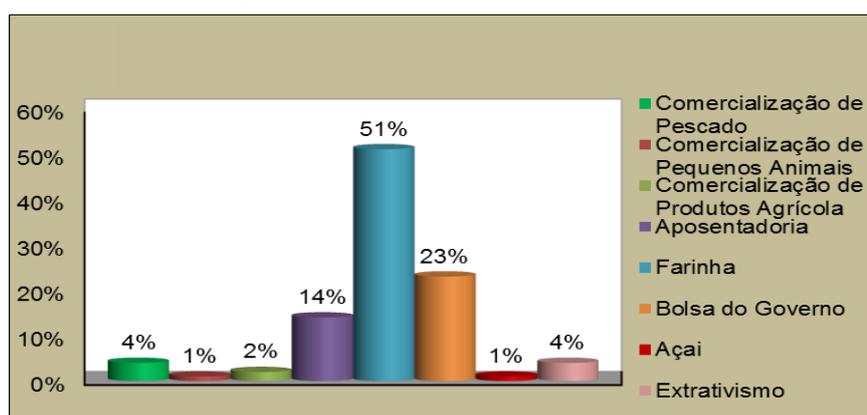


Fonte: Pesquisa de campo (2013).

Na RESEX Verde para Sempre 68% das famílias investigadas informam que recebem bolsa família do governo federal, sendo este percentual de 55% das famílias da RESEX Arióca Puanã. Os números percentuais demonstram que este auxílio tem sido fundamental para a sobrevivência de muitas famílias já que tal recurso acaba por garantir a compra de produtos alimentícios, remédios, dentre outros, e complementa o poder aquisitivo. Nos dois municípios que sediam as RESEX é algo muito claro para os comerciantes locais o papel que o auxílio federal representa para movimentar a economia local.

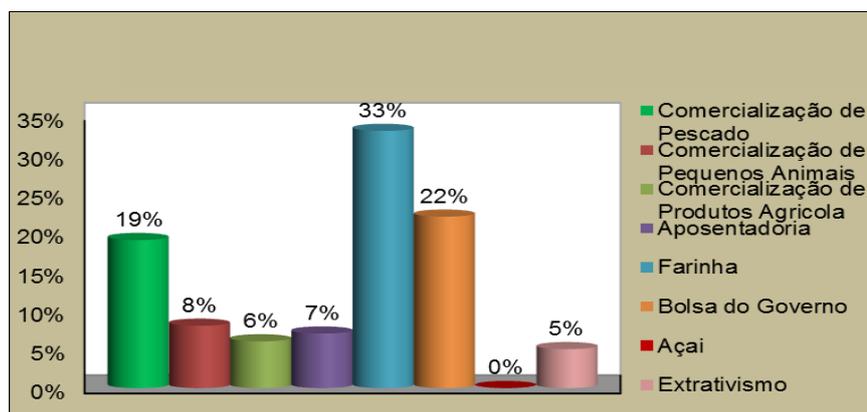
As pesquisas também apontam que nas duas RESEX a produção e comercialização de farinha ocupa posição importante quando questionados sobre a principal fonte de renda. Na Arióca Pruanã 51% das famílias apontaram a produção e comercialização de farinha de mandioca como a principal fonte de renda, seguido de 33% na RESEX Verde para Sempre. Nas duas UC as bolsas repassadas pelo governo federal correspondem a principal fonte de renda para cerca de 22% das famílias investigadas, seguidos da comercialização do pescado na Verde para Sempre em um total de 19% das famílias, e aposentadoria com 14% no caso das famílias da Arióca Pruanã.

Gráfico 39 - A principal fonte de renda das famílias da RESEX Arióca Pruanã



Fonte: Pesquisa de campo (2013).

Gráfico 40 - A principal fonte de renda das famílias da RESEX Verde para Sempre



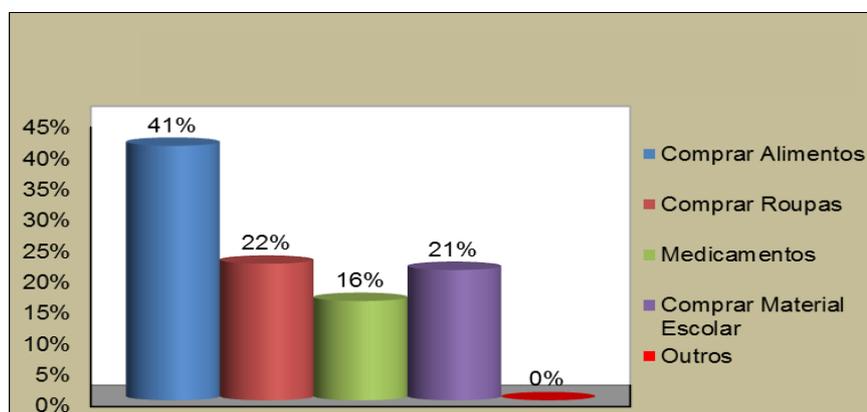
Fonte: Pesquisa de campo (2013).

É importante situar que entre as opções existia o extrativismo que outrora fora apresentado com uma das principais atividades desenvolvidas e fonte de renda importante para as comunidades existentes nestas UC, o que permite afirmar que a criação de RESEX consegue conter a exploração intensiva da floresta.

Os recursos financeiros das famílias de moradores que compõem as duas RESEX são gastos principalmente com a aquisição de alimentos, o que corresponde 41% das respostas das

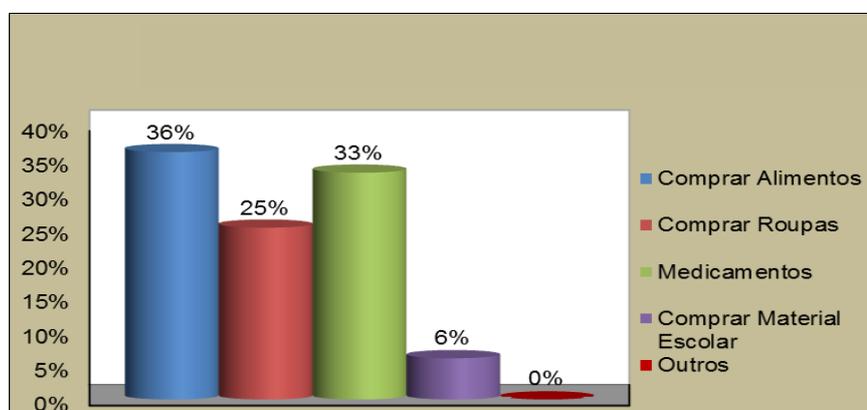
famílias investigadas na Arióca Pruanã, e 36% na Verde para Sempre, pois em comum as famílias afirmaram que nem sempre é possível conseguir alimentos suficientes apenas na floresta como já ocorrera no passado.

Gráfico 41 - O destino dos recursos das famílias da RESEX Arióca Pruanã



Fonte: Pesquisa de campo (2013).

Gráfico 42 - O destino dos recursos das famílias da RESEX Verde para Sempre



Fonte: Pesquisa de campo (2013).

Alguns dos produtos que compõem a cesta básica só podem ser comprados na cidade, pois os comércios e armazéns são praticamente inexistentes nas duas UC, especialmente na Verde para Sempre. Tem sido grande o consumo de produtos industrializados pelas populações rurais, fato que é justificado pelo avanço da indústria alimentícia nas mais variadas regiões do país, praticidade no preparo desses alimentos, problemas de conservação e armazenamento de alimentos “*in natura*”, restrições com relação à caça e captura de animais silvestres que antes faziam parte da dieta dessas populações.

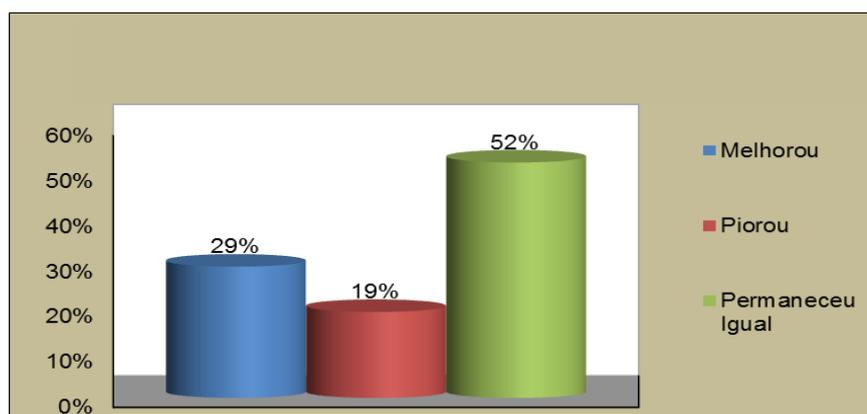
O segundo aspecto com o qual as famílias investigadas informaram destinar seus recursos esta relacionada à aquisição de roupas, resposta dada principalmente pelos jovens que gastam parte do dinheiro que conseguem nos trabalhos rurais para comprar esse bem. Na Arióca Pruanã 22% das famílias informaram que gastam seus recursos principalmente com a

aquisição de vestuário, na Verde para Sempre esse número equivale a 25% das famílias investigadas nas comunidades. Os percentuais demonstram regularidade no consumo de vestimentas nas duas UC como forma de contemplar as necessidades dessas famílias que participam de festividades, comemorações, ou mesmo sentem necessidade de se vestir dignamente. Em terceiro lugar ficou o gasto de recursos com medicamentos, já que a distribuição de remédios feita pelo poder público não consegue dar conta das demandas dessas populações. Os remédios são consumidos especialmente em residências em que vivem pessoas idosas e crianças, que acabam por necessitar de cuidados diferenciados pela maior probabilidade de contrair enfermidades. Geralmente esses remédios são de uso contínuo e comprometem parte do orçamento familiar correspondendo à resposta de 16% das famílias da Arióca Pruanã, e 33% na Verde para Sempre.

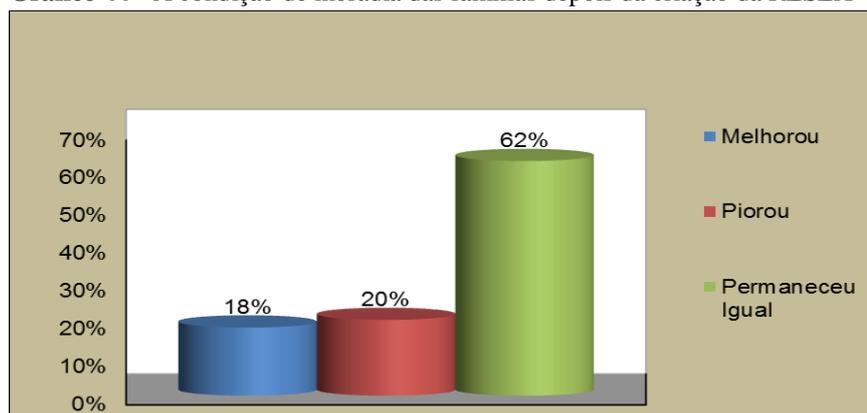
Chamou atenção o fato de 21% das famílias entrevistadas na RESEX Arióca Pruanã responderem que gastam parte de seus recursos com aquisição de material escolar já que a prefeitura municipal havia informado que realiza a distribuição desses produtos junto às populações carentes. No entanto, as famílias informaram que se trata de estudantes que frequentam as escolas estaduais situadas na sede de Oeiras do Pará e que não recebem material didático do governo do estado. Algumas dessas famílias informaram que mantem filhos estudando na cidade, e que apenas retornam aos finais de semana para visitar as casas dos pais e auxiliar o trabalho na lavoura.

Consultados sobre as mudanças na condição de moradia após o processo de criação das duas RESEX esses moradores na sua maioria informaram que tudo permaneceu como antes sendo que na Verde para Sempre 62% apontaram que continuam morando nas mesmas casas, enfrentado os mesmo problemas de moradia tais como número de famílias na mesma casa, ou falta de recurso para reformar ou ampliar a residência.

Gráfico 43 - A condição de moradia das famílias depois da criação da RESEX Arióca Pruanã



Fonte: Pesquisa de campo (2013).

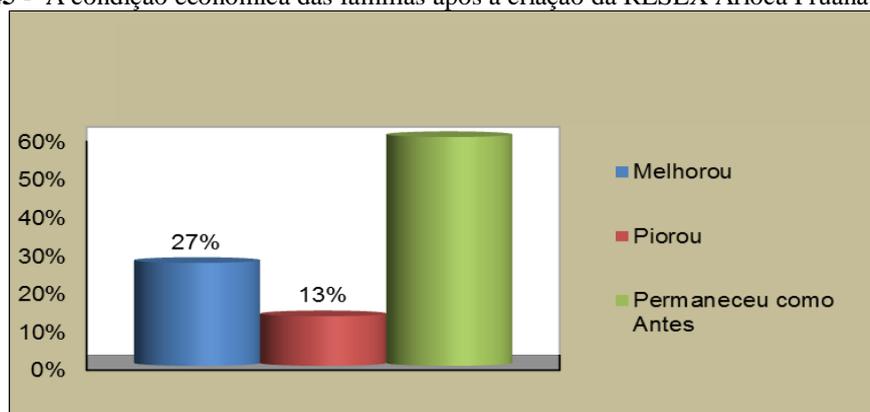
Gráfico 44 - A condição de moradia das famílias depois da criação da RESEX Verde para Sempre

Fonte: Pesquisa de campo (2013).

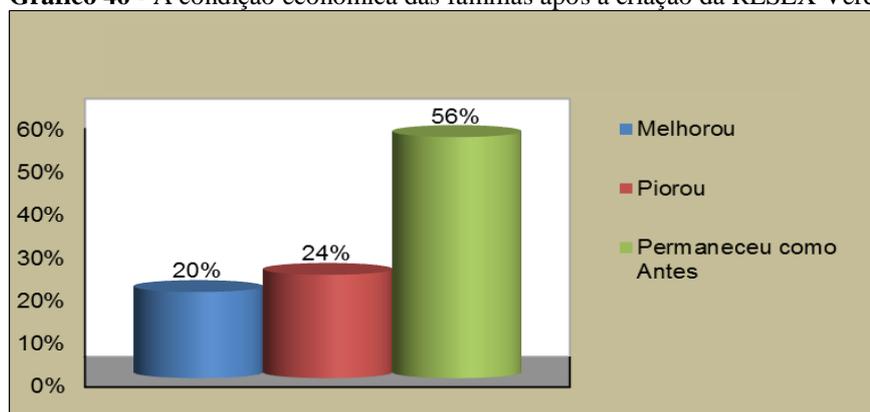
Outros 52% que corresponde aos moradores da Arióca Pruanã informaram que suas condições de moradia permanecem sem alteração e reclamam da demora do INCRA em relação ao cadastro e construção de casas, já que algumas dessas residências encontram-se bastante avariadas e colocando em risco a integridade física das pessoas residentes. Também se percebeu insatisfação com a demora na construção de novas residências para as famílias da Verde para Sempre, além de reclamações sobre o tamanho das casas e o tipo de material.

Com relação às famílias que consideram que a situação piorou, na Arióca Pruanã, o percentual é de 19%, e na Verde para Sempre 20%. Nas duas RESEX as respostas negativas estão relacionadas ao controle sobre o corte da madeira que era também utilizada para construção, ampliação e reformas das residências, e que passou a ser rigorosamente controlado pelo ICMBIO. O controle sobre a exploração da madeira fez com que aumentasse os custos das tábuas utilizadas para construir e reformar as casas além de exigência de autorização do ICMBIO para a realização de corte.

Com relação à questão melhoria na condição econômica das famílias residentes nas UC investigadas, 60% das famílias residentes na Arióca Pruanã informaram que mesmo após a criação da RESEX tudo continuou do mesmo jeito. Por sua vez, 56% das famílias investigadas na Verde para Sempre também informaram que não perceberam mudanças na sua condição econômica.

Gráfico 45 - A condição econômica das famílias após a criação da RESEX Arióca Pruanã

Fonte: Pesquisa de campo (2013).

Gráfico 46 - A condição econômica das famílias após a criação da RESEX Verde para Sempre

Fonte: Pesquisa de campo (2013).

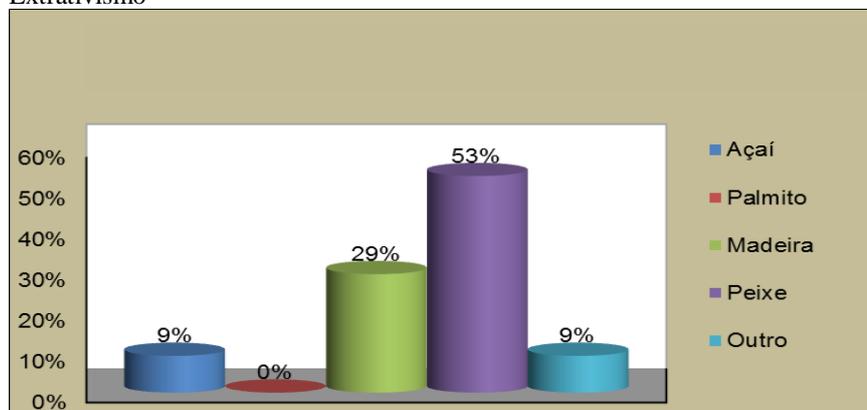
Em comum essas famílias apresentam como característica principal o fato de anteriormente não dependerem exclusivamente da exploração para madeira para garantir suas demandas financeiras, já que realizavam, e continuam realizando, as mesmas atividades sem entrar em conflito com a legislação ambiental.

Por outro lado, 24% das famílias da Verde para Sempre informaram que a situação piorou, na Arióca Pruanã foram 13%. Nas duas RESEX trata-se de famílias que tinham sua segurança econômica associada à exploração da madeira, caça e pesca predatória que pela implantação de decreto de criação da UC e fiscalização ambiental, repentinamente se viram obrigados a adotar novas práticas. O restante das famílias investigadas informou que considera que a situação econômica melhorou devido aos auxílios recebidos pelo governo federal, entrega de casas pelo INCRA e contenção de devastação da floresta, caça e pesca predatória, tais famílias correspondem a 20% na Verde para Sempre, e 27% na Arióca Pruanã.

As atividades extrativistas realizadas nas duas UC, apresentam aspectos bastante singulares que caracterizam as relações socioeconômicas e ambientais das comunidades

residentes. Na RESEX Verde para Sempre, as principais atividades estão relacionadas ainda, a pesca artesanal (53%), e exploração de madeira autorizada (29%) a partir de planos de manejo nas Unidades de Produção Anual (UPA). Contudo, a atividade pesqueira tem sido conflituosa por conta de entrada de embarcações de outras regiões do estado de desacatam os termos estabelecidos nos acordos de pesca criados nas comunidades.

Gráfico 47- As atividades econômicas desenvolvidas pelas famílias da RESEX Verde para Sempre – Extrativismo



Fonte: Pesquisa de campo (2013).

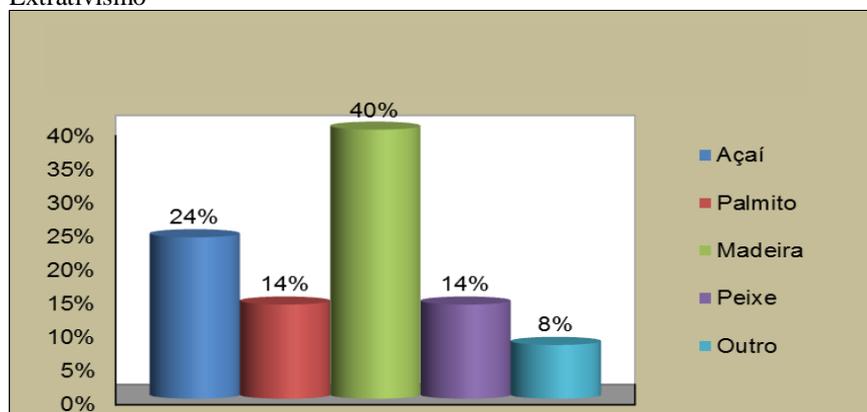
Com relação a exploração de madeira na RESEX Verde para Sempre, com a ajuda de técnicos do ICMBIO, algumas comunidades tais como Juçara estão vivenciando um forma nova de explorar esse recurso a partir do manejo florestal. As áreas exploradas são definidas após estudos e inventário, de modo a garantir que apenas as árvores em ponto de corte serão derrubadas com o uso de técnicas e equipamentos que diminuem os impactos sobre a floresta e evitam desperdício e desmatamento desnecessário. Porém, nem todas as comunidades já estão aptas a desenvolver essa prática que exige participação efetiva no treinamento e compromisso na execução planejada da atividade (NEIVA, 2013).

Na RESEX Arióca Pruanã 40% das famílias investigadas nas 10 comunidades, informaram que a exploração da madeira ainda é a principal atividade. Esse percentual é preocupante, uma vez que ainda não foram colocados em prática planos de manejo de madeira para essa UC. Mesmo o inventário existente na UC ainda necessita de ajustes conclusivos capazes de nortear a construção do plano de manejo que ainda está por ser executado. Significa, por tanto, que a exploração da madeira florestal de forma clandestina ainda é uma prática comum dentro da reserva.

Sobre a continuidade da exploração clandestina da madeira, Ostrom et al. (1999) considera que existe uma intrínseca relação entre meio ambiente e pobreza que é caracterizada por uma espiral descendente, na qual as duas dimensões exercem uma influência mútua: a escassez de recursos naturais agrava o quadro de pobreza dos indivíduos, que se

vêm, conseqüentemente, incapacitados de encontrar alternativas viáveis de acesso aos recursos naturais necessários, adotando práticas nocivas ao meio ambiente que intensificam situações adversas, como o desmatamento, a desertificação e o empobrecimento dos solos para a agricultura.

Gráfico 48- As atividades econômicas desenvolvidas pelas famílias da RESEX Arióca Pruanã – Extrativismo



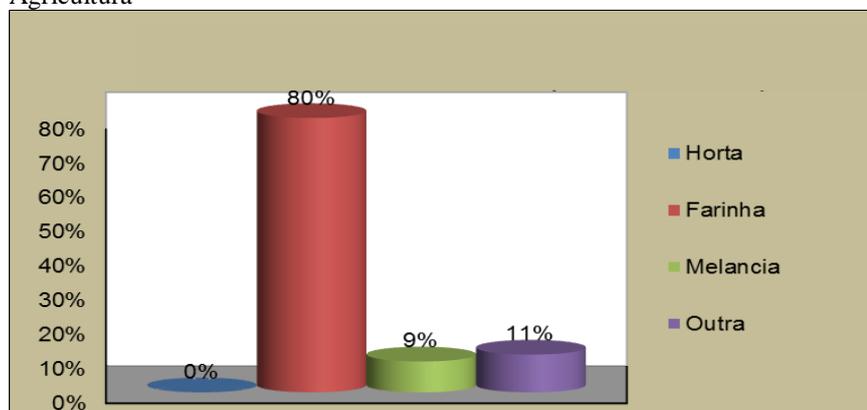
Fonte: Pesquisa de campo (2013).

Por sua vez, o açaí dispõe de posição de destaque já está presente não só na alimentação da população local e regional, como permite auferir lucros ao longo do período de safra. Corresponde a 24% o percentual de famílias entrevistadas na Arióca Pruanã que responderam que esse produto tem importância grandiosa na composição da economia familiar. Ainda, muitas são as famílias que realizam o manejo dos açazais compreendo a importância de melhorar a forma de exploração, plantio e conservação das árvores como condição para estender a vida útil dos açazeiros, assim como outras ainda realizam a exploração desordenada do palmito, o que corresponde a 14% das famílias entrevistadas.

Ressalta-se que a adoção de práticas de manejo sustentável de recursos naturais tem sido amplamente discutida e trabalhada na região amazônica, pois constitui uma importante alternativa ecológico-econômica (COSTA, 2006). Considerando-se a facilidade quanto ao acesso a novos estoques de recursos naturais, o extrativismo do açaí em áreas manejadas tem apresentado, em curto prazo, maiores vantagens econômicas para a região, melhorando consideravelmente as condições de produção, bem como a vida da população que dele depende. Segundo Oliveira e Neto (2005), o manejo do açaí ocorre através de um conjunto de técnicas específicas, cujo objetivo é melhorar o cultivo do fruto, visando o aumento da produtividade. As florestas de várzea, em que os açazeiros são um dos componentes mais importantes, são exploradas das mais variadas formas, principalmente, através de atividades extrativas, Perotes e Lemos (2008).

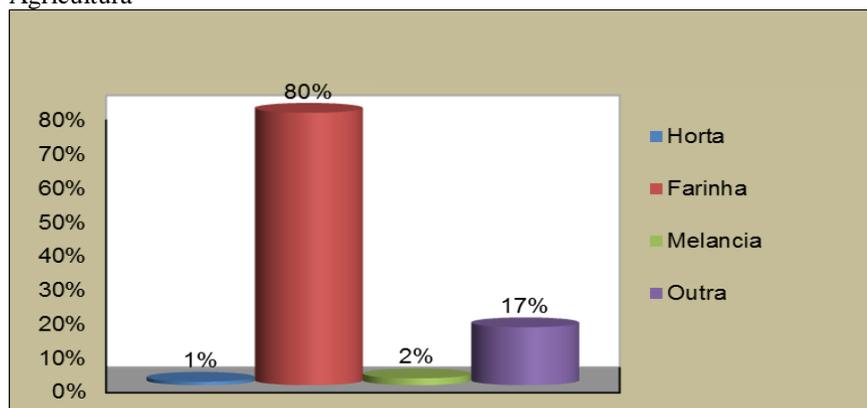
Com relação à agricultura, a principal atividade apontada nas duas UC foi a produção de farinha de mandioca que é bastante consumida pelas famílias não apenas dessas áreas, mas das regiões circunvizinhas às duas RESEX. Cerca de 80% das famílias envolvidas nas pesquisas nessas RESEX responderam que a farinha de mandioca é a mais importante atividade agrícola deixando para segundo plano o plantio de hortaliças, frutas e legumes.

Gráfico 49 - As atividades econômicas desenvolvidas pelas famílias da RESEX Arióca Pruanã – Agricultura



Fonte: Pesquisa de campo (2013).

Gráfico 50 - As atividades econômicas desenvolvidas pelas famílias da RESEX Verde para Sempre – Agricultura



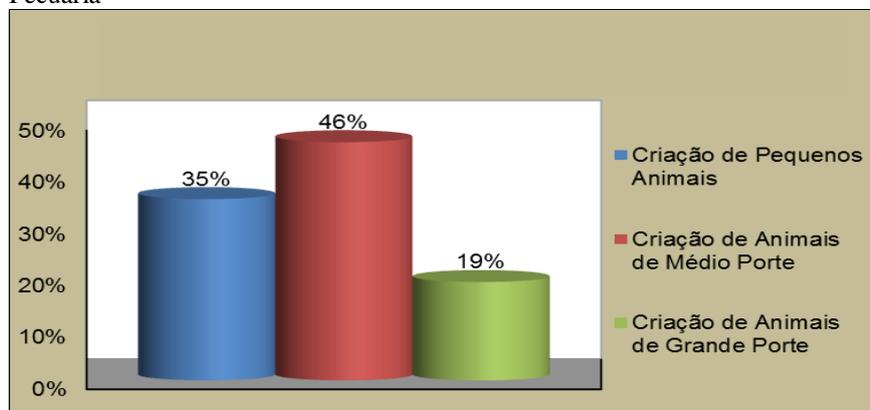
Fonte: Pesquisa de campo (2013).

Ao mesmo tempo em que a farinha é produzida para atender a demanda familiar, também se almeja a comercialização do excedente como forma de prover outras necessidades.

Com relação à atividade pecuária, na RESEX Arióca Pruanã 46% das famílias envolvidas na pesquisa informou que desenvolvem a criação de animais de médio porte com destaque para a criação suína em caráter extensivo, que se caracteriza pelo não confinamento de animais em galpões ou cercados. Esta forma de criação é peculiar às regiões amazônicas garantindo não só a oferta de carne para consumo familiar como a possibilidade de

comercializar os animais sem dispensar investimentos maiores. Em segundo lugar, representando 35% destacou-se a criação de animais de porte pequeno tais como frangos, patos, e poucas experiências com criação de peixe em cativeiro.

Gráfico 51- As atividades econômicas desenvolvidas pelas famílias da RESEX Arióca Puanã – Pecuária

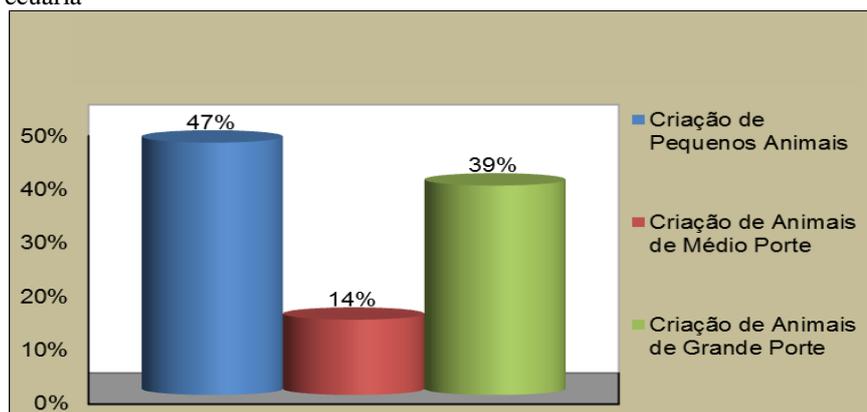


Fonte: Pesquisa de campo (2013).

Por sua vez a terceira atividade pecuária mais importante na RESEX é criação de animais de porte grande que corresponde a 19%. Este aspecto tem sido representado especialmente pela criação de gado bovino nas áreas de terra firme com o exclusivo propósito de dispor de leite, além da tração animal nas atividades agrícolas. Poucos foram os casos em que se viu gado bubalino nesta reserva.

Na RESEX Verde para Sempre, a principal atividade pecuária informada pelos comunitários investigadas foi a criação de frangos e patos, além de peixes em tanques e currais, representando 47% das opções. A criação de porcos ficou em terceiro plano por se tratar de uma atividade pouco atrativa a esses criadores, além das dificuldades em lidar com o rebanho no período de enchentes, representado, deste modo, 14% das respostas. Por fim, a segunda atividade foi a criação de gado bovino, e principalmente bubalino que representa 39% das respostas. Apesar do búfalo ser criado para produção de carne, a atividade leiteira se constitui em alternativa para a melhoria da sustentabilidade socioeconômica do setor agrícola do país (MARQUES et al., 1998), principalmente na pequena propriedade rural.

Gráfico 52- As atividades econômicas desenvolvidas pelas famílias da RESEX Verde para Sempre – Pecuária

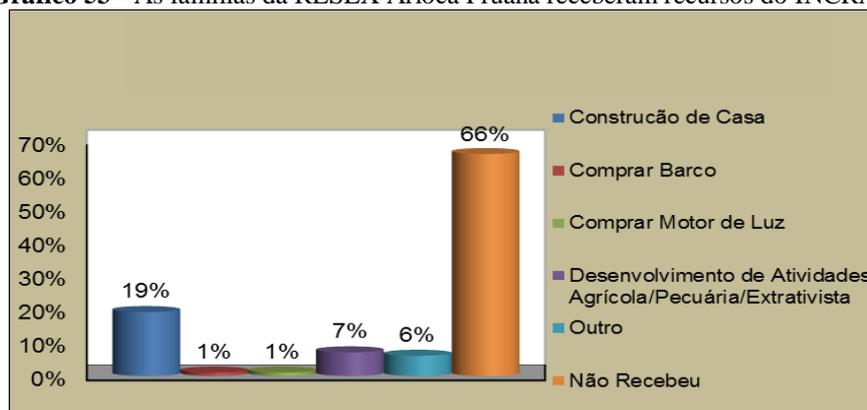


Fonte: Pesquisa de campo (2013).

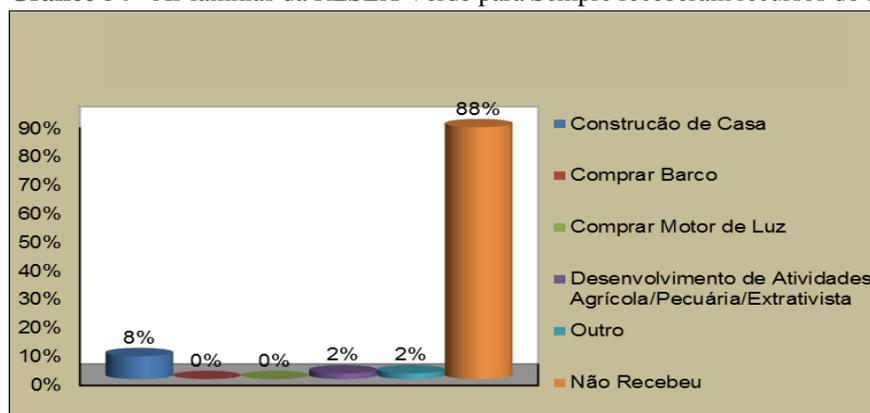
Nessa RESEX o gado bubalino ocupa posição de destaque por sua capacidade de adaptação ao meio ambiente, caracterizado por se tratar de regiões de várzeas que passam por constantes enchentes ao longo do ano. O gado bubalino também representa fonte de alimento a partir de seu leite consumido “*in natura*”, além de ser utilizado para produção de queijo (NASCIMENTO; MOURA DE CARVALHO, 1993). Existe significativa criação de gado bovino, cuja criação ocorre por meio de confinamento em cercados, ou em “marombas” que constituem em balsas onde o gado bovino é mantido no período de enchentes.

Com relação ao recebimento de recursos financeiros pelo INCRA, direcionados para a construção de casas populares, aquisição de embarcações, motor gerador de energia, ou execução de atividade agrícola, nas duas UC, a ampla maioria dos entrevistados respondeu que ainda não recebeu nenhum recurso dessa natureza. Na Verde para Sempre 88% das famílias investigas informou que ainda não recebeu os recursos outrora anunciados e condicionados à criação da RESEX. Na Arióca Puanã as famílias que informaram nada ter recebido correspondem a 66%.

Gráfico 53 - As famílias da RESEX Arióca Puanã receberam recursos do INCRA



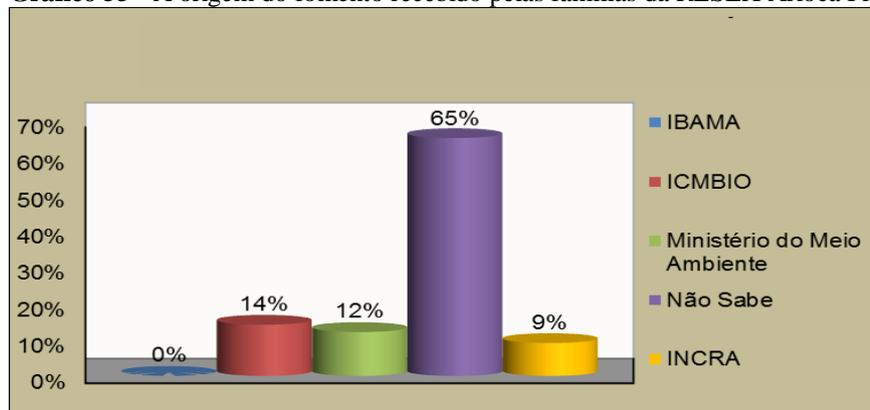
Fonte: Pesquisa de campo (2013).

Gráfico 54 - As famílias da RESEX Verde para Sempre receberam recursos do INCRA

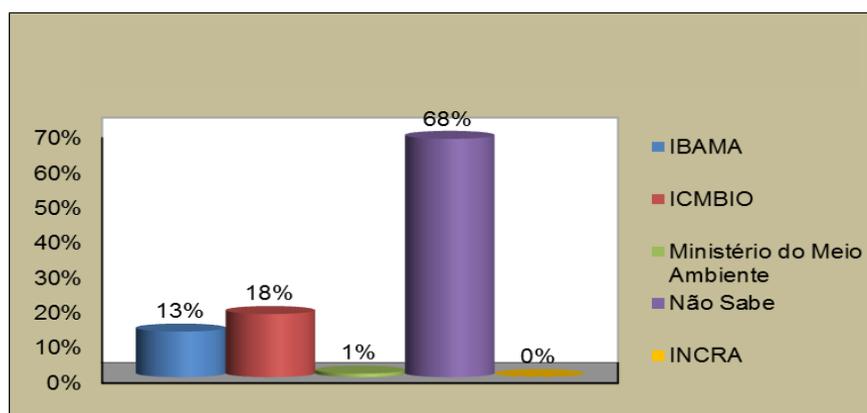
Fonte: Pesquisa de campo (2013).

Nas duas UC as poucas famílias contempladas pelos recursos tiveram principalmente residências construídas, mas em geral demonstraram insatisfação com a dimensão das casas e a qualidade no material usado nas construções.

Com relação ao fomento repassado pelo fundo de desenvolvimento sustentável do ministério do meio ambiente cujo objetivo é impulsionar projetos e ações voltados para a realização de atividades sustentáveis, nas duas UC mais de 60% dos investigados não sabem do que se trata, desconhecem a origem do recurso, e tão pouco sabem como se credenciar para receber.

Gráfico 55 - A origem do fomento recebido pelas famílias da RESEX Arióca Puanã

Fonte: Pesquisa de campo (2013).

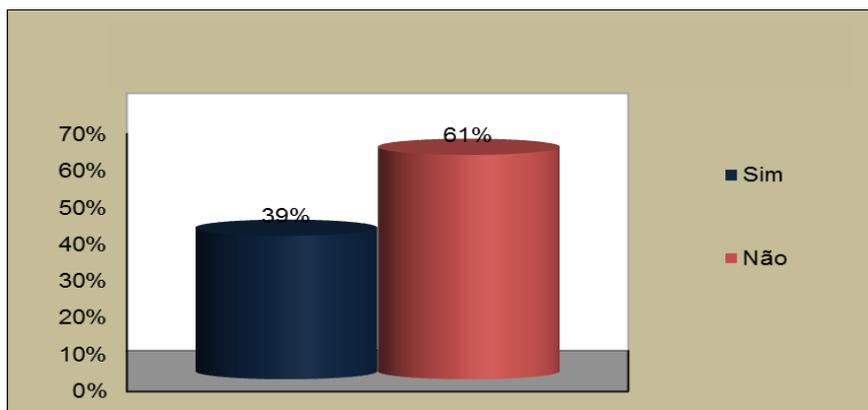
Gráfico 56 - A origem do fomento recebido pelas famílias da RESEX Verde para Sempre

Fonte: Pesquisa de campo (2013).

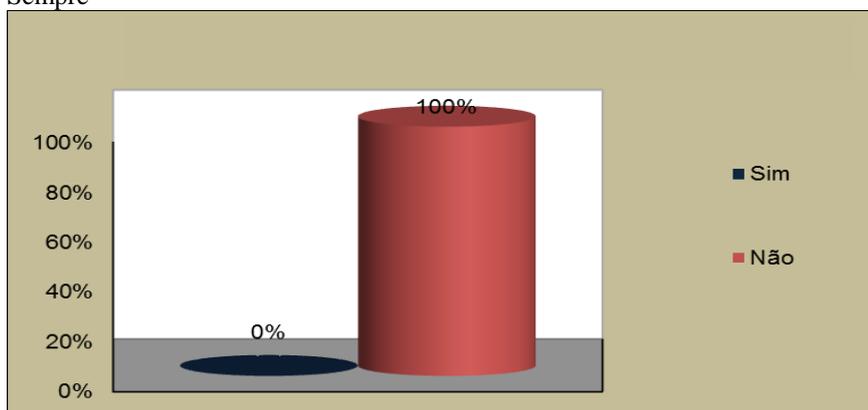
As poucas famílias que informaram conhecer do que se trata, relatam de maneira dividida que os recursos vem do IBAMA e do ICMBIO, fato que demonstra desconhecimento dessas populações sobre as políticas de incentivo na adoção de práticas ambientalmente saudáveis e pouco agressivas ao meio ambiente.

No que se refere ao atendimento à saúde nas áreas rurais, durante as investigações nas duas RESEX percebeu-se a fragilidade e deficiência na execução desta política pública, já que a realidade desses locais caracteriza-se pela ausência ou mau funcionamento de posto de saúde, falta de remédios e profissionais habilitados. Pode ser afirmar que este cenário tanto em Porto de Moz como em Oeiras do Pará é o produto de impactos produzidos por formas diferenciadas de pressão social tais como: a urbanização acelerada, o envelhecimento da população, a volta de doenças típicas e julgadas erradicadas, o que impõe a necessidade de programas específicos de políticas de saúde capazes de gerar enfrentamento dos problemas sociais dessas regiões brasileiras.

Embora muitos fatores, particularmente socioeconômicos, contribuam para a situação de saúde nas áreas rurais, o acesso inadequado ao sistema de cuidados efetivos à saúde é um dos seus pilares (KUMAR, 1999). Na RESEX Arióca Pruanã, nas 10 comunidades investigadas, das 100 famílias questionadas sobre a existência e funcionamento de posto de saúde voltados para o atendimento dos moradores das comunidades, 39% responderam que existe posto, contra 61% que informaram que desconhecem tal serviço. Na RESEX Verde para Sempre, nas 10 comunidades envolvidas na pesquisa a resposta foi unânime e preocupante: 100% informaram que desconhecem a existência de postos de saúde em suas comunidades.

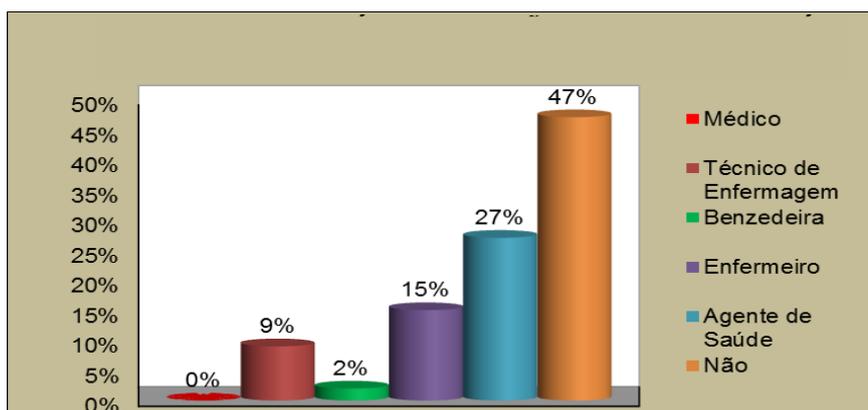
Gráfico 57 - A existência de postos de saúde nas comunidades investigadas na RESEX Arióca Pruanã

Fonte: Pesquisa de campo (2013).

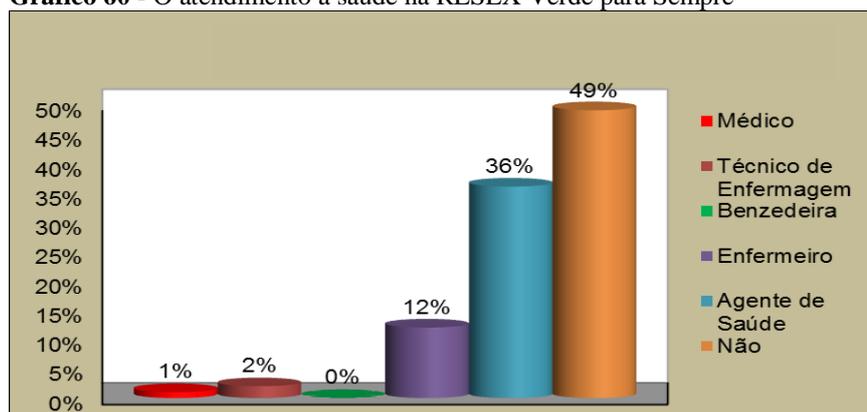
Gráfico 58 - A existência de postos de saúde nas comunidades investigadas na RESEX Verde para Sempre

Fonte: Pesquisa de campo (2013).

Sobre o atendimento realizado aos moradores nos casos de doenças e acidentes, as duas UC apresentaram respostas parecidas considerando o agente comunitário de saúde a figura principal. Na RESEX Arióca Pruanã, 27% dos atendimentos são realizados por agente de saúde, na Verde para Sempre esse percentual chega a 36%.

Gráfico 59 - O atendimento a saúde na RESEX Arióca Pruanã

Fonte: Pesquisa de campo (2013).

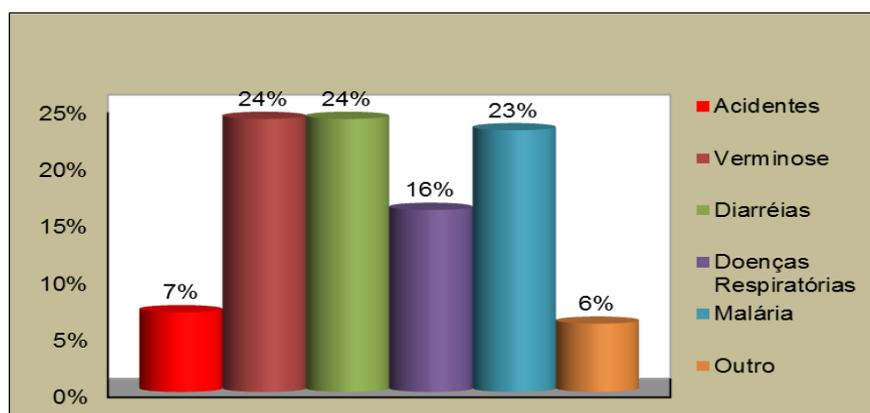
Gráfico 60 - O atendimento a saúde na RESEX Verde para Sempre

Fonte: Pesquisa de campo (2013).

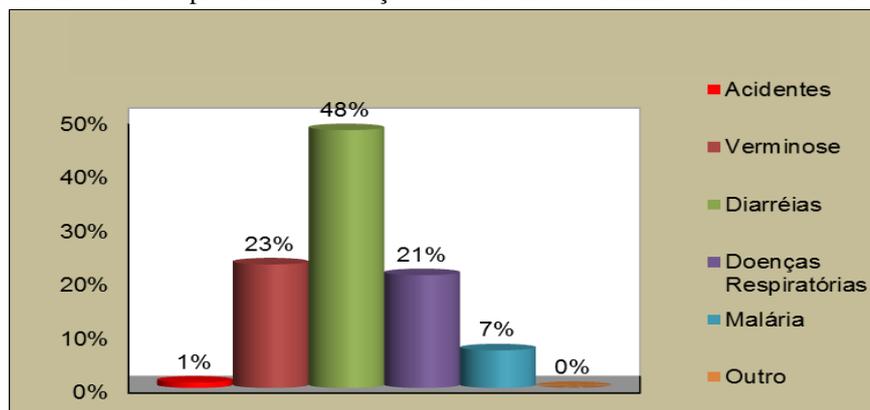
A dificuldade de se atrair médicos e outros profissionais de saúde, além da grande rotatividade destes profissionais e a qualidade da assistência oferecida são outros problemas particulares relacionados aos serviços de saúde das áreas rurais, incidindo diretamente no acesso aos cuidados (FREDERICKX, 1998; BRABYN; BARNETT, 2004). Nas duas situações, com a ausência de médicos, o papel dos agentes chega a ser decisivo, pois os primeiros socorros e atendimento emergencial, mesmo com toda precariedade, acabam em alguns casos garantindo que o paciente chegue até a cidade para receber tratamento especializado.

Ainda sim, mais de 40% das famílias investigadas nas duas RESEX informaram que não recebem nenhum tipo de atendimento em situações de doenças ou acidentes, tendo que recorrer até a cidade em tais situações. Este tipo de problema é mais grave na Verde para Sempre por conta das distâncias das comunidades em relação à cidade, somado a precariedade dos meios de transporte que realizam viagens especialmente para comprar mantimentos. Algumas comunidades da Verde para Sempre se comunicam até a cidade via rádio, fato que auxilia o pedido de lanchas rápidas em casos de emergências.

Nas duas reservas as doenças mais frequentes relatadas foram verminoses e diarreia. Chamou atenção a RESEX Verde para Sempre o fato de 48% das famílias informarem que a diarreia é um problema muito comum entre as comunidades, que acaba sendo potencializado pelo consumo de água do rio sem qualquer tratamento.

Gráfico 61 - Os problemas e doenças comuns entre as famílias da RESEX Arióca Pruanã

Fonte: Pesquisa de campo (2013).

Gráfico 62 - Os problemas e doenças comuns entre as famílias da RESEX Verde para Sempre

Fonte: Pesquisa de campo (2013).

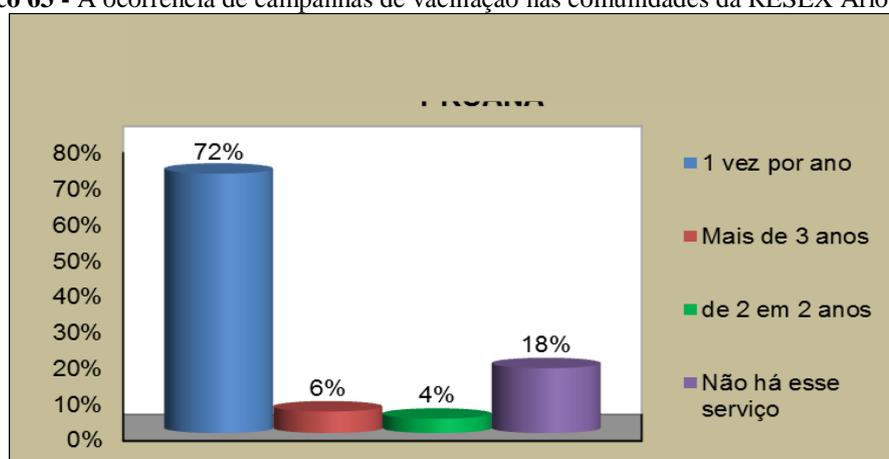
Para o Instituto Trata Brasil (2010), o saneamento básico é uma das condições necessárias para a qualidade de vida de uma população e sua ausência compromete a saúde e bem estar das pessoas. Qualquer que seja a definição a respeito da qualidade de vida deve-se considerar a promoção do bem-estar do ser humano que está intimamente relacionado com o saneamento básico, pois a inexistência deste serviço afeta a saúde do ser humano. A falta de saneamento básico é uma das principais causas da mortalidade infantil no Brasil causada por doenças parasitárias (dengue, malária, cólera, febre amarela, teníase, cisticercose, esquistossomose, diarreia, etc.) e doenças infecciosas (hepatite A, dentre outras), também outro aspecto negativo da falta de saneamento básico é com relação à educação. Ainda, de acordo com este instituto, a ausência de saneamento gera impacto negativo no aproveitamento das crianças, já que pelo fato de viverem e estudarem em ambientes sem condição sanitária adequada, estes estudantes têm aproveitamento 18% menor e apresentam índices de reprovação 46% maior interferindo na sua qualidade de vida.

Sobre tal fenômeno as famílias informaram que a diarreia atinge especialmente as crianças provocando fraqueza e desidratação, podendo levar a óbito. Para assegurar esta potabilidade da água deve-se implantar um sistema de abastecimento que além da infraestrutura de distribuição ofereça tratamento para assegurar a retirada de substâncias indesejáveis e a inativação de micro-organismos através da adição de produtos químicos como o cloro (BARROS et. al, 1995). As próprias famílias reconhecem a falta de maiores cuidados com a água e informam que a distribuição de hipoclorito de sódio é precária, além de o produto deixar a água com sabor desagradável.

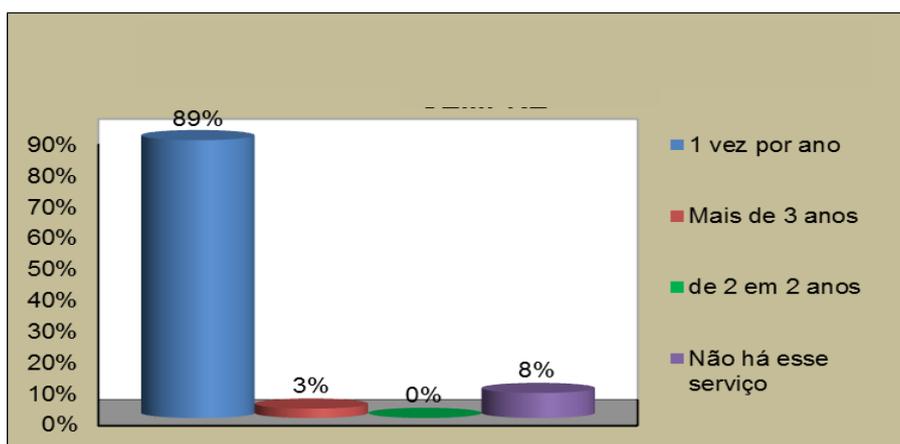
Também, chama atenção na RESEX Arióca Pruanã a informação de 23% dos investigados sobre a presença de casos de malária no interior da reserva. Este fato causou preocupação das autoridades de saúde, pois muitas pessoas acabaram sofrendo de tal enfermidade fazendo com que nos anos de 2012-2013 fosse decretado estado de emergência. Os motivos estão relacionados à alteração dos ecossistemas com invasão da floresta, bem como abandono de tanques que outrora eram usados para piscicultura e que não lograram êxito.

Sobre a realização de campanhas de vacinação nas comunidades das duas UC as informações foram de que uma vez por ano as secretarias municipais dos municípios onde estão localizadas as RESEX desenvolvem tal atividade. Essas informações correspondem a 72% das famílias da Arióca Pruanã, e 89% na Verde para Sempre.

Gráfico 63 - A ocorrência de campanhas de vacinação nas comunidades da RESEX Arióca Pruanã



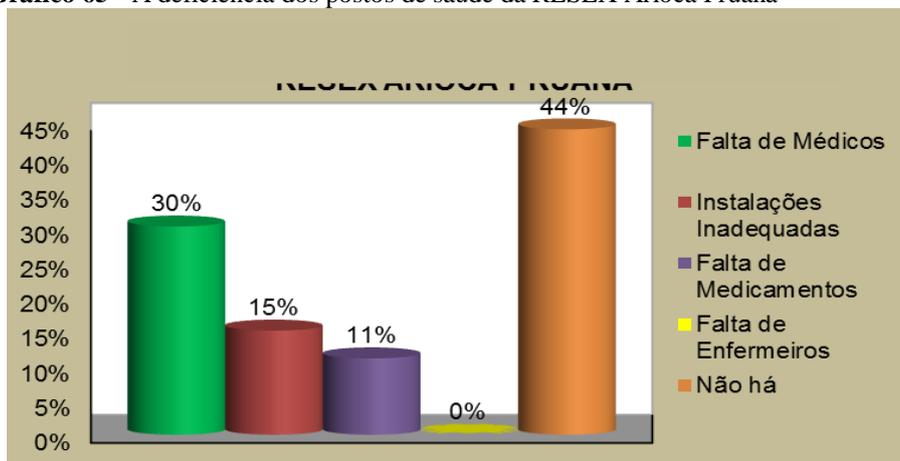
Fonte: Pesquisa de campo (2013).

Gráfico 64 - A ocorrência de campanhas de vacinação nas comunidades da RESEX Verde para Sempre

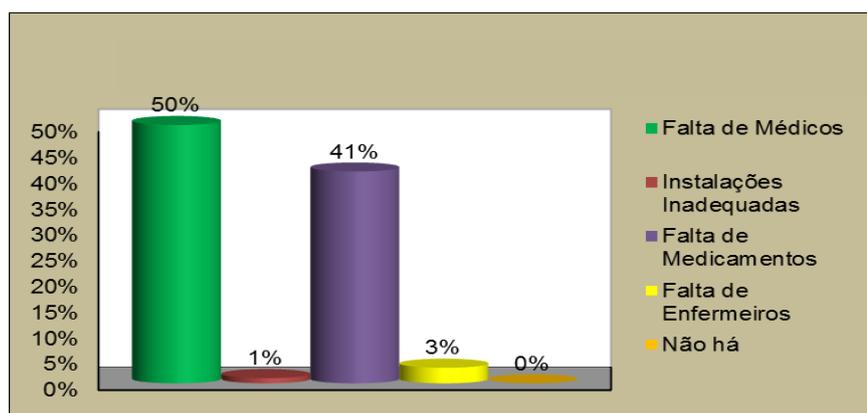
Fonte: Pesquisa de campo (2013).

Nessas longínquas comunidades é fundamental que o poder público acione sua estrutura a fim de realizar as campanhas de vacinação tão importantes para garantir o controle e erradicação de doenças entre a população, especialmente as mais pobres que dependem desse serviço.

A considerar a estrutura dos poucos postos de saúde existentes nas RESEX, a população investigada demonstrou-se revoltada com o abandono das autoridades públicas, e mesmo, a falta de iniciativa no sentido de prover os serviços à população.

Gráfico 65 - A deficiência dos postos de saúde da RESEX Arióca Puanã

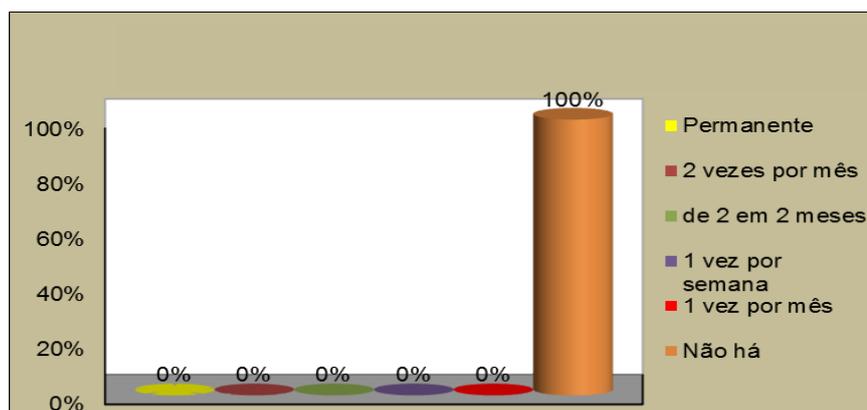
Fonte: Pesquisa de campo (2013).

Gráfico 66 - A deficiência dos postos de saúde da RESEX Verde para Sempre

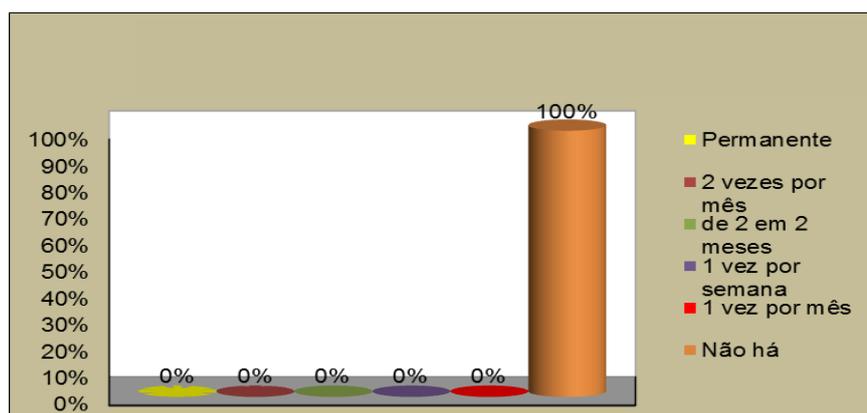
Fonte: Pesquisa de campo (2013).

Os principais problemas apontados entre as famílias investigadas nas duas UC estão relacionados à ausência de médicos e enfermeiros, seguido da falta de remédios e instalações inadequadas. Por conta da precariedade e distanciamento da sede do município os profissionais da saúde recusam-se a trabalhar nessas áreas rurais, o que acaba por deixar a população desassistida de atendimento. Soma-se ao exposto a informação preocupante de que nas duas UC a frequência de visita de médicos nas comunidades com vistas a prestar atendimento ao público é zero, ou seja, 100% das famílias dessas comunidades informaram que médicos nunca aparecem por lá.

Para Travassos e Viacava (2007) a redução das desvantagens no acesso e na utilização dos serviços de saúde para as populações rurais implica em melhorar a oferta de serviços e organizá-los de modo a atender às especificidades territoriais, culturais e sociais desses grupos populacionais. Dentre essas questões destaca-se o estímulo aos programas voltados para a contratação de médicos e enfermeiros para atender a área rural.

Gráfico 67 - A presença de médicos nos postos de saúde da Resex Arióca Pruanã

Fonte: Pesquisa de campo (2013).

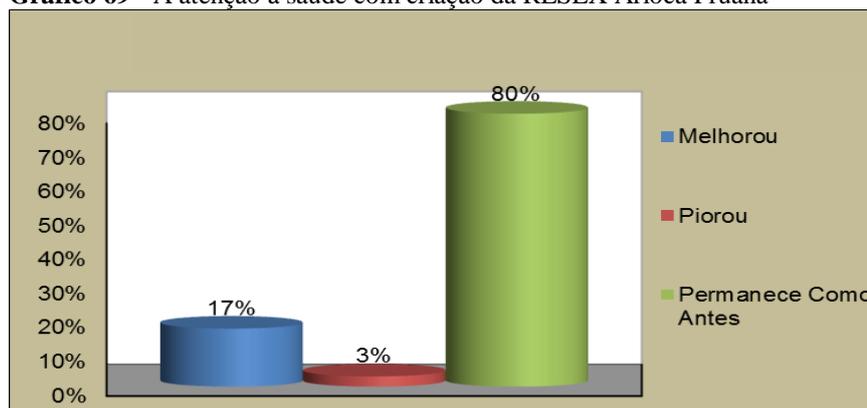
Gráfico 68 - A presença de médicos nos postos de saúde da Resex Verde para Sempre

Fonte: Pesquisa de campo (2013).

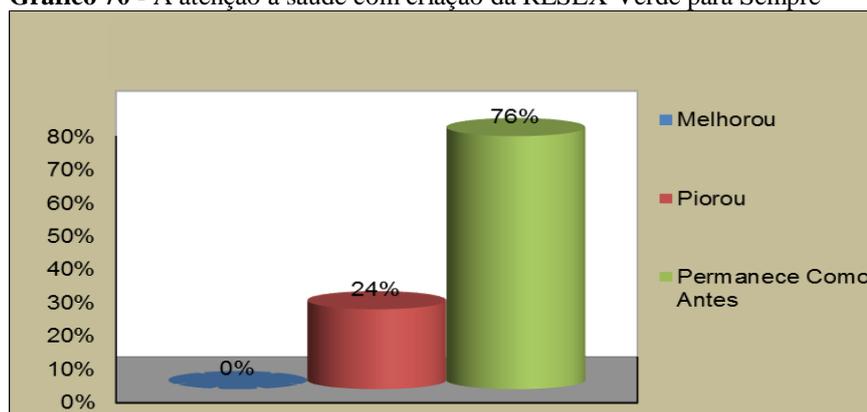
Os números são preocupantes e demonstra o abandono das populações rurais em relação a serviços básicos necessários a sobrevivência saudável das pessoas.

As informações demonstram que mesmo com a criação das duas UC, no que se refere ao campo de saúde, pouca coisa mudou. Este fato vem de encontro com as promessas anteriores à criação dessas RESEX que dentre outras coisas alegavam que o poder público se encarregaria de melhorar esse serviço, ou mesmo implantá-lo onde não existia. As lideranças dessas UC informaram que as cobranças por melhorias tem sido incessantes, porém a morosidade das respostas frustra aqueles que tanto lutaram pela melhoria da qualidade de vida dessas populações.

Questionados sobre as mudanças no atendimento à saúde após a criação das RESEX Verde para Sempre e Arióca Pruanã, mais de 75% das famílias envolvidas nas investigações informaram que não perceberam mudanças neste aspecto. No caso da Verde para Sempre, 24% das pessoas informaram que a situação até piorou, e associam tal fato a proibição da comercialização de madeira, pois consideram que antes, existia interesse pelo local por conta do produto a ser explorado.

Gráfico 69 - A atenção à saúde com criação da RESEX Arióca Pruanã

Fonte: Pesquisa de campo (2013).

Gráfico 70 - A atenção à saúde com criação da RESEX Verde para Sempre

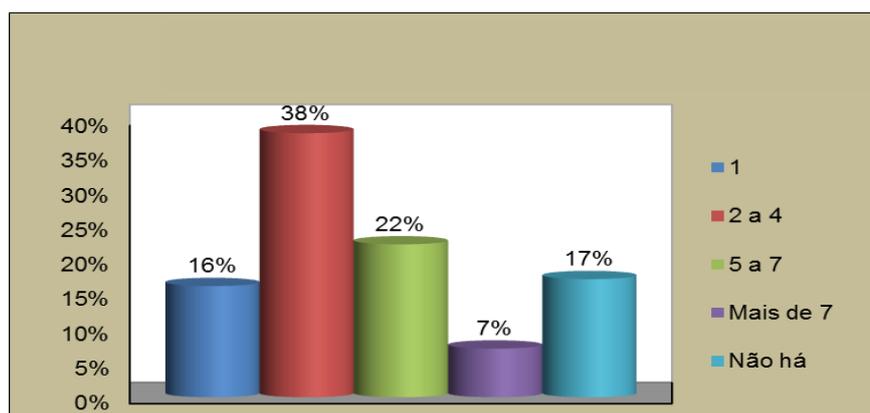
Fonte: Pesquisa de campo (2013).

Ainda, nessa comunidade das 100 famílias investigadas nas 10 comunidades, todos concordam em afirmar que nada melhorou em suas vidas no que se refere atendimento à saúde.

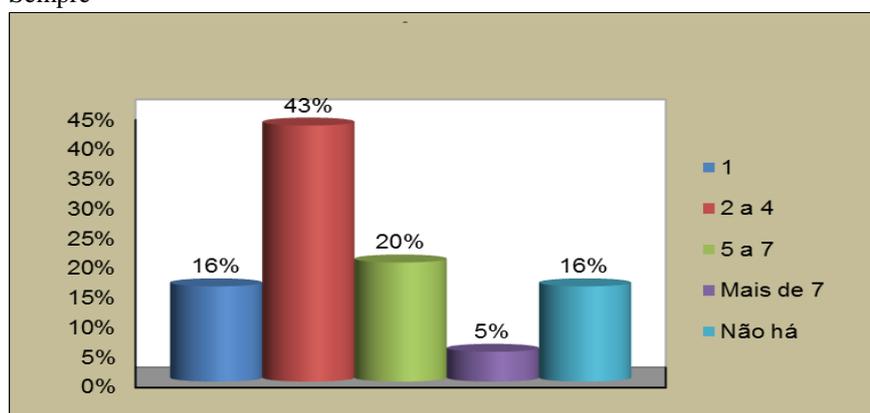
A falta de assistência médica continua sendo um problema grave nas comunidades rurais, especialmente nas duas UC ao ponto de os casos mais graves levarem pacientes a óbito em situações como partos, acidentes de trabalho, infecções. Nas comunidades em que existem postos de saúde o que foi visto foram prédios sem remédios, enfermeiros, e equipamentos.

No campo educacional a participação das crianças, assim como de jovens e adultos tem sido uma tarefa desafiadora tanto para as secretarias municipais de educação, como para as famílias envolvidas, pois os desafios para manter os estudantes na escola são muitos e com níveis de complexidade diferenciados. Os problemas perpassam pelas dificuldades financeiras para manter os filhos estudando, até a necessidade de ter que conciliar os períodos de plantio e colheita com as atividades escolares. Ainda sim, nas duas UC os pais de estudantes informam que compreendem a importância de manter as crianças e jovens estudando, mas o problema se agrava quando é preciso mandá-los para a cidade por conta da falta de oferta nas comunidades de origem.

Na RESEX Arióca Pruanã, bem como na RESEX Verde para Sempre 16% das famílias investigadas informaram que pelo menos uma pessoa de cada família frequenta a escola. Outros 38% desta mesma RESEX indicaram que entre duas e quatro pessoas em suas famílias estão estudando, sendo que na Verde para Sempre este percentual representa 43%. Tal discrepância está relacionada ao número de famílias cuja composição é formada por crianças e jovens em idade escolar principalmente nesta última RESEX.

Gráfico 71 - A quantidade de pessoas da família que frequentam as escolas da RESEX Arióca Pruanã

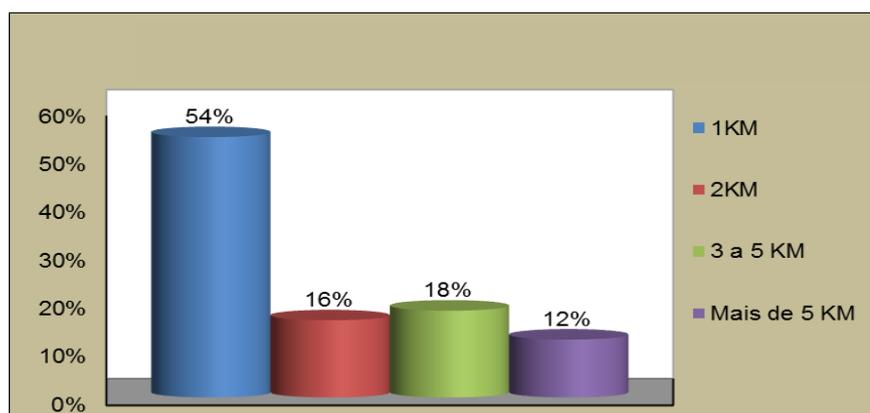
Fonte: Pesquisa de campo (2013).

Gráfico 72 - A quantidade de pessoas da família que frequentam as escolas da RESEX Verde para Sempre

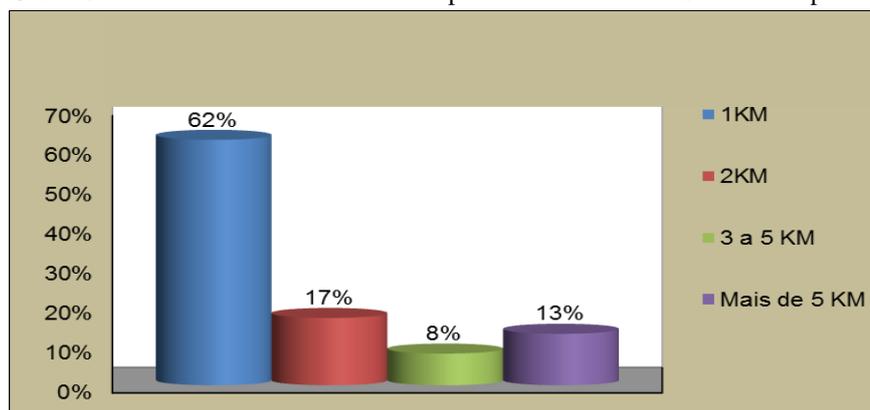
Fonte: Pesquisa de campo (2013).

Nas duas RESEX mais de 22% das famílias informaram que entre cinco e sete pessoas frequentam a escola.

Sobre o distanciamento das escolas em relação aos estudantes, mais da metade das famílias investigadas informou que suas residências ficam em torno de 1km da unidade escolar, cerca de 38% das famílias das duas UC vivem a mais de 2km das escolas. A tradição do planejamento escolar brasileiro recomenda que o tempo máximo que o aluno da área rural deve levar de sua residência até a escola seja 45 minutos (ARANTES, 1986). No entanto, é comum os estudantes dessas áreas enfrentarem um tempo de viagem muitas vezes mais longo, por conta de estradas mal conservadas (SANCHES, 2003). Tempos longos de viagem por transporte, provocam cansaço, aborrecimento e queda de produtividade. Para o caso em questão, pode afetar a aprendizagem dos alunos.

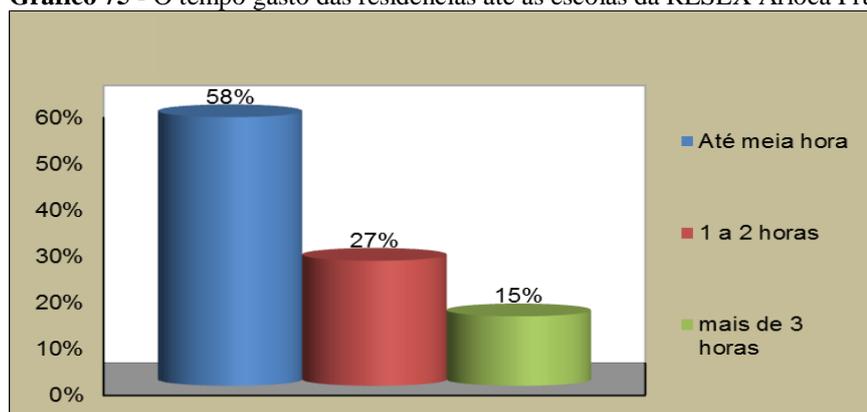
Gráfico 73 - A distância das residências para as escolas da RESEX Arióca Puanã

Fonte: Pesquisa de campo (2013).

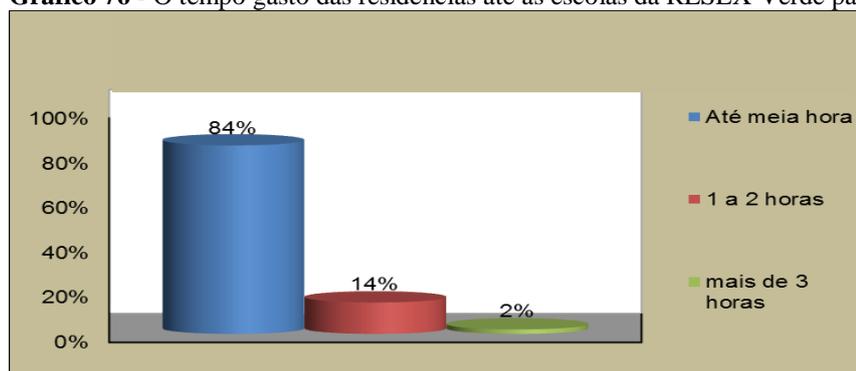
Gráfico 74 - A distância das residências para as escolas da RESEX Verde para Sempre

Fonte: Pesquisa de campo (2013).

Um fator que faz com que as distâncias tornem-se problemáticas é a necessidade de alguns estudantes precisarem atravessar igarapés, ou ainda, ter que caminhar em áreas alagadiças no período chuvoso onde não é possível passar de barco. Neste tipo de traslado é comum acontecerem acidentes tais como picadas de animais peçonhentos, quedas ao longo da caminhada, cortes e ferimentos. No caso da Arióca Puanã, 42% dos estudantes das famílias investigadas gastam mais de duas horas de tempo da casa até as escolas, sendo que no caso da Verde para Sempre apenas 16% se enquadram em tal situação.

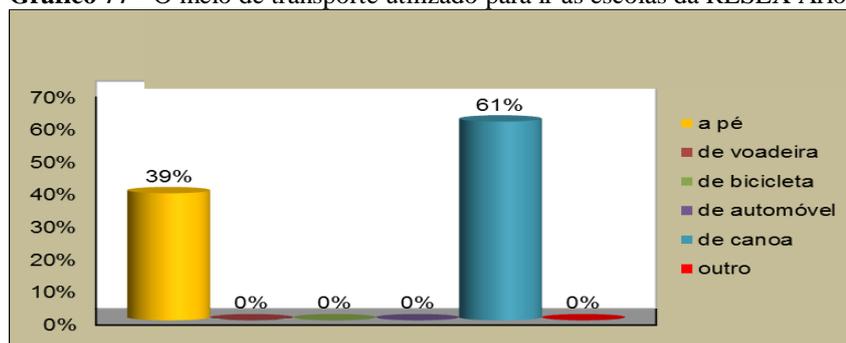
Gráfico 75 - O tempo gasto das residências até as escolas da RESEX Arióca Pruanã

Fonte: Pesquisa de campo (2013).

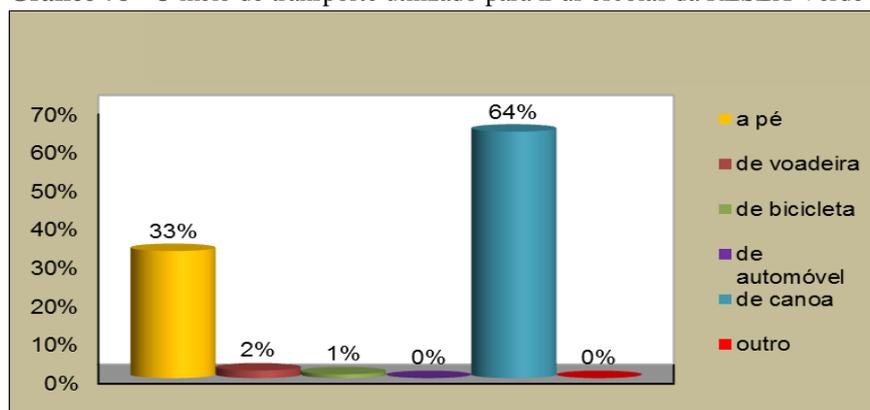
Gráfico 76 - O tempo gasto das residências até as escolas da RESEX Verde para Sempre

Fonte: Pesquisa de campo (2013).

Nas duas UC as principais formas de acesso à escola são a pé, por meio de caminhos feitos dentro da floresta, e via fluvial, por meio de barcos e canoas que circulam a serviço das secretarias municipais de educação por conta do programa de transporte escolar. Nestes termos, o transporte rural deve ser considerado como uma questão de importância social, requerendo, portanto um mínimo de dedicação dos técnicos e do governo para garantir condições de segurança, confiabilidade, conforto e equidade de acesso e deslocamento (VASCONCELLOS, 1997).

Gráfico 77 - O meio de transporte utilizado para ir às escolas da RESEX Arióca Pruanã

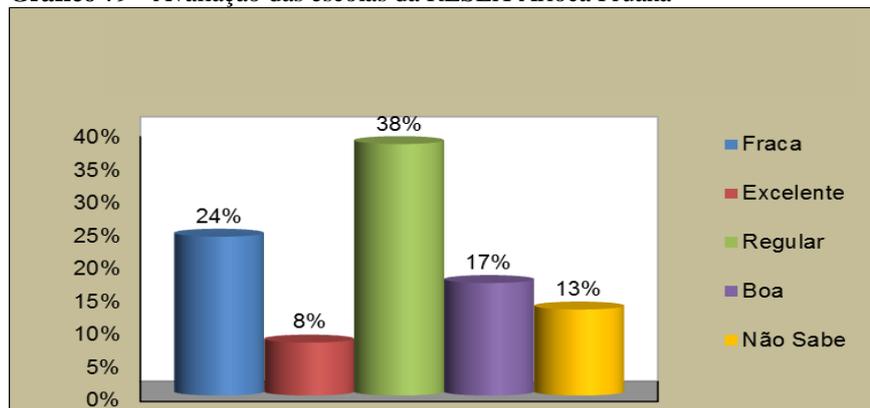
Fonte: Pesquisa de campo (2013).

Gráfico 78 - O meio de transporte utilizado para ir às escolas da RESEX Verde para Sempre

Fonte: Pesquisa de campo (2013).

Ainda sim, esse programa sofre com a insuficiência de barcos, bem como atraso do pagamento dos proprietários de embarcação pelas SEMED locais.

A considerar como os investigados avaliam as suas escolas dentro da percepção sobre a qualidade do ensino prestado as respostas ficaram próximas. Na RESEX Arióca Puanã 24% dos investigados consideraram as escolas com atuação fraca, pois segundo estes os alunos aprendem pouco dentro daquilo que se espera de uma escola. Escrevem mal, não dominam o sistema de numeração e as quatro operações matemáticas básicas, poucas noções sobre meio ambiente e espaço social.

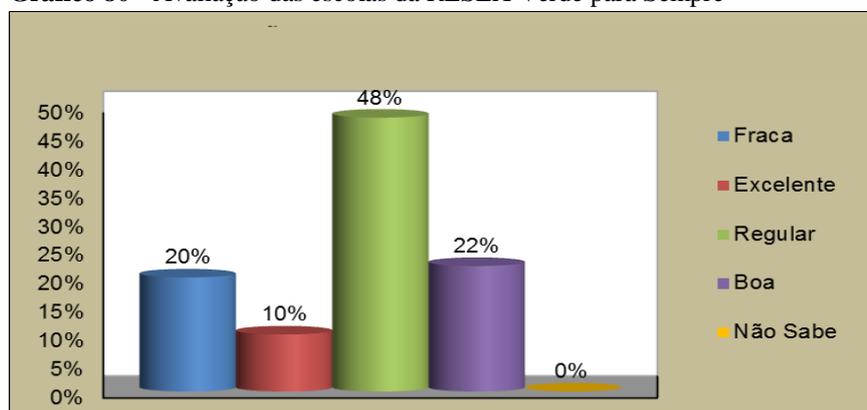
Gráfico 79 - Avaliação das escolas da RESEX Arióca Puanã

Fonte: Pesquisa de campo (2013).

Por sua vez, 38% dos investigados desta mesma comunidade consideraram que as escolas tem uma atuação regular, ou seja, não chegam a impressionar os estudantes e pais de alunos, mantém as atividades básicas. Apenas 8% consideraram as escolas desta UC como excelente, e 17% como boa. Chamou atenção o fato de 13% destas famílias desconhecerem as atividades desenvolvidas por essas escolas, o que demonstra falta de acompanhamento e interesse sobre a realização das atividades formativas nas comunidades.

No caso da RESEX Verde para Sempre, todas as famílias investigadas manifestaram percepções sobre a atuação da escola em suas comunidades, fato que só foi possível por conta da proximidade destas famílias junto à comunidade escolar, quer seja na condição de pais de alunos, quer seja como liderança comunitária ou membro de conselho escolar. Nestas comunidades 20% dos investigados informaram que as escolas de suas comunidades são fracas, 48% disseram considerar regular, carecendo de algumas ações para melhorar o trabalho tais como reformas, equipamentos e material pedagógico. As condições de infraestrutura educativa e o acesso a serviços básicos de eletricidade, água, saneamento e telefone das escolas de educação básica da região são altamente deficientes. Existe grande disparidade entre as instalações e serviços das escolas privadas urbanas, públicas urbanas e públicas rurais (BID, 2011).

Gráfico 80 - Avaliação das escolas da RESEX Verde para Sempre



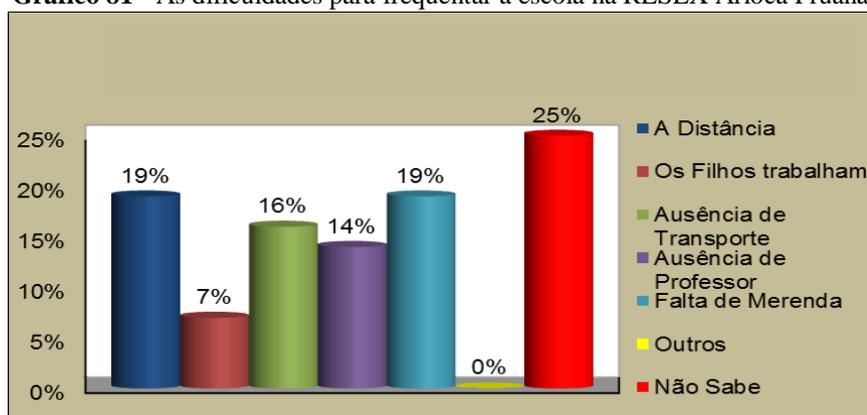
Fonte: Pesquisa de campo (2013).

Nas duas UC as escolas necessitam de ações capazes de transformar a forma como vem se ensinando crianças e jovens, pois as observações demonstraram pouco dinamismo nas aulas, sobretudo na forma como o conteúdo escolar é explorado. Uma cultura que, frequentemente, não é valorizada e é até mesmo pouco estudada. Para Caldart (2004, p. 17),

O currículo escolar do camponês amazônico deve ser gestado desde o ponto de vista dos camponeses amazônicos e da trajetória de luta de organizações. Isto quer dizer que se trata de pensar a educação (política e pedagógica) desde os interesses sociais, políticos, culturais de um determinado grupo social; ou trata-se de pensar a educação (que é um processo universal) desde uma particularidade, ou seja, desde os sujeitos concretos que se movimentam dentro de determinadas condições sociais de existência em dado tempo histórico. A educação do campo assume sua particularidade, que é o vínculo com sujeitos sociais concretos, e com um recorte específico de classe, mas sem deixar de considerar a dimensão da universalidade [...].

Com relação às dificuldades enfrentadas para frequentar a escola os investigados nas comunidades apontaram várias questões que concorrem para os estudantes vivenciem situações que lhes inviabiliza participação assídua nas atividades escolares. Das famílias investigadas na Arióca Pruanã 19% informaram que a distancia e a falta de merenda escolar são os principais problemas que interferem na participação integral dos estudantes nas escolas, seguido de tais questões, 16% apontam a ausência de transporte escolar interfere na participação dos estudantes já muitos contam apenas com esta forma de acesso.

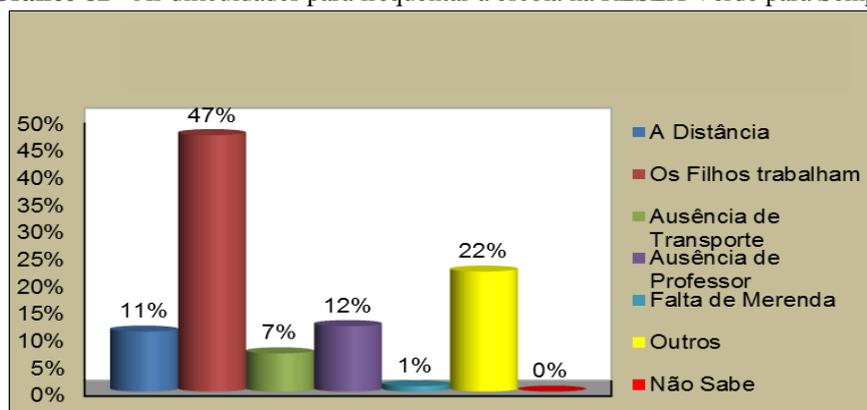
Gráfico 81 - As dificuldades para frequentar a escola na RESEX Arióca Pruanã



Fonte: Pesquisa de campo (2013).

A falta de professor e outro problema significativo correspondendo a 14% das respostas. Este último fato ocorre especialmente nas comunidades mais distantes da cidade onde a oferta de séries é limitada, e se fazem necessárias contratações de modo a suprir a demanda reprimida de estudantes.

Na RESEX Verde para Sempre chama atenção o fato de 47% dos investigados informarem que a dificuldade para frequentar a escola está relacionada ao fato de os filhos terem que trabalhar junto com os pais para poder suprir as necessidades da família. A mão de obra familiar acaba sendo uma das alternativas para garantir não apenas o sustento da célula familiar como, também, forma de assegurar o excedente que será comercializado e revertido em dinheiro para a compra de outros produtos.

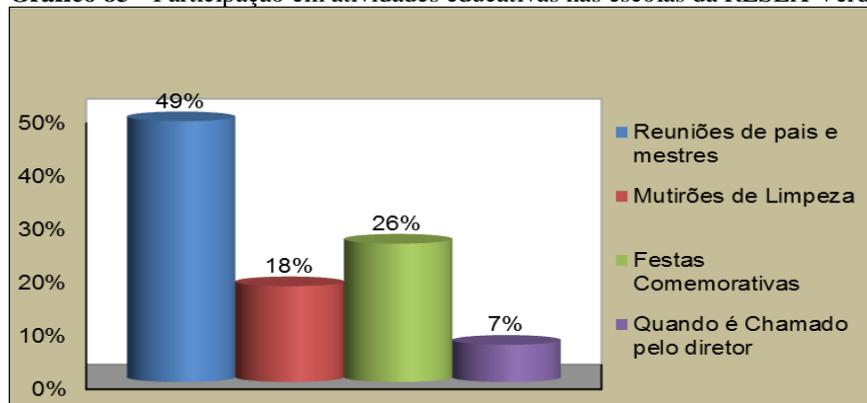
Gráfico 82 - As dificuldades para frequentar a escola na RESEX Verde para Sempre

Fonte: Pesquisa de campo (2013).

Ainda, 11% informaram que a distância da residência até a escola é um problema, seguido de 12% que apontaram a ausência de professores capazes de suprir a demanda local da RESEX. Por sua vez, 22% informaram que outros problemas dificultam a frequência na escola e dentre estes se destaca a falta de tempo, energia elétrica, distorção idade/série.

A questão da participação de pais na vida cotidiana da escola tem sido um ponto de debates importantes, pois se percebe que é preciso intensificar ações capazes de trazer estes atores para dentro do espaço escolar. As pesquisas demonstram que o envolvimento dos pais de estudantes nas atividades educativas nas escolas precisa estar associado a novas significâncias tais como as questões que são vivenciadas no espaço conflituoso que é a UC, especialmente nas duas reservas extrativistas em questão.

Na RESEX Verde para Sempre 49% dos entrevistados informaram que apenas participam das reuniões da escola quando são convocados para encontros de pais e mestres que não ocorrem com tanta frequência.

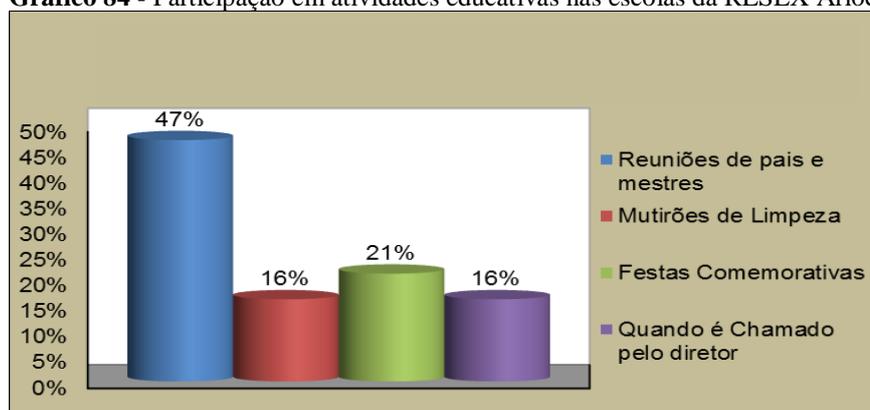
Gráfico 83 - Participação em atividades educativas nas escolas da RESEX Verde para Sempre

Fonte: Pesquisa de campo (2013).

Outras 26% informaram que somente participam das ações da escola relacionadas a festas e eventos comemorativos, e 18% direcionam-se a esta instituição quando se trata de mutirões de limpeza. Por sua vez, 7% apontaram que vão à escola apenas quando são chamados pelo diretor, geralmente por questões de indisciplina dos filhos.

No caso da RESEX Arióca Pruanã 47% dos entrevistados das 10 comunidades investigadas informaram que somente vão até a escola quando convocados para reuniões de pais e mestres.

Gráfico 84 - Participação em atividades educativas nas escolas da RESEX Arióca Pruanã

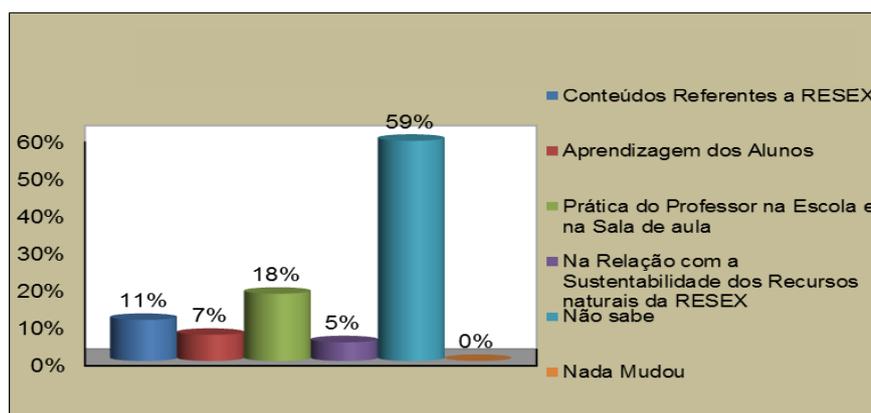


Fonte: Pesquisa de campo (2013).

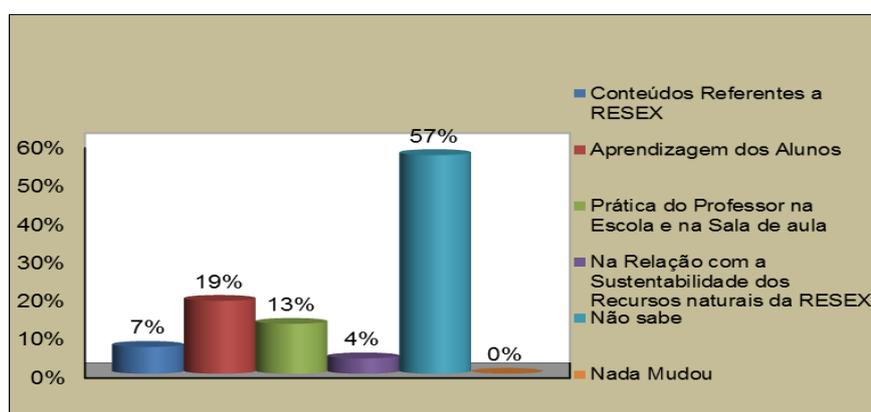
Estas famílias disseram que tais reuniões acontecem no início e no fim de ano e assumem um caráter informativo com vistas a prestar esclarecimentos aos pais de alunos sobre as atividades desenvolvidas. Após esses, 21% indicaram que participam em situações onde ocorrem festas comemorativas, e 16% informaram que se envolvem em mutirões de limpeza e quando são chamados pelo diretor da escola.

As políticas de criação de reservas extrativistas produziram muitas expectativas entre os moradores das comunidades envolvidas e dentre essas se esperava que alguns serviços comesçassem a acontecer de fato. Entre esses se destacam as mudanças nos espaços escolares, especialmente a realização de atividades pedagógicas relacionados ao cotidiano das UC como forma de instrumentalizar os moradores dessas comunidades na busca de informações e conhecimentos. Esperava-se que a escola contribuísse para o esclarecimento e formação de jovens tornando-os aptos as questões de caráter socioambiental existentes, porém não é o que se tem visto.

Com relação às mudanças instauradas nas escolas após a criação das RESEX, na Verde para Sempre 57% das famílias investigadas respondeu que não conseguiram perceber transformações na forma de ensinar. Na RESEX Arióca Pruanã foram 59% as famílias que não perceberam mudanças na forma de ensinar nas escolas da reserva.

Gráfico 85 - As mudanças ocorridas nas escolas com a criação da RESEX Arióca Puanã

Fonte: Pesquisa de campo (2013).

Gráfico 86 - As mudanças ocorridas nas escolas com a criação da RESEX Verde para Sempre

Fonte: Pesquisa de campo (2013).

A pouca participação dessas famílias nas escolas é algo importante a considerar, porém, chama a atenção o fato de não perceberem avanços no aprendizado de seus filhos cujos ensinamentos se limitam as questões básicas que acabam não sendo suficientes para assegurar níveis mais elevados de ensino. No aspecto relacionado à sustentabilidade voltada para melhor utilização dos recursos naturais, nas duas UC, menos de 5% das famílias apontaram que tais questões vêm sendo mencionadas nas escolas. O que significa dizer que o debate e a busca por formas sustentáveis de vivência recebem pouca atenção no âmbito escolar, onde tal discussão deveria ocorrer com mais frequência.

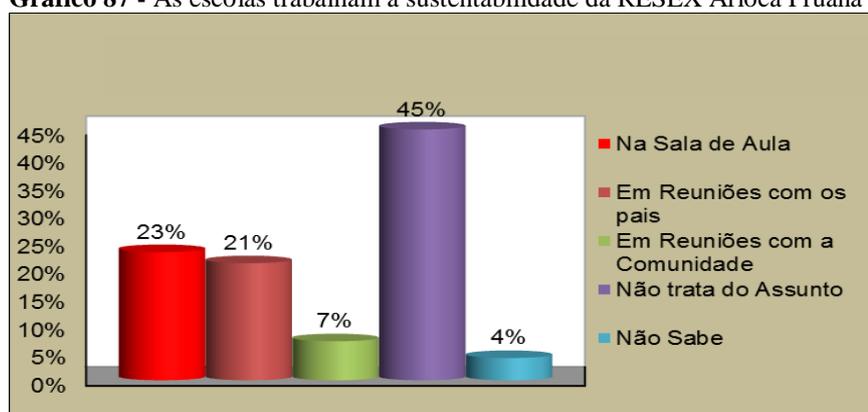
As mudanças ocorridas na prática do professor bem como na sala de aula foram apontadas por 18% das famílias entrevistadas na Arióca Puanã, e na Verde para Sempre o percentual deste mesmo aspecto atingiu 13% das famílias investigadas. Ainda, na Verde para Sempre 19% das famílias indicaram que perceberam mudanças na aprendizagem dos estudantes, sendo tal fato refletido principalmente num tímido envolvimento de jovens estudantes nas reuniões e assembleias voltadas para o debate das questões de interesse da

RESEX. É claro que tais iniciativas carecem de maiores incentivos para que outros estudantes também encontrem na escola o despertar para os assuntos presentes no cotidiano de quem vive em uma UC.

Quando se coloca o problema da Educação do Campo, grande parte de nossos governantes, secretarias de educação e intelectuais que se dizem pensantes da educação, partem do princípio que os grandes desafios estão na falta de estrutura, de professores preparados, de transporte escolar adequado, de material didático-pedagógico. O grande desafio, na verdade, é a mudança do modelo de educação presente no campo. A escola que temos no campo não prepara as crianças nem para o mundo urbano e nem para o mundo do campo (com suas diferentes expressões culturais, de organizar a vida, de convivência). Mas sim para serem subservientes à lógica do capitalismo (GRACINDO, MEC, 2006, p. 23).

Durante as investigações procurou-se observar como vem sendo trabalhada a sustentabilidade pelas escolas das RESEX em questão, e percebeu-se certa diferença na forma como esta temática recebe atenção. Na Arióca Pruanã 23% das famílias envolvidas na pesquisa disseram que o tema sustentabilidade é discutido na escola, 21% informaram que este assunto é debatido nas reuniões de pais, e apenas 7% apontaram que o assunto é tema de reunião da escola com a comunidade.

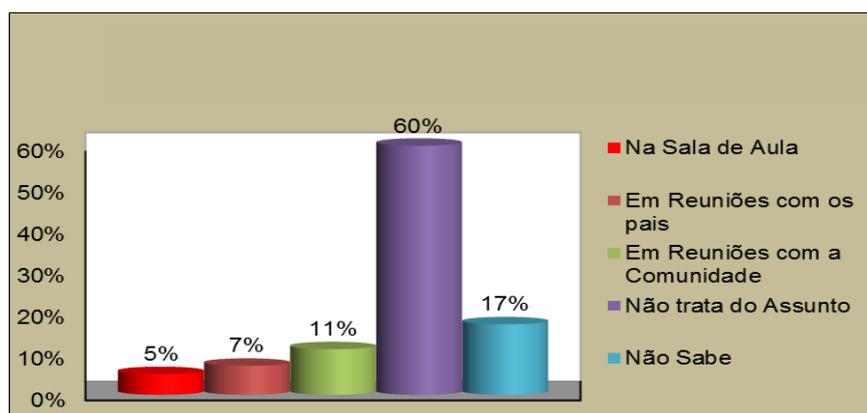
Gráfico 87 - As escolas trabalham a sustentabilidade da RESEX Arióca Pruanã



Fonte: Pesquisa de campo (2013).

Significa dizer que para além das paredes da escola, pouco se tem feito para envolver outros moradores nos assuntos relacionados à sustentabilidade local, fato confirmado por 45% das famílias de argumentarem que a escola não trata com eles deste assunto.

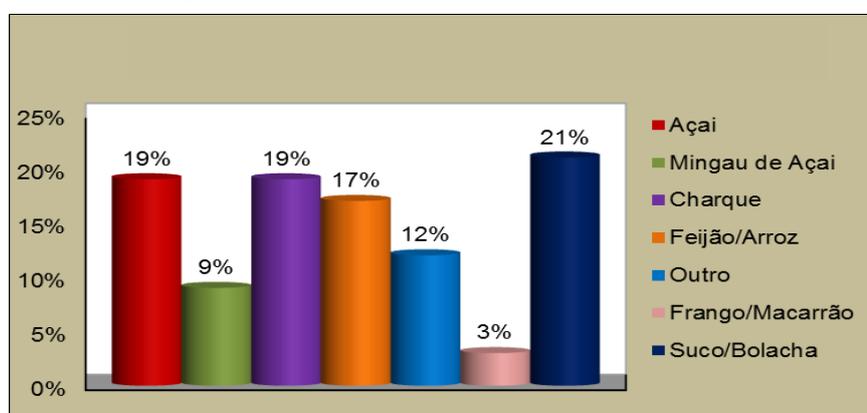
Na RESEX Verde para Sempre, 60% das famílias investigadas informaram que a escola não trata de questões relacionadas à sustentabilidade, o que demonstra a falta de iniciativa, e mesmo, qualificação e preparo dos docentes para tratar de tal assunto. A segunda resposta corresponde a 17% das famílias que não sabem se a escola vem trabalhando tal assunto.

Gráfico 88 - As escolas trabalham a sustentabilidade da RESEX Verde para Sempre

Fonte: Pesquisa de campo (2013).

A considerar as respostas relacionadas ao trato das questões em sala de aula, reuniões com pais e com a comunidade, 23% das 100 famílias investigadas informaram que a escola discute assuntos relacionados à sustentabilidade nestes setores, o que ainda é muito pouco quando se fala de uma UC.

No que concerne a merenda escolar, condição indispensável para que os estudantes frequentem a escola, tendo em vista que em alguns casos essa acaba por se tornar a principal refeição ao longo do dia, tal política tem se materializado de modo bastante diferenciado nas duas RESEX. Na Arióca Puanã quando perguntados sobre os produtos que compõem a merenda, 19% responderam que as escolas oferecem suco de açaí, charque, 17% feijão com arroz, e 21% sucos industriais e bolachas.

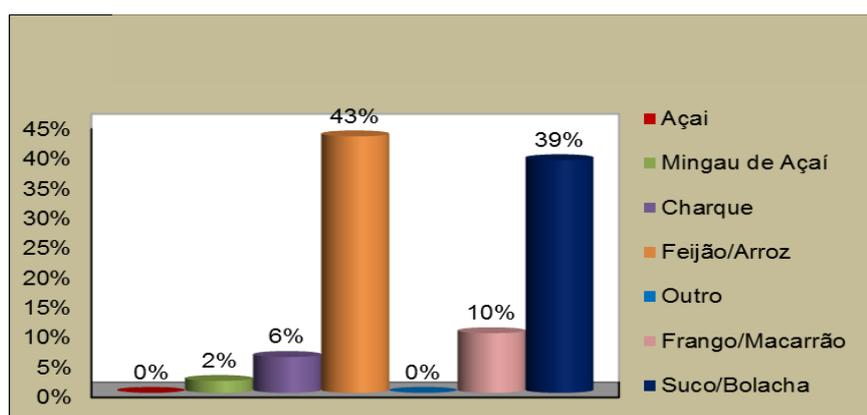
Gráfico 89- Os produtos consumidos na merenda escolar na RESEX Arióca Puanã

Fonte: Pesquisa de campo (2013).

Nesta UC o açaí é um alimento de grande relevância para as comunidades locais, pois seu consumo junto a outros alimentos é uma característica típica das populações da região do baixo Tocantins.

Por sua vez, na RESEX Verde para Sempre a composição da merenda escolar não se encontra tão diversificada já que, de acordo com os moradores investigados nas 10 comunidades que fazem parte desta UC, basicamente é oferecido arroz com feijão (43%), e suco com bolachas (39%), eventualmente é oferecido charque (6%), e frango com macarrão (10%).

Gráfico 90 - Os produtos consumidos na merenda escolar na RESEX Verde para Sempre



Fonte: Pesquisa de campo (2013).

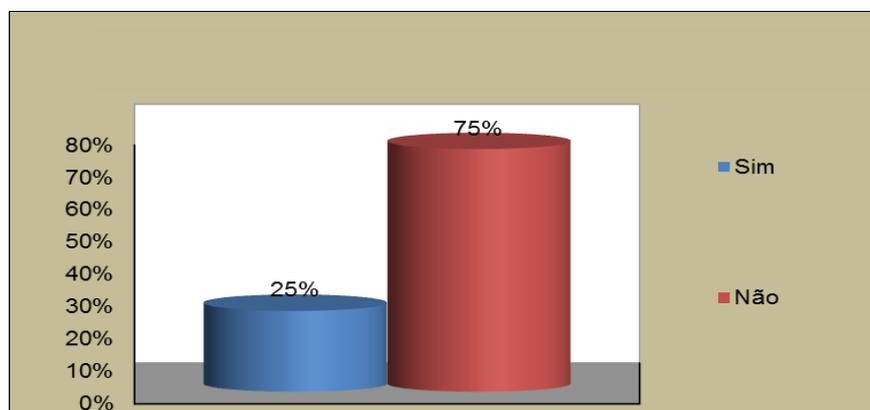
A pouca diversificação destes alimentos não chega a agradar tanto estudantes como seus pais, que reclamam não só da qualidade destes produtos como da rejeição por parte dos estudantes. Mesmo com a existência de políticas que incentivem a aquisição de parte da merenda em caráter regional, muitas prefeituras deixam de adquirir os produtos dentro do próprio município com a justificativa de que os produtores locais não conseguem atender as exigências licitatórias.

O fato de a merenda escolar representar, em alguns casos, o atrativo mais importante aos estudantes constitui uma realidade triste que ainda é comum em muitos municípios que fazem parte da região amazônica. Outra situação é a pouca oferta de séries nas escolas rurais que acaba obrigando estudantes a migrarem para as cidades mais próximas, ou simplesmente encerrar os estudos de maneira precoce.

Considerar as dificuldades econômicas e naturais vividas pelos alunos da zona rural é uma necessidade das secretarias, pois se isso não acontecer poderá ocorrer dois fatos: o primeiro será a evasão e o segundo é a visualização da comunidade em relação a negligência administrativa e organizativa das secretarias de educação (BUARQUE, p. 77).

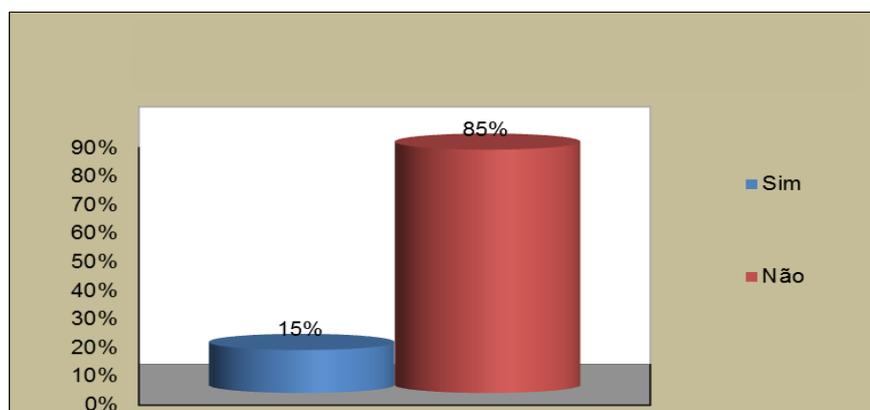
Por conta da pouca oferta de escolas que ofereçam até o 9º ano muitos estudantes concluem seus estudos nas cidades, o que exige a superação de vários obstáculos tais como falta de recurso financeiro, preconceito por ser de origem rural, ausência de programas de assistência local aos estudantes tais como casa e restaurante para estudantes.

Gráfico 91- Os filhos concluíram os estudos nas escolas da RESEX Arióca Pruanã



Fonte: Pesquisa de campo (2013).

Gráfico 92 - Os filhos concluíram os estudos nas escolas da RESEX Verde para Sempre



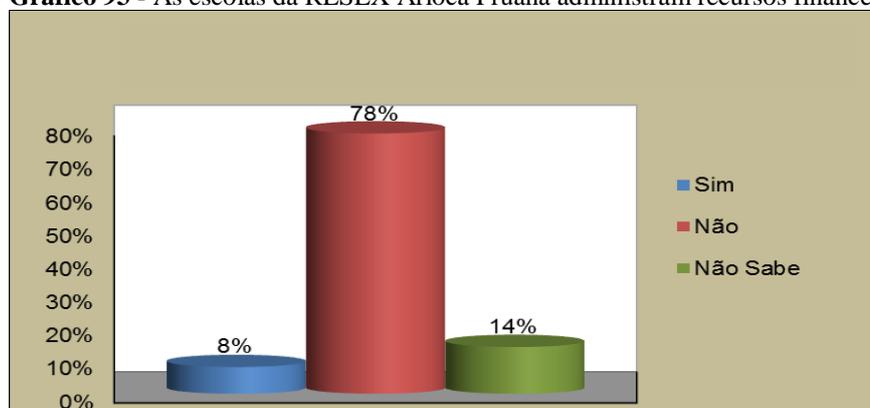
Fonte: Pesquisa de campo (2013).

A exemplo, entre as famílias investigadas da Arióca Pruanã, apenas 25% de seus jovens conseguiu concluir os estudos nas escolas localizadas dentro da UC. No caso da Verde para Sempre este percentual cai para 15%, pois consta nas investigações a existência de poucas escolas ofertando até o 9º ano do ensino fundamental, e ainda sim, distante das outras comunidades com jovens em idade escolar.

Tanto na Verde para Sempre como Arióca Pruanã o papel social e político exercido pelas escolas ainda está longe de atingir as metas que se esperam de uma instituição formadora de cidadãos críticos e partícipes de decisões políticas dentro de um espaço cercado de conflitos e posições divergentes como é uma UC. Nas duas UC estas instituições gozam de

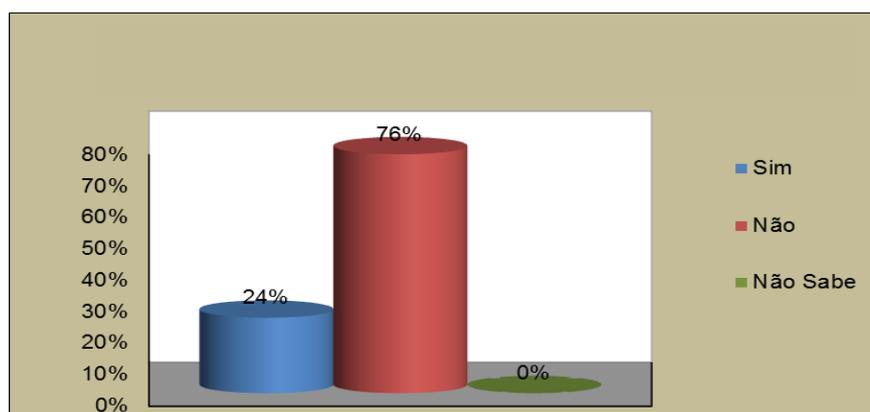
pouca autonomia no processo de tomada de decisões, especialmente no que se refere à gestão dos recursos financeiros. Nas investigações realizadas nas escolas das 10 comunidades tanto da Arióca Pruanã como da Verde para Sempre, 78% e 76% das famílias, respectivamente, informaram ter conhecimento de que as escolas onde seus filhos estudam não administram os recursos.

Gráfico 93 - As escolas da RESEX Arióca Pruanã administram recursos financeiros



Fonte: Pesquisa de campo (2013).

Gráfico 94 - As escolas da RESEX Verde para Sempre administram recursos financeiros



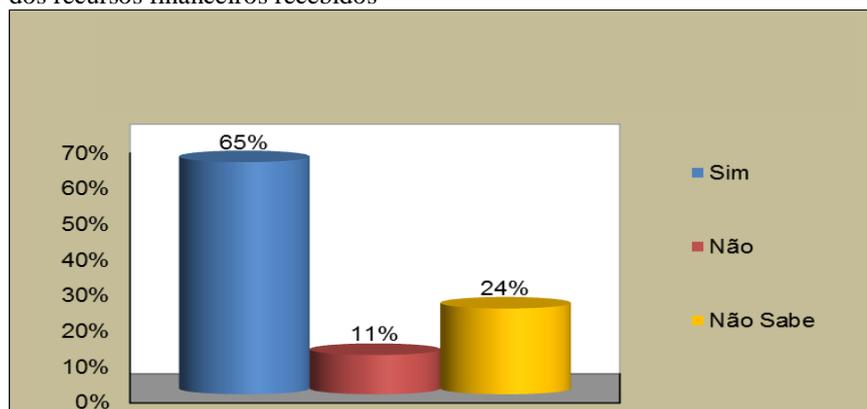
Fonte: Pesquisa de campo (2013).

Essas unidades escolares estão atreladas as escolas da cidade pelo fato de a maioria delas apresentar pouco número de alunos matriculados, o que faz com que apenas uma fração dos recursos financeiros chegue até essas unidades, quando chegam. As investigações também apontaram que a afirmação de que as escolas não administram seus recursos é confusa, haja vista que, como esses comunitários pouco participam das decisões intraescolares, pouco podem informar sobre o que acontece. Além disso, nos dois municípios de Porto de Moz e Oeiras do Pará as secretarias municipais de educação assumem para si a gestão dos recursos

financeiros, justificado no ano de 2013 pela recente execução instaurada pelas novas gestões municipais.

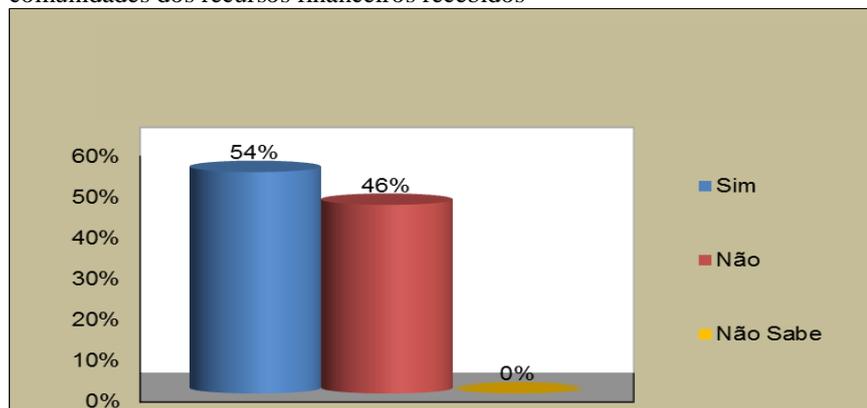
Entre as poucas escolas que administram seus recursos financeiros dentro das duas UC, de acordo com os moradores investigados nas comunidades, 65% dos informantes da Arióca Puanã disseram que as unidades escolares que recebem recursos prestam contas à comunidade. Na Verde para Sempre 54% também informaram que a direção escolar presta esclarecimentos a comunidade em relação aos recursos administrados.

Gráfico 95 - As direções das escolas da RESEX Arióca Puanã prestam contas com as comunidades dos recursos financeiros recebidos



Fonte: Pesquisa de campo (2013).

Gráfico 96 - As direções das escolas da RESEX Verde para Sempre prestam contas com as comunidades dos recursos financeiros recebidos



Fonte: Pesquisa de campo (2013).

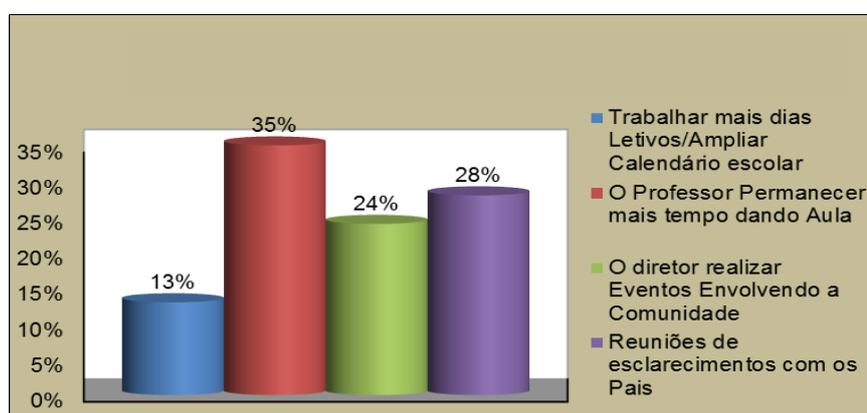
Significa dizer que das poucas escolas que recebem recursos existem algumas que não prestam contas à comunidade, ou por falta de interesse e compromisso dos gestores, ou mesmo pela ausência de cobranças em relação a esclarecimentos sobre tal exercício financeiro.

Além das questões expostas acima, os comunitários das duas RESEX informaram que observam que outros aspectos precisam ser melhorados nas unidades escolares. O distanciamento da cidade, nos dois casos acaba dificultando a presença efetiva de técnicos das secretarias municipais de educação destes municípios. Por outro lado, a ausência de programas das secretarias de educação locais, voltados para o atendimento contínuo dessas unidades escolares, faz com que haja um distanciamento entre o que é trabalhado e vivenciado nestes espaços e aquilo que é exigido pelas SEMED. Segundo o INEP, as principais dificuldades das escolas do campo são:

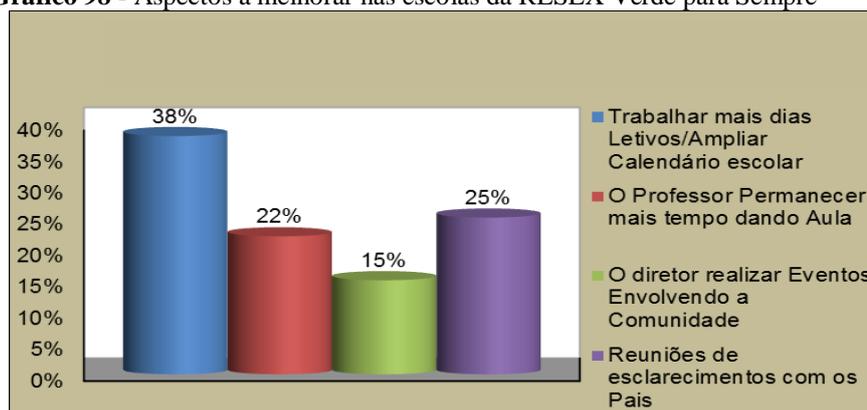
Insuficiência e precariedade das instalações físicas da maioria das escolas; dificuldades de acesso dos professores e alunos às escolas, em razão da falta de um sistema adequado de transporte escolar; [...] falta de conhecimento especializado sobre políticas de educação básica para o meio rural [...] falta de atualização das propostas pedagógicas das escolas rurais [...] (BRASIL, 2007).

Entre as questões levantadas que precisam ser melhoradas pelas escolas está o aumento de dias letivos e ampliação do calendário escolar, que na Arióca Pruanã correspondeu a 13% das respostas das famílias, e na Verde para Sempre representou 38%. Nesta última UC as famílias consideram que é preciso estender o período de permanência dos estudantes nas escolas, pois, segundo estes, problemas como atraso na chegada para o dia letivo, época de plantio e colheita são fatores que poderiam ser amenizados caso houvesse mais dias de aula.

Gráfico 97- Aspectos a melhorar nas escolas da RESEX Arióca Pruanã



Fonte: Pesquisa de campo (2013).

Gráfico 98 - Aspectos a melhorar nas escolas da RESEX Verde para Sempre

Fonte: Pesquisa de campo (2013).

Com relação ao tempo em que o professor permanece ministrando suas aulas, 35% das famílias da Arióca Pruanã consideram que este é um aspecto que carece ser melhorado. Na Verde para Sempre foram 22% os que indicaram tal problema, que é algo comum nas escolas rurais, pois os atrasos são frequentes por conta de precariedade dos meios de transporte. Além disso, existem os casos em que o professor libera os estudantes mais cedo, geralmente quando a merenda acaba antes do final do mês.

Faz parte das inquietações dos comunitários das duas UC a pouca iniciativa dos professores em relação à realização de eventos e atividades que envolvam esses cidadãos já que, na Arióca Pruanã 24% das famílias informaram que percebem a falta de tais atividades nas escolas, por sua vez, na Verde para Sempre foram 15% os que apontaram tal questão. Essas populações querem fazer parte da vida escolar dentro de suas limitações e possibilidades, mas carecem de estímulos e oportunidades que lhes permitam estabelecer tal aproximação. Criar tais espaços para familiarização com as comunidades externas representa um dos desafios a serem enfrentados pela comunidade escolar.

As características próprias da Escola do Campo propiciam uma maior convivência com as formas organizativas da vida produtiva, cultural, religiosa e política do campo. Com isso, a gestão democrática inclui a possibilidade do professor participar das reuniões comunitárias e abrigar, na escola, assembleias gerais da comunidade. Desta forma, a escola pode se tornar um espaço para encontros da comunidade e dos movimentos sociais como uma das formas de estímulo à participação de todos na vida escolar (GRACINDO, 2006, p. 46).

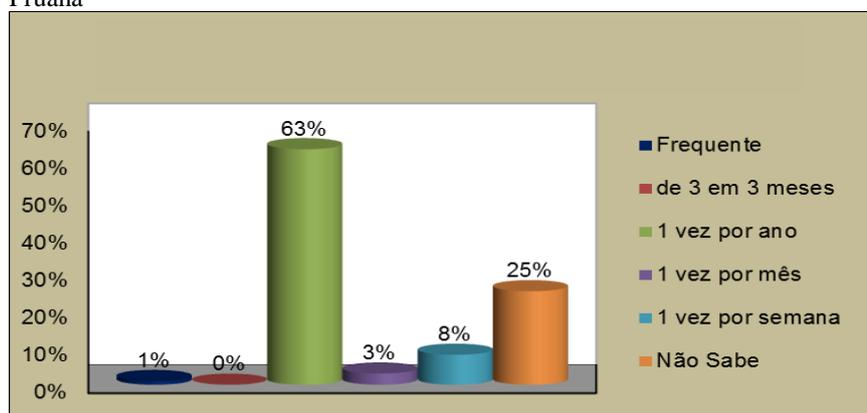
As reuniões com vistas a prestar informações aos pais de alunos sobre a situação dos filhos, projetos para o ano letivo, ou mesmo, proposição de ações da escola em parceria como as comunidades representam outro anseio destes moradores. As investigações das famílias da Arióca Pruanã informaram que 28% sentem falta dessa comunicação junto às escolas, no caso da Verde para Sempre esses números são de 25%. No momento em que a instituição escolar

costrar a aproximação das famílias tornar-se-á fundamental pensar-se em ações participativas que envolvam os pais de alunos assim como as demais pessoas que vivem próximas da escola, reuniões de planejamento, exposição de trabalhos e projetos, a partilha de responsabilidade são algumas das medidas que podem incentivar a vinda dos moradores.

Nas duas UC se faz necessária a construção de programas das secretarias municipais que estabeleçam maior aproximação de técnicos educacionais nessas comunidades para que em parceria com docentes, discentes e moradores locais sejam elaboradas ações que considerem as especificidades locais. A tarefa dos técnicos educacionais reside na importância em construir propostas conjuntas de atividades de intervenção educacional compostas por elementos relacionados ao meio ambiente, qualidade de vida, sustentabilidade, trabalho e cultura. O que se viu durante as investigações foi à exígua presença destes profissionais nas escolas rurais existentes nas RESEX Verde para Sempre e Arióca Puanã.

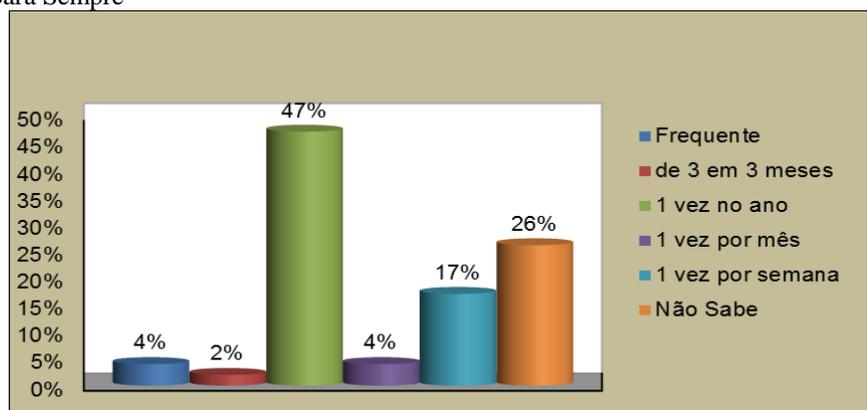
A ausência da atuação de técnicos nas SEMED das duas RESEX é confirmada pelo índice elevado de famílias que informaram que esses profissionais passam pelas escolas apenas uma vez por ano. Na Arióca Puanã das 100 famílias investigadas nas 10 comunidades escolhidas dentro da RESEX, 63% indicaram que os técnicos da SEMED só aparecem uma vez ao longo do ano letivo, e na RESEX Verde para Sempre 47% informaram a mesma situação.

Gráfico 99 - A presença de técnicos de educação da SEED/SEMED nas escolas da RESEX Arióca Puanã



Fonte: Pesquisa de campo (2013).

Gráfico 100 - A presença de técnicos de educação da SEED/SEMED nas escolas da RESEX Verde para Sempre



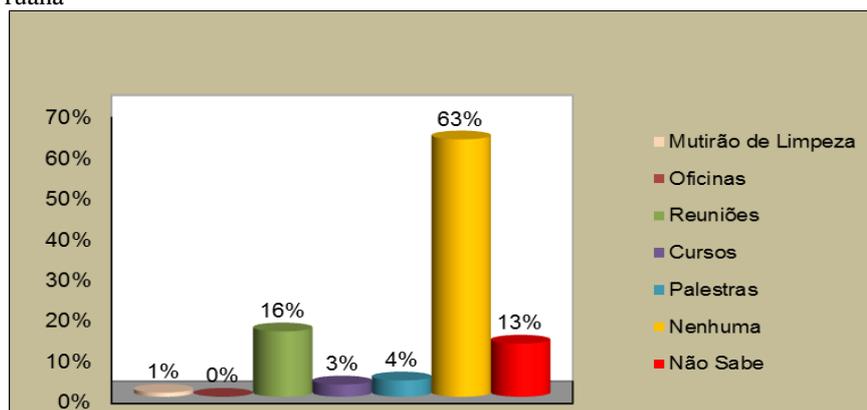
Fonte: Pesquisa de campo (2013).

Sob este aspecto Almeida (2005) afirma que, neste contexto, o Estado deixa nas mãos de professores – com pouca formação, com baixos salários, sem planos de carreira – o sucesso pela qualidade pedagógica nestas escolas. Estes professores figuram no cenário como os únicos responsáveis pelo sucesso escolar. Ainda nesta última RESEX, em alguns casos os técnicos visitam mais de uma vez por ano a escolas, especialmente aquelas que ficam mais próximas à cidade e que apresentam maior quantidade de estudantes.

Pensada a partir de uma perspectiva de coletividade as reservas extrativistas deveriam agregar diferentes expressões da sociedade local e regional, como possibilidade para se construir projetos e ações que estimulem alternativas sustentáveis de sobrevivência e vivência social. Tanto escolas como comunidade são elementos fundantes para tais construções, mas também é preciso que outras organizações e instituições sintam-se responsáveis por tal participação. No contexto de UC o papel a ser desempenhado pelo ICMBIO, entre outros, é de grande relevância por se tratar de um organismo institucional responsável em propor, incentivar ações de proteção, pesquisa e conservação destas reservas.

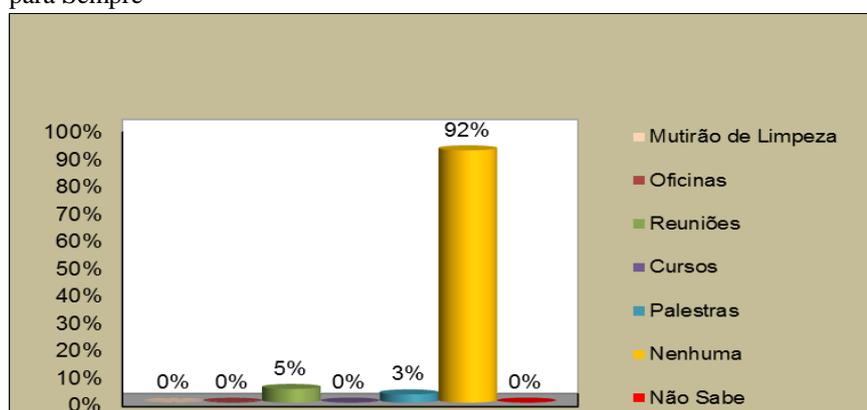
Contudo, as observações e investigações junto aos comunitários das duas RESEX demonstram que a presença do ICMBIO é pouco conhecida entre os moradores, sendo confundida com o IBAMA. Questionados sobre a atuação do ICMBIO nas RESEX investigadas os comunitários responderam em 63% na Arióca Pruanã que não tem clareza sobre sua atuação, e 92% na Verde para Sempre.

Gráfico 101- A presença de técnicos de educação da SEED/SEMED nas escolas da RESEX Arióca Pruanã



Fonte: Pesquisa de campo (2013).

Gráfico 102- A presença de técnicos de educação da SEED/SEMED nas escolas da RESEX Verde para Sempre



Fonte: Pesquisa de campo (2013).

Na Arióca Pruanã 23% das famílias investigadas informou conhecer o ICMBIO e suas ações e destacaram entre essas a realização de atividades como reuniões (16%), curso (3%), e palestras (4%).

Alguns fatores concorrem para a dificuldade do ICMBIO em avançar nas ações voltadas para a eficiência das UC e dentre esses pode se apontar a deficiência de pessoal de apoio já que no caso da RESEX Verde para Sempre a área que envolve a UC tem mais de 1 milhão de hectares. Os poucos agentes que atuam nas duas UC enfrentam dificuldades para fazer o trabalho que acaba limitando-se a fiscalização e apreensão, esforço que exige muito tempo e que acaba gerando desgaste junto a algumas comunidades em que ocorrem infrações.

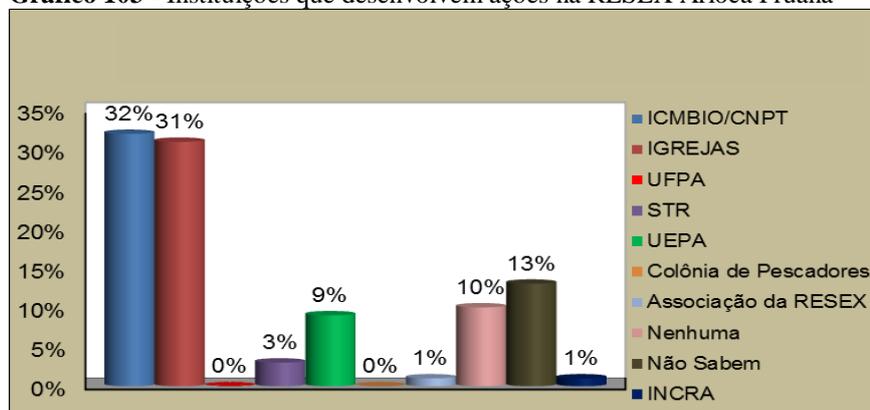
Existe pouca aproximação entre o ICMBIO e as escolas das comunidades salvo casos em que esta instituição solicita os espaços para reuniões e palestras. Segundo alguns agentes a pouca aproximação é necessária para se manter na posição de organismo fiscalizador e de polícia ambiental, além disso o tempo acaba sendo insuficiente para a realização de tais ações.

Percebeu-se que tanto na Verde para Sempre como na Arióca Pruanã o ICMBIO age de modo independente definindo e executando suas ações, e dentre essas nenhuma é voltada para as escolas, e seu público específico, o que faz com os olhares se voltem para seu caráter repressor.

Além do papel do ICMBIO nas RESEX Verde para Sempre e Arióca Pruanã percebeu-se a existência de outras instituições que também desenvolvem ações que não necessariamente assumem caráter ambiental. Nas duas RESEX é bastante presente a atuação das igrejas tanto católica quanto evangélica, o que faz com que as famílias acabem por adotar uma ou outra opção religiosa. Essas igrejas conseguem agregar considerável número de fiéis, sendo em algumas comunidades a única fonte de informação, lazer, e espaço de diálogo sobre os problemas vividos no local (SOUSA, 2002).

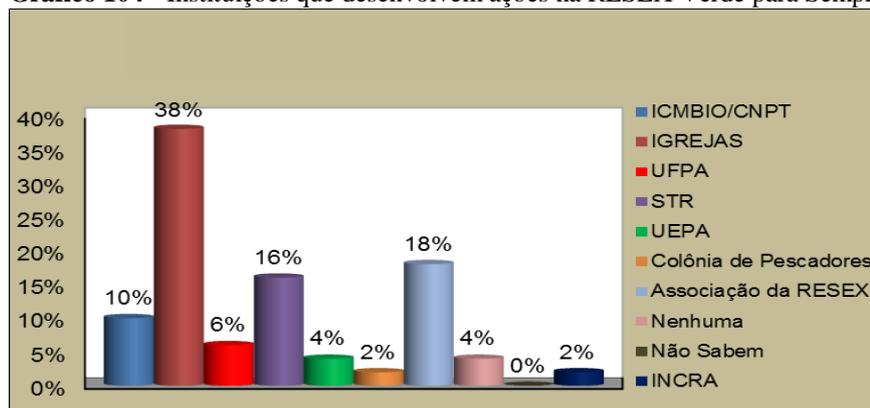
Na Arióca Pruanã as ações das igrejas são identificadas por 31% das famílias investigadas, e na Verde para Sempre 38% o que demonstra presença significativa dessas instituições nessas áreas rurais.

Gráfico 103 - Instituições que desenvolvem ações na RESEX Arióca Pruanã



Fonte: Pesquisa de campo (2013).

Gráfico 104 - Instituições que desenvolvem ações na RESEX Verde para Sempre



Fonte: Pesquisa de campo (2013).

Era de se esperar tal presença das igrejas por conta de suas contribuições no processo de criação das duas RESEX, onde padres, pastores, e fiéis tiveram papel decisivo na mobilização das comunidades. Por conta da rápida e fácil inserção dessas instituições, as articulações das comunidades reunidas nas duas RESEX aconteciam em meio aos sermões das missas de sábado e domingo, ou mesmo durante, e no fim, das pregações evangélicas dos pastores protestantes. Tanto na região do baixo Tocantins como na região do baixo Amazonas as instituições tem sido importantes na mobilização da classe trabalhadora, especialmente a rural, pela busca de seus direitos (SOUSA, 2002).

Chama atenção a tímida participação de instituições de ensino tais como Universidade Federal do Pará (UFPA) e Universidade do Estado do Pará (UEPA), que na Arióca Pruanã representaram juntas 9% das respostas dos investigados, ressaltando-se que no caso UFPA nenhuma família mencionou atuação. Tal evidência demonstra que mesmo as instituições de ensino e pesquisa da região pouco têm sido feito no sentido de acompanhar diretamente as questões destas UC, no caso da Verde para Sempre essas instituições sequer dispõem de representatividade junto ao conselho deliberativo. Por sua vez na Arióca Pruanã, mesmo a UFPA dispo de cadeira junto ao conselho deliberativo nas últimas reuniões da RESEX não fora mandado representantes a fim de participar das decisões e proposição de ações.

Na RESEX Verde para Sempre além das instituições apontadas acima, o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Porto de Moz, junto a Associação da RESEX são organismo de importante representação com atuação marcante no que se refere à construção de projetos e acompanhamento de execução. Estas instituições realizam constantes reuniões e encontros entre os comunitários e mobilizam a classe trabalhadora rural para atividades que envolvem exposição de demandas e cobrança por políticas públicas locais. Também há de se destacar a participação da colônia de pescadores que compõem o conselho e contribui para as decisões relacionadas aos interesses dessas populações que vivem na RESEX.

Nas UC investigadas é possível afirmar que os moradores começam a perceber a importância do envolvimento em instituições e organizações como alternativa para fortalecer a luta por melhorias na qualidade de vida dos moradores, assim como proposição e implementação de políticas públicas. Porém, é preciso destacar que esse processo é lento e demanda formação e mobilização desses sujeitos, fato que certamente só é possível com a atuação de instituições tais como escolas, sindicatos, associações. Contudo, é algo marcante nas duas RESEX o fato de, mesmo demonstrando um nível de consciência crítica bastante elevada, que no momento de pressionar ou reivindicar melhorias para a comunidade, o ideário de luta esbarra na falta de poder aquisitivo das associações e sindicatos bem como no poder

de articulação das lideranças locais. Homma et al. (2001) enfatizam a qualidade destas lideranças, no sentido de que estas apresentam diferenças marcantes que refletem nas melhorias coletivas em bens públicos, defendidas com constante pressão e peregrinação nos órgãos públicos, que muitas vezes dependem da capacidade de suas lideranças nas articulações destes recursos, junto aos órgãos competentes. Tais evidências remetem para as duas UC a necessidade de ações de caráter formativo que sejam pensadas a partir das especificidades locais considerando questões históricas, culturais, geográficas, territoriais e temporais.

Na RESEX Arióca Pruanã chamou atenção, entre as informações prestadas pelos investigados, a pouca inserção destes sujeitos junto às cooperativas e o conselho deliberativo. Sabe-se que as cooperativas representam uma forma coletiva de desenvolver a produção local adotando para isso instrumentos de gestão, planejamento e gerenciamento de negócios com vistas a proporcionar participação equitativa nos lucros auferidos pelo trabalho de todos. No caso da Arióca Pruanã nenhuma das famílias investigadas informou participar deste tipo de organização e, além disso, percebeu-se baixa capacidade de participação coletiva, confiança mútua e colaboração entre moradores de comunidades sinalizando para ações de capacitação de trabalhadores.

Gráfico 105 - Vinculação a instituição organizativa na RESEX Arióca Pruanã



Fonte: Pesquisa de campo (2013).

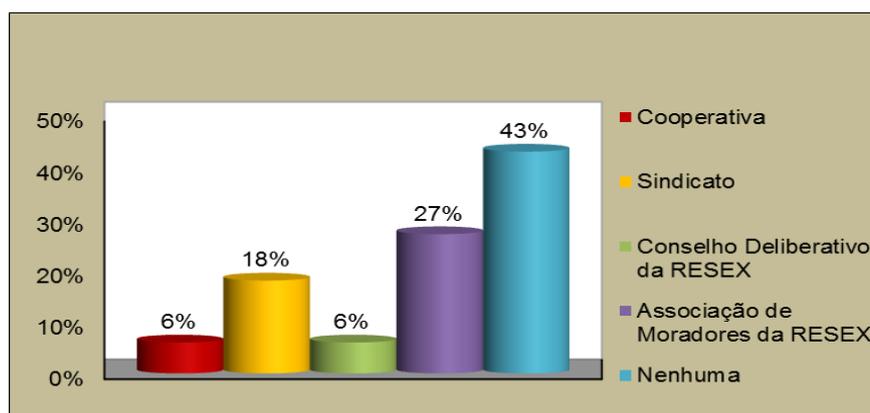
Por sua vez o conselho deliberativo ainda precisa se consolidar enquanto instituição representativa nesta RESEX. Conflitos gerados por falta de confiança nos dirigentes, além de poucos resultados alcançados frente às reivindicações dos comunitários fizeram com que o conselho desta RESEX perdesse a credibilidade. Atualmente existe uma diretoria nova tentando resgatar o prestígio desta organização agindo no sentido de mobilizar a população e enfrentar os problemas locais acionando outras instituições. Por sua vez as associações de moradores e sindicatos contam com maior número de adesões.

Na Arióca Pruanã nas 10 comunidades investigadas, 25% das 100 famílias informaram que fazem parte dos sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais, e 44% informaram que fazem parte de associação de moradores. O elevado número de membros de associação de moradores se deve ao estímulo em se criar tais organizações como forma de entrar para o cadastro do INCRA e receber recursos financeiros, casas e equipamentos de trabalho. No caso desta RESEX, o que se viu na prática foi várias associações com pouco e nenhuma atuação criadas apenas para constar nos registros da burocracia.

Na RESEX Verde para Sempre o que se tem é uma situação bastante diferenciada em relação às instituições nas quais os moradores encontram-se participantes. Nas 10 comunidades investigadas nesta RESEX, 6% das 100 famílias informaram que participam de cooperativa, merecendo destaque aquelas voltadas para comercialização de queijos de búfala, e as de madeira explorada de modo manejado e com certificação. Apesar de poucas, essas cooperativas começam a demonstrar de maneira prática que é possível realizar a gestão de UC, e ao mesmo tempo assegurar a geração de renda das famílias que nela vivem encorajando a vinda de novos cooperandos.

Sobre a importância das cooperativas Engels (1981) já defendia na segunda metade do século XIX na Alemanha, o engajamento dos pequenos produtores, para a criação de dessas organizações como forma de não serem arruinados pela concorrência capitalista. As reflexões permanecem atuais diante da conjuntura vivenciada pelas famílias camponesas, e se faz necessário levá-las a compreenderem que uma das poucas alternativas capazes de conservar a propriedade de sua casa e de suas terras, é convertendo-as em propriedade e exploração coletiva. Para Engels (1981) a propriedade individual inevitavelmente conduz à ruína, sendo desalojados de suas casas e de suas terras, também por conta de seus métodos antiquados que acabam por ser substituído pela grande exploração capitalista. A modernização no campo força os produtores que utilizam técnicas arcaicas a modernizarem-se e se tornarem competitivos.

O sindicato é a opção de 18% das famílias desta RESEX, estando este fato associado à tradição histórica construída por esta instituição nessa região. É comum entre os sindicalizados encontrar pessoas que também estão atrelados a cooperativas e associações, porém as r

Gráfico 106 - Vinculação a instituição organizativa na RESEX Verde para Sempre

Fonte: Pesquisa de campo (2013).

No que se refere ao conselho deliberativo 6% das famílias informaram fazer parte desta instituição que tem grande prestígio e representatividade, já que apresentam vários trabalhos dentro da UC. Outros 27% informaram que participam de associação de moradores, que também foram criadas para assegurar recebimento de recursos do governo federal.

A diferença fundamental na RESEX Verde para Sempre está na consistência da atuação do conselho gestor da RESEX que hoje está consolidado, e que conta com o apoio estratégico do Comitê de Desenvolvimento Sustentável. Esta última organização atua diretamente na mobilização e articulação de projetos e ações para as comunidades, realizando visitas contínuas, monitoramento e prestando assessoria e informações para os comunitários. Os conselhos são “canais de participação que articulam representantes da população e membros do poder público estatal em práticas que dizem respeito à gestão de bens públicos” (GOHN, 2001, p.7).

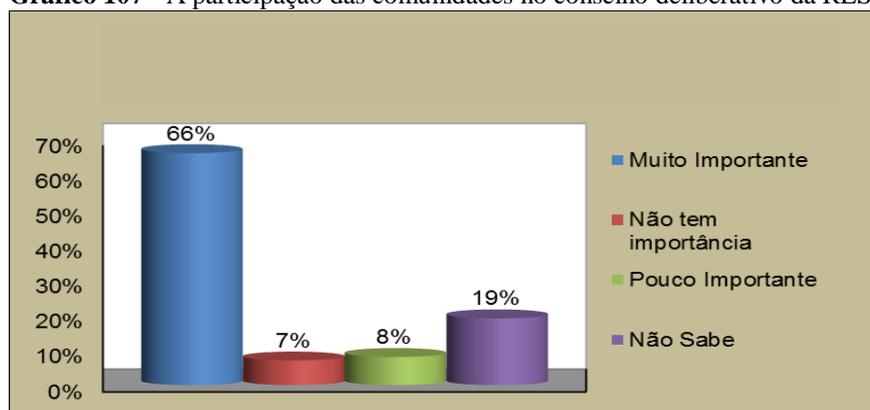
O Comitê de Desenvolvimento Sustentável da Verde para Sempre tem tido papel decisivo na construção do projeto sustentável para esta RESEX, pois tem conseguido não apenas envolver as populações nos debates e assembleias, como vem formando e qualificando pessoas e lideranças locais para assumir os trabalhos de planejamento e exposição de demandas, assim como execução de projetos e avaliação de resultados.

Os conselhos deliberativos nas UC constituem canais efetivos de participação, permitindo o estabelecimento da cidadania de modo que esta não apenas se represente enquanto instrumento existente apenas no campo da subjetividade, mas que tome corpo e faça parte da realidade. A importância dos conselhos está no seu papel de fortalecimento da participação democrática das populações no processo de formulação e implementação de políticas públicas. Os conselhos são espaços públicos de composição plural e paritária entre

Estado e sociedade civil, de natureza deliberativa e consultiva, cuja função é formular e controlar a execução das políticas públicas setoriais.

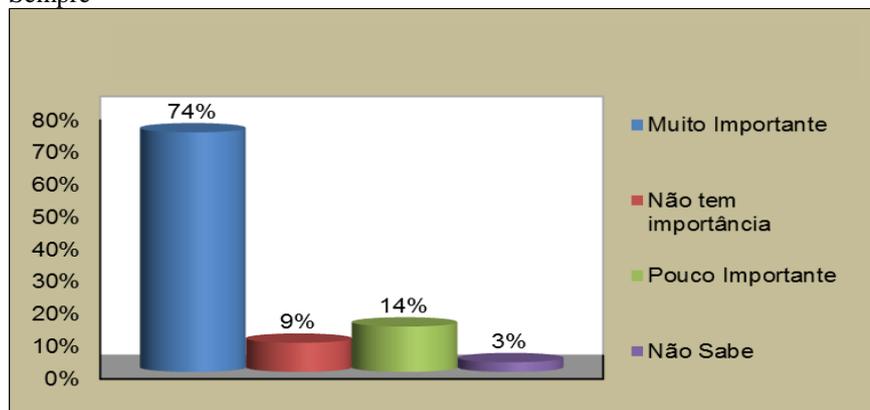
Sobre este aspecto percebeu-se compreensão das comunidades investigadas nas duas RESEX com relação ao papel que o conselho gestor representa. Tal entendimento se confirma pelos 66% de famílias da Arióca Pruanã que apontaram ter ciência de que o conselho é muito importante na busca por políticas públicas locais. Na Verde para Sempre 74% das famílias investigadas também reconhecem o papel exercido pelo conselho, sendo poucos os que argumentaram nas duas UC que essa organização não tem importância.

Gráfico 107 - A participação das comunidades no conselho deliberativo da RESEX Arióca Pruanã



Fonte: Pesquisa de campo (2013).

Gráfico 108 - A participação das comunidades no conselho deliberativo da RESEX Verde para Sempre



Fonte: Pesquisa de campo (2013).

Os conselhos representam:

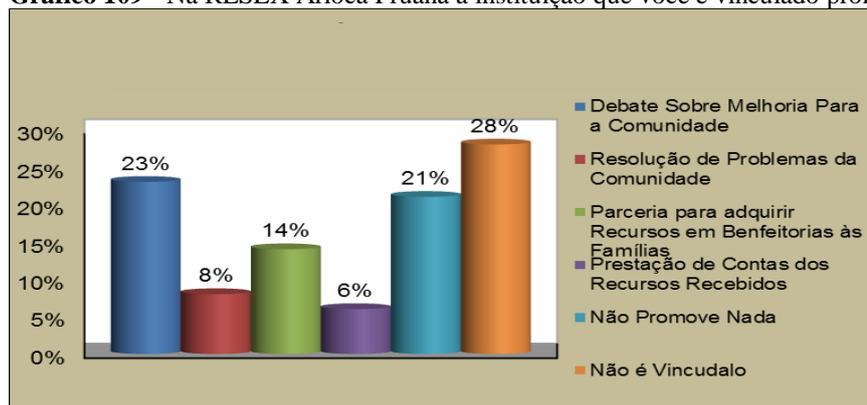
Uma das formas de participação visando a mudanças na gestão pública e na elaboração de políticas, tendo em vista sua democratização e transparência, portanto, como canal de relação entre Estado e sociedade, espaço de administração de conflitos; uma forma distinta dos dois modelos, comunitário e popular, até então experimentados (TEIXEIRA, 1996, p.8).

É importante ressaltar que mesmo tendo tal entendimento, nas duas UC percebeu-se a necessidade de constante mobilização e articulação para que os moradores e seus representantes participem das assembleias e reuniões decisórias. A RESEX Verde para Sempre, mesmo tendo enfrentado dificuldade na implantação de seu conselho por conta de conflitos e disputas de poder, atualmente goza de uma instituição forte e consolidada, fato que não se estende para Arióca Pruanã. Por conta de problemas enfrentados com antigos representantes do ICMBIO, bem como pouca atuação do Estado na promoção de políticas e ações pós RESEX as comunidade acabaram se afastando exigindo estratégias renovadas da atual gestão como forma de aproximá-los.

Com relação às ações promovidas pelas instituições nas quais as famílias das duas UC participam percebeu-se que existe mobilização e articulação com vistas apontar problemas e construir soluções, assim como discussões voltadas para questões relacionadas ao cotidiano dessas RESEX. A intensidade como que tais ações são promovidas varia muito de uma RESEX para outra, e se deve basicamente pelo momento político, econômico e histórico de cada lugar. Algumas dessas instituições foram criadas apenas como forma de facilitar o cadastro de famílias para o recebimento de benefícios do governo federal, outras tem sido atuantes na luta pela implementação de políticas públicas.

Na RESEX Arióca Pruanã das famílias investigadas, 23% informaram que a instituição na qual estão vinculados promove reuniões onde são discutidas questões voltadas para melhoria da qualidade de vida dentro da área. Outras 8% apontaram que as reuniões em suas organizações estão votadas para a resolução de problemas comuns dentro da comunidade tais como falta de postos de saúde, demora no recebimento de recursos, exploração clandestina de madeira. Ainda, 14% indicaram que suas organizações promovem parceria para adquirir benfeitorias para as famílias locais tais como financiamentos para construção de casas de farinha, aquisição de fornos, plantio de feijão, arroz e milho.

Gráfico 109 - Na RESEX Arióca Pruanã a instituição que você é vinculado promove



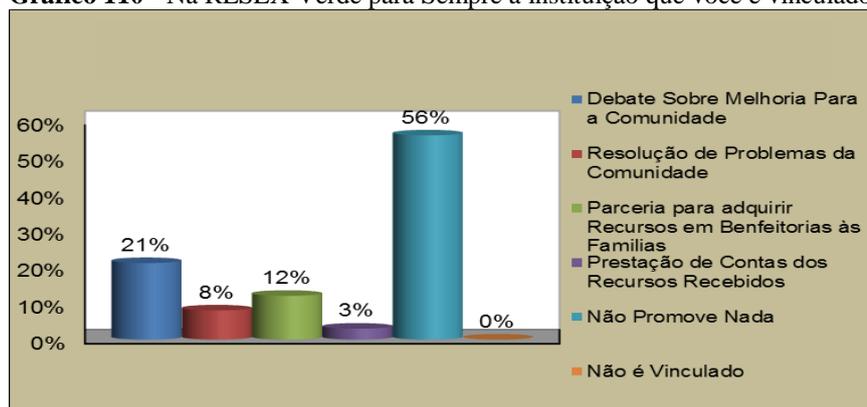
Fonte: Pesquisa de campo (2013).

Chamou atenção nesta UC o fato de apenas 6% das famílias confirmar que sua instituição tem prestado contas das ações realizadas, este índice baixo tem produzido conflitos e disputas de poder nesta RESEX. Tal informação demonstra que é preciso intenso trabalho para que se construa uma cultura de transparência e confiança entre os moradores, pois a última gestão do comitê gestor fora bastante criticada por dar pouca satisfação aos seus membros em relação às ações realizadas. Tal fato fora justificado pela falta de recursos financeiros para dar andamento às reivindicações dos comunitários, já que o antigo presidente do comitê acabava tendo que arcar com as despesas relacionadas a viagens e documentação, além disso, houve demora no repasse de recursos às comunidades, e falta de esclarecimentos, o que produziu desgaste na credibilidade da gestão do comitê.

Por outro lado, é interessante o fato de 21% das famílias investigadas afirmar que as instituições nas quais estão vinculados não promoverem nada, e ainda 28% destas famílias informarem que não estão vinculados a nenhuma instituição. Tais números se devem a descrença de que a criação da RESEX possa trazer melhorias matérias aos moradores. O não cumprimento efetivo de promessas tais como construção de casas populares, auxílio financeiro, construção de postos de saúde, geração de linhas de crédito e financiamento para a agricultura familiar local faz com que a RESEX Arióca Pruanã não seja vista com bons olhos por alguns moradores, tão pouco as lideranças locais que se propõem representá-los.

Na RESEX Verde para Sempre 21% das 100 famílias investigadas informou que as instituições as quais estão envolvidos promovem debates direcionados para a melhoria da vida destes cidadãos. Nesta RESEX as reuniões e assembleias ocorrem com certa intensidade, o que faz com que haja um ambiente de busca por informações, especialmente sobre incentivos do governo federal. Ainda, 8% explicaram que suas instituições provem reuniões com vistas à resolução de problemas entre os quais se destaca retirada de madeira ilegal, criação de gado bubalino e entrada destes animais em terras da vizinhança, violação de acordos de pesca.

Gráfico 110 - Na RESEX Verde para Sempre a instituição que você é vinculado promove



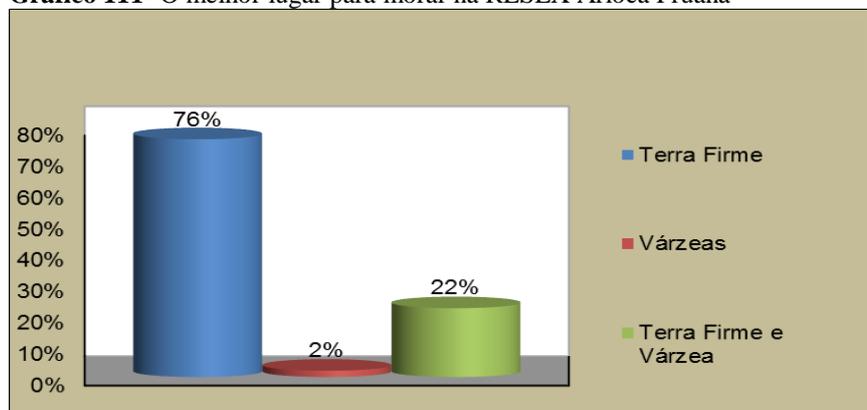
Fonte: Pesquisa de campo (2013).

A busca por parcerias com outras organizações também é uma atividade reconhecida por 12% das famílias investigadas neste UC. Tais ações envolvem principalmente a EMBRAPA e EMATER, e estão relacionados aos cuidados com o gado bubalino e os produtos derivados de seu leite, bem como técnicas de manejo florestal e recuperação de áreas degradadas. Também nesta RESEX a prestação de constas das ações e recursos é algo pouco mencionado pelas famílias investigadas correspondendo a 3%.

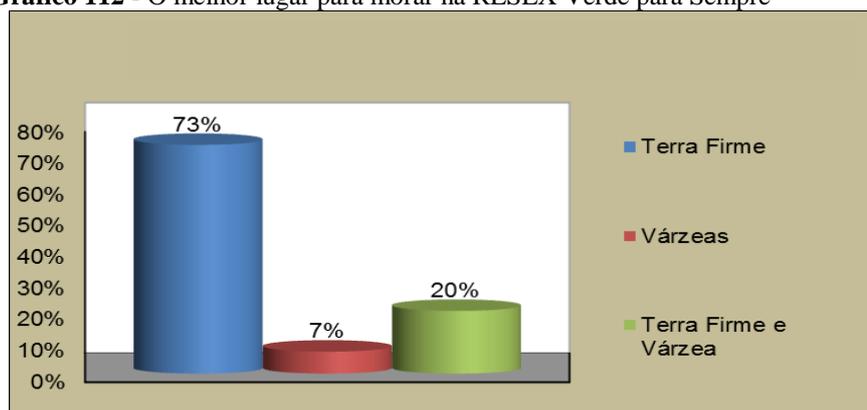
Por sua vez, 56% das famílias informou que suas instituições não promovem nada, o que gera preocupação e reforça o entendimento de que algumas ações se mantem inoperantes. Alguns desses moradores reconhecem que pouco se interessam em saber sobre a agenda de atividades das instituições em que são cadastrados o que gera distanciamento. Por outro lado, alguns dos dirigentes dessas instituições informaram que as atividades normalmente estão ocorrendo em conjunto com outras organizações e que não estão sendo realizadas atividades independentes.

No que se refere à vivência dessas populações nas áreas da RESEX percebeu-se que a maioria aponta que as regiões de terra firme são os melhores lugares para se viver, pois tais ambientes permitem o cultivo de várias culturas vegetais tais como as plantações de mandioca, bem como a criação de animais úteis na aquisição de proteína animal, e fornecimento de tração nas atividades de lavoura. Na RESEX Verde para Sempre das famílias investigadas, 73% informaram que gostam de viver na terra firme, na Arióca Pruanã 76% apontaram tal opção. É válido informar que nas duas UC o maior número de famílias vive na terra firme que é a área mais centralizada da floresta, tal opção também se justifica pela proteção contra enchentes, e marés altas.

Gráfico 111- O melhor lugar para morar na RESEX Arióca Pruanã



Fonte: Pesquisa de campo (2013).

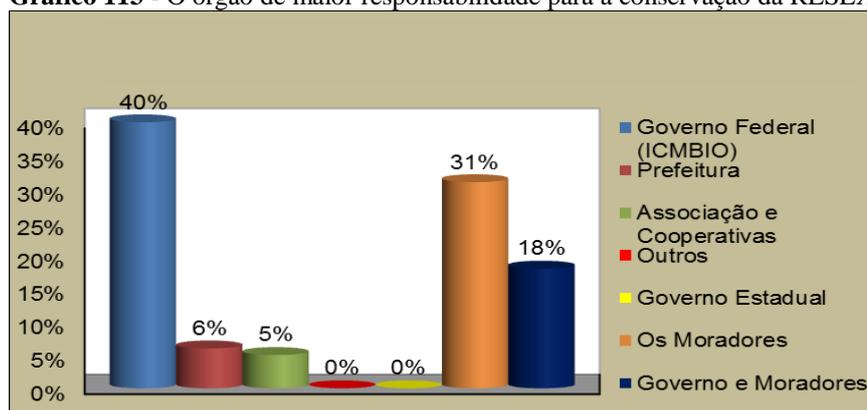
Gráfico 112 - O melhor lugar para morar na RESEX Verde para Sempre

Fonte: Pesquisa de campo (2013).

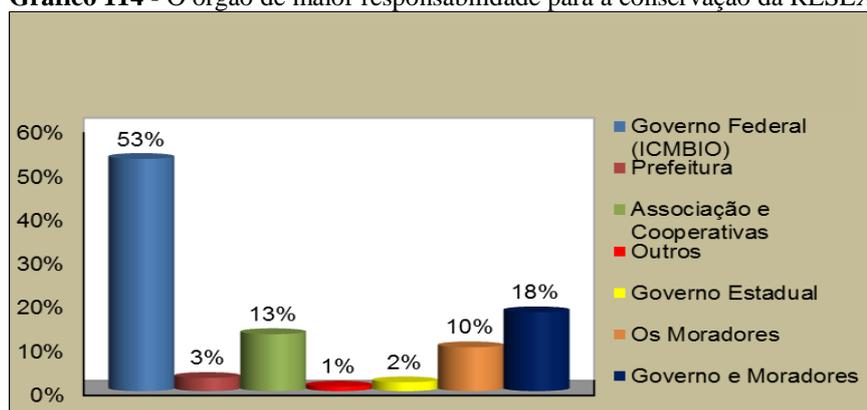
Poucas foram às famílias que responderam estar satisfeitas em viver na área de várzea das duas UC mesmo sendo grande o número de moradores desses ambientes. Na Arióca Pruanã apenas 2% das famílias investigadas estão satisfeitas com a vida na várzea, e na Verde para Sempre esse número corresponde a 7%. Nas duas UC parte da insatisfação se deve às constantes cheias, especialmente no município de Porto de Moz, o que acaba obrigando muitas famílias a conduzir suas criações até as áreas mais altas como forma de assegurar a sobrevivência do rebanho.

Por outro lado, nas duas RESEX cerca de 20% das famílias respondeu que gosta de viver na área de transição entre a terra firme e a várzea, o que permite a preservação da relação intrínseca estabelecida com o rio. Esse percentual assegura a realização de vários tipos atividades tanto de plantio e criação como de pesca artesanal e manejo de açazais. Na RESEX Arióca Pruanã a exploração dos açazais está relacionada ao ambiente de várzea e muitas famílias acabam por se instalar nesses espaços pela oferta deste produto que é responsável por boa parte da renda dessas populações.

Sobre a responsabilização das instituições relacionadas às RESEX as famílias informaram que a instituição de maior responsabilidade é o governo federal via ICMBIO cujos percentuais afirmativos foram de 40% na Arióca Pruanã e 53% na Verde para Sempre. Tal entendimento das populações das duas RESEX se deve aos discursos construídos no processo de criação dessas unidades que produziram o entendimento de que o governo federal arcaria com todos os custos de manutenção inclusive contemplando as famílias como moradias, cestas básicas, equipamentos de trabalho e auxílios financeiros. A não efetivação das políticas públicas firmadas antes da criação das RESEX causou insatisfação dessas famílias e desgastes de lideranças que outrora legitimavam tais promessas.

Gráfico 113 - O órgão de maior responsabilidade para a conservação da RESEX Arióca Pruanã

Fonte: Pesquisa de campo (2013).

Gráfico 114 - O órgão de maior responsabilidade para a conservação da RESEX Verde para Sempre

Fonte: Pesquisa de campo (2013).

Sobre tal aspecto Silva e Silva (2000) concebe as políticas públicas tanto como um conjunto de ações quanto de omissões do Estado, decorrente de decisões e não decisões, condicionados de acordo com os processos econômicos, políticos e sociais. Também compreendidas como linhas de ação coletivas que concretizam os direitos sociais, inseridos, declarados e garantidos em lei, mas readequados de acordo com as relações estabelecidas para seu acesso.

Contudo, existem famílias que apontam que a instituição de maior responsabilidade são as prefeituras, 6% na Arióca Pruanã e 3% na Verde para Sempre. Essas instituições tanto no município de Porto de Moz como em Oeiras do Pará vivenciam um processo tenso junto às comunidades residentes nas RESEX, pois argumentam que por se tratar de áreas regulamentadas pelo governo federal extrapolam as responsabilidades da municipalidade. Os prefeitos informam que aumentaram as responsabilidades e diminuíram os recursos, e aumentaram as demandas já que muitas famílias não conseguiram se adaptar às mudanças e migraram para as cidades.

Na RESEX Verde para Sempre 13% apontam que as associações são as organizações de maior responsabilidade especialmente pelos resultados já alcançados tais como execução de projetos de criação, plantio e manejo. Porém na Arióca Pruanã este número é bastante reduzido resumindo-se em 5% o que demonstra a fragilidade da confiança nessas organizações.

Na RESEX Verde para Sempre pouco se mencionou sobre a responsabilidade do governo estadual (2%), o que demonstra a ausência de parcerias e a necessidade de uma presença mais significativa dos aparelhos deste governo, especialmente as escolas de ensino médio e as tecnológicas. Somadas as responsabilizações de moradores e governo federal, colocados no mesmo patamar, 28% das famílias reconheceram que o compromisso deve ser compartilhado. Mas é interessante mostrar que apenas 10% das famílias se colocaram como a instituição de maior responsabilidade dentro da RESEX Verde para Sempre, o que significa dizer que ainda existe um caminho longo até a consolidação do senso de responsabilidade e comprometimento com a condução do projeto de sustentabilidade para esta RESEX.

Na Arióca Pruanã 31% das famílias se reconhecem como os maiores responsáveis pela RESEX, ainda que tal discurso não represente a realidade já que se viu pouco engajamento dessas famílias. Mesmo reconhecendo o seu papel essas populações ainda não assumiram o compromisso de tratar das questões emergenciais articulando-se com as comunidades e organizações, bem como ainda não construíram um hábito de gerenciar as ações dentro da RESEX. Neste aspecto a EMATER e o ICMBIO vem trabalhando a formação autônoma das lideranças e procuram qualificá-los por meio de cursos e oficinas, mesmo sendo poucas vagas diante da demanda de lideranças e demais interessados.

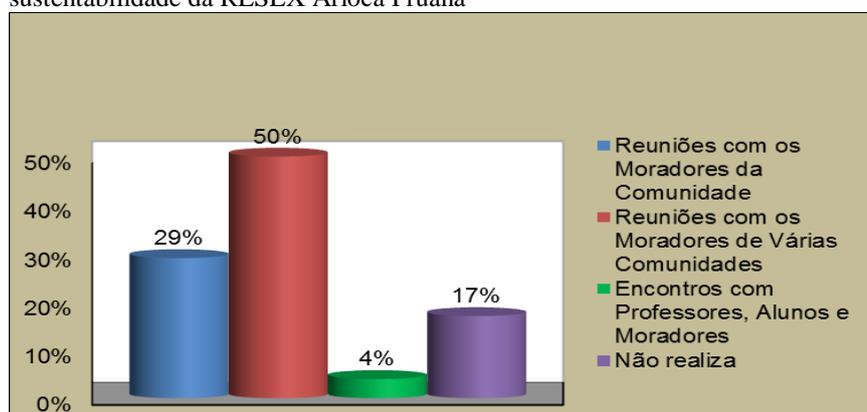
Ainda, 18% das famílias reconheceram que a responsabilidade deve ser compartilhada entre governo e moradores, mas argumentam que se sentem pouco a vontade para participar, e que em algumas situações apenas são convidados para legitimar decisões já elaboradas. Essas famílias apontaram que as organizações que representam o governo federal pouco utilizam os saberes e conhecimentos tradicionais, em algumas situações até descartam tal contribuição por relacioná-las às questões retrogradadas. O entendimento sobre a gestão e responsabilização compartilhada na RESEX é fruto dos primeiros trabalhos do ICMBIO, pois os 18% de famílias que prestaram tal informação são justamente as que participam de reuniões e encontros promovidos por essa instituição.

Nas duas RESEX o ICMBIO constitui a principal instituição responsável pela gestão e promoção de ações voltadas para a conservação dessas áreas. Porém, observa-se que em cada RESEX analisada as famílias percebem o ICMBIO de modo diferenciado, uma vez que no

caso da Arióca Pruanã, além do trabalho de fiscalização, vem ocorrendo formação, e em certa medida, educação ambiental, mas na Verde para Sempre o que se tem são ações de apreensão e fiscalização, ficando a formação a cargo do comitê gestor.

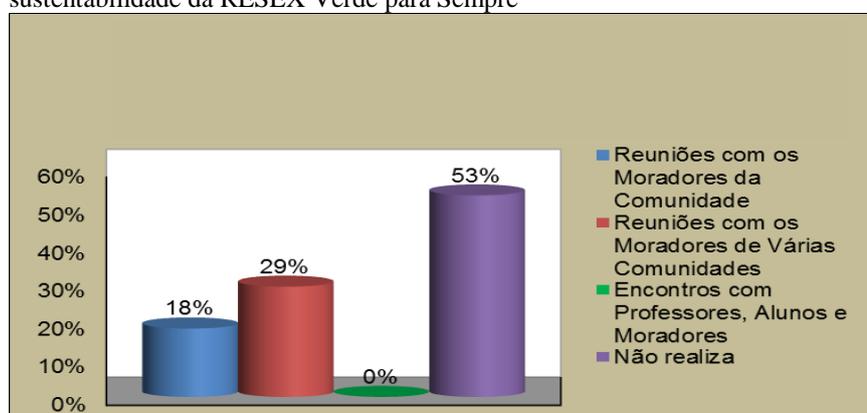
Segundo dados coletados na RESEX Arióca Pruanã, 29% das famílias investigadas apontaram que o ICMBIO tem realizado reuniões com moradores das comunidades que compõem a RESEX. O gestor do ICMBIO, nesta RESEX, desempenha um trabalho que exige grande mobilização e estratégias já que ocorrem junto com as ações fiscalizações e autuações de alguns infratores. Segundo este agente é muito difícil conciliar as questões educativas e formativas quando em determinadas situações os partícipes deste processo acabam infringindo a lei.

Gráfico 115 - Eventos que o ICMBIO/CNPT promovem para a conscientização quanto a sustentabilidade da RESEX Arióca Pruanã



Fonte: Pesquisa de campo (2013).

Gráfico 116 - Eventos que o ICMBIO/CNPT promovem para a conscientização quanto a sustentabilidade da RESEX Verde para Sempre



Fonte: Pesquisa de campo (2013).

Com relação ao trabalho realizado nas comunidades que compõem a reserva, 50% dos investigados informaram que já receberam a visita do agente desta instituição e que participam de reuniões em outras comunidades como forma de construir uma compreensão de

totalidade. Apenas 4% das famílias informou que o ICMBIO realiza reuniões com professores, mas estes acabam sendo convidados não pela sua condição de formadores de opinião, mas simplesmente por se tratar de moradores da RESEX. Outros 17% informaram que o ICMBIO não realiza nada, e que sequer conhecem outra função desta agência que não seja a fiscalização e apreensão.

Na RESEX Verde para Sempre 18% das famílias informaram que o ICMBIO realiza reuniões com moradores de suas comunidades envolvendo temas relacionados a sustentabilidade. E, 29% informaram que são comuns reuniões com várias comunidades reunidas em assembleia, mas o que é marcante é o fato de todas as 100 famílias investigadas apontarem que não conhecem nenhuma atividade desta agência junto aos professores das comunidades. Este fato demonstra o distanciamento que existe entre ICMBIO e escolas formais, afinal tanto estudantes como professores vivem a realidade da RESEX e carecem de informações e conhecimentos que lhes permita intervir no meio ambiente de modo equilibrado e responsável.

Por fim, 50% dessas famílias indicou que o ICMBIO não realiza nenhuma atividade de conscientização, educação ambiental ou sustentabilidade mostrando que apenas vem ocorrendo fiscalizações. Em Porto de Moz as famílias encaram o ICMBIO com certo temor, pois dizem que os agentes são implacáveis e fazem questão de amedrontar as populações, o que seguramente inviabiliza a construção de confiança e promoção de novas formas de vivência produzidas a partir da educação formativa e esclarecedora.

Os cuidados tomados com relação à exploração dos recursos naturais da RESEX Verde para Sempre e Arióca Pruanã são processos que assumem um caráter cultural oriundo da própria formação dos moradores das comunidades que ao longo de gerações construíram uma compreensão de respeito e equilíbrio com o meio ambiente. Por outro lado, existe a compreensão e conhecimento produzido a partir das reuniões, assembleias e estudos realizados pelas instituições atuantes nas UC tais como ICMBIO, Comitês Gestores, Conselhos Deliberativos, ONG, Sindicatos de Trabalhadores Rurais, EMATER, Colônias de Pescadores, Igrejas, entre outras. Nas comunidades investigadas a compreensão ambiental se manifesta de modo diferenciado, porém significativo e vem sendo construído progressivamente, apesar de em alguns momentos torna-se difícil perceber avanços.

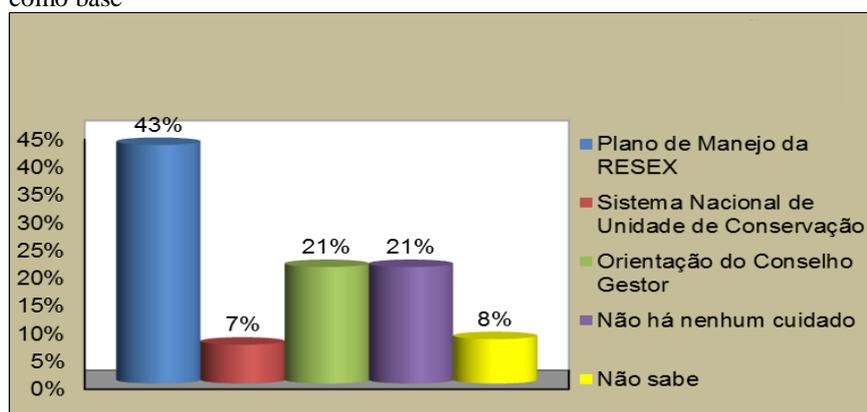
Sobre a construção e resignificação dos saberes a partir do cruzamento entre organizações e populações locais Cunha e Almeida (2002, 15) afirmam que:

Os conhecimentos que as populações têm da floresta que habitam é verdadeiramente enciclopédico, no sentido de cobrir áreas variadas: desde a madeira linheira que

serve para a mão de obra de uma casa; em enviras que prestam para amarrá-las; as fruteiras que o porquinho ou o veado preferem e debaixo das quais é quase certo caçá-los; os solos ideais para plantar o milho, o tabaco, o jerimum; a maneira de trançar as palhas de uricuri para fazer telhados; as iscas preferidas do caparari, do mandim, do pacu; os sonhos; os presságios; as maneiras de ter sorte na caçada. Os pés de seringa, cada um deles, e o modo adequado de preparar as estradas, empausar, embandeirar, raspar, cortar a madeira. Modos de fazer, modos de pensar, modos de conhecer.

Na RESEX Arióca Pruanã, investigados sobre essas questões, 43% apontam que a base à compreensão dos recursos naturais tem como base os planos de manejo, 7% utilizam o SNUC, 21% seguem orientação do Conselho Gestor, 21% informaram que não há nenhum cuidado com a exploração dos recursos e, 8% não sabem informar.

Gráfico 117 - Os cuidados ambientais com a exploração dos recursos da RESEX Arióca Pruanã têm como base



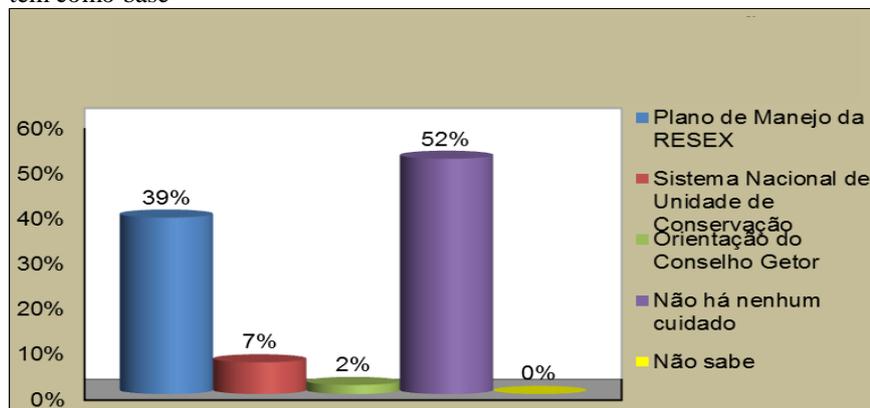
Fonte: Pesquisa de campo (2013).

Tanto o Plano de Manejo como as orientações produzidas pelo Conselho Gestor são processos construídos conjuntamente e vem ocupando importantes espaços na condução de ações sustentáveis nesta unidade. Para Borrini-Feyerabend (1997) as comunidades tem tido sucesso em realizar aquilo que a autora chama de manejo participativo que é usado para descrever uma situação na qual alguns, ou todos os interessados pertencentes a uma UC estão envolvidos de forma substancial com as atividades do manejo. Contudo, percebeu-se que as comunidades que informaram que não há cuidado com a exploração dos recursos são justamente as que se sentem prejudicados com a criação da reserva e sentem os impactos produzidos pela alteração da economia que antes tinha por base a exploração da madeira.

Na reserva Verde para Sempre 39% das famílias investigadas informaram que os cuidados ambientais têm como base o Plano de Manejo que tem apresentado bons resultados, especialmente na exploração do recurso madeireiro das Unidades de Produção Ambiental - UPA. Os planos de manejo que vem acontecendo na Verde para Sempre tem demonstrado as

famílias que é possível retirar a madeira, de modo racional e planejado, amenizando os impactos na floresta.

Gráfico 118 - Os cuidados ambientais com a exploração dos recursos da RESEX Verde para Sempre têm como base

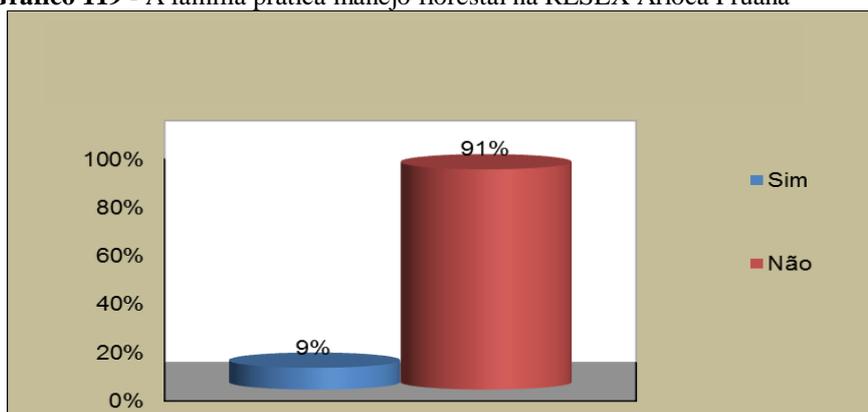


Fonte: Pesquisa de campo (2013).

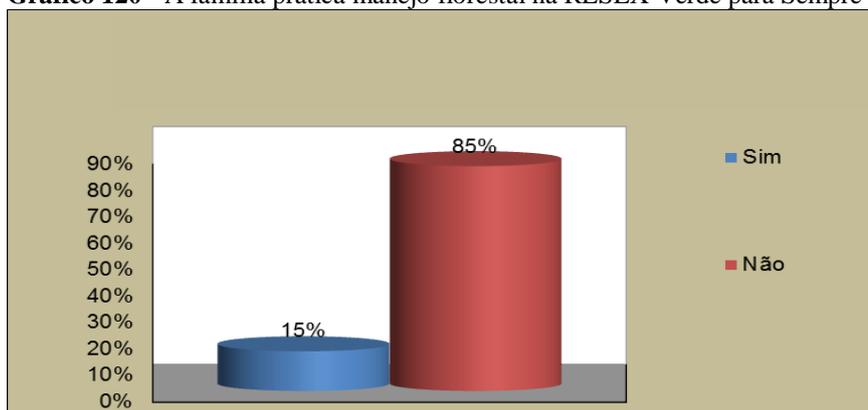
As UPA são concebidas seguidos padrões de gestão e planejamento ambiental, justiça social e distribuição equitativa dos recursos auferidos com a comercialização da madeira.

Algumas famílias, 7% dessas, apontaram que a base de suas compreensões, está construída a partir SNUC que tem se tornado conhecido a partir da profundidade dos debates instaurados nos planos de ação da reserva. Outros 2% apontaram que seguem orientações do Conselho Gestor, e 52% informaram que não existe maiores cuidados com os recursos naturais, o que acaba por se tornar algo preocupante. Assim como na RESEX Arióca Pruanã, na Verde para Sempre as famílias que informaram a inexistência de maiores preocupações com a questão ambiental são justamente as que resistem à política da UC e que se sentem prejudicados com sua criação.

No que se refere à execução do plano de manejo por cada família investigada nas comunidades, a compreensão sobre a importância dessas estratégias não condiz com o cotidiano. Na RESEX Arióca Pruanã 9% das famílias investigadas informou que pratica algum tipo de manejo florestal, especialmente o do açaí, porém, a maioria que corresponde a 91% não pratica manejo algum. Esses percentuais entram em conflito com o entendimento anteriormente exposto sobre a importância do manejo e demonstram que mesmo sendo conhecedoras, algumas famílias não atentam para o uso de tais práticas.

Gráfico 119 - A família pratica manejo florestal na RESEX Arióca Pruanã

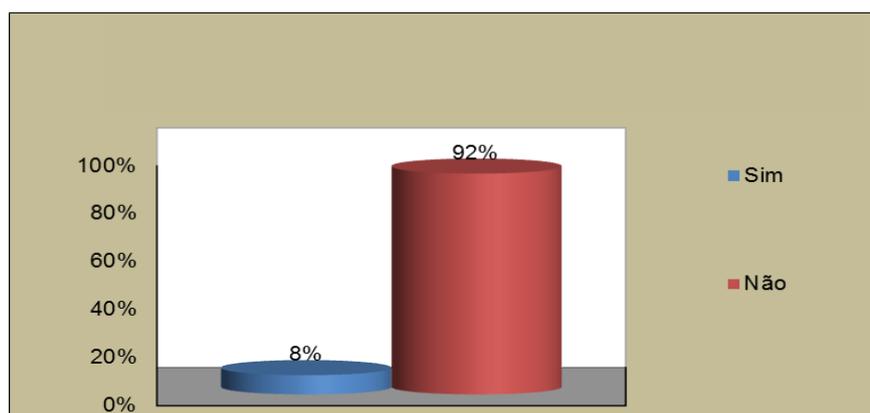
Fonte: Pesquisa de campo (2013).

Gráfico 120 - A família pratica manejo florestal na RESEX Verde para Sempre

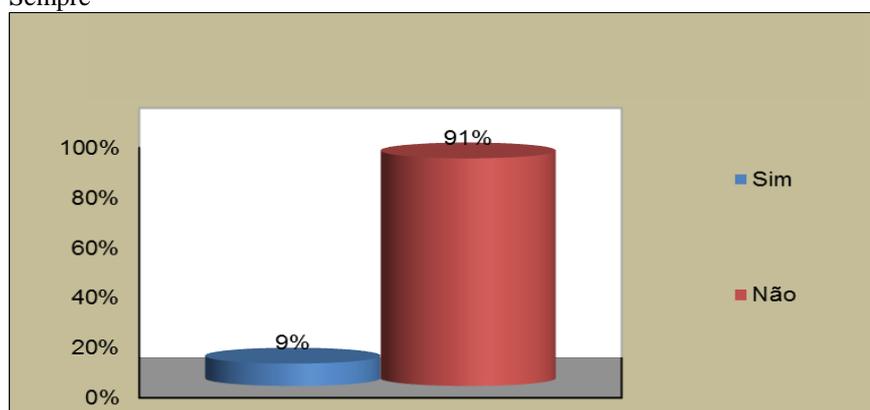
Fonte: Pesquisa de campo (2013).

Por sua vez na Verde para Sempre, 15% das famílias investigadas nas 10 comunidades escolhidas realizam algum manejo e, 85% não o fazem. As comunidades que adotam tais práticas são as que se encontram mais engajadas nos projetos sustentáveis trabalhados pelas instituições apoio. As famílias envolvidas demonstram interesse participando de treinamentos e colocando em prática os conhecimentos adquiridos, mas ainda sim, representam apenas uma parte das comunidades da RESEX.

Um agravante para a pouca utilização das experiências de manejo nas duas UC está relacionado ao pouco apoio financeiro para a elaboração e execução dos planos de manejo, já se fazem necessários estudos e pesquisas capazes de demonstrar as melhores alternativas para se implementar tal projeto. O que se tem nas duas RESEX investigadas são 92% de famílias investigadas na Arióca Pruanã apontando que nunca receberam auxílio financeiro para a promoção do manejo florestal em suas propriedades.

Gráfico 121 - A família desenvolveu projeto de manejo florestal financiado na RESEX Arióca Pruanã

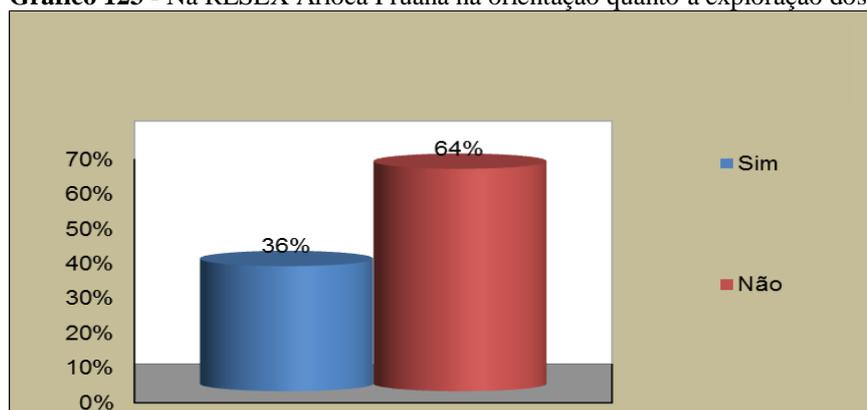
Fonte: Pesquisa de campo (2013).

Gráfico 122 - A família desenvolveu projeto de manejo florestal financiado na RESEX Verde para Sempre

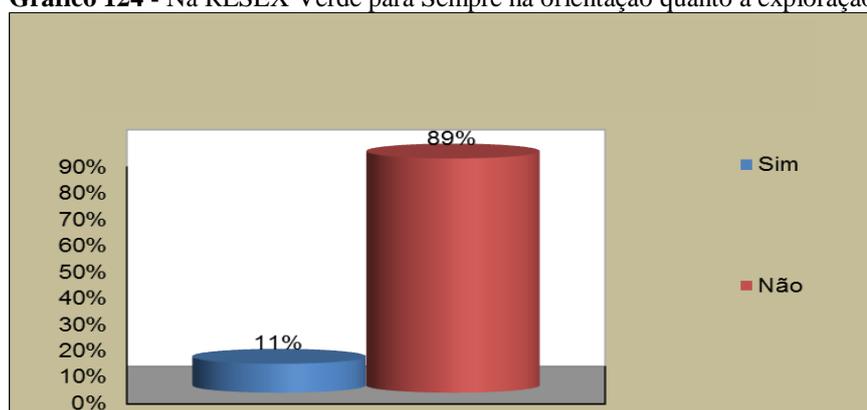
Fonte: Pesquisa de campo (2013).

Na Verde para Sempre o percentual de famílias não contempladas é de 91%, o que demonstra que pouco recurso tem sido investido para essas comunidades a não apenas construir o plano de manejo, mas colocá-lo em execução.

Segundo o ICMBIO os planos de manejo enfrentam a falta de recurso para a realização de estudos apurados, investimentos na formação e capacitação de agentes das próprias comunidades para que sejam capazes de socializar os conhecimentos com as demais famílias. Existe também a resistência das famílias, com pouca formação, no sentido de contribuir participando das formações quando essas acontecem, pois segundo estas, a linguagem adotada acaba prejudicando a comunicação e apropriação do saber. Sabe-se que o sucesso do plano de manejo depende da capacidade de confiança e senso de coletividade que nas duas UC necessita constantemente ser trabalhado já que intrigas, desconfianças, disputas por poder, ou mesmo ausência de espírito de coletividade acabam fazendo com que os projetos tenham pouca vida útil.

Gráfico 123 - Na RESEX Arióca Pruanã há orientação quanto a exploração dos recursos naturais

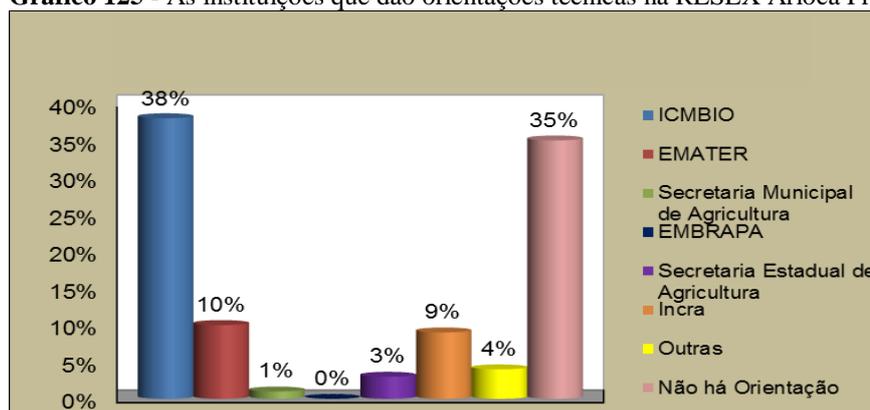
Fonte: Pesquisa de campo (2013).

Gráfico 124 - Na RESEX Verde para Sempre há orientação quanto a exploração dos recursos naturais

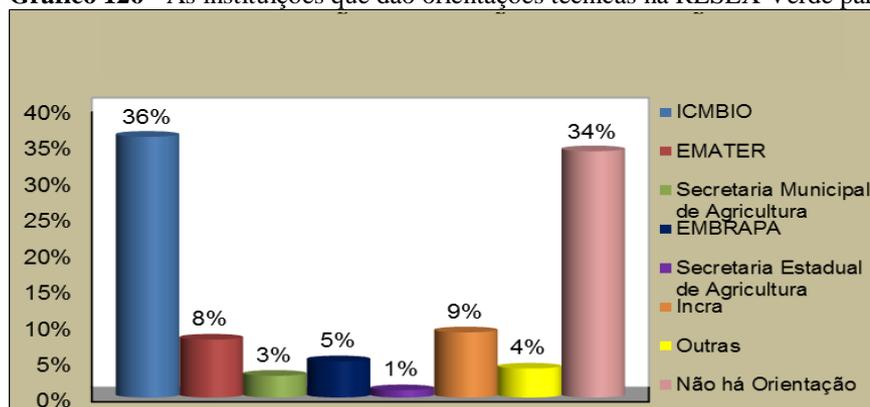
Fonte: Pesquisa de campo (2013).

A pouca orientação técnica contribui para que as famílias não tenham condição de executar seus planos de manejo, fato que se comprova na RESEX Verde para Sempre onde 89% das famílias investigadas não recebeu orientação com relação à exploração dos recursos naturais. Na Arióca Pruanã este percentual é de 64% por conta, especialmente, da dinâmica diferenciada de trabalho realizada pelo ICMBIO e EMATER, contudo ainda é alto o índice de famílias desassistidas pelas agências de formação e capacitação.

Sobre as instituições que prestam orientação técnica aos moradores das comunidades das duas RESEX merece destaque o ICMBIO, que é apontado na Arióca Pruanã por 38% das famílias investigadas, e na Verde para Sempre por 36%. Sem dúvida essa instituição é a principal promotora das ações, mas as pesquisas demonstram que é preciso avançar no que se refere às estratégias formativas voltadas para as populações rurais por ela atendidas. Nas duas UC ainda existem comunidades que não receberam oficinas, palestras e curso de formação para lidar com as questões ambientais, fato que está relacionado com a necessidade não só de adequação pedagógica na forma de socializar, como também impõe a necessidade de contratação de mais técnicos.

Gráfico 125 - As instituições que dão orientações técnicas na RESEX Arióca Pruanã

Fonte: Pesquisa de campo (2013).

Gráfico 126 - As instituições que dão orientações técnicas na RESEX Verde para Sempre

Fonte: Pesquisa de campo (2013).

A segunda instituição informada pelas famílias ouvidas nas RESEX investigadas é a EMATER apontado por 10% das famílias da Arióca Pruanã, 8% da Verde para Sempre. Nessas unidades a EMATER tem desenvolvido estudos e implementado ações principalmente no campo da agricultura propondo alternativas menos agressivas ao meio ambiente e que permitam melhores resultados na produção oriunda da agricultura de base familiar. Destaca-se o papel da EMATER em Porto de Moz com trabalhos e estudos voltados para a criação de gado bubalino que representa uma das atividades mais importante na RESEX Verde para Sempre.

A terceira instituição de destaque é o INCRA apontado por 9% das famílias das RESEX investigadas e reunindo muitas críticas sobre a demora de suas ações. Nestas RESEX as famílias demonstraram-se insatisfeitas com ações realizadas por esta instituição, merecendo destaque o cadastro de famílias para o recebimento de fomento financeiro e aquisição de casas populares. As reclamações residem na pouca clareza das famílias em relação aos critérios adotados pelo INCRA para a realização do cadastramento e entrega de casas, já que muitas

ainda não receberam nenhuma informação, e ainda existem críticas em relação ao tamanho das casas e a qualidade do material utilizado.

Chamou atenção nas duas UC o expressivo número de famílias investigadas que apontam que não recebem assistência técnicas de nenhuma das instituições mencionadas anteriormente. Nas comunidades mais distantes das cidades sedes dessas RESEX verificou-se que as populações reclamam da pouca capacidade de chegada dessas agências. As agências por sua vez informam que dispõem de pouco pessoal para atender toda a demanda, e ainda declaram que vem realizando agendamento constantes como forma de atender o máximo de comunidade em menor tempo.

É inquestionável que a criação das RESEX Verde para Sempre e Arióca Pruanã instaurou muitas mudanças nas comunidades rurais de Porto de Moz e Oeiras do Pará localizadas dentro dessas áreas. A proibição da retirada desordenada de madeira, controle sobre a caça de animais silvestres, estabelecimento de limites para uso e exploração da terra e dos rios são algumas das medidas que geraram impactos especialmente para as populações rurais dessas áreas. Tal processo, ainda hoje, é tratado de modo conflituoso e continua gerando desavenças entre populações, governos locais e governo federal.

Tal conflito pode ser fundamentado a partir do debate proposto por Hardin (1968) que desconsiderou o regime de propriedade comum percebendo a inviabilidade a partir de interesses divergentes, e argumentou que a solução para a destruição ambiental causada pelo livre acesso era a conversão do sistema em propriedade privada ou estatal. No regime de propriedade privada, indivíduos têm o direito de excluir outros e regulamentar o uso do recurso. Os direitos aos recursos são transferíveis e normalmente são reconhecidos e apoiados pelo Estado, a exemplo as UC propostas pelo SNUC. No regime de propriedade estatal, os direitos de acesso e de uso são determinados pelo Estado, podendo este, ceder o acesso e o uso para indivíduos, assim como permitir acesso para todos regulamentando o uso dos recursos.

Nas famílias investigadas nas duas RESEX, 31% informou que a principal mudança foi sentida na exploração de produtos oriundos do extrativismo. Tanto em Porto de Moz com e Oeiras do Pará antes da criação das UC não existia preocupação com a retirada de madeira em larga escala, assim como não se estabelecia controle sobre a matança de animais para comercialização de carnes. Especialmente em Porto de Moz era comum a matança de jacarés (*Caiman latirostris*), pirarucus (*Arapaima gigas*), veados (*Ozotoceros bezoarticus*), tatus (*Tolypeutes tricinctus*), cutias (*Dasyprocta azarae*), capivaras (*Hydrochoerus hydrochaeris*) e tartarugas (*Podocnemis expansa*) com vistas a suprir o comércio de carnes de caça.

Com a criação das RESEX, nesses dois municípios, as agências fiscalizadoras passaram a atuar na repressão das atividades que exploravam, para fins comerciais, a fauna e flora. Tais medidas causaram transformações radicais na vida das famílias que dependiam dessas formas de comércio, e prejudicou os negócios de comerciantes e empresários que lucravam com a degradação da floresta. Nos dois municípios a opinião pública ainda faz pesadas críticas sobre a criação das RESEX, mas é em Porto de Moz que mais se ouve comentários de revolta por conta da proibição da exploração da fauna e flora.

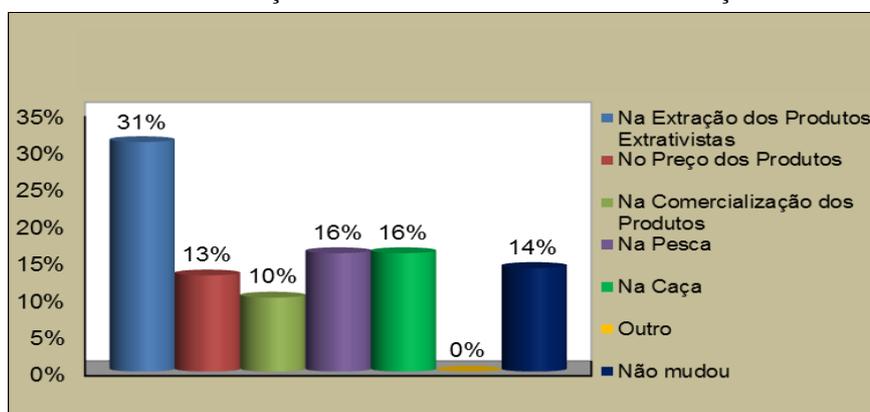
Neste sentido, Zhouri (2005, p.18) ressalta no seu livro intitulado “A Insustentável leveza da política ambiental” as bases dos conflitos que vem se configurando a partir das concepções das políticas ambientais, pois,

O conflito eclode quando o sentido e a utilização de um espaço ambiental por um determinado grupo ocorre em detrimento dos significados e usos que outros segmentos sociais possam fazer de seu território, para, com isso, assegurar a reprodução do seu modo de vida.

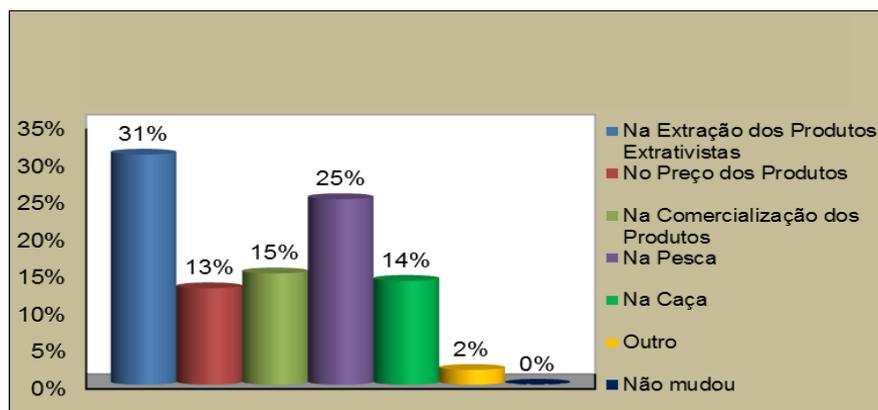
Os conflitos daí decorrentes denunciam contradições, nas quais as vítimas das injustiças ambientais não só são verdadeiramente excluídas do chamado desenvolvimento mas assumem todo o ônus resultante.

A conquista de condições mínimas de sobrevivência das comunidades envolvidas nas RESEX acaba por gerar descontentamentos daqueles que auferiam o lucros com a destruição das florestas.

Gráfico 127 - As mudanças ocorridas nas comunidades com a criação da RESEX Arióca Pruanã



Fonte: Pesquisa de campo (2013).

Gráfico 128 - As mudanças ocorridas nas comunidades com a criação da RESEX Verde para Sempre

Fonte: Pesquisa de campo (2013).

Um segundo aspecto apontado por essas famílias está relacionado ao aumento do preço dos produtos consumidos, tais como alimentos, vestuários e remédios, já que tanto na Arióca Pruanã como na Verde para Sempre 13% das famílias informaram que vem sentindo dificuldades em adquirir tais produtos que antes eram comprados com o recurso oriundo da indústria da madeira e com a venda de carne de caça. Esta interpretação pode estar relacionada ao baixo poder aquisitivo dessas populações, o que dificulta a capacidade de compra. Relacionado a isso está a dificuldade de comercialização de produtos provenientes da floresta apontado por 15% das famílias investigadas na Verde para Sempre, e 10% na Arióca Pruanã, especialmente quando se trata de carnes já que existe a ameaça de apreensão da carga e multa pela infração.

Com relação à pesca as mudanças foram apontadas por 25% das famílias investigadas na Verde para Sempre, e 16% na Arióca Pruanã. Na RESEX Verde para Sempre o processo de criação da UC tem permitido a contenção da entrada de embarcações/geleiras de outras regiões que realizavam a exploração comercial do pescado com a prática de pesca de arrastão. Além disso, tem sido importante a atuação da colônia de pescadores local, principalmente na implantação de acordos de pesca entre as comunidades, contudo ocorre conflito de opinião junto ao ICMBIO que questiona a legitimidade de tais acordos.

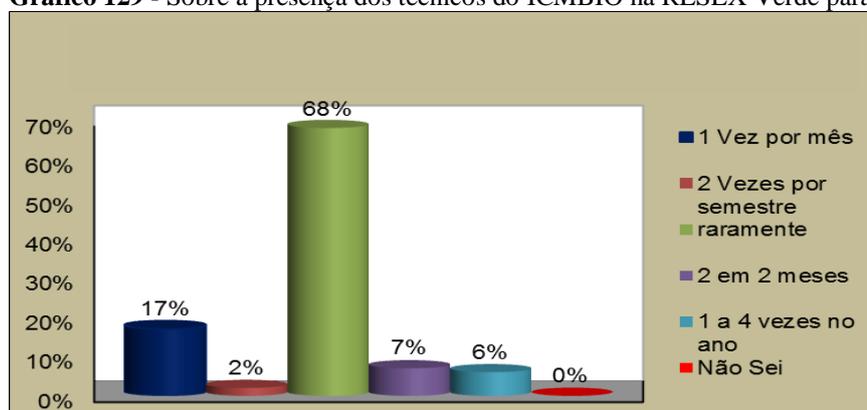
Na Arióca Pruanã a criação da RESEX é reconhecida com importante para a garantia da reprodução do pescado, mas poucos resultados têm sido percebidos até agora, pois segundo a colônia de pescadores local parte das comunidades, inclusive da RESEX, ainda não aderiu aos acordos de pesca. Relacionado a isso, está a questão do controle sobre a caça, que segundo 16% dos moradores entrevistados, na Arióca Pruanã sofreu muitas mudanças, que ora são vistas como positivas por assegurar a reprodução de animais, ora são vistas como negativas por estabelecer limites para o abate de animais, que deve ser exclusivamente para o

consumo familiar. Na Verde para Sempre foram 14% as famílias apontaram que tal mudança tem lhes prejudicados por não poder comercializar as carnes desses animais.

Todo este processo de fiscalização e controle desempenhado pelo ICMBIO enfrenta várias dificuldades nessas duas UC, mas um dos principais problemas está relacionado ao pouco número de agentes trabalhando nas áreas que geralmente são muito extensas, a exemplo a Verde para Sempre, e que possuem comunidades de difícil acesso. Em todas as comunidades das RESEX investigadas fora apontada a ocorrência de fiscalização e apreensão de madeira e caça ilegal, mas também fora informada a pouca eficiência das ações, pois esses problemas só são reduzidos no período em que os agentes estão fazendo ronda, além disso, as rotas de fuga mudaram.

Sobre a presença de agentes do ICMBIO na RESEX Verde para Sempre 17% dos investigados informaram que estes só vão uma vez por mês vistoriar as comunidades, 2% apontaram que são duas vezes por mês, 68% disseram que raramente ocorrem visitas, 7% apontaram que estas ocorrem de dois em dois meses, e 6% apontaram que as vistorias acontecem de uma a quatro vezes por ano. Segundo os agentes torna-se difícil fiscalizar a mesma área seguidamente por conta da indisponibilidade de logística necessária, geralmente as vistorias seguem a orientação de denúncias ou suspeitas de crime ambiental. Por sua vez a intensidade, das ações faz com que os poucos agentes tenham que cobrir grandes áreas levando certo tempo para retornarem em algumas comunidades.

Gráfico 129 - Sobre a presença dos técnicos do ICMBIO na RESEX Verde para Sempre

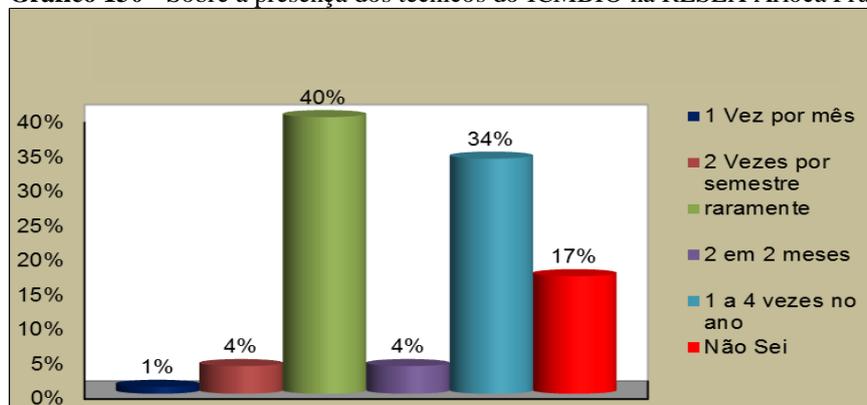


Fonte: Pesquisa de campo (2013).

Por sua vez, na RESEX Arióca Pruanã 1% das famílias investigadas informou que o ICMBIO vai apenas uma vez por mês até as comunidades, 4% que duas vezes por semestre os agentes vão até as comunidades, 40% informou que raramente são vistas ações nas comunidades, 4% apontaram que as visitas ocorrem de dois em dois meses, 34% disseram que as ações acontecem de uma a quatro vezes por ano. A diferença da presença do ICMBIO na

RESEX Arióca Pruanã em relação à Verde para Sempre está relacionado com a sua dimensão territorial, pois a segunda tem mais de 1 milhão de hectares dificultando a ação dos poucos agentes. Além disso, a Arióca Pruanã vive uma fase de aproximação do ICMBIO junto as comunidades que conta basicamente com a dedicação do chefe desta RESEX que realiza contínuo trabalho de visitação.

Gráfico 130 - Sobre a presença dos técnicos do ICMBIO na RESEX Arióca Pruanã



Fonte: Pesquisa de campo (2013).

As exposições de dados demonstram os desafios e conflitos existentes nas RESEX Verde para Sempre e Arióca Pruanã, que mesmo estando localizadas em regiões diferenciadas apresentam questões que são vivenciadas por essas duas UC, e sentidas de modo parecido por suas populações.

9.1 Os contrastes ente o rural e o urbano nas UC Verde para Sempre e Arióca Pruanã

A compreensão da dinâmica rural exige o resgate de aspectos voltados à questão histórica sem perder de vistas as mudanças que vêm ocorrendo nas atividades produtivas, nas relações sociais e econômicas ali desenvolvidas. O entendimento a cerca da situação de desigualdade e opressão em que são submetidas as populações camponesas do Brasil tem parte de suas origens explicada a partir da estrutura fundiária desde sua gênese, que tinha como elemento central a propriedade rural de grande porte - o latifúndio. Pode-se afirmar que o latifúndio representou um marco no que se refere ao estabelecimento de organização rural, e de modo indiscutível contribuiu para o surgimento de desigualdades sociais que continuam presentes na sociedade brasileira.

Observa-se que nesse modelo de empresa a base da relação colonial era gerada a partir das mudanças instituídas pelo mercado mundial. O grande latifúndio caracterizava-se pela adoção da monocultura, que desde o início utilizou-se da exploração da mão de obra escrava

oriunda, inicialmente, de povos indígenas recrutados após dominação, e em seguida, populações vindas do continente africano, recrutadas a partir do tráfico de escravos. Essa modalidade de organização fundiária que tinha como base a concentração da terra, a exclusão dos trabalhadores rurais ao acesso às condições necessárias à sobrevivência permitiu um ambiente favorável para o surgimento das primeiras elites econômicas, e instaurou uma realidade rural caracterizada por constantes conflitos e disputas que quase sempre terminam em derramamento de sangue.

Após se estabelecerem como classes econômicas dominantes, estes grupos não só passaram a se organizar e gerar instrumentos jurídicos que lhes assegurava o domínio definitivo da terra, assim como lhes permitia estabelecer elevados valores para a comercialização de terras públicas. Tal medida servia para dificultar aquisição de terras, bem como representava um negócio bastante lucrativo. No ano de 1850 foi promulgada a Lei da Terra que entre outras coisas afastava a possibilidade de trabalhadores brancos nascidos de camadas pobres da sociedade, populações de origem negra, e imigrantes vindos do continente europeu, adquirissem áreas rurais. Neste sentido pode afirmar-se que a Lei da Terra estimulou e garantiu o empoderamento das elites agrárias, assim como foi um dos principais fatores que permitiu o acúmulo de capital que logo em seguida seria alocado para impulsionar o processo de industrialização no Brasil.

É notório o entendimento que o meio rural está associado às populações dispersas e ausência de ações do poder público, assim como bens e serviços. O desenho das políticas públicas pensadas para a área rural, de longa data, tem sido elaborado sob uma perspectiva que adota o paradigma urbano como referência. A tomar como parâmetro o aspecto histórico, o entendimento construído é que na área urbana estão reunidas oportunidades e o desenvolvimento encontra-se espacialmente disseminado neste espaço.

É neste contexto, que nos anos de 1970 o conceito de ruralidade assume corpo tendo a função de se contrapor à definição de civilidade urbana que adota como parâmetro as relações e experiências produzidas na cidade. A ruralidade procura reunir em sua definição os padrões de entendimento e diferenciação entre aquilo que se constituía como um ambiente arcaico e rústico (campo), que se conflita frente ao modelo moderno e arrojado (cidade). A compreensão do ambiente rural como lugar atrasado permitiu a formação de estereótipos à população campestre que passou a acumular o estigma de sujeito preguiçoso e desprovido de saber e conhecimento.

É válido destacar que entre os anos de 1960 a 70, a luta pela reforma agrária, no Brasil, tinha como objetivo assegurar a redução de conflitos sociais que produziam mortes e

perseguições. Estas tensões afastavam as possibilidades de construção de políticas capazes de garantir a qualidade de vida das populações residentes na área rural.

Reunidos em defesa da sobrevivência digna no campo, grupos cada vez maiores de trabalhadores rurais passaram a se organizar melhor possibilitando a construção um conjunto de ideais políticos que agregavam questões tidas como fundamentais para a garantia do desenvolvimento rural sustentável. Dentre os aspectos trabalhados destaca-se: reforma agrária integrada, o fortalecimento da pequena propriedade e da agricultura familiar, a criação de novos postos de trabalho e geração de renda para as populações que vivem no campo. Neste conjunto de reivindicações, está na agenda de debates a emergência de ações voltadas para a educação que perpassa por todas as políticas de cunho social.

Ignorar a realidade campezina, assim como suas especificidades, faz parte do projeto hegemônico das elites políticas, pois as consequências são percebidas a partir da ausência de políticas capazes de atender tal demanda. Era preciso, a todo custo, superar a ideia do campo como aquele lugar relegado ao atrasado com características rústicos que se conflitava com o pensamento arrojado e moderno de inserção tecnológica, e acompanhada da lógica empresarial. Dispostos a expulsar as populações campezinas de suas propriedades, as elites econômicas procuraram deflagrar o pensamento de que a modernização do campo dependia da diminuição de pequenos produtores despreparados que dariam lugar ao empresariado profissional.

A saída forçada das populações campezinas desviou a atenção para a ausência de ações voltadas para a elaboração de políticas públicas que atendessem as populações rurais. As elites produziram o falso consenso de que muito em breve aquela visão de campo (atrasado) cederia lugar ao *agrobussines*, conseqüentemente as pessoas pobres e carentes de ações governamentais deixariam de representar tal demanda. Absurdamente imaginou-se que as populações campezinas tornar-se-iam funcionários do agronegócio, ou simplesmente desapareceriam.

Para Arroyo (2000), (2004); e Kolling (2002), o desinteresse e incompreensão da realidade rural campezina tem conduzido as políticas públicas recentes a realizar comparações equivocadas que acabam assumindo um caráter infrutífero uma vez que assumem como base a negação às identidades das populações rurais ferindo seus modos de viver e suas relações com o meio ambiente. A ausência de tal entendimento inviabilizada envolvimento e participação necessários para legitimar as ações necessárias entre as populações. Esse modelo tem suas origens na forma como as políticas públicas são pensadas e direcionadas para a área rural, desconsiderando que neste ambiente existem inúmeros atores com interesses, perspectivas,

histórias de vida adversas, o que se torna mais diversificado quando observado sob a óptica do contexto amazônico.

A considerar a lógica urbano-cêntrica, estas populações não necessitam de políticas públicas específicas, pois se encontram a margem do projeto de desenvolvimento do país pautado no industrialismo e serviços. Na concepção de Williams (1989) a relação campo/cidade se estabeleceu historicamente contando com uma política de submissão e opressão imposto pelas elites urbanas que viam o campo com um lugar de retiro com poucas possibilidades de avanços nos setores de comércio, bens e serviços. A dificuldade de organização, bem como a falta de representação afastou quaisquer forma de pleitear a formulação das políticas públicas com vistas a melhorar suas condições de sobrevivência.

Para explicar tal entendimento Williams (1989) adota como exemplo a Inglaterra no contexto da Revolução Industrial que imprimiu mudanças radicais na maneira como as relações eram estabelecidas, uma vez que o campesinato tradicional acabou extinto dando lugar um capitalismo agrário bem desenvolvido. Estas transformações mudaram e ignoraram as relações e as experiências que se tinha com o meio rural, supervalorizando as relações gerados em torno do capital em detrimento das populações cuja base de sobrevivência era a agricultura familiar. As consequências foram visíveis e imediatas merecendo destaque o processo de êxodo rural estimulado pela ideia de que as indústrias absorveriam a mão-de-obra expulsa do campo.

O desenvolvimento do novo sistema industrial instaurou uma nova ordem capitalista para a agricultura cujas bases instauraram o capitalismo agrário. Este modelo de produção colocou os trabalhadores em uma situação de vulnerabilidade impossibilitando-os de competir a partir dos padrões instaurados pela lógica do capital, o que gerou uma realidade dual marcada pela opulência capitalista em pleno desenvolvimento coexistindo com o desemprego, miséria e degradação humana. Segundo Williams (1989), historicamente a cidade foi considerada como lugar de desenvolvimento e oportunidades de negócios e o campo como lugar fadado ao atraso e abandono sistemático daqueles que buscam qualidade de vida.

Existindo na informalidade e lutando contra políticas perversas de incentivo à pratica da monocultura, bem como a mecanização do campo como forma apagar qualquer referencia retrograda e atrasada, muitas famílias se viram enfraquecidas e forçadas a abandonar seu local. Este fenômeno caracterizado pela expulsão maciça de um grande contingente de trabalhadores rurais donos de pequenas propriedades, não só ameaça a segurança alimentar como gera graves problemas sociais às cidades. Sem poder acompanhar a chegada de vários moradores expulsos do campo, as cidades passam a assumir contingentes enormes de famílias

sem expandir os serviços tais como saúde, emprego, educação e moradia, necessários à sobrevivência destes indivíduos.

Pode-se afirmar que esse fenômeno deriva de uma visão de mundo predominante, que se estendeu sobre as outras formas de organização, a cultura dominante, da elite, da classe no poder que prefere tratar as populações camponesas como sujeitos preguiçosos, pouco criativos, que facilmente se satisfazem com o mínimo necessário para sobreviver, ignorando a condição de sujeitos criativos e críticos. Esta percepção pode ser explicada considerando o conceito de “cultura dominante” elaborado por Bourdieu (1989) para explicar esta relação de subordinação instaurada por um grupo em detrimento ao outro. Para este autor, a sociedade é um conjunto formado por diversos grupos, em dado momento um grupo toma o poder e tenta sobrepor seu projeto de vida e de sociedade para os demais grupos quer seja pela força de aparelhos coercitivos, quer seja pela ideologia política disseminada.

Esse é o discurso imposto pela visão dominante e excludente que prega a falsa concepção de que para as regiões rurais, políticas públicas compensatórias são suficientes para atender as demandas mais imediatas das comunidades menos favorecidas (ARROYO, 2004, 2000). As investigações realizadas nas RESEX Verde para Sempre e Arióca Pruanã, bem como nas respectivas cidades onde estão localizados – Porto de Moz e Oeiras do Pará – reafirmam a ideia de que para viver na área rural, o que é importante é desenvolver os trabalhos na agricultura, pesca ou extrativismo, sendo necessários poucos conhecimentos, e essencialmente ter instrumentos rudimentares para realizar tais atividades (LIMA, 2001; SILVA, 2007). Porém, as observações realizadas junto às populações e suas representações reafirmam a explicação de Kolling et al. (2002), que considera que aos poucos esta realidade vem sendo modificada, sejam pelas tensões inúmeras no campo, ou seja, pela crescente mobilização social de trabalhadores que se identificam com o campo⁴³.

Nessa trajetória de luta pela garantia de direitos sociais, emerge a inquietação de sujeitos coletivos, como assinala Bourdieu (2004, p. 26), “[...] o espaço social, bem como os grupos que nele se distribuem, são produtos de lutas históricas”. Tais sujeitos encontram-se nos diversos movimentos que vão ao enfrentamento no campo das políticas sociais, pois reconhecem que somente o direito à terra não é suficiente, são necessárias outras políticas, entre elas reconhecem a real importância da educação, saúde, segurança, trabalho, desenvolvimento no seu sentido mais amplo. Tanto em Porto de Moz como em Oeiras do

⁴³ Em especial, a luta pela reforma agrária, movimentos de atingidos por barragens, movimentos de quilombolas, povos indígenas, pescadores, camponeses, assentados, reassentados, ribeirinhos, povos da floresta, caipiras, lavradores, roceiros, sem terra, caboclos, meeiros, bóia-fria e outros.

Pará, o direito à terra e o respeito as formas próprias de existência dessas populações tem sido a pauta de lutas, reivindicações e mobilização de movimentos de classe oriundos da área rural.

Esses movimentos indicam a urgência da construção de projetos de desenvolvimento para o país considerando as diversidades rurais, pois o atual modelo “capitalista e globalizado” exclui parcela importante da população dos direitos sociais básicos. Para as populações que não fazem a separação entre trabalho/vida/cultura/conhecimento, estas transformações têm sido excludentes, pois este modelo não reconhece a área rural como lugar de vida, espaço de tensões e conflitos. Portanto, não consegue incluir a grande diversidade de sujeitos que vivem nas ilhas, colônias, quilombos, entre outras áreas cortadas por rios ou estradas que possuem necessidades humanas e sociais específicas e variadas tais como Verde para Sempre e Arióca Pruanã.

Ainda, o texto base da I Conferência “Por uma Educação Básica do Campo” (1999, p. 34) destaca que “[...] é preciso romper com essa visão dicotômica que gera dominação, e afirmar o caráter mútuo de dependência: um (rural ou urbano, campo ou cidade) não sobrevive sem o outro”. Tanto na Verde para Sempre como na Arióca Pruanã é visível a relação de dependência estabelecida entre o rural e o urbano, já que parte do alimento consumido na cidade é produzido ou explorado na área rural, assim como praticamente todos os serviços necessários à população ainda são oferecidos apenas nas cidades. No caso de Oeiras do Pará parte dos moradores da RESEX mantém casa na cidade e revezam o período entre esta e a área rural onde se concentram as plantações, exploração de pesca e caça, e extrativismo vegetal.

Em Porto de Moz, a população vem à cidade a fim de comercializar os gêneros agrícolas produzidos na área rural, mas ao contrário de Oeiras do Pará estes vivem durante o ano todo na área da RESEX. Como os serviços são oferecidos apenas na cidade as idas e vindas são comuns especialmente no início do mês quando ocorre o pagamento de aposentados, pensionistas e beneficiários de programas federais. É incontestável que a relação entre área rural e urbana é mais estreita em Oeiras do Pará onde parte da população estabelece residência paralela conforme fora exposta acima.

Neste sentido, torna-se necessário reafirmar propostas de políticas públicas que deem conta de combater a histórica tendência de separar o campo e a cidade e reafirmá-los enquanto espaços de interdependência. As populações rurais carecem de oportunidades de acesso digno aos aparelhos estatais e serviços oferecidos na cidade. Nos dois municípios foi observado tratamento desrespeitoso com os cidadãos rurais, filas desgastantes, maus tratos nas instituições públicas, estereótipos e preconceitos por conta da origem rural. O que demonstra

a emergência em se combater estigmas construídos a partir de uma concepção de que o campo é um lugar bucólico onde as pessoas vivem felizes na maior simplicidade, sem necessitar de maiores atenções do poder público.

É importante destacar que os cidadãos da cidade, especialmente em Porto de Moz, apenas recorrem às áreas rurais em busca de lazer, ou atrás de oportunidades de negócios comprando os produtos a preços baixos. Raros são os casos em que o poder público municipal realizou ações ou planejamentos cuja ênfase seja os problemas das populações rurais, e mesmo quando estes planejamentos ocorrem pouco destaque é dado à área rural. Nos dois municípios percebeu-se que as ações pensadas para as populações rurais são organizadas como forma de atender minimamente, oferta obrigatória de vagas nas escolas, e ações de controle de endemias, sendo ausentes programas de capacitação, geração de renda, saúde preventiva, elaborados à luz do poder público municipal que deveria ser o principal condutor dessas políticas.

É neste contexto, cercado de desafios, que passam a ser construídas compreensões a respeito do cotidiano das famílias que vivem no campo a partir de suas percepções alimentadas pela negação e desrespeito a bagagem identitárias desses atores. Surge uma nova compreensão a cerca dos sujeitos que vivem no campo a partir da percepção de que existe uma relação intrínseca entre esses indivíduos e o espaço ao qual se identificam por conta da ressignificação de práticas elaboradas pelo envolvimento destes com o meio ambiente produzindo assim um olhar diferenciado. A recusa ao abandono pelo Estado faz com que os movimentos sociais que reivindicavam políticas para o campo passassem a aglutinar interesses e objetivos produzindo com isso uma agenda de lutas cujo foco tem sido a implementação de uma plataforma política condizente com os anseios dos camponeses à luz de uma filosofia sociocultural de humanização onde todos os sujeitos tem direitos e oportunidades garantidos.

9.2 A política educacional nos municípios de Porto de Moz e Oeiras do Pará

Nos municípios de Porto de Moz e Oeiras do Pará existe estrutura educacional que atende a Pré-Escola, Ensino Fundamental e Ensino Médio de maneira razoável. Os dois municípios apresentam unidades escolares especialmente voltadas para o Ensino Fundamental, destacando-se o fato de não existir atendimento de ensino médio nas áreas rurais. Em 2012 Porto de Moz dispunha de 142 escolas que ofereciam o ensino pré-escolar, e destas, 141 ofertavam ensino fundamental, duas escolas de ensino médio; por sua vez, Oeiras

do Pará apresentou 48 escolas de ensino fundamental, e destas, 42 ofertavam a pré-escola, e uma de ensino médio (CENSO IBGE, 2013).

Em Porto de Moz, no ano de 2012 foram matriculados 12.019 estudantes nas escolas de ensino fundamental, e 1.299 no ensino médio. Na pré-escola foram 1.396 estudantes matriculados. Em Oeiras do Pará, também em 2012, foram matriculados 8.617 no ensino fundamental, 1.132 no ensino médio, e 1.194 na pré-escola. Estes números demonstram um importante contingente de estudantes que carecem de ações voltadas para o atendimento educacional capaz de instrumentalizá-los a viver em contextos carentes de inovações, habilidades, conscientização e capacidade de empreender mudanças.

Em termos socioeducacionais, observa-se que os dois municípios, assim como os outros que compõem a Amazônia brasileira apresentam deficiências em relação ao oferecimento de educação de qualidade para as comunidades investigadas⁴⁴. Tal evidência tem como base entrevistas de professores da rede pública, conforme apresentado anteriormente, e se estende a todo território dos dois municípios, onde se percebe que o quadro crítico está na área rural, de acesso difícil e distâncias longas, características comuns na região amazônica (LIMA, 2001; SILVA, 2007). Segundo as prefeituras locais as SEMED, veem atendendo os cidadãos, em idade escolar, residentes nas duas RESEX, e em todas as secretarias o discurso é de que ações como: construção de escolas, contratação e realização de concursos para professores da região rural veem ocorrendo em consonância com as demandas locais.

Nos dois municípios foram realizados concursos públicos para o suprimento dos cargos de professores e demais profissionais da educação da rede municipal, estes processos foram antecedidos por reuniões junto ao Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Educação do Estado do Pará (SINTTEP) com suas sedes municipais. Em Porto de Moz, os profissionais da educação consideram razoável o salário pago por 100h/aula – R\$ 1.431,00 aulas trabalhadas (2012) se comparado a outras áreas do Xingu. No município de Oeiras do Pará os profissionais também afirmam que o salário pago por 100h/aula também não é dos piores – R\$2.432,63. Porém, nos dois municípios os docentes acrescentam que o valor ainda é baixo, especialmente quando o trabalho é realizado em áreas rurais cujos desafios e adversidades enfrentadas são inúmeras.

⁴⁴ Foi tomado como parâmetro de qualidade da educação aspectos tais como: Profissionais da educação, Formação e Qualificação de Professores, Infraestrutura dos Prédios, Material Didático, Fornecimento de Merenda e Transporte Escolar.

Os dois municípios tiveram dificuldade em informar a quantidade de prédios escolares existentes dentro das áreas de RESEX, pois segundo os mesmos as gestões anteriores não deixaram tais informações acessíveis, e que este levantamento já vinha sendo feito quando esta pesquisa foi realizada, porém não havia sido concluído até o final de 2013. Os municípios investigados contam com o MEC através dos Programas Educacionais vigentes, recebendo recursos para que possam construir qualificar, equipar as escolas e proporcionar a formação dos professores. Atualmente os professores leigos cursam o ensino superior no programa PARFOR de abrangência, também, nesses dois municípios, e de acordo com as SEMED muitos docentes continuam sem a primeira graduação e não estão incluídos neste programa de formação docente.

Segundo a SEMED de Porto de Moz, antes existia um convênio entre UVA e Prefeitura, que foi suspenso em virtude da criação da reserva, e que acarretou ônus ao município que passou a gastar mais com o atendimento a famílias retirantes da área. Os alunos/professores reconheceram que as despesas com o pagamento das mensalidades eram altas e comprometiam o orçamento familiar, mas entendiam que era um esforço necessário para melhorar suas formações e desenvolver um trabalho de melhor qualidade. Além disso, estes professores buscavam, na universidade particular, a oportunidade de adquirir o curso superior em um tempo mais curto, bem como almejavam a possibilidade de ganhar um salário melhor.

No município de Oeiras do Pará alguns dos professores que não cursam a UFPA/PARFOR são estudantes do grupo UNIASSELVI que é uma faculdade particular que oferece curso de licenciatura com subsede em Cametá. Estes estudantes/professores se queixam dos custos com transporte, estadia e alimentação, além da dificuldade de ir à Cametá no período chuvoso quando o acesso por estrada fica muito difícil. A UFPA/Campus de Cametá instalou polo neste município ofertando curso de licenciatura em pedagogia e ciências naturais, mas ainda se faz necessária a oferta de licenciaturas nas outras de áreas de carência tais como matemática, física e língua portuguesa.

O secretário municipal de educação de Porto de Moz informa que sente a necessidade de maior aproximação das instituições de ensino superior em seu município, e reconhece que é preciso investir mais na formação docente, porém para isso é preciso que os docentes tenham oportunidade de fazer cursos realizados no próprio município. O secretário informa que mesmo existindo uma RESEX em Porto de Moz, o tratamento recebido do Governo Federal continua sendo o mesmo como em qualquer outro município, não havendo, segundo a SEMED, projetos que considerem as especificidades desta região. Para o secretário municipal

de educação é importante que as instituições públicas estabeleçam ações que atinjam os municípios distantes da capital do estado.

Tanto na SEMED de Oeiras do Pará como em Porto de Moz, existe um sentimento de frustração com relação às ações do Governo Federal e o envolvimento das lideranças locais dessa RESEX nesta secretaria, que poderiam ser mais intensas. Pelo que foi levantado nestas Secretarias, as reservas necessitam de parcerias para que as ações educativas possam acontecer e sejam capazes de atender os estudantes que moram dentro da área por meio de investimentos em projetos socioeducacionais financiados pelo Governo Federal em colaboração com estado e municípios. Nos dois municípios eram grandes as incertezas em relação criação das RESEX, e em relação à geração de parcerias com as prefeituras, no sentido de também oferecer projetos sociais e educacionais que pudessem beneficiar as populações.

Parece existir uma barreira que divide as prefeituras municipais em relação às RESEX locais, os gestores reclamam do pouco apoio do Governo Federal, e de outro, os moradores das reservas denunciam a omissão e descompromisso do poder público municipal e federal, especialmente nas comunidades que exploravam principalmente a madeira, como no caso da Verde para Sempre (SALGADO; KAIMOWITZ, 2003). Tanto em Oeiras do Pará como em Porto de Moz, percebeu-se que um dos gargalos reside nos conflitos e disputas política e partidária em detrimento de uma proposta de um projeto político pedagógico que valorize as especificidades locais.

Estes conflitos encabeçados por grupos políticos criam afastamento e atrapalham qualquer possibilidade de diálogo entre as partes envolvidas, principalmente, no sentido de discutir propostas voltadas para a sustentabilidade e qualidade de vida. Com relação às populações residentes nestas reservas, o discurso é que o poder público municipal pouco tem se interessado com os problemas da área, já que existe a sensação de que cabe ao Governo Federal resolver todos os problemas.

O atendimento educacional nas áreas rurais destes municípios tem como base o oferecimento de classes multisseriadas no ensino fundamental, aspecto bastante comum na região norte do Brasil (CANALI, 2007). Tanto em Oeiras do Pará como em Porto de Moz, as unidades escolares ofertam vagas da educação infantil ao 5º ano, e nas escolas consideradas polos, oferta-se do 6º ao 9º ano. As SEMED argumentam que, as classes multisseriadas justificam-se pela quantidade baixa de alunos por série, explicação que também é adotada na distribuição de unidades escolares em polos, pois se ofertam séries mais elevadas em pontos geográficos capazes de atender várias comunidades em comum.

Nestes municípios as atividades de planejamento pedagógico são desenvolvidas antes do período letivo e tem como duração algo em torno de uma semana envolvendo elaboração de calendário letivo, construção de planos de aula e revisão de conteúdos programáticos. No que concerne à discussão sobre o sistema de classes multisseriadas, os dois municípios pouco tem feito para solucionar os problemas, salvo a realização de conferências municipais de educação (2013), não são realizados seminários, palestras com respeito a tal questão, não são discutidas metodologias de trabalho específicas. Existem apenas promessas e propostas de oferecimento de cursos específicos para os professores trabalharem com turmas de classes multisseriado.

Em Oeiras do Pará, assim como em Porto de Moz, o sistema multisseriado já vem acontecendo há anos, sendo que em algumas comunidades e localidades onde não existe uma unidade escolar, turmas pequenas de alunos de séries variadas são formadas (ANDRADE, L., 2003; CANALI, 2007). Para atender tais demandas, as SEMED mandam os professores que se deslocam para estas comunidades e organizam a matrícula por série e formam tais turmas. Atualmente, vem ocorrendo resistências e muitas reclamações por parte dos professores, principalmente em Porto de Moz, em virtude das dificuldades para se trabalhar com turmas desta natureza.

Como é encaminhado um professor para alunos de séries diferentes na mesma sala de aula, torna-se quase impossível dispensar a cada aluno a atenção necessária. Pelo fato de algumas turmas surgirem independentemente da existência de prédio escolar, existe situações de trabalho extremamente precárias, onde uma lousa única (quando existe) serve para escrever as atividades de quatro séries ao mesmo tempo (SILVA, 2007).

Sob tais aspectos Beltrame (2009, p. 3) aponta que:

Os estudos sobre as escolas do campo revelam que, nesse contexto de contradições e desencontros políticos e administrativos, o professor (a) é o elo que permanece em meio às circunstâncias adversas. Apesar das dificuldades, ele /ela está lá. Sua presença solitária, isolada, revela a persistência e a tenacidade que caracteriza sua trajetória. Ele/ela e seus alunos sobrevivem em meio à precariedade, desenvolvendo um percurso de relações de saber e de reconhecimento mútuo.

Sem esmorecer, os professores dessas comunidades lutam e procuram a cada dia vencer os desafios impostos pelo abandono e descompromisso político. A carga pesada que estes profissionais carregam traz consigo o pessimismo em se tirar da ignorância e do ostracismo várias comunidades que precisam reelaborar suas formas de sobrevivência. Em um mundo onde a exigência por competências e habilidades se faz cada vez mais evidentes, fica difícil

imaginar que professores com pouca formação e sem os instrumentais necessários poderiam abrir os olhos dos cidadãos campesinos para a emancipação social.

Além disto, o professor necessita de apoio voluntário da comunidade para dar conta de todas as tarefas da escola, especialmente, quanto ao preparo da merenda.

As duas SEMED têm participado de discussões voltadas à educação do campo e informam que uma das dificuldades enfrentadas é a disponibilidade de recursos para atender melhor aos educandos que moram distante da sede municipal. A questão geográfica é um agravante tanto de Oeiras do Pará como em Porto de Moz, já que as estradas se encontram em estado péssimo de conservação, situação agravada com a chegada do período chuvoso, onde famílias diversas ficam quase que isoladas. Outra questão está relacionada à ampliação de recursos para o transporte escolar, especialmente em áreas ribeirinhas, pois existem localidades onde a escola mais próxima dista duas horas e meia em um barco a motor, fator que dificulta a frequência dos estudantes.

Nas duas SEMED existe o entendimento de que os recursos destinados ao transporte escolar dos alunos daquela região são poucos, sendo, inclusive, necessária uma realocação de recursos das próprias prefeituras para suprir tais necessidades, o que nem sempre é possível, haja vista que existem outros compromissos. Existe a necessidade de aquisição de veículos tais como automóveis e embarcações, mas o recurso possibilita apenas efetuar o pagamento de aluguel, havendo sempre áreas aonde o transporte não chega. Os secretários de educação participaram de reuniões realizadas com técnicos do ministério da educação, onde foram colocadas as debilidades do transporte escolar para municípios da região norte e foi exigida uma atenção diferenciada por se tratar de áreas de acesso difícil.

Em Porto de Moz, os professores da área rural dizem que a dificuldade em se trabalhar nestas comunidades é o fato de dispor de pouco apoio da SEMED no sentido de contar com um servente, auxiliar de secretaria e mesmo dispor de infraestrutura adequada para o trabalho. Por sua vez em Oeiras do Pará, os professores informam que acabam por realizar todas as funções sozinhos, comprometendo o efetivo tempo de horas/aulas a serem trabalhadas com os estudantes. A organização do trabalho pedagógico acaba ficando comprometida, pois o tempo acaba sendo muito pouco diante das necessidades existentes no sistema multissérie.

Outro problema grave é a distorção idade/série dos alunos, principalmente os da área rural, e que é presente nas comunidades das duas RESEX investigadas, pois existem estudantes de 14 anos que ainda estão cursando as séries iniciais do Ensino Fundamental, quando teriam que estar ingressando no Ensino Médio. Para resolver tal problema, as SEMED vêm realizando ações conjuntas com a Secretaria Estadual de Educação do Pará (SEDUC),

através de programas de aceleração de estudos no sentido de realizar a readequação destes alunos em séries compatíveis com suas idades. Existe também o atendimento na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), tendo prioridade as comunidades que possuem motor de energia.

A realização de concursos públicos municipais conseguiu amenizar a política paternalística comum em alguns municípios paraenses onde os cargos são indicados por políticos (SOUSA, 2002). Porém, o modelo não foi totalmente rompido, pois antes os pedidos eram vagas de emprego, atualmente pede-se carga horária e lotação em locais de melhor acesso. É bastante perceptível o medo dos funcionários da educação municipal quando o assunto se refere a suas condições de trabalho, pois muitos não se sentem à vontade para comentar temendo possíveis retaliações.

Nas duas RESEX os professores contratados a partir do concurso público não tiveram problemas com relação à aceitação nos locais de trabalho, fato bastante positivo, já que em algumas comunidades regionais é o poder político local que indica quem será o professor a lecionar. Existem casos em que o cargo de professor é vinculado à barganha de favores políticos, especialmente aqueles de interesse eleitoreiro, pois, este profissional enquanto formador de opinião pode representar um aliado importante (LIMA, 2001; MONTEIRO, 1997; SOUSA, 2002). Silva (2007) considera que, em algumas comunidades da região norte, o papel do professor ainda ultrapassa os limites do magistério para assumir postura de conselheiro, liderança religiosa, e às vezes política, de modo geral, nas áreas rurais este profissional é digno de certo prestígio e confiança entre os comunitários.

O fornecimento da merenda escolar para a rede pública municipal de Porto de Moz e de Oeiras do Pará pode ser considerada regular se analisados aspectos como: quantidade; qualidade; aceitabilidade, porém houveram casos em que os estudantes e pais reclamaram da qualidade da merenda especialmente quando é oferecido alguns sucos, mingaus e bolachas que desagradam. Segundo as SEMED, todas as escolas tanto da área urbana como da rural, destes municípios, recebem o alimento que abrange a Creche, Pré-escola, Ensino Fundamental, bem como a EJA. O processo de licitação do alimento ocorre antes do término do ano letivo com vistas ao atendimento no ano que esta por vir.

As empresas de alimento apresentam suas propostas à SEMED que junto com o Conselho da Merenda Escolar (COMES) escolhe o fornecedor que é mais viável para o município, então o conselho passa a acompanhar todo este processo de repasse de entrega. Compõe este Conselho alguns professores da cidade, membros da comunidade em geral, que fazem parte dessa organização e avaliam a qualidade da merenda. Mesmo sendo formado por

alguns segmentos da sociedade, o controle e intervenção deste órgão acabam por ficar comprometidos em virtude da pressão exercida pelos gestores públicos municipais, além disso, nos dois municípios, os produtores de alimentos não atendem as exigências licitatórias e acabam ficando de fora dos editais.

Dentre as ações mais frequentes nas SEMED destacam-se ações básicas tais como construção de prédios escolares – alguns de alvenaria e outros de madeira –, reposição de carteiras escolares, troca de quadros escolares. Estas ações são pontuais e de acordo com os comunitários seguem critérios de afinidade partidária ou pressões populares que nem sempre contemplam as reivindicações. De acordo com as SEMED, as ações só não são maiores por conta dos poucos recursos repassados aos municípios, especialmente nas áreas que compreende as reservas.

Mesmo convivendo dentro de reservas extrativistas tanto as SEMED, como as Secretarias Municipais de Meio Ambiente (SEMA) não dispunha de nenhum projeto voltado para questão da educação ambiental. Sendo que em Oeiras do Pará não existe secretaria de meio ambiente ficando esta demanda à cargo da Secretaria de Agricultura. Nos currículos escolares destes municípios não existe nada que mencione, estabeleça debates ou mesmo esclareça o que são as UC e o que elas representam para as pessoas e para a região. Segundo as autoridades locais de Porto de Moz, vinha sendo estudado um projeto voltado para a questão da educação, que deveria ser desenvolvido em parceria entre a SEMED e a SEMA com o objetivo de atingir as populações urbanas e principalmente as rurais.

Existe a compreensão da gestão pública municipal e de seus segmentos a respeito das problemáticas ambientais, mas nenhuma ação prática e efetiva vem sendo feita nestes dois municípios, salvo aquelas introduzidas pelo ICMBIO e EMATER. A Secretaria de Agricultura de Porto de Moz (SEAGRI-PM) chegou a desenvolver algumas experiências de hortas nas escolas em parceira com a SEMED contando com certo apoio da comunidade, mas estas se resumem a poucas unidades escolares e não dispõem de proposta pedagógica. Diante do cenário, percebeu-se que as ações da SEMED não veem acompanhando a dinâmica socioeconômica e ambiental instaurada pela criação da reserva, este fato dificulta a compreensão e sobre o que são as RESEX e suas possibilidades.

9.3 A política pública educacional nas comunidades das RESEX Verde para Sempre e Arióca Pruanã

A elaboração e promulgação da LDBEN nº 9.394/96 representa avanço na discussão, elaboração e implementação de políticas públicas para a educação, orienta a execução de ações que possibilitem avançar os atuais índices educacionais (BRASIL, 1996). Contudo, é explícito o fato de que tal instrumento não vem sendo capaz de contemplar as especificidades vivenciadas em áreas afastadas dos centros urbanos, como é o caso das comunidades rurais investigadas nos municípios de Porto de Moz e Oeiras do Pará, onde estão localizadas as Reservas Extrativistas Verde para Sempre e Arióca Pruanã. Os aspectos condicionados a legislação educacional ainda estão longe de serem alcançados, especialmente aqueles com base nos Princípios e Fins da Educação Nacional, conforme descrito LDBEN.

As escolas das áreas rurais destes dois municípios apresentam características parecidas, uma vez que vivenciam os mesmos problemas e dificuldades gerados não apenas pelas debilidades das políticas educacionais municipais, como também pela fragilidade das ações acompanhamento realizadas pelo governo federal. O Título II do art. 3º, parágrafo I (BRASIL, 1996), que estabelece que deve existir “[...] igualdade de condições para acesso e permanência nas escolas [...]”, percebeu-se que nas escolas rurais destes municípios, este princípio vem sendo cumprido de maneira deficiente. Tanto o acesso, como a permanência dos estudantes das comunidades investigadas têm sido algo bastante desafiador, sobretudo por conta das dificuldades que estes estudantes enfrentam para concluir o Ensino Fundamental.

Nas escolas onde ocorreram as pesquisas deste trabalho, em várias residências os jovens entre 15 e 16 anos informaram que deixaram frequentar a escola por conta do acesso, já que em algumas comunidades a oferta escolar vai até o 5º ano do fundamental, fazendo-se necessários, em alguns casos, recorrer a outras escolas para concluir este nível. É justamente neste momento que os estudantes abandonam as escolas, pois as distâncias dificultam a chegada, assim como a falta de conforto das embarcações que interfere na disposição destes estudantes para uma boa jornada escolar. A oferta de vagas para outras séries, apenas nas escolas polo, parece ser um problema comum entre as comunidades rurais dos municípios amazônicos e cria uma barreira em relação ao acesso destes estudantes.

Nas falas de alguns jovens tanto na Verde para Sempre como na Arióca Pruanã, um fato recorrente é a desistência dos estudos por conta da repetência de série, que se soma ao abandono do curso ocasionado pela falta de perspectiva com relação ao processo de escolarização, pois estes jovens não vislumbram ascensão social nestas regiões carentes de

políticas e ações voltadas para oportunidades profissionais. O baixo poder aquisitivo dessas comunidades também prejudica o sucesso destes estudantes que tentam conciliar as atividades escolares no período matutino quando também ocorrem as atividades de plantio, colheita e outros afazeres que garantem a sobrevivência. Seja no manejo do açaí como na Arióca Pruanã, ou no manejo do gado bubalino como na Verde para Sempre, o fato é que os jovens acabam trabalhando muito nas atividades diárias, e quando conseguem, chegam cansados na escola conforme fora observado, já que alguns pais omitiram essa informação com medo de possíveis represálias.

Para aqueles estudantes que insistem em lutar contra a ignorância e ostracismo resta barganhar um lugar em casa de família na cidade, submetendo-se a exigências tais como a realização de trabalhos domésticos pelas meninas, fato que cria uma aceitação maior de jovens do sexo feminino, além do custeio das despesas para manutenção do jovem na escola. Submetidos a trabalhos penosos e algumas vezes violência física, sexual e moral, estes jovens acabam tendo pouco sucesso na conclusão do Ensino Fundamental e geralmente retornam para o local de origem frustrados e com poucas perspectivas. Um dos empenhos do Governo Federal é o chamado Programa Bolsa Família (PBF)⁴⁵ que tem auxiliado expressivo número de famílias a garantir não só a sobrevivência, mas também a permanência dos alunos nas escolas, já que uma de suas exigências é que o estudante frequente assiduamente as aulas.

Contudo, ainda existem famílias onde nenhuma das crianças da casa sequer tem registro de nascimento, conforme fora visto, na Verde para Sempre, o que acaba inviabilizando a inclusão nos programas do governo federal. Em algumas comunidades investigadas muitas famílias, mesmo tendo mais de um filho matriculado na escola, não recebem os benefícios para estudantes, pois segundo os pais não são dados os devidos esclarecimentos por parte das SEMED. Nas duas RESEX encontraram-se pais de alunos indignados pela falta de informação e omissão do poder público já que é do conhecimento de todos que o Governo Federal repassa recursos para este fim. Entre as famílias que recebem o auxílio existe o consenso a respeito da importância deste benefício para a aquisição de alimentos e outros gêneros necessários, mas ainda sim, reconhecem que o recurso é pouco para manter os filhos estudando, especialmente na cidade, onde as despesas são maiores.

⁴⁵ O Programa Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país. O Bolsa Família integra o Plano Brasil Sem Miséria, que tem como foco de atuação os 16 milhões de brasileiros com renda familiar per capita inferior a R\$ 70 mensais e está baseado na garantia de renda, inclusão produtiva e no acesso aos serviços públicos (BRASIL, 2013).

O PBF propõe entre seus objetivos a utilização dos recursos para compra de materiais didáticos, uniforme escolar e manutenção dos estudantes na escola, mas sabe-se que o benefício acabou por se tornar uma das principais fontes de renda de famílias que são constituídas de 06 a 12 pessoas. Acaba por se tornar algo comum durante a investigação nas escolas, o registro de casos em que os filhos matriculados representam a principal fonte de renda da família, e outros em que eles representam a renda complementar. Segundo a SEMED de Porto de Moz, todos os alunos regularmente matriculados na rede municipal de educação estão cadastrados no PBF, mas existem casos em que o censo escolar não consegue regularizar a situação do aluno em virtude de seu número de faltas, abandono de estudo ou falta do repasse da frequência destes alunos.

Por sua vez a SEMED de Oeiras do Pará informou que quando é detectada a falta dos estudantes às aulas, estes imediatamente são convocados a comparecer junto de seus pais na secretaria. Ainda sim, existem casos de alunos que perdem o auxílio do programa por descumprimento na participação junto à escola. Em alguns casos a falta está relacionada ao trabalho familiar, pois o PBF representa um auxílio complementar à renda da família o que não os exime de continuar trabalhando para se sustentar, e neste contexto entra o trabalho dos filhos estudantes.

As duas SEMED informaram que vêm mobilizando suas equipes em ações de conscientização das famílias à cerca da necessidade de se acompanhar a educação dos filhos, o desafio é grande, em virtude do pouco envolvimento da família na formação dos estudantes, o que foi verificado durante as investigações é que, em alguns momentos, a fala dos pais de estudantes diverge. Em Oeiras do Pará os técnicos afirmam que os pais acabam priorizando o benefício enquanto recurso financeiro e esquecem que um de seus objetivos é assegurar a formação educacional do estudante. Nos dois municípios chamou atenção, durante as investigações, o fato de as SEMED não conseguirem atingir a todos os estudantes que necessitam deste auxílio pelo fato de o programa, segundo interpretação de alguns comunitários, estar vinculado a afinidades partidárias, fato que dificulta o acesso a algumas famílias carentes.

Na comunidade de Melancial localizada na RESEX Arióca Pruanã, no depoimento de uma mãe de aluno, percebe-se o quanto a SEMED vem sendo limitada em suas ações.

A gente vai várias vezes na secretaria de educação, procurei o pessoal que resolve isso, mas eu *num* consegui nada. Já fiquei várias hora na fila, procurei várias pessoa e nada. A gente precisa desse dinheiro *pra* comprar as coisas *pra* gente viver, nossa vida é muito difícil. A minha comadre tem dois filhos na escola e ela recebe a bolsa.

Mas eu acho que no meu caso, é por causa que a gente *num* acompanhou o prefeito, aí eles deixam a gente de lado (M. S. G. C., Lavradora, 2012).

De acordo com a entrevistada as questões políticas podem influenciar o acesso ao PBF, e a exclusão acaba por prejudicar estas famílias que sobrevivem basicamente da agricultura, pesca artesanal e, por direito, deveriam ser contempladas pelo benefício. Além da desistência em virtude da dificuldade financeira, detectaram-se alguns relatos em que a maneira como as metodologias são desenvolvidas em sala de aula dificultam a aprendizagem dos alunos que acabam abandonando o curso.

Esse problema está relacionado à ausência de uma política de qualificação e formação continuada que seria fundamental tanto para Porto de Moz como para Oeiras do Pará, pois poderiam contribuir promovendo a construção do conhecimento e fortalecimento da valorização destes profissionais. O princípio da valorização dos profissionais da educação é apresentado na LDBEN vigente, porém, têm sido poucos os gestores que cumprem com tal preceito. Nos dois municípios investigados, com exceção do programa PARFOR não se viu ações relacionadas à qualificação docente a partir dos problemas locais, e muito menos ações que expusessem os dilemas vividos nestas UC.

Nas comunidades das duas UC foram detectados casos de gravidez precoce e inserção prematura no mundo do trabalho, especialmente nas atividades voltadas para agricultura e o extrativismo. Sobre a primeira questão as SEMED informam que falta maior interesse da família, reconhecendo a necessidade de se intensificar campanhas de esclarecimento, além de maior participação dos professores que convivem todos os dias com os estudantes. Com relação ao trabalho de crianças e adolescentes, a SEMED de Oeiras do Pará informou que é muito difícil combater tal problema uma vez que culturalmente é comum estes estudantes acompanhar seus pais nas tarefas laborais, e mesmo com a existência de conselho tutelar, sabe-se que existem muitos casos deste tipo de prática.

Nessas comunidades, o trabalho constitui uma atividade que sempre acompanha o cidadão local e, na medida em que a criança vai se tornando adulta, a mesma passa a assumir um papel cada vez mais importante em seu cotidiano. Entre os responsáveis pelos educandos, nas comunidades, existem dois tipos de pensamento em relação ao processo educacional. No primeiro pensamento, os pais compreendem a importância da escolarização para seus filhos e alimentam expectativas de construção de escolas profissionalizantes que sejam capazes de capacitar os filhos destes trabalhadores a desenvolver atividades relacionadas ao local.

Num segundo entendimento, existe a falta perspectiva quando o que se dispõe é uma formação deficiente que terá pouca serventia na área rural, ou que alimenta expectativas que

difícilmente serão contempladas em virtude da falta de acesso a níveis mais elevados de educação. O que se percebe nas duas UC é que os pais sabem que escolarizar seus filhos é algo muito importante, mas o pensamento imediatista os remete a entender que a luta pela sobrevivência é algo inexorável, e desde muito cedo a criança compreende a importância de seu trabalho como condição para a sobrevivência. Sobre tal reflexão um morador, de 64 anos, da comunidade de Jaquarequara na Arióca Pruanã considera:

Eu sei o quanto é importante *pro* meu filho ter que ir *pra* escola até *consegui* ser alguma coisa na vida. Quando ele chegou no tempo, arranjei uma casa de parentes pra ele morar na cidade. *Num* foi fácil, *por causa* que ele me ajudava muito aqui. Perdi a força do trabalho dele e tinha que dar as *coisa pra* ele num passar necessidade. Pensei várias vezes em ir buscar ele *pra* cá, de volta (J. M. S., Lavrador e Pescador, 2013).

Com relação ao número de filhos, entre as comunidades rurais tal fenômeno não é algo encarado como um problema, mas como possibilidades de dispor de mão-de-obra para os trabalhos cotidianos e de amparo na velhice.

Em relação ao rendimento dos alunos que frequentam as séries ofertadas nas comunidades investigadas, os professores informam que a maioria dos estudantes consegue boas notas e que os resultados poderiam ser melhores se as crianças e jovens dispusessem de recursos didáticos e tecnológicos, tempo integral para se dedicar aos estudos, e formas de acesso eficientes. Segundo os professores que atuam nestas unidades escolares, os estudantes reprovados ou desistentes representam a falta de políticas públicas educacionais locais capazes de dar conta das especificidades vivenciadas, pois os recursos são ínfimos diante dos desafios. Ente os docentes que trabalham nas duas RESEX são frequentes as reclamações com relação à forma como as prefeituras municipais vem discutindo a questão da educação rural que é tratada sem que haja projeto ou ação específica.

A ausência de políticas públicas específicas para a educação da população rural envolve questões como: a ausência de cursos de formação específicos para a educação rural, uma vez que parte dos professores que atuam nas comunidades dispõem do nível médio modalidade normal, e mesmo nas universidades a discussão sobre a educação rural é algo ainda novo. Existe necessidade de se discutir um currículo capaz de envolver as questões presentes na área rural, pois os livros trabalhados seguem os ditames do cotidiano urbano desconsiderando a realidade amazônica. É visível a necessidade de ampliação de vagas para professores em programas como o PARFOR que conseguem atender apenas uma parcela da população docente.

Somado a essas questões, percebeu-se, durante as investigações junto aos professores da área rural, que não são disponibilizados recursos municipais para a realização de seminários e fóruns de educação voltados à problemática local. As escolas desenvolvem suas ações contando com a boa vontade de professores e a capacidade de barganhar materiais junto as SEMED. Nas escolas investigadas, os recursos oriundos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) são repassados pelas “escolas mãe”, uma vez que as escolas da área rural são anexadas às escolas da cidade.

O dinheiro do PDDE geralmente é aplicado na aquisição de materiais didáticos complementares, mas o problema reside no fato de o dinheiro, em alguns casos, não chegar até estas escolas, pois entre os professores é comum a reclamação por carência de materiais que auxiliem o trabalho pedagógico. Parte dos professores das escolas investigadas nas duas RESEX desconhece o modo como os recursos do PDDE vêm sendo aplicado e, além disso, poucas dessas escolas possuem Conselhos Escolares para acompanhar a aplicação destes recursos. Nas escolas da área urbana tanto de Porto de Moz como de Oeiras do Pará a atuação do Conselho Escolar tem se limitado a acompanhar como o dinheiro vem sendo aplicado, tendo como agravante o fato de os membros sentirem-se coagidos a não denunciar irregularidades temendo represálias.

Com relação à política voltada para o oferecimento do transporte escolar, nos dois municípios investigados, esta questão é complexa, especialmente no que concerne à qualidade e segurança oferecida pelas embarcações que realizam este trabalho. Durante a investigação, todos os barcos observados não apresentavam coletes salva vidas, e em alguns barcos o eixo não estava protegido, não existem extintores de incêndio e os espaços são reduzidos. Quando questionados a respeito da precariedade das embarcações, um dos barqueiros da RESEX Arióca Pruanã respondeu da seguinte maneira:

A gente gostaria de ter um barco melhor *pra* oferecer o serviço, mas nosso recurso é pouco. Só dá *pra* gente pagar algumas despesas de funcionamento e garantir nossa sobrevivência. Além disso, ainda existe o problema da prefeitura atrasar nosso pagamento, aí a gente tem que se virar como pode, fazendo um frete, levando outros passageiros *pra* cidade, a gente vai se virando como dá (P. S. S, Dono de embarcação, 2012).

Segundo os proprietários das embarcações, a ausência de coletes salva vidas não representa perigo porque todas as crianças sabem nadar e os rios geralmente são calmos.

Alguns desses barcos estão com a estrutura bastante comprometida, mas continuam funcionando pelo fato de representar umas das poucas alternativas aos alunos e professores. Não existem critérios transparentes para a escolha dos barqueiros, pois o que determina sua

escolha é a identificação partidarista com as gestões públicas municipais. Os barcos não trabalham exclusivamente com o transporte escolar, uma vez que, de acordo com os moradores, é comum os alunos dividirem espaço com outros passageiros, além de mercadorias e até animais.

Este fato faz com que viagens de uma hora tornem-se bastante desagradáveis, conforme relato de uma das professoras da RESEX Verde para Sempre:

[...] eu não acho confortável. Esse ano tá mais ou menos, mas ano passado nós tivemos que nos deslocar daqui pra outra escola e aqui ia a maioria dos alunos, e a gente ia tudo apertado, quando chovia molhava tudo o caderno e não tinha aquele conforto, se não pode se levantar tinha que ir todo tempo sentado até chegar no local (L. M., docente de escola da RESEX Verde para sempre, 2013).

Além disso, o transporte não é suficiente para todos os alunos, pois as embarcações não atingem determinados locais cujas distâncias até a escola representam duas horas de viagem como foi visto em comunidades da Verde para Sempre, o que faz com que alguns jovens e crianças, em idade escolar, não estejam frequentando as aulas. Com relação à política de fornecimento da merenda escolar, as investigações constataram que o fornecimento do alimento vem ocorrendo de maneira deficiente, em alguns casos inadequados em relação à cultura alimentar dos alunos.

Em média, o estoque de merenda das escolas rurais dos dois municípios é suficiente para 15 dias de cada mês, dependendo da habilidade do professor em gerenciar o consumo, pois, existem casos em que a quantidade só dá para 10 dias. O cardápio de merenda é constituído por biscoitos, sucos, mingaus, sopas e geleias, que geralmente são fornecidos por empresas de outras regiões. A opinião, com relação à aceitação da merenda é dividida entre as comunidades que compõem das duas UC, mas em comum, todas consideram que alguns alimentos não são bem aproveitados pelo fato de não agradarem aos alunos.

Segundo os moradores da Verde para Sempre, seria bastante vantajoso para o município e para os produtores locais, bem como para os alunos, se o cardápio fosse constituído por produtos da própria região com os quais os alunos já estão familiarizados. A aquisição destes produtos, a partir dos produtores locais, seria uma importante fonte de renda, diminuiria os custos para a prefeitura, teria melhor aceitação pelos alunos, além de incentivar as atividades locais. Outro fator agravante ao fornecimento da merenda é o fato de o professor ter que ir até a cidade buscá-la, tendo que arcar com o transporte e pagamento de passagens conforme visto tanto em Porto de Moz como em Oeiras do Pará.

O recebimento da merenda só acontece quando o professor tem que ir receber seu salário fato que não coincide com a chegada do alimento. Quando o professor chega à cidade, uma parte da merenda já foi distribuída entre os professores da cidade e até de algumas áreas rurais, ou seja, quando o professor chega a pegar sua cota de merenda já lhe resta uma quantidade pequena que mal dá para o mês. Porém em municípios como Oeiras do Pará a SEMED separa a cota de merenda destinada a cada escola o que, de acordo com os professores, assegura que cada uma receberá quantidade compatível com seus estudantes.

Verificou-se que a oferta de disciplinas de 6º ao 9º ano vem sendo prejudicada nas áreas de RESEX dos dois municípios, especialmente pela carência de professores, pois mesmo com a realização de concurso público tem sido difícil resolver o déficit destes profissionais. O problema é mais grave em relação às disciplinas como química, física e matemática, fato que faz com que haja sobrecarga indevida a professores não qualificados. Segundo depoimentos de professores das comunidades é comum cumprir a lotação de professores destas áreas com carga horária de professores nas disciplinas acima descritas. Mesmo não dispondo da formação adequada, os profissionais em questão aceitam a carga horária de disciplinas como modo de melhorar salário e mesmo trabalhando as disciplinas de maneira improvisada.

Os professores sabem e reconhecem que sua atividade vem ocorrendo de maneira ilegal, mas se justificam dizendo que se isso não for feito, os alunos ficarão sem aula e terão o ano letivo prejudicado. As SEMED sabem da problemática e se justificam informando que em determinadas localidades não houve inscritos por se tratar de áreas rurais de acesso difícil como no caso de Porto de Moz. Em Oeiras do Pará a justificativa é a ausência de mão de obra qualificada na região, pois como são disciplinas carentes em vários locais os professores acabam dando preferência pela área urbana. Tanto na SEMED de Porto de Moz como de Oeiras do Pará as atividades voltadas para o planejamento do ano letivo ocorrem apenas uma vez por ano - no início do ano- e se limitam a algumas conversas, leituras de textos.

Em Porto de Moz, segundo os professores, já houve momentos em que técnicos e professores de Belém e Altamira foram contratados para ministrar as formações, mas estas iniciativas aconteceram de maneira pontual, não havendo um trabalho contínuo. Os professores mais ousados acabam arcando com despesas para se qualificar, fazendo cursos novos, comprando livros complementares e revistas para se manterem informados; outros simplesmente, desenvolvem suas atividades sem se preocupar com tais questões. No município de Oeiras do Pará, mesmo existindo um polo da UFPA funcionado regularmente com cursos de licenciatura são esporádicas as ações educativas realizadas entre os

professores. No início do ano, as duas SEMED realizam a entrega dos livros didáticos utilizados na rede municipal para professores e alunos.

A escolha desses livros ocorre a partir da decisão dos técnicos das SEMED com alguns poucos professores da área urbana destes municípios e, conseqüentemente, este material acaba não contemplando as expectativas de alguns docentes e discentes. Durante a investigação, quando observados, os livros apresentam qualidade estética boa. Mas, de acordo com as professoras, dispõem de uma linguagem e exemplos que não estimulam nem valorizam a cultura e os saberes regionais amazônicos.

10 AS POLITICAS AMBIENTAIS E A EDUCAÇÃO NAS RESEX VERDE PARA SEMPRE E ARIÓCA PRUANÃ

10.1 As possibilidades educacionais na RESEX Verde para Sempre e Arióca Pruanã

O acesso à educação de qualidade que permita aos indivíduos alcançar nos níveis mais elevados do conhecimento humano é condição importante para que o desenvolvimento sustentável seja vivenciado a partir de processos de constituição participativos e com objetivos capazes de ser alcançados em qualquer país, independente do estágio de desenvolvimento da economia. Além das premissas voltadas para a conservação ambiental, nas UC faz-se necessário criar condições que permitam incentivar e consolidar práticas integradoras que envolvam os atores sociais que trabalham ou se localizam no interior e nos limites dessas UC. Diante da complexidade dos problemas verificados, um dos desafios a serem superados tanto pela Verde para Sempre quanto pela Arióca Pruanã reside na consolidação da participação e do controle social da sociedade na gestão dessas UC.

Esse fator há de ser alcançado com a formação, o estabelecimento e a capacitação dos Conselhos Gestores (CONGE), que nas UC tem um caráter consultivo e deliberativo que precisa ser expandido como forma de qualificar não apenas os atores que participam das decisões, mas também aqueles que ainda estão de fora. Nestas condições, quanto maior a participação e o fortalecimento deste conselho, certamente a gestão das RESEX acontecerá de maneira mais efetiva. Em Porto de Moz assim como Oeiras do Pará, existe um Comitê Gestor (COMIG) que cuida dos assuntos relacionados à reserva e auxilia as associações na elaboração de ações e projetos sustentáveis, porém nas duas cidades a atuação do comitê ocorre de modo diferenciado.

No município de Porto de Moz a coordenação do comitê considera que existe o desafio de se estabelecer maior interlocução com as comunidades do entorno, instituições não governamentais, atores políticos, comerciantes, empresários etc., que se encontram, interagem e/ou atuam nos limites ou interior da UC. Tal mobilização poderia estimular a realização de programas de turismo ecológico, recreação, lazer, estudos científicos e demais formas de participação e comprometimento. Infelizmente, o comitê ainda enfrenta forte resistência de alguns grupos políticos e empresariais, bem como a falta de esclarecimentos de parte dos atores.

Já em Oeiras do Pará, o que se observa é que o comitê gestor ainda começa a ganhar corpo e se instituir enquanto organização articuladora e mobilizadora das comunidades que existem tanto no interior como no entorno da RESEX. Os constantes impasses acumulados

durante as gestões anteriores do comitê deixaram como saldo a fragilidade na confiança em relação à proposição de uma gestão a serviço das comunidades e com capacidade de apresentar resultados frente às várias demandas. O comitê gestor ainda tem como desafio resgatar a credibilidade das lideranças e trazer para junto as comunidades que compõem à RESEX.

Nas duas RESEX os presidentes dos comitês gestores Antonio Duarte - Verde para Sempre, e Pedro Maciel - Arióca Pruanã concordam que, uma das alternativas para cumprir a missão destas organizações é a qualificação de pessoas e grupos estratégicos com capacidade de intervir em processos que contribuam para a construção de uma sociedade democrática e o fortalecimento dessas organizações. Neste sentido, o entendimento que se faz é o de que a educação pode ser utilizada como um instrumento capaz de contribuir para disponibilizar informações qualificadas e atualizadas, compartilhar percepções, compreensões e ampliar a capacidade de diálogo e de atuação conjunta comprometida com os interesses das UC. Os relatos coletados nas RESEX mostram que é preciso conhecer as condições que envolvem os indivíduos conjugadas a outros saberes como forma de proporcioná-los a compreensão da realidade, incluindo seus conflitos (que não devem ser ignorados para a sua solução).

O diálogo democrático entre iguais é condição a ser perseguida, pois, para que isso seja possível todos devem ter as mesmas condições sociais, ao menos nos níveis básicos econômicos, políticos, jurídicos, educacionais e sanitários como forma de permitir uma participação sem constrangimentos. É assim que se pode perceber a educação voltada para os conselhos de UC, o que nas RESEX investigadas ainda constitui um desafio. Educação é uma prática social cujo fim é o aprimoramento humano naquilo que pode ser aprendido e recriado a partir dos diferentes saberes existentes em uma cultura, de acordo com as necessidades e exigências de uma sociedade.

Deste modo o processo educativo nas UC investigadas pode ser construído atentando para dois aspectos: (1) desenvolvimento da produção social, até mesmo dos meios instrumentais e tecnológicos de atuação no ambiente; (2) construção e reprodução dos valores culturais. Quando estas vertentes não são perseguidas ocorre que a educação passa a reproduzir os mesmos problemas de outrora, fato claramente percebido na formação educativa das estudantes e moradores das duas UC. Da maneira como o processo educativo acontece nas comunidades investigadas nessas RESEX, pouca coisa pode se esperar em virtude da precariedade e ausência de projeto político pedagógico em consonância com a realidade desses locais e comprometidos com a formação de pessoas esclarecidas.

Nessas comunidades, o processo educacional contempla apenas algumas crianças e alguns jovens, e se limita a leituras, cálculos e atividades comuns ao cotidiano de qualquer escola pública de periferia brasileira. Tanto na Verde para Sempre como na Arióca Pruanã, raros foram os momentos em que ocorreram discussões sobre os problemas do ambiente imediato, mesmo porque os professores não se sentiam preparados para propor estes debates. Pode se afirmar que a ausência de uma educação formadora dificulta a gestão ambiental, bem como administração de uma UC e de seu entorno, pois estas ações dependem da compreensão de que as pessoas têm de si mesmas, do outro e do ambiente.

A compreensão deste fenômeno auxilia a elaboração e socialização de conhecimentos comuns, que estimulem as necessárias modificações de representações e comportamentos. Quando conflitos são explicitados – e os diferentes interesses em confronto mostrados –, inicia-se a compreensão para a sua resolução. Outro grave problema do modelo educacional desenvolvido nas duas RESEX reside no fato de não haver um projeto de formação e qualificação para trabalhadores e lideranças locais.

Seria importante proporcionar a estes atores escolarização, associado à qualificação profissional capaz de lhes orientar sobre como explorar a floresta e outras atividades de maneira sustentável. Isto faria com que os atores sociais passassem a rever suas atitudes, sua convivência coletiva e individual. Neste sentido, entende-se que é necessário defender uma educação crítica, emancipatória, transformadora que esteja relacionada aos problemas e questões comuns aos moradores dessas comunidades. Construir novas consciências é elemento imprescindível para que se repense e altere na prática a inserção dos atores na natureza, contribuindo para a construção de uma sociedade nova.

O IBAMA trabalha com a ideia de educação no processo de gestão ambiental, entendendo que:

Quando pensamos em educação no processo de gestão ambiental estamos desejando o controle social na elaboração e execução de políticas públicas, por meio da participação permanente dos cidadãos, principalmente, de forma coletiva, na gestão do uso dos recursos ambientais e nas decisões que afetam à qualidade do meio ambiente (IBAMA, 2002).

É possível afirmar que o enfoque metodológico de resolução de problemas, como meio para a problematização da realidade, deve ser encarado como uma preparação para o enfrentamento de situações conflituosas, o que ainda é comum nas áreas de RESEX. Este enfrentamento pode ser uma ocasião para, democraticamente, quando não superar o conflito totalmente, ao menos esclarecer posições e começar a trabalhar com consensos ou acordos específicos.

Na RESEX Verde para Sempre, assim como na Arióca Pruanã, os conflitos começam a ser superados, de maneira tímida, graças ao engajamento de algumas famílias de extrativistas, bem como a atuação de lideranças comunitárias. Porém como em toda sociedade alguns conflitos antigos se mantem, e outros novos surgem à medida que as relações se transformam. No município de Porto de Moz observou-se que o movimento social se faz presente, de modo bastante articulado, exigindo ações do poder público local e cobrando medidas capazes de garantir o cumprimento da lei de criação da RESEX, a exemplo disso está à atuação do STTR e CP Z-64. Um método de ensino-aprendizagem que se proponha adotar a ideia de uma educação emancipatória, pela explicitação de conflitos e estratégias coletivas, é condição para uma gestão socioambiental eficiente e, de fato, democrática, em UC.

No município de Oeiras do Pará, a história da criação da RESEX envolve participação determinante dos movimentos sociais, porém recentemente as mobilizações têm sido tímidas, salvo aquelas que apresentam a igreja católica como articuladora, mas ainda sim, pouco envolvidos se considerada a participação das comunidades da UC. No que concerne a RESEX, a coordenação do comitê compreende que o momento é de espera de resultados que poderão ou não incentivar os atores a participar. Por outro lado, com base nas investigações, é possível afirmar que existe um momento de apatia produzido pela desconfiança no antigo Comitê Gestor, interferências político partidárias, descrença como base nas antigas promessas sobre a melhoria da qualidade de vida na UC.

É evidente que as populações residentes nas comunidades investigadas nessas RESEX carecem de processos formativos capazes de lhes proporcionar esclarecimentos e formação sociopolítica, para que tenham condição de enfrentar as mudanças na dinâmica local geradas pela criação das reservas. O SNUC, instituído pela Lei 9.985/00, define critérios e normas para a criação, implantação e gestão de UC. Esta lei apresenta objetivos e diretrizes específicas, sendo que um deles é a conservação de espaços naturais.

Nesse sentido, é possível agrupar sinteticamente seus objetivos em quatro grupos diferentes, mas complementares:

- a) Proteção/manutenção/preservação da biodiversidade, da sóciobiodiversidade e de serviços ambientais (bens utilizados) imprescindíveis (como a água);
- b) Incentivo e promoção da pesquisa científica;
- c) Promoção da educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico;
- d) Promoção do desenvolvimento sustentável (para as comunidades do entorno das UC).

As diretrizes apresentadas pelo SNUC enfatizam a garantia de processos de envolvimento e participação da sociedade (populações locais, organizações não governamentais, poderes públicos municipais e estaduais etc.) na criação, implantação e gestão de UC. Nas 20 comunidades investigadas nas RESEX Verde para Sempre como na Arióca Pruanã apenas o primeiro objetivo vem sendo cumprido, de maneira precária, uma vez que o ICMBIO, vem fiscalizando as áreas das reservas com equipamentos e pessoal insuficiente.

As atividades de pesquisas realizadas dentro das duas reservas ainda são poucas e enfrentam dificuldades, especialmente no que se refere a auxílio financeiro, logística e colaboração das instituições e organizações ligadas a elas. Algumas instituições como secretarias municipais limitam o acesso às informações e se apresentam pouco organizadas em relação aos seus bancos de dados. Na RESEX Verde para Sempre, por conta da exposição gerada pela mídia começam a ser realizadas pesquisas envolvendo gestão ambiental, diagnósticos situacionais, teses e dissertações de mestrado, publicação de artigos, contudo, na Arióca Pruanã ainda são poucos os trabalhos que se tem conhecimento o que dificulta a reunião de informações, mas demonstra a necessidade em se instaurar estudos locais para constituir elementos que auxiliem outros estudos.

Com relação ao terceiro objetivo do SNUC, a discussão ambiental também está longe de se tornar elemento presente nas salas de aula das escolas das duas RESEX, pois não existem cursos voltados para os professores e a proposta educacional é desenvolvida de maneira precária e deficiente seguindo o modelo desgastado de educação da rede pública urbana. Em raros momentos fora mencionado nas escolas o fato de a reserva apresentar especificidades e, assim, requerer uma educação voltada para a área rural, com ênfase no conhecimento local e a partir desta perspectiva possa auxiliar a mobilização e organização das comunidades. Não existe em nenhuma das duas RESEX projetos de parcerias e cooperação técnica entre ICMBIO, EMATER, EMBRAPA, junto as SEMED locais com vistas a formação de professores e técnicos educacionais aptos a trabalhar as propostas de intervenção pedagógica nessas RESEX. Ressalta-se que apenas no final de 2013, em Oeiras do Pará, a UFPA/Campus de Cametá dá início ao Programa PROCAMPO com a proposta de formar uma turma de estudantes de licenciatura em Educação do Campo oriundos das comunidades rurais deste município com ênfase à questão ambiental, entre outras.

As evidências demonstram que a educação na Verde para Sempre e na Arióca Pruanã seguem a lógica bancária (FREIRE, 1970), em que o professor trabalha as atividades prescritas no livro didático e os alunos respondem, sem que seja despertado o interesse pela

leitura crítica do mundo. Estas comunidades não desenvolvem atividades capazes de mostrar aos moradores novas formas de enxergar o meio ambiente, vislumbrando-o como espaço também delicados, sensíveis às intervenções humanas e não apenas local de trabalho e exploração dos recursos naturais. Apesar da potencialidade local imensa, nas RESEX investigadas, as atividades de turismo são realizadas de maneira independente e sem acompanhamento técnico, limitando-se a passeios de barco e visitas às áreas de fácil acesso.

Mesmo com realização de algumas atividades de veraneio, tais como o FESTSOL em Porto de Moz, o Festival do Camarão em Oeiras do Pará, nos dois municípios não existe uma política de planejamento e gestão do turismo, tão pouco nas RESEX. Seria muito importante estimular a busca por parcerias e o incentivo às populações locais e organizações privadas na criação, no estabelecimento e na administração de UC – que pode ser possível via CONGE – dentro do “sistema nacional”. Da mesma maneira, é importante estimular a participação da população – principalmente, por meio de conselhos – na elaboração e/ou na aprovação do Plano de Manejo das UC⁴⁶.

Para a criação e efetivação dessas ações, pressupõe-se a emergência de uma educação emancipatória que estimule a autonomia das pessoas (FREIRE, 2003), considerando que cada participante do processo educacional traz para a coletividade suas contribuições, tanto a partir de suas vivências como de seu conhecimento “formal” e “informal”⁴⁷. Isto pode tornar o processo mais rico, mais próximo da realidade de todos os envolvidos e, portanto, com maior chance de continuidade e sucesso em prazo longo. Certamente tais ações podem estimular a articulação e integração dos segmentos internos e externos à UC como: professores, estudantes, pesquisadores, técnicos, servidores, moradores, população do entorno, agentes de turismo, monitores, agentes comunitários, pessoal terceirizado, entre outros atores sociais.

Espera-se que a implementação de novos processos educativos, sejam capazes de nortear tais ideias, e contribuam para a construção e ampliação de consciências, visando à participação de cidadãos e cidadãs na defesa do meio ambiente e na melhoria da qualidade de vida. Pesquisas realizadas nas 20 comunidades localizadas dentro das duas RESEX apontaram para a necessidade de realização de cursos e oficinas para formar equipe de profissionais aptos a atuar,⁴⁸ além de seminários internos de educação ambiental para os habitantes. Sob estas condições, espera-se que os moradores das UC possam ser envolvidos no processo de

⁴⁶ O qual, a se pensar tanto na RESEX Verde para Sempre como na Arióca Pruanã, por certo terá implicações quanto ao manejo de peixes, das atividades agrícolas, da madeira etc.

⁴⁷ Respectivamente, de natureza escolar e aprendido fora de escolas.

⁴⁸ Agentes de fiscalização e atividades de aproveitamento dos recursos naturais.

formação e capacitação, com a realização de oficinas, nas quais poderão ser discutidas as questões voltadas para a convivência com a floresta e para os cuidados com sua conservação.

Para que isto seja possível, é imprescindível a constituição de parcerias entre as prefeituras destes municípios e suas secretarias, ICMBIO, COMIG, Universidades, associações e sindicatos, igrejas e sociedade civil. A construção de um ambiente favorável permitirá que a educação exerça neste trabalho de fortalecimento da gestão participativa papel fundamental: consolidar o conselho como uma instância democrática, apropriada e legítima; instrumentalizar as comunidades a exercer cidadania e democracia. Contribui ainda para a integração dos conhecimentos diversos e instrumentos da gestão produzidos⁴⁹ e para a melhoria dos processos de tomada de decisão, vinculando o processo educativo às questões sociais, sendo entendidas em termos ambientais, culturais, políticos ou econômicos.

Existe, portanto a necessidade de se incrementar os meios e a acessibilidade à informação, bem como o papel indutivo do poder público nos conteúdos educacionais e informativos de sua oferta, como caminhos possíveis para alterar o quadro atual de degradação socioambiental. O processo de intervenção educacional e remodelamento da proposta pedagógica local devem almejar a promoção do crescimento da consciência ambiental, expandindo a possibilidade da população participar em um nível mais alto no processo decisório. Entende-se que esta pode ser uma das maneiras de fortalecer sua co-responsabilidade na fiscalização e no controle dos agentes de degradação ambiental.

É neste cenário que educadores treinados e capacitados passam a assumir a função de mediador na construção de referenciais ambientais e deve saber usá-los como instrumentos para o desenvolvimento de uma prática social centrada na inter-relação entre homens e natureza. Nas 20 comunidades das duas RESEX, os professores não vêm conseguindo estabelecer a função de mediadores nem com seus alunos, nem com os outros moradores. A falta de oportunidades de cursos de graduação, formação continuada e qualificação têm feito dos professores meros reprodutores do processo de alienação do saber.

Muitos destes são sabedores de tal problema e reconhecem suas deficiências, bem como a ausência de políticas de formação e qualificação de profissionais. Tanto a SEMED de Porto de Moz como Oeiras do Pará reconhecem a necessidade de promover cursos de capacitação de qualificação de seus profissionais, mas pouco tem sido feito no sentido de desenvolver tais ações. É preciso que estas secretarias consigam elaborar seus Planos Municipais de Educação (PME), e seus Projetos Políticos Pedagógicos - PPP vinculado às

⁴⁹ Plano de manejo, Plano de bacia e outros.

questões socioambientais existentes nas RESEX, bem como a constituição dos Conselhos Municipais de Educação (CME) com autonomia para cobrar do poder público políticas educacionais fieis a cada realidade local.

Na medida em que as populações começam a se apropriar dos conhecimentos e informações gerados pelo processo educativo, a relação entre meio ambiente e educação para a cidadania assume um papel cada vez mais desafiador. Uma vez articulados conhecimentos e informações com demandas e perspectivas locais, cria-se a emergência de novos saberes para apreender processos sociais que se complexificam e riscos ambientais que se intensificam. O fenômeno educacional a partir de um paradigma sustentável constrói e permite uma perspectiva de ação holística que relaciona o ser humano, a natureza e o universo, tomando como referência compreensão de que os recursos naturais se esgotam e que o principal responsável pela sua degradação é a sociedade humana.

O desafio do fortalecimento da cidadania para a população como um todo, e não para um grupo restrito, se concretiza a partir da possibilidade de cada pessoa ser portadora de direitos e deveres de se converter, portanto, em ator co-responsável na defesa da qualidade de vida. Uma proposta de educação para a sustentabilidade capaz de incluir as populações rurais residentes nas RESEX deve culminar em um aprendizado social, baseado no diálogo e interação em constante processo de recriação e reinterpretação de informações, conceitos e significados, que podem se originar do aprendizado em sala de aula ou da experiência pessoal do aluno. Assim, a escola pode se transformar no espaço onde o aluno poderá analisar a natureza dentro de um contexto entrelaçado de práticas sociais, parte componente de uma realidade mais complexa e multifacetada.

Tantos as salas de aula como as comunidades das RESEX de Porto de Moz e de Oeiras do Pará estão repletas de pessoas com experiência vasta em questões socioambientais adquiridas pela vivência e que carecem de oportunidade bem como orientação adequada para discutir sobre qualidade de vida e sustentabilidade. O entendimento sobre os problemas ambientais se dá por uma visão do meio ambiente como um campo de conhecimento e significados socialmente construído, que é perpassado pela diversidade cultural e ideológica, bem como pelos conflitos de interesse. Neste universo de complexidades, é importante conduzir os estudantes de modo que os repertórios pedagógicos sejam amplos e interdependentes, na medida em que a questão ambiental é um problema híbrido, associado à dimensões humanas diversas.

Os professores precisam de formação adequada para reelaborar informações que recebem de modo a permitir decodificar para os alunos as expressões dos significados em

torno do meio ambiente e da ecologia nas suas determinações e intersecções múltiplas. A ênfase há de ser dada à capacitação para que sejam percebidas as relações entre as áreas como um todo enfatizando uma formação local/global, buscando marcar a necessidade de enfrentar a lógica da exclusão e das desigualdades. Neste contexto, a administração dos riscos socioambientais impõe a necessidade de ampliar o envolvimento público através de iniciativas que possibilitem um aumento do nível de consciência ambiental dos moradores e garanta a informação e a consolidação institucional de canais abertos para a participação numa perspectiva pluralista.

A problemática socioambiental, ao questionar ideologias teóricas e práticas, propõe a questão da participação democrática da sociedade na gestão dos seus recursos atuais e potenciais. Nesta direção, a formação educacional, numa perspectiva crítica, permite segurança no processo de tomada de decisões para a escolha de estilos novos de vida e a construção de futuros possíveis sob a óptica da sustentabilidade ecológica e da equidade social. Os desafios para ampliar a participação estão intrinsecamente vinculados à predisposição dos governos locais de criar espaços públicos e plurais de articulação e participação.

Observou-se que, em Porto de Moz, os canais de debates ainda são poucos e não recebem estímulos do governo local, que teme este tipo de organização por representar ameaça ao ciclo de mandos e desmandos instaurados pelos grupos dominantes. Em Oeiras do Pará, as iniciativas também são poucas, porém contam com o importante apoio do ICMBIO que levanta os debates. A instituição escolar pode constituir-se em importante aliado para romper com a marginalização sociopolítica instaurada pelos grupos político-financeiros que comandam estes municípios. Mas, esta tarefa ainda está longe de acontecer, pois a categoria docente encontra-se desarticulada, e espacialmente distribuída em localidades de difícil acesso dificultando que estes profissionais se reúnam para propor modalidades novas de educação numa perspectiva sustentável.

Pelo fato de proporcionar esclarecimento, o processo formativo torna-se uma ameaça, pois, os conflitos se tornam visíveis e as diferenças se confrontam. Quando a população torna-se esclarecida passa a se impor, enquanto base constitutiva da legitimidade de interesses diversos em jogo; e neste sentido, ampliam-se as possibilidades e exigências em participar mais intensamente nos processos decisórios, como um meio de fortalecer a sua co-responsabilização na fiscalização e controle dos agentes responsáveis pela degradação socioambiental. Este tipo de intervenção permite criar as condições para a ruptura com a

cultura política dominante e para uma proposta inovadora de sociabilidade baseada na educação para a participação.

Por sua vez, essa possibilidade só se concretizará caso sejam criadas condições que incentivem a pluralidade de opiniões de atores sociais preocupados com o futuro. E estes, através da ativação do seu potencial, terão cada vez mais condições de intervir consistentemente e sem tutela nos processos decisórios de interesse público. Ao final de tal processo, almeja-se conquistar legitimação e consolidação propostas de gestão baseadas na garantia do acesso à informação, e na consolidação de canais abertos para a participação que são pré-condições para a institucionalização do controle social.

10.2 Educação e sustentabilidade

A política de UC não representa uma solução em si mesma para a conquista da preservação e conservação ambiental de áreas cujos biomas encontravam-se ameaçado pelas ações antrópicas.

No cenário conservacionista/preservacionista mundial instaura-se uma “nova lógica” nas relações sociedade e natureza: a lógica da conservação baseada no caráter público do meio ambiente e em regras de uso e apropriação para o “uso indireto” dos recursos naturais. A partir do modelo americano a idéia de parque passou a significar tanto proteção como acesso público (SIMON, 2004, p. 78)

A experiência de UC surgiu nos Estados Unidos da América (EUA) no final do século passado, com o Parque Nacional (PARNA) Yellowstone, que constituiu uma resposta às constantes pressões diante dos problemas ambientais de destruição de áreas florestais e ameaça a biodiversidade que havia se tornado intenso, gerando indefinição com relação ao futuro.

Este modelo de proteção ambiental passa a considerar a presença humana não como algo prejudicial, mas como uma parceria que permite a garantia da existência do bioma conscientizando aquele que potencialmente poderia representar ameaça. A relação de interdependência reconhecida entre humanos e natureza instaura novas formas de exploração dos recursos naturais, assim como muda a compreensão que se tinha sobre seus limites. A coexistência de um parque ambiental e pessoas usufruindo suas potencialidades, a partir de regras de conduta, muda a concepção de seres humanos enquanto ameaça e vislumbra a possibilidade de construir senso de proteção baseado na conservação.

A consolidação do conceito de UC passa a materializar e incrementar a discussão ambiental reconhecendo a indissociabilidade entre meio ambiente e seres humanos estabelecido a partir de um entendimento que envolve sustentabilidade e preservação reconhecendo a existência de populações tradicionais⁵⁰ que vivem na e da floresta. Estes povos, ao mesmo tempo em que vivem dos produtos da floresta, passam a ser vistos como parte dela provocando a percepção de que a conservação é a garantia de sua sobrevivência, e por tanto, é de fundamental importância o engajamento nas questões de foro ambiental. Ignorar a legitimidade destas populações significa “endeusar” a natureza e privar o bem estar e a qualidade de vida daqueles que dela dependem.

A problemática ambiental tem como uma de suas origens o imaginário construído a partir do subconsciente das pessoas, alimentado por mitos criados no passado e na história que culturalmente são internalizados. Segundo Diegues (2001, p.157),

[...] existe uma mistificação da natureza como espaço intocado e intocável (o chamado mito moderno) no qual surgiu a idéia de criação de áreas naturais protegidas que deveriam permanecer intactas, de acordo com a idéia, de origem cristã, de paraíso perdido em que a natureza virgem se expressasse em toda sua beleza, transformado em objeto de reverência pelo homem urbano.

É neste cenário, ora cultuado por alguns e ora marginalizado por outros, que convivem as populações tradicionais e populações não tradicionais.

A definição de populações tradicionais ganha substância por apresentar um modelo de ocupação do espaço e uso dos recursos naturais voltado especialmente para a subsistência. Estas populações fazem o uso intensivo da mão-de-obra familiar, tecnologias de baixo impacto derivado de conhecimentos historicamente acumulados, que geralmente são de base sustentável, pois geram baixo impacto ao meio ambiente. Estes atores ocupam as áreas há várias gerações e, em alguns casos, não dispõem de registro legal de propriedade privada individual da terra, sendo definido apenas o local de moradia como parcela individual, de modo que o restante do território é encarado como área de utilização comunitária, com o seu uso regulamentado pelos costumes e valores locais.

Em meio a este cenário a sustentabilidade e proteção ambiental são questões conjugadas à existência das populações consideradas não tradicionais⁵¹ que encaram a floresta como possibilidade de negócios e investimentos sem se preocupar com o passivo ambiental deixado para trás⁵². A remoção destas pessoas bem como a convivência com as populações

⁵⁰ São considerados populações tradicionais os índios, pescadores artesanais, remanescentes de quilombos etc.

⁵¹ Empresários, madeireiros, grileiros, fazendeiros etc.

⁵² Rios assoreados, áreas desmatadas, solos arruinados etc.

tradicionais tem sido um dos grandes problemas enfrentados pelos organismos de proteção ambiental, já que as disputas pela posse destas áreas quase sempre têm sido marcadas por crimes contra a vida humana e contra a natureza. Esta problemática tem dificultado a elaboração de planos sustentáveis para as UC, pois tanto existem os interesses mercadológicos dos empresários, como o sentimento de identidade e pertencimento dos povos tradicionais em relação à floresta onde ainda prevalece a condição de vida a partir dos produtos florestais.

A sustentabilidade enquanto prática cotidiana pressupõe uma revisão de valores, haja vista que, de acordo com a forma com que os indivíduos se identificam com o meio, são atribuídos diferentes significados. O modo como as populações investigadas nas duas UC utilizam os recursos da natureza é totalmente adverso à forma como os empresários madeireiros, caçadores e pescadores comerciais entendem o meio ambiente. Estas populações rurais estão ligadas à natureza e sentem a necessidade de adoção de formas de vivência sustentáveis, como garantia para que a floresta possa lhes prover com seus recursos naturais; outrossim, as atividades de subsistência não chegam a causar prejuízos grandes a tais recursos, e ainda sim, é possível – nas condições em que produzem – sua reconstituição num período de tempo relativamente curto, a exemplo as medidas de manejo florestal e replantio de espécies nativas.

As populações tradicionais retiram da floresta apenas aquilo que é necessário ao seu sustento, vislumbrando apenas prover suas necessidades básicas. Porém, a inserção do capital e do *agrobusiness* tem alterado esta relação entre os povos tradicionais e a floresta, e ameaça o equilíbrio destes ecossistemas. Por conta disso, a discussão sobre sustentabilidade necessita de uma série de ações legitimadas por políticas públicas, especialmente àquelas voltadas para o uso sustentável dos recursos naturais, acesso ao conhecimento e novas tecnologias, possibilidades de se estabelecer parcerias capazes de auxiliar a fiscalização.

A ideia de sustentabilidade implica na prevalência da premissa de que é preciso estabelecer uma limitação definida nas possibilidades de crescimento e um conjunto de iniciativas que levem em conta a existência de interlocutores e participantes sociais relevantes e ativos através de práticas educativas. Espera-se que estes atores sejam capazes de estabelecer um processo de diálogo qualificado e responsável, o que reforça um sentimento de co-responsabilização e de constituição de valores éticos. Uma política de desenvolvimento na direção de uma sociedade sustentável não pode ignorar nem as dimensões culturais, nem as relações de poder existentes e muito menos o reconhecimento das limitações ecológicas, sob condição de apenas manter um padrão predatório de desenvolvimento.

Sabe-se que o avanço para uma sociedade sustentável é permeado de obstáculos, na medida em que existe uma limitação de consciência na sociedade com relação às implicações do modelo de desenvolvimento em curso. O cerne das atividades ecologicamente predatórias tem como eixo central o desgaste e ineficiência das instituições sociais, inacessibilidade aos sistemas de informação e comunicação, bem como os valores adotados pela sociedade, questões claramente visíveis nos municípios e RESEX investigadas. Para que haja mudança de concepção é preciso estimular uma participação mais ativa da sociedade no debate dos seus destinos, como uma maneira de estabelecer um conjunto socialmente identificado de problemas, objetivos e soluções.

Para que este paradigma novo se estabeleça há de se mudar o acesso à informação e por transformações institucionais que garantam acessibilidade e transparência à gestão. Uma das barreiras a serem vencidas reside na necessidade de os sistemas de informações e as instituições sociais se tornarem facilitadoras de um processo que reforce os argumentos para a construção de uma sociedade sustentável, a partir de premissas centradas no exercício de uma cidadania ativa e a mudança de valores individuais e coletivos. É neste sentido que se espera que as instituições de ensino assumam para si a responsabilidade de conduzir a formação das populações pouco qualificadas e informadas, quer seja escolarizando-os; alimentando bancos de dados; auxiliando, desenvolvendo e disseminando indicadores ambientais e socioeconômicos; e tornando transparentes os procedimentos através de práticas centradas na educação para a sustentabilidade.

Tais medidas, quando bem direcionadas, podem criar estilos novos de vida, desenvolver uma consciência ética que questionem o atual modelo de desenvolvimento marcado pelo seu caráter predatório e pelo reforço das desigualdades socioambientais. Estas ações devem ser pensadas especialmente em áreas onde os conflitos socioambientais assumem condições críticas. Nestas áreas, é de fundamental importância criar oportunidades para que a população seja integrada às novas estratégias de proteção ambiental, segurança social, à sustentabilidade.

A sustentabilidade como novo critério básico e integrador precisa estimular permanentemente as responsabilidades éticas, na medida em que a ênfase nos aspectos extra-econômicos serve para reconsiderar os aspectos relacionados com a equidade, a justiça social e a ética dos seres vivos (JACOBI, 1997, p. 67).

A presença de populações tradicionais em UC, e áreas de entorno, pode representar a possibilidade de contar com pessoas comprometidas com a proteção e fiscalização da floresta impedindo a caça indevida, retirada clandestina de madeira, pesca predatória e demais

atividades ilegais, mas para isso é preciso que estes indivíduos tenham entendimento do que representa a destruição da floresta para sua vidas, conheçam a legislação em vigor e contem com o apoio dos instrumentos fiscalizadores do estado.

Isto é possível a partir do processo formativo capaz de esclarecer os atores envolvidos com a problemática vivenciada a partir de alternativas construídas no seio da comunidade, contando com o uso de informações e treinamento, sem perder de vistas costumes e tradições, a exemplo os acordos de pesca e os termos de uso. Neste sentido, a educação torna-se um dos elementos responsáveis pela mudança de postura frente à floresta, pois resgata a interação harmônica entre natureza e seres humanos, o que pode estabelecer laços de cooperação e respeito mútuo (ANTUNES; COELHO; JOCHEM, 2006). O conhecimento construído a partir do processo educativo torna os atores mais esclarecidos sobre seus problemas, sensibiliza-os para a importância de agregar forças e cooperar entre si, fortalecer o debate sobre alternativas de se viver na e da floresta.

O processo educativo, quando bem direcionado, permite o exercício da criatividade e estimula o pensamento das pessoas, sem que isto constitua adestramento ou alienação, já que ele instiga os partícipes a elaborar soluções a partir de sua leitura de mundo e do cotidiano (BRUGGER, 2004). Sob este aspecto, considera-se que,

Não adianta, por tanto, reivindicar esforços (como sociedade) e/ou ensinar futuros biólogos (como professores) a planejar (tecnicamente) da melhor forma possível parques, reservas e novas áreas de preservação, sem consolidar a miríade de fatores que moldam de forma cada vez mais irreversível o rumo e os caminhos de nossa sociedade (BRUGGER, 2004, p. 94).

Por tanto, não se pode estudar os problemas socioambientais atuais de maneira isolada, sem considerar relações estabelecidas a partir de uma análise de interdependência.

É crescente a emergência da questão sustentabilidade como a expressão dominante nas agendas que envolvem meio ambiente e desenvolvimento social em sentido amplo. Este debate – já generalizado em muitos circuitos – tem influenciado diversos campos do saber e de atividades diversas, entre os quais se destaca o campo da educação. A educação para sustentabilidade surge a partir do momento em que a educação ambiental não apresentou os resultados esperados nas últimas décadas, nem se mostrou capaz de atender à complexidade crescente da crise contemporânea (SAUVÉ, 1997). Neste sentido, acredita-se que as limitações têm origem, em parte, à inadequação entre o paradigma cartesiano-mecanicista, prevalecente na sociedade e ciência ocidentais, e os problemas que hoje atingem a vida social, o ambiente, a economia e a cultura. Segundo esta compreensão, as mudanças necessárias e

desejadas exigem um paradigma integrador novo – ou holístico – que a educação ambiental não conseguiu colocar em prática, embora tenha reconhecido esta necessidade retoricamente.

A educação ambiental aplicada no cotidiano educativo assumiu expressões reducionistas em vários aspectos, como posto por Sauv  (1997): ao tratar a crise ambiental como uma crise meramente ecológica; ao confundir o meio ambiente com a natureza; ao desprezar suas dimensões políticas,  ticas e culturais; ao apresentar uma abordagem fragmentada e acrítica da questão socioambiental; ao aplicar metodologias disciplinares, não participativas e de criatividade baixa e ao propor respostas comportamentais e tecnológicas para problemas de maior complexidade.

  válido mencionar que a educa o ambiental teve sua contribui o no processo de sensibiliza o para a questão ambiental e nas reivindica es de movimentos sociais voltadas para a preserva o socioambiental. No entanto, pressupõe-se que ela não apresentou resultados capazes de atender às expectativas de mudanças criadas em seu desenvolvimento.   a partir desta crítica que se chegou a uma análise da educa o ambiental desenvolvida nas escolas a fim de elaborar uma proposta nova de ‘educa o para a sustentabilidade’.

Essa abordagem pressupõe estabelecer um debate capaz de esclarecer qual o real sentido deste termo que  s vezes   interpretado de várias formas sem criar conexão com as questões do cotidiano. Para Sauv  (1997), existe a necessidade de discutir criticamente os conteúdos implícitos nos diversos discursos de sustentabilidade e de confrontar as diferenças entre eles. Ainda, de acordo com esta autora,   de fundamental importância estabelecer clareza sobre os modelos de educa o disponíveis ou impostos, seus objetivos, interesses e valores, seu público preferencial e sobre as forças que conduzem o debate.

O modelo atual de educa o, direcionado para o paradigma do desenvolvimento sustentável, nada mais   do que um treinamento para aquisi o de certas habilidades em vez de um aprendizado voltado para a compreensão e emancipa o. A educa o necessitava de metas e objetivos a serem alcançados, mas em nenhum momento pode se furtar aos sujeitos envolvidos a capacidade de reelaborar seus conhecimentos a partir de uma prática de liberdade.

As políticas ambientais e os programas educativos relacionados   conscientiza o da crise ambiental demandam crescentemente novos enfoques integradores de uma realidade contraditória e geradora de desigualdades que transcendem a mera aplica o dos conhecimentos científicos e tecnológicos disponíveis (JACOBI, 2000, p. 39).

O fenômeno educativo, sob uma perspectiva emancipatória, constitui suas bases a partir da construção do senso de autonomia e pensamento crítico.

Nesse sentido, discutir a educação do ponto de vista da sustentabilidade significa estimular os partícipes⁵³ deste processo⁵⁴ à capacidade de pensar, julgar e construir atitudes de maneira consciente e responsável. Para isto, é necessário vencer o atual modelo de educação caracterizada pela preparação para o mercado, priorizando as demandas impostas pelo sistema capitalista, visando, acima de tudo, eficiência, controle de qualidade e competitividade (GENTILI; FRIGOTTO, 2002). Espera-se que a educação para a sustentabilidade constitua-se desde a mudança no modo de conceber o aprendizado tornando-o um processo reflexivo/ativo e integrador com condições de estimular a capacidade crítica, a autonomia e a criatividade.

O pensamento voltado para a sustentabilidade, dentro do processo educativo, exige que se pense numa educação construída a partir da terra, dos rios, da floresta, considerando conflitos e divergências, produtos pela diversidade de saberes e costumes. Ainda, importa que se considere as especificidades locais na discussão da sustentabilidade dentro da educação, pois, a conscientização ambiental deverá se dar de forma gradativa, enfocando cada círculo que envolve cada cidadão. Este exercício convida os membros das populações residentes nas RESEX a refletir sobre si, e desenvolva o seu senso crítico, sobre o que está certo e errado, e procure ver de que modo ele poderá contribuir com a melhoria ou com a eliminação de situações danosas aos seres humanos ou à natureza.

A educação para a cidadania e sustentabilidade constitui a possibilidade de envolver e sensibilizar as pessoas para transformar as modalidades diversas de participação em potenciais caminhos de dinamização da sociedade e de concretização de uma proposta de sociabilidade baseada e um modelo de educação associado à participação. O desafio da construção de uma cidadania ativa se configura como elemento crucial para constituição e fortalecimento de sujeitos/cidadãos que, portadores de direitos e deveres exijam a abertura de novos espaços de participação. Neste sentido, espera-se que a educação para a cidadania possa representar a possibilidade de motivar e sensibilizar as pessoas para transformar as maneiras diversas de participação em fatores potenciais de dinamização da sociedade e de ampliação do controle social da coisa pública, inclusive, pelos setores menos mobilizados.

Tais elementos precisam convergir para a criação de condições para a ruptura com a cultura política dominante e para uma nova proposta de sociabilidade baseada na educação

⁵³ Nessa tese de doutoramento, os partícipes considerados são: crianças, adolescentes, pescadores, agricultores, donas de casa, entre outros.

⁵⁴ Crianças, adolescentes, pescadores, agricultores, donas de casa, entre outros.

para a participação, mas para isso é preciso que os educadores comecem a adotar o senso de participação e construção coletiva. Esta se concretizará principalmente pela presença crescente de uma pluralidade de atores que, através da ativação do seu potencial de participação, terão cada vez mais condições de intervir consistentemente e sem tutela nos processos decisórios de interesse público. A legitimação e consolidação destas propostas de gestão serão firmadas a partir da garantia do acesso à informação e na consolidação de canais abertos para a participação que, por sua vez, podem ser possíveis a partir da aproximação de instituições de ensino e pesquisa.

10.3 As populações extrativistas das RESEX Verde para Sempre e Arióca Pruanã: perspectivas futuras frente aos processos participativos

As comunidades visitadas ao longo das investigações realizadas nas duas RESEX demonstraram em várias ocasiões a preocupação com sua permanência nessas áreas que antes de tudo representam sua morada. As mudanças instauradas com a criação destas UC produziram muitas incertezas com relação às formas de sobrevivência e as relações junto ao meio ambiente. Esperanças e frustrações dividem a opinião dos moradores, contudo, essas famílias começam a perceber que as intervenções carecem de participação e esclarecimentos como forma de estabelecer novas relações entre si e com o meio ambiente.

Sabe-se que a participação é um processo social que permite a interação entre atores sociais diferentes na definição do espaço a ser compartilhado, bem como ações a serem executadas com vistas a contemplar os interesses coletivos. É justamente neste contexto que se manifestam relações humanas que por vezes almejam o poder alcançando níveis distintos em função dos interesses, valores e percepções dos envolvidos, independentemente de sua condição de gênero. Para Gohn (2001), estas são algumas das concepções fundantes que auxiliam o entendimento do campo vasto de luta e composição entre projetos de participação para a sociedade.

Nesse sentido e de acordo com Bordenave (1995), alguns “princípios” da participação merecem destaque:

- a) A participação é uma necessidade até biológica do ser humano, uma vez que este só sobreviveu como espécie pelo desenvolvimento de sua capacidade de vida coletiva organizada em sociedades com graus distintos de complexidade;
- b) A participação é um processo de desenvolvimento da consciência crítica e de aquisição de poder;
- c) A participação leva à apropriação democrática do ambiente e de sua base natural;
- d) A participação é algo que se aprende e aperfeiçoa por meio de sua promoção;

- e) A participação é facilitada com a organização e a criação de fluxos de comunicação;
- f) A participação pode resolver conflitos, mas também pode gerá-los.

Sobre os aspectos acima mencionados o que se viu nas 20 comunidades investigadas foram situações em que a participação acontece de modo esporádico, motivada por questões que geralmente representam algum benefício material, ou corresponde a alguma exigência organizacional. E ainda sim, observou-se, principalmente em Oeiras do Pará, que os envolvidos pouco se assumem enquanto condutores dos debates e discussões, demonstrando pouca habilidade no trato das questões de interesse coletivo, carecendo da interferência de outras instituições, a exemplo o ICMBIO. Em Porto de Moz a participação com presença marcante da população, porém esses encontros têm sido permeados por muitas discussões que em alguns momentos acabam sendo infrutíferas.

Fotografia 33 - Assembleia realizada entre as comunidades da RESEX Verde para Sempre



Fonte: A autoria própria (2012).

O aspecto positivo, é que aos poucos as famílias residentes nas comunidades investigadas nas RESEX começam a compreender a importância que o ato de participar representa frente ao processo de empoderamento destes sujeitos. Na Verde para Sempre as famílias passaram a entender melhor seus problemas e posicionam-se diante das colocações emergentes nas assembleias, fato que fortalece a luta em prol do interesse coletivo. Porém este é um trabalho lento que exige paciência, afinal, também existe aqueles que continuam

descrentes em relação ao poder exercido pela participação social frente aos problemas das comunidades.

Na RESEX Arióca Pruanã pode se afirmar que a cultura participativa começa a adquirir significado com as ações realizadas pelo ICMBIO, em alguns momentos contando com muitos participantes, em outros contanto com reduzido número de pessoas. Nessas comunidades ficou perceptível o desafio que será mobilizar as pessoas e estimular a conscientização sobre o envolvimento dos assuntos relacionados a esta reserva. Percebeu-se que um dos fatores que tem afastado as pessoas de tal discussão é a repulsa por questões, que segundo muitos investigados, não passam de politicagem, o que demanda forte trabalho de mudança de concepção junto a esses moradores.

Fotografia 34 - Assembleia realizada entre as comunidades da RESEX Arióca Pruanã



Fonte: Autoria própria (2013).

Por tanto, é imprescindível que as organizações e instituições parceiras dessas duas UC, principalmente na Arióca Pruanã, realizem trabalhos conjuntos capazes de demonstrar que a participação é uma opção política que corresponde a determinadas concepções de mundo, um processo inclusivo e educativo no tratamento e explicitação de problemas e não a solução destes mesmos problemas. A participação é a promoção da cidadania, a realização do sujeito histórico, o instrumento por excelência para a construção do sentido de responsabilidade e de pertencimento a um grupo, classe, comunidade e local (BAUMAN, 2000). Em certo sentido, a participação é o cerne do processo educativo, pois desenvolve a capacidade do indivíduo ser 'senhor de si mesmo'.

Quando se tem por foco a educação emancipatória, observa-se que uma das deficiências de processos participativos está em enfatizar o envolvimento de cidadãos em situações de escolhas eleitorais. Como consequência desse posicionamento e da própria trajetória da cidadania, no Brasil (CARVALHO, 2001), tem-se um cidadão passivo. Ele espera que tudo venha do governo protecionista e sua institucionalidade; tem-se, pois, uma população que busca seus espaços de modo atomizado e desorganizado, e ainda, tem-se uma educação formal de caráter instrumental que não prepara para a vida social.

Esses aspectos são bastante perceptíveis tanto na área urbana como nas RESEX, pois ainda é muito comum o discurso de que:

com a criação da reserva e a proibição da retirada de madeira, as nossas famílias dependem do auxílio da prefeitura, do governo do estado e do governo federal. quando foi *pra* criar a área da reserva *fizero* todo um bonito, *dizio* que ia ter muito investimento e que a gente ia melhorar de vida. mas até agora só vejo famílias deixando suas casas *pra* ir pra cidade pedi na porta do prefeito, coisa que nunca tinha acontecido (M. C. S., lavradora e pescadora, RESEX Verde para Sempre, 2012).

A reserva foi criada, agora o que tá faltando é o governo *manda* a ajuda que *prometero pra* nós. A gente teve que passar por tudo isso aqui, *pra* nada. *Esquecero* de nós, e ainda o pessoal vive dizendo que vai chegar a ajuda, mas até hoje nada. A gente *tá* cansado de *ouvi* história (A. F., lavrador e pescador, 2012, RESEX Arióca Pruanã, 2013).

Entretanto, se a participação local e comunitária está sempre orientada para reivindicações específicas que não são vistas como parte orgânica da “política grande”, acaba que a participação passa a ser integrada ao sistema político e seus vícios ou encontra soluções fragmentadas e isoladas como tem sido comum nos dois municípios investigados.

Assim, a busca por modalidades novas de governabilidade democrática passa pelo poder local e pela ampliação da esfera pública, pois é na ação na territorialidade local, articulada às questões políticas do Estado-nação, que os conflitos e tensões são mais visíveis e os atores sociais se relacionam mais intensamente. Desta maneira, torna-se o processo de reconfiguração das modalidades políticas e culturais e a concentração entre os envolvidos uma tarefa árdua, mas qualitativamente indispensável para a mudança de padrões societários. Ainda, os conflitos são uma constante nos dois municípios, especialmente em Porto de Moz, onde as pessoas estão apenas começando a aprender a conviver com este modelo novo de relações, em alguns casos ainda baseadas nos conflitos de terras, exploração clandestina de madeira, mandos e desmandos dos gestores municipais, situação de insegurança e impunidade.

É nesse sentido que a educação assume uma função transformadora, na qual, a formação educacional e política dos indivíduos tornam-se um objetivo essencial para promover um novo tipo de desenvolvimento – o desenvolvimento baseado nos ideais de sustentabilidade. Entende-se, portanto, que a educação é condição necessária para modificar um quadro de degradação socioambiental, a partir da percepção e compreensão do problema. Mas, esta realidade ainda não é suficiente, o que, no dizer de Tamaio (2000), se converte em mais uma ferramenta de mediação necessária entre culturas, comportamentos diferenciados e interesses de grupos sociais para a construção das transformações desejadas, pois após esta etapa vem a tomada de posição frente às questões existentes.

O educador exerce a função de mediador na construção de referenciais sociais, políticos e ambientais e precisa saber usá-los como instrumentos para o desenvolvimento de uma prática social centrada no conceito de respeito aos semelhantes e também aos diferentes. No caso do educador atuante na área rural, essa missão torna-se muito mais árdua, pois em comunidades como as 20 envolvidas nesta pesquisa, é preciso construir formas de organização e intensificar/estimular a participação local. No município de Porto de Moz, participação e educação emancipatória são ideias que ainda estão germinando no seio de alguns grupos e certos atores e apresentam perspectivas muito positivas quanto ao futuro de sua RESEX, por outro lado, em Oeiras do Pará o trabalho de motivação e mobilização carece de mais aliados, principalmente as instituições de ensino e pesquisa existentes na região.

Ainda é árduo o trabalho de combate às relações socioeconômicas e políticas construídas com base no autoritarismo, nos sistemas degradantes de exploração econômica presentes de maneira marcantes nestes dois municípios. Portanto, tudo é ainda muito novo e compromissos não foram definidos e nem as responsabilidades de cada segmento social foram assumidas. No trabalho de investigação, percebeu-se especialmente na Arióca Pruanã certa descrença na possibilidade de um processo de participação intensa e consciente das populações locais em busca de melhores condições de vida.

Em Porto de Moz, na Verde para Sempre algumas comunidades sentem de perto o lado negativo da intervenção governamental⁵⁵ em seu ambiente imediato.

Antigamente o dia amanhecia, eu tinha serviço, ia *pra* serraria defendia o meu pão, comprava as *coisa pra* dentro da minha casa, minha família *num* passava necessidade. Quando *criaro* essa reserva minha situação ficou muito difícil, eu cheguei a ganhar três salários e meio na serraria, o hoje, hoje tem dia que eu *num* tenho nenhum *tustão* no bolso (P. J. D, Lavrador e Pescador, RESEX Verde para Sempre, 2012).

⁵⁵ A intervenção governamental aqui considerada está relacionada à criação dessa reserva.

Nas comunidades que viviam da exploração da madeira, é quase unânime a frustração e revolta dos moradores, especialmente aqueles que tinham na extração vegetal a principal fonte de renda. Ainda, de acordo com os depoimentos coletados a principal reclamação está na ausência de políticas capazes de promover a geração de renda, pois o modelo insustentável de exploração da floresta oferecia e ilusão de que o município vivia um momento de fartura.

Tenho muita pena das crianças desse nosso lugar. São elas que mais *sofre* com essa carestia, porque tem dias que a gente *num* tem o que oferecer. Meu marido arranja algumas *coisa* pelo mato e vai *pra* cidade tentar vender *pra* ver o que arranja *pra* gente. Mas não tá fácil não, minhas crianças *preciso* de roupa, de material *pra* estudar, de tudo [...], e a gente fica sem saber o que fazer (M. D. C. A, Lavradora e Pescadora, 2008, Informação Verbal).

Na comunidade Miritizal, na Verde para Sempre chamou a atenção o depoimento de um lavrador que reside há 27 anos no lugar e que ilustra a ausência de políticas voltadas para a geração de renda.

Desde que eu vim *pra* cá observo que a vida tem se tornado cada vez mais dura e o trabalho parece que *num* rende. Nesse lugar onde moro *cum* minha família muita gente num aguentou *fica*. Parece que a gente tá abandonado. A *num* ser quando chega o tempo da política, aí os *homi* vem com solução *pra* tudo. Numa viagem, o candidato a prefeito, querendo mais um mandato veio me procurar aqui em casa. É disse que ia montar uma associação aqui no lugar e era *pra* eu reunir os moradores. Fiz isso, saí de casa em casa convidando. Quando ele ganhou, esqueceu de nós e eu saí *cum* a cara amolada, fui chamado de mentiroso (E. G. L., Lavrador da RESEX Verde para Sempre, 2013).

Este desgaste político constante é muito comum entre as lideranças locais das duas RESEX, pois, conforme já fora dito, a demora e em alguns casos omissão do poder público, faz com que a credibilidade destes atores junto aos moradores, seja abalada e atrapalhe as possíveis mobilizações com vistas a criar um ambiente participativo.

Conforme posto por uma das lideranças do STTR de Porto de Moz, isso enfraquece o movimento social e destrói a possibilidade de participação responsável que é o um dos baluartes da democracia.

Eu fui um dos que mais lutou pela criação de reserva, sofri várias ameaças de morte, até hoje tenho que andar com certo cuidado e *num* posso ficar até tarde pela rua. Arranjei muitos inimigos, mas nada disso me assustava porque eu sabia que *tava* fazendo a coisa certa, e lutando pelo futuro de minha gente. Mas infelizmente a coisa tomou outro rumo. Como tudo o que foi prometido pela ministra Marina Silva *num* chegou até hoje, estou pagando caro pelo compromisso que assumi. Tem lugares aonde os moradores *num* querem me ver nem pintado de ouro. Acabei sendo penalizado pela demora do governo (B. R. S., STTR de Porto de Moz, 2013).

Por tais relatos, na ocasião da criação da RESEX Verde para Sempre, muitas promessas foram feitas aos moradores para que aderissem à proposta, sendo que algumas comunidades já receberam equipamentos tais como embarcações com motor, cestas básicas, enxadas, machados, facões e certo auxílio financeiro, mas existem outras que ainda estão à espera⁵⁶. Já em Oeiras do Pará, na Arióca Pruanã tem sido pouca a concretização de ações propostas para aquela RESEX, pois apenas no início do ano de 2014 o INCRA realizará um cadastro das famílias que moram na RESEX a fim de planejar ações e projetos.

Nos dois município os CONGE vêm tentando direcionar ações e debates voltados para modos novos de discutir os problemas das RESEX, mas ainda enfrenta resistência, sobretudo pela falta de conhecimento das populações locais. Entretanto, o desafio maior tem sido sensibilizar o poder público municipal sobre a emergência de se estabelecer parcerias.

Aqui em nosso trabalho a gente enfrenta muita dificuldade, principalmente porque as pessoas confundem nosso trabalho com política partidária, e não é isso que a gente faz. Estamos trabalhando principalmente com questão do esclarecimento das famílias e associações, fazendo palestras, cursos e prestando esclarecimentos sobre possibilidades de potencializar ações na RESEX sem comprometer o meio ambiente e a sobrevivência das famílias. Infelizmente a prefeitura municipal que poderia ser um grande parceiro encara a reserva como algo à parte a sua responsabilidade e julga que cabe ao Governo Federal implementar todas as ações. Para eles a reserva é algo que não compete a suas responsabilidades (Antonio Duarte, Comitê Gestor da RESEX Verde para Sempre, 2013).

É preciso que a prefeituras *sejo* nossa parceira, que esteja junto com a gente *pra* resolver os problemas da RESEX. A gente quer que o governo nos assuma e nos ajude a melhorar a vida das *pessoa* que vive aqui dentro. Se o povo perceber que a gente tem o apoio do prefeito a coisa pode se tornar mais fácil, por que, às vezes, as *pessoa num* vem por achar que a gente é do contra, ou só serve *pra* falar mal do prefeito (Pedro Maciel, Comitê Gestor da RESEX Arióca Pruanã, 2013).

Durante a pesquisa, percebeu-se um jogo de transferências de responsabilidades entre alguns atores envolvidos na dinâmica das RESEX especialmente as Prefeituras Municipais que não dispõe de projetos voltados para área.

Por mais que os COMIG venham se empenhando em realizar suas ações, especialmente na Arióca Pruanã, para as comunidades entrevistadas, ainda não há pleno esclarecimento sobre as possibilidades de ações na RESEX:

A gente sabe que tem um pessoal da fiscalização que fica passando de voadeira pelas comunidades, mas a gente fica com medo por que às vezes *nos* corta uma árvore, pega uma caça *pra* nossa *bóia*, mas a gente *num* faz isso *pra* desrespeitar. A

⁵⁶ De acordo com o STTR local, tem havido problemas de comunicação entre lideranças, representantes do Governo Federal, ONG e populações comunitárias sobre as modalidades de gestão da RESEX, bem como o compromisso e responsabilidade de cada uma das partes.

gente precisa viver também, *num* dá pra ficar esperando o governo vir enxergar a gente aqui no meio do rio Arióca (L. S., morador da RESEX Arióca Pruanã, 2013).

Ainda, observa-se a emergência no estabelecimento de parcerias voltadas para as RESEX como modo de:

- a) Promover o desenvolvimento sustentável das populações que habitam a área das RESEX, com prioridade para o combate à pobreza e a melhoria de sua condição de vida;
- b) Garantir a proteção dos recursos ambientais e socioculturais existentes na área, especialmente pela prática de atividades que não comprometam a integridade dos atributos que justificaram a criação das RESEX, mas, ao contrário, que assegurem a manutenção do equilíbrio ecológico existente;
- c) Promover pesquisas relacionadas a modelos de desenvolvimento sustentável que possam ser adotados nas RESEX e à biodiversidade existente na área, para melhor aproveitamento dos resultados em benefício das comunidades locais e regionais;
- d) Estabelecer mecanismos que facilitem às próprias comunidades o exercício de atividades de fiscalização e proteção dos recursos da flora, fauna, hídricos, do solo e subsolo - inclusive a extração, produção, transporte, consumo e comercialização dos produtos e subprodutos das RESEX.

Por outro lado, na perspectiva de algumas lideranças do movimento, o processo de criação das RESEX – e os recursos financeiros, conhecimento, instrumentos legais e institucionais a serem trazidos para a região – são imprescindíveis para concretizar os objetivos do movimento.

Como exemplo nessa direção, tem-se o processo de elaboração, implantação e execução do Plano de Manejo da comunidade de Arimum, localizada dentro da reserva Verde para Sempre. Precisamente, por meio de associação, os habitantes vêm executando atividades de exploração racional da madeira. As normas para o manejo sustentável dos recursos naturais, em cada setor, os problemas específicos são discutidas em reuniões dentro da própria associação, em alguns casos subsidiadas por organizações de pesquisa.

Participam dessas reuniões um ou mais membros integrantes do CONGE da reserva, sendo que as decisões são tomadas em assembleias que reúnem várias famílias da comunidade. Também, esporadicamente, tem-se a participação de representantes políticos locais, de organizações governamentais e ONG diversas, órgãos de classe, sindicatos e outros

segmentos da sociedade civil organizada, além de pesquisadores e extensionistas. Estas assembleias gerais, bem como as reuniões setoriais, têm se transformado “em um espaço político” para a deliberação dos princípios gerais do manejo, discussões e tomadas de decisões, mas principalmente, em um espaço de divulgação dos resultados do manejo.

Nessas assembleias, as definições de Plano de Manejo são discutidas e votadas e as decisões tomadas devem ser acatadas pela maioria dos comunitários. Os estudos e pesquisas que subsidiaram esta tese apontaram que a formação de associação comunitária é indispensável à elaboração do Plano de Manejo. Na área da RESEX, já existiam algumas associações comunitárias que são recentes e surgiram da necessidade de se comercializar produtos, principalmente aqueles contemplados em tal plano, bem como receber o auxílio do Governo Federal.

A maioria das comunidades mais organizadas nas duas RESEX criou associações, nas quais se discute o planejamento de atividades principais e tomam-se decisões. O sistema de associação poderia fortalecer o grupo de manejadores das comunidades, e enriquecer o debate, favorecendo o ordenamento do uso comunitário das áreas com potencial madeireiro, diminuindo os conflitos entre as comunidades (PIRES, 2003). As atividades mais diretamente ligadas ao manejo florestal estão sendo implantadas em nível organizacional na comunidade Arimum pelos membros das associações comunitárias.

Contudo, de acordo com o COMGE de Oeiras do Pará e Porto de Moz, geralmente as comunidades ribeirinhas tradicionais não estão organizadas formalmente em associações e isso tem sido um grande desafio. Desta maneira, o trabalho e assessoria dos Comitês Gestores e outros programas estão focalizados também na orientação das comunidades para esta formalização torne-se viável, pois se espera que os produtos dessas comunidades possam ser colocados no mercado local e regional. As atividades de manejo florestal para a produção de madeira considerada de grande importância para as associações deveriam se complementar a outras atividades capazes de agregar valor aos produtos locais e promover a geração de renda nessas RESEX.

As associações criadas nas RESEX Verde para Sempre e Arióca Pruanã deveriam incentivar as comunidades a incluir outras atividades econômicas e outros trabalhos de interesse comunitário. Nos dois Comitês Gestores das RESEX, mas principalmente em Porto de Moz, existe muito incentivo para que as famílias que participam das associações coletem diversos recursos florestais madeireiros e não madeireiros para produção artesanal e uso doméstico nas áreas de manejo florestal de uso múltiplo. Grupos diversos dentro das associações se dedicam a estas atividades, as quais não estão necessariamente separadas da

atividade de extração de madeira; o exemplo existe na Associação de Juçara que trabalhava com aproveitamento de sobras de madeira do processo de exploração florestal.

A questão do pescado também é uma problemática cujas respostas necessariamente dependem da participação de moradores e atuação de comunidades e associações, pois segundo uma liderança da CP Z-64, antes da criação da RESEX Verde para Sempre, a pesca predatória promovida por pescadores comerciais (geleiras) era um grande problema, sendo que a maioria destes pescadores vinha de município como Cametá, Belém e Monte Alegre. Durante a década de 1980, fatores diversos contribuíram para que as áreas na região comesçassem a ser ocupadas por pescadores: o crescimento da demanda por produtos da várzea, inclusive peixe; queda dos estoques pesqueiros causados pela operação da UHE Tucuruí, no caso do baixo Tocantins (SABLAYROLLES; ROCHA, 2003). Entretanto, a criação da RESEX, as mudanças no mercado madeireiro e o aperfeiçoamento das estratégias de fiscalização levaram ao declínio acentuado da exploração vegetal e animal.

Na Arióca Pruanã a questão da pesca está relacionada à necessidade de renovação dos estoques pesqueiros comprometidos pela demanda regional. Como não existiam mecanismos regulamentadores da pesca com o tempo a população de peixes foi diminuindo nos rios e forçando as comunidades a refletir sobre o assunto e buscar alternativas, porém este exercício ainda é recente. A maioria das comunidades já investigadas já ouviu falar dos acordos de pesca, mas poucos são aqueles que se envolvem diretamente em tal questão, além disso, entre as comunidades rurais o STTR exerce mais influencia que a colônia de pescadores, e somado a isso existe as outras associações de pescadores com políticas e interesses próprios.

Na concepção do Comitê Gestor da Verde para Sempre, esperava-se que a criação da reserva, combinada com a educação ambiental e a fiscalização por agentes ambientais comunitários, pudesse contribuir para a redução da extração ilegal de madeira (PIRES et al., 2002). Antes da criação da RESEX, a caça e pesca clandestina de animais aquáticos nos lagos da região era um grande problema enfrentado pela CP Z-64 e pescadores locais. Caso esta caça e pesca não fosse proibida, a atividade clandestina colocaria em risco a ação da colônia frente aos órgãos de fiscalização. Desta maneira, iniciou-se um processo de negociação com a colônia de pescadores e pescadores locais para inibir a atividade clandestina.

As RESEX são criadas sob orientação do SNUC, quando se recomendou o envolvimento da “[...] participação da população local na definição do modelo de gestão e a conciliação da conservação da biodiversidade com a promoção social” (ALENCAR, 2002, p.104). No que concerne à pressão no entorno das reservas, pode-se dizer que tal fenômeno é caracterizado mais por uso do que por acesso. Como a lei estabelece que as áreas de várzea

são terras de marinha e sua titularização não é prevista, isso de certa forma inibe a especulação.

Existem algumas medidas que poderiam favorecer a governabilidade em torno da reserva. Estas medidas seriam elencadas como fatores favoráveis à governabilidade da área de entorno da RESEX:

- a) A inclusão de comunidades que moram fora/no entorno da RESEX como legítimos usuários dos seus recursos naturais, pois a co-gestão da reserva por moradores e usuários é importante para a criação de um tipo de “zona tampão” em torno da área;
- b) A participação de outros grupos interessados nos recursos naturais (moradores e comerciantes de centros urbanos) no processo de criação da reserva e de elaboração do Plano de Manejo;
- c) Diálogo com os atores externos que competiam com as comunidades pelos recursos naturais (pescadores comerciais, extratores de madeira) e busca pela parceria com estes atores;
- d) Um sistema de fiscalização implantado por grupos de moradores e usuários (formação de Agentes Ambientais Voluntários) para a fiscalização do uso dos recursos naturais da RESEX;
- e) Outras atividades e programas para a RESEX (educação ambiental etc.) nos municípios e comunidades em torno da reserva;

Como fatores desfavoráveis à governabilidade das regiões em tornos das RESEX se destacam:

- a) Crescimento das áreas urbanas, aumentando a demanda por recursos naturais da região (pesca, madeira etc.) e do interesse das populações do entorno em utilizá-los;
- b) Alta taxa de analfabetismo e desemprego nas áreas urbanas e comunidades;
- c) Interesse crescente de migração para as RESEX motivado pela rede de parentesco existente entre moradores das reservas e de áreas urbanas, bem como possibilidade de receber auxílio do Governo Federal;
- d) Falta de fiscalização adequada pelas autoridades (IBAMA).

É de se observar que logo de início, o Estado teve um papel importante na criação da RESEX porém, atualmente, esta instituição tem como desafio a implantação das ações de desenvolvimento das comunidades. Por um lado, a criação da RESEX e suas normas sobre a utilização dos recursos naturais restringiram aos moradores e usuários do acesso aos seus

recursos naturais⁵⁷. Por outro lado, esta reserva tem garantido aos seus moradores e usuários acesso “seguro” aos recursos naturais, pela restrição imposta aos outros atores, principalmente pescadores e madeireiros comerciais.

Ainda, importa que se efetive o papel do Governo Federal no âmbito das políticas públicas. Nesta direção, uma ação importante é incentivar a cooperação científica para a realização das pesquisas realizadas na RESEX.

Com apoio técnico e organizacional é possível que comunidades rurais assumam o manejo florestal, participando ativamente de decisões técnicas como a intensidade de exploração, fundamentadas em seus conhecimentos sobre as matas onde vivem há muitos anos. Apesar deste conhecimento acumulado, as comunidades necessitam aprimorar as operações florestais que vem desenvolvendo. Através de treinamento operacional, ou re-orientação, os comunitários e usuários da reserva envolvidos no manejo florestal estão tendo acesso ao aprendizado de técnicas de manejo de baixo impacto (PIRES et al., 2002, p. 2).

Na concepção de Pires (2003), é preciso definir um modelo, em conjunto com as comunidades, englobando conhecimento tradicional sobre exploração de madeira na várzea e novas técnicas para o melhor aproveitamento dos recursos com finalidades econômicas, as quais buscam reduzir os danos à floresta e os riscos de acidentes.

Nesse modelo, também há de se incorporar “[...] a percepção comunitária dos fundamentos básicos do manejo, o uso comunitário dos recursos florestais em áreas de uso sustentável definidas em consenso entre as comunidades e o estabelecimento de fóruns e mecanismos de tomada de decisão e resolução de conflitos [...]” juntamente com “[...] o uso de técnicas e instrumentos de avaliação e controle bem definidos” (PIRES, 2003, p. 2). O fortalecimento e o gerenciamento de associações comunitárias tem sido um desafio a ser alcançado na RESEX. Segundo Pires et al., (2002), a criação das associações comunitárias precisa ser fortalecida, as regras da comunidade devem ser formalizadas, definindo melhor os papéis das pessoas que integram a comunidade e fortalecendo a organização comunitária.

Anualmente, os associados analisam o andamento das associações, identificam os pontos positivos e negativos, as lições aprendidas e desafios e o grau de alcance dos objetivos dos comunitários. Esta avaliação inclui uma auto-avaliação dos associados e oferece indicações das principais dificuldades encontradas pelas associações e o seu grau de amadurecimento (PIRES, 2003). Ao longo dos anos, os promotores comunitários e lideranças dos setores têm assumido uma maior participação e responsabilidade na organização das assembleias anuais e os custos financeiros para sua realização.

⁵⁷ Pela criação de áreas de conservação, restrições na comercialização de alguns recursos etc.

Um aspecto que ainda é preciso avançar nas discussões da RESEX, para assegurar o interesse das comunidades, é buscar apoio de instituições internacionais, federais, estaduais e não governamentais para a execução do Plano de Manejo. Entretanto, tem-se encontrado limitações e desafios para maior organização e apropriação comunitária. As dificuldades principais estão relacionadas à elaboração de um órgão de gerenciamento, ausência de lideranças fortes, heterogeneidade cultural e das práticas produtivas, entre os habitantes, que apresentam uma cultura arraigada de exploração madeireira tradicional (não manejada).

Outro fator é a desconfiança de alguns participantes em relação aos objetivos de sustentabilidade a serem alcançados com a RESEX, enfraquecimento de algumas lideranças comunitárias pela demora de ações. Isto diminuiu a participação comunitária, o que se “[...] complica com a dificuldade encontrada pelos participantes na conciliação de tempo para a realização de outras atividades econômicas (pesca, agricultura etc.) além das limitações impostas pela sazonalidade da várzea” (PIRES et al., 2002, p. 3). Além disto, outro fator limitante é a dependência de agentes externos à comunidade, visto que as comunidades não dispõem, de acordo com Pires et al., (2002), de recursos financeiros próprios para arcar com os custos iniciais necessários à criação das associações.

A comunidade de Arimum, na RESEX Verde para Sempre vem sendo um exemplo interessante já que por meio de treinamento florestal, os comunitários tornam-se capazes de realizar atividades técnicas somadas ao conhecimento tradicional. Estas ações possibilitam a participação de todos os interessados, de acordo com suas habilidades, sendo que a deficiência de alguns participantes será compensada pelos saberes de outros. Entre os anseios dos moradores das comunidades investigadas existe a emergência de:

- a) Formação de equipe com enfoque na organização e gestão comunitária;
- b) Capacitação de promotores comunitários para acompanhar as comunidades;
- c) Capacitação de lideranças comunitárias que passam a atuar como agentes multiplicadores dos processos e ajudam a implantar ações de fiscalização das áreas protegidas;
- d) Promoção de fóruns de debates e intercâmbios entre associações de manejadores.

As limitações e desafios principais para uma apropriação comunitária maior estão relacionados ao índice elevado de analfabetismo. Grande número de comunitários adultos é formado por analfabetos. Tal realidade os torna dependentes de agentes externos (PIRES et al., 2002), como em relação à assessorias, assistência técnica e acompanhamento.

11 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização de pesquisas em UC constitui uma tarefa de necessidade extrema em virtude do desafio de se elaborar elementos voltados para o pensamento e implementação de políticas públicas para essas áreas, contudo esta prática enfrenta os desafios surgidos por conta de desvelar fatos reais que rotineiramente são ocultados como forma de perpetuar ciclos de poder e dominação sobre as populações humildes. As instituições públicas ainda resistem em abrir suas portas para pesquisadores temendo a externalização de suas debilidades, quer seja no campo administrativo, quer seja no modo como os problemas sociais são tratados pelos tomadores de decisão. Tais percalços não só atrapalham o bom andamento das pesquisas como dificultam a aquisição das informações necessárias para que se possa estabelecer compreensão da realidade local a fim de propor soluções.

Tanto no município de Porto de Moz como em Oeiras do Pará as prefeituras municipais e suas secretarias se apresentam muito fechadas no que concerne à possibilidade de compartilhar suas informações e a apresentar a forma como atuam junto às comunidades existentes nas duas RESEX. A imprecisão com relação números e dados sobre a localização das escolas é visível especialmente em Oeiras do Pará, o que segundo as secretarias investigadas justifica-se pela recente posse das atuais gestões no período em que esta pesquisa foi realizada. Contudo em alguns casos fica clara a percepção de que existe omissão de informações como forma de se proteger de futuros questionamentos.

É válido destacar que no caso da SEMED de Oeiras do Pará, mesmo não dispondo de todas as informações solicitadas, esta secretaria demonstrou-se interessada em compreender as comunidades rurais a partir de uma perspectiva orientada na forma de UC. Houve a predisposição no oferecimento de barcos para realização das visitas nas comunidades, bem como a prestação de dados disponíveis por esta secretaria. Tal iniciativa foi fundamental para a reunião dos elementos necessários para as análises e reflexões desta tese.

Em Porto de Moz a SEMED encontra-se melhor instrumentalizada sobre as informações da reserva, uma vez que a dinâmica de discussões e debates sobre esta UC neste município é intensa. O secretário municipal de educação deste município demonstra-se conhecedor dos desafios e possibilidades existentes na Verde para Sempre e parece ser qualificado para condução dos trabalhos. O ritmo das atividades desenvolvidas por este secretário inviabilizou questionamentos mais profundos ao ponto de permitir adentrar sobre a política interna da SEMED em relação às comunidades da RESEX.

Nos dois municípios parece que os servidores municipais não se sentem à vontade para falar sobre as políticas desenvolvidas pelas prefeituras locais, e quando falam limitam-se a apresentar informações pouco fundamentadas, o que representou grande desafio na coleta de dados e informações. Estes servidores temem represálias e constrangimentos, pois ainda é comum nestes municípios o controle de entrada e saída de informações sobre a atuação da gestão local. Num primeiro momento todos se limitam a dizer que os trabalhos vêm acontecendo num ritmo muito bom, mas do decorrer das conversas percebe-se que algumas políticas públicas pouco têm avançado desde a criação das duas UC.

Percebe-se que as prefeituras ainda esperam por maior atuação do governo federal junto as RESEX, pois, ainda vigora o argumento de que é preciso compensar os municípios que tiveram suas economias comprometidas após a criação das UC. Os gestores municipais afirmam que é preciso injetar mais recurso para que políticas setoriais tais como saúde, geração de renda, e educação sejam mais bem assistidas, já que segundo estes, os municípios pouco arrecadam com impostos, e os recursos repassados pelo fundo de participação só dão para pagar a “máquina” pública. As ações nesses dois municípios ainda limitam-se basicamente na área urbana, já que ao longo das investigações não foram apresentados projetos e ações pensadas especificamente nas áreas rurais.

No que se refere à contribuição das organizações de apoio percebeu-se boa aceitação em relação à realização de estudos e pesquisas sobre as comunidades que compõem as UC. Para os coordenadores dessas organizações é imprescindível que a academia se aproxime mais da realidade vivida nessas comunidades e torne-se parceira dos debates e construções de propostas sustentáveis. Em todas as visitas nas comunidades, lideranças e coordenadores de comitês gestores demonstraram-se solícitos em ajudar com informações, documentos e especialmente a logística necessária para se chegar às comunidades. Em comum estes atores carregam a esperança de dias melhores e o reconhecimento de seus direitos de viver dignamente nos seus locais de pertencimento.

O desafio de adentrar nas duas RESEX serviu de estímulo para vencer os inúmeros obstáculos ao longo deste trabalho, destacando-se o surto de malária que atingiu o município de Oeiras do Pará no período em que as visitas ocorriam nas comunidades. Tal fato demonstrou a vulnerabilidade das populações camponesas que ainda hoje perecem frente aos constantes problemas relacionados à forma como o meio ambiente vem sendo subjugado, bem como as consequências da falta de investimentos em saúde preventiva, educação e práticas saudáveis. Para essas pessoas as doenças representam apenas um dos inúmeros problemas vivenciados no cotidiano, que insistem em forçar essas famílias a abandonar a área rural.

Em Porto de Moz instaurou-se uma nova era de anseios e incertezas com a construção das linhas de eletrificação que irão subsidiar o projeto da usina hidrelétrica de Belo Monte. Lideranças e organizações em defesa da floresta se vêm preocupadas com os passivos ambientais a serem trazidos com este grande projeto, que vem acontecendo envolto de críticas e constantes conflitos por conta da imprecisão de benefícios às populações diretamente atingidas. Localizado a jusante desta barragem, é provável que Porto de Moz sofra os mesmo impactos que municípios de outras regiões vivenciam, a exemplo os municípios a jusante de Tucuruí. Contudo, parece claro que o projeto desenvolvimentista alicerçado pelos anseios do capital não cederá às pressões destes povos que estão fadados às consequências prováveis e imensuráveis que este empreendimento reserva.

Esses e tantos outros problemas reafirmam o entendimento de que a discussão sobre as políticas públicas tem sua importância em virtude da necessidade de se estabelecer novas compreensões sobre o cenário ambiental, socioeconômico, político e cultural vivenciado pelas comunidades de dentro das UC e em especial das RESEX e suas áreas de entorno. O impacto causado pela implantação das reservas produziu em seu bojo, a emergência de compreender o processo educativo como elemento capaz de auxiliar a construção de sustentabilidade para os cidadãos. A criação das RESEX constitui apenas um dos passos já que, as dificuldades que as comunidades vêm enfrentando nessas áreas têm sido muitas, especialmente efetivação de serviços básicos capazes de contemplar as demandas das comunidades.

O silêncio de alguns, a inquietações de outros, e a revolta de muitos é algo perceptível nas assembleias realizadas nas duas RESEX já que o pouco conhecimento sobre direitos destes cidadãos se manifesta em revolta diante da precariedade de vida em que muitos destes se encontram. As mudanças foram instauradas sem previa preparação, o que, de modo algum pode ser confundido, com assembleias onde muitos destes indivíduos assumiram o papel de pseudoparticipantes, já que se encontravam desprovidos dos saberes e conhecimento necessários para tomar algumas decisões e principalmente cobrar responsabilização das autoridades competentes. A criação das duas RESEX se confunde com manobras político-partidárias que no caso de Porto de Moz visavam destituir a elite madeireira, e em Oeiras do Pará visavam fortalecer o movimento social criando novas ramificações políticas. No discurso dos profissionais da política a criação das duas RESEX engessou as economias locais, desestruturou uma rede econômica que tinha com base a degradação da floresta; do outro lado existe o entendimento de que as elites econômicas locais começaram a perder espaço para os movimento e organizações de cunho popular o que pode representar um importante avanço na disputa de espaço na arena política. Contudo o que se percebe é que o cenário ambiental

continua perecendo não mais em um ritmo desenfreado, mas seguindo doses homeopáticas de devastação mascarada pela debilidade das instituições gestoras como em Oeiras do Pará, ou driblando a legalidade por meio de agentes corruptos como no caso de Porto de Moz.

A pesquisa demonstra que as políticas públicas educacionais e ambientais pouco vêm sendo discutidas pelas populações viventes nas áreas de RESEX, no cenário amazônico. Uma das contribuições possíveis foi proporcionar o entendimento que através da interação da região rural com as cidades torna-se possível vislumbrar o desenvolvimento da sociedade local. Para tanto, há de se estabelecer a compreensão de que a realização de novos projetos de sociedade só será possível quando as necessidades básicas dos habitantes da área rural forem contempladas sem que haja exclusividade de privilégios, mas que se estabeleça a igualdade de prioridades junto aos cidadãos da cidade.

A pesquisa demonstra que dentro destas necessidades está a emergência de um modelo de educação que seja capaz de valorizar as populações rurais que vivem nas UC e seus entornos. Entende-se que a construção de uma sociedade sustentável envolve a promoção de uma educação que estimule a transformação ética e política dos indivíduos, bem como das instituições, promovendo mudanças que percorram o cotidiano individual e coletivo. Neste cenário, a educação pode mediar um novo projeto social, no qual os aspectos políticos, sociais, econômicos, culturais e ambientais sejam criticamente revistos.

Para isso se faz necessário a intervenção direta do poder público e das instituições de ensino e pesquisa que gozando de autonomia acadêmica poderão instrumentalizar as populações das RESEX a participarem das decisões com conhecimento e habilidade que lhes permita construir cenários que apontem para vivência com dignidade. Sem a intervenção educacional formadora e emancipadora os planos de manejo continuarão tendo vida curta, as políticas de assistência aos trabalhadores rurais acontecerão de maneira pouco eficiente. A mudança de concepção só acontece quando os indivíduos esclarecidos e cientes das possibilidades se permitem agir segundo os interesses da coletividade sem perder de vistas a garantia do futuro para as próximas gerações.

Esta pesquisa incentiva a reflexão sobre a emergência da transformação do atual modelo de educação rural em UC e sugere a emergência de se pensar projetos pedagógicos construídos na/para as UC. O direcionamento das atenções para a área rural tem sua importância por conta da necessidade em se apresentar/compreender uma dinâmica cheia de especificidades, principalmente quando a questão discutida está relacionada à ruralidade em um cenário diversificado como é o amazônico. É importante evidenciar as comunidades camponesas, ribeirinhas, pesqueiras e extrativistas, quilombolas, povos indígenas que são os

atores envolvidos neste cenário que além de almejar a melhoria da qualidade do ensino também vislumbram a possibilidade de alavancar qualidade de vida de modo sustentável.

Como contribuição científica esta pesquisa apresenta quadros demonstrativos do perfil dos moradores das comunidades situadas nas duas RESEX; traz as impressões sobre as políticas públicas em vigor no contexto de RESEX na região amazônica; mostram a fragilidade das instituições de fiscalização promoção da sobrevivência segundo os preceitos da sustentabilidade; denuncia a ocultação dos problemas as décadas reproduzidos nas áreas de floresta onde os apelos se confundem com o som das motosserras, tiros de revolver, fuga das aves. As informações reunidas nesta tese representam os primeiros dados sistematizados criticamente para algumas dessas comunidades, e mesmo constitui alguns dos primeiros trabalhos onde se estabelece comparativos entre as duas RESEX considerando os aspectos ambiental e educacional.

Estas questões imprimem atenção para as crianças, os adolescentes, os jovens, os adultos e os idosos que vivem e atuam na diversidade de modalidades de produção e de vida na e da região campesina. A produção e execução de políticas educacionais precisam estar articuladas ao fortalecimento de um projeto popular de sobrevivência que valorize os trabalhadores e trabalhadoras rurais integrando-os na construção social de um projeto sustentável nessas UC. As políticas públicas precisam estar articuladas ao conjunto de políticas que sejam capazes de assegurar direitos sociais e humanos dos cidadãos que vivem na área rural.

É imprescindível discutir, de maneira articulada, à educação, o direito à terra, à permanência digna na área rural, ao trabalho, às diferentes formas de produção e reprodução social da vida, pois são esses componentes que subsidiarão o desenvolvimento social com justiça e dignidade. No caso das RESEX Verde para Sempre e Arióca Pruanã, alguns problemas, comuns em relatos de literatura especializada em UC, são presentes em seus cotidianos: recursos financeiros poucos para mantê-la; número insuficiente de funcionários para fiscalizá-la; criação desta UC com pouca eficiência do ponto de vista técnico e administrativo; falta de estímulo ao associativismo e cooperativismo; surgimento de associações com atuação insignificante. Como se percebe, são problemas que comprometem a aquisição de qualidade de vida com sustentabilidade.

Percebeu-se que ainda é muito tímido o compartilhamento de responsabilidades entre o poder público e as populações locais o que dificulta a discussão e elaboração de políticas públicas. É grande a necessidade de que as políticas públicas, além de discutidas e elaboradas, possam ser integradas a outras políticas de caráter setorial, a fim de proporcionar o

desenvolvimento científico, tecnológico, turismo, saúde, lazer e educação, dentre outras, sem que isso signifique a dependência exclusiva de um único ministério ou mesmo secretaria de governo. Estas medidas precisam estar interligadas, uma vez que suas ações atingem as populações sob várias formas. Em Oeiras do Pará, o desafio mais complexo tem sido convencer/mobilizar as populações locais sobre a necessidade de acompanhar as questões relacionadas à RESEX. O pensamento imediatista associado às falsas promessas tem feito com que as pessoas comecem a deixar de acreditar na sustentabilidade e na importância da existência da floresta. E é justamente aí que reside o perigo, pois o sentimento de frustração pode causar ações mais agressivas. No caso de Porto de Moz, o momento é outro, as organizações, populações e instituições precisam estabelecer maior aproximação como forma de consolidar experiências exitosas, porém entre estes existem as intrigas político-partidárias que instauram divergências separatistas com vistas aos interesses coletivos.

Neste sentido, o processo formativo associado às políticas de geração de renda poderia representar uma possibilidade de resposta às exigências populares. Para tanto, se faz necessária a promoção de medidas emergenciais capazes de trazer a discussão ambiental para a agenda do dia nas escolas e na vida desses dois municípios. No que concerne ao processo educacional, é preciso reorientar o currículo escolar a fim de instrumentalizar a sociedade local sobre a importância e possibilidades da RESEX.

A educação pode representar um instrumento capaz de fortalecer o controle social e incentivar o envolvimento dos atores nas decisões que afetam sua qualidade de vida. É questionável que as escolas de Porto de Moz e Oeiras do Pará pouco atentem para a questão ambiental, e quando o fazem tudo ocorre de modo improvisado e despreparado. Nestes termos, importa que os professores destes municípios sejam qualificados com cursos de formação contínua para que estejam aptos a falar sobre a RESEX aos alunos, bem como sejam capazes de envolver a comunidade local a formar opiniões e ideias novas. E para que isto ocorra, condições materiais adequadas e instigantes são essenciais, a exemplo de recursos financeiros, prédios e materiais didáticos adequados. Por fim, observa-se que parte da sociedade não tem conseguido perceber nas regiões rurais as contradições presentes nas relações que envolvem a disputa pela terra, disparidades intrarregionais, conflitos locais, etc. As populações rurais clamam pela implementação de políticas públicas para que a área rural seja capaz de contribuir para construção de um projeto de sociedade que seja justo, democrático e igualitário. Deste modo, espera-se contemplar um projeto sustentável rural amazônico que seja capaz de se opor à opressão vinculada à especulação da terra e ao capitalismo materializado no agronegócio abusivo.

REFERÊNCIAS

- ADALBERTO, Príncipe da Prússia. *Brasil: Amazonas-Xingu*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1977, p. 167-168.
- ALEGRETTI, Mary. *A construção social de políticas ambientais: Chico Mendes e o movimento dos seringueiros*. Brasília, 2002. 826 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília, DF, 2002.
- ALENCAR, Edna Ferreira. *Terra caída: encanto, lugares e identidades*. Brasília, DF, 2002. 245 f. Tese (Doutorado em Antropologia) - Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2002.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. A dimensão política dos “conhecimentos tradicionais” na Amazônia. *Cadernos CEAS – Centro de Estudos e Ação Social*. Salvador, 2005.
- ALMEIDA, Dóris Bittencourt. A educação rural como um processo civilizador. In: *Histórias e memórias da educação no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. v. 3.
- ALMEIDA, Luciane Soares; HAGE, Salomão Antonio Mufarrej. Desafios da educação nos assentamentos da reforma agrária da Amazônia Paraense. In: CONGRESO LATINO-AMERICANO DE SOCIOLOGÍA RURAL, 7., 2006. São Paulo. *Anais...* São Paulo: USP, 2006. p. 1-20.
- AMIN, Mário. M. O extrativismo como fator de empobrecimento da economia do Pará. In: XIMENES, Tereza (org.). *Perspectivas do desenvolvimento sustentável* (uma contribuição para a Amazônia 21). Belém: Universidade Federal do Pará. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos; Associação de Universidades da Amazônia, 1997.
- ANGELO-MENEZES, Maria de Nazaré. *Histoire sociale des systèmes agraires dans la vallée du Tocantins: ruptures et stabilité (1669-1800)*. DEA, Paris, Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales - EHESS, 1994.
- ANNAES DA BIBLIOTHECA E ARCHIVO PUBLICO DO PARÁ. PARÁ: Município de Porto de Móz. TYP E encadernação do Instituto Lauro Sodré, 1916. T9.
- ANDION, Carolina; SERVA, Mauricio. *A etnografia nos estudos organizacionais*. Pesquisa Qualitativa em Estudos Organizacionais. São Paulo: Saraiva, 2006, p. 147-176, cap. 5.
- ANDRADE, Maria Margarida de. *Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1998.
- ANDRADE, Rosemary Ferreira de Andrade. Malária entre os indígenas em fronteira internacional: experiências do Ioapoque-Amapá. In: SIMONIAN, Ligia T. L. (Org.). *Políticas públicas, desenvolvimento, unidades de conservação e outras questões socioambientais no Amapá*. Belém: NAEA; MPEAP, 2010.
- ANTUNES, Karen da G.; COELHO, Rodrigo; JOCHEM, Tânia. *A importância da educação ambiental em unidades de conservação: experiência do centro de referência em educação*

ambiental de Marapendi. 2007. Disponível em:

<<http://www.ivtrj.net/sapis/2006/pdf/karemantunes.pdf>>. Acesso em: 7 ago. 2008.

ARANTES, Cláudio Oliveira. *Planejamento de rede escolar: questões teóricas e metodológicas*. Ministério da Educação, Centro de Desenvolvimento e Apoio Técnico à Educação, Brasília, DF, 1986.

ARAGÓN, Luís E (Org.). *Educação, ciência e tecnologia: bases para o desenvolvimento sustentável*. Belém: Associação de Universidades Amazônicas; UNESCO, 1997.

ARON, Raymond. *As etapas do pensamento sociológico*. 4ª edição. SP. Martins Fontes, 1993

ARROYO, Miguel. G.; FERNANDES, Bernardo Mançano. *A educação básica e o movimento social no campo*. Brasília, DF: articulação nacional por uma educação do campo, 2000. (Por uma educação básica do campo, n. 2).

_____. As relações sociais na escola e a formação do trabalhador. In: FERRETI, Celso; SILVA JÚNIOR, João dos Reis; OLIVEIRA, Maria Rita N. Sales. (Org.) *Trabalho, formação e currículo: para onde vai a escola?* São Paulo: Xamã, 1999. p. 56-72.

_____. et al. *Por uma educação do campo*. Petrópolis: Vozes, 2004.

ARRUDA, Rinaldo. “Populações tradicionais” e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. 1997. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/asoc/n5/n5a07.pdf>>. Acesso em: 17 mar. 2008.

BRABYN, Lars; BARNETT, Ross. Population need and geographical access to general practitioners in rural New Zealand. *The New Zealand Medical Journal*, p. 117:1199, August, 2004.

BALEÉ, William. Biodiversidade e os índios amazônicos. *Amazônia: Etnologia e História*. São Paulo: FAPESP, 1994. p. 384-393.

BARROS, Raphael Tobias V. et al. *Manual de saneamento e proteção ambiental para os municípios – v.2. Saneamento*. Belo Horizonte: Escola de Engenharia da UFMG, 1995.

BASTA, Paulo Cesar et al. Aspectos epidemiológicos da tuberculose na população indígena Suruí, Amazônia, Brasil. *Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical*. v. 37, n. 4, p. 338-342, jul./ago, 2004. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/rsbmt/v37n4/21190.pdf>>. Acesso em: 16 ago. 2011.

BATISTA, Luciana Marinho. *Muito Além dos Seringais: elites, fortunas e hierarquias no Grão-Pará, c.1850 – c.1870*. 2004. Dissertação (Mestrado em História Social)- Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

BAUMAN, Zygmunt. *Ética pós-moderna*. São Paulo: Paulus, 1997.

BID. *Infraestrutura escolar y aprendizajes en la Educación Básica Latinoamericana: un análisis a partir del SERCE*. 2011, p. 25.

BEGOSSI Alpina. Abordagens sociobiológicas, etnobiológicas e aplicações para conservação. In: ENCONTRO DA ANPOCS, 20.,1996, Caxambú. *Anais...* Caxambú: ANPOCS, 1996. p. 18

BELTRAME, Sônia Aparecida Branco. A formação dos educadores do campo. *Cadernos de Pesquisa*, Curitiba, PR, v. 4, n. 8, p. 150-168, 2009. Disponível em: <http://www.utp.br/Cadernos_de_Pesquisa/pdfs/cad_pesq8/9_formacao_educadores_cp8.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2013.

BIFANI, Pablo. *Problemática ambiental contemporánea a nivel global: relaciones Norte – Sur*. Madrid: Fundación Universidad Empresa, 1995.

BISSEL, Susan. Earnings and learning: Tensions and compatability. In WESTON, Burns, (Ed.). *Child Labor and Human Rights: making children matter*, Lynne Rienner, Boulder, CO. and London, 2005. p. 377-99.

BLOCH, Marc. Pour histoirecomparée des sociétés européennes. In: BLOCH, Marc. *Mélanges historiques*. Paris: Serge Fleury; Editions de TEHESS, 1983.

BORDENAVE, Juan H. Diaz. *O que é participação*. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Coleção primeiros passos; 95).

BORGES, Maria Lúcia Teixeira. *Educação e sustentabilidade na Amazônia norte oriental: experiências na reserva extrativista Rio Cajari, Amapá*. 2011, 357f. Tese (Doutorado) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

_____. *Coisas ditas*. SILVEIRA, Cássia R; PEGORIM, Denise Moreno (Trad.). São Paulo: Brasiliense, 2004.

BOURDILLON, Michael. *Children and work: A review of current literature and debates*. *Development and Change*, v. 37, n. 6, p. 1201-1226, 2006.

BRASIL. Governo Federal. (1988) *Constituição da República Federativa do Brasil*. São Paulo: Saraiva, 2007.

_____. *Decreto n.º. 9.9274, de 6 de junho de 1990*. Disponível em: <<http://www.lei.adv.br/>>. Acesso em: 5 fev. 2008.

_____. *Lei n.º. 9.394 de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília DF: Subsecretaria de Edições Técnicas, 1996.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Sinopse estatística da educação básica: censo escolar 2004*. Brasília DF: INEP, 2004.

_____. Ministério da Educação. *Plano nacional de educação: subsídio para a elaboração dos planos estaduais e municipais de educação*. Brasília DF: MEC, 2001.

- _____. Ministério da Educação. *Elementos para um plano nacional de educação do campo*. Disponível em <<http://www.portalmec.gov.br/secad>>. Acesso em: 17 jan. 2008.
- _____. Ministério da Saúde, Fundação Nacional de Saúde, Centro Nacional de epidemiologia. *Vigilância Ambiental em Saúde*. Disponível em <www.funasa.gov.br>. Acesso em: 15 de jan.2011.
- _____. *Políticas de educação ambiental*. Brasília DF, 2002.
- _____. Resolução CNE/CEB 01 de abril de 2002. *Diário Oficial [da] União*, Brasília DF, Seção 1, p. 32, 9 abr. 2002.
- _____. *Resolução N.º 13 de 06 de dezembro de 1990*. Brasília DF, 6 dez. 1990.
- _____. *Sistema Nacional de Unidades de Conservação*. Brasília DF, 2000. (Lei Federal n. 9985, de 18 de julho de 2000).
- BORRINI-FEYERABEND, Grazia. *Manejo participativo de áreas protegidas: adaptando o método ao contexto: temas de política social*. Quito: UICN Sur, 1997.
- BRITZ, Ricardo Miranda de. et al., *Manejo do entorno*. In: _____. *Fragmentação de ecossistemas: causas, efeitos sobre a biodiversidade e recomendações de políticas públicas*. Brasília, DF: MMA, 2003. p. 115 - 147.
- BRUGGER, Peter. *Educação ambiental ou adestramento ambiental?* 3. ed. Florianópolis. Argos, 2004.
- BUARQUE, Levi L.; REGO, Browne L. L. (Org.). *Alfabetização e construtivismo: teorias e práticas*. Recife: Editora Universitária, UFPE, 1994.
- BUARQUE, Sérgio. *Desenvolvimento sustentável*. In: _____ *Construindo o desenvolvimento local sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006. p. 95-129.
- BUFFA, Esther; NOSELLA, Paolo. *A educação negada: introdução ao estudo da educação brasileira contemporânea*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001. (Por uma educação do campo, n. 3).
- BURRELL, Gareth; MORGAN, Gibson. *Sociological Paradigms and Organisational Analysis*. Elements of Sociology of Corporate Life. London: Heinemann, 1979.
- CALDART, Roseli Salete. *Elementos para construção do projeto político e pedagógico da educação do campo*. In: _____. *Por uma educação do campo: contribuições para a construção de um Projeto de Educação do Campo*. Brasília, DF, 2004. v. 5.
- CALDART, Roseli Salete; BENJAMIN, César. *Projeto popular e escolas do campo*. Brasília DF: Articulação Nacional por uma educação do campo, 2001.
- CÂMARA, Fernando Portela et al. *Estudo retrospectivo (histórico) da dengue no Brasil: características regionais e dinâmicas*. *Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical*. v. 40, n. 2, p. 192-196, mar./abr, 2007. Disponível

em:<http://www.dngue.lcc.ufmg.br/dengue_cd/files/epidemiologia/textos/estudoretrospectivo_dengue.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2011.

CANALI, Heloísa H. B. Educação do campo: construindo novas referências. In: SILVA, Gilmar Pereira (Org.). *Educação do campo na Amazônia: uma experiência*. Belém: EDUFPA, 2007. p. 37- 49.

CARNEIRO FILHO, Arnaldo. Temos um esplêndido passado pela frente? As possíveis conseqüências do asfaltamento da BR-163. In: TORRES, M. (Org.). *Amazônia revelada: os descaminhos ao longo da BR-163*. Brasília, DF: CNPq, 2005. p. 185-199.

CARVALHO, Isabel. *A invenção ecológica*. Porto Alegre: UFRGS, 2001.

CARVALHO, Luiza M.S. Santos. A Mulher Trabalhadora na Dinâmica da Manutenção e da Chefia Domiciliar. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro: IFCS; UFRJ, v. 6, n. 1, 1998.

CARVALHO, Marselle; CASTRO, Edna; COUTO, Rosa Carmina Sena. Política de medicamentos e a (des)centralização dos serviços no município de Barcarena. In: MATHIS, Armin et al. (Org.). *Poder local e mudanças socioambientais*. Belém: NAEA; UFPA, 2007.

CASTILHO E SILVA, Carolina Braz et al. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO; Rosineide e MENEZES, Marilda (Org.) *Gênero e geração em contextos rurais*. Florianópolis, SC: Mulheres, 2010, p. 183-207.

CASTRO, Edna; Acevedo, Rosa. *Negros do trombetas: guardiões de matas e rios*. Belém: CEJUP; UFPA; NAEA, 1998.

CASTRO Fábio de; BEGOSSI, Alpina. Ecology of fishing at Rio Grande (Brazil): technology and territorial rights. *Fisheries Res.*, n. 23, p. 361-373, 1995.

CASTRO, Mary Garcia. *Mulher pobre chefe de família: outra estratégia de reprodução ou outra reprodução da estratégia de opressão?* Vitória: ABEP, 1982. v. 1.

_____. *Mulheres chefes de família, esposas e filhas pobres nos mercados de trabalho metropolitanos* (regiões metropolitanas de São Paulo e Salvador, 1980). Caxambu: ABEP, 1990. v. 2.

CEI, Ivana Lúcia Franco. Condições sanitárias dos resíduos sólidos do Amapá e política adotada pelo Ministério Público do Estado. In: SIMONIAN, Ligia T. L. (Org.). *Políticas públicas, desenvolvimento, unidades de conservação e outras questões socioambientais no Amapá*. Belém: NAEA; MPEAP, 2010.

CENTRAIS Elétricas do Norte. *Plano de inserção regional*. Belém: ELETRONORTE, 2001. 365 p.

CENTRO DE INFORMAÇÃO EM SAÚDE PARA VIAJANTES - CIVES. Disponível em: http://www.cives.ufrj/informacao/malaria/mal_iv.html. Acesso em: 17 out. 2011.

CERQUEIRA, Rui. et al. Glossário. In: *Fragmentação de ecossistemas: causas, efeitos sobre a biodiversidade e recomendações de políticas públicas*. Brasília DF: MMA, 2003. p. 45-57

CHIZZOTTI, Antonio. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. São Paulo: Cortês, 1991.

COMTE, Auguste. *Curso de filosofia positiva*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

CONCLUSÕES da I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo. In: KOLLING, Edgar Jorge et al. (Org.). *Por uma educação do campo*. Brasília, DF: Articulação nacional por uma educação do campo, 1999. p. 37-41. (Coleção por uma educação do campo, n. 1).

COELHO, Maria. Célia. Nunes; SIMONIAN, Ligia; FENZEL, Norbert. *Estado e políticas públicas na Amazônia: gestão de recursos naturais*. Belém: CEJUP; UFPA; NAEA, 2000. p. 9 – 50.

COLLEÇÃO das Leis da Provincia do Gram-Pará. 1865. Pará: Typ. de Frederico Carlos Rhossard, 1866.

_____. 1868. Pará: Typ. de Frederico Carlos Rhossard, 1869.

COSTA, Francisco de Assis. *Ciência, tecnologia e sociedade na Amazônia: questões para o desenvolvimento sustentável*. Belém: CEJUP, 1998.

COSTA, Gilson da Silva. *Desenvolvimento rural sustentável com base no paradigma da agroecologia*. Belém: UFPA; NAEA, 2006.

COSTA, Newton de Lucena. *Agricultura Itinerante na Amazônia*. EMBRAPA; CPAFRO.

Disponível em:

<http://www.agronline.com.br/artogos/;2001>. Acesso em: 17 out. 2011.

CUNHA, Manuela Carneiro da; ALMEIDA, Mauro Barbosa da (Org.). *Enciclopédia da floresta*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CUNHA, Iza. *Oeiras do Pará: dois séculos e meio de história*. Oeiras do Pará: Prefeitura Municipal de Oeiras do Pará, 2000.

DAROLT, Moacir Roberto. *Agricultura orgânica: inventando o futuro*. Londrina: IAPAR, 2002.

DEMO, Pedro. *Conhecimento moderno: sobre ética e intervenção do conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 1998.

DIEGUES, Antonio Carlos. ARRUDA, Rinaldo S. V. (Org.). *Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil*. Brasília: MMA: São Paulo; USP, 2001. p. 176.

_____. *O mito da natureza intocada*. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 2001.

_____. *Etnoconservação: novos rumos para a conservação da natureza*. São Paulo: HUCITEC; NUPAUB; USP, 2000. 290 p.

_____. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: HUCITEC, 1996.

D'INCAO, Maria Ângela; SILVEIRA, Isolda M. (Org.) *A Amazônia e a crise da modernização*. Belém: MPEG, 1994.

DOXSEY, Jaime. O dilema da educação ambiental e de seus educadores nas sociedades em transição. In: FAUNDEZ, Antonio. (Org.). *Educação, desenvolvimento e cultura*. São Paulo: Cortez, 1994. p. 71-79.

DRAIBE, Sônia. As políticas sociais brasileiras: diagnósticos e perspectivas. In: IPEA; PLAN *Para a década de 90: prioridades e perspectivas de políticas públicas*. Brasília DF: IPEA; PLAN, 1990, p. 1-65.

DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Nacional, 1985.

ENGELS, Friedrich. *A dialética da natureza*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 74 (obra escrita entre 1872-1882).

ETGES, Norberto J. Ciência, interdisciplinaridade e educação. In: JANTSCH, Ari Paulo; BIANCHETTI, Lucídio. (Org.). *Interdisciplinaridade: para além da filosofia do sujeito*. Petrópolis: Vozes, 1997.

FAUNDES, Antonio. *O poder da participação*. São Paulo: Cortez, 1993.

FARIA, Carlos A. Pimenta. Idéias, conhecimento e políticas públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 21-30, 2003.

_____. A política da avaliação de políticas públicas, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 20, n. 59, p. 97-169, 2005.

FENZL, Norbert. Estudo de parâmetros capazes de dimensionar a sustentabilidade de um processo de desenvolvimento. In: XIMENES, Tereza (Org.). *Perspectivas do Desenvolvimento Sustentável: uma contribuição para a Amazônia 21*. Belém: UFPA; NAEA; UNAMAZ, 1997. 657f. p. 1-31.

FERNANDES, Marcionila; GUERRA, Lemuel (Org.). *Contra-discurso do desenvolvimento sustentável*. 2. ed. rev. Belém: UNAMAZ; UFPA; NAEA, 2006.

FEARNSIDE, Philip. M. Deforestation in Brazilian Amazonia: history, rates and consequences. *Conservation Biology*, v. 19, n. 3, p. 680-688, 2005a.

FERREIRA, Lindomal dos Santos. *Educação e reserva extrativista: possibilidades para o desenvolvimento sustentável em Soure, Pará*. Belém, 2001. 102 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento), Universidade Federal do Pará, 2001.

FIGUEIREDO FILHO, José Benedito; SOARES, Nildineide Lima. Reservas Extrativistas Marinhas e o II Plano Nacional de Reforma Agrária viram trampolins político no litoral do Pará. *Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, 2010.

FLORES, Kátia Maia. *Caminhos que andam: o rio Tocantins e a navegação fluvial nos sertões do Brasil*, 2006. 193 f. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

FOLADORI, Guillermo. *Limites do desenvolvimento sustentável*. São Paulo: ABDR, 2001.

FOLEY, Gerald. Rural electrification in the developing world. *Energy Policy*. v. 20, p. 145-152, Londres, fev. 1992.

FONSECA, Gustavo Alberto Bouchardet da; PINTO, Luis Paulo de S. ; RYLANDS, Anthony Brome. Biodiversidade e Unidades de Conservação. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, Curitiba, 1997. *Anais...* Curitiba. UNILIVRE, 1997. p. 1- 20.

FOUREZ, Gérard. *A construção das ciências*. São Paulo: UNESP, 1995.

FREDERICKX, Ilse. *Health in rural Tanzania: the determinants of health status, health care and health care choice*. Discussion Paper, Katholieke Univ. Leuven, Bélgica, 1998.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1970.

_____. *Política e educação*. São Paulo: Cortez, 1993.

_____. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREY, Klaus. *Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil*, 2000. Disponível em: www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/89/158. Acesso em: 10 jun. 2011.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *A produtividade da escola improdutiva: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social e capitalista*. 3. ed. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1989.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO- FUNAI. *Índios do Brasil*. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/>. Acesso em: 20 jan. 2012.

FURTADO, Lourdes; LEITÃO, Wilma; MELLO, Alex Fiúza (Org.). *Povos das águas: realidades e perspectivas na Amazônia*. Belém: MPEG, 1993.

GADOTTI, Moacir. *Escola cidadã*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. *Concepção dialética de educação: um estudo introdutório*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1987.

GENTILI, Pablo; FRIGOTTO, Gaudêncio. *A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho* (Org.). 3. ed. São Paulo: Cortez; [Buenos Aires, Argentina]: CLACSO, 2002.

GEPHART, Robert. Paradigms and Research Methods. *Research Methods Forum*, 1999.

GEERTZ, Clifford James. Blurred Genres. The Refiguration of Social Thought. *The American Scholar*, v. 49, n. 2, p. 165-179, 1979.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1989.

GOHN, Maria da Glória. *Conselhos gestores e participação sociopolítica*. São Paulo: Cortez 2001.

_____. *Movimentos sociais e educação*. São Paulo. Cortez. 1999.

GOMES, Eduardo Lima dos Santos. *Turismo no entorno do Parque Nacional do Cabo Orange, Amapá*. Belém, 2007. 110 f. Dissertação (Mestrado)- Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

GONÇALVES, Carlos W. P. *Amazônia, Amazônia*. São Paulo: Contexto, 2001.

GONÇALVES, Celso S. et al. Qualidade da água numa microbacia hidrográfica de cabeceira situada em região produtora de fumo. *Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental*, Campina Grande, v. 9, n. 3, 2005, p. 391-399.

GOLDMANN, L. *Ciências humanas e filosofia: que é a sociologia?* Tradução de Lupe Cotrim Garaude e José Artur Giannotti. 6. ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 1978. 118 p.

GOULDING, Christina. Grounded Theory, Ethnography and Phenomenology. A Comparative Analysis of Three Qualitative Strategies for Marketing Research. *European Journal of Marketing*, v. 39, n. 3 - 4, p. 294-308, 2005.

GRACINDO, Regina Vinhaes et. al. CADERNO 9: Conselho Escolar e a educação do campo. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006. 91 p. (Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares ; 9). Disponível em:< <http://www.gestaodemocraticauesbjq.blogspot.com.br>>. Acesso em: 21 ago. 2012.

HAGE, Salomão Mufarrej (Org.). *Educação do campo na Amazônia: retratos de realidades das escolas multisseriadas no Pará*. Belém, 2005.

HAGE, Salomão Mufarrej; ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel (Org.). *Escola de direito: reinventando a escola multisseriada*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

HARDIN, Garrett. The tragedy of the commons. *Science* 162, p. 1243-8, 1968.

HIRAOKA, Mário. Mudanças nos padrões econômicos de uma população ribeirinha do estuário do Amazonas. In: FURTADO, L.; LEITÃO, W.; MELLO, A. (Org.). *Povos das águas: realidades e perspectivas na Amazônia*. Belém: MPEG, 1993. p. 133-157. (Coleção Eduardo Galvão).

HOMMA, Alfredo Kingo O. Pecuária leiteira na Amazônia: sugestões para um programa de pesquisa a partir de uma perspectiva ambiental. In: VILELA, Duarte; BRESSAN, M. (Ed.). *Anais do Workshop sobre identificação das principais restrições ao desenvolvimento da cadeia produtiva do leite da Região Norte do Brasil*. Juiz de Fora: EMBRAPA Gado de Leite, 2003. p.87-96.

_____. The dynamics of extraction in Amazonia: a historical perspective. In: NEPSTAD, D. C.; CHWARTZMAN, S. (Ed.). *Non-timber products from tropical forests: evaluation of a conservation and development*. New York: New York Botanical Garden, 1992.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DO PARÁ - IDESP. *Produto Interno Bruto dos Municípios do Estado do Pará 2010*. Disponível em <<http://www.idesp.pa.gov.br/pdf/pib/PIBMunicipal2010.pdf>>. Acesso em: 5 jun. 2013.

IBGE. *Censo de 2010*. Disponível em <www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010>. Acesso em: 18 nov. 2011.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS - INEP. *Sinopse Estatística de educação básica: Censo Escolar de 2000*. Brasília, DF, 2002.

INSTITUTO TRATA BRASIL. *Esgotamento sanitário inadequado e seus impactos na saúde da população*. nov. 2010. Disponível em <<http://www.tratabrasil.org.br>>. Acesso em: 17 nov. 2013.

IRVING, Marta de Azevedo; AZEVEDO, Júlia. *Turismo: o desafio da sustentabilidade*. São Paulo: Futura, 2002.

JACOBI, Pedro. Meio ambiente urbano e sustentabilidade: alguns elementos para a reflexão. In: CAVALCANTI, Clovis (Org.). *Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas*. São Paulo: Cortez, 1997. p. 63 - 77.

JACKSON, Peter. Urban Ethnography. *Progress in Human Geography*, v. 9, p. 157-176, 1985.

_____. *Políticas Sociais e Ampliação da Cidadania*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

JAPIASSÚ, Hilton. *Interdisciplinaridade e patologia do saber*. Rio de Janeiro: IMAGO, 1976.

KOLLING, Edgar Jorge et al. *Educação do campo: identidade e políticas públicas*. Brasília, DF: articulação nacional por uma educação do campo, 2002. (Col. Por uma educação do campo, n. 4).

KUHN, Thomas Samuel. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. Tradução de Carlos Marques Lisboa: Guerra & Paz, 2009.

KUMAR, Naresh. Changing geographical access to and locational efficiency of health services in two Indian districts between 1981 and 1996. *Social Science & Medicine*, n. 58, p. 2045-2067, 2004.

LEFF, Enrique. Educação ambiental e desenvolvimento sustentável. In: REIGOTA, Marcos. (Org.) *Verde cotidiano, o meio ambiente em discussão*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

_____. *La gestión sostenible de los recursos naturales*. Madrid: UNED, 1995.

LÉVY-STRAUSS, Claude. A ciência do concreto. In: _____. *O pensamento selvagem*. São Paulo: Nacional, 1976. p. 76 - 114.

LIMA, Antonio Almerico Biondi. *Educação popular na Amazônia: as experiências da CUT em qualificação profissional*. Porto Velho, RO: CUT; Escola Sindical Amazônia; Escola Sindical Chico Mendes; Imediata, 2001.

LIMA, Marta Goreth Marinho; PEREIRA, Elves Marcelo Barreto. *Populações tradicionais e conflitos territoriais na Amazônia*. Geografias; Artigos. Belo Horizonte, MG, v. 3, n. 1, p. 107-119, jan./jun. 2007.

LITTLE, Paul E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por antropologia da territorialidade. *Série Antropologia*, Brasília, DF, n. 322, p.1-32, 2002.

LOPES, Luis Otávio do Canto. *Várzea e varzeiros da Amazônia*. 1. ed. Belém: MPEG, 2008.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. *Educação ambiental e conselho em unidades de conservação: aspectos teóricos e metodológicos*. Rio de Janeiro: IBASE; Instituto TerrAzul; Parque Nacional da Tijuca, 2007.

_____. Educação ambiental e gestão participativa na explicitação e resolução de conflitos. *Gestão em Ação*. Salvador, v. 7, n. 1, p. 37 - 50, jan./abr. 2004.

_____. Educar, participar e transformar em educação ambiental. *Revista Brasileira de Educação Ambiental*. Brasília DF, ano 1, n. 10, p. 50 - 62, 2004.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo et al. (Org.). *Educação ambiental e gestão participativa em unidades de conservação*. Rio de Janeiro: IBAMA, 2005.

LOWI, Theodore J. Four Systems of Policy, Politics and Choice. In: *Public Administration Review*, v. 32, n. 4, p. 298-310, 1992.

MACHADO, José Alberto da Costa; FENZL, Norbert. *A Sustentabilidade de Sistemas Complexos*. Conceitos básicos para uma Ciência do Desenvolvimento Sustentável. Aspectos Teóricos e Práticos. Belém: UFPA; NUMA, 2009.

MALDONADO, S. C. *Pescadores do mar*. São Paulo: Ática, 1986.

MALINOWSKI, Bronislaw. *A diary in the strict sense of the term*. New York: Harcourt, Brace & World, 1967.

MAPA do município de Porto de Moz. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Porto_de_Moz>. Acesso em: 23 set. 2007.

MAPA da Mesorregião do Baixo Amazonas. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Mesorregião_do_Baixo_Amazonas>. Acesso em: 27 set. 2007.

MAPA da área da RESEX Verde para Sempre. Disponível em: <<http://marte.dpi.inpe.br/col/dpi.inpe.br/sbsr@80/2006/11.14.20.56/doc/2817-2824.pdf>> Acesso em: 17 jul. 2007.

MARIN, Rosa Acevedo. Quilombolas na ilha do Marajó: território e organização política. In: GODOI, Emilia Peitrafesa de; MENEZES, Marilda Aparecida de; ACEVEDO - MARIN, Rosa (Org.). *Diversidade do campesinato: expressões e categorias. Construções Identitárias e sociabilidades*, São Paulo: UNESP; Brasília, DF: NEADR, 2009. v.1, p. 209 - 229.

MARQUES, José Ribamar F. et al. *Criação de búfalos*. Brasília, DF: EMBRAPA-CPATU, 1998. 141p. (Coleção CRIAR, 5).

MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no seu lugar político*. Petrópolis: Vozes, 1996.

MATHIS, Armin; COELHO, Maria Célia; SIMONIAN, Ligia (Org.). *Poder local e mudanças socioambientais*. Belém: NAEA; UFPA, 2007.

MAZZOTI, Alda Judith; GEWANDSNAIDER, Fernando. *O método nas ciências naturais e sociais: Pesquisa quantitativa e qualitativa*. São Paulo: Pioneira, 1998.

McGRATH, David G.; ALMEIDA, Oriana T. ; MERRY, Frank D. The Influence of Community Management Agreements on Household Economic Strategies: Cattle Grazing and Fishing Agreements on the Lower Amazon Floodplain. In: BIENNIAL GLOBAL CONFERENCE OF THE INTERNATIONAL ASSOCIATION FOR THE STUDY OF COMMON PROPERTY (IASCP), 11., 2006, Bali, Indonesia. *Proceedings...* Bali, Indonesia, 2006.

McGRATH, David G et al. Varzeiros, geleiros e o manejo de recursos naturais na várzea do baixo Amazonas. *Cadernos do NAEA*, Belém, n. 11, nov, 1993. p. 91 – 125.

MEDINA, Nana Minini. (Coord.). Elementos para a introdução da dimensão ambiental na educação escolar – 1º. grau. In: *Amazônia: uma proposta interdisciplinar de educação ambiental*. Brasília DF: IBAMA, 1994.

MENEZES, Maria de Nazaré Angelo. *História social dos sistemas agrários do vale do tocantins - Pará - Brasil (1669 - 1800): rupturas e estabilidades*. 1994. 113 f. Tese (Doutorado), École des Hautes Études en Sciences Sociales de Paris, Paris, 1994.

MILLER, Kenton. R. Evolução do Conceito de Áreas de Proteção: Oportunidades para o século XXI. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, Curitiba, 1997. *Anais...* Curitiba. UNILIVRE, 1997. p. 3 - 21.

MONTENEGRO, Sineide Correia Silva; NORDI, Nivaldo; MARQUES, José Geraldo. Contexto cultural, ecológico e econômico da produção e ocupação dos espaços de pesca pelos pescadores de Pitu (*Macrobrachiu carcinus*) em um trecho do baixo São Francisco, Alagoas-Brasil. *Interciência*, Caracas, v. 26, n. 11, 2001.

MONTEIRO, Alcidema et al. *O espaço amazônico: sociedade & meio ambiente*. Belém: UFPA; NPI, 1997.

MORSELLO, Carla. *Áreas protegidas públicas e privadas: seleção e manejo*. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2001.

MOTA, Dalva Maria da. et al. *Agricultura Familiar: Desafios para a sustentabilidade*. EMBRAPA-CPATU, SDR/MA, 1998. 276p.

MOUGEOT, Luc J. A. a recente ocupação humana da região amazônica: causas, durabilidade e utilidade social. In: ARAGÓN, Luís E.; MOUGEOT, Luc J. A. (Org.). *Migrações internas na Amazônia: contribuições teóricas e metodológicas*. Belém: UFPA; NAEA; CNPq, 1896. p. 71 - 83.

MOURA, Edila A. F.; MAIA, Maria Lúcia Sá. *A reorganização do espaço de trabalho e do espaço doméstico das famílias de Barcarena: os efeitos do projeto Albras- Alunorte*. Belém; NAEA; UFPA, 1989. (relatório de pesquisa).

MURIEL, Ana Paula O. Combate à pobreza e (Des) Proteção Social: dilemas teóricos das “novas” políticas sociais. *Revista Praia Vermelha: estudos de política e teoria social*, Rio de Janeiro, UFRJ; Escola de Serviço Social, v. 1, n. 14 - 15, 2006.

MOORE Junior, Barrington. *As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

NASCIMENTO, Cristo Nazaré Barbosa do; MOURA CARVALHO, Luís Octávio Danin de. *Criação de búfalos: alimentação, manejo, melhoramento e instalações*. Brasília, DF: EMBRAPA-CPATU, SPI, 1993. 403 p.

NEIVA, Alessandro et al. *Lições aprendidas sobre participação social na elaboração de planos de manejo de unidades de conservação: comunidade de ensino e aprendizagem em planejamento de unidades de conservação*, Brasília, DF : WWF-Brasil, 2013.

NEVES, José Luís. Pesquisa qualitativa: características usos e possibilidades. *Caderno de pesquisa em administração*, São Paulo, ano 6, n. 3, p. 103 - 113, jun./dez. 1996.

OLIVA, Adriana; MAGRO, Teresa Cristina. A evolução do planejamento do entorno das unidades de conservação de proteção integral. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO. 6, 2004. *Anais...* Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza; Rede Nacional Pró Unidades de Conservação, 2004. p. 462 – 463.

OLIVEIRA, Maria do Socorro P. de. Biologia floral do açazeiro, *Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento*, Belém: EMBRAPA n. 8, p. 26, 2002.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. *Revista de Antropologia*, São Paulo: USP, v. 39, n. 1, p. 13-37, 1996.

OSTROM, Elinor C. et al. Revisiting the commons: local lessons and global challenges. *Science*, v. 284, n. 5412, p. 278-282. 1999.

PAIVA, Vanilda Pereira. *Educação popular e a educação de adultos*. São Paulo: Loyola, 1987.

PARÁ. Secretaria Executiva de Estado de Planejamento, Orçamento e finanças. *Estatística Municipal de Porto de Moz*. Belém, 2008. Disponível em:

<http://www.idesp.pa.gov.br/paginas/produtos/Estatistica_Municipal/pdf/PortodeMoz.pdf>. Acesso em: 29 set. 2011.

_____. Secretaria Executiva de Estado de Planejamento, Orçamento e finanças. *Estatística Municipal de Barcarena*. Belém, 2011. Disponível em: <http://www.idesp.pa.gov.br/paginas/produtos/Estatistica_Municipal/pdf/Barcarena.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2011.

_____. Secretaria Executiva de Estado de Planejamento, Orçamento e finanças. *Estatística Municipal de Oeiras do Pará*. Belém, 2011. Disponível em : <http://www.idesp.pa.gov.br/paginas/produtos/Estatistica_Municipal/pdf/Oeiras.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2011.

_____. Secretaria Executiva de Estado de Planejamento, Orçamento e finanças. *Pará em números*. Belém, 2008. Disponível em: <http://www.sepof.pa.gov.br/seplan/Para_em_numeros/index.html>. Acesso em: 5 ago. 2011.

PERROT, Marie-Dominique. Educação para o desenvolvimento e perspectiva intercultural. In: FAUNDEZ, A. (Org.). *Educação, desenvolvimento e cultura*. São Paulo: Cortez, 1994. p. 191 - 212.

PEROTES, Kleber Farias; LEMOS, José Clarivaldo. *Técnicas de manejo de açaiçais nativos*. Belém: Emater- Frutal, 2008.

PINTO, Benedita Celeste de Moraes. *Memória, oralidade, danças e rituais em um povoado amazônico*. Cametá: BCMP, 2007.

PINTO, Lúcio Flávio. Grandezas e misérias da energia e da mineração no Pará. In: SEVÁ FILHO, A. Oswaldo (Org.). *Tenotã-mõ: alertas sobre as consequências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu*. São Paulo: International Rivers Network, 2005. p. 14 – 47.

PIRES, Andréa; MOURA, Edila. et. al. O desafio de conservar as florestas inundáveis amazônicas no Brasil. In: *Science and local communities: strengthening partnerships for effective wetland management*. USA, Ducks Unlimited, Inc., 2002. p. 1 - 45.

_____. Princípios e processos na implantação do manejo florestal comunitário na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá. *Artigo ISA*, Manaus: [s.n.], 2003.

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL. Localização e extensão das terras indígenas. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/c/terras-indigenas/demarcacoes/localizacao-e-extensao-das-tis>> Acesso em: 7 set. 2012.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Atlas do desenvolvimento humano no Brasil*. Rio de Janeiro; Belo Horizonte: [s.n.], 2000.

RATTNER, Henrique. Globalização pobreza e meio ambiente. In: VIEIRA, Paulo; MAIMON, Dalila (Org.). *As ciências sociais e a questão ambiental: rumo à interdisciplinaridade*. Belém: APED; UFPA; NAEA, 1993. p. 63 - 71.

REIGOTA, Marcos. Fundamentos teóricos para a realização da educação ambiental. *Em aberto*, Brasília DF, v.10, n. 49, p. 40 - 45, 1991.

RÊGO, Jackson Fernando Rêgo. *Enraizamento cultural e o ecoturismo na amazônia – o caso da vila de Alter do Chão*. 2002. Tese (Doutorado), Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2002.

RESENDE, Emiko Kawakami. de. *A pesca em águas interiores*. 2006. Disponível em: <<http://www.cpap.embrapa.br/publicações/online>>. Acesso em: 20 maio, 2012.

RIBEIRO, Berta G. *Diário do Xingu*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. (Coleção Estudos Brasileiros; v. 42).

RIBEIRO, Fernando Selles; PAZZINI, Luiz Henrique A.; PELEGRINI, Marcelo Aparecido; GALVÃO, Luís Claudio Ribeiro. *O envolvimento da sociedade em um programa de eletrificação rural*. In. CONGRESSO LATINOAMERICANO DE INGENENIERIA RURAL - CLIR'98., 1998, La Plata, Argentina. *Anais...* La Plata, Argentina, nov.1998.

RIBEIRO, Maria Luísa Santos. *História da educação brasileira: a organização escolar*. 18. ed. rev. e ampl. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

RUA, Maria das Graças. Análise de Políticas Públicas: Conceitos Básicos. In: RUA, Maria das Graças; CARVALHO, Maria Izabel de (Org.). *O estudo da política*. Brasília: Paralelo 15, 1998, v. 4, p. 231-260.

ROOSEVELT, Anna Curtenius . The Lower Amazon: a dynamic human habitat. In David L. Lentz (Org.), *Imperfect Balance: landscape transformations in the Pre-Columbian Americas*, New York, 2000, p.455-91.

SABLAYROLLES, Philippe; ROCHA, Carla (Org.). *Desenvolvimento sustentável da agricultura familiar na Transamazônica*. Belém: AFATRA, 2003.

SACHS, Ignacy. Estratégias de transição para o século XXI. In: Bursztyn, M. (Org.). *Desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Brasiliense, 1993. p. 29 - 56.

_____. *Desenvolvimento includente, sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SALERA Junir, Giovanni. *Reserva extrativista Arióca Pruanã*. 2011. Disponível em: <<http://www.recantodasletras.com.br/ensaios/2743460>>. Acesso em: 22 de agosto. 2012.

SAMAIN, Etienne. “Ver” e “dizer” na tradição etnográfica: Bronislaw Malinowski e a etnografia. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 1, n. 2, 1995. p. 23 - 60.

SANCHES, Suely da Penha; FERREIRA, Marcos A.G. Avaliação do padrão de acessibilidade de um sistema de transporte de alunos da zona rural. In: *CONGRESSO DE PESQUISA E ENSINO EM TRANSPORTES, 17., 2003*, Brasília, DF. *Anais...* Brasília, DF, 2003. v. 2, p. 931-942.

SANDAY, Peggy Reeves. The ethnographic paradigms. *Administrative Science Quarterly*, v. 24, n. 4, p. 527-538, dez. 1979.

SANTOS, Geraldo Mendes dos; SANTOS, Ana Carolina Mendes dos. Sustentabilidade da pesca na Amazônia. Dossiê Amazônia Brasileira II. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 19, n. 54, 2005.

SANTOS, Ivaneide Coelho. Porto de vila do conde e sua importância regional. In: MATHIS, Armin; COELHO, Maria Célia; SIMONIAN, Ligia (Org.). *Poder local e mudanças socioambientais*. Belém: NAEA; UFPA, 2007. p. 157-179.

SAUVÉ, Lucie. “Educação ambiental e desenvolvimento sustentável: uma análise complexa”. *Revista de Educação Pública*, Mato Grosso: UFMT, v. 6, n. 10, 1997. p. 99 - 119.

SAVIANI, Demerval. O trabalho como princípio educativo: as novas tecnologias. In: FERRETI, Celso et al. (Org.). *Tecnologias, trabalho e educação: um debate disciplinar*. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 147 - 164.

_____. *Educação brasileira: estrutura e sistema*. 6. ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1987.

SCHLEMMER, B. A ética da profissão: da responsabilidade política do cientista à responsabilidade científica do pesquisador – um itinerário da antropologia francesa. In: ARANTES, Antonio Augusto; RUBEN, Guilherme Raul; DEBERT, Guta Grin. (Org.). *Desenvolvimento e direitos humanos: a responsabilidade do antropólogo*. Campinas, SP: UNICAMP, 1992. p. 137 - 153.

SCHMITZ, Heribert; SIMÕES, Aquiles. *Objeto de Fronteira Entre Pesquisadores e Agricultores: A intensificação da Agricultura na Transamazônica*. 16p. Altamira – LAET. 2001.

SEVÁ FILHO, Arsênio Oswaldo (Org.). *Tenotã-mõ: alertas sobre as consequências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu*. São Paulo: International Rivers Network, 2005.

SEVERINO, Antônio J. *Metodologia do Trabalho Científico*. 21. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SHEIKH, Pervaze A.; MERRY, Frank D.; McGRATH, David G. Water buffalo and cattle ranching in the Lower Amazon Basin: Comparisons and conflicts. *Agricultural Systems*, v. 87, 2006, p. 313-330.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia M. de; EVANGELISTA, Olinda. *Política educacional*. Rio de Janeiro: DP& A, 2002.

SILVA COSTA, Carlos Eduardo da. *Habitação Rural: uma proposta de racionalização pela autoconstrução*. Seropédica: Edur, 1995.

SILVA, Fábio Carlos da; SILVA, Luciene de Jesus Maciel da. História regional e participação social nas mesorregiões paraenses. *Papers do NAEA*, Belém, n. 226, dez, 2008. p. 1 – 22.

SILVA, Frederico Barbosa; JACCOUD, Luciana; BEGHIN, Nathalie. Políticas sociais no Brasil: participação social, conselhos e parcerias. In: JACCOUD, L. (Org.) *Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo*. Brasília, DF: IPEA, 2005. p. 373-408.

SILVA, Gilmar Pereira (Org.). *Educação do campo na Amazônia: uma experiência*. Belém: EDUFPA, 2007.

SILVA, Luiz Geraldo. *A faina, a festa e o rito: uma etnografia histórica sobre as gentes do mar (sécs. XVII ao XIX)*. Campinas, SP: Papirus, 2001.

SILVA E SILVA, Maria Ozanira da. *Política Habitacional Brasileira: verso e reverso*. São Paulo: Cortez, 2000.

SILVEIRA, Miguel Ângelo da, coord. *Avaliação sócio-ambiental de impactos e agricultura familiar*. Jaguariúna: EMBRAPA-CNPMA, 1996.

SILVERMAN, David. *Interpretação de dados qualitativos. Métodos para Análise de Entrevistas, Textos e Interações*. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

SIMON, Alba. *Conflitos na conservação da natureza: o caso do Parque Estadual da Serra do Tiririca*. 2004. Disponível em: <<http://teses.eps.ufsc.br/defesa/pdf/15777.pdf>>. Acesso em: 29 jun. 2008.

SIMONIAN, Ligia. T. L.; SARAIVA, Márcia Pires. Fronteiras em construção: índios, mocambeiros e as disputas colonialistas no rio Araguari, Amapá. In: SIMONIAN, L. T. L.(Org.). *Políticas públicas, desenvolvimento, unidades de conservação e outras questões socioambientais no Amapá*. Belém: NAEA; MPEAP, 2010.

SIMONIAN, Ligia. T. L et al. Floresta nacional do Amapá: um histórico breve, políticas públicas e (in)sustentabilidade. In: SIMONIAN, L. T. L.(Org.). *Políticas públicas, desenvolvimento, unidades de conservação e outras questões socioambientais no Amapá*. Belém: NAEA; MPEAP, 2010.

_____. *Informação verbal acerca de observações e anotações de campo feitas no Acre em 1987*. Belém: [s.n], 2009.

_____. Tendências recentes quanto à sustentabilidade no uso dos recursos naturais pelas populações tradicionais amazônicas. In: ARAGÓN, E. (Org.). *Populações e meio ambiente na pan-Amazônia*. Belém: NAEA; UFPA, 2007. p. 25 - 44.

_____. Pesquisa em ciências humanas e desenvolvimento entre as populações tradicionais amazônicas. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Belém, v. 1, n. 2, p. 117-134, maio/ago. 2005. (série Ciências Humanas).

_____. Políticas públicas, desenvolvimento sustentável e recursos naturais em áreas de reserva na Amazônia brasileira. In: COELHO, M. C.; SIMONIAN, L. T. L.; FENZEL, N. (Org.). *Estado e políticas públicas na Amazônia: gestão de recursos naturais*. Belém: CEJUP;UFPA; NAEA, 2000. p. 37 - 42. (Série Estado e Gestão Pública).

SKOCPOL, Theda; SOMERS, Margareth. The use of comparative history in macro-social inquiry. *Comparative studies in Society and History*, n. 22, 1980

SOLYNO SOBRINHO, Sebastião Aloízio. *A certificação do açaí na região do Baixo-Tocantins: uma experiência de valorização da produção familiar agroextrativista na Amazônia*. 2005. Disponível em: <<http://www.fbsan.org.br/ARTIGOALUIZIO.doc>>. 2008. Acesso em: 22 jun. 2011.

SOUZA, João Carlos de. *Na Luta pela Habitação: a construção de novos valores*. São Paulo: EDUC, 1995.

SOUSA, Raimundo Valdomiro. *Campesinato na Amazônia: da subordinação a luta pelo poder*. Belém: NAEA, 2002.

SOUZA, Celina. *Políticas Públicas: uma revisão da literatura*. In *Sociologias* nº 16. Junho/dezembro 2006, p. 20-45.

SOUZA, Nelson Mello. *Educação ambiental: dilemas da prática contemporânea*. Rio de Janeiro: Universidade Estácio de Sá, 2000.

TALIB, Mohammad. Modes of learning-labour relations: Educational strategies and child labour. In KABEER, Naila; NAMBISSAN, Geetha B., & SUBRAHMANIAN, Ramya, editors, *Child Labour and the Right to Education in South Asia: Needs versus Rights*, pages 143-63. Sage, New Delhi, 2003.

TAMAIIO, Irineu. *A mediação do professor na construção do conceito de natureza*. 2000. f.180 Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Campinas, Campinas SP, 2000.

TARGA, Luiz Roberto Pecoits . Comentário sobre a utilização do método comparativo em análise regional. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 265-271, 1991.

TEIXEIRA, Cristina. O desenvolvimento sustentável em unidade de conservação: a “naturalização” do social. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. 2005. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=10705904>>. Acesso em: 11 mar. 2008.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. *Efetividade e eficácia dos Conselhos*. Em *Conselhos Gestores de Políticas Públicas*. Maria do Carmo A. A. Carvalho e Ana Cláudia C. Teixeira (orgs.). São Paulo, Pólis, 2000a.

TEIXEIRA, Elizabeth. *Reflexões sobre o paradigma holístico e holismo e saúde*. *Rev. Esc. Enf. USP*, v.30, n.2, p. 286-90, ago. 1996.

TEIXEIRA, José Boaventura. Saneamento rural no Brasil: perspectivas In: HELLER, Léo; MORAES, Luiz Roberto S.; BRITTO, Ana Lúcia; BORJA, Patrícia Campos; REZENDE, Sonaly Cristina. (coord.). *Panorama do saneamento básico no Brasil*. Brasília: Ministério das Cidades, 2010. Disponível em: http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNSA/PlanSaB/PANORAMA_vol_7.pdf . Acesso em 24 de set. de 2012.

THE LARGE SCALE BIOSPHERE-ATMOSPHERE EXPERIMENT IN AMAZONIA (LBA). Disponível em: <<http://lba.cptec.inpe.br/lba/site/?p=noticia&t=0&op=420>>. Acesso em: 12 de out. de 2011.

TRAVASSOS, Cláudia; VIACAVA, Francisco. Acesso e Uso de Serviços de Saúde em Idosos Residentes em Áreas Rurais, Brasil, 1998 e 2003. *Cad. de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, n. 23, v. 10, p. 2490-2502, out 2007.

VASCONCELLOS, Eduardo Alcântara. Transporte rural: o resgate de um tema esquecido. *Revista dos Transportes Públicos*, n. 75, p. 31 – 48, 1997.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: _____ *Individualismo e cultura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987. p. 13 - 37.

VEIGA NETO, Alfredo José da. *A ordem das disciplinas*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil, 1996.

VIEIRA, Marcelo Milano Falcão; PEREIRA, Bill Nunes. Estudos Etnográficos em Administração. In: VIEIRA, Marcelo Milano Falcão; ZOUAIN, Deborah Moraes (Orgs). *Pesquisa Qualitativa em Administração*. Teoria e Prática. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

VICTÓRIA, Cláudio G. de. *Desafios do cotidiano na formação e práxis dos educadores de uma escola ribeirinha no município do Careiro-AM – Manaus: UFAM*, 2008.

WEBER, Max. *Metodologia das ciências sociais*. São Paulo: Cortez/Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1992.

WEINSTEIN, Bárbara. *A Borracha na Amazônia: Expansão e Decadência (1850 -1920)*. São Paulo: Hucitec/ Edusp, 1993.

WEREBE, Maria José G. *Grandezas e misérias do ensino no Brasil: 30 anos depois*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1997.

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. Tradução Paulo Henrique Brito. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

WINKLERPRINS, Antoinette M. G. A., “Why Context Matters: local soil knowledge and management among an indigenous peasantry on the Lower Amazon floodplain, Brazil”. *Etnoecológica*. 5 (7): 6 - 20, 2001.

XIMENES, Tereza (Org.). *Perspectivas do desenvolvimento sustentável: uma contribuição para a Amazônia* 21. Belém: UFPA; UNAMAZ; 1997.

YIN, Robert. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APENDICES

APÊNDICE A - Questionários aplicados aos moradores da RESEX; Entidades e Organizações Governamentais e Não-Governamentais; Professores e alunos da RESEX

QUESTIONÁRIO APLICADO AOS MORADORES DAS COMUNIDADES

1. Que políticas públicas (educação, saúde, moradia, saneamento básico, água tratada, energia elétrica, etc.) vêm sendo desenvolvidas na comunidade?
2. Quais as instituições que vem trabalhando as políticas públicas na RESEX e no entorno?
3. As RESEX são viáveis como modelo de desenvolvimento?
4. Qual o perfil dos trabalhadores da RESEX, o que fazem, de onde vêm, suas dificuldades, número de filhos, número de famílias que vivem na mesma casa, divisão sexual e familiar do trabalho?
5. Existem organizações locais de moradores? Quando surgiram? Como vêm atuando? Suas conquistas, desafios e perspectivas?
6. Quantas famílias existem nas comunidades?
7. As famílias revezam-se entre a localidade rural e a cidade?
8. Qual e a fonte de renda das famílias (caça, pesca, seguro defeso, extrativismo, venda de madeira, carvoaria, carpintaria, etc.).
9. Todas as famílias da comunidade local participam de associação?
10. Quais são as principais espécies animais e vegetais exploradas pelos moradores?
11. Existe algum tipo de criação de suínos, abelhas, aves, ervas, pescado, etc.
12. Depois que terminam as séries iniciais estes alunos ficam em seu lugar de origem ou vão para a cidade em busca estudos mais avançados? A família vai junto?
13. Quando vão para a cidade estes alunos moram aonde? Com quem? Trabalham em que? Depois ficam na cidade ou retornam na ilha?
14. Que aluno vai mais para a cidade (homem ou mulher)?
15. O que esperam da educação enquanto instrumento de capaz de auxiliar o desenvolvimento?
16. As comunidades apresentam interesses divergentes ou convergentes em relação ao modelo de desenvolvimento suscitado pela RESEX?

APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PROFESSORES, ALUNOS E PAIS DE ALUNOS

1. Com que idade as crianças começam a estudar?
2. Que séries são ofertadas?
3. Quais os turnos?
4. Com que idade os alunos param de estudar? Por quê?
5. Quais as causas da desistência no decorrer do ano letivo?
6. Em média quantos alunos iniciam o ano letivo em uma turma e quantos terminam?
7. Qual a média de aprovação e reprovação dos alunos?
8. Quantas unidades escolares existem na comunidade?
9. Como é a estrutura física da escola (salas espaçosas, arejadas, com boa iluminação, número de carteiras, quadro negro, bebedouro, cozinha com água potável, geladeira, fogão, banheiros com fossas sépticas, bibliotecas)?
10. De que distância os alunos se deslocam até a escola?
11. Existe transporte escolar? Como é o barco (confortável)? Atende a todos os alunos?
12. Existe o fornecimento de merenda escolar? Quanto tempo dura a merenda? Qual é o tipo da merenda?
13. Quando vão para a cidade os alunos moram aonde? Com quem? Trabalham em que? Depois ficam na cidade ou retornam na ilha?
14. Que aluno vai mais para a cidade (homem ou mulher)?
15. Como surgiram as comunidades?
16. A criação de RESEX trouxe algum benefício para a comunidade?
17. O nível de analfabetismo ainda é alto entre os moradores da comunidade?
18. O que esperam da educação enquanto instrumento de capaz de auxiliar o desenvolvimento?
19. Quais as dificuldades enfrentadas pelos professores?
20. Como vem sendo trabalhada a questão ambiental dentro do currículo escolar?
21. A comunidade participa das reuniões escolares?
22. Quais as contribuições dos professores dentro da comunidade?

**APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO APLICADO A INSTITUIÇÕES PÚBLICAS
(FEDERAIS ESTADUAIS E MUNICIPAIS) E ONG**

1. Que políticas públicas (educação, saúde, moradia, saneamento básico, água tratada, energia elétrica, etc.) vêm sendo desenvolvidas na comunidade?
2. As RESEX são viáveis como modelo de desenvolvimento?
3. Qual o perfil dos trabalhadores da RESEX, o que fazem, de onde vêm, suas dificuldades, número de filhos, número de famílias que vivem na mesma casa, divisão sexual e familiar do trabalho?
4. Existem organizações locais de moradores? Quando surgiram? Como vêm atuando? Suas conquistas, desafios e perspectivas?
5. Quantas famílias existem nas comunidades?
6. Qual e a fonte de renda das famílias (caça, pesca, seguro defeso, extrativismo, venda de madeira, carvoaria, carpintaria, etc.)
7. Existe transporte escolar? Como é o barco (confortável)? Atende a todos os alunos?
8. Existe o fornecimento de merenda escolar? Quanto tempo dura a merenda? Qual é o tipo da merenda?
9. Todas as famílias da comunidade local participam de associação?
10. Como Gov. Federal, Estadual e Municipal vem atuando na RESEX e no entorno?
11. Qual a maior preocupação dos moradores?
12. Para os moradores da comunidade o que significa desenvolvimento?
13. As comunidades apresentam interesses divergentes ou convergentes em relação ao modelo de desenvolvimento suscitado pela RESEX?